

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**FACULDADE DE LETRAS**

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**As Casas da Misericórdia:  
confrarias da Misericórdia e a Arquitectura quinhentista portuguesa**

**Joana Maria Balsa Carvalho de Pinho**

Volume 1

RAMO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

ESPECIALIDADE HISTÓRIA DA ARTE

2012



**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**FACULDADE DE LETRAS**

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**As Casas da Misericórdia:  
confrarias da Misericórdia e a Arquitectura quinhentista portuguesa**

Joana Maria Balsa Carvalho de Pinho

Volume 1

RAMO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA  
ESPECIALIDADE HISTÓRIA DA ARTE

Doutoramento orientado pelo Professor Doutor Fernando Grilo

2012



## Resumo

As confrarias da Misericórdia ou Santas Casas da Misericórdia, cuja primeira fundação ocorreu em 1498 em Lisboa, são confrarias de leigos que se organizaram sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia e prosseguiram objectivos assistenciais e espirituais. Estas confrarias tornaram-se as mais importantes confrarias portuguesas da época Moderna devido à sua rápida difusão por todo o país e espaço ultramarino assumindo-se como eficazes estruturas socio-assistenciais que respondiam às necessidades desse período.

A existência de um edifício permitia às Misericórdias implementar a sua proposta caritativa e devocional e foi uma das suas primeiras preocupações. A relação destas confrarias com o espaço construído é bastante peculiar. Desde a fundação muitas confrarias ocuparam espaços no interior de edifícios preexistente, religioso ou civis, pertença das mais variadas instituições e até de particulares. Quase sempre esta situação foi passageira, pois durante a centúria de quinhentos a grande maioria das Misericórdias foram construindo edifícios de raiz.

O edifício utilizado ou construído pelas Misericórdias tinha que servir às acções caritativa, administrativas, espirituais, celebrativas, litúrgicas e funerárias desenvolvidas pelas confrarias, constituindo a Casa da Misericórdia, que para esses fins reunia num mesmo edifício igreja, sacristia, casa do despacho, enfermarias, cemitério, entre outros.

Diferencia-se de outros edifícios coevos por congregar esta multiplicidade de usos e por servir de cenário às mais importantes e diversificadas celebrações assistenciais e culturais das confrarias, por onde passava toda a dinâmica e quotidiano das mesmas, evidenciando alguns elementos característicos dessa vivência confraternal.

As Casas da Misericórdia quinhentistas, apesar da grande diversidade arquitectónica, morfológica e decorativa que apresentam, evidenciam algumas particularidades, quer funcionais quer estético-artísticas decorrentes de terem que corresponder ao cumprimento da finalidade para que estas confrarias foram instituídas.

Esta dissertação procura identificar, caracterizar, analisar e contextualizar estas e outras problemáticas relacionadas com as confrarias da Misericórdia e a arquitectura portuguesa quinhentista.

**Palavras chave**

Confrarias da Misericórdia, século XVI, Arquitectura, Portugal, Assistência

## **Abstract**

The brotherhood of Mercy or Holy Houses of Mercy, whose first foundation occurred in 1498 in Lisbon, are confraternities organized under the patronage of Our Lady of Mercy and proceed assistance and spiritual aims. These brotherhoods became the most important Portuguese brotherhoods of the Early Modern era owing to its rapid spread across the country and overseas, assumed as effective socio-welfare structures that respond to the social needs of that period.

The existence of a building permit to the tender mercies implement charitable and devotional and was one of their main concerns. The relationship of these brotherhoods with the built space is peculiar. Many of this confraternities occupied spaces within existing buildings, religious or civil, attachment to various institutions and even individuals. Almost always this situation was temporary, as during half a century the majority of Mercies built their own buildings.

The building used or built by the confraternities of Mercy had to serve the charitable, administrative, spiritual, celebrative and funeral actions developed by this brotherhoods. Thereby the Houses of Mercy are composed by a multiplicity of spaces with different functions.

It differs from other coeval buildings by this multiplicity of uses and are scenery to the most important and diversified healthcare and religious celebrations, the whole dynamic and the daily, and show some characteristic elements of this fraternal experience.

The sixteenth century Houses of Mercy present great architectural diversity, morphological and decorative feature and show some peculiarities, whether functional or aesthetic-artistic deriving of having to fulfill the purpose for which they were established.

This dissertation looks for to identify, characterize, analyze and contextualize these and other issues related to the confraternities of Mercy and the sixteenth century Portuguese architecture.

**Key words**

Confraternities of Mercy, Sixteen Century, Architecture, Portugal, welfare.



## Índice

### VOLUME I

<b>Resumo</b>	5
<b>Abstract</b>	7
<b>Índice</b>	9
<b>Agradecimentos</b>	13
<b>Introdução</b>	23
<b>Abreviaturas</b>	51
<b>Capítulo I – Estado do conhecimento e da investigação</b>	<b>53</b>
I. 1 História e arte	56
I. 2 Definição da tipologia e estudos tipológicos	71
I. 3 Proposta de evolução arquitectónica das igrejas das Misericórdias	76
I. 4 <i>Kits Património – Igrejas de Misericórdia</i>	80
<b>Capítulo II – História e património das Misericórdias</b>	<b>85</b>
II. 1 As Misericórdias portuguesas – fundação e difusão	87
II. 1.1 A instituição da Misericórdia de Lisboa	90
II. 1.2 A difusão das confrarias da Misericórdia	91
II. 1.3 Do enquadramento ao funcionamento	95
II. 2 Devoção, acção e arte	109
II.2.1 Prática assistencial e devocional	112
II.2.2 Acção cultural e artística das Misericórdias	115
II.2.2.1 Manifestações artísticas	117

II.2.2.2 Temática iconográfica	133
II.2.2.3 Morfologias	140
<b>Capítulo III - As Misericórdias portuguesas e a arquitectura</b>	<b>145</b>
III. 1 As Misericórdias e a Arquitectura	147
III. 2 Casa da Misericórdia	186
III. 2.1 Espaços culturais e espiritualidade	199
III. 2.2 Espaços administrativos	204
III.2.3 Espaços assistenciais	216
III.2.4. Outros espaços	221
<b>Capítulo IV - A arquitectura das Casas das Misericórdias no século XVI</b>	<b>227</b>
IV. 1 Localização urbana	248
IV. 2 As igrejas preexistentes	258
IV. 3 Casa da Misericórdia - Caracterização arquitectónica	268
IV. 3.1 Conceção espacial	270
IV. 3.2 Volumetria	281
IV. 3.3 Fachada principal e portal	296
IV. 3.4. Igrejas	329
IV. 3.4.1 Planimetrias	230
IV. 3.4.2 Cabeceira e arco triunfal	362
IV. 3.4.3 Equipamento – retábulo, púlpito e coro	380
IV. 3.4.4 Equipamento – tribuna dos oficiais	410
IV. 3.4.5 Decoração integrada	437
IV. 3.4.6 Cobertura interior	449
IV. 3.5 Sacristia	461
IV. 3.6 Casa do despacho	463
IV. 3.7 Outras dependências	470
IV. 3.8 Hospital	481
IV. 4 Mecenias e Patronos	489
IV. 5 Intervenção régia	501
IV. 6 Financiamento das obras	516

<b>Capítulo V – Particularidades arquitectónico-tipológicas</b>	541
V. 1. Especificidades arquitectónico-tipológicas	543
V. 2. A difusão de modelos	555
V. 3. Significados de uma tipologia	568
<b>Conclusões</b>	583
<b>Fontes e Bibliografia</b>	589

## **VOLUMES II e III**

### **Anexos**

- Anexo I – Fichas Analítico-descritivas
- Anexo II – Tabelas
- Anexo III – Mapas
- Anexo IV – Documentos
  - 1. Documentos consultados das Misericórdias
  - 2. Transcrições documentais
- Anexo V – Fotografias



## **Agradecimentos**

O trabalho que agora apresentamos como dissertação de doutoramento é devedor da colaboração e empenho de muitas instituições e pessoas a quem queremos transmitir o nosso profundo agradecimento: das Santas Casas da Misericórdias detentoras dos edifícios e espólios artísticos às Juntas de Freguesia, passando por Arquivos, Paróquias, Museus e Câmaras Municipais. Do apoio dado por estas instituições e respectivos dirigentes e técnicos, a quem agradeceremos nominalmente, destacamos a autorização de visita e a consulta de arquivos, a facilidade de acesso aos espólios artísticos e documentais, a oferta de livros, o acolhimento gentil e o interesse pelo decorrer da investigação.

Ao nosso orientador, Professor Doutor Fernando Grilo, que desde o início acreditou neste trabalho e na existência de condições para a sua concretização, pela disponibilidade, empenho em questões científicas mas também administrativas, contributos e sugestões, paciência e compreensão.

Ao Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e aos seus docentes, pelo acolhimento e por incentivarem a um trabalho científico rigoroso e a um espírito de entreatajuda e companheirismo. À Professora Doutora Maria João Neto pela iniciativa do convite para frequentar o doutoramento. Ao Professor Doutor Vítor Serrão pelas sugestões de investigação e pela facilidade de acesso aos seus textos não publicados.

Aos familiares, amigos e colegas com quem partilhámos os últimos quatro anos, os sucessos, as dúvidas, as alegrias e as dificuldades, pelo apoio e incentivo, pelo interesse pelo decorrer da pesquisa e percepção da sua verdadeira dimensão, embora nem sempre tenham sido fácil o entendimento da complexidade e esforço exigido pela investigação científica enquanto actividade profissional.

Segue o agradecimento nominal a todos os que contribuíram para a realização da investigação que deu origem a esta tese:

**União das Misericórdias Portuguesas**

Manuel Ferreira da Silva

Mariano Cabaço

Miguel Loureiro

**Santa Casa da Misericórdia de Abrantes**

**Santa Casa da Misericórdia de Alandroal**

**Santa Casa da Misericórdia de Albufeira**

**Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal**

**Santa Casa da Misericórdia de Alcácovas**

**Santa Casa da Misericórdia de Alcantarilha**

**Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça**

Gérard Leroux

**Santa Casa da Misericórdia de Alenquer**

Vice-provedor Pe. José Martins

**Santa Casa da Misericórdia de Algoso**

**Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros**

**Santa Casa da Misericórdia de Aljezur**

Provedor Gil Costa da Luz

**Santa Casa da Misericórdia de Aljubarrota**

Vice-provedor José Carvalho

**Santa Casa da Misericórdia de Almada**

Paula Costa

**Santa Casa da Misericórdia de Almodôvar**

**Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão**

**Santa Casa da Misericórdia de Álvaro**

Provedor José Nunes

**Santa Casa da Misericórdia de Alverca**

**Santa Casa da Misericórdia de Alvito**

**Santa Casa da Misericórdia de Arez**

Provedor José Fazendas

Ana Leitão

**Santa Casa da Misericórdia de Arouca**

**Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos**

Provedor Luís Farinha Chinelos

**Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos****Santa Casa da Misericórdia de Atouguia da Baleia**

Provedora Maria Lisete Marques

**Santa Casa da Misericórdia da Azambuja**

Provedor Armando Aparício

José Machado Pereira

**Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga**

Vice-Provedora Maria de São José Mendes

**Santa Casa da Misericórdia de Azurara****Santa Casa da Misericórdia de Barcelos**

Ilídio Torres

**Santa Casa da Misericórdia do Barreiro****Santa Casa da Misericórdia da Batalha**

Teresa Ramos

**Santa Casa da Misericórdia de Benavente**

Paulo Caldeira

**Santa Casa da Misericórdia de Borba****Santa Casa da Misericórdia de Braga**

Cónego António Macedo

**Santa Casa da Misericórdia de Buarcos**

Provedor Carlos Gomes de Abreu

**Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco****Santa Casa da Misericórdia da Chamusca****Santa Casa da Misericórdia de Coruche****Santa Casa da Misericórdia de Coimbra****Santa Casa da Misericórdia do Crato**

Mariano Cabaço

**Santa Casa da Misericórdia de Cuba****Santa Casa da Misericórdia de Elvas****Santa Casa da Misericórdia de Evoramonte**

Provedor Manuel Ribeiro

**Santa Casa da Misericórdia de Estombar**

**Santa Casa da Misericórdia de Faro**

Felisbelo Raio

Salvador Santos

**Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta****Santa Casa da Misericórdia de Fronteira****Santa Casa da Misericórdia do Fundão****Santa Casa da Misericórdia da Golegã****Santa Casa da Misericórdia de Guimarães****Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova****Santa Casa da Misericórdia de Ladoeiro**

Provedor José Ricacho

**Santa Casa da Misericórdia de Loulé****Santa Casa da Misericórdia do Louriçal****Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã**

Provedor Francisco Tavares

**Santa Casa da Misericórdia da Lousã****Santa Casa da Misericórdia de Mação****Santa Casa da Misericórdia de Medelim**

Provedor Alberto Teodósio

**Santa Casa da Misericórdia de Mértola****Santa Casa da Misericórdia de Moncarapacho****Santa Casa da Misericórdia de Monsanto**

Cónego Vítor Vaz

**Santa Casa da Misericórdia de Montalvão**

Provedor Joaquim Costa

**Santa Casa da Misericórdia de Montargil**

Luís Mendes

**Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo****Santa Casa da Misericórdia do Montijo**

Francisco Correia

**Santa Casa da Misericórdia de Mora**

Maria Leonor Batista

**Santa Casa da Misericórdia de Moura**

José Correia



**Santa Casa da Misericórdia de Murça**

**Santa Casa da Misericórdia de Nisa**

**Santa Casa da Misericórdia de Óbidos**

**Santa Casa da Misericórdia de Ourique**

**Santa Casa da Misericórdia de Pavia**

**Santa Casa da Misericórdia de Penamacor**

**Santa Casa da Misericórdia do Penela**

Provedor Manuel Ramos

**Santa Casa da Misericórdia de Peniche**

Provedor Carlos Sá

**Santa Casa da Misericórdia de Pinhel**

**Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima**

**Santa Casa da Misericórdia de Portalegre**

**Santa Casa da Misericórdia do Portel**

**Santa Casa da Misericórdia do Porto**

Regina Andrade

**Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória**

Provedor Francisco Ferreira

**Santa Casa da Misericórdia de Proença-a-Nova**

Provedor José Bairrada

**Santa Casa da Misericórdia de Proença-a-Velha**

**Santa Casa da Misericórdia do Redondo**

Provedor João Azaruja

Isabel Rei

**Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra do Extremo**

**Santa Casa da Misericórdia de Santarém**

António Monteiro

**Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém**

**Santa Casa da Misericórdia do Sardoal**

**Santa Casa da Misericórdia de Segura**

**Santa Casa da Misericórdia de Serpa**

**Santa Casa da Misericórdia da Sertã**

**Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra**

Mesa Administrativa

**Santa Casa da Misericórdia de Setúbal**

Provedor Fernando Ferreira

Daniela Silva

**Santa Casa da Misericórdia de Sobreira Formosa****Santa Casa da Misericórdia de Soure****Santa Casa da Misericórdia de Sousel****Santa Casa da Misericórdia de Tavira**

Mesária Maria Helena Leiria

**Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal****Santa Casa da Misericórdia de Tomar**

Provedor Fernando Jesus

**Santa Casa da Misericórdia do Torrão**

Provedor João Núncio

**Santa Casa da Misericórdia de Torre de Moncorvo****Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas**

Provedor Carlos Faria

**Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras**

Provedor Vasco Fernandes

**Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo**

Provedor Francisco Sitima

**Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo****Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca**

Provedor Carlos Dias

**Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde**

Firmino Abel

Liliana Aires

**Santa Casa da Misericórdia de Vila Real**

Provedor Pe. José Joaquim Dias Gomes

**Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa****Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro****Santa Casa da Misericórdia de Vouzela****Arquivo Distrital de Viana do Castelo**

Olinda Pereira

**Arquivo Municipal de Castro Verde**

Miguel Rego

**Arquivo Municipal de Lagos**

Sara Carvalho

**Arquivo Municipal de Mogadouro**

Rita Gonçalves

**Arquivo Municipal de Óbidos**

Ricardo Pereira

**Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira**

Manuela Corte Real

**Associação Amigos de Abiul**

E. Cunha

**Biblioteca Municipal da Lousã**

Natércia Pereira

**Câmara Municipal de Belmonte**

**Câmara Municipal de Moura**

José Correia

**Câmara Municipal de Pombal**

Nelson Pedrosa

Cidália Brotas

**Câmara Municipal de Vinhais – Vereação da Cultura**

Roberto Afonso

**Comando das Tropas Aerotransportadas de Tancos**

Pe. Constâncio Gusmão

**Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais/Instituto de  
Reabilitação Urbana**

João Vieira

Paula Noé

**Direcção Regional de Cultura do Centro – Divisão de Castelo Branco**

Carla Ribeiro da Silva

José Paulo Leite

**Junta de Freguesia de Alvalade**

**Junta de Freguesia do Bárrio**

**Junta de Freguesia de Cabeção**

**Junta de Freguesia de Muge**

**Junta de Freguesia de Amoreira de Óbidos**

**Lar Jacinto Faleiro** (Castro Verde)

Sónia Nascimento.

**Museu de Alhandra – Casa Dr. Sousa Martins**

**Museu Municipal de Alcochete**

Elsa Afonso

**Museu Municipal de Vila Franca de Xira**

Susana Gonçalves

Graça Nunes

Maria João Martinho

**Museu de Setúbal/Convento de Jesus**

Francisca Ribeiro

**Paróquia de Aljustrel**

Pe. Paulo Carmo

**Paróquia de Colos**

Pe. Luís Gomes

**Paróquia de Cós**

Pe. José da Silva

**Paróquia de Évora de Alcobaça**

Pe. Carlos Marques

**Paróquia de Idanha-a-Velha**

Pe. Adelino Lourenço

**Paróquia da Messejana**

Pe. Hugo Gonçalves

**Paróquia de Pernes**

Pe. Arlindo Jorge

**Paróquia de Santa Maria de Lagos**

Pe. Abílio Almeida

**Paróquia de Seda**

Pe. Paulo Dias

**Paróquia de Vila Ruiva**

Pe. Daniel Guerreiro

**Paróquia de Vila Verde dos Francos**

Pe. António José Serpa

**Turismo da Câmara Municipal de Viana do Alentejo**

Germano Fernandes

**Turismo da Câmara Municipal do Alandroal – Terena**

Por último agradecer a todos os familiares, amigos e colegas, lembrando especialmente aqueles que não puderam presenciar o término deste trabalho.

**Família**

Mãe Fátima, pai João (*in memoriam*), irmã Rita, avó Graça, avó Rita (*in memoriam*), tios Li e Jácome, primo Sancho.

**Amigos e colegas**

Alice Alves, Ana Leitão, Ana Sofia Azinhaga, Carla Baptista de Freitas, Carmo Canto e Castro, Diana Santos, Fátima Fonseca, Fátima Tomás, Filipa Cordeiro, Francisco Queiroz, Francisco Sousa Lobo, Isabel Barata, Isabel Lopes, Joaquim Caetano, José Eduardo Franco, Leonor Botelho, Madalena Costa Lima, Margarida Amorim (*in memoriam*), Maria de Lourdes Nunes, Maria do Rosário Nogueira, Mário Cabeças, Marisa Cristino, Marta Nogueira, Patrícia Alho, Patrícia Monteiro, Ricardo Oliveira Nunes, Ricardo da Silva Nunes,

Rosário Carvalho, Sara Pereira, Sofia Valdez, Soraya Genin, Susana Gonçalves, Teresa Rodrigues, Silvia Santinho, Vanessa Antunes.

Aos *Clepulianos* pelo especial incentivo nas semanas que antecederam a finalização do trabalho: Beatriz Miranda, Daniel Nunes, Fernanda Santos, Leonor Garcia, Mariana Gomes da Costa, Marta Duarte, Patrícia Pereira, Paulo Paixão, Ricardo Ventura.

## INTRODUÇÃO

---





As confrarias da Misericórdia, Santas Casas da Misericórdia, ou simplesmente Misericórdias são confrarias de leigos que se organizaram sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia e prosseguiram objectivos assistenciais e espirituais. Estas confrarias, cuja primeira fundação ocorreu em 1498 em Lisboa, tornaram-se as mais importantes confrarias portuguesas da época Moderna devido à sua rápida difusão por todo o país e espaço ultramarino. E assumiram-se como eficazes estruturas assistenciais que respondiam às necessidades sociais desse período, constituindo-se como uma experiência espiritual, cultural e institucional.

Desde o século XV até à actualidade, as Misericórdias permaneceram activas assegurando o apoio aos mais necessitados; embora, os presos e pobres envergonhados da fase inicial, tenham dado lugar aos idosos e às crianças do presente, tentando colmatar a estrutural incapacidade do poder central de chegar a todas as zonas do país.

Neste contexto, as Misericórdias assumem uma enorme importância histórica, são transversais temporalmente e a um conjunto de acontecimentos e problemáticas, impossíveis de abordar sem ter em conta a sua existência. Não é possível fazer a história da assistência, da saúde, da religiosidade popular e até a história social, ignorando a existência das Santas Casas. Se estes exemplos são praticamente evidentes, podemos sugerir alguns não tão evidentes mas igualmente relevantes: estudos de história local e regional, paisagem rural e urbana, elites sociais, economia local, entre outros.

Um outro domínio que não pode ignorar as Misericórdias é a História da Arte. Nestes vários séculos as Santas Casas foram reunindo um extenso património artístico fruto da sua acção encomendante e proveniente de benfeitores e da anexação de outras instituições. Há cerca de duas décadas iniciou-se um processo de consciencialização da importância deste vasto e variado património que desencadeou um conjunto de iniciativas de preservação, valorização e dinamização do espólio artístico das Misericórdias. Tais como a organização de núcleos museológicos, a inventariação de acervos e a organização de exposições e catálogos. Estes estímulos foram também sentidos entre os investigadores incentivando-os a diversas pesquisas relativas

à acção destas confrarias, do social ao económico e do assistencial ao artístico. Desenvolvendo-se vários estudos, de teses a monografias, de catálogos a artigos científicos, com abordagens monográficas, dedicadas a uma confraria específica ou a temáticas recorrendo à comparação entre várias confrarias

No campo da História da Arte portuguesa torna-se incontornável a produção artística das Santas Casas da Misericórdia pela diversidade de manifestações, qualidade e especificidade temática e originalidade expressiva. Destaca-se também o modo como esta produção se desenvolve face à restante produção artística, repercutindo a evolução da mesma mas, reflectindo as características e história das confrarias e as suas vicissitudes.

Especificamente dentro da História da Arte, a história da arquitectura, é também um campo de trabalho que deve ter em conta as Misericórdias. Bem reveladora desta ideia é a afirmação de Rafael Moreira, num artigo do catálogo *500 Anos das Misericórdias Portuguesas, Solidariedade de Geração em Geração*, de que a arquitectura promovida pelas Misericórdias é “um dos capítulos mais densos e originais – mas incompreensivelmente, talvez o menos estudado – dentro da história da arquitectura portuguesa e do mundo luso, sem paralelo no resto do mundo [...]” e é do “ponto de vista da história da arte e urbanismo, uma história por escrever”.

Estas afirmações incentivaram-nos a estudar a arquitectura produzida pela e para as confrarias da Misericórdia e que agora apresentamos como dissertação de Doutoramento em História da Arte à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Neste capítulo introdutório, para além de enquadrar a pertinência do tema da nossa investigação, queremos definir claramente o objecto de estudo, os seus limites e as suas principais problemáticas. De igual modo, devido à abrangência do tema, foi necessário fazer algumas opções metodológicas que consideramos importante explicitar, designadamente ao nível da do trabalho de campo e da pesquisa arquivística.

## 1. A definição do problema em estudo

### Tema

O objecto de estudo do presente trabalho é a arquitectura promovida pelas confrarias da Misericórdia durante o século XVI. Após investigações preliminares foi possível constatar que as Misericórdias construíram edifícios que integravam uma igreja. Estas apresentavam uma grande diversidade tipológica, com alguns exemplares que se podem inserir na produção de arquitectura religiosa de quinhentos e outros que evidenciavam características tipológicas diferenciadas. Estas particularidades levaram alguns autores a definir uma tipologia arquitectónica que designaram por igreja “tipo Misericórdia”. As suas características principais foram identificadas como: unificação espacial, com nave e capela-mor em espaço comum, presbitério elevado a que se acede por escadas, composição retabular única ou inserida em três capelas no topo da capela-mor, tribuna dos mesários, iconografia específica em portais, retábulos, azulejaria e pintura e predominância de valores chãos de simplicidade e funcionalidade.

No entanto, a nossa investigação inicial deixou transparecer uma enorme complexidade do fenómeno arquitectónico, que não se podia resumir apenas a uma questão tipológica e, que necessitava de um estudo sistemático, abrangente e detalhado. Constituindo também uma oportunidade para traçar um quadro alargado do seu património ainda existente

Ao estudar a arquitectura promovida pelas Misericórdia colocamos a ênfase nas confrarias enquanto encomendantes de obras de arte, concretamente, de Arquitectura. Dito de outro modo procura-se estudar a arquitectura promovida por um encomendante específico, colectivo e leigo - associação de fiéis leigos com função concreta de cariz assistencial e religiosa, com óbvias repercussões na arquitectura construída para servir de suporte a essa função. Assim, as Misericórdias distinguem-se de outros encomendantes (rei, nobreza, clero, ordens religiosas, entre outros): a sua encomenda artística, incluindo a arquitectónica, tem uma intenção funcional – servir de local à prática assistencial incluindo elementos de religiosidade. Mas é também uma forma de

expressar as suas devoções e afirmar e difundir uma identidade e prestígio de grupo. Como tal, a sua produção artística vai apresentar algumas características que a individualizam face à restante produção artística nacional.

Este tipo de estudos de História da Arquitectura, considerando um encomendante específico, tem tido algum protagonismo; são vários os contributos, mas as mais estudadas são as diferentes ordens religiosas, quase sempre circunscritos geografica e temporalmente. Assim, falta uma investigação global das Misericórdias mas concorrendo para a constituição de um panorama global da arte portuguesa.

### **Definições de âmbito temático, temporal e geográfico**

Devido á complexidade e abrangência do fenómeno *Santas Casas da Misericórdia*, definiu-se uma cronologia precisa para esta investigação: o século XVI – época muito heterogénea em termos de contributos e correntes estéticas, culturais e ideológicas, período da fundação e início da actividade assistencial e cultural das Misericórdias, assim como, período inicial da produção de obra arquitectónica pelas confrarias. Esta componente temporal é indispensável para o enquadramento global e, para a contextualização estética, ideológica e social da arquitectura promovida pelas Santas Casas.

A escolha desta cronologia coloca questões pertinentes como a necessidade de distinção entre a data da fundação das confrarias e a da construção dos edifícios, entre as duas datas poderiam mediar algumas décadas. Esta situação situa a data das primeiras construções no segundo quartel de quinhentos.

A adopção de uma periodização específica implica uma seriação dos objectos de estudo em função da mesma, tarefa só possível recorrendo ao reajuste e à confrontação dos dados, que se podem coligir na bibliografia e documentação. Esta tarefa inicial revelou-se bastante morosa e crítica, pois as contradições e as referências sem indicação da fonte de informação foram situações muito comuns e de difícil resolução.

Optou-se igualmente, devido à grande quantidade de confrarias fundadas no século XVI – cerca de duzentas e trinta, por circunscrever a investigação principal ao território continental.

No entanto, sempre que relevante e quando existiram elementos para o fazer, foram utilizados dados referentes a Misericórdias com outras cronologias e outras localizações geográficas.

Tendo em consideração as definições temporais e geográficas, foi necessário proceder à identificação dos objectos de estudo. Primeiramente houve que elaborar uma listagem de todas as confrarias, com respectivas datas de fundação e construção dos edifícios, recorrendo a bibliografia genérica e específica referente à história das Misericórdias. Numa segunda fase, esta listagem foi revista e completada, de modo a aferir quais as confrarias quinhentistas cujos edifícios ainda mantinham elementos desse período e as que sofreram remodelações em épocas posteriores.

Assim retirámos do âmbito principal do nosso estudo, pois apenas serão consideradas em casos específicos:

- todas as confrarias com fundação posterior ao século XVI;
- todas as confrarias que apesar de fundadas no século XVI, viram os seus edifícios alterados ao nível arquitectónico, com implicações planimétricas, volumétricas e de concepção do espaço interior em épocas posteriores ao século XVI;
- todas as confrarias que apesar de fundadas no século XVI, foram ocupar espaços de culto preexistentes, não construídos com o objectivo de albergar a realidade assistencial e cultural de uma confraria da Misericórdia;
- todas as confrarias que apesar de fundadas no século XVI e terem igreja construída na mesma época, viram-na destruída;

Ou seja, o nosso estudo integra prioritariamente os edifícios das Santas Casas da Misericórdia que tenham sido edificados durante o século XVI com o objectivo de acolher a acção assistencial e cultural da confraria e que actualmente mantém um número mínimo de elementos íntegros, ao ponto de poderem dar um contributo para o estudo das suas características e contexto construtivo durante o século XVI.

Este trabalho teria ficado beneficiado se existissem mais monografia, históricas e artísticas, dedicadas a cada uma das Santas Casas do país, obras essas que deveriam privilegiar a metodologia e o rigor científicos. Se assim fosse, problemas como data de fundação da confraria, local inicial de funcionamento, data de construção da igreja e campanha de obras posteriores, estariam num grau de conhecimento muito mais avançado dispensando-nos de pesquisas básicas, muito morosas e exigentes de criticismo, deixando-nos tempo para o verdadeiro tema do nosso trabalho.

Foi para suprimir estas lacunas e para sistematizar os elementos que poderiam verdadeiramente interessar ao nosso trabalho que desenvolvemos fichas analítico-descritivas de cada um dos edifícios quinhentistas. Este instrumento de trabalho permitiu as conclusões aqui explanadas e constitui um corpus de informação textual e visual muito diversificado.

## **2. Objectivos**

O presente trabalho procura dar um contributo para o conhecimento e caracterização do património arquitectónico das Misericórdias, nomeadamente no âmbito da arquitectura portuguesa quinhentista. Não é nossa intenção fazer uma monografia dos edifícios quinhentistas da Misericórdias ou dar um tratamento monográfico à informação bibliográfica ou documental recolhida no âmbito desta investigação. Interessa-nos sim, contribuir para a compreensão global do fenómeno arquitectónico das Misericórdias portuguesas. Neste contexto foram identificadas algumas problemáticas centrais a que queremos dar resposta, nomeadamente:

- levantamento e registo exaustivo de todas as confrarias e Casas da Misericórdia quinhentistas e dos principais elementos para a sua identificação, localização e caracterização;
- enquadramento da produção arquitectónica das Misericórdias no contexto mais vasto da encomenda artística promovida por estas confrarias;

- redefinição da questão central da arquitectura promovida pelas Misericórdias tendo em conta a função assistencial e religiosa da confraria – a Casa da Misericórdia;
- identificação e caracterização da relação que as Misericórdias estabelecem com o espaço edificado (as opções urbanísticas e de localização dos imóveis e os tipos de ocupação);
- caracterização da produção arquitectónica das confrarias da Misericórdia e contextualizá-la no âmbito da arquitectura quinhentista portuguesa de modo a identificar as suas particularidades;
- análise das particularidades tipológicas de alguns edifícios das Santas Casas, tentando caracterizá-las, assim como o seu processo de difusão, repercussões e permanências em outros exemplares de arquitectura religiosa, e identificar modelos e influências arquitectónicas e artísticas.
- constituição de um corpus informativo de todas as Misericórdias fundadas no século XVI, analisando os edifícios quinhentistas em ficha analítico-descritiva concebida para o efeito.

### **3. A investigação – fontes e trabalho de campo**

A nossa investigação iniciou-se pela pesquisa bibliográfica e arquivística e continuou pelo trabalho de campo, pois considerámos absolutamente fundamental o contacto com os edifícios de fundação quinhentista.

A pesquisa bibliográfica assumiu grande importância para o conhecimento global do fenómeno *Santas Casas da Misericórdia*, história, difusão, acção assistencial e cultural e, mais concretamente, para a definição das datas de instituição das confrarias, da construção dos edifícios e registo das alterações que sofreram. Assim, procurou-se que fosse o mais sistemática possível

percorrendo os fundos da Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca da Faculdade de Letras e dos Serviços de Documentação da Universidade de Lisboa, Biblioteca Geral e Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, Centro de Documentação da União das Misericórdias Portuguesas e Biblioteca Nacional de Espanha.

A pesquisa arquivística incidu sobretudo nos arquivos das próprias Misericórdias, os que se constituem como arquivos próprios e os que estão em depósito noutras instituições, que custodiam a documentação mais abundante e directa relativa à sua actividade incluindo a promoção de obras arquitectónicas.

Existe uma grande heterogeneidade nos arquivos das confrarias da Misericórdia ao nível das tutelas, estado de tratamento e acondicionamento da documentação, dimensões, número de documentos preservados, estado de conservação, cronologias e tipologias documentais, entre outros, e que pode ir do inventário informatizado ao não tratamento e acondicionamento. Noutros casos mais insólitos, a documentação está tratada e acondicionada, mas não existe inventário para consulta com correspondência entre a numeração atribuída às pastas e o seu conteúdo. Alguma documentação está já entregue a instituições arquivísticas, de natureza municipal ou distrital, que podem assegurar a preservação, difusão e acesso aos espólios documentais das Misericórdias.

A grande maioria dos arquivos das Misericórdias não estão constituídos como tal, e as condições de tratamento e conservação dos documentos e condições de consulta não são as mais adequadas para a investigação. Assim, sentimos, e não queremos deixar de o clarificar, que esta pesquisa foi condicionada pelo estado de tratamento dos arquivos, pelas características dos instrumentos de descrição documental disponibilizados ou pela sua inexistência e pela informação prestada pelos técnicos. No entanto, situação semelhante verificou-se em alguns arquivos municipais por desconhecimento dos fundos documentais em depósito.



A nossa investigação arquivística, devido à grande quantidade de arquivos e de documentação, foi orientada pelas obras Guia dos arquivos em **Portugaliae Monumenta Misericordiarum** (2002) e **Recensamento dos Arquivos Locais e Misericórdias** (1995 - 2000). Estas obras revelaram-se fundamentais para a identificação dos arquivos a consultar e para o estabelecimento de prioridades dentro da economia de tempo destinada à investigação. No entanto, no decurso da pesquisa, constatámos que estas obras apresentam algumas limitações; nomeadamente, estão incompletas, não incluem todos os distritos e em alguns casos apresentam datas extremas incorrectas. Estas limitações, no caso do Guia dos Arquivos são fruto da metodologia de trabalho que lhe está inerente (a informação é recolhida com base num contacto com a instituição, sendo que muitas desconhecem a sua realidade documental e outras não respondem) e uma excessiva dependência informativa da obra mais antiga. Destacamos apenas três exemplos; o caso de Golegã que tem como data inicial 1669 mas que tem documentação pelo menos desde 1540; o caso de Freixo que aparece como não tendo documentação mas que a mais antiga remonta a 1554; e o de Miranda do Douro cujo documento de arquivo mais antigo data de 1578 mas que aparece como 1603.

Em alguns casos não foi possível ultrapassar estas limitações, pois a grande quantidade de arquivos, tornava impraticável confirmar todas as datas apresentadas no **Recenseamento** e no Guia dos Arquivos. Para dificultar esta tarefa, muitos arquivos não estão tratados e os técnicos das instituições desconhecem a documentação.

Assim, e dado o âmbito da nossa investigação, primeiramente procedeu-se à consulta dos fundos com documentação quinhentista referentes a edifícios também quinhentistas. Dentro da economia de tempo já referida, não se consultaram os arquivos com documentação quinhentista correspondente a confrarias quinhentistas e a edifícios fruto de campanhas de obras posteriores. Apesar de considerarmos que esta documentação poderia ser potencialmente importante, dentro das opções a fazer em qualquer investigação com limite temporal concreto, considerámo-la não prioritária, pois alargaria em muito a pesquisa documental e não teríamos a garantia de recolher mais do que informações parcelares. No entanto, e para que este conjunto de Misericórdia e

edifícios não fique totalmente em aberto, decidimos aproveitar as referências documentais e bibliográficas publicadas referentes a Misericórdias quinhentistas com edifícios datados de épocas posteriores e Misericórdias de fundação posterior ao século XVI. Estes revelaram-se muito úteis a vários níveis para complementar o tema abordado neste trabalho, nomeadamente, para demonstrar que muitas questões e problemáticas não se restringem a um período concreto mas, prolongam-se no tempo revelando a sua estruturalidade. No entanto, e não querendo contradizer o que foi afirmado no parágrafo anterior, em algumas circunstâncias, consultou-se documentação posterior referente a edifícios quinhentistas e arquivos com documentação referentes a igrejas datadas de épocas posteriores. Estas circunstâncias estão relacionadas com factores meramente casuais; ou seja, revestiram a forma de oportunidade a aproveitar (arquivos bem organizados, facilidades de consulta, tipologias documentais existentes no arquivo).

No conjunto da documentação quinhentista privilegiámos a consulta de determinadas tipologias documentais, numa hierarquia de consulta necessária à gestão do tempo. Foram consultados sistematicamente os livros de termos e acórdãos da mesa, os livros de obra, as escrituras e os tomos; documentação que considerámos mais relevante após um atento processo de aproximação e conhecimento à natureza e características dos fundos documentais das Misericórdias.

Os livros de termos ou acórdãos registam sob a forma de actas as resoluções dos oficiais que em cada ano administram a confraria e que se reúnem em periodicidade variável, de Misericórdia para Misericórdia, para tomar as decisões mais importantes. Esta tipologia documental apresenta um grau de pormenor bastante considerável e, como tal, uma riqueza informativa relevante. No caso dos livros de acórdãos procurámos consultar também os posteriores ao século XVI (do século XVII e XVIII), pois alguns livros mais recentes, registam resumos dos acórdãos antigos mais importantes, como acontece em Torres Vedras.

Os livros de obra, bastante raros no contexto das Misericórdias para o período em causa, foram consultados de forma sistemática, pois fornecem informações

diversificadas sobre as campanhas de obras: pagamentos, recolha de esmolas, actas de decisões relativas a intervenção, entre outros.

Muitas Misericórdias guardam maços compostos por inúmeros documentos avulsos coligidos com ou sem organização cronológica ou temática, onde a tipologia documental mais comum são as escrituras. Estas são quase sempre de arrendamento, aforamento ou compra e venda; no entanto, em alguns casos junto com esta documentação surgem contratos de obra como acontece na Golegã, Lagos, Vila do Conde e Vila Ruiva o que determinou que este tipo de documentos fosse sempre consultado, nomeadamente em arquivos com tratamento arquivístico precário e independentemente da sua cronologia.

Por último, destacar os tombos que, embora quase sempre posteriores ao século XVI, podiam assumir a forma de inventário autêntico dos bens de raiz, com as suas demarcações e confrontações, ou registo de documentos importantes para a gestão da confraria, como escrituras e testamentos e por isso apresentaram um particular interesse para a nossa investigação. Estes textos ao registarem e descreverem as propriedades pertencentes às Misericórdias, incluem muitas vezes, a descrição do edifício onde funciona a confraria. Muitas destas descrições permitem conhecer os edifícios antes de campanhas de obras que os alteraram profundamente, nomeadamente na sua planimetria e organização espacial e por isso o seu interesse para esta investigação, foi o caso de Viana do Alentejo e Vila Ruiva.

Num segundo momento, e sempre que não existia outra documentação ou as condições de pesquisa o proporcionaram, foram consultados os livros de receita e despesa, de menor riqueza informativa, quase sempre muito sucintos e de grande ambiguidade. O registo pode ir de: “ao pintor dez reis” a “ao pintor Afonso Martins dez reis pelo retábulo”, no entanto, faltando outro tipo de fontes escritas, estas revelam-se bastante úteis.

Em qualquer tipologia documental foram reveladoras as últimas páginas dos livros; o registo apressado e subsidiário nestas folhas, deixam antever as dinâmicas do registo escrito no período em questão, aproveitando as páginas de um livro em utilização, para assentar um acontecimento ou acto isolado: acórdão especial, pagamento extra ou contextualizado, desenho...

Ainda sobre a pesquisa documental gostaríamos de salientar que, em muitos casos, foi consultada toda a documentação do século XVI e princípios do século XVII, independentemente da tipologia documental, pois muitas vezes a organização dos registos escritos não era muito clara. No âmbito da nossa pesquisa pudemos constatar que, no contexto das Misericórdias, existem diferentes tipos de arquivos de acordo com o desenvolvimento e importância económica e social da confraria e respectiva evolução. Confrarias como Porto, Guimarães, Braga e Montemor-o-Novo que desde os primeiros anos registam um elevado grau de complexidade, com número de irmãos, actividade assistencial e bens muito consideráveis, tendem a ter uma maior especialização dos seus registos escritos – livro da irmandade ou dos irmãos, livro dos acordãos da mesa, livro de receita e despesa...<sup>1</sup>. Por outro lado, confrarias de menores dimensões e com uma actividade e bens mais restritos têm nos anos iniciais apenas um livro, o livro da confraria, onde se concentram todos os registos escritos relevantes para a sua gestão, e que nas de maiores dimensões aparecem dispersos por vários livros. É o caso de Bragança com o **Livro que há-de servir nesta Santa Casa da Misericórdia este ano que entra por dia de Santa Isabel**, que servia para registar o título dos oficiais (provedor, mordomo, capelão, manposteiros), os acordãos da mesa, o título dos pobres que se receberam, entre outros. E o do Torrão designado por **Livro da confraria da Misericórdia**, ano 1604-1605, que integra: auto da eleição do provedor e irmãos, auto de eleição do mordomo e escrivão, obrigação do meirinho da casa, título dos irmãos para servir em cada mês, título dos pedidores, título dos capelães, concerto com o médico, obrigação do sangrador, receita do meses, despesa dos meses, despesa do pão por meses, título do pão que a casa tem de renda, título do pão que recebeu, título do pão que se ficou a dever, título dos defuntos que a casa enterrou, dividas que se devem a casa. Situação semelhante, ainda que nem todos os livros incluam as mesmas rubricas, acontece nos primeiros anos de actividade em Alcobaça,

---

<sup>1</sup> Um inventário seiscentista da Misericórdia de Soure refere: “tres liuros novos de caixa, a saber hum da irmandade, outro das eleições e outro que he este da receita e despesa” e no ano seguinte acrescenta um quarto: “outro de acordaons”, cfr. Arquivo da Misericórdia de Soure, D – 7 – 9 – **livro de receita e despesa** (1658 - 1668), fls. 10 e 27.

Arraiolos, Pavia e Monforte. Na maioria dos casos os instrumentos de descrição documental não registam esta realidade, referenciando esta documentação apenas como livro de receita e despesa.

**Arquivos das Misericórdias** consultados, num total de cento e quarenta fundos documentais:

- Abrantes (Arq. Mun. Abrantes)
- Alandroal
- Alcácer do Sal
- Alcáçovas
- Alcobaça
- Alcochete (Arq. Dist. Setúbal)
- Aljezur
- Aljustrel (Arq. Mun. Aljustrel)
- Alter do Chão
- Alvito
- Arraiolos
- Atouguia da Baleia
- Barcelos
- Batalha
- Beja (Arq. Dist. Beja)
- Benavente
- Borba
- Braga (Arq. Dist. Braga)
- Bragança (Arq. Dist. Bragança)
- Buarcos
- Calheta (Arq. Reg. Madeira)
- Caminha (Arq. Dist. Viana Castelo)
- Chamusca
- Constância (Arq. Dist. Santarém)
- Coruche
- Cós (Arq. Miseric. Alcobaça)
- Erra (Arq. Miseric. Coruche)
- Estômbar
- Elvas
- Évora (Arq. Dist. Évora)
- Évora de Alcobaça (Arq. Miseric. Alcobaça)
- Évoramonte
- Faro
- Freixo de Espada a Cinta
- Fronteira (Bib. Mun. Fronteira)
- Funchal (Arq. Reg. Madeira)
- Fundão
- Golegã
- Guimarães
- Lagos (Arq. Mun. Lagos)
- Lourinhã
- Lousã (Bib. Mun. Lousã)
- Machico (Arq. Reg. Madeira)
- Maiorga (Arq. Miseric. Alcobaça)
- Mértola (Arq. Mun. Mértola)
- Mogadouro
- Moncarapacho
- Monforte
- Montargil
- Montemor-o-Novo
- Montijo (Arq. Mun. Montijo)
- Mora
- Moura (Arq. Mun. Moura)

- Nisa
- Óbidos (Arq. Mun. Óbidos)
- Pavia
- Pederneira (Arq. Confraria N. Sra. Nazaré)
- Peniche
- Portalegre
- Porto
- Redondo
- Santa Cruz (Arq. Reg. Madeira)
- Santarém
- Santiago do Cacém
- Seda (Arq. Miseric. Alter do Chão)
- Seia
- Serpa (Arq. Mun. Serpa)
- Sesimbra (Arq. Mun. Sesimbra)
- Setúbal (Arq. Dist. Setúbal)
- Soure
- Tarouca
- Tavira
- Tentúgal
- Tomar
- Torrão
- Torres Vedras
- Viana do Alentejo
- Viana do Castelo (Arq. Dist. Viana do Castelo)
- Vila Franca de Xira
- Vila Real (Arq. Dist. Vila Real)
- Vila Viçosa
- Vimieiro

Complementarmente foram pesquisados outros fundos documentais com o único objectivo de complementar as consultas nos arquivos das Misericórdias. Estas pesquisas incidiram sobretudo em fundos notariais, diocesanos, chancelarias régias.

Os registos notariais são das tipologias documentais mais ricas para a História da Arte, pois os contratos registados permitem obter diversas informações sobre determinada obra; designadamente, autoria, programa artístico, modelos, condições e método de trabalho, pagamentos, entre outros.

Os arquivos diocesanos revelaram-se igualmente bastante interessantes para o estudo da arquitectura das Misericórdias, embora numa tipologia documental específica – licenças de erecção e bênção de altares para as igrejas. Estes documentos, expedidos a pedido das Misericórdias e arquivados nos seus cartórios, encontram-se também, sob a forma de cópias trasladadas nos livros do Registo Geral dos arquivos diocesanos. Estes livros de registo de documentos expedidos integram documentação muito variada (confirmações de capelania, benefícios, priorados e vigararias, mercês de ofícios, licenças

para particulares e moradores levantarem altares em ermidas ou igrejas e licenças para se fazerem ermidas ou oratórios particulares). A cópia, na íntegra ou na parte essencial, dos actos expedidos pelo Bispo, no âmbito do governo da diocese, visava a preservação, controlo e acesso à informação, e muitos perderam-se na instituição de destino mas subsistem na diocese emissora nos livros do Registo Geral.

Relativamente às Chancelaria régias e das Ordens Militares existe um levantamento, tendencialmente sistemático, realizado e publicado pelo projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. No entanto, confrontando-o com outra bibliografia, constatámos que alguns documentos que referiam as Misericórdias, embora de uma forma indirecta, não constavam do levantamento. Assim, decidimos realizar a nossa própria pesquisa alargando os termos pesquisados a todas as localidades incluídas nos índices das Chancelaria.

Ainda no Arquivo Nacional/Torre do Tombo foi bastante proveitosa a consulta de outros documentos como o Corpo Cronológico e as **Memórias Paroquiais**, que incluem duas perguntas com informações importantes para o nosso estudo. A “11”: “Se tem hospital, quem o administra, e que renda tem?” e a “12”: “se tem casa de Misericórdia, e qual foi a sua origem, e que renda tem; e o que houver notável em qualquer destas cousas”. Na maioria dos casos os registos são sucintos e limitam-se a responder às questões colocadas; no entanto, noutros o relato é bastante detalhado, incluindo também a descrição do edifício neste mesmo tópico ou no seguinte (pergunta “13”: “Se tem ermidas, e de que santos, e se estão dentro, ou fora do lugar, e a quem pertencem”).

#### **Outros arquivos e fundos pesquisados:**

- Arquivo Distrital de Braga (notariais de Barcelos e de Braga; Registo geral de Câmara Eclesiástica de Braga; Gavetas do Cabido; Juízo dos Resíduos)
- Arquivo Distrital de Faro (notariais de Faro);
- Arquivo Distrital de Portalegre (notariais de Portalegre e Nisa);
- Arquivo Distrital do Porto (notariais do distrito);

- Arquivo Distrital de Santarém (notariais de Tomar, Constância e Coruche);
- Arquivo Distrital de Viana do Castelo (notariais do distrito);
  
- Arquivo da diocese do Algarve;
- Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa;
  
- Arquivo Nacionais/Torre do Tombo:
  - Chancelaria de D. Manuel I;
  - Chancelaria de D. João III;
  - Chancelaria de D. Henrique/D. Sebastião;
  - Chancelaria de Filipe I;
  - Chancelaria de Filipe II;
  - Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo;
  - Chancelaria Antiga da Ordem de S. Tiago;
  - Arquivo Casa Fronteira e Alorna;
  - Corpo Cronológico;
  - Memórias Paroquiais;
  
- Arquivo Municipal de Mogadouro (fundos das extintas Misericórdias do concelho);

Desta investigação não excluimos a documentação das Misericórdias extintas e com edifícios destruídos; embora muitos dos arquivos tenham desaparecido, mesmo que não fisicamente pelo menos do conhecimento. Para estes casos foram contactados os arquivos municipais, algumas paróquias e outras instituições que detêm a posse do imóvel, para tentar localizar essa documentação; mas na maioria dos casos não foi possível localizá-los.

Transcreveram-se para incluir esta dissertação os documentos mais relevantes de acordo com as temáticas abordadas, os inéditos e os que não sendo inéditos nunca foram alvo de transcrição. Um outro critério para a selecção das fontes a transcrever relacionam-se com a pouca acessibilidade (não apenas



geográfica) de determinados fundos arquivísticos, que incluem documentos relevantes para o conhecimento da arquitectura promovida pelas Misericórdias.

Na transcrição documental foram seguidas as seguintes normas:

- transcreveram-se os documentos em linha contínua;
- respeitou-se a morfologia do texto original, mantendo-se a separação entre os parágrafos e as indicações à margem;
- colocou-se a foliação entre [ ], no meio do texto, coincidindo com o início do respectivo fólio;
- respeitou-se a grafia das palavras conservando o uso das consoantes e vogais dobradas, tanto no início como no meio das palavras, e o das letras “i”, “j”, “y”, “u” e “v”;
- respeitou-se a grafia dos numerais;
- actualizou-se o uso de maiúsculas e minúsculas nos topónimos e antropónimos;
- mantiveram-se os erros do escriba assinalando-os com [*sic*];
- as anotações marginais foram transcritas;
- desenvolveram-se as abreviaturas não assinalando as letras omissas; sempre que possível esse desenvolvimento fez-se de acordo com a ortografia habitual do escriba;
- recompuseram-se as palavras, separando-se de outras ou agrupando as sílabas de acordo com os critérios morfológicos actuais;
- utilizou-se a apóstrofe nos casos de elisão;
- utilizou-se o til nos ditongos nasais;
- colocou-se entre [ ] tudo o que resultou da nossa interpretação devido à ilegibilidade do texto, falta ou deterioração do suporte;
- assinalou-se as lacunas de suporte com [...];
- assinalou-se a suspensão do texto com (...);
- assinalou-se as dúvidas de leitura com (?);
- assinalou-se as palavras que não se conseguiram ler com [--];
- a transcrição das assinaturas foi precedida de [assinatura.];

De igual importância se revestiu o trabalho de identificação e análise detalhada de todos os conjuntos arquitectónicos das Misericórdias que integram este

estudo, incluindo os que estão referidos mas não identificados, os que perderam a sua função inicial, os que mudaram de proprietário/tutela e os que foram destruídos. Esta tarefa só possível recorrendo a um trabalho de campo sistemático, complementado quando necessário pela consulta de inventários patrimoniais, com especial relevância para a publicação da Academia Nacional de Belas Artes e para o SIPA – Inventário do Património Arquitectónico acessível em [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt).

Neste contexto foram analisados *in loco* os edifícios das Misericórdias de:

Abiul	Arouca	Cardigos
Abrantes	Arouca	Castanheira do Ribatejo
Alandroal	Arraiolos	Castelo Branco
Albufeira	Arronches	Castelo de Vide
Alcácer do Sal	Arruda dos Vinhos	Castro Marim
Alcáçovas	Assumar	Castro Verde
Alcantarilha	Atouguia da Baleia	Chamusca
Alcobaça	Aveiro	Coina
Alcochete	Azambuja	Colares
Alenquer	Azinhaga	Colos
Algoso	Azinhoso	Coruche
Alhandra	Azurara	Cós
Aljezur	Barcelos	Crato
Aljubarrota	Batalha	Cuba
Aljustrel	Beja	Elvas
Almada	Borba	Ericeira
Almendra	Braga	Estômbar
Almodovar	Bragança	Évora
Alter do Chão	Buarcos	Évora de Alcobaça
Álvaro	Cabeção	Évoramonte
Alverca	Cacela Velha	Faro
Alvito	Caminha	Freixo de Espada a
Ansião	Cano	Cinta
Arez	Cantanhede	Fronteira

Funchal	Óbidos	Sardoal
Fundão	Olivença	Seda
Gáfete	Palmela	Segura
Golegã	Pavia	Seia
Gouveia	Pederneira	Serpa
Guarda	Pedrógão Grande	Sertã
Guimarães	Pedrógão Pequeno	Sesimbra
Idanha-a-Nova	Penamacor	Setúbal
Idanha-a-Velha	Penas Roias	Silves
Ladoeiro	Peniche	Sobreira Formosa
Lagos	Pernes	Soure
Lisboa	Pinhel	Sousel
Loulé	Pombal	Tancos
Lourical	Ponte de Lima	Tavira
Lourinhã	Portalegre	Tentúgal
Lousã	Portalegre	Terena
Mação	Portel	Tolosa
Maiorga	Portel	Tomar
Maiorga	Portimão	Torrão
Medelim	Porto	Torrão
Melo	Porto	Torre de Moncorvo
Mértola	Porto de Mós	Torres Novas
Messejana	Póvoa e Meadas	Torres Vedras
Miranda do Douro	Povos	Viana do Alentejo
Moncarapacho	Proença-a-Nova	Viana do Castelo
Monsanto	Proença-a-Velha	Vila do Conde
Montalvão	Redondo	Vila do Conde
Montemor-o-Novo	Rosmaninhal	Vila Franca de Xira
Montemor-o-Velho	Salvaterra do	Vila Nova da Baronia
Montijo	Extremo	Vila Real
Mora	Samora Correia	Vila Real
Moura	Santa Cruz	Vila Ruiva
Murça	Santarém	Vila Verde dos Francos
Nisa	Santiago do Cacém	Vila Viçosa

Vimieiro

Viseu

Para além destes edifícios, que foram visitados individualmente, realizámos algumas pesquisas referentes a edifícios destruídos, com base em testemunhos subsistentes, que em alguns casos foram bastante relevante para a compreensão global do fenómeno arquitectónico das Misericórdias.

A este conceito deu conteúdo Vítor Serrão que desenvolveu a noção de *cripto-história da arte* - o estudo da obra de arte desaparecida e do fragmento. Este *não vestígio*, arquitectura, pintura ou escultura desaparecida, que pode subsistir apenas num desenho, fotografia ou planta, ao ser analisado permitem um alargamento dos objectos de estudos e deve ser entendido como fazendo parte e definindo uma determinada conjuntura artística. No caso da nossa investigação os edifícios desaparecidos, correspondem a cerca de 20% da totalidade dos edifícios objecto do nosso estudo. Por isso, desencadeámos uma investigação que, por se remeter a edifícios desaparecidos, teve que assumir contornos específicos, metodologia própria e fontes alternativas. Para cada igreja destruída tentou-se identificar elementos que pudessem dar a conhecer estas construções: fotografias anteriores à destruição em colecções de arquivos e museus locais e em outras instituições. Pesquisou-se igualmente os seus arquivos de forma a encontrar descrições antigas, por exemplo em Tombos; também foram realizadas pesquisas ao nível dos fundos de cartografia do IGEO – Instituto Geográfico Português/Cartoteca Digital e do SIDCarta - Sistema de Informação para Documentação Cartográfica. Muitas destas diligências ficaram condicionadas pelo estado do tratamento de alguns espólios, ainda em processo de inventariação e não disponíveis na totalidade para a consulta, e pelas informações prestadas pelas instituições.

Esta investigação, morosa e exigente em criatividade, proporcionou recuperar a memória de cerca de metade dos edifícios desaparecidos, sob a forma de desenhos, plantas, fotografias, mapas e descrições. Estas informações revelaram-se bastante relevantes para a consolidação de algumas ideias chave sobre a caracterização da arquitectura construída pelas Misericórdias durante o século XVI.

#### **4. Os resultados**

Esta investigação não adquire a forma de um inventário dos edifícios quinhentistas das Misericórdias, nem de monografias histórico-artísticas dos mesmos. É um tratamento global de vários campos de análise através de abordagem histórica, social e cultural, holística e integradora, da produção arquitectónica das confrarias - da caracterização arquitectónica às fontes de financiamento, dos artistas à intervenção régia, das funções da arquitectura à identificação de modelos artísticos e arquitectónicos.

Por isso, o tratamento da informação resultante da investigação é por um lado monográfico, individual, cada Misericórdia tem uma ficha ou entrada numa tabela. Estas constituem um conjunto de informação que aparecerá sobre a forma de anexos e não de texto principal; nelas sistematiza-se a informação relevante e inédita recolhida, de forma individualizada mas sem pretensões de exaustividade, nomeadamente na identificação documental de todas as campanhas artísticas.

Esta abordagem monográfica é completada por uma outra temática e comparativa, em que várias problemáticas são tratadas recorrendo a elementos recolhidos em cada confraria e procurando uma relação comparativa entre todos eles.

Neste contexto privilegamos uma abordagem que dá uma importância relativa, posicionada, a questões de datação e autoria; preocupando-se com elementos de diferente natureza. Designadamente, a compreensão de uma dinâmica encomendante específica e com traços de identidade, que se encontram dispersos por uma ampla área geográfica e o entendimento da identidade do edifício e da sua essência enquanto espaço com uma função concreta.

Para operacionalizar a informação recolhida na nossa investigação foi necessário criar tabelas e fichas de recolha e sistematização da informação,

que assim registada e esquematizada pode ser encarada como um conjunto de conhecimento sobre património arquitectónico das Misericórdias.

A informação bibliográfica, iconográfica, arquivística e a disponibilizada pela própria obra de arte, recolhida no trabalho de campo, foi reunida em tabelas e fichas. Estas são compostas por diferentes campos, que se justificam pela necessidade de tratamento dessa mesma informação, sua sistematização e racionalização, permitindo maximizar o seu potencial informativo e o seu tratamento crítico.

Estas fichas não são fichas de inventário, nem o seu conteúdo se refere a um levantamento sistemático, actualizado e preferencialmente exaustivo dos bens culturais. Mas trata-se de uma forma de sistematizar informação, concebida de modo a respeitar o particularismo de cada caso e a permitir o cruzamento da informação de acordo com os objectivos pré-definidos para este trabalho. Exigiram um preenchimento regular, metódico e sistemático e a utilização de uma linguagem rigorosa, mas também sintética, precisa e operativa.

A ficha estrutura-se em grandes grupos de informação: identificação, localização, protecção, enquadramento, nota histórica, nota artística, nota descritiva, intervenções, conservação, documentação, informações complementares. Cada um destes campos compreende vários sub-campos:

**IDENTIFICAÇÃO:** integra a designação da Misericórdia estudo.

**LOCALIZAÇÃO:** identifica ao nível dos sub-campos, **diocese, distrito, concelho, freguesia**, a localização religiosa e administrativa do edifício da Misericórdia em estudo, e ainda as vias de **acesso** no sub-campo do mesmo nome.

**PROTECÇÃO:** identifica ao nível dos sub-campos, **grau, decreto** legal e **ZP/ZEP**, a protecção administrativa a que o imóvel está sujeito.

**ENQUADRAMENTO:** caracteriza o enquadramento da igreja quer no **contexto urbano**, quer no **contexto de outras construções** pertencentes a um mesmo conjunto edificado.

**UTILIZAÇÃO:** identifica qual o uso inicial e o uso actual do edifício. Sempre que se encontrou referência a diferentes usos durante a história do edifício indicam-se antecidos pelas respectivas datas.

**PROPRIEDADE/AFECTAÇÃO:** propriedade e/ou usufrutuário actual do imóvel, ou instituição a que está afecto.

**NOTA HISTÓRICA:** campo dividido em dois sub-campos, **confraria** e **hospital/construções assistenciais** e onde se registam os dados de cariz histórico referentes a esses sub-campos.

No sub-campo **confraria** indicam-se a **data** mais credível para a fundação da confraria, em função das fontes existentes, assim como os seus **dinamizadores** e as fontes documentais utilizadas para o seu preenchimento; o **local de funcionamento inicial** e as datas dessa ocupação; em **outras datas** indicam-se outras datas atribuídas à fundação da confraria referidas pela bibliografia.

Existe também a possibilidade de, em texto livre, registar outros dados históricos relacionados com a confraria.

No sub-campo **hospital/construções assistenciais**, registam-se em texto livre os elementos essenciais referentes à sua história.

**NOTA ARTÍSTICA:** integra os dados artísticos respeitantes ao imóvel em estudo; assim nos sub-campos constam informações referentes à Casa da Misericórdia: **data**, **arquitecto/construtor/pedreiro** e **dinamizadores** da construção assim como as **fontes** documentais utilizadas para o seu preenchimento.

Em sub-campo distinto registam-se os dados conhecidos sobre **obras posteriores**: **data** de realização, **intervenções** realizadas, os **arquitecto/construtor/pedreiro** responsáveis e as **fontes** documentais utilizadas para o seu preenchimento.

**NOTA DESCRITIVA:** integra a análise descritiva da **igreja**, do **hospital** e de **outras dependências** (sacristia, casa do despacho, pátio, cemitério, entre outros).

Relativamente ao conjunto arquitectónico devem ser caracterizados em sub-campos diferenciados a **planta** e a **volumetria**; de igual modo deve-se descrever o **exterior** em três sub-campos distintos: **fachada principal**, **fachadas laterais** e **cobertura**. No **interior**, registam-se os dados referentes à Igreja, nomeadamente, **concepção espacial**, **alçados**, **decoreção** (azulejos, estuques, pintura mural), **equipamento** (retábulos, tribuna, púlpito, coro), **cobertura e pavimento**;

Relativamente ao **Hospital e Outras Dependências** a descrição é feita em texto livre registando os dados necessários à sua análise artística, seguindo os sub-campos da análise interior da igreja.

Ainda na nota descritiva serão integradas informações referentes a **características estilísticas** com uma análise global da obra destacando as suas características identificadoras específicas.

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** o estado de conservação do imóvel, genericamente classificado de muito bom, bom, razoável, mau, muito mau, complementado com informações consideradas relevantes.

**ARQUIVO:** indica-se a existência ou não de arquivo, a sua localização, os instrumentos de descrição documental existentes, assim como as fontes consultadas.

**OBSERVAÇÕES:** registo de outras informações consideradas relevantes e sem cabimento nos campos anteriores;

**BIBLIOGRAFIA:** bibliografia consultada para a recolha de informação constante na ficha;

**FOTOGRAFIA DO EXTERIOR:** fotografias do exterior do imóvel: fachada principal, fachadas laterais e fachada posterior; em alguns casos incluem-se fotografias antes de intervenções de restauro relevantes que alteraram a sua fisionomia;



**FOTOGRAFIA DO INTERIOR:** fotografias do interior do imóvel, uma perspectiva da nave para a capela-mor e outra da capela-mor para a nave; algum pormenor relevante; em alguns casos incluem-se fotografias antes de intervenções de restauro relevantes que alteraram a sua fisionomia;

**PLANTA:** planta do imóvel sempre que existente;

**MAPA:** mapa da localização do imóvel no contexto urbano; assinalando os edifícios notáveis: a vermelho a Misericórdia, a rosa os conventos, a azul as capelas, a verde os palacetes, a amarelo os castelos, a preto a Casa da Câmara, a cinza o pelourinho, a roxo a torre do relógio, a laranja a igreja matriz.

Para o preenchimento das fichas procurámos adoptar os seguintes critérios:

- Sistematizar a informação recolhida de acordo com os campos definidos na ficha;
- No preenchimento dos campos decoração e equipamento seguimos sempre o mesmo critério de sistematização da informação: autoria, datação, corrente estético-artística, tema, localização e integridade da obra;
- Quando não encontrámos informação para preencher determinados campos e sub-campos estes ficam em branco;
- Opção por repetição de terminologia/expressões sempre que nos queremos referirmos a uma mesma realidade ou situação;
- Na descrição dos objectos artísticos, imóveis, móveis e integrados, opção por descrições operativas, que sirvam o objectivo desta investigação em curso;
- Indicação das fontes e/ou bibliografia para as fotografias, plantas e mapas que se incluam nas fichas e que não sejam da nossa autoria;

As fichas analítico-descritivas dos edifícios quinhentistas constituem, não apenas, um *corpus* de informação, mas sim de conhecimento, e integram o

volume 2 do presente trabalho e são apresentadas por ordem alfabética para facilidade de consulta.

A presente dissertação consta de três volumes, o primeiro correspondendo ao texto e os outros dois a anexos.

O primeiro volume sistematiza a reflexão principal sobre o tema e estrutura-se em cinco grandes capítulos: *Estado do conhecimento e da investigação, História e património das Misericórdias, As Misericórdias e a Arquitectura, A Arquitectura das Misericórdias no século XVI e Especificidades tipológicas*.

O primeiro capítulo pretende reunir o conjunto de conhecimentos existentes sobre o tema e as principais problemáticas identificadas pelos autores que estudaram o património artístico das Misericórdias.

O capítulo dois procura contextualizar a fundação das Misericórdias e destacar a sua importância artístico-patrimonial e as particularidades da sua encomenda artística.

O terceiro capítulo pretende revelar a relação estabelecida pelas Misericórdias com o espaço construído, assim como as funções assumidas pelos diferentes espaços que compõem o edifício no quotidiano da confraria.

O capítulo quatro tem como objectivo caracterizar a produção arquitectónica promovida pelas Misericórdias no século XVI e o seu contexto construtivo – meios de financiamento, patronos e mecenas, intervenção régia.

O último capítulo procura definir uma possível especificidade tipológica dos edifícios das Misericórdias, propor significados, modos de difusão e repercussões.

Por questões de organização, cada capítulo e subcapítulo está dividido em secções assinaladas com numeração romana.

Os volumes 2 e 3 correspondem aos anexos e cada um é precedido de um índice.

O anexo I, que compõe o volume 2, integra as fichas analítico-descritivas dos edifícios quinhentistas das Misericórdias; a cada edifício corresponde uma ficha que integra textos, fotografias, planta e mapa de localização.

Os anexos II a V integram o volume 3. O anexo II é composto por várias tabelas elaboradas durante a realização do trabalho. O anexo III apresenta

alguma cartografia temática com localização da distribuição geográfica das confrarias e dos edifícios das Misericórdias. O anexo IV é constituído pela transcrição de documentos. No anexo V apresentamos algumas fotografias que considerámos relevantes para a compreensão dos temas tratados e que agrupadas por temas e semelhanças formais e decorativas

Uma última nota para acrescentar aspectos relacionados com as citações. As referências bibliográficas seguem as indicações da NP 405 – **Norma Portuguesa de Informação e Documentação: referências bibliográficas**. A citação, no corpo do texto, dos nomes das Misericórdias é apresentada por ordem alfabética; as fontes documentais em apêndice assim como as fotografias, são indicadas também pelo nome da confraria antecedido pelo número do anexo.

### **Abreviaturas e Siglas**

**Abr** – Abril

**Ago** – Agosto

**ANTT** – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

**Arqto.** - Arquitecto

**atrib.** – atribuído

**c.** – cerca de

**col.** - colecção

**coord.** - coordenação

**Dez** – Dezembro

**DGEMN** – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

**dir.** - direcção

**doc.** - documento

**Dr.** - Doutor

**Fev** – Fevereiro

**fl.** – fólio

**fls.** - fólhos

**IDD** – Instrumento de Descrição Documental  
**IDD's** – Instrumentos de Descrição Documental  
**IPA** – Inventário do Património Arquitectónico  
**IPPAR** – Instituto Português do Património Arquitectónico  
**Jan** – Janeiro  
**Jul** – Julho  
**Jun** – Junho  
**Lg.** - Largo  
**m.** - metros  
**Mai** – Maio  
**Mar** – Março  
**mç.** - maço  
**N. Sra.** – Nossa Senhora  
**Nov** – Novembro  
**Out** – Outubro  
**p.** - página  
**Pç.** - Praça  
**Pe.** – Padre  
**pp.** páginas  
**R.** - Rua  
**S.** – São  
**s.d.** – sem data  
**s.n.** – sem editor  
**s.l.** – sem local  
**s.p.** – sem paginação  
**século** - século  
**sep.** - separata  
**Set** – Setembro  
**ss.** - **seguintes**  
**Sta.** – Santa  
**Sto.** – Santo  
**Tv.** - Travessa  
**v.** – verso  
**vol.** – volume

**vols.** – volumes

**ZEP** – Zona Especial de Protecção

**ZP**- Zona de Protecção

## CAPÍTULO I

---

### Estado do conhecimento e da investigação

Após as considerações introdutórias necessárias ao entendimento do âmbito, limites e metodologia da nossa investigação, dedicaremos o primeiro capítulo ao estado do conhecimento e investigação sobre a produção arquitectónica das Misericórdias no século XVI.

Queremos começar por referir que elaborar um estado da questão sobre o tema que versa esta tese, revelou-se bastante complexo: existe inúmera e diversificada bibliografia, que aliás foi sendo constantemente actualizada com novas publicações, incluindo durante o ano da apresentação deste trabalho. E embora, nem sempre, estas obras estejam relacionadas estritamente com o tema da nossa investigação, não é possível não considerá-las. Aos estudarmos cerca de duzentos edifícios, é impossível sintetizar neste capítulo o estado actual do conhecimento que existe sobre cada um deles; isto constituiria toda uma outra tese de doutoramento. Por este motivo, e por outros que já explicitámos na introdução, recorreremos a fichas analítico-descritivas e a tabelas para sistematizar toda a informação de cada edifício, a édita e a inédita.

Assim, a intenção neste capítulo é referir, ainda que brevemente, e remetendo sempre para a obra em questão, as linhas de pesquisa seguidas e o conjunto de conhecimentos que outros investigadores desenvolveram e que constituíram o ponto de partida do nosso trabalho. Limitamo-nos a apresentar as linhas gerais desses conhecimentos, ou a remeter para eles, não discutindo o seu conteúdo. Esta opção baseia-se em duas constatações: por um lado, a maioria da bibliografia reporta-se a obras monográficas de carácter histórico ou explicativo da acção de Misericórdias concretas, tendo como base informações documentais, com conteúdos consensuais, sendo raros os contributos interpretativos e reflexivos geradores de confronto. Por outro, para a discussão de algumas ideias expostas na bibliografia, será necessário desenvolver conceitos e elementos que decorreram directamente da nossa investigação e que, como tal, vão ser explanados em capítulos posteriores. Assim, a nossa opção foi, sempre que se justifique, colocar ao longo dos vários capítulos, o

confronto entre este conjunto de conhecimentos e o resultado da nossa investigação.

Genericamente podemos afirmar que a investigação sobre as Misericórdias portuguesas originou, no âmbito da produção historiográfica nacional, um conjunto importante de obras, quer em número, quer em relevância. Estes estudos são muito diversificados ao nível das cronologias, temas abordados, grau de aprofundamento, tendências em que se inserem e metodologias utilizadas.

A bibliografia sobre as Misericórdias divide-se essencialmente em quatro grandes grupos:

- Obras gerais sobre a fundação, difusão e acção das Misericórdias;
- Obras temáticas, transversais a várias Misericórdias;
- Obras monográficas sobre Misericórdias específicas, focando a história e evolução das confrarias e aspectos artístico-patrimoniais;
- Contributos mais breves, geralmente sobre a forma de artigos, sobre Misericórdias específicas e abordando temas históricos e artístico-patrimoniais muito precisos;

No campo da História da Arte e mais concretamente da Arquitectura promovida pelas Misericórdias, esta bibliografia apresenta um conjunto de dados relevantes para a nossa investigação: fundação das confrarias (data, condições e local de funcionamento inicial) e construção/modificação dos edifícios (cronologia das campanhas de obras, intervenções, artistas, promotores).

Estudos mais específicos avançam por outro tipo de questões fundamentais para a definição do problema a estudar, nomeadamente a identificação e definição de uma tipologia arquitectónica dita *específica* das igrejas das Misericórdias e a elaboração de uma proposta de evolução tipológica dessas igrejas.

Neste capítulo procuraremos sistematizar os conhecimentos produzidos pela investigação realizada até ao momento, destacando os pontos que consideramos essenciais e que constituíram o ponto de partida para a nossa própria investigação; o seu tratamento será temático. O imenso conjunto de

informações fornecidas pelas monografias histórico-artísticas, estão integrados nas tabelas e fichas analítico-descritivas de cada edifício que constituem o anexo I desta tese e foram um importante contributo para a elaboração desta tese.

## I. 1 História e arte

---

A maioria da bibliografia sobre as Misericórdias portuguesas fornece elementos e conhecimentos sobre a sua história, características e actividade; pode ser de âmbito mais geral<sup>2</sup>, referindo-se à definição, caracterização e história institucional, ou pode tratar questões mais específicas e transversais a várias confrarias, geralmente com o contributo de vários autores<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999; FONSECA, Carlos Dinis - **História e Actualidade das Misericórdias**. Mem Martins: Editorial Inquérito, D. L. 1996; GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**. Lisboa: Livros Horizontes, 1998; SÁ, Isabel Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; SOUSA, Ivo Carneiro - **A Rainha da Misericórdia, na História da Espiritualidade em Portugal na Época do Renascimento**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1992. Tese de Doutoramento; SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**. [s. l.]: CTT-Correios de Portugal, 1998; SOUSA, Ivo Carneiro - **Da Descoberta da Misericórdia à Fundação das Misericórdias (1498-1525)**. Porto: Granito Editores e Livradores, 1999; SOUSA, Ivo Carneiro - **A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, Religiosidade de Espiritualidade no Portugal do Renascimento**. [s. l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002. (col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

<sup>3</sup> A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa, Vila Real, 2010 - **A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa**. Porto: CEPESE, 2011; Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1, Porto, 2009 - **A solidariedade nos séculos: a confraternidade e as obras**. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia do Porto, Alêtheia Editores, 2009; Encontro das Misericórdias do Alto Minho, 1, Viana do Castelo, 2001 - **Encontro das Misericórdias do Alto Minho**. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001; Jornadas de Estudo sobre as Misericórdias, 2, Penafiel, 2009 - **As Misericórdias quinhentistas**. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 2009; **Oceanos - Misericórdias Cinco Séculos**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 35, Jul - Set (1998); SÁ, Isabel Guimarães - **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português (1500-1800)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997; SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Mater Misericordia, Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia**. [s. l.]: Museu de São Roque, Livros Horizonte, 1995; **500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração**. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000.



I. Neste ponto poderíamos destacar nominalmente vários trabalhos de grande importância para a historiografia das Misericórdias; não o faremos porque, além de moroso, recorreremos a eles durante os nossos textos, com os devidos comentários e citações. No entanto, queremos destacar uma obra que é muito mais do que um estudo, é um instrumento de trabalho para quem se dedica a estas temáticas; referimo-nos à **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**<sup>4</sup>.

Esta obra em 10 volumes, publicada desde 2002, resulta de um projecto do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, a que se associou na edição a União das Misericórdias Portuguesas; a coordenação da obra é de José Pedro Paiva, que também assume a função de presidente da Comissão Científica<sup>5</sup>.

O primeiro volume, “Fazer a História das Misericórdias”, tem um cariz introdutório ao projecto e é composto por estudos síntese e dois instrumentos de trabalho muito importantes: bibliografia temática e um guia dos arquivos<sup>6</sup>. Os restantes, 2 a 9, têm um critério cronológico, dos antecedentes à República e procedem à edição de fontes impressas e manuscritas de diferentes naturezas, à actualização das datas de fundação das Misericórdias de acordo com o resultado da investigação realizada no âmbito do projecto e identificação de documentação relativa às Misericórdias existentes noutras instituições. O último volume, a publicar no fim de 2012, integra estudos inéditos com várias temáticas.

II. Um outro conjunto de obras muito significativo apresenta um cariz monográfico. São dedicadas a uma confraria concreta, abordam aspectos históricos, nomeadamente a criação e evolução da confraria, a sua acção

---

<sup>4</sup> PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002 – 2012, vols. 1 – 10.

<sup>5</sup> Sobre o projecto e conteúdos e organização da obra ver PAIVA, José Pedro (coord.), - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. 1, pp. 11 – 16.

<sup>6</sup> Este guia baseia-se parcialmente no **Recenseamento dos Arquivos Locais, Câmaras Municipais e Misericórdias**. [S. l.]: Ministério da Cultura, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995 – 2000, vols. 1 - 14: Distritos de Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Portalegre, Vila Real, Faro, Coimbra, Leiria, Aveiro, Castelo Branco, Setúbal, Évora, Guarda, Viseu, com excepção dos distritos de Beja, Bragança e Santarém que não incluem este guia.

assistencial e relação com as elites locais e a sociedade e, em alguns casos, breves apontamentos sobre o seu património artístico; são fruto de eventos comemorativos, do esforço editorial das confrarias ou de trabalhos académicos. Destacaremos apenas as que têm cabimento no âmbito cronológico e geográfico do nosso estudo<sup>7</sup>:

- Abrantes<sup>8</sup>, Alcobaça<sup>9</sup>, Alandroal<sup>10</sup>, Almada<sup>11</sup>; Almeida<sup>12</sup>, Alvaiázere<sup>13</sup>, Amarante<sup>14</sup>; Arcos de Valdevez<sup>15</sup>, Arouca<sup>16</sup>, Azambuja<sup>17</sup>, Aveiro<sup>18</sup>;
- Barcelos<sup>19</sup>; Barreiro<sup>20</sup>, Benavente<sup>21</sup>, Borba<sup>22</sup>, Braga<sup>23</sup>, Bragança<sup>24</sup>;

<sup>7</sup> Existem também obras relativas a Misericórdias fundadas depois do século XVI e de Misericórdias instituídas fora de Portugal continental, que não referiremos por estarem fora do âmbito directo da nossa investigação, mas que são de fácil acesso através de pesquisas nas bases de dados das principais bibliotecas.

<sup>8</sup> SOUSA, António Soares de - **A Santa Casa da Misericórdia de Abrantes nos séculos XVI e XVII**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1966. Tese de Licenciatura.

<sup>9</sup> ZAGALO, Francisco Baptista - **História da Misericórdia de Alcobaça**. Alcobaça: Tipografia e Papelaria de António M. Oliveira, 1918.

<sup>10</sup> MARCOS, Francisco Sanches - **Subsídios para a História da Misericórdia do Alandroal, Capelas e Morgados**. Alandroal: [s. n.], 1982.

<sup>11</sup> FLORES, Alexandre, COSTA, Paula - **Misericórdia de Almada: das origens à restauração**. Almada: Santa Casa da Misericórdia, 2006.

<sup>12</sup> CARVALHO, José Vilhena - **Santa Casa da Misericórdia de Almeida: apontamentos históricos**. Guarda: Tipografia Véritas, 1971; CARVALHO, José Vilhena - **Santa Casa da Misericórdia de Almeida: subsídios para a sua história**. [s. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Almeida, 1991.

<sup>13</sup> SILVA, Francisco Caetano, VENTURA, Maria Helena - **Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere: contributos para a sua história**. Alvaiázere: Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere, 1997.

<sup>14</sup> LOPES, Maria José Queirós - **Misericórdia de Amarante: contribuição para o seu estudo**. Amarante: Santa Casa da Misericórdia de Amarante, 2005; SILVEIRA, José Augusto da Silva, LOPES, Maria José Queirós (coord.) - **Misericórdia de Amarante: 480 anos**. Amarantes: Santa Casa da Misericórdia de Amarante, 2009.

<sup>15</sup> ARIEIRO, José Borlido - **Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez**. Arcos de Valdevez: Edição da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 1995.

<sup>16</sup> VEIGA, Afonso Costa Santos - **Misericórdia de Arouca: quatro séculos de história 1610 - 2010**. [s. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Arouca, 2010.

<sup>17</sup> PEREIRA, José Machado - **Ecoss de confraternidade: Santa Casa da Misericórdia da Azambuja**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia da Azambuja, 2002.

<sup>18</sup> BARREIRA, Manuel de Oliveira - **A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: pobreza e solidariedade (1600-1750)**. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998; NEVES, Amaro - **A Misericórdia de Aveiro: quinto centenário (1998-2000)**. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 2001.

<sup>19</sup> Está em preparação uma obra sobre a história da Misericórdia de Barcelos da autoria de Ilídio Torres.

<sup>20</sup> Está em preparação uma obra sobre a história da Misericórdia do Barreiro da autoria de Rosalina Carmona.

- Castelo Branco<sup>25</sup>, Chamusca<sup>26</sup>, Chaves<sup>27</sup>, Coimbra<sup>28</sup>, Covilhã<sup>29</sup>;
- Elvas<sup>30</sup>, Estremoz<sup>31</sup>, Évora<sup>32</sup>;
- Fão<sup>33</sup>, Ferreira do Alentejo<sup>34</sup>, Freixo de Espada-à-Cinta<sup>35</sup>, Fundão<sup>36</sup>;

<sup>21</sup> ALMEIDA, Justino Mendes - **Da confraria do Espírito Santo à Santa Casa da Misericórdia: e outros estudos**. Benavente: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Benavente, 1998.

<sup>22</sup> SIMÕES, João Miguel - **História da Santa Casa da Misericórdia de Borba**. Borba: Santa Casa da Misericórdia de Borba, 2006; SIMÕES, João Miguel - **Índice do arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia de Borba**. Borba: Santa Casa da Misericórdia de Borba, 2006.

<sup>23</sup> CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: devoções, procissões e outras festividades (do século XVI a começos do Século XX)**. Vila Verde: Tipoprado - Artes Gráficas, Edição do Autor, 1998; CASTRO, Maria Fátima - **A Misericórdia de Braga: composição da irmandade e recursos (das origens a cerca de 1910)**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003; CASTRO, Maria Fátima - **A Misericórdia de Braga: assistência material e espiritual (das origens a cerca de 1910)**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2006.

<sup>24</sup> CASTRO, José - **A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança**. Lisboa: Tip. da «União Gráfica», 1948; MIRANDA, José Miguel Gonçalves - **A Irmandade da Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança: 500 anos das Misericórdias e da cruzada da solidariedade**. Bragança: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, 2000.

<sup>25</sup> SILVA, Hermano Castro - **A Misericórdia de Castelo Branco: apontamentos históricos**. 2ª ed. revista e acrescentada por José Lopes Dias. Castelo Branco: Oficinas da Papelaria Semedo, 1958.

<sup>26</sup> CUMBRE, José Mário Paiva - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia da Chamusca (1620 - 1820)**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 1973. Tese de licenciatura.

<sup>27</sup> VIÇOSO, Maria Isabel - **História da Misericórdia de Chaves**. Chaves: Santa Casa da Misericórdia de Chaves, 2007.

<sup>28</sup> COELHO, Pedro Alexandre Brandão - **A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra 1500-1700: o poder da caridade** Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 2003. Tese de Mestrado; ELIAS, Luís Filipe da Cruz Quaresma - **A Misericórdia de Coimbra: os Irmãos, as suas práticas e a intervenção régia (1749-1784)**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 2006. Tese de Mestrado em História Moderna; LOPES, Maria Antónia - **Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)**. Universidade de Coimbra. 1999. Tese de Doutoramento.

<sup>29</sup> SIMÕES, Maurício Humberto Gomes - **Santa Casa da Misericórdia da Covilhã**. Viseu: Edição da Câmara Municipal da Covilhã, 1999.

<sup>30</sup> GAMA, Eurico - **A Santa Casa da Misericórdia de Elvas**. [S. l.]: Misericórdia de Elvas, 1954.

<sup>31</sup> RUAS, João (coord.) - **500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Estremoz, 2002.

<sup>32</sup> GUERREIRO, Alcântara - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora**. Évora: [s. n.], 1979 – 1981, vols. 3 – 4; GUSMÃO, Armando - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora**. Évora: [s. n.], 1958 – 1969, vols. 1 – 2; LAVAJO, Joaquim Chorão - **A Misericórdia de Évora no último quartel do segundo milénio**. Évora: Santa Casa da Misericórdia de Évora, 2000.

<sup>33</sup> ABREU, Alberto - **O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão**. Esposende: Edição Santa Casa Misericórdia Fão, 1988; MARIZ, Carlos Domingues Venda - **Santa Casa da Misericórdia de Fão: 4 séculos de história**. Fão: Santa Casa da Misericórdia de Fão, 2000.

- Góis<sup>37</sup>, Grândola<sup>38</sup>, Guimarães<sup>39</sup>;
- Lagos<sup>40</sup>, Leiria<sup>41</sup>, Lisboa<sup>42</sup>, Lousã<sup>43</sup>;
- Medelim<sup>44</sup>, Melgaço<sup>45</sup>, Mértola<sup>46</sup>, Mesão Frio<sup>47</sup>, Miranda do Douro<sup>48</sup>, Mirandela<sup>49</sup>, Monção<sup>50</sup>, Monchique<sup>51</sup>, Monforte da Beira<sup>52</sup>, Monsanto<sup>53</sup>, Montemor-o-Novo<sup>54</sup>, Montemor-o-Velho<sup>55</sup>, Montijo<sup>56</sup>, Mora<sup>57</sup>;

<sup>34</sup> FIGUEIREDO, Maria Josefina Oliveira - **Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo (1595-1850): assistência e economia**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1970. Tese de licenciatura.

<sup>35</sup> PINTADO, Francisco António - **Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta**. [S. l.]: Edição da Santa casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta, 2001.

<sup>36</sup> CORREIA, Manuel Antunes - **Subsídios para a história da Misericórdia do Fundão: séculos XVI, XVII e XVIII**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1971. Tese de licenciatura; CUNHA, Alfredo - **A Santa Casa da Misericórdia do Fundão**. Porto: Oficinas de O Comercio do Porto, 1925.

<sup>37</sup> **Santa Casa da Misericórdia de Góis**. Góis: [s. n.], 1996.

<sup>38</sup> SILVA, Germesindo - **A fundação da Santa Casa da Misericórdia de Grândola**. [S. l.]: Empresa Litográfica do Sul, 1998.

<sup>39</sup> COSTA, Américo Fernando da Silva - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800 (Caridade e assistência no meio vimaranense dos século XVII e XVIII)**. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999; PINHEIRO, Alfredo Dias - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - apontamentos para a sua história**. Guimarães: Tipografia Minerva Vimaranense, 1931. Está em preparação uma obra sobre a história da Misericórdia de Guimarães para comemorar os 500 anos da sua fundação coordenado por António José de Oliveira.

<sup>40</sup> CORRÊA, Fernando Calapez - **Elementos para a História da Misericórdia de Lagos**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Lagos no V Centenário da sua Fundação, 1998.

<sup>41</sup> ZÚQUETE, Afonso - **A Santa Casa da Misericórdia de Leiria: história e necessidades**. *Jornal do Médico*. Porto: Costa Carregal. 74, Dez (1943), pp. 3 – 20.

<sup>42</sup> RIBEIRO, Victor - **A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história**. Reprodução fac-similada da edição de 1902. Lisboa: Academia de Ciências, 1998; SERRÃO, Joaquim Veríssimo - **A Misericórdia de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, Misericórdia de Lisboa, 1998.

<sup>43</sup> LEMOS, Eugénio - **A Santa Casa da Misericórdia da Vila da Lousã: resenha histórica**. Lousã: Tipografia Lousanense, 1966.

<sup>44</sup> SALVADO, Maria Adelaide Neto - **A Misericórdia de Medelim: apontamentos e lembranças para a sua história**. Castelo Branco: Edição da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2000.

<sup>45</sup> ESTEVES, Augusto César - **Santa Casa de Melgaço**. Melgaço: Tip. <sup>a</sup> «Melgacense», 1957.

<sup>46</sup> BOIÇA, Joaquim - **Topografia histórica de Mértola. As ocupações funcionais do terreno junto à Porta da Ribeira, da época medieval à contemporânea: Capela de Santiago – Igreja da Misericórdia – espaço Museológico**. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 3, (1993), pp. 47 – 60; FERREIRA, Manuel Gomes Duarte – **A Santa Casa da Misericórdia de Mértola: 1674 – 1834**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2008. Tese de Mestrado.

<sup>47</sup> DIAS, António Gonçalves - **Monografia simplificada da Misericórdia de Mesão Frio e apostilada no final com pedaços da história deste concelho**. Vila Real: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, 1993; NORONHA, Rêmo - **A Misericórdia de Mesão Frio: alguns subsídios para a sua história, 1560-1958**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], 1, 1959, pp. 3 – 51.

- Olivença<sup>58</sup>;
- Palmela<sup>59</sup>, Penafiel<sup>60</sup>, Penela<sup>61</sup>, Peniche<sup>62</sup>, Pombal<sup>63</sup>, Ponte da Barca<sup>64</sup>, Ponte de Lima<sup>65</sup>, Porto<sup>66</sup>, Póvoa do Varzim<sup>67</sup>, Proença-a-Nova<sup>68</sup>;

<sup>48</sup> Está em preparação uma obra sobre a história da Misericórdia de Miranda do Douro da autoria de António Rodrigues Mourinho.

<sup>49</sup> ARAÚJO, Manuel João Morais - **História da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela: percursos de uma vida**. Vila Real: Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, 2010.

<sup>50</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo - **A Santa Casa da Misericórdia de Monção: séculos XVI-XVII**. In *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Casa Museu de Monção e da Universidade do Minho, 2003. 139 – 152; ARAÚJO, Maria Marta Lobo - **A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561 - 1810)**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008

<sup>51</sup> SAMPAIO, José Rosa - **Misericórdia de Monchique: os quinhentos anos de uma instituição**. Monchique: [s. n.], 2008.

<sup>52</sup> GOULÃO, Francisco Conceição Carriço - **Traços monográficos da Misericórdia de Monforte da Beira**. Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco, 2009.

<sup>53</sup> SALVADO, Maria Adelaide Neto - **Elementos para a História da Misericórdia de Monsanto**. Castelo Branco: Edição da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2001.

<sup>54</sup> **A Misericórdia de Montemor-o-Novo - História e Património**. Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, Tribuna da História, 2008; ANDRADE, António Alberto Banha - **Roteiro do arquivo histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A.H.M.M.N.) com a história da fundação e primeiros anos da Santa Casa**. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social. tomo XVII, (1978) pp. 137 – 177; FONSECA, Jorge - **Os hospitais de Montemor-o-Novo entre os séculos XIII e XVI**. Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 2004.

<sup>55</sup> APÓSTOLO, Hélder - **Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho: cinco séculos ao serviço do próximo**. Montemor-o-Velho: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho, 1998; SILVA, Mário José Costa - **A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho: espaço de sociabilidade, poder e conflito (1546-1803)**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1. 1996. Tese de Mestrado.

<sup>56</sup> QUARESMA, José Simões - **Albergaria, Hospital e Misericórdia de Aldeia Galega do Ribatejo**. Montijo: Edição do autor, 1948.

<sup>57</sup> CORREIA, Lopes - **A Santa Casa da Misericórdia de Mora**. Figueira da Foz: Oficinas da Imprensa Económica, 1964.

<sup>58</sup> ABRANTES, Ventura Ledesma - **A Santa Casa da Misericórdia da vila de Olivença**. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1940.

<sup>59</sup> FORTUNA, A. Matos - **Misericórdia de Palmela: vida e factos**. Lisboa: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990.

<sup>60</sup> MIRANDA, Abílio - **História da Misericórdia de Penafiel**. Penafiel: Tipografia Espinhense, 1987; RODRIGUES, José Carlos Meneses (coord.) - **Misericórdia de Penafiel 500 anos: um baluarte histórico-cultural**. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 2009.

<sup>61</sup> NUNES, Mário - **Misericórdia de Penela, 1559 – 1999: servir e amar**. Penela: Edição da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penela, 1999.

<sup>62</sup> FERREIRA, Florival Maurício - **A Santa Casa da Misericórdia de Peniche (1626-1700): subsídios para a sua história**. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 1996. Tese de Mestrado.

<sup>63</sup> MORA, Amadeu - **Esboço histórico da Santa Casa da Misericórdia de Pombal**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 1953.

- Salvaterra de Magos<sup>69</sup>, Santiago do Cacém<sup>70</sup>, Sardoal<sup>71</sup>, Seia<sup>72</sup>, Setúbal<sup>73</sup>, Soalheira<sup>74</sup>, Soure<sup>75</sup>;
- Tarouca<sup>76</sup>, Tavira<sup>77</sup>, Tomar<sup>78</sup>, Torres Vedras<sup>79</sup>;

<sup>64</sup> PEREIRA, Maria das Dores da Silva - **Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)**. Ponte da Barca: Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008.

<sup>65</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo - **Dar aos Pobres e Empréstimo a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)**. Barcelos: Edição da Santa Casa Misericórdia de Vila Viçosa e da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000; ARAÚJO, Maria Marta Lobo - **Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)**. Barcelos: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000; ARAÚJO, Maria Marta Lobo - **Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII - XIX)**. Ponte de Lima: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003; REIS, António Matos - **Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima: 1530-1980**. Ponte de Lima: Oficinas Gráficas da Livraria Editora Pax, 1979; REIS, António Matos - **A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima no passado e no presente**. Ponte de Lima: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 1997.

<sup>66</sup> BASTO, Artur Magalhães - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. 2ª ed. [s. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997; FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. [s. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995.

<sup>67</sup> DIONÍSIO, Paula Carolina Ramos - **A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa do Varzim: assistência e caridade numa vila piscatória, 1756-1806**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 1. 2000. Tese de Mestrado.

<sup>68</sup> GOULÃO, Francisco Conceição Carriço - **Subsídios para a história da Misericórdia de Proença-a-Nova**. Castelo Branco: [s. n.], 1981; GOULÃO, Francisco Conceição Carriço - **A Santa Casa da Misericórdia de Proença-a-Nova relação dos povos com a confraria da misericórdia: estudo monográfico**. Lisboa: Tecnodidáctica, 2008.

<sup>69</sup> CARDADOR, José Carvalho Asseiceira - **Subsídios para o estudo da Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra de Magos**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1970. Tese de licenciatura em História.

<sup>70</sup> SOARES, Carlos - **Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém: breves notas para a sua história**. [s. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, [s. d.].

<sup>71</sup> MOLEIRINHO, Fernando Constantino - **Santa Casa da Misericórdia de Sardoal: a instituição e a sua actividade**. [s. l.]: Câmara Municipal de Sardoal, 2000.

<sup>72</sup> **Santa Casa da Misericórdia de Seia: 430 anos de solidariedade social (1571-2001)**. Seia: Santa Casa da Misericórdia de Seia, [s. d.]; BIGOTTE, José Quelhas - **História da Santa Casa da Misericórdia de Seia**. Seia: Gráfica de Seia, 2001.

<sup>73</sup> ABREU, Laurinda Faria Santos - **A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder**. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990; ABREU, Laurinda Faria Santos - **Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade**. Viseu: Palimage Editores, 1999. (Col. Raiz do Tempo).

<sup>74</sup> RUIVO, Augusto Duarte - **A Soalheira e a sua Misericórdia**. [s. l.]: Santa Casa da Misericórdia da Soalheira, 1970.

<sup>75</sup> CARVALHO, Joaquim Ramos de - **História da Santa Casa da Misericórdia de Soure**. Soure: Santa Casa da Misericórdia de Soure, 2006.

<sup>76</sup> GONÇALVES, Alberto, SILVA, Filomeno - **Santa Casa da Misericórdia de Tarouca: subsídios para a sua história**. Tarouca: Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, 2010.

<sup>77</sup> ANICA, Arnaldo Casimiro - **O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade – notas**. Tavira: Santa Casa da Misericórdia

- Viana do Castelo<sup>80</sup>, Vila da Feira<sup>81</sup>, Vila do Conde<sup>82</sup>, Vila Nova de Cerveira<sup>83</sup>, Vila Viçosa<sup>84</sup>, Vila Nova de Gaia<sup>85</sup>, Vila Real<sup>86</sup>, Viseu<sup>87</sup>, Vouzela<sup>88</sup>;

III. Como também já foi referido, aquelas confrarias que não dispõem de monografia sobre a sua história (referindo os elementos patrimoniais), têm quase sempre, um pequeno contributo, mais restrito quanto à temática e cronologia, geralmente sobre a forma de artigo em revistas ou comunicações

---

de Tavira, 1983; ANICA, Arnaldo Casimiro - **História da Misericórdia de Tavira no último quartel do século XX**. Tavira: Santa Casa da Misericórdia de Tavira, 1998.

<sup>78</sup> SANTOS, Graça Maria Abreu Arrimar Brás - **A assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar: os expostos, 1799-1823**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2001. Tese de Mestrado; SANTOS, Graça Maria Abreu Arrimar Brás, DESTERRO, Maria Teresa - **A Santa Casa da Misericórdia de Thomar: 500 anos de história (1510-2010)**. Tomar: Santa Casa da Misericórdia de Tomar, 2010 (obra a que não tivemos acesso porque apesar de ter sido editada não tem distribuição).

<sup>79</sup> CALADO, Rafael Salinas - **Origens e vida da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras**. Torres Vedras: Tip. Sociedade Progresso Industrial, 1936.

<sup>80</sup> PEREIRA, Maria Olinda, AMARAL, Maria Clotilde - **Misericórdia de Viana do Castelo século XVI a XX: catálogo do acervo documental**. Viana do Castelo: Lions Clube de Viana do Castelo, Arquivo Distrital de Viana do Castelo, 1997; RIBEIRO, António Magalhães da Silva - **Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)**. Braga: Universidade do Minho. 2009. Tese de Doutoramento.

<sup>81</sup> VITORINO, António Ferreira - **Elementos para a história da santa Casa da Misericórdia de Vila da Feira**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 1. 1973. Tese de licenciatura.

<sup>82</sup> COUTO, Firmino Abel Silva - **Subsídios para a história da Misericórdia de Vila do Conde**. Vila do Conde: Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, 1998; **Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde**. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2010.

<sup>83</sup> DIOGO, José Leal - **Santa Casa da Misericórdia**. [s. l.]: Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, 1979. (col. Para a História de Vila Nova de Cerveira).

<sup>84</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo - **Dar aos Pobres e Emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)**. Barcelos: Santa Casa Misericórdia de Vila Viçosa e da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000; fomos informados de que estaria em preparação uma nova obra sobre a história desta Misericórdia pela mesma autora.

<sup>85</sup> **A Misericórdia de Vila Nova de Gaia 1929-1999**. [s. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, 1999.

<sup>86</sup> Está em preparação uma obra sobre a história da Misericórdia de Vila Real da autoria de Natália Ferreira Alves e Jaime Ferreira Alves.

<sup>87</sup> ALMEIDA, Reinaldo Cardoso Correia - **A Santa Casa da Misericórdia de Viseu: subsídios para a sua história**. Viseu: 1985; FREITAS, Maria Luísa Amaral Varela - **A Misericórdia de Viseu. Monumentos**. [s. l.]: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. 13, (2000) pp. 74 – 81.

<sup>88</sup> ALMEIDA, Agostinho Torres de - **Santa Casa da Misericórdia de Vouzela: 1498 - 2008**. Vouzela: Santa Casa da Misericórdia de Vouzela, 2008.

em congressos, mas que permitem conhecer alguns aspectos da sua evolução histórica:

- Alcochete<sup>89</sup>, Amieira do Tejo<sup>90</sup>, Azurara<sup>91</sup>;
- Cantanhede<sup>92</sup>, Cascais<sup>93</sup>, Castanheira do Ribatejo<sup>94</sup>;
- Evoramonte<sup>95</sup>;
- Pavia<sup>96</sup>;
- Santiago do Cacém<sup>97</sup>, Sarzedas<sup>98</sup>, Sintra<sup>99</sup>;
- Valadares<sup>100</sup>, Vila Ruiva<sup>101</sup>.

<sup>89</sup> CUNHA, Francisco José Coutinho Leite - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Alcochete**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], 1, 1959, pp. 372 – 376.

<sup>90</sup> SOUSA, Tude Martins - **A Misericórdia de Amieira (do antigo Priorado do Crato): a sua antiguidade – a sua campanha, o seu compromisso**. *Arqueologia e História*. Lisboa: [s. n.]. X, (1932), pp. 5-14.

<sup>91</sup> FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e - **A Misericórdia de Azurara: passado e presente**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], 1, 1959, pp. 369 - 371.

<sup>92</sup> FREITAS, Divaldo Gaspar - **Apontamentos para a História da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], vol. 1, 1959, pp. 372 – 376.

<sup>93</sup> **Património Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais: catálogo de exposição**. Mem-Martins: Câmara Municipal de Cascais, Santa Casa da Misericórdia de Cascais, 1998; PITA, Isabel, PIMENTA, Ana Sofia - **O arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais**. *Arquivo Histórico de Cascais*. [s. l.]: [s. n.]. 10, (1991), pp. 73 -80; VIEGAS, João Cruz - **Hospital da Misericórdia de Cascais: razões da sua fundação e existência**. *Boletim do Museu dos Condes de Castro Guimarães*. [s. l.]: [s. n.]. 1, (1941), pp. 29 - 35.

<sup>94</sup> PEREIRA, Isaiás da Rosa - **O hospital do Espírito Santo da Vila da Castanheira**. *Do tempo e da História*. Coimbra: Tipografia Atlântida Editora. IV, (1971), pp. 53 -95.

<sup>95</sup> PIMENTÃO, Manuel Joaquim - **Santa Casa da Misericórdia e Hospital anexo de Évora-Monte**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], 1, 1959, pp. 465 - 467.

<sup>96</sup> ARNAUD, Joaquim António Leitão Rebello - **A Misericórdia de Pavia**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], 1959, pp. 441 – 443.

<sup>97</sup> SOARES, Carlos - **Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém: breves notas para a sua história**. [s. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, [s. d.].

<sup>98</sup> SANTOS, João Marinho - **Os bens da Misericórdia de Sarzedas em meados do Século XVIII**. *Biblios*. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. LV, pp. 233 – 258.

<sup>99</sup> **Catálogo da Exposição de livros, documentos, pinturas, paramentos e mais objectos pertencentes à Santa Casa da Misericórdia da vila de Sintra**. [s. l.]: Câmara Municipal de Sintra, 1958; SILVA, Carlos Manique - **Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Sintra**. Sintra: Santa Casa da Misericórdia de Sintra, 1997.

<sup>100</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo - **A memória da Santa Casa da Misericórdia de Valadares (séculos XVII - XVIII)**. In *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Casa Museu de Monção e da Universidade do Minho, 2003, pp. 153 – 171.



IV. A par das obras de carácter histórico existe alguma bibliografia dedicada apenas a aspectos artísticos das Misericórdias. Estas diferenciam-se em dois grupos, um que congrega vários estudos sobre as diversas dimensões da produção artística de uma Misericórdia (incluindo capítulos sobre a Arquitectura), casos de Estremoz<sup>102</sup>, Montemor-o-Novo<sup>103</sup>, Porto<sup>104</sup> e Soure<sup>105</sup>, e as que focam uma manifestação artística concreta<sup>106</sup>.

Neste último grupo queremos destacar as que abordam temas relacionados com os retábulos, geralmente sobre a forma de artigos, mas assumindo grande relevância ao nível da publicação de fontes, identificação de autorias e contributos de análise estético-artística fundamentais para o conhecimento da produção artística das Misericórdia em áreas afins às abordadas nesta investigação e úteis para uma panorâmica de cotejo:

- Almada<sup>107</sup>;
- Beja<sup>108</sup>;
- Coimbra<sup>109</sup>;

<sup>101</sup> VIANA, Abel - **Misericórdia de Vila Ruiva**. *Arquivo de Beja: boletim da Câmara Municipal de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. 1.ª série, 8 (1951), pp. 3 - 69.

<sup>102</sup> RUAS, João (coord.) - **500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz**. [s. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Estremoz, 2002.

<sup>103</sup> **A Misericórdia de Montemor-o-Novo: História e Património**. Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, Tribuna da História, 2008.

<sup>104</sup> SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**. Catálogo de Exposição, [s. l.]: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995.

<sup>105</sup> PIMENTEL, António Filipe – **O património artístico da Santa Casa da Misericórdia de Soure**. *História da Santa Casa da Misericórdia de Soure*. Soure: Santa Casa da Misericórdia de Soure, 2006.

<sup>106</sup> CARVALHO, Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de -.... **Por amor de Deus - Representação das Obras de Misericórdia, em painéis de azulejo, nos espaços das confrarias da Misericórdia, no Portugal setecentista**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2 vols., 2007. Tese de Mestrado; TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos - **Bandeiras das Misericórdias** (Natália Correia Guedes, coord.). Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2002.

<sup>107</sup> SERRÃO, Vítor - **O retábulo da igreja da Misericórdia de Almada**. *Almadan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 1.ª série, 2 (1983 - 1984), pp. 84 – 87; SERRÃO, Vítor - **O Mestre do Retábulo da Igreja da Misericórdia de Almada (1590): o Pintor Giraldo de Prado**. *Musa*. 1 (2004), pp. 161 - 175.

<sup>108</sup> CAETANO, Joaquim Oliveira - **O antigo retábulo de pintura da capela-mor da Igreja da Misericórdia de Beja**. *A Cidade de Évora: boletim de cultura da Câmara Municipal*. Évora: Câmara Municipal de Évora. Anos XXXIX-LX, vols. 65 - 66, (1982 - 1983), pp. 197 – 210.

- Freixo de Espada à Cinta<sup>110</sup>;
- Guimarães<sup>111</sup>;
- Montijo<sup>112</sup>;
- Peniche<sup>113</sup>;
- Santiago do Cacém<sup>114</sup>, Silves<sup>115</sup>, Sintra<sup>116</sup>;
- Tancos<sup>117</sup>, Torres Novas<sup>118</sup>;
- Viana do Castelo<sup>119</sup>.

<sup>109</sup> GONÇALVES, António Nogueira - **Do Púlpito de Santa Cruz ao Retábulo da Misericórdia: alguns aspectos**. Lisboa: Silvas - Coop. Trab. Gráf, 1978.

<sup>110</sup> FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e - **Os retábulos da Igreja da Misericórdia de Freixo de Espada-Cinta**. *MVSEV*. Porto: II Serie, 9 (1965), pp. 5 – 26.

<sup>111</sup> SERRÃO, Vítor - **Domingos Lourenço Pardo, mestre pintor do retábulo da Misericórdia de Guimarães (1616-1618): Introdução ao Estudo da Pintura Maneirista no Norte**. *Minia*. Braga: [s. n.]. 2ª Série, ano III, n.º 3 (4), (1980), pp. 38 – 79.

<sup>112</sup> FALCÃO, José António, FERREIRA, Jorge Rodrigues - **Jaques de Campos e o retábulo-mor da Igreja da Misericórdia de Aldeia Galega do Ribatejo (Montijo)**. *Boletim de Trabalho Históricos*. Vol. XXXVII, (1986) pp. 5 – 25; SERRÃO, Vítor - **O pintor maneirista Tomás Luís e o antigo retábulo da Igreja da Misericórdia de Aldeia Galega do Ribatejo (1591-1597)**. *Artis*. Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1, Out (2002) pp. 211 – 235; SERRÃO, Vítor, CORDEIRO, Filipa - **Tomás Luís e o retábulo da Igreja da Misericórdia do Montijo (1591-1597)**. Montijo/Lisboa: Câmara Municipal do Montijo/Colibri, 2005.

<sup>113</sup> SERRÃO, Vítor - **Pinturas seiscentistas da igreja da Misericórdia de Peniche**. [s. l.]: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Peniche, Serviços de Turismo e Cultura da Câmara Municipal de Peniche, [s. d.].

<sup>114</sup> FALCÃO, José António - **Achegas para o estudo da actividade do entalhador António da Fonseca em Santiago do Cacém: a construção do retábulo-mor da Igreja da Misericórdia em 1742**. Santiago do Cacém: Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, 1995.

<sup>115</sup> SERRÃO, Vítor - **A sete obras corporais de Misericórdia pintadas no retábulo maneirista da Misericórdia de Silves**. *Monumentos*. [s. l.]: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. N.º 23, (2005), pp. 116 – 127.

<sup>116</sup> SERRÃO, Vítor - **O pintor Cristóvão Vaz: mestre dos retábulos da Igreja da Misericórdia de Sintra (1581-1584)**. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. III Série, n.º 85, (1979), pp. 3 – 58.

<sup>117</sup> SERRÃO, Vítor - **O retábulo da Misericórdia de Tancos é de Simão Rodrigues**. *Revista Ethnos*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. N.º III, (1970), pp. 3 – 9.

<sup>118</sup> SERRÃO, Vítor - **Duas telas do pintor Miguel Figueira (1640) na igreja da Misericórdia de Torres Novas**. Torres Novas: Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, 1986 (col. de Arte na Misericórdia de Torres Novas).

<sup>119</sup> RAIMUNDO, Pedro - **Uma brisa holandesa na Foz do Lima: a Adoração dos Pastores da Misericórdia de Viana do Castelo e o pintor Cornelis de Beer**. [S. l.]: União das Misericórdias Portuguesas, 2010; SERRÃO, Vítor - **O Pintor André de Padilha e o Retábulo de «Nossa Senhora da Misericórdia» na Santa Casa de Viana do Castelo em 1535**. In *Encontro das Misericórdias do Alto Minho*, 1. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001, pp. 118 – 122; SERRÃO, Vítor - **André de Padilha e a pintura quinhentista entre o Minho e a Galiza**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Ainda relacionado com este tema, queremos salientar os trabalhos de Vítor Serrão; autor que investiga sobre uma manifestação artística concreta, a pintura, com maior incidência nos séculos XVI a XVII, e que perante estas variáveis teve a consciência da indispensabilidade de integrar retábulos e outras pinturas de várias Misericórdias nos seus estudos. Destacamos:

- os relatórios preparatórios para as teses de mestrado<sup>120</sup> e doutoramento<sup>121</sup> como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, não publicados mas a que tivemos acesso, onde o autor recolhe informações documentais sobre as campanhas artísticas de pinturas e arquitectura em diferentes Misericórdias;
- os estudos dedicados a artistas que fizeram obras para as confrarias<sup>122</sup>;
- o artigo **A pintura, a esculturas e a talha nas Santas Casas da Misericórdia portuguesas (séculos XVI – XXI)**<sup>123</sup> a integrar o volume X de *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*<sup>124</sup>.

V. Neste conjunto de obras, que se dedicam a aspectos artísticos específicos, queremos referir nominalmente, o que é essencial para a nossa investigação, um conjunto de obras que são importantes contributos para o conhecimento das obras arquitectónicas promovidas pelas Misericórdias durante o século XVI<sup>125</sup>. São estudos muito direccionados, tratando de aspectos concretos, designadamente, encomenda, autoria e projectos, campanha de obras

<sup>120</sup> SERRÃO, Vítor - **O pintor Diogo Teixeira e a pintura maneirista em Portugal**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

<sup>121</sup> SERRÃO, Vítor - **A Pintura Proto-Barroca em Portugal: 1612-1657**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1986-1987.

<sup>122</sup> SERRÃO, Vítor - **André de Padilha e a pintura quinhentista entre o Minho e a Galiza**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

<sup>123</sup> PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 10 (no prelo).

<sup>124</sup> Agradecemos ao Professor Doutor Vítor Serrão a gentileza de nos facultar a consulta dos relatórios não publicados e dos trabalhos no prelo.

<sup>125</sup> Existem obras monográficas sobre edifícios promovidos pelas Misericórdias que têm uma cronologia construtiva que excede o século XVI; destacamos: ALVES, Alexandre - **A igreja da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde**. Mangualde: Santa Casa da Misericórdia de Mangualde, 1993; LOPES, António Serôdio – **A Capela da Misericórdia de Colares: uma capela palatina da família Mello e Castro**. [s. l.]: Pearl Books, 2012; RODRIGUES, David Simões - **Igreja da Misericórdia da Feira: história, segredos e mistérios**. Santa Maria da Feira: Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira, 2008.

primitivas e alterações de campanhas de obras posteriores, influências artísticas, entre outros.

Esta bibliografia pode ser de âmbito regional ou local, existindo também contributos indirectos em inventários e obras sobre património de vários locais. Como contributos regionais, destacamos a tese de mestrado de João José Cardoso, denominada **Santas e Casas: as Misericórdias do Baixo-Mondego e as suas Igrejas nos séculos XVI e XVII**<sup>126</sup>, referente à caracterização das igrejas desta região; o estudo de Maria Helena Pinto sobre as Misericórdias do Algarve<sup>127</sup>, que constitui um levantamento do património artístico dessas confrarias, incluindo o arquitectónico; os artigos de Paula Noé sobre Viana do Castelo<sup>128</sup> e Coimbra<sup>129</sup>, a que nos referiremos mais à frente. E mais recentemente os trabalhos de José Ferrão Afonso, com destaque para a comunicação, posteriormente publicada em actas, sobre as igrejas das Misericórdias de Entre Douro e Minho<sup>130</sup>, referindo-se ao modo como a tratadística albertiana sobre a arquitectura e urbanismo influiu em alguns dos edifícios da região; na mais recente obra deste autor, sobre **A Igreja Velha de Barcelos**, são comparados cerca de cem anos de produção arquitectónica numa geografia limitada, entrando por questões de modelos e relação com outras obras do mesmo período<sup>131</sup>.

---

<sup>126</sup> CARDOSO, João José - **Santas e Casas: as Misericórdias do Baixo-Mondego e as suas Igrejas nos séculos XVI e XVII**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1995. Tese de Mestrado.

<sup>127</sup> PINTO, Maria Helena Mendes, PINTO, Victor Roberto Mendes - **As Misericórdias do Algarve**. Lisboa: Direcção Geral da Assistência, 1968.

<sup>128</sup> NOÉ, Paula - **O Inventário do Património Arquitectónico das Misericórdias: ensaio tipológico: as Igrejas da Misericórdia do Distrito de Viana do Castelo**. In Jornadas de Estudo. *As Misericórdias como Fontes Culturais e de Informação*. [s. l.]: Câmara Municipal de Penafiel, Arquivo Municipal de Penafiel, 1 cd-rom, 2001.

<sup>129</sup> NOÉ, Paula - **As igrejas de Misericórdia do distrito de Coimbra: ensaio de classificação tipológica**. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 25 (Set 2006), pp. 198 - 207.

<sup>130</sup> AFONSO, José Ferrão - **Regressando a Alberti. As igrejas das Misericórdias de Entre Douro e Minho, de Vila do Conde a Penafiel: arquitectura e paisagem urbana**. In II Jornadas de estudos sobre as Misericórdias. *As Misericórdias quinhentistas*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 2009, pp. 123 – 151.

<sup>131</sup> AFONSO, José Ferrão – **A Igreja velha da Misericórdia de Barcelos e cinco igrejas de Misericórdias do Entre Douro e Minho: arquitectura e paisagem urbana (c. 1534 - 1635)**. [s. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, 2012.

Os contributos locais específicos resumem-se a monografias sobre o património artístico:

- Alcantarilha<sup>132</sup>;
- Aveiro<sup>133</sup>;
- Braga<sup>134</sup>;
- Chaves<sup>135</sup>;
- Évora<sup>136</sup>;
- Lisboa<sup>137</sup>;
- Louriçal<sup>138</sup>;
- Montemor-o-Novo<sup>139</sup>;
- Torres Novas<sup>140</sup>;
- Viana do Castelo<sup>141</sup>;
- Vila do Conde<sup>142</sup>;

---

<sup>132</sup> REIS, João Vasco - **A Igreja da Misericórdia de Alcantarilha: história e património (subsídios)**. Alcantarilha: Santa Casa da Misericórdia de Alcantarilha, 2005.

<sup>133</sup> NEVES, Amaro - **A Misericórdia de Aveiro nos séculos XVI e XVII: A Mayor do mundo, pois o he do reyno**. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998.

<sup>134</sup> CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: obras nas Igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços. Devoções (da 2ª metade do século XVI à 1ª década do século XX)**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2001.

<sup>135</sup> VIÇOSO, Maria Isabel - **A Igreja da Misericórdia**. Chaves: Santa Casa da Misericórdia de Chaves, 2000.

<sup>136</sup> MENDEIROS, José Filipe - **Igreja da Misericórdia de Évora**. 3.ª ed. revista. Évora: Gráfica Eborense, 2000.

<sup>137</sup> SEGURADO, Jorge - **Da Igreja manuelina da Misericórdia de Lisboa: Conceição-Velha**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1977.

<sup>138</sup> RUIVO, José da Silva - **A igreja da Misericórdia do Louriçal**. [s. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Louriçal, 1992.

<sup>139</sup> ANDRADE, António Alberto Banha - **Subsídios para a história da arte no Alentejo, reconstrução da matriz e construção das igrejas do hospital velho e da Misericórdia de Montemor-o-Novo com o roteiro da arte gótica e manuelina do concelho**. Lisboa: Edição do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e da Academia Portuguesa da História, 1980. (col. Cadernos de História de Montemor-o-Novo).

<sup>140</sup> GREGÓRIO, Paulo Renato Ermitão - **A Igreja da Misericórdia de Torres Novas: estudo monográfico (1572 - 1700)**. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2005. (col. Temas Torrejanos).

<sup>141</sup> ARAÚJO, José Rosa - **A igreja da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo**. 2.ª ed. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 1983.

<sup>142</sup> AFONSO, José Ferrão - **A Igreja da Misericórdia de Vila do Conde: imitatio e retórica na arquitectura religiosa nortenha do início do século XVII**. *Santa Casa: revista da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde*. Vila do Conde: Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde. XVI, 31 (Mar 2010), pp. 40 - 64.

Para finalizar, gostaríamos de referir que existem referências aos edifícios promovidos pelas Misericórdias em outro tipo de estudos, exteriores às confrarias, temáticos e transversais que abarcam um artista, cronologia ou tendências estéticas numa determinada região<sup>143</sup> e que muitas vezes assumem a forma de trabalhos académicos.

As obras monográficas e artigos referidos neste capítulo fornecem importantes elementos para a definição clara da história e contexto dos edifícios promovidos pelas Misericórdias; no entanto, estes estudos são muito desiguais quer em conteúdo quer em metodologia de investigação, o que obriga a um cuidado cruzamento de dados e a uma leitura mais interpretativa dos fenómenos. As suas preocupações residem essencialmente em estabelecer uma data de fundação da confraria e um percurso histórico, o quadro económico-financeiro de suporte à actividade assistencial, as formas que essa actividade assistencial assumiu ao longo dos anos e como se define actualmente e em identificar as pessoas, elites locais, que constituíram os órgãos gestores.

Relativamente ao campo da história da arte e especificamente dos edifícios construídos pelas Misericórdias, as publicações centram-se na documentação dos autores e das campanhas artísticas e, em alguns casos, na leitura estético-artística crítica. O carácter monográfico da grande maioria, não possibilita uma visão de conjunto das principais questões da arquitectura promovida pelas confrarias da Misericórdia, um encomendante de cariz local mas com uma

---

<sup>143</sup> CARNEIRO, Luís Soares - **Teatros portugueses de raiz italiana**. Porto: Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto. 2 vols. 2002. Tese de Doutoramento; GOMES, Paulo Varela - **Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações, 2001; OLIVEIRA, Catarina Maria Esteves - **A arquitectura de granito em Viana da Foz do Lima: Renascimento e Maneirismo no noroeste português**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2002. Tese de Mestrado, recuperando em parte a documentação indicada por CORREIA, Torcato Augusto - **A Igreja e as Casas do Consistório da Misericórdia de Caminha**. In I Congresso das Misericórdias do Alto Minho. Centro de Estudos Regionais, 256 – 259; RUÃO, Carlos - **Arquitectura maneirista no noroeste de Portugal: italianismo e “flamenguismo”**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 2. 1995. Tese de Mestrado; RUÃO, Carlos - **“O Eupalinos Moderno”: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal (1550-1640)**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 2007. Tese de Doutoramento.

dimensão institucional comum, nacional e até extra-nacional, pois estas confrarias espalharam-se por todo o território continental e além-mar sobre influência portuguesa. E são essas questões, que assumem formas estéticas, funcionais, materiais, financeiras e sociais que abordamos nesta tese.

## I. 2 Identificação da tipologia e estudos tipológicos

---

Complementando a bibliografia de cariz monográfico, existe um conjunto de obras que focam questões relacionadas com a caracterização da produção arquitectónica das Misericórdias durante o século XVI; sendo um dos assuntos mais recorrente a pretensa *especificidade* tipológica apresentada por algumas igrejas que integram os edifícios das confrarias.

Como veremos, estas igrejas quinhentistas seguiram diferentes tipologias arquitectónicas; algumas destas tipologias seguem os modelos de outras construções religiosas da centúria de quinhentos e outras propõem um modelo tipológico distinto designado por vários autores como igreja “tipo Misericórdia”.

O estudo mais aprofundado sobre esta questão é da autoria de Rafael Moreira, denomina-se **As Misericórdias: um Património Artístico da Humanidade** e foi publicado em 2000 no catálogo *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*<sup>144</sup>. São cerca de trinta páginas dedicadas a debater a arquitectura das igrejas das Misericórdias; este estudo é o mais abrangente e global, em termos geográficos e cronológicos, procurando uma síntese.

Rafael Moreira considera o tema da tipologia arquitectónica das igrejas das Misericórdias: “um dos capítulos mais densos e originais – mas incompreensivelmente, talvez o menos estudado – dentro da história da arquitectura portuguesa e do mundo luso, sem paralelo no resto do mundo”<sup>145</sup>. Dado o conteúdo deste artigo que, para além da identificação da tipologia,

---

<sup>144</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia, 2000.

<sup>145</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 144.

apresenta uma proposta evolutiva da mesma, a sua análise é feita no sub-capítulo seguinte.

O estudo de Rafael Moreira foi precedido de outros importantes contributos para a definição da tipologia *específica* das igrejas das Misericórdias.

António Nogueira Gonçalves, em consequência do trabalho desenvolvido no âmbito do inventário artístico publicado em 1953 pela Academia Nacional de Belas-Artes, analisou várias Igrejas das Misericórdias do centro do país; desta análise o autor concluiu que estas igrejas “apresentam-se umas, com um aspecto de tipo particular, outras com o geral de qualquer igreja”<sup>146</sup>.

Neste contexto, o autor definiu o que entendia por arquitectura “habitual nas Misericórdias do baixo Mondego”. Nomeadamente, utilizando a expressão igreja do “tipo de Misericórdia”<sup>147</sup>; e acrescenta que, estas igrejas “do tipo de misericórdia apresentam de essencial”: larga nave, três retábulos na parede do topo da cabeceira, inseridos em arcos “abertos no topo da mesma nave”; estes retábulos são designados por capelas, podendo aparecer fundidos numa composição única, estando sempre “levantados sobre um envasamento que forma plano alto e ao qual se sobe por duas escadas laterais ou só por uma medial”<sup>148</sup>.

O outro elemento essencial “era a tribuna alta, aberta em parede lateral, dando da Casa do Despacho para a igreja. Essa tribuna, era um largo vão, rectangular, subdividido por colunas que sustentavam um entablamento”. Nos edifícios mais modestos a tribuna era substituída por “banco corrido, posto na capela-mor ou no corpo, com espaldar ou dele desprovido”<sup>149</sup>.

Na obra *A Azulejaria em Portugal no Século XVIII*, de 1979, João dos Santos Simões refere-se à igreja da Misericórdia de Torres Vedras como: “belo

<sup>146</sup> GONÇALVES, António Nogueira - **O Escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra**. *Revista Ocidente*. Lisboa: Editorial Império, vol. LXVI, 313, Maio (1964), p. 223.

<sup>147</sup> GONÇALVES, António Nogueira - **O Escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra**, p. 223.

<sup>148</sup> CORREIA, Vergílio, GONÇALVES António Nogueira, - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Coimbra**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1953, pp. XXVII e 151.

<sup>149</sup> GONÇALVES, António Nogueira - **O Escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra**, pp. 223-224.



exemplar de templo feito propositadamente para Misericórdia, com sua nave, tribuna de mesários, capela-mor sobre elevada, dando para um transepto pouco fundo, tribuna para doentes, sacristia com entrada independente”<sup>150</sup>. Nesta subtil afirmação e recorrendo a uma igreja concreta, o autor demonstra uma consciência das características destes edifícios, e partindo destas conclui serem igrejas construídas propositadamente para Misericórdia, ou seja, com características diferenciadores face a outro tipo de arquitectura religiosa.

Também Túlio Espanca, nos volumes do **Inventário Artístico de Portugal** dedicados ao distrito de Beja e Évora, referencia elementos tipológicos característicos das igrejas das Misericórdias: “o retábulo da capela-mor, elevado sobre supedâneo de quatro degraus de pedra regional respeitando a planta tradicional das Misericórdias Portuguesas” (referindo-se a Alvito), “o santuário [cruzeiro], respeitando a disposição tradicional das Misericórdias, eleva-se sobre quatro degraus de tijoleira antiga” (referindo-se a Vila Alva), “o altar-mor, elevado em supedâneo de quatro degraus – respeitando a disposição clássica das Misericórdias portuguesas [...]” (referindo-se a Alcáçovas) e referindo-se a Beja, “segundo o exemplo adoptado nas corporações similares [outras Misericórdias], este tramo [cruzeiro] eleva-se em supedâneo”<sup>151</sup>.

José Horta Correia, no estudo que fez sobre a arquitectura do Algarve, publicado em 1987, também registou os elementos tipológicos comuns às igrejas das Misericórdias: “igrejas de nave única com planta rectangular. [...] deste tipo são quase todas as Misericórdias, embora frequentemente sem capela-mor diferenciada”<sup>152</sup>.

Em vários artigos sobre património artístico das Misericórdia, Vítor Serrão, definiu com clareza as características das igrejas das Misericórdias,

<sup>150</sup> SIMÕES, João Miguel dos Santos - **A Azulejaria em Portugal no Século XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 332.

<sup>151</sup> ESPANCA, Túlio - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Beja, concelhos de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1992, vol. 1, pp. 34-35, 106, 293.

<sup>152</sup> CORREIA, José Eduardo Horta - **A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520-1600**. Lisboa: Publicações Ciência e Vida, 1987, p. 61 (col. Novos Temas de Arte Portuguesa).

diferenciadoras da restante produção arquitectónica religiosa da mesma época: “nave única, cobertura de abóbada de berço, tribuna de mesários [...] e destaque ao corpo elevado do presbitério, no topo, aí se erguendo o retábulo-mor<sup>153</sup>”.

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), actual IRU – Instituto de Reabilitação Urbana, desenvolveu, através do SIPA – Sistema Integrado do Património Arquitectónico (antigo IPA – Inventário do Património Arquitectónico), “investigações interdisciplinares de áreas específicas do património”. Estes estudos originaram o “desenvolvimento de estudos de tipologias construtivas e estilísticas e de programas iconográficos, inovadores para a história da arquitectura e da arte portuguesa”<sup>154</sup>.

Neste âmbito a instituição promove desde 1999, através de um protocolo celebrado com a União das Misericórdias Portuguesas, um inventário temático sobre o património arquitectónico das Santas Casas da Misericórdia, que prevê a actualização de fichas dos imóveis já inventariados e a inventariação de novos imóveis<sup>155</sup>; este protocolo foi actualizado em 2010.

Com base no trabalho desenvolvido, a coordenadora do projecto, Paula Noé, realizou estudos sobre as tipologias arquitectónicas das igrejas<sup>156</sup>. Estes estudos propõem uma leitura regional, sendo a unidade de trabalho o distrito; ou seja, a identificação e análise tipológica é feita analisando e comparando

---

<sup>153</sup> SERRÃO, Vítor - **O pintor maneirista Tomás Luís e o antigo retábulo da Igreja da Misericórdia de Aldeia Galega do Ribatejo (1591-1597)**. *Artis*. Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, n.º 1, Out (2002), pp. 211 - 235; SERRÃO, Vítor - **As sete obras corporais de Misericórdia pintadas no retábulo maneirista da Misericórdia de Silves**. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 23, (2005), p. 116.

<sup>154</sup> **75 DGEMN: conhecer, inovar, conservar, informar**. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, D.L. 2004, p. 57. Cfr., [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt).

<sup>155</sup> **75 DGEMN: conhecer, inovar, conservar, informar**, p. 57; TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos - **Bandeiras das Misericórdias** (Natália Correia Guedes coord.). Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2002, p. 13. Para conhecimento dos outros inventários temáticos ver **75 DGEMN: conhecer, inovar, conservar, informar**, p. 57.

<sup>156</sup> NOÉ, Paula - **O Inventário do Património Arquitectónico das Misericórdias: ensaio tipológico: as Igrejas da Misericórdia do Distrito de Viana do Castelo**. Outros contributos para este tema constam das fichas de inventário das igrejas das Misericórdias nos campos relativos às tipologias e/ou características particulares, com comparações também feitas a nível regional.

todos os exemplares do distrito, independentemente da sua cronologia construtiva.

O primeiro a ser publicado refere-se ao distrito de Viana do Castelo<sup>157</sup> e o segundo ao de Coimbra<sup>158</sup>; e procuram identificar e descrever as características de cada elemento que compõem o espaço arquitectónico: planimetria, organização da fachada principal e das laterais, portal principal, relação com outras construções, coro alto, tribuna dos mesários, púlpito, retábulos, cobertura interior e programa decorativo.

Este último trabalho inclui um importante mapa que procura cartografar as tipologias planimétricas e de localização das tribunas de 243 igrejas da Misericórdia, tendo a autora diferenciado as seguintes variantes<sup>159</sup>:

- Nave e capela-mor com zona dos mesários indefinida;
- Nave e capela-mor com tribuna rasgada;
- Nave e capela-mor com tribuna para cadeiral;
- Nave e capela-mor com cadeiral;
- Nave e presbitério e zona dos mesários indefinida;
- Nave e presbitério com tribuna rasgada;
- Nave e presbitério com tribuna para cadeiral;
- Nave e presbitério com cadeiral;
- Nave e presbitério com tribuna rasgada e cadeiral;
- Nave simples e zona dos mesários indefinida;
- Nave simples com tribuna rasgada.

Apesar de nem todos os símbolos estarem legendados e de se poder discutir a operatividade de se comparar planimetrias e tribunas de diferentes épocas, logo com estéticas e princípios funcionais diferenciados, este mapa apresenta uma ideia geral da distribuição geográfica das várias tipologias arquitectónicas das igrejas das Misericórdias.

---

<sup>157</sup> NOÉ, Paula - **O Inventário do Património Arquitectónico das Misericórdias: ensaio tipológico: as Igrejas da Misericórdia do Distrito de Viana do Castelo.**

<sup>158</sup> NOÉ, Paula - **As igrejas de Misericórdia do distrito de Coimbra: ensaio de classificação tipológica.**

<sup>159</sup> NOÉ, Paula - **As igrejas de Misericórdia do distrito de Coimbra: ensaio de classificação tipológica**, p. 200.

Concluindo, a definição e caracterização das ditas *especificidades* tipológicas apresentadas por algumas igrejas das Misericórdias estão estabelecidas desde meados do século XX.

No entanto, consideramos pertinente o desenvolvimento de investigações com outras abordagens e critérios, tal como a nossa, privilegiando um entendimento do fenómeno arquitectónico no contexto das Misericórdias como um organismo social e cultural.

Para tal, considerámos fundamental algo que não se verifica nos estudos realizados até ao momento: o levantamento sistemático e exaustivo de todos os edifícios que se integrem em determinados critérios pré-definidos para poder caracterizar e aferir de forma segura a representatividade de cada tipologia construtiva e variantes.

Outra questão relevante será integrar a tipologias das igrejas das Misericórdias no contexto da arquitectura portuguesa quinhentista e estudar relações de influência e modelos. Ou seja, avaliar as *especificidades* identificadas pela bibliografia, se determinados elementos arquitectónico são específicos ou apenas característicos das igrejas das Misericórdias; e, em que e como efectivamente estas construções se diferenciam da restante produção arquitectónica quinhentista.

### I. 3 Desenvolvimento das tipologias (século XVI - XVIII)

---

A definição e caracterização das *especificidades* tipológicas de algumas igrejas das Misericórdias estão estabelecidas desde meados do século XX, no entanto apenas um estudo propõe uma leitura sobre a definição e desenvolvimento das tipologias arquitectónicas destas igrejas. Referimo-nos ao contributo de Rafael Moreira publicado sobre a forma de artigo no catálogo da Exposição *500 das Misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração*<sup>160</sup>.

---

<sup>160</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**. Este estudo tem o mérito de ser o primeiro e mais consistente texto escrito sobre esta temática concreta; no entanto, em alguns casos é difícil a sua compreensão, pela dispersão das ideias, pela imprecisão dos termos utilizados para a descrição arquitectónica e para a designação de edifícios. Em todo o artigo não há referências documentais nem bibliográficas para as atribuições e muitas afirmações não são exemplificadas.

No referido, artigo Rafael Moreira procura acompanhar o processo de definição das tipologias das igrejas das Misericórdias, fazendo a sua caracterização. O autor considera a concepção planimétrica, volumétrica e espacial das igrejas “tipo Misericórdia” como uma tipologia autónoma, encarando-a, a par das igrejas jesuíticas, uma das criações mais originais da arquitectura portuguesa da centúria de quinhentos<sup>161</sup>.

No artigo **As Misericórdias: um património artístico da humanidade** é proposto um esquema de periodização, denominação e caracterização da arquitectura produzida pelas confrarias da Misericórdia, que sistematizámos do seguinte modo:

<b>DATA</b>	<b>FASE</b>	<b>CARACTERÍSTICAS GENÉRICAS</b>
<b>1520/1560</b>	<b>Experimental</b>	Procura de soluções sem preocupação de unidade estilística, “mas em que os imperativos litúrgicos e espirituais vão aos poucos estabelecendo as respostas formais mais adequadas”.
<b>1560/1600</b>	<b>Definição</b>	É a consequência lógica da fase anterior, abrangendo “os anos de maior investimento religioso privado e as primeiras décadas filipinas”.
<b>Século XVII</b>	<b>Clássica</b>	Período que afirma de modo natural o que os ensaios das fases anteriores “havam tornado irreversível”.
<b>Século XVIII</b>	<b>Ecléctica</b>	“A tipologia clássica entra em crise e é abandonada e substituída pelos modelos mais variados e atraentes do barroquismo”.

Rafael Moreira faz uma ressalva à sua proposta: as designações e as balizas temporais “são meros rótulos provisórios”, não tendo em consideração “os

---

<sup>161</sup> Cfr., MOREIRA, Rafael - **Arquitectura: Renascimento e Classicismo**. In *História da Arte Portuguesa*. [s. l.]: Temas e Debates, 1995, p. 339.

conteúdos estilísticos da História da Arte”, mas apenas a evolução característica da arquitectura das Misericórdias<sup>162</sup>.

De igual modo o esquema de periodização apresentado, “sem a pretensão de tentar [...] sequer um esboço de síntese”, permite aludir algumas conclusões que poderão “servir de linhas de pesquisa” para outros estudos<sup>163</sup>.

Segundo o autor as obras arquitectónicas analisadas no âmbito deste estudo, c. 120, foram apenas as “que abriram caminho e definiram soluções – ou as mais significativas dentro do percurso acima enunciado”<sup>164</sup>.

Deste estudo, que se assume como uma primeira abordagem à problemática das tipologias evidenciadas pelas Misericórdias, é importante ressaltar que o autor considera que, de 1520 a 1560, as Misericórdias seguiram diferentes vias; cada uma com as suas características, destacando-se o exemplo de Lisboa (igreja-salão)<sup>165</sup>, Coimbra (nave única, cruzeiro e cabeceira com três capelas)<sup>166</sup>, Tavira (três naves)<sup>167</sup>, que vão difundindo um modelo nos seus âmbitos geográficos de influência<sup>168</sup>.

Realce para o edifício de Évora, pois para Rafael Moreira esta é a obra em que se pode “considerar fixado de modo exemplar a igreja-tipo da misericórdia”, resumindo os “traços de estilo das igrejas da irmandade”: a nave única formando volumetricamente uma «caixa lisa», apenas com contrafortes e cimalha dórica a coroar o edifício, cobertura original em esteira de três panos, cruzeiro elevado, sem capela-mor, retábulo tripartido (central e laterais) ocupando toda a parede, púlpito central, e tribuna dos mesários substituída por cadeiral<sup>169</sup>.

<sup>162</sup> Cfr., MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 145.

<sup>163</sup> Cfr., MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 145.

<sup>164</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 146.

<sup>165</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 142.

<sup>166</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 147.

<sup>167</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, pp. 148-150. A existência destes elementos na Misericórdia de Tavira já em 1541-1551 questiona a prioridade de Coimbra (cfr., p. 149).

<sup>168</sup> Cfr., MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 148.

<sup>169</sup> Cfr., MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 151.

A segunda metade do século XVI será o período caracterizado pela “definitiva fixação e enriquecimento pela incorporação de outros contributos”<sup>170</sup>. No entanto, existiram também a adopção de outras tipologias em simultâneo<sup>171</sup> como Porto, Guimarães e Aveiro<sup>172</sup> e Faro<sup>173</sup>.

A fase clássica, correspondente ao século XVII, é caracterizada por Rafael Moreira como o período de difusão do modelo a grande escala, mas sem rasgos criativos<sup>174</sup>.

Por último, o século XVIII é a época em que “a tipologia clássica entra em crise e é abandonada e substituída pelos modelos mais variados e atraentes do barroquismo”, e que muito pouco têm a ver com o modelo definido no século XVI; este movimento generaliza-se por todo o país, originando a fase ecléctica<sup>175</sup>.

O artigo de Rafael Moreira que acabámos de analisar, assume grande importância por ser o único estudo sobre as características arquitectónicas das igrejas da Misericórdia do século XVI a finais do século XVIII; e por ter identificado as várias tendências tipológicas, paralelas e sequenciais, existentes durante este período, partindo de um conjunto de igrejas das confrarias.

No entanto, e partindo dos contributos deste estudo, apercebemo-nos que o século XVI foi o período de maior experimentação de modelos, pela utilização simultânea e/ou sequencial de tipologias, incluindo campanhas de obras que alteram a tipologia inicial criando uma nova.

Neste contexto, consideramos importante que a análise seja sistemática, por isso integramos todos os exemplares arquitectónicos quinhentistas e redefinimos as cronologias dos edifícios com base em dados documentais seguros; não esquecendo os alterados ou desaparecidos, sempre que

---

<sup>170</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 151.

<sup>171</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, pp. 156-157.

<sup>172</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, pp. 155-156.

<sup>173</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 156.

<sup>174</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, pp. 162 e 157-159.

<sup>175</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 161.

existirem fontes para o seu estudo; só assim será possível identificar as tendências arquitectónicas no contexto das Misericórdias e a importância de cada uma delas durante o século XVI e aferir a existência de tipologia específica, tipologia preferencial, tipologia residual. Este levantamento sistemático permitirá ainda uma caracterização fiável da arquitectura produzida pelas Misericórdias ao nível da planimetria, concepção espacial, cobertura, equipamento e decoração.

Outra questão pertinente é a definição clara da chamada igreja “tipo Misericórdia”, que Rafael Moreira explicita em pontos autónomos, no seguimento do que foi escrito por outros autores, mas que ao longo do texto interpreta de outra forma.

De igual modo, questões levemente afloradas pelo autor, ganham nova importância no contexto da nossa investigação e necessitam de respostas: localização urbana dos edifícios e uso de espaços preexistentes; relacionam-se com um posicionamento específico face ao espaço construído que assumiu vários contornos ao longo da história das Misericórdias, com o assumir de uma identidade de grupo e com opções arquitectónicas concretas.

Para finalizar, este estudo justifica a necessidade de uma abordagem global ao fenómeno da produção arquitectónica das Misericórdias, que assente num levantamento sistemático dos edifícios e que foque outros temas que vão mais além de uma caracterização tipológica.

#### **I. 4 Kits Património 06: Património arquitectónico – Igrejas de Misericórdia**

---

Neste sub-capítulo, dedicaremos algumas considerações ao documento intitulado **Kits Património 06: Património arquitectónico – igrejas de Misericórdia**, é o estudo mais recente e com um enfoque – visão de conjunto, globalizante e temática – a arquitectura promovida pelas Misericórdias, que nos interessam particularmente.



A autoria é de Paula Noé que, como já referimos, é também responsável por outros textos relacionados com o património arquitectónico das Misericórdias; é coordenado por João Vieira e editado pelo IRU – Instituto de Reabilitação Urbana que, como também já foi dito, tem à sua responsabilidade o inventário dos edifícios das Misericórdias por protocolo com a União das Misericórdias Portuguesas. É uma edição online disponível no site [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt), desde Dezembro de 2010, uma versão provisória submetida a comentários e sugestões de “todos os interessados [...] que visem a melhoria dos seus conteúdos”, até 31 de Março de 2011<sup>176</sup>.

Esta obra é um instrumento de trabalho que integra a colecção Kits – Património; segundo os editores, esta é uma “colecção de guias práticos de nível básico sobre inventariação de património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, assim como de outro tipo de património cultural de algum modo àquele associado”<sup>177</sup>; **Kits Património 06** complementa a publicação de outros Kits: o 1 dedicado ao património arquitectónico em geral, e os restantes, 2 a 5, a tipos específicos de património (habitação multifamiliar século XX, património industrial, património urbanístico, edifícios conventuais capuchos)<sup>178</sup>.

Retomando, o **Kit 06** é descrito na introdução como: “guia prático que estabelece indicações e regras básicas gerais que orientam a inventariação de património arquitectónico, no caso específico igrejas de Misericórdia e anexos”<sup>179</sup> e/ou “instrumento de apoio à identificação, registo/documentação, interpretação, estudo, salvaguarda e valorização de objectos do Património

---

<sup>176</sup> NOÉ, Paula - **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia (versão 1.0)**. (Kits património - Kit 06). Lisboa: Instituto de Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010, p. 7. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

Devido ao tema da nossa investigação, ao facto de nos ter sido concedida uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia e dada a natureza e contexto do desenvolvimento dos KITS – Património (Programa Simplex), sentimos necessidade de enviar alguns comentários ao texto. No entanto, destacámos que as considerações que apresentámos não correspondiam à totalidade do nosso pensamento sobre a temática, pois, dada a exigência da investigação académica, não era possível partilhá-lo nesse momento nem nesse contexto.

<sup>177</sup> NOÉ, Paula – **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia**, p. 5.

<sup>178</sup> Sobre a colecção ver NOÉ, Paula – **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia**, pp. 5 – 6.

<sup>179</sup> NOÉ, Paula – **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia**, p. 4.

Arquitectónico, mais precisamente as Igrejas de Misericórdia e respectivos anexos”<sup>180</sup>.

As primeiras páginas são dedicadas a definir conceitos e limites do estudo. Destacamos a definição do conceito “património arquitectónico religioso das Misericórdias”, entendido como “edifícios religiosos (contemplando os edifícios ou estruturas construídas e seus componentes) construídos pelas Confrarias de Misericórdia como sede própria e aos quais determinado *indivíduo, comunidade ou organização* reconhece, num dado *momento* histórico, interesse cultural e ou civilizacional”<sup>181</sup>.

O documento está estruturado em três capítulos. O primeiro designa-se por “Igrejas de Misericórdia”, em que inicialmente se explicita o âmbito do estudo, edifícios estudados, inclusão de exemplares desaparecidos ou muito alterados e a explicitação do critério de exclusão de algumas igrejas. Acrescenta uma breve nota histórica sobre a fundação e difusão das Misericórdias e outra sobre a ocupação de espaços preexistentes.

As seguintes cinco páginas dedicam-se à análise da “Arquitectura da igrejas de Misericórdia”; é constatada a existência de uma tipologia *específica* das Misericórdias bem patente nas afirmações: “esses templos configuram uma tipologia arquitectónica específica, na medida em que traduzem necessidades funcionais e decorativas distintas” e “as Santas Casas irão desenvolver características tipológicas específicas”<sup>182</sup>.

Seguidamente, tal como nos outros estudos da autora sobre temática semelhante, os diversos elementos arquitectónicos, decorativos e equipamento (plantas, fachadas, iconografia, coro, tribuna, púlpito, capelas laterais, capelas colaterais, retábulos, anexos da igreja, hospital) são caracterizados recorrendo a exemplares de cronologias distintas; sendo que o fenómeno não é dado como uma evolução, apesar de muitas das soluções arquitectónicas apresentadas não terem coexistido, apenas coexistem na actualidade.

---

<sup>180</sup> NOÉ, Paula – **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia**, p. 7.

<sup>181</sup> NOÉ, Paula – **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia**, p. 7.

<sup>182</sup> NOÉ, Paula – **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia**, pp. 9 e 11.

O capítulo II é dedicado aos “Elementos do registo de inventário”<sup>183</sup>, explicitando questões técnicas, metodologias e terminologias incluindo uma ficha definidora para cada elemento, campo, que consta da ficha de inventário (definição do campo, aplicabilidade, termos a utilizar, condicionantes relacionados com outros elementos, regras de preenchimentos e exemplo). Integra ainda uma tabela das igrejas inventariadas e respectivo número SIPA, mapa com a distribuição dos edifícios inventariados e um glossário.

Globalmente, este documento é interessante enquanto instrumento de trabalho e de normalização de procedimentos e terminologia para inventário de património arquitectónico das Misericórdias. O mesmo não sucede enquanto reflexão sobre o fenómeno arquitectónico no contexto das Misericórdias. Após mais de cinco anos de investigação neste campo de trabalho, incluindo trabalho de campo sistemático e pesquisa documental, o nosso posicionamento face ao objecto, património arquitectónico das Misericórdias, entendimento global do fenómeno e da sua natureza específica é distinto do apresentado no **Kit 06** e por isso, e porque a leitura do fenómeno é feita de modo simplista, não partilhamos de muitas das afirmações realizadas, o que explicitaremos nos capítulos seguintes desta tese.

---

<sup>183</sup> NOÉ, Paula – **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia**, pp. 16 – 63.



**CAPÍTULO II**

---

**História e Património das Misericórdias**



As Misericórdias portuguesas dispersas pelo território nacional, com uma história de mais de cinco séculos, apresentam um percurso diferenciado – individual para cada uma delas, mas com um carisma comum – a assistência aos mais necessitados de cada época histórica; nasceram com este objectivo e num contexto socio-económico muito concreto. Ambos, objectivo e contexto, vão condicionar a acção da confraria, que entendida num sentido alargado inclui a produção de objectos e espaços que hoje consideramos, bens artísticos.

Estes objectos e espaços tinham uma forte componente funcional, eram a base, o suporte de uma actividade assistencial, que também era religiosa, concreta, própria das confrarias da Misericórdia. No entanto, este carácter funcional confere, a alguns dos objectos promovidos pelas Misericórdias, uma especificidade artística reveladora de uma identidade de um grupo que quer promover a sua individualidade.

Neste capítulo, queremos referir os aspectos essenciais da história das Misericórdias, nomeadamente a sua fundação e difusão, e caracterizar a sua acção e o modo como estes elementos se relacionam com os aspectos artísticos e arquitectónicos. Neste contexto abordar as especificidades das confrarias da Misericórdia como encomendantes de objectos artísticos, tema não sistematizado até ao momento pela historiografia, destacando o que a produção artística das Misericórdias tem de mais característico e que se relaciona com o carisma da confraria, com a sua história e acção caritativa.

## **II. 1. Confrarias da Misericórdia em Portugal – fundação e difusão**

---

A história das Confrarias da Misericórdias é um dos temas mais acarinhados pela historiografia portuguesa desde os finais do século XIX. A predisposição para o estudo deste tema relaciona-se com vários motivos, designadamente: o carácter filantrópico das Santas Casas, a ideia de que esta era uma forma assistencial exclusivamente portuguesa, a data de criação das confrarias

coincidir com o reinado de D. Manuel I, época dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa, considerado um dos períodos mais relevantes da História de Portugal. Motivações que incentivaram a que este tema fosse largamente debatido em estudos mais ou menos longos e de maior ou menor profundidade, seguindo abordagens mais ou menos científicas<sup>184</sup>.

Ao falarmos de Misericórdias portuguesas é inevitável tocar nas questões mais focadas pela historiografia: fundação das confrarias e questões inerentes, relação com outros movimentos confraternais, quer medievais quer contemporâneos, e importância das confrarias no contexto das relações de sociabilidade da época, entre outros. Estes temas têm recebido importantes contributos de historiadores que desenvolveram investigações aprofundadas, o que exige da nossa parte uma abordagem cuidada e consciente, de forma a não apresentarmos uma simplificação reducionista, obrigatoriamente pouco aprofundada não dando a verdadeira dimensão e complexidade das problemáticas e que resultaria numa desvalorização destas investigações<sup>185</sup>.

Assim, não consideramos útil, na economia de tempo e espaço, nem do âmbito deste trabalho discutir elementos sobre antecedentes, contexto, fundação, difusão, características, organização e prática assistencial e religiosa das confrarias da Misericórdia<sup>186</sup>. Procuraremos, antes, elencar os dados essenciais e actuais desta problemática e alguns aspectos complementares, indispensáveis para contextualizar e compreender o presente estudo, remetendo sempre para a bibliografia essencial e mais actualizada sobre os diferentes temas. De igual modo, e pelos mesmos motivos, não discutiremos as diferentes teses sobre a originalidade deste movimento confraternal, nem o

---

<sup>184</sup> Cfr., balanço da historiografia portuguesa mais recente sobre as Misericórdias em SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 13-19. Ver as obras gerais sobre as confrarias da Misericórdia incluídas no capítulo I - Estado do conhecimento e da investigação, nomeadamente no sub-capítulo I.1 - História e arte.

<sup>185</sup> Ver as obras gerais sobre as confrarias da Misericórdia incluídas no cap. I - Estado do conhecimento e da investigação, nomeadamente no cap. I.1 - História e arte.

<sup>186</sup> Ver as obras gerais sobre as confrarias da Misericórdia incluídas no cap. I - Estado do conhecimento e da investigação, nomeadamente no cap. I.1 - História e arte.



papel da Rainha D. Leonor na sua instituição e difusão<sup>187</sup>, nem aprofundaremos os elementos referentes à relação entres confrarias e sociabilidade<sup>188</sup>.

Não podemos esquecer que as Misericórdias são instituições com mais de 500 anos, que ainda hoje permanecem em acção e que a sua organização, modo de funcionamento, prática assistencial, se modificou desde a fundação da primeira Misericórdia até à actualidade, em articulação com a evolução política, social, económica e cultural do país e do mundo. E que por isso os ideais evangélicos da caridade deram lugar à filantropia, beneficência e solidariedade, os pobres e cativos aos idosos e crianças, as albergarias às unidades de cuidados continuados e creches, entre outros. Isto não significa que não existam permanências ideológicas e de prática, apenas que se reconhece à situação uma grande complexidade bem patente em alguns estudos que se têm realizado<sup>189</sup>.

---

<sup>187</sup> Sobre esta temática destacamos as abordagens propostas por SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**; SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 - 2000**. [s. l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008 e SOUSA, Ivo Carneiro - **A Rainha da Misericórdia, na História da Espiritualidade em Portugal na Época do Renascimento**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 3 vols. 1992. Tese de Doutoramento em Cultura Portuguesa; **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**. [s. l.]: CTT-Correios de Portugal, 1998; **Da Descoberta da Misericórdia à Fundação das Misericórdias (1498-1525)**. Porto: Granito Editores e Livradores, 1999; **A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento**. [s. l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002. (col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

<sup>188</sup> Ver os estudos de ABREU, Laurinda Faria Santos - **A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder**. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990; COSTA, Américo Fernando da Silva - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800 (Caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII)**. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999; SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 61-79, abordando questões sobre as Misericórdias e os grupos sociais, as relações sociais e sociabilidade, poder e conflito e Misericórdias como instituições de projecção das elites locais.

<sup>189</sup> Sobre a evolução histórica das Misericórdias (ideológica, prática assistencial, organização institucional, rendimentos, entre outros), ver SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**; PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, vols. 1 – 9; SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 – 2000**.

## II. 1.1 A instituição da Confraria da Misericórdia de Lisboa

A instituição da irmandade e confraria da Misericórdia de Lisboa<sup>190</sup> iniciou o processo de criação e difusão das Confrarias da Misericórdia.

A melhor fonte para o conhecimento da instituição da confraria lisboeta é o **Compromisso da Irmandade e Confraria da Misericórdia de Lisboa**, texto fundacional, que definia a sua estrutura organizativa, fundamentava e orientava a sua acção e teria função normalizadora para as restantes Misericórdias<sup>191</sup>. A primeira Misericórdia foi fundada no dia 15 de Agosto de 1498, numa capela do claustro da Sé de Lisboa, “*sob o titollo e nome e invocaçom*” de Nossa Senhora a Virgem Maria da Misericórdia<sup>192</sup>. Como orago e dia de festa, celebrada a 2 de Julho, foi escolhida a Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel “*por que naquelle dia Nossa Senhora fez misericórdia com Sancta Isabel*”<sup>193</sup>.

Nesta instituição teve papel preponderante a Rainha D. Leonor<sup>194</sup>, como afirma o **Compromisso**, dando “*permissio, consentimento e mandado*” à ideia de

---

<sup>190</sup> Sobre a diferenciação dos termos irmandade e confraria ver, FONSECA, Carlos Dinis - **História e Actualidade das Misericórdias**. Mem Martins: Editorial Inquérito, D. L. 1996, pp. 72-76 e BIGOTTE, José Quelhas - **Situação jurídica das Misericórdias portuguesas**. 2.<sup>a</sup>. Gouveia: Gráfica de Gouveia, 1994. A legislação moderna usa indistintamente os dois termos: confraria ou irmandade.

<sup>191</sup> A obra PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vols.1 – 10 publica um grande número de Compromissos que durante os vários séculos regeram a organização e actividade das Misericórdias, desde o primitivo atribuído à confraria de Lisboa datado de 1498, passando pelas diferentes reformulações exigidas por mudanças socio-culturais.

<sup>192</sup> Cfr., cópia manuscrita do primeiro *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa (1498), transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 385-393.

<sup>193</sup> Cfr. cópia manuscrita do primeiro *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa (1498), transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 385-393.

<sup>194</sup> Para a biografia, acção mecenática cultural, religiosa e litúrgica da Rainha D. Leonor ver SOUSA, Ivo Carneiro - **A rainha D. Leonor (1458-1525): poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento**; CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 447-451.

“*alguns bons e fieis cristão*”<sup>195</sup>. Segundo Ivo Carneiro de Sousa, a oração, leituras e vivência espiritual de D. Leonor seriam determinantes nas suas múltiplas acções ao nível cultural, religioso e assistencial, nomeadamente para a instituição das Misericórdias<sup>196</sup>.

De igual modo seria a rainha regente que “*viria [...] documentadamente a assegurar a produção das primeiras medidas regulamentares e legais que fundariam e, de imediato, contribuiriam para especializar e divulgar por todo o país a nova experiência confraternal*”<sup>197</sup>.

A fundação das Misericórdias deve ser entendida dentro de um amplo contexto religioso e social de transição de finais da Idade Média para a Idade Moderna; a sua multifacetada acção convoca questões relacionadas com o conceito de pobreza e de assistência, com a prática e a função da caridade e da esmola, com a renovação e as características da espiritualidade da época, com formas de afirmação política e social, com a função das confrarias de leigos, entre outras<sup>198</sup>.

## II. 1.2 A Difusão das Confrarias da Misericórdia

Após a fundação da confraria da Misericórdia de Lisboa, e imitando o modelo organizativo desta, começaram-se a constituir e organizar outras Misericórdias em outros locais do país e do espaço além-mar, recentemente descobertos e ocupados pelos portugueses.

---

<sup>195</sup> Cfr. cópia manuscrita do primeiro *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa (1498), transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 385-393.

<sup>196</sup> Cfr., SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 22-23.

<sup>197</sup> Cfr., SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 24-25, citando os documento produzidos pela Rainha D. Leonor que direccionam a actividade da confraria, pp. 75-76.

<sup>198</sup> Sobre este contexto religioso e político em que se instituíram as Misericórdias ver SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, pp. 22 - 37; SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 - 2000**, pp. 7 – 23; PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 7-21.

A cronologia e geografia da difusão das confrarias da Misericórdia são um aspecto muito referido na historiografia, apesar de controverso e de difícil clarificação. A maior parte dos autores segue as datas propostas por Costa Goodolphim (edição original de 1897), algumas vezes actualizadas por outros estudos locais, no entanto, na maioria das situações não se apresentam provas documentais seguras e rigorosas. As fontes para a determinação de uma data de fundação, quer documentais quer epigráficas, ou mesmo artísticas, são raras e algumas vezes são mal interpretadas, transformando esta tarefa, muito exigente ao nível do rigor e credibilidade, numa tarefa difícil e morosa<sup>199</sup>. Neste domínio destacamos o trabalho desenvolvido no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* que ao longo dos volumes publicados vão, com base nos dados recolhidos pelo projecto, actualizando várias datas de fundação<sup>200</sup>.

O processo de difusão, motivado por vários factores, foi bastante célere e abrangeu uma área geográfica vasta (anexo III [mapas]). Um dos mais importantes para esta rápida expansão inicial<sup>201</sup> terá sido o empenhamento pessoal de D. Manuel I neste processo, através da redacção de documentos<sup>202</sup>, do envio de oficiais régios que localmente incentivarem à formação das confrarias<sup>203</sup> e da atribuição desta tarefa a funcionários administrativos<sup>204</sup>.

<sup>199</sup> Ver anexo II, tabela 1. As Misericórdias Portuguesas.

<sup>200</sup> As actualizações e novidades propostas pelo projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* estão expressas no anexo II, tabelas 1 – 7, onde constam as datas de fundação das Misericórdias.

<sup>201</sup> Sobre a difusão das Misericórdias após o reinado de D. Manuel ver PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 9 - 10.

<sup>202</sup> Ver os privilégios atribuídos às Misericórdias por D. Manuel e publicados em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3; como exemplo indicamos as esmolas de açúcar anuais, PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 197 – 211 e privilégios que facilitavam o desenvolvimento da actividade caritativa, PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 220 – 351.

<sup>203</sup> Caso de Álvaro da Guarda que se deslocou a vários locais do Sul; no caso de Beja, o escudeiro levava já um compromisso da Misericórdia, cfr., relato da procissão inaugural da Misericórdia de Beja, transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.), - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 435 - 436.

<sup>204</sup> Destaque para o caso de Lamego: o livro de contas regista o auto de instituição da irmandade em que António Correia, corregedor da comarca, declara “*que o senhor rei lhe mandára e commendára que na cidade e villas da dita correição mandasse fazer a confraria*”; cfr., GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, 1998, p. 385.

Neste contexto destaca-se uma carta do monarca ao município do Porto a 14 Março 1499, onde aquele rei evidencia a sua vontade em ver instituída a confraria da Misericórdia em todas as vilas do reino tendo Lisboa como modelo: *“Cremos que sabereis como nesta nossa cidade de Lisboa se ordenou uma confraria para as obras de misericórdia haverem de ser cumpridas [...] E porque as obras de misericórdia que pelos oficiais desta confraria se cada dia fazem redundam em muito louvor de Deus de que nós tomamos muito contentamento por se em nossos dias fazer folgaríamos muito que em todas as cidades, vilas e lugares principais de nossos reinos se fizesse a dita confraria na forma e maneira que no dito Regimento se contém”*<sup>205</sup>. Uma carta muito semelhante será enviada em 13 de Novembro de 1500 a Montemor-o-Novo<sup>206</sup>. O facto de algumas das primeiras instituições ocorrerem em locais com uma maior ligação à casa real e ao rei (Beja, Évora Santarém, Montemor-o-Novo) comprova esta situação<sup>207</sup>.

A intervenção régia é ainda visível na atribuição de privilégios, isenções, esmolas e doações às Misericórdias. Estes privilégios eram concedidos, quer aos oficiais que serviam as Misericórdias em cada ano<sup>208</sup> quer à própria instituição no cumprimento das suas actividades, e revelaram-se factores estruturantes da criação, desenvolvimento e vivência da confraria<sup>209</sup>.

---

<sup>205</sup> Cfr., transcrição da carta em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, p. 226; ver SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, pp. 44-36.

<sup>206</sup> PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, p. 246.

<sup>207</sup> Cfr., SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, p. 45.

<sup>208</sup> Destes privilégios destacam-se exclusão de desempenho de cargos concelhios, pagamento de impostos municipais ou participação em procissões, obrigações impostas pelos concelhos aos seus moradores; cfr., PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, p. 12.

<sup>209</sup> Cfr., SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, pp. 40-44; FONSECA, Carlos Dinis - **História e Actualidade das Misericórdias**, p. 115, alguns destes privilégios em FONSECA, Carlos Dinis - **História e Actualidade das Misericórdias**, pp. 118-119 e em CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**, pp. 558-560.

E, há medida que as confrarias se iam fundando, exigiam os privilégios das suas congéneres: Tomar solicita os privilégios das Misericórdias de Santarém e de Lisboa<sup>210</sup> e Porto, Covilhã e Funchal os da confraria de Lisboa<sup>211</sup>.

Outros factores teriam influenciado a rápida difusão das Misericórdias; tal como o seu carácter assistencial, pois esta acção desenvolvida pelas confrarias iria dar respostas a situações que as instituições de assistência ligadas ao poder local temporal e ao poder local espiritual, se mostravam incapazes de solucionar<sup>212</sup>.

As Santas Casas da Misericórdia, autónomas do ponto de vista administrativo e financeiro, umas das outras, adaptaram-se às realidades próprias de cada local, transformando-se numa estrutura relevante na sociedade portuguesa, pois eram constituídas pelas populações locais e apoiadas pelas forças vivas de cada região<sup>213</sup>.

Sintomático desta ideia é que em muitos casos são os próprios oficiais locais que solicitam ao rei a instituição das Misericórdias, o pedido de privilégios ou acções necessárias à operatividade da sua actividade, como a anexação de hospitais existentes nas várias localidades<sup>214</sup>; em contrapartida, as confrarias

<sup>210</sup> Cfr., PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 286 - 288.

<sup>211</sup> Cfr., PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 280, 289, 293.

<sup>212</sup> FONTE, Teodoro Afonso - **As Misericórdias do Alto Minho: perspectiva Histórica e Actualidade**. In Encontro das Misericórdias do Alto Minho, 1. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001, p. 102.

<sup>213</sup> Como refere Ivo Carneiro de Sousa a qualidade e extensão das adesões sociais que as confrarias promoveram está patente o livro de registo dos irmãos da Misericórdia de Évora (1499), onde estão registados mais de trezentos nomes com destaque para o monarca, as rainhas, o Mestre da Ordem de Santiago, nobres, clérigos, instituições religiosas inteiras, personalidades de destaque na cultura, mesteres..., cfr., SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 178-179.

<sup>214</sup> Citaremos apenas alguns exemplos: em 1520, D. Manuel concede uma carta régia em que autoriza Pero Garcia a fundar uma Misericórdia em Almeida (cfr., transcrição da carta régia em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, p. 336); em 1521 os "*homens honrados desta vila [de Monsaraz]*" pediram ao rei, com autorização do Duque de Bragança, para fundar uma confraria da Misericórdia e para se lhe anexar a albergaria e hospital do Espírito Santo (documento transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 481 - 482); em 1545 o rei anexa o hospital existente em Palmela à Misericórdia em resposta aos capítulos apresentados pela vila em Cortes (documento referido em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta**

serviram as suas necessidades espirituais e, a pouco e pouco, as de promoção social.

O tempo posterior à fundação foi de crescimento e consolidação: geográfica mas também institucional, ou seja, as Misericórdias foram alargando o seu campo de acção e os serviços prestados<sup>215</sup>.

Estima-se que durante os finais do século XV e no século XVI se tenham fundado, só em Portugal continental, cerca de duzentas e sessenta confrarias da Misericórdia. O modelo e a acção destas confrarias foi de tal modo adaptado e adaptável às necessidades e vivências de cada época, que se manteve até aos dias de hoje com grande vitalidade, o que ajuda a explicar o movimento ininterrupto de fundações do século XV ao XX.

### II. 1.3 Do enquadramento ao funcionamento

As confrarias da Misericórdia, quer a nível organizativo quer de prática assistencial, integram-se numa longa tradição assistencial, ancestral e secular, que se verifica na Europa desde a Antiguidade, mas que se acentua durante a época medieval com a proliferação de várias confrarias de leigos e de pequenas instituições de assistência incentivadas por uma conjuntura religioso-espiritual concreta<sup>216</sup>.

---

**Misericordiarum**, vol. 4, p. 136). Também é revelador que as cartas do rei enviadas ao Porto e Montemor-o-Velho para a fundação das Misericórdias se dirijam aos juízes, vereadores, procurador, fidalgos, cavaleiros e homens bons (cfr., transcrição da carta régia em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 226 e 246).

<sup>215</sup> Sobre os vários factores e vertentes do crescimento e consolidação das Misericórdias após o reinado de D. Manuel e até finais do séc. XVI ver PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4.

<sup>216</sup> Ver o estudo de CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**, com referências desde o Antigo Egipto ao séc. XVI, passando pela China, Índia, Pérsia, Babilónia, Gália, Grécia, Roma, Idade Média no Ocidente europeu e sobre a prática da caridade desde as origens de Portugal; MARQUES, José - **Antecedentes das Misericórdias Portuguesas**. In Encontro das Misericórdias do Alto Minho, 1. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001; SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, pp. 21-37.

No entanto, as características sociais e económicas dos finais século XV colocaram novas questões e exigiram novas respostas das instituições de assistência<sup>217</sup>.

I. Nas últimas décadas da centúria de Quatrocentos inicia-se um processo denominado reforma e modernização das instituições de assistência<sup>218</sup> promovido pela coroa e na qual se destaca a reorganização das instituições assistenciais de origem medieval, o Regimento das Capelas e Hospitais e a criação das Misericórdias.

É este o contexto em que deve ser entendida a fusão de pequenas unidades assistenciais numa de maiores dimensões: pretendia-se restringir a duplicação de instituições, aumentar os rendimentos disponíveis pela junção das rendas e esmolas, assim como “racionalizar os recursos assistenciais disponíveis e garantir a sua sobrevivência e operacionalidade”<sup>219</sup>. Este processo atingiu uma área geográfica muito vasta com a fundação de vários hospitais Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa, 1492)<sup>220</sup>, Hospital de Jesus Cristo (Santarém, 1518)<sup>221</sup>, Hospital Real de Nossa Senhora da Conceição (Coimbra, 1508)<sup>222</sup>, Hospital de S. Marcos (Braga, 1508)<sup>223</sup>, Hospital do Espírito Santo (Évora, 1505), entre outros.

<sup>217</sup> Sobre o conceito de assistência na Época Moderna ver SERRÃO, Joel (coord.) - **Nova História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1999, p. 441.

<sup>218</sup> Sobre a reforma da assistência no séc. XVI ver CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**, pp. 437-520; MARQUES, José - **Antecedentes das Misericórdias Portuguesas**, pp. 35-40; SÁ, Isabel dos Guimarães, - **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português (1500-1800)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, pp. 40-51.

<sup>219</sup> Cfr., LAVAJO, Joaquim Chorão - **A Misericórdia de Évora no último quartel do segundo milénio**. Évora: Santa Casa da Misericórdia de Évora, 2000, p. 79; FONSECA, Carlos Dinis - **História e Actualidade das Misericórdias**, p. 26; SERRÃO, Joaquim Veríssimo - **A Misericórdia de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, Misericórdia de Lisboa, 1998, p. 18.

<sup>220</sup> Cfr., FONSECA, Carlos Dinis - **História e Actualidade das Misericórdias**, p. 200. Sobre o Hospital de Todos-os-Santos ver **Hospital Real de Todos-os-Santos: séculos XV a XVIII**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993; MOITA, Irisalva - **V Centenário do Hospital de Todos os Santos**. Lisboa: Correios de Portugal, 1992.

<sup>221</sup> Cfr., GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**. Lisboa: Livros Horizontes, 1998, p. 326.

<sup>222</sup> Cfr., FONSECA, Carlos Dinis - **História e Actualidade das Misericórdias**, p. 195.

<sup>223</sup> Cfr., SERRÃO, Joel (coord.) - **Nova História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1999, p. 443.



De igual modo, o Regimento das Capelas e Hospitais<sup>224</sup>, publicado em 1514, procurava impor a fiscalização régia sobre o cumprimento das vontades testamentárias e sobre a gestão de capelas, confrarias, hospitais e albergarias através dos contadores das Comarcas<sup>225</sup>.

Neste sentido, concordamos com a afirmação de Laurinda Abreu: “quando a análise privilegia a longa duração e não apenas um determinado corte temporal, o que sobressai, em termos de políticas assistenciais, é a coerência de um processo, que evoluindo por fases sucessivas, se desenvolveu de forma relativamente organizada e lógica, começando por acompanhar as reformas europeias no sector para ganhar um rumo próprio e uma indiscutível individualidade”<sup>226</sup>.

A criação das Misericórdias, sinal de continuidade numa tradição assistencial longínqua, destaca-se pelas suas características, quer ao nível da prática caritativa proporcionada aos mais necessitados quer das propostas espirituais que oferece aos seus membros<sup>227</sup>.

Ivo Carneiro de Sousa sintetiza esta ideia nas seguintes palavras: “a Misericórdia fundada por D. Leonor, em 1498, inaugura, de facto, um movimento confraternal verdadeiramente moderno, procurando combinar uma dimensão fraternal [...] a que se devem ainda somar renovadas funções religiosas generosamente centradas numa assumida dimensão penitencial confraternal e pública”<sup>228</sup>.

---

<sup>224</sup> Cfr., transcrição do Regimento em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 152 – 197.

<sup>225</sup> Cfr., SÁ, Isabel dos Guimarães - **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português (1500-1800)**, pp. 41-48.

<sup>226</sup> ABREU, Laurinda Faria Santos - **O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa do Antigo Regime**. In *A Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património* Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 2008, p. 26.

<sup>227</sup> Sobre esta temática ver o confronto feito por SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 51-56.

<sup>228</sup> SOUSA, Ivo Carneiro - **A Rainha D. Leonor e a Fundação das Misericórdias Portuguesas**. In *Encontro das Misericórdias do Alto Minho*, 1. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001, pp. 62, 114-115.

II. Enquanto confrarias assistenciais, as Misericórdias portuguesas seguiram padrões europeus comuns marcados pela influência religiosa católica, mas evidenciando algumas particularidades regionais. Para Isabel dos Guimarães Sá, no caso de Portugal, essas particularidades referem-se ao cumprimento de um programa abrangente, as 14 Obras de Misericórdia<sup>229</sup>, e a uma autonomia face à tutela da igreja. Esta experiência foi exportada mas, não deixa de ser um modelo local, subsidiário dos contributos italianos que desenvolveram os modelos assistenciais adoptados pela Europa na Época Moderna (grandes hospitais, rodas, hospitais de expostos, concessão de dotes, recolhimentos, Misericórdias)<sup>230</sup>.

No entanto, as confrarias da Misericórdia portuguesas distinguem-se das suas congéneres da Europa do Sul, nomeadamente das Misericórdias de Espanha e de Itália<sup>231</sup>; pois em Portugal assumiram-se como o elemento organizador da assistência nos territórios nacional e além-mar<sup>232</sup>.

Não existem Misericórdias semelhantes às portuguesas, ao nível da função e organização, fora da área de administração ou influência de Portugal, inclusivamente Isabel dos Guimarães Sá afirma que “as diferentes confrarias com invocação ou designação de Misericórdia existente na Europa do Sul tinham pouco em comum entre elas [...] nenhuma se assemelhava às confrarias portuguesas do mesmo nome, com as quais partilharam a invocação

---

<sup>229</sup> As 14 obras de Misericórdia:

<sup>230</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 – 2000**, pp. 52 -56.

<sup>231</sup> A Misericórdia de Florença estava destinada a assistir doentes e acidentados na via pública e o seu patrono era S. Tobias; a Misericórdia de Roma tinha como função preparar espiritualmente os condenados à morte e acompanhá-los nos seus últimos momentos; as Misericórdias espanholas destinavam-se a acolher pobres, nomeadamente os mais jovens e em idade de trabalhar. Veja-se ainda a interessante referência de Camino Oslé que refere as Misericórdias de França e Mónaco, cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**. Pamplona: Gobierno de Navarra, Institución Príncipe de Viana, 2000, pp. 70 e 75.

<sup>232</sup> Sobre as Misericórdias e o Império português ver os estudos de Sá, Isabel dos Guimarães, nomeadamente **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português (1500-1800)** e **As Misericórdias no Império Português**. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000.

e pouco mais” ou seja “a designação de Misericórdia obedece mais a uma invocação do que a um tipo específico de confraria”<sup>233</sup>.

E, efectivamente, pudemos confirmar esta realidade, ainda que de forma não exaustiva por limitações temporais para esta investigação. Ou seja, procurámos constatar se as confrarias espanholas e italianas com a invocação da Misericórdia têm uma relação específica com os edifícios que utilizam para o desempenho da sua função concreta e conseqüentemente se existe uma problemática inerente aos edifícios construídos por estas confrarias fora do contexto português.

Em Espanha existem poucas obras monográficas dedicadas a confrarias com invocação da Misericórdia e nenhuma obra geral<sup>234</sup>; as informações que recolhemos e que circulam de forma dispersa, permitiram-nos perceber várias situações.

Primeiro, que a designação «Misericórdia» aparece maioritariamente associada a casas de cariz assistencial e a hospitais e não a confrarias; embora em alguns casos estas casas e hospitais fossem administrados por confrarias. Neste sentido, o termo «Misericórdia», casa da Misericórdia ou hospital da Misericórdia, serve para designar a instituição e o edifício.

Constatamos também, que não se aplica a expressão «igreja da Misericórdia», O uso desta expressão, que como veremos, é muito comum em Portugal<sup>235</sup>, é substituído em Espanha por “hospital da Misericórdia” ou “casa de Misericórdia”; embora não possamos aprofundar os motivos, por sair fora do âmbito desta investigação, é possível que estejam relacionados com a evolução e características arquitectónicas dos próprios edifícios, onde existe

---

<sup>233</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, pp. 30 – 31; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, pp. 83 – 85.

<sup>234</sup> Vejam-se as referências existem em JIMÉNEZ DE SALAS, Maria – **Historia de la asistencia social en España en la Edad Moderna**. Madrid: CSIC, 1958 e MAZA ZORRILLA, Elena – **Pobreza y asistencia social en España siglos XVI al XX**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1987. A excepção é a obra OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, que faz uma abordagem regional às Misericórdias de Navarra.

<sup>235</sup> Ver cap. III.2. A Casa da Misericórdia.

uma forte componente civil e assistencial<sup>236</sup>; situação semelhante ao que ocorre em Itália.

Outra constatação importante é que algumas destas instituições com a invocação da Misericórdia têm origem no século XV, ou seja, são anteriores às Misericórdias portuguesas, como é o caso dos hospitais de Alcalá de Henares (1483), de Sevilha (1477) e de Talavera de la Reina (1475). Tal como acontece em Itália, onde esta invocação é bastante comum no período medieval para designar confrarias e instituições assistenciais, como a de Florença<sup>237</sup>.

Em segundo lugar, em Espanha a designação de «Casas de Misericórdia» remonta à segunda metade do século XVI e servia para denominar as instituições teorizadas por Miguel de Giginta e que se estendem por todo o território nos séculos XVII e XVIII e que se denominaram indistintamente Casas de Misericórdia ou hospícios. E é importante atendermos na designação «Casas de Misericórdia», pressupondo que eram locais onde se exercia a Misericórdia e não «Casa da Misericórdia», como é comum em Portugal, onde também poderemos interpretar como casas pertencentes à confraria da Misericórdia.

O projecto de Miguel Giginta, cónego em Elna arquidiocese de Tarragona<sup>238</sup>, nasceu com a nomeação de uma comissão designada pelas Cortes de Castela em 1576 para tratar de questões relacionadas com os hospitais.

A ideia do cónego de Elna era que cada cidade importante tivesse uma Casa de Misericórdia, uma instituição de reclusão, voluntária, que procurava a regeneração dos pobres pelo trabalho e educação cristã. De igual modo sabemos que esteve em Portugal e que divulgou as suas propostas em

---

<sup>236</sup> Como exemplo podemos destacar a Casa da Misericórdia de Bilbao construída/remodelada em 1872 integrando uma capela mas que exteriormente apresenta uma configuração de edifício civil sem destaque para a igreja.

<sup>237</sup> Ver TORRICELLI, Cesare – **La Misericordia di Firenze attraverso i secoli: note storiche**. Firenze: Archiconfraternita della Misericordia di Firenze, 1975.

<sup>238</sup> Sobre Miguel Giginta, biografia, projectos e obras ver **Miguel de Giginta: canónigo de Elne**. Perpignan: Les Estivales de Perpignan, 2003; e a introdução à obra GIGINTA, Miguel – **Tratado de remedio de pobre (edição de Félix Santolaria Sierra)**. Barcelona: Ariel Historia, Edicions Universitat de Barcelona, 2000 (original 1579).

Lisboa<sup>239</sup>, Porto e Évora, mas apenas nesta última a sua proposta teve algum eco através da fundação do Hospício e Irmandade da Piedade (c. 1587)<sup>240</sup>.

Em 1579 publica em Coimbra o **Tratado de Remedio de Pobres**<sup>241</sup>. Neste tratado apresenta a sua ideia sobre a assistência aos pobres, propondo o modelo da Casa de Misericórdia e das diferentes responsabilidades. O texto começa com um “*memorial en que va fundada esta obra*” e onde se resumem as ideias desenvolvidas no restante texto; estas casas acolhiam pobres, peregrinos, passageiros ou negociantes pobres, os que procuram amo ou outro acomodo e convalescentes<sup>242</sup>.

O tratado define em termos regulamentares estas instituições como “*casa, de más de se sujetas al ordinario, como todas las otras obras pías, habrán de estar a la administración y trabajo de una cofradía, que para ello se debe ordenar por sólo amor de Dios*”<sup>243</sup>.

O texto refere também dados sobre a designação do edifício que acolheria os mais necessitados, pois a “*invocación [da confraria], y de estas casas, podrá ser de la misericordia, donde no hubiere otras de ese apellido, y de la caridad, donde las hubiere*”<sup>244</sup>. Ou seja, a designação poderia variar indistintamente entre Casa da Misericórdia e Casa da Caridade, conformando-se apenas com a função a cumprir pelo edifício.

---

<sup>239</sup> Parece que o projecto das Casas de Misericórdias definidas no **Tratado de Remedio de Pobres** foi apresentado a D. Sebastião, à Câmara Municipal de Lisboa e ao arcebispo D. Jorge de Almeida, inquisidor-mor; cfr., ABREU, Laurinda - **O Hospício e Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, em Évora: uma experiência de reclusão e controlo de pobres em Portugal**. In *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. 3, p. 14.

<sup>240</sup> O Hospício e irmandade da Piedade funcionaram como complemento à actividade da Misericórdia e do hospital do Espírito Santo gerido pela confraria; cfr., ABREU, Laurinda - **O Hospício e Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, em Évora: uma experiência de reclusão e controlo de pobres em Portugal**, pp. 7 – 36.

<sup>241</sup> Publicado GIGINTA, Miguel de - **Tratado de remedio de pobres** (edição de Félix Santolaria Sierra).

<sup>242</sup> GIGINTA, Miguel de - **Tratado de remedio de pobres** (edição de Félix Santolaria Sierra), pp. 67 – 69.

<sup>243</sup> GIGINTA, Miguel de - **Tratado de remedio de pobres** (edição de Félix Santolaria Sierra), p. 69.

<sup>244</sup> GIGINTA, Miguel de - **Tratado de remedio de pobres** (edição de Félix Santolaria Sierra), p. 69.

E nestes dois últimos pontos, regulamentação e designação, confirmamos a diferença entre as Casas da Misericórdia portuguesas e as espanholas; existe apenas uma coincidência de designação e até esta poderia ser diferente.

Rapidamente concluímos que o projecto das Casas de Misericórdia espanholas, quer pela função e organização quer pela caracterização arquitectónica, nada têm que ver com a realidade portuguesa. Se existissem dúvidas poderíamos confrontar com a *“epístola proemia”* onde Giginta refere que a mesa da Misericórdia de Lisboa *“acordaron a mas votos, que la dicha cofradía se encargará de ello [Casa de Misericordia proposta por Giginta], com tal que hubiese quien les diese hechas y puestas a punto las casas de que sa trata en el dicho memorial, y tuviesen de qué sustentarse sin haber de poner en ello la dicha cofradía más del trabajo y sobreintendencia”*<sup>245</sup>; perante esta posição da Misericórdia de Lisboa a Câmara achou mais conveniente que se formasse uma confraria nova para a concretização do projecto, no entanto, o acontecimento de Alcácer Quibir, e as suas consequências, não permitiram a sua realização<sup>246</sup>.

A criação e expansão das Casas de Misericórdia em Espanha foi limitada espacial e temporalmente. A primeira é criada em Toledo nos finais de 1580 com o apoio do Cardeal Gaspar Quiroga. No ano seguinte, 1581, o assunto é de novo apresentado em Cortes e decide-se apoiar o projecto de Giginta e passar um memorial ao Conselho do Rei. Nesse mesmo ano funda-se a Casa de Misericórdia em Madrid e Granada e o assunto foi debatido nas cidades de Jaén, Sevilha, Burgos, Valladolid, Oviedo e Santiago<sup>247</sup>.

Em 1583 é instituída uma Casa de Misericórdia em Barcelona e o projecto é apresentado ao Bispo de Huesca e ao município de Zamora.

No ano de 1587 as Cortes decidiram enviar uma carta às cidades e vilas do reino, em que se considerava conveniente e necessária a proposta das Casas

---

<sup>245</sup> GIGINTA, Miguel de - **Tratado de remedio de pobres** (edição de Félix Santolaria Sierra), p. 64.

<sup>246</sup> Cfr., GIGINTA, Miguel de - **Tratado de remedio de pobres** (edição de Félix Santolaria Sierra), pp. 66 – 66.

<sup>247</sup> GIGINTA, Miguel de - **Tratado de remedio de pobres** (edição de Félix Santolaria Sierra), pp. 50 – 53.

de Misericórdia e, devido à sua utilidade, enviava-se também um memorial com todas as considerações sobre o projecto e o livro de Giginta; e que os municípios, prelados e outras instituições deveriam reunir e tomar uma decisão. As respostas que se conservaram foram quase todas negativas, atendendo-se aos recursos económicos necessários para a concretização do projecto<sup>248</sup>.

Das Casas de Misericórdia fundadas, as de Madrid, Granada e Toledo encerraram alguns anos após a abertura; apenas a de Barcelona se manteve em actividade até à actualidade. No século XVII fundam-se as Casas de Misericórdia de Zaragoza em 1668 e a de Valência em 1673<sup>249</sup>.

Com a designação «Misericórdia» identificámos na bibliografia as seguintes instituições assistenciais em Espanha:

- Alcalá de Henares (hospital)<sup>250</sup>
- Alcuéscar<sup>251</sup>
- Alicante (casa)<sup>252</sup>
- Ávila (confraria<sup>253</sup> e casa)
- Azpeitia (Guipúzcoa) (casa)<sup>254</sup>
- Baiona
- Barcelona (hospital dos pobre/casa)<sup>255</sup>

<sup>248</sup> GIGINTA, Miguel de - **Tratado de remedio de pobres** (edição de Félix Santolaria Sierra), p. 53.

<sup>249</sup> GIGINTA, Miguel de - **Tratado de remedio de pobres** (edição de Félix Santolaria Sierra), p. 54.

<sup>250</sup> Cfr., FERNÁNDEZ MAJOLERO, Jesús - **Hospital de Nuestra Señora de la Misericordia de Alcalá de Henares: datos previos para un estudio histórico (siglos XV y XVI)**. Alcalá de Henares: Hospital de Antezana, 1985; ROMÁN PASTOR, Carmen - **Datos históricos y evolución arquitectónica de la Fundación Antezana: hospital gratuito de Nuestra Señora de la Misericordia de Alcalá de Henares**. Alcalá de Henares: Hospital de Antezana, 1996.

<sup>251</sup> A Casa da Misericórdia de Alcuéscar foi fundada em 1939; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, pp. 84, 104 - 105.

<sup>252</sup> A Misericórdia de Alicante foi fundada em 1743; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, p. 84; MARTÍNEZ, Maria de los Desamparados; MARTÍNEZ, Rafael – **La Casa de la Misericordia de Alicante**. Alicante: [s. n], 1984.

<sup>253</sup> SABE ANDREU, Ana Maria – **Las cofradías de Ávila en la Edad Moderna**. Ávila: Institución Gran Duque de Alba de la Diputación Provincial, 2000.

<sup>254</sup> A Misericórdia de Azpeitia foi fundada em 1756 embora seja possível recuar a sua actividade ao século XVI; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, pp. 84, 95 - 98.

- Baztán (casa)<sup>256</sup>
- Bilbao (real casa)<sup>257</sup>
- Borja (santuário: igreja e hospital)<sup>258</sup>
- Cáceres (casa)
- Cádiz (casa)
- Cestona<sup>259</sup>
- Ceuta (santa e real Irmandade, hospital e casa de Misericórdia)
- Ciudad Real (real casa de Misericórdia ou real casa da Caridade)<sup>260</sup>
- Cuenca<sup>261</sup>
- Estella (casa)<sup>262</sup>
- Granada (hospício para crianças)
- Huesca<sup>263</sup>
- Jaén (hospital)<sup>264</sup>

---

<sup>255</sup> A Misericórdia de Barcelona foi fundada em 1583 por Diego Pérez Valdivia: durante parte do século XVII o espaço este destinado a hospital militar transferindo-se os assistidos ao antigo convento de religiosas Mínimas; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericórdia de Pamplona**, pp. 84 e 88.

<sup>256</sup> A Misericórdia de Baztán foi fundada em 1783 e instalou-se no edifício do antigo hospício dos Padres Capuchinos em Elizondo que reformulou para o efeiro; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericórdia de Pamplona**, pp. 110 e 116 - 121.

<sup>257</sup> A Misericórdia de Bilbao foi fundada em 1770; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericórdia de Pamplona**, pp. 84, 98 – 103; **Reglamento de la Santa y Real Casa de Misericórdia de esta villa de Bilbao**. Bilbao: Imp. de la Vda. de Jauregui, 1832, que embora tardio dá a conhecer a orgânica da instituição, modo de organização e funcionamento e actividade, bastante diferente das Misericórdias portuguesas.

<sup>258</sup> Conjunto arquitectónico composto por igreja e hospedaria; cfr., PARDOS BAULUZ, Elisardo - **El Santuario de Misericórdia y Hospital de Sancti Spiritus de Borja**. Soria: [s. n.], 1978. E ficha catalográfica no Sistema de Información del Patrimonio Cultural Aragonés: <http://www.sipca.es/censo/1-INM-ZAR-013-055-058/Santuario/de/Misericordia.html> [acedido em Dezembro de 2011].

<sup>259</sup> A Misericórdia de Cestona foi fundada em 1919; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericórdia de Pamplona**, p. 84.

<sup>260</sup> As primeiras iniciativas para a construção da Casa de Misericórdia de Ciudad Real começaram em 1777 por vontade do arcebispo Lorenzana; mas apenas no mês de Outubro de 1784 se realiza a compra do terreno, iniciando-se a obra em Novembro e estando concluída no início da década de 90. Ver LOPÉZ NAVAS, Sebastián - **Casa de la Caridad: cuartel de la Misericórdia (1784 - 1987)**. Ciudad Real: Comisión Municipal de Cultura, 1987.

<sup>261</sup> A Misericórdia de Cuenca foi fundada em 1766; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericórdia de Pamplona**, p. 84.

<sup>262</sup> A Misericórdia de Estella foi fundada em 1795 e instalou-se num edifício propriedade da cidade e próximo do hospital; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericórdia de Pamplona**, pp. 110 e 121 - 128.

<sup>263</sup> A Misericórdia de Huesca foi fundada em 1798; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericórdia de Pamplona**, p. 84.



- La Coruña (casa)
- Leida (casa)
- León<sup>265</sup>
- Lérida (casa)
- Logroño<sup>266</sup>
- Loja (hospital real de Nossa Senhora da Misericórdia)<sup>267</sup>
- Los Arcos (Pamplona)
- Madrid<sup>268</sup>
- Málaga (confraria e hospital)
- Manila (irmandade, casa e hospital)
- Murcia (real casa)<sup>269</sup>
- Oviedo (1559)
- Palma<sup>270</sup>
- Pamplona (hospital geral e casa)<sup>271</sup>
- Ronda<sup>272</sup>

---

<sup>264</sup> O hospital de Jaén foi fundado em 1497 quando Juana de Alfaro doou uns edifícios para a fundação de uma Casa da Misericórdia; nestas casas fundou-se o primeiro hospital que se foi ampliando durante o século XVI, com casas pertencentes a Juan López Ortuño; em 1619 o hospital é doado à Ordem hospitalária. Cfr., PALMA RODRIGUEZ, Fermin - **Historia del hospital de la Santa Misericordia y San Juan de Dios de Jaén**. Jaén: [s.n.], 1982, pp. 13 – 14, 19 – 21.

<sup>265</sup> A Misericórdia de Leon foi fundada em 1786; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, p. 84.

<sup>266</sup> A Misericórdia de Logroño foi fundada em 1754; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, p. 84.

<sup>267</sup> Ver CORONAS TEJADA, Luis - **Hospital real de Ntra. Sra. de la Misericordia de Loja desde mediados del siglo XVIII a 1833**. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Granada. 1973. Tesis doctoral.

<sup>268</sup> A Misericórdia de Madrid foi fundada em 1581 com o apoio do Cardeal Quiroga, arcebispo de Toledo; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, pp. 84 e 88.

<sup>269</sup> SÁEZ GÓMEZ, José Miguel, MARSET CAMPOS, Pedro - **Pobreza y asistencia social en la España del siglo XVIII: La Casa de Misericordia de Murcia (1700-1759)**. *Asclepio*. 44, 1, (1992) pp. 95-114.

<sup>270</sup> A Misericórdia de Palma foi fundada em 1677; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, p. 84.

<sup>271</sup> A Misericórdia de Pamplona foi fundada em 1706, sendo que as primeiras diligências para a sua instituição ocorreram pelos anos 1671 – 1672; após a fundação instalou-se num edifício préexistente reabilitado para o efeito; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, pp. 141 e ss.

<sup>272</sup> Projecto para a constituição de uma Casa da Misericórdia em Ronda, AHN, Consejos, leg. 2844/38 citado por FERNANDÉZ MÉRIDA, Maria Dolores - **Los hospitales malagueños en**

- San Sebastián (1714; real casa e hospital)<sup>273</sup>
- San Vicente de la Barquera (hospital)
- Santesteban (casa)<sup>274</sup>
- Sevilha (casa e hospital; hospital e confraria)<sup>275</sup>
- Talavera de La Reina (hospital)<sup>276</sup>
- Tarifa (hospital)
- Teruel<sup>277</sup>
- Toledo (casa e hospital)<sup>278</sup>
- Tudela (real casa)<sup>279</sup>
- Valência (real casa e hospital)<sup>280</sup>
- Valladolid (real casa da Misericórdia, hospício de pobres)<sup>281</sup>

---

**los siglos XV - XIX: historia y arquitectura.** Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 2004, p. 581.

<sup>273</sup> A Misericórdia de San Sebastián foi criada em 1714 e desapareceu num incêndio em 1813; cfr., BILBAO FRANCO, Javier - **El Hospital de San Antonio Abad de San Sebastián (1888-1936)**. [s. l.]: Universidad de La Rioja. 2008. Tesis doctoral.

<sup>274</sup> A Misericórdia de Santesteban foi fundada em 1883; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, pp. 110 e 135 - 138.

<sup>275</sup> O hospital da Misericórdia de Sevilha foi fundado em 1477; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, p. 84. PÉREZ GONZÁLES, Silvia – **Los laicos en la Sevilla bajomedieval: sus devociones y cofradías**. Huelva: Universidad de Huelva, 2005, pp. 219 – 223.

<sup>276</sup> O hospital da Misericórdia de Talavera de la Reina foi fundado por escritura em 15 de Dezembro de 1475 por vontade de Fernando Alfonso ficando por administradores o deão e cabido da igreja colegial de Santa Maria em Talavera e destinava-se a receber pobres e doentes; cfr., HERNANDEZ LANCHAS, Manuel - **La crisis del Antiguo Regimen en el Santo Hospital de la Misericordia de Talavera de la Reina (1789 - 1837)**. Toledo: Instituto de Investigaciones y Estudios Toledanos, Diputación Provincial de Toledo, 1991.

<sup>277</sup> A Misericórdia de Teruel foi fundada em 1798; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, p. 84.

<sup>278</sup> A Misericórdia de Toledo foi fundada, em 1584, por Miguel Giginta com o apoio do Cardeal Quiroga, arcebispo de Toledo; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, pp. 84 e 88.

<sup>279</sup> A Misericórdia de Tudela foi fundada em 1771; em 1779 a cidade concede um terreno para edificar a casa para albergar os pobres com projecto do arquitecto Ventura Rodriguez, sendo inaugurada em 1791; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, pp. 84 e 111-116.

<sup>280</sup> A Misericórdia de Valência foi fundada em 1670; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, p. 84.

<sup>281</sup> A Misericórdia de Valladolid começa a sua actividade em 1724 por iniciativa do Município e Junta de Comercio de Valladolid; em 1785 extinguiram-se as confrarias existentes na cidade de Valladolid e incorporaram-se os seus bens na Casa de Misericórdia por real decreto de 23 de Março de 1803; cfr., PALOMARES IBAÑEZ, Jesus Maria - **La asistencia social en Valladolid: el hospicio de pobres y la Real Casa de Misericordia (1724 - 1847)**. Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Valladolid, 1975, pp. 102 – 118.

- Vera de Bidasoa (casa)<sup>282</sup>
- Viana (casa)<sup>283</sup>
- Vitoria (real junta e casa)<sup>284</sup>
- Yecla (casa e junta de caridade)
- Zaragoza (casa de Misericórdia<sup>285</sup>)
- Zamora
- Zestoa (Guipúzcoa) (casa)<sup>286</sup>

Dada a natureza das instituições assistenciais durante o século XVI, muito ligadas á tradição medieval, é bastante complicado proceder à clarificação do que cada uma corresponde; pensamos no entanto que, à excepção de Ceuta e Manila<sup>287</sup>, possivelmente influenciadas pela realidade portuguesa, estas instituições – casas, hospitais e confrarias, em termos de organização, princípios e objectivos estão longe das Misericórdias portuguesas como

---

<sup>282</sup> A Misericórdia de Vera de Bidasoa foi fundada em 1883; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, pp. 110 e 131 - 134.

<sup>283</sup> A Misericórdia de Viana foi fundada em 1829; cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, pp. 110 e 128 - 130.

<sup>284</sup> Cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, p. 92.

<sup>285</sup> A Misericórdia de Zaragoza foi fundada em 1668 e o edifício sede ficou concluído em 1669 e sobreu uma importante campanha de obras de remodelação durante a primeira metade do século XVIII; funcionava como albergue recolhendo todas as pessoas que mendigavam. MARTÍNEZ VERÓN, Jesús – **La Real Casa de Misericordia**. Zaragoza: Diputación Provincial, 1985.

<sup>286</sup> Cfr., OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, p. 92.

<sup>287</sup> A Misericórdia de Manila foi fundada por Frei Marcos de Lisboa c. 1590; No Arquivo das Índias existe um exemplar do compromisso (c.1607, estante 67, caixa 6, maço 20); “*Fr. Marcos de Lisboa [1510 – 1591?], Predicador, reunió iguales circunstancias que el anterior en patria, linaje y fortuna (nació en Lisboa de noble y acaudalada familia), estableciéndose como él en Malaca, ayudando á la fundación de nuestro convento de aquella ciudad y profesando en él el año de 1582, viniendo á Filipinas el 585 donde se dedicó á la predicación, proyectó la fundación de la hermandad de la Misericordia y fué de la mesa que nombró al primer Proveedor de dicha hermandad. San José en España, muriendo en San Gil de Madrid al principiar el año 1628 dejando gran fama de santidad. [...] Escribió las primeras ordenanzas para la hermandad de la Misericordia, un tratado de casos de conciencia y en bicol la Gramática, el Diccionario, un Catecismo y el Confesionario bicol*”; cfr., GÓMEZ PLATERO, Eusebio - **Catálogo biográfico de los religiosos franciscanos de la provincia de San Gregorio Magno de Filipinas desde 1577 en que llegaron los primeros a Manila hasta los de nuestros días**. Manila: Imp. del Real Colegio de Santo Tomas, 1880, pp. 52 – 54. Disponível em [http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?pid=2808107&custom\\_att\\_2=simple\\_viewer](http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?pid=2808107&custom_att_2=simple_viewer).

podemos verificar pela leitura dos artigos estatutos e regulamentos ainda hoje existentes.

No entanto, e para além das diferenças já notadas por Isabel dos Guimarães Sá e Camino Oslé, entre as Misericórdias espanholas e as Misericórdias portuguesas e italianas, tais como fundação predominantemente setecentista, falta de perenidade temporal e trabalho preferente com reclosão de pobres e mendigos, queremos acrescentar outros dados resultantes da nossa análise. Nomeadamente a grande capacidade assistencial destas instituições; segundo dados existente a Misericórdia de Toledo chegou a albergar nos anos próximos da sua fundação, ou seja, ainda no século XVI, 600 pessoas e a de Madrid, 900; de igual modo a Casa fundada em Zaragoza tinha capacidade para 1200 pessoas e uma estatística de 1797 regista um total de 11.786 acolhidos<sup>288</sup>.

Uma outra questão que nos interessa é as características arquitectónicas destes edifícios. Miguel Giginta, no **Tratado de Remedio de Pobres**, referencia como deve ser a Casa de Misericórdia. O memorial fornece dados sobre a estrutura do edifício da Casa de Misericórdia, que deveria ser composta por *“casas terreas a la ligera, que de taipas y tejavana bastarán para pobres, en cuatro atarazanas distintas, que respondan en cruz a una capilla que ha de tener en medio, con un retablo del juicio final e historia del impío mal rico con Lázaro mendigo”*<sup>289</sup>.

Dos vestígios materiais actualmente existente e a que tivemos acesso, arquitectonicamente o que nos chama mais à atenção, e que corresponde à realidade das Misericórdias portuguesas que estudámos, é a conciliação dos dois espaços, o assistencial e o religioso; em que o primeiro, com a sua natureza civil, se impõe relativamente ao segundo. Nomeadamente a volumetria unitária do conjunto, a ausência de elementos claramente relacionado com a função religiosa e uma integração urbana discreta, características que facilmente no levam a identificar esta tipologia de edifícios.

<sup>288</sup> OSLÉ GUERENDIAIN, Camino – **La casa de Misericordia de Pamplona**, pp. 88 -89 e 91.

<sup>289</sup> GIGINTA, Miguel de - **Tratado de remedio de pobres** (edição de Félix Santolaria Sierra), p. 67. Existem também indicações sobre a arquitectura das Casas da Misericórdia para o século XVIII, embora num contexto mais institucional, ver FERNANDÉZ MÉRIDA, Maria Dolores - **Los hospitales malagueños en los siglos XV - XIX: historia y arquitectura**. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 2004, pp. 580 - 582

São exemplos o hospital da Misericórdia em Alcalá de Henares e a Misericórdia de Florença que, embora contendo igrejas no seu interior, exteriormente o que se destaca é o conjunto do edifício e a sua fisionomia civil.

Especificamente a Casa da Misericórdia de Ávila, que actualmente permanece, adossada à muralha da cidade, evidencia um portal quinhentista com a representação de S. Martinho e o pobre. Embora se entenda logicamente a sua relação com a função assistencial da instituição, foi uma iconografia pouco comum no contexto das Misericórdias portuguesas. Estas optaram preferentemente por outras alegorias à caridade como a Visitação e as obras de Misericórdia.

## II. 2. Acção, devoção e arte

Alinhadas as ideias essenciais relativas à fundação e difusão das Misericórdias é necessário considerar alguns dados sobre a sua organização institucional, que vão determinar algumas das suas características, queremos deter-nos nos aspectos da *praxis* caritativa desenvolvida por estas confrarias.

I. As Misericórdias portuguesas eram constituídas essencialmente por leigos, assumindo-se desde sempre não como “instituições clericais mas criação da actividade cristã dos leigos”<sup>290</sup>. Tinham um estatuto especial, como confrarias de cariz religioso, mas laicas, sob protecção e jurisdição régia, que saiu reforçado pelas determinações do Concílio de Trento<sup>291</sup>. Ou seja, por responderem perante o rei não estavam sob a autoridade episcopal, com excepção das questões relacionadas com o culto<sup>292</sup>.

---

<sup>290</sup> Cfr., FONSECA, Joaquim Dinis da, citado por FONSECA, Carlos Dinis - **História e Actualidade das Misericórdias**, p. 237.

<sup>291</sup> Cfr., SÁ, Isabel dos Guimarães - **The role of religion and race in shaping portuguese society at home and overseas: the example of the Misericórdias from the sixteenth to the eighteenth century**. *Portuguese Studies*. Londres: Modern Humanities Research Association, n.º 13, (1997) pp. 210 – 221.

<sup>292</sup> Algumas questões sobre o exercício da jurisdição episcopal nas Misericórdias, ver PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 23 – 25.

Para a prossecução dos seus objectivos era necessária a constituição de um pequeno grupo de irmãos com responsabilidades mais directas e funções específicas. Este grupo constituía os *“hoficiaees [...] treze homens pera servirem e regerem guovernarem esta sancta confraria”*<sup>293</sup>, mais tarde denominados mesários ou mesa da Misericórdia; eram eleitos anualmente e integrava treze irmãos: um provedor, e doze oficiais (nove conselheiros, um escrivão e dois mordomos – mordomo da capela e o mordomo de fora), auxiliavam este grupo de irmãos, um médico e três capelães<sup>294</sup>.

Este grupo que reunia periodicamente: *“hos dias hordenados pera conselho e cabidoo seram todas as quartas feiras depois da misse da confraria e todos hos domingos a tarde ahos quaees dias ho decto provedor e hoficiaees viram pera despacharem e falarem o que for serviço de Deos e assy descarreguo a cada huum do que se ha de fazer segundo seu hoficio”*<sup>295</sup>. Apesar da determinação do **Compromisso**, a periodicidade das reuniões foi variando de confraria para confraria; decorriam num espaço que veio a ser designado por casa do despacho e detinham-se na tomada de decisões relacionadas com a gestão das actividades da Misericórdia.

A acção das confrarias era regulamentada pelo Compromisso, que descrevia minuciosamente os objectivos, as normas de funcionamento, os cargos, o modo de organização e gestão, assim como as actividades a implementar<sup>296</sup>.

---

<sup>293</sup> Cfr., transcrição do primitivo compromisso da Misericórdia de Lisboa, PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, p. 387.

<sup>294</sup> Sobre a eleição anual, tomada de posse, as responsabilidades e funções do provedor e de cada um dos oficiais e suas características sociais e morais obrigações de cada um dos irmãos, ver CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**, pp. 549-556; FONSECA, Carlos Dinis - **História e Actualidade das Misericórdias**, pp. 45-64; SÁ, Isabel dos Guimarães - **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português (1500-1800)**, pp. 94-104.

<sup>295</sup> Cfr., transcrição do compromisso da Misericórdia de Lisboa, PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, p. 391.

<sup>296</sup> Cfr., transcrições dos Compromissos em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vols. 3 e 4. Sobre os compromissos ver, SERRÃO, Joaquim Veríssimo - **A Misericórdia de Lisboa**, pp. 32-37, 43-44, 49-54, 119-124. Cfr., SÁ, Isabel dos Guimarães - **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português (1500-1800)**, pp. 92-94. A transcrição de alguns compromissos quinhentistas em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 385-433.

II. Originalmente, na actividade caritativa das Santas Casas salientava-se uma dupla dinâmica; uma que direccionava a confraria para o exterior, consubstanciada na assistência aos necessitados através do cumprimento das Obras de Misericórdia<sup>297</sup> e outra vocacionada para o interior da confraria, para uma proposta espiritual a ser vivida pelos confrades e tendo por base a penitência<sup>298</sup>.

Ou seja, como afirma Ivo Carneiro de Sousa, “a Misericórdia fundada por D. Leonor [...] inaugura, de facto, um movimento confraternal verdadeiramente moderno, procurando combinar uma dimensão fraternal com uma ampla colecção de tarefas assistenciais, em comunicação com as características e os problemas específicos da pobreza e da marginalidade da sociedade renascentista portuguesa, a que se devem ainda somar renovadas funções religiosas generosamente centradas numa assumida dimensão penitencial confraternal e pública [...] que invade não apenas os seus regulamentos, mas principalmente a sua *praxis* associativa religiosa e social”<sup>299</sup>.

Fundamentais para o desempenho desta função assistencial, foram os espaços construídos e um conjunto de objectos que as Misericórdias foram encomendando e que apresentam características próprias relacionadas com essas mesmas funções, que serviam com as dinâmicas inerentes do agregado social e com a necessidade de afirmação de uma identidade própria.

Por isso, no âmbito da produção artística promovida pelas confrarias da Misericórdia, é muito evidente uma relação recíproca entre os conceitos *devoção*, *acção* e *arte*. Esta ideia não é específica das Misericórdias, ou seja, é válida para outros encomendadores. De facto, o que é específico para cada

---

<sup>297</sup> Sobre o conceito de Misericórdia ver SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 8-12. Sete obras de Misericórdia Corporais: dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, dar pousada aos peregrinos, vestir os nus, visitar os enfermos e encarcerados, remir os cativos e enterrar os mortos; sete obras de Misericórdia Espirituais: ensinar os ignorantes/os simples, dar bom conselho, castigar com caridade os que erram, consolar os tristes, perdoar as injúrias, sofrer com paciência as injúrias, rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos.

<sup>298</sup> Sobre as possíveis influências de correntes e agentes religiosos italianas, vinculados à renovação penitencial e espiritual dos movimentos confraternais na criação das Misericórdias, ver SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 82-104.

<sup>299</sup> SOUSA, Ivo Carneiro - **A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento**, pp. 62, 114-115.

encomendador é a forma como cada um destes concretiza esta ideia, ou seja, como determinado pressuposto religioso, cultural, devocional, funcional, identitário, propagandístico, entre outros, se reflecte na arte concreta, em manifestações artísticas, iconografias e morfologias específicas; este é o objectivo deste capítulo para o caso das Misericórdias, portuguesas e que não tem sido abordado de forma sistematizada pelos outros investigadores.

Complementarmente, sabemos também que, desde a sua fundação, as confrarias da Misericórdia constituíram-se como importantes encomendantes e promotores de diferentes manifestações artísticas que, pelo que atrás ficou dito, apresentam várias especificidades. Ou seja, as obras de arte resultantes da encomenda das Santas Casas evidenciam características próprias que as individualizam face à restante produção artística coeva e que procuraremos sistematizar neste capítulo.

### II.2.1 Prática assistencial

I. Começamos por detalhar a acção das confrarias da Misericórdia; segundo o **Compromisso**, a Misericórdia de Lisboa foi *ordenada* para que “*fossem e sejam compridas todas as obras da misericórdia spirituaees e corporaees quanto possivel for e pera socorrer as tribulaçõees e miserias que padecem nossos irmãos em Christo que receberam augua do sancto bautismo*”<sup>300</sup>.

Dada a impossibilidade prática de cumprir todas, a confraria teve inicialmente que orientar a sua acção para uma dupla finalidade assistencial: os doentes e os presos<sup>301</sup>. Esta especialização da actividade, enquanto vocação primitiva das Misericórdias, foi entendida como marca da originalidade e da renovação social e religiosa do movimento confraternal criado por D. Leonor<sup>302</sup> e insere-se

<sup>300</sup> Cfr., transcrição do primitivo compromisso da Misericórdia de Lisboa, PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, p. 385.

<sup>301</sup> Sobre o modo como se consubstanciava a acção de assistência aos presos e doentes ver SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 71-74, 77, 81-84. Sobre a contextualização do trabalho com os presos e a sua relação com a renovação dos movimentos confraternais, ver SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, p. 86.

<sup>302</sup> Cfr., SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 76-77.



no quadro mental da época relacionado com os conceitos de alma, salvação, pecado e vida cristã<sup>303</sup>.

A actividade caritativa das Misericórdias, no seu todo mas admitindo múltiplas vertentes, tinha uma dimensão assistencial propriamente dita e outra de cariz religioso mas apenas entendível no âmbito da caridade. Da acção assistencial das Misericórdias, em sentido estrito, destacam-se a recolha de esmolas necessárias para a prática da caridade, a assistência a pobres doentes ou doentes presos (visitar em casa ou no hospital, dar pousada, comida, esmolas, medicamentos, promover a visita do médico e do capelão, vestir); assistência a presos pobres (visitar, dar comida, vestir), pobres envergonhados (visitar, dar esmolas); enterramento dos condenados à morte (acompanhamento processional até ao local de execução, recolha dos restos mortais)<sup>304</sup>.

II. Esta intensa actividade assistencial era complementada e entroncava numa também diversificada acção espiritual. Da acção cultural e celebrativa destacavam-se as celebrações litúrgicas com ênfase para os sufrágios das almas de defuntos, irmãos, benfeitores e condenados e as procissões com forte carácter devocional e penitencial.

Em termos celebrativos existiam dois momentos fortes: a Quaresma e o dia da Visitação, o primeiro ligado à espiritualidade da confraria e o segundo ao seu quotidiano; ambos vão influenciar as práticas e os objectos devocionais desenvolvidos pelas Misericórdias<sup>305</sup>.

A espiritualidade destas confrarias está muito ligada à Paixão de Cristo, ao sofrimento redentor, o que vai condicionar os momentos celebrativos mais importantes que correspondiam às celebrações quaresmais e da Semana

---

<sup>303</sup> Cfr., SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 – 2000**, pp. 30-31.

<sup>304</sup> Cfr., CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**, pp. 554-558.

<sup>305</sup> Ver cap. II.2.2 Acção cultural e artística das Misericórdias

Santa, incluindo as procissões da Quaresma<sup>306</sup>, das Endoenças (5ª Feira Santa)<sup>307</sup> e do Enterro do Senhor (6ª Feira Santa).

O dia da Visitação, celebrado a 2 de Julho, correspondia à festa anual da confraria; data em que se reuniam todos os irmãos para a eleição dos oficiais que serviriam no ano que se iniciava nesse dia, que era também marcado por um acto processional: a procissão do dia da Visitação<sup>308</sup>.

As procissões eram essenciais enquanto devoção, mas também enquanto testemunho público da vivência confraternal e espiritual das Misericórdias, por isso, estavam previstas e eram definidas e estruturadas pelo **Compromisso**<sup>309</sup>. E para além das já referidas, as Misericórdias realizavam ainda a procissão de Todos-os-Santos (1 Nov) com a recolha das ossadas dos condenados<sup>310</sup> e a procissão do dia de S. Martinho (11 Nov), dedicada ao sufrágio das almas dos defuntos do ano anterior<sup>311</sup>.

Esta acção das Misericórdias no século XVI, consubstanciada num conjunto de acções concretas, tem um reflexo muito intenso nos livros de receita e despesa das confrarias; estes são um dos melhores espelhos da sua actividade; embora a diversidade seja muita, destacam-se permanências muito reveladoras:

<sup>306</sup> Ver SÁ, Isabel Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, pp. 92-94; CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: devoções, procissões e outras festividades (do século XVI a começos do Século XX)**, p. 18.

<sup>307</sup> Para conhecimento da estrutura e principais investimentos simbólicos e devocionais desta procissão, ver SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 119-131. Esta manifestação pública era prevista e definida pelo órgão regulamentar das confrarias da Misericórdia. Um compromisso da Misericórdia de Lisboa justifica e enquadra esta procissão, afirmando: "*com esta demonstração exterior esperta o povo Christão ao devido sentimento da Paixão de Christo Redemptor nosso, que a Igreja celebra neste santo tempo, e juntamente mover a effeito de penitencia aos fieis christãos, que reconhecerem seus pecados, e por sua satisfação quizerem fazer alguma satisfação penal*", cfr., transcrição de SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, p. 119.

<sup>308</sup> Cfr., SOUSA, Ivo Carneiro - **A Rainha D. Leonor e a Fundação das Misericórdias Portuguesas**, pp. 95, 132-133.

<sup>309</sup> Ver a transcrição dos compromissos quinhentistas em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vols. 3 e 4.

<sup>310</sup> Cfr., SÁ, Isabel Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, pp. 89-91; para conhecimento da estrutura e características desta procissão ver SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, p. 131.

<sup>311</sup> Cfr., SÁ, Isabel Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, pp. 91-92.

esmolas a pobres, celebrações de missas, atribuição de cartas de guia, transportes de doente, compras de cera, gastos com as Endoenças, entre outros.

Como já referimos, e é de supor, estas acções caritativas requeriam um conjunto de objectos e espaços necessários à sua concretização e que estão intimamente relacionadas com elas; é a natureza e características da actividade assistencial das Misericórdias, entendida em sentido amplo, que ajudam a compreender a natureza e características dos objectos promovidos por estas confrarias; temática que iremos tratar em seguida.

### **II.2.2 Acção cultural e artística das Misericórdias**

A acção das confrarias da Misericórdia com as suas duas vertentes, caritativa e devocional e com as características que indicámos, vai influenciar a encomenda artística promovida, conferindo-lhe características próprias.

Estas obras de arte encomendadas pelas Santas Casas abarcavam diferentes naturezas - arquitectura, pintura, escultura, talha, azulejaria, entre outras e foram objecto de encargo durante toda a história destas confrarias, desde o século XV até à actualidade.

E as suas características individualizadoras face à encomendas de outros patronos, abrangem manifestações artísticas, temáticas/iconografias representadas e morfologias de algumas manifestações, podendo relacionar-se directamente com as particularidades devocionais e espirituais das confrarias da Misericórdia, com o seu próprio quotidiano e acção caritativa.

Percorrendo variadíssimos espólios artísticos de Misericórdias e tentando uma síntese global, podemos considerar que, visto no seu conjunto, possuem uma identidade própria, que reflecte as propostas assistenciais e devocionais destas confrarias. No caso das Misericórdias, consideramos que esta especificidade na promoção artística confirma a necessidade de construção, individualização

e afirmação de uma identidade institucional, que se queria diferente das outras instituições religiosas e seculares.

As obras de arte, com as suas características materiais, evangelizadoras e simbólicas, exibidas ou utilizadas em locais e actos públicos possibilitavam o acesso generalizado ao conteúdo do programa caritativo e devocional das Misericórdias; eram (e são) a expressão material desse mesmo programa, objectos de exibição de ideologia e símbolos, deixando transparecer uma forte função propagandística.

Aliás, é revelador como muitos inventários de Misericórdias, em livros próprios ou associados com livros de acórdãos e de receita e despesa, espelham bem a produção artística das confrarias; neste róis estão quase sempre os objectos que fazem parte de casa e que consubstanciam a sua acção caritativa e espiritual e os actos administrativos necessários à sua prossecução: retábulo, bandeira, mesa do despacho, tumba, panos da tumba, varas do provedor, verónica<sup>312</sup>.

Seguidamente, sistematizaremos o que consideramos mais relevante no contexto da produção artística das Misericórdias: um conjunto de dados relativos às Misericórdias como encomendantes de obras de arte e o que as individualiza face à restante produção artística. Este percurso servirá para chegarmos ao entendimento de que o que vamos encontrar de diferente, nomeadamente na arquitectura (tema desta dissertação), é, por um lado reflexo da acção das Misericórdias e por outro deve ser entendido num contexto mais alargado da produção artística, em que outras manifestações, temas e morfologias são também característicos das confrarias.

---

<sup>312</sup> Citamos como exemplos: Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, 656 – **Livro de despesa** (1531 – 1554), fls. 264 - 268; Arquivo da Misericórdia de Montemor-o-Novo, **Livro da Santa Confraria** (1511 - 1512), fl. 2 v. e **Livro da Santa Misericórdia** (1598), fl. 47 v., citados e transcrito parcialmente em ANDRADE, António Alberto Banha - **Roteiro do arquivo histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A.H.M.M.N.) com a história da fundação e primeiros anos da Santa Casa**. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social. tomo XVII, (1978), pp. 151 – 152 e Arquivo da Misericórdia de Soure, D – 7 – 9 – **livro de receita e despesa** (1658 - 1668), fls. 9 v. – 10 (1658) e 26 v – 27 (1659).

Queremos destacar um conjunto de equipamentos fundamentais no quotidiano das confrarias da Misericórdia e para o desempenho das suas actividades, que apresenta um cariz mais ou menos artístico, e que encontramos nos espólios actuais ou em inventários antigos das misericórdias. Obviamente, e porque cada confraria teve o seu percurso e eram muitos dispares os seus meios económico-financeiros e o nível das elites que as dirigiam, estas considerações não se podem aplicar a todas as Misericórdias do mesmo modo.

Alguns dos equipamentos e manifestações artísticas são tratados neste capítulo enquanto reveladores de uma especificidade encomendante; a eles retomaremos nomeadamente quando se abordar o espaço construído para aprofundar as suas características, funcionalidade e sentido<sup>313</sup>.

### II.2.2.1 Manifestações artísticas

Começaremos por questões relevantes sobre algumas das manifestações artísticas características das confrarias da Misericórdia.

I. O estandarte com a representação de Nossa Senhora da Misericórdia, era designado pelo nome de bandeira real<sup>314</sup>, e no “acervo do património simbólico das Misericórdias, as bandeiras detêm um lugar dos mais significativos”<sup>315</sup>. Ou seja, definem-se como um dos símbolos paradigmáticos desta instituição e como “o retrato do pensamento, da tradição, da cultura institucional e da inconfundível identidade e autonomia das Misericórdias portuguesas”<sup>316</sup>.

A sua existência está prevista desde a primeira hora: ao abrigo dos primitivos compromissos, cada confraria deveria dispor de uma bandeira com uma

---

<sup>313</sup> Ver cap. IV - A arquitectura das igrejas das Misericórdias no século XVI.

<sup>314</sup> O estudo **Bandeiras das Misericórdias** de Alexandre **TOJAL** e Paulo **PINTO** (2002) apresenta o inventário das bandeiras das Misericórdias, com formato livro e também em base de dados, refere-se apenas aos exemplares existentes. Está organizado por locais e inclui a designação, n.º de inventário, dimensões, técnica, datação e descrição. No entanto, existem algumas bandeiras que não estão incluídas nesta obra como Arez, Azinhoso, Cós [desmantelada], Ladoeiro, entre outras.

<sup>315</sup> TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos - **Bandeiras das Misericórdias**. coord. Natália Correia Guedes. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2002, p. 5

<sup>316</sup> TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos - **Bandeiras das Misericórdias**, p. 5.

morfologia própria, definida pelo **Compromisso**, que explicitaremos em seguida, “*pera hyr diante da Misericórdia em todos os autos quando for ordenado*”<sup>317</sup>.

Iconograficamente representava no anverso Nossa Senhora da Misericórdia e no reverso Nossa Senhora da Piedade<sup>318</sup>. A figuração podia ser acompanhada pelas legemnda *sub tuum praesidium confugimus* (sob a tua protecção nos refugiamos) no anverso e no reverso *liuore eius sanati sumus* (pelas suas feridas fomos curados)<sup>319</sup>.

A bandeira ou pendão da Misericórdia, como emblema principal da confraria, detinha uma funcionalidade específica nos rituais e vivências da confraria. Servia para iniciar ou integrar os cortejos processionais, uma das principais actividades devocionais e penitenciais das Misericórdias; nomeadamente as procissões de Quinta-feira de Endoenças, do dia de Todos-os-Santos, do dia da Visitação, e de S. Martinho. Integravam também as procissões de acompanhamento dos padecentes, as cerimónias de enterramentos e as reuniões regulares dos oficiais responsáveis pela gestão da confraria<sup>320</sup>.

É interessante constatar que a representação da obra de Misericórdia “enterrar os mortos” nos painéis de azulejo de Abrantes e Vila Franca de Xira aparece figurada a bandeira da Misericórdia iniciando o cortejo processional onde vai a tumba transportada pelos irmãos vestidos com os *saíos* ou *balandraus*<sup>321</sup>.

---

<sup>317</sup> Cfr., cópia manuscrita do primeiro *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa (1498), transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 385-393.

<sup>318</sup> Ver as bandeiras inventariadas na obra TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos - **Bandeiras das Misericórdias**.

<sup>319</sup> Cfr., SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Mater Misericordia, Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia**. [S. l.]: Museu de São Roque, Livros Horizonte, 1995, pp. 16, 25, 31, 100, 101.

<sup>320</sup> SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 72-73 e 116-119 e 131; SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Mater Misericordia, Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia**, pp. 87, 91, 93 e 97; **Oceanos - Misericórdias Cinco Séculos**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 35, Jul - Set (1998), p. 139.

<sup>321</sup> O inventário de Monforte de 1597 refere “*12 bandraos novos d'estopa pretos*”, Arquivo da Misericórdia de Monforte, **Maço 27** – Livro da confraria (1597 – 1619), fl. 2. Inédito.

Os diversos compromissos indicam mesmo disposições referentes aos cortejos processionais já referidos e aos “*preceitos acerca do uso da bandeira da Virgem da Misericórdia*”<sup>322</sup>.

A bandeira real tinha ainda uma outra funcionalidade relacionada com o salvamento dos condenados à forca: quando a corda se partia, tocava-se com a bandeira no condenado e este era socorrido e a sua vida era preservada<sup>323</sup>.

O cuidado posto na sua encomenda e renovação está reflectido nos documentos da época, com destaque para as referências bastante comuns em livros de receita e despesa; nomeadamente com a sua realização, compra de materiais e mão-de-obra. Encontramos um exemplo muito completo num documento da Misericórdia de Lagos de 1571: “*despemdeo mais simquenta reis que pagou de feitio de hua crus de bordo pera a bamdeira nova*”, “*despemdeo mais o dito tizoureiro, mill e quaretrosetos reis pera que deu ao pimtór de resto da paga da bamdeira nova*”, “*despemdeo o dito tizoureiro ojto vjnteis duns ferros pera a bandeira noua que se fez*”, “*despemdeo o dito Francisco Alues tizoureiro em tres varas de canhamaso pera a bandeiraa e no alfaajte [sic] que a forou trezetos por asi no pano como no majis Lijj reis*”, “*despemdeo majs o dito tizoureiro em huns cordoes pera a bamdeira noua e de retros pera a cozere seissemptos e ojtemta reis*”<sup>324</sup>.

A bandeira real mais antiga que subsiste é a de Alcochete; peça relevante atribuída a Francisco de Campos, c. 1560<sup>325</sup>, no anverso está figurada «N. Sra. Misericórdia» e no reverso «N. Sra. Piedade», segundo a representação habitual.

<sup>322</sup> SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Mater Misericordia, Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia**, pp. 87 e 93.

<sup>323</sup> Cfr., SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Mater Misericordia, Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia**, p. 89.

<sup>324</sup> Arquivo Municipal de Lagos, fundo da Misericórdia de Lagos, livro 207 – **Livro de receita e despesa**, fls. 51, 55, 56 v., 57, 59. Inédito.

<sup>325</sup> Cfr., SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 81 e 83; SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Mater Misericordia, Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia**, p. 32. Relativamente à autoria e datação desta bandeira existem outras opiniões, que vão de Gregório Lopes a estilo Gregório Lopes ou um seu discípulo, e datas que rondam a primeira metade de quinhentos, considerámos no entanto estas as mais credíveis. Sobre a obra de Francisco de Campo ver DESTERRO, Teresa – **Francisco de Campos (c. 1515 – 1580) e a bella maniera: entre a Flandres, Espanha e Portugal**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Tese de Doutoramento.

Outros tipos de bandeiras integram os acervos patrimoniais das Misericórdias; são as bandeiras da Paixão, as bandeiras das almas e as bandeiras dos condenados com morfologias semelhantes às bandeiras reais<sup>326</sup>.

As mais relevantes, pela quantidade remanescente, são as bandeiras da Paixão, destinadas a incorporar os cortejos processionais da Semana Santa, procissão das Endoenças e procissão do Enterro do Senhor. Os seis passos mais representados eram: «Oração de Jesus no horto», «Beijo de Judas», «Jesus perante Pilatos», «Flagelação», «*Ecce Homo*», «Jesus a caminho do Calvário»<sup>327</sup> e geralmente tinham no reverso os correspondentes símbolos da Paixão de Cristo: cruz, cravos, coluna, coroa de espinho, lança, esponja, martelo, escada, Verónica, entre outros, que podiam aparecer isolados ou conjugados.

Na Misericórdia de Tavira, na sacristia, guarda-se um armário para bandeiras (Anexo V [fotos] – bandeiras) em madeira; datável do século XVI e que é composto por uma base, alta e estreita onde encaixava a haste da bandeira; nesta base assenta a parte superior, de formato quadrangular e de maiores dimensões, onde era resguardada a própria bandeira. Durante algum tempo perdeu-se a memória da funcionalidade deste armário, sendo redescoberta por ocasião do inventário do património das Misericórdias da responsabilidade do Gabinete do Património Cultural da União das Misericórdias Portuguesas.

Existiam no entanto outros meios alternativos para guardar as bandeiras, tal como nos referem os documentos.

II. Esquifes e tumbas designam liteiras fúnebres que juntamente como as lanternas processionais e panos de esquifes e tumbas eram utilizados nas cerimónias de enterramentos realizados pelas Misericórdias<sup>328</sup>. O enterramento

<sup>326</sup> O inventário apresentado em TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos - **Bandeiras das Misericórdias**, inclui também estas tipologias de bandeiras.

<sup>327</sup> Existem bandeiras da Paixão com a representação de outros passos ver TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos - **Bandeiras das Misericórdias**, pp. 93 – 96.

<sup>328</sup> Encontramos tumbas e esquifes de diferentes períodos nas Misericórdias de Albufeira, Alcácer do Sal, Algozo, Almendra, Coruche, Évora, Freixo de Espada à Cinta, Lourinhã, Lousã, Melo, Mértola, Mogadouro, Montemor-o-Novo, Pavia, Salvaterra do Extremo, Samora Correia, Tarouca, Torrão, Torres Novas; tumbas com o «Senhor Morto» no interior: Monsanto, Ourique,



dos mortos é uma das 7 obras de Misericórdia corporais, privilegiada pelas confrarias desde os inícios da sua actividade e inclusivamente torna-se uma das suas principais fontes de rendimentos, proporcionando entradas regulares de dinheiro dos seus livros de receita<sup>329</sup>.

Dado ser um equipamento frágil e muito usado, e por consequência necessitar de muita manutenção, é bastante comum na documentação coeva, gastos com o concerto da tumba ou esquife e com as compras ou feitura do pano utilizado para cobrir os defuntos, revelando em alguns casos o cuidado na escolha dos materiais e adornos.

Como exemplos, destacamos o inventário da Misericórdia de Monforte, datado de 1597, que refere: “*huma tumba forrada por sima de hum pano encerado*”<sup>330</sup>; em Alcochete, em 1615, procede a gastos com um novo pano da tumba para a Irmandade com a compra de tela, veludo, mitão e franjas e ainda despesas relacionadas com o feitorio e o cozer do pano, o feitorio das franjas largas e ainda com o fustão para forrar o pau em que se rola o pano da tumba<sup>331</sup>; também em Caminha o inventário de 1692 indica a existência de “*tres panos de tumba hum de veludo e dous de lan*” e “*hum pano de tumba de veludo preto nouo*”<sup>332</sup>; e em Braga realizam-se despesas com o ornamento da tumba, nomeadamente a compra de veludo de “*dous pellos, tela d’ouro*” e franjas<sup>333</sup>.

---

Palmela, Torre de Moncorvo. A documentação, nomeadamente os inventários de bens móveis registam sempre a existência deste tipo de equipamento, por exemplo em Caminha o inventário de 1692 regista “*quatro esquifes, dous grandes e dous pequenos*” (Arquivo Distrital de Viana do Castelo, fundo da Misericórdia de Caminha, 7.36.2.8, fl. 65).

<sup>329</sup> Ver entradas dos rendimentos da tumba, por enterramentos de certas pessoas: Arquivo da Misericórdia de Benavente, livro 4 - **Receitas e Despesas** (1674 - 1675); Arquivo da Misericórdia de Mora, pasta 1, doc. 4 - **Livro de receita e despesa** (1585 - 1592); Arquivo da Misericórdia da Pederneira, Cx. 8, livro 28 - **Receita e despesa** (1643 - 1704). Em alguns arquivos existem individualizados livros da tumba ou livros de contas da tumba, é o caso da Misericórdia do Porto, com dezenas de livros de tumbas para as datas de 1585 - 1827, e de Tavira, embora mais tardio.

<sup>330</sup> Arquivo da Misericórdia de Monforte, fundo da Misericórdia de Monforte, Maço 27 - **Livro da confraria** (1597 - 1619), fl. 2 v. Inédito.

<sup>331</sup> Arquivo Distrital de Setúbal, fundo da Misericórdia de Alcochete, cota 0393 - **Livro de Despesas** (1614 - 1617), s/p. Inédito.

<sup>332</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo, fundo da Misericórdia de Caminha, 7.36.2.8 - **Inventário de toda a fabrica do hospital e igreja e sacristia desta Santa Casa e dos termos de entrega** (1680 - 1751), fl. 66. Inédito.

<sup>333</sup> Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, livro 3 - **1º livro de termos** (1558 - 1596), fl. 41. Inédito.

As tumbas parecem ter sido um equipamento existente nas Misericórdias desde a sua instituição. O primitivo compromisso ao referir a procissão de Todos-o-Santos, para recolha de ossadas dos condenados, refere que a “*osada trarão dentro em hua tumba que pera os taes he ordenada*”<sup>334</sup>.

Também na Misericórdia de Óbidos o primeiro livro com os termos das reuniões dos oficiais, regista que em 1549 “[...] *se comprou huma tunba de pao preto*”<sup>335</sup>. Em Tentúgal, cuja confraria foi fundada em 1583, nesse mesmo ano, o livro de receita e despesa refere que os carpinteiros António Vaz e Manuel João recebem 600 reais pela feitura de tumba<sup>336</sup>.

A generalização, em alguns locais, do privilégio de exclusividade de enterramentos pela Misericórdia como aconteceu em Lisboa<sup>337</sup>, Évora<sup>338</sup>, Beja<sup>339</sup> e Montemor-o-Velho<sup>340</sup>, deve ter propiciado a generalização e diversificação deste equipamento.

---

<sup>334</sup> Cfr., transcrição do Compromisso da Misericórdia de Lisboa em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, p. 400.

<sup>335</sup> Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCNO/MIS/ACS/Liv. 01 - **Acórdãos**, fl. [---]. Inédito.

<sup>336</sup> DIAS, Pedro – “A oficina de Tomé Velho: construtor e escultor do Maneirismo coimbrão”. In **VI Simpósio Luso-Espanhol da História de Arte**. 1996, pp. 15 – 62.

<sup>337</sup> Uma lei de 1593 proibia outras confrarias de organizarem enterramento com o mesmo cerimonial que as Misericórdias; esta legislação é considerada o primeiro passo para a definição desta exclusividade concedida à Misericórdia de Lisboa, privilégio que as restantes Misericórdias também vão querer adquirir.

<sup>338</sup> No ano de 1656, um alvará régio determina que todas as pessoas que falecessem na cidade de Évora fossem enterradas no esquife e tumba da Misericórdia (em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002 – 2011, vol. 6, p. 75). Em 22 Março 1665 uma provisão do governador do arcebispado de Évora define que nenhuma paróquia ou pessoa da cidade acompanhe os defuntos que não forem na tumba Misericórdia.

<sup>339</sup> Uma provisão para a Misericórdia de Évora refere que na cidade de Beja somente competia à Misericórdia enterrar com tumba as pessoas que morressem, de qualquer qualidade e condição e que nenhuma confraria o podia fazer à semelhança do que acontecia na Misericórdia de Lisboa (Arquivo Distrital de Beja, fundo da Misericórdia de Beja, livro 1 - **Provisões e alvarás** (1501 – 1820), fl. 17 v. – 19 v. Inédito..

<sup>340</sup> Arquivo da Misericórdia de Montemor-o-Novo, **livro das provisões**, alvará de 20 Set 1628, fls. 27 v. – 28.

O enterramento seguia um ritual e cerimonial bastante rígido e teatralizado; em alguns compromissos<sup>341</sup> surge a sua regulamentação com a descrição, ordem na procissão, vestes e adereços e procedimentos<sup>342</sup>.

A representação da obra de Misericórdia “enterrar os mortos” nos painéis de azulejo de Abrantes e Vila Franca de Xira comprova esta constatação; o cortejo processional é iniciado pela bandeira da Misericórdia seguindo-se os irmãos e os religiosos e no fim a tumba transportada por membros da confraria.

A documentação indicia que as Misericórdias dispunham de vários tipos de tumbas e esquifes e respectivos panos para determinadas ocasiões, reflectindo uma especialização do equipamento e do seu valor social. Um dos casos mais completos encontramos em Peniche, no inventário de bens móveis de 1630, existia uma *“tumba dos irmãos”*, um *“esquife pera os pretos”*, uma tumba que *“serve soo de levar o Christo a sepultura”* e também dois panos de tumbas *“hum pano de tumba com que se enterram os irmãos de veludo preto e brocado”* e *“hum pano de tumba de chamalote roxo com que se enterrão os que não sam irmãos e os pobres”*<sup>343</sup>. Um outro exemplo de um inventário seiscentista de Mértola (1678) refere *“huma tumba com seu panno negro uzado ordinario”* e *“outro panno da mesma tumba que serur somente aos irmaos de ueludo negri com suas barras de brocado de ouro com sua franya do mesmo e o brocado amarelo”*<sup>344</sup>; um outro inventário do mesmo período para Tentúgal

<sup>341</sup> Cfr., transcrição dos Compromissos em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vols. 3 e 4.

<sup>342</sup> FERREIRA, Florival Maurício - **A Santa Casa da Misericórdia de Peniche (1626-1700): subsídios para a sua história**. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 1996. Tese de Mestrado em História Moderna, vol.1, pp. 70 – 71. No compromisso da Misericórdia da Chamusca o capítulo XXI abordava *“do modo com que se hande fazer enterramentos”*, descrevendo o cerimonial da saída da tumba, cfr., a transcrição em CUMBRE, José Mário Paiva - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia da Chamusca (1620 - 1820)**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 1. 1973. Tese de licenciatura em História, pp. 225 – 228.

<sup>343</sup> Cfr., inventários dos bens da Misericórdia de Peniche, Arquivo da Misericórdia de Peniche, livro 229, publicado por FERREIRA, Florival Maurício - **A Santa Casa da Misericórdia de Peniche (1626-1700): subsídios para a sua história**. 1, pp. 211 – 215.

<sup>344</sup> Arquivo Municipal de Mértola, fundo da Misericórdia de Mértola, D.D. 1/2, fl. 5 – 5 v. Também o Inventário dos bens do hospital, da Igreja e Sacristia do Alandroal de 1830 refere a existência de uma tumba para os irmãos e outra ordinária, cfr., Arquivo da Misericórdia do Alandroal, Livro 53 – **Inventário dos bens do hospital, da Igreja e Sacristia (1808-1830)**, fl. 8. Inéditos.

registra “*hum pano da tumba dos irmãos de velludo pretto com sanefas de borcado com framjas de ouro*” e “*outro panno da tumba muito velho da chamallotte de lam digo da tumba velha*”<sup>345</sup>; em Tarouca existia uma tumba distinta especificamente destinada ao enterro dos pobres<sup>346</sup>.

A morfologia das tumbas varia em composições mais ou menos complexas; é constituída por um leito delimitado por uma guarda vazada, quase sempre pequenas colunas ou balaústres; dispõe de quadro varões horizontais para ser suspenso (Anexo V [fotos] – tumbas e esquifes); em alguns exemplares aparece com uma cobertura de perfil semi-circular também parcialmente vazada que poderia ser coberta com pano (Anexo V [fotos] – tumbas e esquifes)<sup>347</sup>.

Uma variante original, e ao que parece característica da zona do Algarve, é o tumbinho<sup>348</sup>, tumba para o transporte do Cristo morto, durante as celebrações da Santa Feira Santa, de menores dimensões e geralmente mais decorada (Anexo V [fotos] – tumbas e esquifes, Albufeira).

III. A Mesa do Despacho ou banco e mesa dos oficiais é o mobiliário móvel, de configuração circular ou rectangular, onde se reuniam os oficiais, ou seja, os irmãos eleitos anualmente para a administração da confraria, para tomada de decisões inerentes à sua actividade (Anexo V [fotos] – mesas do despacho). Devido à sua função, esta peça localizava-se na casa do despacho ou em outro espaço com funções administrativas pertencente à confraria<sup>349</sup>.

<sup>345</sup> Arquivo da Misericórdia de Tentúgal, **Livro de inventário** (1670), fl. 17 v. Inédito.

<sup>346</sup> Arquivo da Misericórdia de Tarouca, **Livro de Inventário [e acórdãos]** (1722 – 1845), fl. 4 v.

<sup>347</sup> Existem exemplares desta morfologia em Estombar, Mértola e Montemor-o-Novo; e também em azulejaria, na representação das «Obras de Misericórdia», nos painel “Enterrar os morto” de Vila Franca de Xira.

<sup>348</sup> Existe um tumbinho em Albufeira e em referências para Aljezur e Moncarapacho.

<sup>349</sup> Sobre a casa do despacho ver cap. III. 2.2 Espaços administrativos.

Quando iniciámos a nossa pesquisa estavam identificadas oito Mesas do Despacho<sup>350</sup>. No entanto estas correspondem apenas a uma pequena parte dos exemplares existentes; pela documentação, nomeadamente Inventários de bens e tombos que descrevem os edifícios das Misericórdias, foi possível encontrar muitas outras referências; ou seja, embora não subsistam actualmente os vestígios materiais correspondentes, estas referências indicam que este equipamento era muito mais generalizado do que os vestígios subsistentes fazem supor.

Em inventários antigos, e outra documentação, pudemos registar outras Misericórdia que dispunham de mesa do despacho, com as características inerentes:

- Alandroal: *“huma meza nova que está no Consistório com oliado por cima e gualdrapas de pano azul, guarnecidas de seda e pregaria amarella”*; *“huma cadeira para o Provedor forrada de velodilho azul e guarnecida de seda e pergaria amarella”*; *“dois bancos de espaldar para os lados da meza”*; *“huma meza redonda velha que foi do Consistorio forrada de sirafina verde”*; *“sinco cadeiras de Moscóvia pertencentes a dita mesa”*<sup>351</sup>;
- Alcochete: *“acabamento da mesa e os quatro bancos para os mesários e a cadeira do provedor feitos para as sessões da mesa [...] pintados e envernizados”*<sup>352</sup>;
- Almada: *“hua menza redonda com seu pano azul e ouro cero (?) em cima e sete bancos aonde os jrmaos despachão [...]”*<sup>353</sup>;
- Atouguia da Baleia: *“hua menza redonda com seu pano azul e hua toalha”* e *“[...] da meza do despacho noua e pano pera ella nouo [...]”*<sup>354</sup>;

<sup>350</sup> Existem mesas do despacho em Abrantes, Alcácer do Sal, Borba, Lourinhã, Montemor-o-Velho, Monsaraz, Vila Franca de Xira, Vila Viçosa.

<sup>351</sup> Arquivo da Misericórdia do Alandroal, Livro 53 – **Inventário dos bens do hospital, da Igreja e Sacristia** (1808 - 1830), fl. 8. Inédito.

<sup>352</sup> Arquivo Distrital de Setúbal, fundo da Misericórdia de Alcochete, cota 0397, secção MIS, n.º 15/66, maço 66, 0397/5, maço A - **Auto da Mesa** (8 Dez 1816). Inédito.

<sup>353</sup> Arquivo da Misericórdia de Almada, SCMA n.º inv. 45, fl. [...].

<sup>354</sup> Arquivo da Misericórdia de Atouguia da Baleia, Livro 1 (1681 - 1690), fl. 54 e Livro 12 – **Receita e despesa** (1650 - 1699), fl. 20[...]. Inédito.

- Caminha: “*hua meza grande redonda na caza do consistorio com cinco vancos de encosto a roda, tudo oleado*”<sup>355</sup>;
- Braga: “*despemdeo mais ho dito tisoureiro trezemtos reis em humas dobradicas per a mesa redomda*”, “*despemdeo mais em cymquo couodos e quarta de lomdres anjl pera o pano da mesa [...]*”, “*do feitio do dito pano sezemta reis*”, “*de tosarem o dito pano trimta reis*”, “*despemdeo majs o dito tisoureiro dous mjl quatroçemtros reis na mesa noua redomda e nos bamquo pera ela*”<sup>356</sup>;
- Coimbra: “*a mesa redonda em que se faz a Mesa; seis escabelos de couro preto acolchoados que servem a mesa*”<sup>357</sup>;
- Evoramonte: “*hum pano que serue na mesa do cabido azul*”<sup>358</sup>;
- Freixo de Espada à Cinta: “*huma mesa redonda com seus bancos ao redor e hum pano azur franjado com que se cobre a mesa*”<sup>359</sup>;
- Mogadouro: “*nesta [casa do despacho] há huma meza redonda com sua gaveta com hum pano azul já bem picado da traça, huma cadeira já velles [sic] e dous escavellos muito velhos*”<sup>360</sup>;
- Moura: “*hua cadeira de pao em que se assenta o senhor prouedor da casa*”, “*sinquo bancos redondos da mesa do despacho*”<sup>361</sup>;
- Óbidos: “*Item se acordou que hera necesario fazer se huma mesa redomda em que ho pprouedor e jrmãos despachasem quando fizesem cabido e cousas necessarias ha dita casa como se fez*”<sup>362</sup>;

<sup>355</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo, fundo da misericórdia de Caminha, 7.36.2.8 - **Inventário de toda a fabrica do hospital e igreja e sanchristia deta Santa Caza e dos termos de entregua** (1680 - 1751) (inventário do ano de 1692), fl. 67. Inédito.

<sup>356</sup> Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, 657- **Livro de despesa** (1554 – 1574), fls. 98 e 100. Inédito.

<sup>357</sup> **Memorial das Rendas e mais couzas da Misericórdia de Coimbra**, de 1645, sendo Provedor Gonçalo Leitão de Melo citado em BONIFÁCIO, Horácio, NOÉ, Paula, PESSOA, Lúcia – **Igreja paroquia de Santiago, Igreja de São Tiago e a demolida Igreja da Misericórdia de Coimbra**. SIPA n.º PT020603190008. [S. I.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>

<sup>358</sup> Arquivo da Misericórdia de Evoramonte, **livro da confraria**, [s. fl.] (inventário de 1606). Inédito.

<sup>359</sup> Arquivo da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta, **livro de acórdãos** (1590 – séc. XVII), [s. fl.] (inventário seiscentista). Inédito.

<sup>360</sup> Arquivo da Misericórdia de Mogadouro, **Livro de Inventário**, fl. 3. Inédito.

<sup>361</sup> Arquivo Municipal de Moura, fundo da Misericórdia de Moura, **Inuentário das pessas que se acharao nesta casa que serue na sancristia e outras pessas da casa**, fls. 16 – 17 v. Inédito.

- Porto: “*meza em que se costuma despachar e fazer as obras de Misericórdia e ao redor da meza se acha os acentos em que se acentam os irmãos concelheiros da mesma meza*”<sup>363</sup> e “[...] *huma mesa redonda do despacho com seu pano azul com suas franias e hum pedaço de bochacim verde por sima*”, “*quatro bancos redondos*”<sup>364</sup>;
- Redondo: “*huma meza redonda com seu pano azul e seos bancos*”<sup>365</sup>;
- Santa Maria da Feira: “*huma meza grande do despacho*” e “*huma dita redonda*”<sup>366</sup>;
- Santiago do Cacém: pagamento por uma Mesa redonda com bancos de espaldar para a sala do capítulo<sup>367</sup>.
- Sesimbra: “*despendeo com hua menza pera a caza do despacho e consertos dos almarios seis mil e settesentos*”<sup>368</sup>;
- Soure: “*huma meza redonda com pano azul com sinco banquos de meza*”<sup>369</sup>;
- Tarouca: “*huma meza redonda com doze bancos pequenos*”<sup>370</sup>;
- Tentúgal: “*huum panno azul da messa*”<sup>371</sup>;
- Torrão: “*tem huma menza grande redonda acharoadada com quatro bancos da mesma forma onde se asenta a jrmmandade e mais dois bancos de fora*”<sup>372</sup>

<sup>362</sup> Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCMO/MIS/ACS/LIV.01 – **Acórdãos** (1545 - 159), fls. [1 v.] e [-] v. Inédito.

<sup>363</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, H, Bco. 7, n.º 16, fl. 33 v. Inédito.

<sup>364</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, D, Bco. 3, n.º 2, fl. 68 v. Inédito.

<sup>365</sup> Arquivo Municipal de Mértola, fundo da Misericórdia de Mértola, **livro de receita e despesa** (1683), fl. 69. Inédito.

<sup>366</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdia de Santa Maria da Feira, **Livro de inventário** (1805), fl. 9 v., transcrito em VITORINO, António Ferreira - **Elementos para a história da Santa Casa da Misericórdia de Vila da Feira**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto, vol. 1. 1973. Tese de licenciatura em História, p. 242.

<sup>367</sup> **Livro de Termos e Eleições da Mesa**, 1735 a 1751, fl. 25 v. citado por FALCÃO, José António - **Achegas para o estudo da actividade do entalhador António da Fonseca em Santiago do Cacém: a construção do retábulo-mor da Igreja da Misericórdia em 1742**. Santiago do Cacém: Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, 1995, p. 32.

<sup>368</sup> Arquivo Municipal de Sesimbra, fundo da Misericórdia de Sesimbra, SCMS/C/A/05/lv. 01 – **livro de receita e despesa** (1745/1746), fl. 89 v. Inédito.

<sup>369</sup> Misericórdia de Soure, D – 7 – 9 – **livro de receita e despesa** (1658 - 1668) (inventário de 1673), fl. 154 v. Inédito..

<sup>370</sup> Arquivo da Misericórdia de Tarouca, **Livro de Inventário [e acórdãos]** (1722 – 1845) (inventário de 1722), fl. 4 v..

<sup>371</sup> Arquivo da Misericórdia de Tentúgal, **Livro do tombo** (1613), fl. 151. Inédito.

<sup>372</sup> Arquivo da Misericórdia do Torrão, **Livro de receita e despesa** (1756 – 1757), fl. 5. Inédito.

- Vila Viçosa: “*uma mesa redonda do despacho com quatro bancos, de espaldar, forrados a couro preto, um tamborete onde se sentava o Provedor*”<sup>373</sup>.

Estas mesas eram cobertas com panos ricos; nos documentos encontramos referências mais ou menos detalhadas a estes elementos: em Óbidos, o livro de receita e despesa de 1592 refere um verba “*de consertar o pano da meza uinte e cinco reis*”<sup>374</sup> e em Moura um inventário regista “*hum pano azul uelho da mesa redonda e a mesa redonda*”<sup>375</sup>, o livro de receita e despesa de 1652 regista gastos com “*treze couados de pano azul de soicheno pera o pano da meza do despacho a preço de seiscentos e uinte reis cada couado*” e o pagamento a “[...] *João Marques alfaiate do feitio do pano da meza [...]*”<sup>376</sup>; um inventário de Monforte datado de 1573 refere “*hum pano azul de uinte quatreno com sua frania azul de retoz ao derrador que he da menza*”<sup>377</sup>.

IV. «Senhor morto» ou «Cristo morto», escultura de vulto, com dimensões que se aproximam do tamanho natural, representando Cristo morto, que se colocava geralmente sob o retábulo-mor<sup>378</sup> ou na base do cruzeiro da igreja que integrava a Casa da Misericórdia<sup>379</sup> (Anexo V [fotos] – «Senhor morto»).

<sup>373</sup> Cfr., Inventário dos bens (1665 - 1667) citado por PINHO, Joana, NOÉ, Paula – **Igreja e antigo hospital da Misericórdia de Vila Viçosa/Igreja do Espírito Santo**. SIPA n.º PT040714050019. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2006. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>374</sup> Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCNO/MIS/LRD/Liv. 02 – **livro de receita e despesa**, fl. 113. Inédito.

<sup>375</sup> Arquivo Municipal de Moura, fundo da Misericórdia de Moura, **Inventário das peggas que se acharao nesta casa que serue na sancristia e outras peggas da casa**, fl. 17 v. Inédito..

<sup>376</sup> Arquivo Municipal de Moura, fundo da Misericórdia de Moura, **Receita e Despesa** (1651 – 1652), fls. 152 e 153 v. Inédito.

<sup>377</sup> Arquivo da Misericórdia de Monforte, Maço 27 – **Livro da confraria** (1597 – 1619), fl. 2. Inédito.

<sup>378</sup> Na maioria dos casos estes altares-sepulcro têm a face envidraçada, nomeadamente os setecentistas, que permite observar a escultura de «Cristo Morto» deitado: Alhos Vedros [sem a escultura], Almendra, Arouca, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente, Castro Verde (Cristo em esquife), Chamusca, Chaves, Faro, Lourinhã, Montemor-o-Novo (Cristo em esquife), Montijo (Cristo em esquife), Penamacor, Portel, Samora Correia, Serpa (Cristo em esquife), Tavira (Cristo em esquife), Vila Franca de Xira, Vila Nova da Baronia (Cristo em esquife) (Anexo V [fotos] – «Senhor morto»). Na Chamusca o Cristo morto é acompanhado por duas figuras femininas, representadas da cintura para cima e com vestes em tecido (Anexo V [fotos]



Em algumas Misericórdias, esta figura tinha os braços e as pernas articulados, para ser colocado em várias posições, cada uma correspondendo a um momento das celebrações da Semana Santa: Cristo rezando, preso à coluna, carregando a cruz, crucificado, depositado no túmulo<sup>380</sup>; e durante a procissão do Enterro do Senhor era transportado em esquife.

No Barreiro existe um «Cristo Morto» deitado num leito único exemplo do género no âmbito das Misericórdias que integram este estudo (Anexo V [fotos] – «Senhor morto», Barreiro); podia fazer parte de retábulo, no entanto, as alterações realizadas no edifício não permitem obter mais informações; actualmente a igreja não apresenta retábulo, apenas uma composição azulejar na parede fundeira da igreja.

A representação do «Senhor Morto», iconografia relacionada com a Paixão de Cristo, como veremos uma das temáticas mais utilizadas pelas Misericórdias pela estreita relação com a sua espiritualidade e prática devocional<sup>381</sup>, tem paralelos noutras esculturas devocionais.

---

– «Senhor morto»). Em Algosó, Idanha-a-Nova, Mação, Vila da Feira, o «Cristo Morto» em sepulcro envidraçado surge por cima da mesa do altar (Anexo V [fotos] – «Senhor morto»).

Em casos mais raros o altar é todo em madeira mas tem uma porta que se abre dando acesso ao compartimento onde está a escultura deitada podendo ou não estar acompanhado por figuras pintadas: Albufeira, Almodôvar [sem a escultura], Álvaro, Castelo de Vide, Estombar, Mértola, Torres Novas (Anexo V [fotos] – «Senhor morto»).

Em Álvaro a figuração de Cristo é complementada por grupo escultórico em pedra composto por cinco bustos e duas esculturas de vulto de corpo inteiro, de Nicodemos e José de Arimateia, inseridos em nichos nos alçados da capela-mor (Anexo V [fotos] – «Senhor morto», Álvaro). Algo semelhante surge em Montemor-o-Velho, no entanto o altar é em cantaria e a face frontal é aberta em vão onde se encontra a figura de «Cristo morto» e as Santas Mulheres representadas em meio-corpo, Nicodemos e José de Arimateia de corpo inteiro (Anexo V [fotos] – «Senhor morto», Montemor-o-Velho); este tipo de composição é semelhante à que aparece na base do cruzeiro das igrejas que integram a Casa da Misericórdia; ver nota seguinte.

Os altares sepulcro podem também aparecer em retábulos laterais: Fundão, Messejana, Pavia, Vila Real, Vouzela.

O «Cristo Morto» pode aparecer ainda em esquifes como escultura devocional: Monsanto, Óbidos, Torre de Moncorvo (Anexo V [fotos] – «Senhor morto»).

<sup>379</sup> Escultura de «Cristo Morto» colocado no cruzeiro da igreja que integra a Casa da Misericórdia: Buarcos, Coimbra [deslocado], Seia, Tentúgal (Anexo V [fotos] – «Senhor morto»).

<sup>380</sup> Em Medelim e Idanha-a-Nova existem imagens articuladas.

<sup>381</sup> Ver cap. II.2.2.2 Temática iconografia e cap. II.2.1 Prática assistencial.

V. A escultura de vulto representando o «Senhor dos Passos» é seguramente uma das mais representadas no contexto das Misericórdias.

Define-se pela imagem de Cristo envergando uma túnica de cor roxa e a coroa de espinho na cabeça; a figura está semi-ajoelhada sobre o peso da cruz que leva aos ombros e onde seria crucificado (Anexo V [fotos] – «Senhor dos Passos»).

Esta representação pode aparecer em andores colocados nas igrejas<sup>382</sup>, em altares<sup>383</sup> ou em capelas próprias<sup>384</sup>, sendo esta a forma mais comum, o que evidencia a sua importância no contexto das Misericórdias; de igual modo apercebemo-nos como um objecto relacionado com as devoções da confraria – a espiritualidade da Paixão de Cristo<sup>385</sup>, tem uma implicação arquitectónica – abertura de capela autónoma no interior da igreja.

VI. As tribunas e banco dos oficiais são o equipamento móvel ou integrado, que tinha como função permitir o acompanhamento das celebrações religiosas por parte dos oficiais que serviam a confraria<sup>386</sup>. Este tipo de tribunas podia assumir várias morfologias, mas enquanto equipamento variava entre cadeiral ou estrutura suspensa encostada a um dos alçados da igreja (Anexo V [fotos] – tribunas). Retomaremos este tema pois algumas das formas de tribuna não se assumiam como equipamento, mas como elemento arquitectónico e por conseguinte com implicações na caracterização arquitectónica dos edifícios das Misericórdias, objecto deste trabalho<sup>387</sup>.

---

<sup>382</sup> Imagens do Senhor dos Passos em andores: Benavente, Coruche, Sobreira Formosa, Torre de Moncorvo. Ver Anexo I [fichas].

<sup>383</sup> Imagem do Senhor dos Passos em altares: Alcácer do Sal, Aljubarrota, Évora de Alcobaça, Pederneira, Proença-a-Nova, Proença-a-Velha, Sertã, Soure, Sousel. Torres Novas. Ver Anexo I [fichas].

<sup>384</sup> Capelas do «Senhor dos Passos» na nave da igreja: Álvaro, Arouca, Buarcos, Castanheira do Ribatejo, Castro Verde, Fão, Fundão, Golegã, Lourinhã, Montijo, Penamacor, Santiago do Cacém, Sesimbra, Tomar, Vila Ruiva, Vouzela; sobre o cruzeiro: Almada, Chamusca, Constância, Portel. Sobre estas capelas ver cap. IV. 3.4.1 Planimetrias e Anexo V [fotos] – capela do Senhor dos Passos.

<sup>385</sup> Ver cap. II.2.1 Prática assistencial.

<sup>386</sup> Sobre a tribuna, função e características ver IV. 3.4.4 Equipamento – tribuna dos oficiais.

<sup>387</sup> Ver cap. IV. 3.4.4 Equipamento – tribuna dos oficiais.

VII. Varas dos oficiais ou varas do mando, são varas em madeira, de perfil circular, pintadas de negro e com anéis dourados, utilizadas pelo provedor e oficiais; o número destes anéis variava de acordo como ofício desempenhado pelo indivíduo que a ostentava (Anexo V [fotos] – varas dos oficiais)<sup>388</sup>.

Integram-se numa tradição do uso de insígnias distintivas. Também os juizes, vereadores e outros oficiais e agentes dos concelhos exibiam varas nas diligências judiciais que realizavam no espaço público, como símbolos de soberania, poder e ordem<sup>389</sup>.

Algumas destas varas estão decoradas com outras imagens, como é o caso da representação de Nossa Senhora na vara do provedor<sup>390</sup>, o escudo da Misericórdia e/ou escudo real<sup>391</sup>, simbolizando que o poder do provedor era exercido por delegação real e outras imagens e monogramas<sup>392</sup> (Anexo V [fotos] – varas dos oficiais).

Tal como acontecia com as mesas do despacho e as tumbas, este equipamento era muito mais comum do que fazem supor os vestígios materiais actualmente existentes. As referências documentais às varas dos oficiais são abundantes: em Monforte num inventário de 1597 regista “13 varas dos oficiais”<sup>393</sup>; na Misericórdia de Portalegre no ano de 1596 os irmãos pagaram “de pintar treze varas mil reis a Matheos Sanches”<sup>394</sup>; no Porto um inventário

<sup>388</sup> Algumas Misericórdias ainda mantêm estes conjuntos de varas: Arraiolos, Castelo Branco, Chamusca, Estombar, Fundão, Lisboa, Montemor-o-Novo, Pavia, Peniche, Seia, Tomar, Vimieiro, Vila Franca de Xira, Vila Real, Viseu (Anexo V [fotos] – varas dos oficiais).

<sup>389</sup> Ver Para outros exemplos ver as fichas integradas na tese de doutoramento de CAETANO, Carlos Manuel Ferreira - **As Casas da Câmara dos concelhos portugueses e a monumentalização do poder local**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 2011. Tese de doutoramento, pp. 728 – 733. Disponível na internet em <http://hdl.handle.net/10362/7299>.

<sup>390</sup> Algumas varas dos provedores das Misericórdias têm pintado a representação da Virgem: Tomar (Virgem da Misericórdia), Pavia e Vimieiro (Virgem da Conceição), Vila da Feira (Anexo V [fotos] – varas dos oficiais).

<sup>391</sup> Na Chamusca e em Estombar as varas têm o escudo real e o escudo da Misericórdia; em Castelo Branco, Mogadouro e Vila da Feira apenas a vara do provedor tem o escudo real (Anexo V [fotos] – varas dos oficiais).

<sup>392</sup> No Vimieiro as varas têm desenhadas a dourado, uma cruz e o monograma «MI.ZA» e em Pavia apenas uma cruz a vermelho e azul (Anexo V [fotos] – varas dos oficiais).

<sup>393</sup> Arquivo da Misericórdia de Monforte, Maço 27 – **livro da confraria** (1597 – 1619), fl. 2. Inédito.

<sup>394</sup> Arquivo da Misericórdia de Portalegre, Livro 60 – **livro da confraria**, fl. 40 v. Inédito..

seiscentista regista “*huma vara pintada que leua o provedor*” e “*mais sesasete varas pretas da procissão de quinta feira*”<sup>395</sup>; em Caminha um inventário de 1692 refere: “*tres varas de pao azuladas do governo*”<sup>396</sup>; em Sesimbra o livro de receita e despesa de 1737-1738 afirma que se “*despendeo com [...] duas varas com sua pintura e de dourar a vara do provedor mil dozentos e outenta reis*”<sup>397</sup>; também em Evoramonte um inventário do ano de 1606 refere: “*tres varas*”<sup>398</sup> e no Fundão outro documento semelhante, mas de 1739, regista a existência de “*honze uaras de governo que seruem nas proçisois*”<sup>399</sup>.

VIII. Vêu da Verónica e sudário, o primeiro designava o pano que cobria o rosto do Cristo morto e nele figurava a sua representação (Anexo V [fotos] – Verónica) e o segundo designava o pano que envolvia o corpo e representava Cristo morto, de corpo inteiro, em ambas as faces e em tamanho natural (Anexo V [fotos] – sudário); ambos destinavam-se às celebrações da Semana Santa que as Misericórdias promoviam, nomeadamente nas procissões de Quinta e Sexta feira Santa.

Os exemplares actualmente existentes destas duas manifestações são bastante tardios (Anexo V [fotos] – sudário e Verónica)<sup>400</sup>, no entanto, e como sucedeu para outras manifestações artísticas que já referimos, as referências documentais dão a conhecer outras Misericórdias que tiveram este tipo de objectos: em Montemor-o-Novo um excerto do livro da confraria regista: “*hum vullto de Nosso Senhor py[n]tado em pano de lynho*”<sup>401</sup>; na Misericórdia de

<sup>395</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, D, Bco. 3, n.º 2, fl. 68. Inédito.

<sup>396</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo, fundo da Misericórdia de Caminha, 7.36.2.8 - **Inventário de toda a fabrica do hospital e igreja e sanchristia deta Santa Caza e dos termos de entregua (1680 - 1751)** (inventário do ano de 1692) fl. 64 v. Inédito..

<sup>397</sup> Arquivo Municipal de Sesimbra, fundo da Misericórdia de Sesimbra, SCMS/C/A/05/lv. 01 – **livro de receita e despesa**, fl. 47. Inédito.

<sup>398</sup> Arquivo da Misericórdia de Evoramonte, **livro da confraria**, [s. fl.] (inventário de 1606). Inédito.

<sup>399</sup> Arquivo da Misericórdia do Fundão, livro 15 (antigo livro 27) – **Livro do inventário dos bens desta Santa Casa**, fl. 5. Inédito.

<sup>400</sup> Actualmente existem sudários e «Verónicas» em: Alcáçovas, Álvaro, Arouca, Ericeira, Fundão, Medelim, Monsanto, Peniche, Proença-a-Velha, Redondo, Seia, Tentúgal, Vila Franca de Xira.

<sup>401</sup> Documento transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 357.

Almada nos inícios do século XVII, pagou-se a André Peres a realização de uma «Verónica»; em Tentúgal um inventário de 1613 regista a existência de “*huma uaronica*”<sup>402</sup> e um outro mais tardio (1684): “*hum sudario com hum ueo pretto em sua cajxa com sua chaue*” e “*a Veronica do senhor e todos os majs martirjos da porcissam [sic] de secta feira*”<sup>403</sup>; no livro de receita e despesa da Misericórdia de Faro para o ano de 1679 - 1680 refere que se “*despendeu mais com o pano do sidario pintura delle e da caixa em que se meteu feitio della fechadura tafeta e o mais nessecario outo mil e setesentos e quarenta*”<sup>404</sup>; na Pederneira um inventário de 1683 – 1684 indica: “[...] *o caixam com o Samto sudario*”<sup>405</sup>; também um inventário de bens do Fundão de 1739 refere “*hum sudario*” e “*hum quadro da veronica do Senhor*”<sup>406</sup> e outro Lagos de 1728: “*hum sudario*”<sup>407</sup>; na Lousã em 1853 decide-se encomendar “*uma Veronica para a procissão do enterro do Senhor*”<sup>408</sup>.

Apesar da diversidade aqui apresentada, acreditamos que existem ainda outros equipamentos e manifestações artísticas desenvolvidos em função da acção das Misericórdias; por isso este é um conjunto de referências em construção, que deverá crescer à medida que se for estudando o seu património.

### II.2.2.2 Temática/iconografia

Muitas das obras de arte promovidas pelas Misericórdias, sejam ou não manifestações específicas, privilegiam determinadas temáticas intimamente

<sup>402</sup> Arquivo da Misericórdia de Tentúgal, **Livro de inventário** (1670), fl. 51. Inédito.

<sup>403</sup> Arquivo da Misericórdia de Tentúgal, **Livro de inventário** (1670), fls. 16 e 17. Inédito.

<sup>404</sup> Arquivo da Misericórdia de Faro, D.1 – 59: a-3-1 – **Receita e despesa** (1679 – 1680), fl. 64. Inédito.

<sup>405</sup> Arquivo da Confraria de N. Sra. Nazaré, fundo da Misericórdia da Pederneira, Cx. 8, livro 28 - **Receita e despesa**, 1643 – 1704, fl. 36. Inédito.

<sup>406</sup> Arquivo da Misericórdia do Fundão, livro 15 (antigo livro 27) – **Livro do inventário dos bens desta Santa Casa**, fl. 4. Inédito.

<sup>407</sup> Arquivo Municipal de Lagos, fundo da Misericórdia de Lagos, doc. 230 – **Tombo dos bens e rendas da Casa da Santa Misericórdia da cidade de Lagos** (1728 – 1730/1828), fl. 14. Inédito.

<sup>408</sup> Arquivo da Misericórdia da Lousã, **Livro de actas** (1833 - 1866), fl. 66. Inédito.

relacionadas com a acção e devoção propostas por estas confrarias. A acção manifesta-se na assistência aos mais necessitados, uma acção caritativa, comunitária e direccionada para o exterior da confraria; a devoção manifesta-se na penitência, remete para uma acção espiritual, individual e direccionada para o interior da confraria<sup>409</sup>. Ambas revelam-se nos temas iconográficos representados nomeadamente em portais, retábulos e bandeiras.

Desta temática destacaremos: «N. Sra. Misericórdia», «Visitação», «Obras de Misericórdia», «Ciclo da Paixão de Cristo»:

I. Nossa Senhora da Misericórdia era o *“titollo, nome e invocação”*<sup>410</sup> da confraria e o seu emblema oficial privilegiado, amplamente utilizado desde a fundação até à actualidade. Nas representações da Virgem da Misericórdia o aspecto essencial é a simbologia do manto como protecção: o manto protector aberto sobre a humanidade, símbolo da protecção e intercessão da Mãe de Deus pelos homens<sup>411</sup>. Iconograficamente a sua representação segue um modelo concreto: ao centro a Virgem, de mãos postas, com o manto aberto sustentado por anjos; sob o manto de um dos lados o grupo dos leigos em atitude de veneração, representado por imperador, rainha, rei, príncipe ou damas e cavaleiros; do outro lado, o grupo dos eclesiásticos também em pose de oração: papa, cardeal, bispo, religiosos de várias ordens – “uma representação bipartida da sociedade, ou melhor dos grupos dominantes dessa sociedade, em que [...] se repartem os poderes espirituais e temporais do mundo com as suas hierarquias próprias [...], que prestam homenagem à Virgem e se colocam sob a sua protecção”<sup>412</sup>.

<sup>409</sup> Ver cap. II.2.1 Prática assistencial

<sup>410</sup> Cfr., Cópia manuscrita do primeiro compromisso da Irmandade e confraria da Misericórdia de Lisboa transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, p. 385.

<sup>411</sup> Cfr., SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Mater Misericordia, Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia**, pp. 13 e 32.

<sup>412</sup> SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Mater Misericordia, Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia**, p. 43.

Em 1575 a iconografia da Virgem da Misericórdia em bandeiras das confrarias da Misericórdia, sofre uma normalização com a publicação de um decreto oficial; no assento da mesa da Misericórdia de Lisboa, de 12 de Setembro de 1575, ficou definida a iconografia a utilizar: “*determinamos que no pintar das bandeiras, esteja de uma parte a imagem de Christo nosso*”

Como refere Joaquim Oliveira Caetano, “as Virgens da Misericórdia deixam frequentemente de albergar os membros da Confraria para conter no seu manto a humanidade inteira – homens e mulheres, reis, papas, cardeais. [...] tornando-se a Virgem do Manto uma verdadeira *Mater Omnia* protectora de toda a cristandade” - “estamos pois [...] perante o retrato simbólico de toda a sociedade e não frente a representações coevas individualizáveis”<sup>413</sup>.

Adoptada como emblema oficial das confrarias da Misericórdia, esta iconografia surge em fachadas<sup>414</sup>, portais<sup>415</sup>, retábulos<sup>416</sup>, bandeiras<sup>417</sup>, painéis de azulejo<sup>418</sup> e outras manifestações<sup>419</sup>.

---

*Redemptor, e da outra a SS. Virgem, Mãe da Misericórdia. À sua mão direita um papa, um cardeal e um bispo como cabeça da Igreja militante, e um religioso da SS. Trindade grave, velho e macilento, de joelhos e mão levantadas, com as letras F.M.I. [...]; e da parte esquerda da mesma Senhora um rei e uma rainha, em memória do inclítico rei D. Manuel e da rainha D. Leonor, como primeiros irmãos d'esta Irmandade; mais dois velhos graves e devotos; e aos pés da Senhora algumas figuras de miseráveis que representam os pobres”, cfr., SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Mater Misericórdia, Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia**, pp. 24-25 e 101. E como refere Joaquim Oliveira Caetano: “a partir daqui estava codificada a iconografia oficial da Misericórdia de Lisboa, que influenciaram as de todo o país” e esta indicação foi reforçada por alvará régio de Filipe II de Portugal em 1627.*

<sup>413</sup> SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Mater Misericórdia, Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia**, pp. 32 e 47. Cfr., SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Mater Misericórdia, Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia**, pp. 69 e 78; **Oceanos - Misericórdias Cinco Séculos**. N.º 35, pp. 75 e 136; **500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração**. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000, p. 66.

<sup>414</sup> Fachadas com a representação de «N. Sra. Misericórdia»: Caminha, Covilhã, Ponte de Lima e Chaves, Valença; as três primeiras apresentam uma composição simplificada de apenas duas figuras ajoelhadas a ladear a Virgem ou segurando o seu manto; em Caminha está colocada no tímpano do frontão de remate, e é semelhante à do retábulo (Anexo I [fichas] – Caminha).

<sup>415</sup> Portais com a representação de «N. Sra. Misericórdia»: Abrantes, Montemor-o-Velho, Pereira, Ponte de Lima, Sardoal, Tentúgal e Tavira (Anexo V [fotos] – cap. IV, portais).

<sup>416</sup> Retábulos historiados que incluem painel com a representação de «N. Sra. Misericórdia»: Arraiolos [primitivo], Bragança, Buarcos, Colares, Évora, Freixo de Espada à Cinta, Montemor-o-Velho, Tentúgal, Viana do Castelo [primitivo]; como composição única em Ladoeiro, Miranda do Douro [retábulo lateral]; tela que tapa o vão da tribuna com a representação de «N. Sra. Misericórdia»: Alter do Chão, Arcos de Valdevez, Braga, Ponte de Lima, Portel, Vila do Conde.

<sup>417</sup> Para as bandeiras ver TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos - **Bandeiras das Misericórdias**.

<sup>418</sup> Representação de «N. Sra. Misericórdia» em azulejaria: Pederneira, Pernes, Torres Vedras e Vila Franca de Xira (integrados em ciclos de representação mais amplos), Vila Verde dos Francos, Vimieiro (Anexo V [fotos] – cap. IV, azulejaria).

<sup>419</sup> Esculturas de «N. Sra. Misericórdia» integrada em retábulos: Barcelos, Covilhã, Fundão e Caminha numa versão mais simplificada apenas com a Virgem e os anjos a segurarem o manto aberto ou com algumas figuras ajoelhadas debaixo do manto; e numa versão ainda mais simplificada com a Virgem ladeada por duas figuras em atitude de súplica: Seia.

II. «Visitação» designa o encontro da Virgem Maria com Santa Isabel; no contexto da Anunciação, Maria toma conhecimento de que a sua prima Isabel esperava um filho, apesar da sua avançada idade, e decide ir visita-la para lhe oferecer a sua ajuda. A Visitação era o orago e um dos símbolos das confrarias da Misericórdia: “*e por que a invocação desta Sancta Confraria he de Nossa senhora da Misericordia hordenarom hos oficiaess e irmãaos della de tomarem por oraguo e dia da festa da dicta Confraria o dia da Visitaçom de Nosa senhora quando visitou Sancta Isabel*”<sup>420</sup>; representava um profundo gesto de Misericórdia de Maria para com a sua prima. Inclusivamente, o dia 2 de Julho, dia em que se celebrava esta festa litúrgica, foi escolhido para dia da confraria, “*por que naquelle dia Nossa Senhora fez misericórdia com Sancta Isabel*”<sup>421</sup>. Como tal esta é uma temática representada com contexto das Misericórdias desde a fundação até cronologias mais tardias (século XIX).

Este tema iconográfico evidencia uma natureza devocional e assistencial, ele próprio personifica a *Misericórdia*, a proposta caritativa destas confrarias; podia surgir individualmente ou integrado nos ciclo da vida da Virgem e no da Paixão de Cristo. Surge representado em variadíssimas manifestações, esculturas em portais<sup>422</sup>, talha em retábulos e sacrários<sup>423</sup>, pintura em retábulos<sup>424</sup> e tectos<sup>425</sup>,

---

Em Alcochete existe uma cruz processional, actualmente na sacristia da Igreja Matriz de Alcochete, que integra no nó duas pinturas: «N. Sra. Misericórdia» e «N. Sra. Piedade» (Anexo V [fotos] – cruz processional) (Agradecemos ao Professor Doutor Vítor Serrão a indicação desta obra).

Representação de «N. Sra. Misericórdia» em pintura mural: abóbadas da nave de Lavre e da capela-mor de Mora.

<sup>420</sup> Cópia manuscrita do primeiro *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa (1498), transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 385-393.

<sup>421</sup> Cópia manuscrita do primeiro *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa (1498), transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 385-393.

<sup>422</sup> Portais com representação da «Visitação»: Barcelos [edifício actual], Braga, Torres Novas e Vila do Conde (Anexo V [fotos] – cap. IV, portais).

<sup>423</sup> Representação da «Visitação» em sacrários: Sertã e Torres Novas e em Retábulo de talha: Bragança.

<sup>424</sup> Tela integrada no retábulo com representação da «Visitação»: Alcobaça, Aljezur, Alter do Chão [retábulo lateral], Castelo Branco [retábulo lateral], Crato [retábulo lateral], Elvas, Faro, Gáfete, Golegã, Lousã, Óbidos, Pavia, Proença-a-Nova, Samora Correia, Tomar, Torres Vedras [retábulo da sacristia] (Anexo I [fichas]).



bandeiras<sup>426</sup> e azulejaria<sup>427</sup> e mais raramente em grupos escultóricos em relevo e de vulto<sup>428</sup> e noutros contextos<sup>429</sup>. Em alguns edifícios a mesma iconografia aparece em mais do que um local<sup>430</sup> ou conjugada com outras iconografias relacionadas com as Misericórdias.

III. As Obras de Misericórdia são o programa assistencial proposto pelas confrarias: “[...] *per a qual irmindade fossem e sejam compridas todas as obras da misericordia spirituaees e corporaees*”<sup>431</sup>; estas são enunciadas nos Compromissos e, juntamente com o orago, Nossa Senhora da Misericórdia, dão o nome à confraria.

Por se identificarem com a identidade assistencial das Santas Casas, tornam-se um tema iconográfico quase exclusivo das mesmas; destaca-se a sua

Tábua com representação da «Visitação» nos retábulos de Alcochete, Almada, Arouca, Buarcos, Cabeção, Colares, Guimarães [desmantelado], Freixo de Espada à Cinta, Lourçal, Melo, Monsaraz, Pavia, Penela [desmantelado], Pinhel, Portel [desmantelado], Porto [desmantelado], Proença-a-Velha, Silves, Tarouca, Torrão [desmantelado], Vila Nova da Baronia (Anexo I [fichas]).

Tela com representação da «Visitação» para tapar a tribuna do retábulos: Alandroal, Alcáçovas, Évora, Leiria, Samora Correia, Soure, Tomar, Viana do Alentejo, Vimieiro, Vila Nova de Cerveira (Anexo I [fichas]).

Mais raramente a pintura com representação da «Visitação» pode aparecer não integrada no retábulo como sucede em Braga e Cano em que se encontra num dos alçados da nave; outras situações como Fão, Ladoeiro e Montijo (Anexo I [fichas]).

<sup>425</sup> Representação da «Visitação» no tecto da capela-mor: Galizes e Sesimbra; tecto de caixotões da capela-mor: Álvaro e nave: Valadares, juntamente com outras representações; cobertura da nave: Arruda dos Vinhos; cobertura da igreja: Chaves (Anexo I [fichas]).

<sup>426</sup> Bandeiras com representação da «Visitação»: Guimarães, Braga, Pinhel, Ponte de Lima; ver TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos - **Bandeiras das Misericórdias**.

<sup>427</sup> Painéis de azulejo com representação da «Visitação», isolados ou integrados em ciclos com outras representações: Alcobaça, Alenquer, Evoramonte, Salvaterra de Magos, Sertã, Vila Franca de Xira (Anexo I [fichas]).

<sup>428</sup> Grupo escultórico em relevo com representação da «Visitação» nos retábulos de Montemor, Tentúgal e Vouzela; e de vulto no altar-mor de Braga e Tavira e num dos altares laterais de Viseu (Anexo I [fichas]).

<sup>429</sup> Representação da «Visitação» em pintura sobre a capela-mor em Coruche; pintura sobre a porta de comunicação entre o coro e a casa do despacho em Montemor-o-Novo; relevo existente na fachada principal no pano correspondente à igreja em Coruche e relevo sobre o portal lateral da Covilhã (Anexo I [fichas]).

<sup>430</sup> Em Torres Novas a «Visitação» aparece em escultura de vulto em cantaria no portal principal e em relevo no retábulo de madeira entalhada e dourada.

<sup>431</sup> Cópia manuscrita do *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa (1498), transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, p. 385.

representação em grandes composições de azulejos<sup>432</sup>, pintura de cavalete ou mural<sup>433</sup>, tanto nas igrejas como nos espaços administrativos.

IV. As devoções das confrarias da Misericórdia tinham também uma dimensão cristológica, que remetia essencialmente para a Paixão e Morte de Jesus Cristo e que está relacionado com a função penitencial destas confrarias. Esta função tornava-se mais evidente nas manifestações públicas promovidas pelas Misericórdias e que, naturalmente, tinham como momento alto as celebrações da Semana Santa: Procissão das Endoenças em Quinta-feira Santa, prevista desde o primitivo Compromisso, e a Procissão do Enterro do Senhor.

Da iconografia da Paixão destacam-se as figurações: «Jesus no Horto», «Flagelação», «Cristo carregando a Cruz», «Encontro com Maria no caminho para o Calvário», «Encontro com as Mulheres de Jerusalém», «Calvário», «Descida da Cruz», «Deposição no túmulo». A narrativa da Paixão surge, mais ou menos detalhada, em retábulos<sup>434</sup>, bandeiras e imaginária.

No caso específico das bandeiras da Paixão, as figurações dos acontecimentos existentes no anverso, são acompanhadas pela representação, no reverso, dos símbolos que correspondem a cada uma das cenas figurativas<sup>435</sup>.

<sup>432</sup> Representação da «Obras de Misericórdia» em azulejaria: Abrantes, Alhos Vedros (inédito relativamente ao estudo de Maria do Rosário Carvalho), Arraiolos, Chaves, Estremoz, Évora, Evoramonte, Mangualde, Redondo, Santarém, Tavira, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira; sobre a representação das Obras de Misericórdia em azulejaria no contexto das confrarias da Misericórdia ver CARVALHO, Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de -.... **Por amor de Deus - Representação das Obras de Misericórdia, em painéis de azulejo, nos espaços das confrarias da Misericórdia, no Portugal setecentista**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2. 2007. Tese de Mestrado e sobre o retábulo de Silves ver SERRÃO, Vítor - **A sete obras corporais de Misericórdia pintadas no retábulo maneirista da Misericórdia de Silves**. *Monumentos*. [S. l.]: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. N.º 23, (2005), pp. 116 – 127.

<sup>433</sup> Representação da «Obras de Misericórdia» em pintura de cavalete para os alçados da igreja: Évora, Guimarães e pintura mural: Castro Verde, Évora [ocultadas por telas posteriores com o mesmo tema], Montemor-o-Novo, Vila Nova Baronia e no Lavre (apenas as corporais). Representação da «Obras de Misericórdia» em retábulos: Faro, Silves e no da sacristia de Peniche (apenas as corporais); predelas dos retábulos: Colares e Louriçal. de Misericórdia corporais; telas do tecto de caixotões da igreja de Salvaterra de Magos.

<sup>434</sup> Nos retábulos a representação das «Cenas da Paixão» podem surgir isoladas, como deveria acontecer com os antigos retábulos de Vila Franca de Xira (tábuas/telas colocadas nos alçados da nave), Idanha-a-Nova (tábuas/telas colocadas nos alçados da nave) e Pavia, ou conjugadas com o ciclo da vida da Virgem: Alcochete, Beja [desmantelado] e Bragança.

<sup>435</sup> Ver TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos - **Bandeiras das Misericórdias**.

As manifestações da Paixão de Cristo no contexto da escultura devocional das Misericórdias apresentam diferentes dimensões e realização estética; da escultura de vulto destacamos: «Cristo atado à coluna»<sup>436</sup>, «*Ecce Homo*»<sup>437</sup>, «N. Sra. Piedade»<sup>438</sup>, «N. Sra. Dores» por vezes acompanhada por S. João<sup>439</sup> e os muito comuns «Senhor morto» e «Senhor dos Passos»<sup>440</sup>; e num conjunto de símbolos/alegorias: colunas, lanças, chicote, pregos, coroa de espinhos, martelo, escadas, alicate, cruz, cana com esponja, verónica, cana, aparecem também pintados ou em relevo em coberturas<sup>441</sup>.

Outro elemento discreto, mas com óbvias relações com este tema, é a utilização do escudo com as chagas de Cristo; aparece em fachadas<sup>442</sup>, portais<sup>443</sup>, abóbada<sup>444</sup>, arcos<sup>445</sup> e noutros contextos<sup>446</sup>.

---

<sup>436</sup> Escultura de vulto «Cristo atado à coluna»: Algosó, Almodôvar, Arcos de Valdevez, Atouguia da Baleia, Bragança, Buarcos, Caminha, Castro Verde, Chaves, Sesimbra, Tarouca, Valença, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Cerveira, Vila Real

<sup>437</sup> Escultura de vulto «*Ecce Homo*»: Arcos de Valdevez, Arouca, Atouguia da Baleia, Azurara, Braga, Bragança, Caminha, Fundão, Mirandela, Montalvão, Nisa, Pederneira, Penamacor, Ponte de Lima, Porto, Tarouca, Tentúgal, Torre de Moncorvo, Valença, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Cerveira, Vila Real, Vouzela

<sup>438</sup> Escultura de vulto «N. Sra. Piedade»: Almada, Braga, Bragança, Crato, Montemor-o-Velho, Nisa, Penela, Samora Correia, Santarém, Sesimbra, Sousel, Vila Franca de Xira

<sup>439</sup> Escultura de vulto «N. Sra. Dores»: Aljubarrota, Arouca, Fundão, Montargil, Penamacor, Proença-a-Nova, Santiago do Cacém, Soalheira, Torre de Moncorvo

<sup>440</sup> Ver cap. II.2.2.1 Manifestações artísticas.

<sup>441</sup> Representação de símbolos da Paixão pintados nas coberturas: Sousel, Vila Franca de Xira [capela-mor], Vila Nova da Baronía [capela-mor].

<sup>442</sup> O escudo com as chagas de Cristo aparece em fachada principal: Guimarães, Messejana, Viana do Castelo (Anexo I [fichas]).

<sup>443</sup> O escudo com as chagas de Cristo aparece em portais: Alcácer do Sal, Alcantarilha, Aljustrel, Almada, Alvito, Lousã, Palmela (Anexo V [fotos] – cap. IV, portais).

<sup>444</sup> O escudo com as chagas de Cristo aparece em coberturas: pedras de fecho nas abóbadas de Aljustrel (incluindo outros símbolos como a coroa de espinho, pregos, cruz, coluna, chicote, escadas, martelo, alicate), Ferreira do Alentejo, Freixo de Espada à Cinta; pintura na cobertura da capela-mor de Idanha-a-Velha (Anexo I [fichas]).

<sup>445</sup> O escudo com as chagas de Cristo aparece em coberturas de várias dependências da Casa da Misericórdia: em Moura na pedra de fecho de um arco na sacristia e em Portel na pedra de fecho de uma das capelas laterais (Anexo I [fichas]).

<sup>446</sup> O escudo com as chagas de Cristo aparece noutros contextos: moldura definidora de uma capela lateral: Vila Real e da capela-mor: Pederneira; em retábulo: no mor de Alcantarilha e no lateral da Pederneira; no tecto da sacristia de Álvaro juntamente com a pintura dos símbolos da «Paixão de Cristo»: coroa de espinhos, pregos, martelo, alicate, escada, lança, cana e esponja; no lavabo da sacristia em Beja e Portel (Anexo I [fichas]).

Relativamente à iconografia, constatamos que em muitos casos existe uma utilização simultânea de várias destas temáticas privilegiadas pelas Misericórdias, intimamente relacionadas com os ideários e práticas da confraria, em distintas manifestações. Por exemplo, em Chaves, a fachada principal integra uma escultura de N. Sra. Misericórdia, no tecto de madeira está pintado o tema da Visitação, temática que também existe na tela que tapa o vão da tribuna do altar-mor.

Ou seja, há uma tendência para privilegiar a iconografia que reflecte os vários tópicos da identidade da confraria, quer em elementos de cariz decorativos quer funcional.

### II.2.2.3 Morfologias

Também ao nível das morfologias das manifestações artísticas, distintas ou comuns à restante encomenda artística, encontramos algumas particularidades no contexto das Misericórdias, pois estas eram concebidas tendo em conta a sua funcionalidade e simbólica.

I. A morfologia e iconografia da bandeira real aparecem referidas nos *Compromissos* das Misericórdias: “*huum pendam que tenha d’ambas as partes a ymagem de Nossa Senhora da Misericordia pintada, que estara em hua astea grande com hua cruz de pao em cima*”<sup>447</sup> o seu formato é quadrangular de bordos rectos.

As restantes bandeiras utilizadas pelas confrarias, bandeiras da Paixão ou *insígnias da Paixão*<sup>448</sup>, das Almas e dos condenados, seguiam a mesma morfologia, com excepção de Alcochete e Borba que apresentam os bordos ou topos recortados e de Peniche em madeira, rectangulares e de topo recortado;

<sup>447</sup> Cfr. cópia manuscrita do primeiro *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa (1498), transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 385-393.

<sup>448</sup> Designação que aparece em alguns inventários; cfr., Arquivo Municipal de Lagos, fundo da Misericórdia de Lagos, doc.230 – **Tombo dos bens e rendas da Casa da Santa Misericórdia da cidade de Lagos** (1728 – 1730/1828), fl. 14 v.

apenas se diferenciam das bandeiras reais pelo tema representado e nas celebrações em que eram utilizadas.

A sua estrutura com duas faces permitia uma dupla representação em anverso e reverso; a bandeira real apresentava geralmente de um lado a Virgem da Misericórdia e do outro a Virgem da Piedade<sup>449</sup> e a maioria das bandeiras processionais apresentava um dos Passos da Paixão e o símbolo correspondente<sup>450</sup>.

II. A mesa do despacho ou banco e mesa dos oficiais é uma peça de mobiliário móvel composta por mesa e bancos ou mesa, bancos e cadeira; a morfologia mais característica era a mesa circular e em redor dela os bancos ou cadeiras, em conjuntos de três ou quatro, também circulares acompanhando o formato da mesa (Anexo V [fotos] – mesas do despacho); o tampo da mesa podia ser rotativo<sup>451</sup> e a cadeira do provedor podia estar individualizada com espaldar decorado e braços (Anexo V [fotos] – mesas do despacho)<sup>452</sup>.

Era geralmente de madeira<sup>453</sup>, mas também se registam exemplares madeira e couro trabalhado decorado com pregaria<sup>454</sup>.

Menos comuns são os exemplares de mesa rectangular e três conjuntos de bancos nos topos da mesa, dois com cinco acentos e um com três<sup>455</sup>.

---

<sup>449</sup> São excepções, de acordo com o inventário publicado em TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos - **Bandeiras das Misericórdias**, figurações de N. Sra. Dores (Amarante, Felgueiras) e «Deposição de Jesus no túmulo» (Amarante, Arganil, Covilhã, Lousã), «Crucificação» (Aveiro, Fundão, Monforte, Montargil), «Visitação» (Braga, Bragança, Guimarães, Pinhel, Vila Nova de Cerveira), passo/insígnia da Paixão (Castro Verde, Ponte de Lima, Santiago do Cacém).

<sup>450</sup> A maioria destas bandeiras era em tela suportada por uma estrutura em madeira; as bandeiras dos passos da Misericórdia de Peniche são em madeira e como tal não apresentam duas faces, as suas figurações são apenas dos passos da Paixão.

<sup>451</sup> Mesas e bancos do despacho circulares: Lourinhã, Peniche e Monsaraz; em Peniche existem seis cadeiras individuais que podem indiciar a não subsistência dos bancos originais (Anexo V [fotos] – mesas do despacho).

<sup>452</sup> Nas mesas do despacho de Borba e Monsaraz a cadeira do provedor é individualizada (Anexo V [fotos] – mesas do despacho).

<sup>453</sup> Mesas em madeira: Abrantes, Lourinhã, Vila Franca de Xira (Anexo V [fotos] – mesas do despacho).

<sup>454</sup> Mesas em madeira e couro: Monsaraz.

<sup>455</sup> Um interessante conjunto encontra-se na Misericórdia de Alcácer do Sal que inclui para além da mesa e bancos os armários para guardar a documentação colocados nos cantos da

No Alvito, na casa do despacho existem dois bancos, muito simples mas com encosto, com três faces cada que deveriam pertencer a um conjunto de mesa e bancos do despacho; a sua morfologia é pouco comum comparando com os exemplares ainda existentes.

III. A tribuna dos oficiais podia assumir várias morfologias: vão rasgado no alçado da nave que permitia a comunicação de outras dependências, geralmente a casa do despacho, com a Igreja; cadeiral mais ou menos complexo encostado a um dos alçados da igreja ou sobrelevado relativamente ao pavimento da nave ou estrutura suspensa (Anexo V [fotos] – tribuna dos oficiais).

Num mesmo espaço podem coexistir diferentes tipologias de tribunas fruto de alterações funcionais e de gosto<sup>456</sup>.

Assim, depois do exposto, é possível afirmar que as confrarias da Misericórdia, enquanto encomendantes de equipamentos e obras de arte, vão promover obras com características próprias, individualizadas face à restante produção artística pelas manifestações, iconografia/temáticas representadas e morfologias apresentadas, directamente relacionadas com a sua acção e devoções.

Deste contexto destacámos as mais comuns, não querendo esgotar o tema dado o imenso manancial que é a produção artístico-funcional das confrarias da Misericórdia; existiriam outras obras quinhentistas que se poderiam referir como o armário em madeira para guardar bandeiras existentes na sacristia de Tavira (Anexo V [fotos] – bandeiras); e outras mais tardias mas igualmente originais como o pano seiscentista de grandes dimensões, representando «Flagelação de Cristo» existente em Medelim, possivelmente destinado à ornamentação da igreja durante as celebrações da Quaresma (Anexo V [fotos] – pano); a representação alegórica da «Caridade» como aparece em azulejaria

---

sala (Anexo V [fotos] – mesas do despacho). Em Montemor-o-Novo existe um outro exemplar desta tipologia de mesa (Anexo V [fotos] – mesas do despacho).

<sup>456</sup> Ver cap. IV. 4.4.4 Equipamento – tribuna dos oficiais.

no Barreiro e Arraiolos (Anexo V [fotos] – azulejaria, Barreiro)<sup>457</sup> e em escultura no portal da Covilhã e de Pereira; a representação de São Cosme e São Damião, santos relacionados com a prática da medicina e com curas milagrosas e patronos dos profissionais da saúde, no portal de Caminha (Anexo I [fichas] – Caminha), na fachada de Mangualde e numa pintura em Mirandela<sup>458</sup>; as grandes telas com a representação das «Cenas da paixão de Cristo» para serem colocados nos paços para as celebrações da Quaresma como existem em Arouca e Peniche; as arcas de três chaves que subsistem em Abrantes e Borba; as bolsas em cabedal para a recolha das esmolas com bordado na parte frontal: «ST<sup>A</sup> CAZA DA MIZ<sup>A</sup>».

Só neste contexto, de uma acção e devoção com características próprias que se reflecte num conjunto de objectos artístico-funcionais, e integrado nele, devemos analisar a produção artística promovida pelas Misericórdias, que procurava difundir a individualidade e autonomia deste grupo. Ou seja, no caso da nossa investigação, que se debruça sobre a arquitectura patrocinada por estas confrarias durante o século XVI, apenas podemos compreender as particularidades de alguns edifícios quando integrados neste contexto mais vasto da características individualizadoras de toda a arte promovida pelas Misericórdias. Ou seja, as características próprias dos edifícios construídos para servir de sede a estas confrarias não é um aspecto isolado, são apenas um dos aspectos particulares das Misericórdias, como encomendantes de obras de artes, existem outras manifestações artísticas e até temáticas próprias destas confrarias.

Mais ainda, consideramos que os edifícios ocupados pelas Misericórdias, se assume como unidade artística mais vasta e aglutinadores de outras manifestações artísticas, e definidos na sua globalidade por muitos dos elementos caracterizados anteriormente.

---

<sup>457</sup> Destaque para a representação da Caridade em painel de azulejos na igreja de Arraiolos e na do Barreiro (Anexo I [fichas] – Arraiolos, Barreiro).

<sup>458</sup> S. Cosme e S. Damião surgem em relevo integrandos no portal principal: Caminha (Anexo I [fichas] - Caminha), em pintura (Mirandela) e num exemplar mais tardio, c. 1724, em esculturas de vulto em nichos da fachada de Mangualde.

O conjunto arquitectónico denominado *Casa da Misericórdia*, e a que dedicaremos o próximo capítulo, incluía espaços construídos, civis e religiosos, sagrados e profanos, que permitiam às confrarias implementar a sua proposta caritativa e espiritual. Podia ser composta por um número variável de espaços; a unidade base integrava igreja ou capela, sacristia e casa do despacho e podia evoluir para algo mais complexo, acrescentando o hospital/enfermarias, outras capelas, casa das tumbas, cemitério, celeiro, entre outros. Neste conjunto arquitectónico, devido à sua natureza e função, a igreja ou capela, apresentava um lugar de destaque. Eram geralmente espaços de razoáveis dimensões, com uma ornamentação cuidada, exibindo uma simbologia singular e evidenciando especificidades tipológicas, nomeadamente ao nível da planimetria e da organização espacial.



**CAPÍTULO III**

---

**As Misericórdias portuguesas e a Arquitectura**



### III. 1. As Misericórdias e a arquitectura

---

As confrarias da Misericórdia instituídas para “*conprir as obras de misericórdia*”<sup>459</sup>, ou seja, com uma vocação eminentemente prática, de cariz assistencial e com um pendor religioso, necessitavam de um espaço construído que servisse de suporte à sua actividade; o que favoreceu uma relação muito própria entre as Misericórdias e a arquitectura. Esta questão é para nós fundamental; quando tratada na bibliografia, é de forma sumária e circunstancial e por isso propomos uma abordagem de conjunto ao fenómeno, a sua definição, caracterização e contextualização<sup>460</sup>.

I. O Compromisso, documento regulador da actividade das Misericórdias, deixa transparecer essa necessidade desde o primeiro momento, pois define um conjunto de acções a decorrer num espaço construído. O primeiro compromisso da Misericórdia de Lisboa, em cópia manuscrita existente na Misericórdia do Porto (1498), apresenta várias referências. Valerá a pena transcrever uma parte do texto: “[...] *outrossy seram hobriguados os dectos irmãaos que tanto que ouvirem a campãa da Misericórdia acudam e venham ao luguar honde a Confraria estiver pera conpirem as obras de misericordia como pelo proveador e hoficiaees for hordenado [...]. Outrossy seram obriguados ho dectos irmãaos a viir a dicta Confraria tres vezes no anno de necesidade quando forem na terra pera serviço da dicta Confraria .scilicet. por dia de Nosa Senhora da Visitaçom pera se elejerem hos oficiaees que ajam de*

<sup>459</sup> Cfr., primitivo compromisso da Misericórdia de Lisboa, Arquivo da Misericórdia do Porto, D, bco. 4, L. n.º 2 (I), fl. 1. Transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2004, vol. 3, pp. 385 – 393.

<sup>460</sup> Cfr., MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000, pp. 142 – 143; NOÉ, Paula - **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia (versão 1.0)**. (Kits património - Kit 06). Lisboa: Instituto de Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010, p. 11; PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 1, p. 34; SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 - 2000**. [s. l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 46.

*servir e governar aquele anno as obras de misericordia [...] e por Quinta feira d'Endoenças a nocte pera precissam dos penitentes [...] e por dia de Todos os Sanctos pera acompanharem a precissam que se aquele dia a tarde quando vãao pela hosada dos justçados alem de Sancta Barbora pera enterrarem no cemitetio da dicta confraria [...]. E handara na dicta Irmandade todo conselho jeeral que se fezer que a dicta Confraria pertença pera o qual seram chamados todos ou moor parte delles pera que com seu consselho se faça o que for serviço de Deus*<sup>461</sup>.

Ou seja, o primitivo compromisso previa que os irmãos “*acudam e venham ao lugar honde a confraria estiver*” para o cumprimento das obras de Misericórdia (entenda-se corporais – como a assistência ao pobres e doentes, e espirituais – como as celebrações de ofícios pelos irmãos e benfeitores falecidos), para a eleição do oficiais, nos dias de reunião dos oficiais ou de todos os irmãos e para as procissões de Quinta-feira Santa e de Todos os Santos; são estas as acções que vão estar inevitavelmente ligadas aos edifícios das Misericórdias e que justificarão a sua existência.

A referência ao local, “*lugar honde a confraria estiver*”, é vaga e reflecte possivelmente a incerteza do modo como se iria concretizar.

Um pouco mais à frente o mesmo Compromisso retoma a questão do espaço e refere: “[...] *e em este dia da Visitação seram juntos todos hos dectos irmãos ou hos mais que se poderem ajuntar na capella honde estiver a dicta Confraria e acabadas as vesperas do dia se asentarom nos lugares pera ello hordenados. [...]. E depois de lido [o Compromisso] se elejeram treze homens pera servirem e regerem e guovernarem esta sancta confraria o decto anno*”<sup>462</sup>. Neste caso a referência específica à “*capella honde estiver a dicta Confraria*”, mantendo-se vaga, remete para uma tipologia de espaço específica – uma capela. Ou seja, a Misericórdia deveria ter ou ocupar um espaço de cariz religioso<sup>463</sup>; e a este espaço concreto estariam associados determinados actos

<sup>461</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, D, bco. 4, L. n.º 2 (I), fls. 1 v – 2. Transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 385 – 393.

<sup>462</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, D, bco. 4, L. n.º 2 (I), fl. 3. Transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 385 – 393.

<sup>463</sup> Nos primeiros Compromissos a designação utilizada para definir o espaço religioso é “capela”; no Compromisso de 1577 a nomenclatura muda para “igreja”. Cfr. Transcrição em

do quotidiano da confraria. Esta questão do significado de associar determinados actos do quotidiano da confraria a espaços específicos será retomada em próximo capítulo<sup>464</sup>.

O Compromisso posterior, impresso em 1516 e difundido por várias Misericórdias do país, apresenta uma alusão mais explícita, e no nosso entender mais consolidada, ao edifício a utilizar pela Misericórdia: “ [...] *outrosy seram obrigados os ditos irmãos hyr a casa da dita Confraria tres veses no anno de necessidade quando forem na terra pera serviço da dita Confraria*”<sup>465</sup>. É a primeira referência num Compromisso à “*casa da dita Confraria*”, ou Casa da Misericórdia, termo que denominará os edifícios ocupados pelas Misericórdias. Designação mais utilizada na documentação quinhentista e que consubstancia um conjunto arquitectónico com características próprias e a que dedicaremos o próximo capítulo deste trabalho<sup>466</sup>.

Esta preocupação das Misericórdias de disporem de um espaço construído para o desempenho de algumas das suas funções e para a gestão da sua actividade, é também visível noutra documentação coeva, para além dos Compromissos. E também no movimento de ocupação de edifícios que ocorreu em todo o país após a fundação das confrarias, pois ter um edifício permitia-lhes implementar a sua proposta caritativa e devocional e foi uma das suas primeiras preocupações.

II. A análise do conjunto de confrarias da Misericórdia que foram instituídas durante o século XVI, e que constam da tabela 2 (Anexo II [tabelas]), permitiu-nos constatar que o modo como as Misericórdias solucionaram esta necessidade fundamental para o início da sua actividade – o espaço edificado

---

PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. 4 - Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580, pp. 338 – 354.

<sup>464</sup> Ver cap. III. 2 Casa da Misericórdia.

<sup>465</sup> Compromisso impresso da Misericórdia de Lisboa (1516), fl. 3 v.. Transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 410 – 423.

<sup>466</sup> A designação casa da Misericórdia (“Casa da Misericórdia”) aparecerá apenas no compromisso da Misericórdia de 1577 existente no Arquivo Distrital de Viana do Castelo, pertencente ao fundo da Misericórdia de Viana, 3.24.4.21; cfr., transcrição em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 338 – 354.

– não foi linear nem homogéneo, quer geográfica quer cronologicamente, constituindo-se num processo que originou soluções que reflectem distintos modos de relação com a arquitectura.

Este processo apresentou diferentes percursos. Como já referimos era essencial um edifício para a implementação da actividade caritativa das confrarias, quer fosse uma capela ou igreja para celebrar os ofícios e/ou uma casa para o acolhimento de pobres e doentes. Assim, todas as confrarias, após a sua instituição, mais ou menos formal, procuraram um local para se instalarem.

Na maior parte dos casos que identificámos para o século XVI, e tendo em conta que muitas vezes não existem elementos relativos a esta questão, das c. 260 Misericórdias fundadas neste período, 66, c. 26%, ocuparam inicialmente um edifício preexistente e que não foi construído para albergar a confraria da Misericórdia<sup>467</sup>. Só mais tarde promoveram uma construção de raiz com essa finalidade ou procederam a obras profundas de remodelação dos edifícios ocupados.

Raramente a instituição da Misericórdia coincidiu com a construção do edifício. Por exemplo, são excepções os casos de Almeida e Mora. Em Almeida a Misericórdia terá sido fundada c. 1520 por Pero Garcia e com incentivo de D. Manuel. Inclusivamente, o monarca dá *“licença pera fazer huua capella na ermida de Sam Joham da dita vila [...] a quall capella queriam que fosse da emvocaçam da misericordia pera nella fazer e ordenar a confraria e se comprirem as obras da dita misericordia [...]”*<sup>468</sup>.

---

<sup>467</sup> Ver Anexo I [fichas] onde no campo designado por “Local de funcionamento inicial” registamos, sempre que existe informação, o local onde as Misericórdias funcionaram após a sua instituição.

<sup>468</sup> Cfr., transcrição do documento em CARVALHO, José Vilhena - **Santa Casa da Misericórdia de Almeida: subsídios para a sua história**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Almeida, 1991, p. 11; e AN/TT, Chancelaria D. Manuel I, Livro 3 da Beira, fls. 114-115 e Chancelaria de D. João III, Livro 17, fl. 38. Segundo Maria Margarida Conceição, esta capela pode ser identificada com a capela homónima que existe no Terreiro de São João; a primitiva construção terá sido destruída com as guerras de restauração e com a edificação das muralhas de fortificação da vila (cfr., CONCEIÇÃO, Maria Margarida - **Formação do espaço urbano em Almeida: da vila cercada à praça de guerra**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 1997. Tese de Mestrado, pp. 195-196 e CARVALHO, José Vilhena - **Santa Casa da Misericórdia de Almeida: apontamentos históricos**. Guarda: Tipografia Véritas, 1971, s/p.

Ocupação de edifício preexistente seguido de construção de raiz ou ocupação de edifício preexistente e campanha de remodelação desse edifício, são as duas principais tendências da relação estabelecida pelas Misericórdias quinhentistas com o espaço construído.

Uma outra tendência, embora semelhante às anteriores, apresenta-se como uma variante: existe tal como anteriormente a ocupação de um edifício preexistente após a fundação da confraria, que é seguido por uma construção de raiz e posteriormente o retorno a um outro edifício preexistente, de tipologia distinta e construído para uma funcionalidade também distinta.

Este processo, nas suas diferentes tendências, tem reflexos nos vestígios arquitectónicos actualmente existentes e no que podemos inferir a partir deles ao nível da caracterização arquitectónica, tipologias e localização geográfica destes edifícios. Ou seja, vamos encontrar uma enorme variedade de situações quanto à realidade arquitectónica das Misericórdias – confrarias instaladas em antigos conventos, igrejas das Misericórdias destruídas ou adaptadas a outras finalidades, edifícios com elementos arquitectónicos de períodos artísticos anteriores ao século XVI, etc. – que estão relacionadas com este processo<sup>469</sup>.

Assim, devemos ter especial atenção quando abordamos temas como as especificidades arquitectónicas das Misericórdias e caracterização estética e arquitectónicas dos edifícios, pois não nos podemos esquecer que alguns edifícios são preexistentes ou construídos com outra finalidade, que não ser sede de uma confraria da Misericórdia, e isso fará toda a diferença.

No contexto evolutivo das Misericórdias, a ocupação de edifícios preexistentes teve dois momentos importantes, embora diferentes entre si, quanto à cronologia, tipologia dos edifícios ocupados e motivações. O primeiro momento é próximo à fundação das confrarias, que se estende de finais do século XV e por todo o século XVI; o segundo momento decorre durante o século XIX – início do século XX. Explicitaremos um pouco mais cada um destes momentos,

---

<sup>469</sup> Sobre a diversidade de situações dos edifícios das Misericórdias e respectiva geografia ver PINHO, Joana Balsa de - **Igrejas e Casas das Misericórdias quinhentistas – geografia e cronologias**. In Encontro Aprendizizes de Feiteiro: Investigações de doutoramento dos cursos do Instituto de História da Arte da FLUL. Lisboa: Centro de História e Edições Colibri, 2009, pp. 71-84.

esclarecendo o contexto e motivações destas ocupações e as suas repercussões nos vestígios arquitectónicos actualmente existentes.

IV. No século XVI, no período correspondente à fundação e consolidação da actividade das confrarias da Misericórdia, estas instalaram-se inicialmente em espaços preexistentes, quer em fracções de edifícios mais complexos (catedral, convento, colegiada, igreja matriz) quer no edifício na sua totalidade, neste caso de dimensões mais reduzidas (igreja, capela, ermida, hospital, casa)<sup>470</sup>.

As tutelas destes espaços eram muito diversificadas: dioceses<sup>471</sup>, ordens religiosas<sup>472</sup>, paróquias<sup>473</sup>, ordens militares<sup>474</sup>, hospitais, confrarias<sup>475</sup>, municípios e particulares<sup>476</sup>. Esta realidade revela uma diversidade de situações, fruto da urgência das confrarias em cumprirem a sua missão. E realça a importância do espaço construído para o desempenho dessa mesma

---

<sup>470</sup> Também em algumas confrarias fundadas do séc. XVII a situação foi semelhante: as Misericórdias de Chamusca e Turquel ocuparam inicialmente edifícios pré-existentes. Cfr., CUMBRE, José Mário Paiva - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia da Chamusca (1620 - 1820)**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 1. 1973. Tese de licenciatura em História e ZAGALO, Francisco Baptista - **História da Misericórdia de Alcobaça**. Alcobaça: Tipografia e Papelaria de António M. Oliveira, 1918.

<sup>471</sup> Misericórdias que se instalaram inicialmente em capelas nos claustros das catedrais dos respectivos locais: Lisboa (Capela da Piedade), Porto (Capela de Santiago), Braga (Capela de N. Sra. Piedade), Coimbra (segunda capela da parte nascente - Capela de Sta. Cecília) (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>472</sup> Misericórdias que se instalaram inicialmente nos conventos de S. Francisco dos respectivos locais: Évora, Lamego, Tavira (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>473</sup> Ver nota 512.

<sup>474</sup> Misericórdias que se instalaram inicialmente em igrejas pertencentes a ordens militares: Abrantes (ordem de Malta), Alandroal (ordem de Cristo; subsiste cruz da Ordem no fecho da abóbada de capela lateral à igreja), Albufeira (ordem de Avis; subsiste cruz da Ordem no fecho da abóbada), Alpalhão (ordem de Cristo; subsiste cruz da Ordem no fecho da abóbada da capela-mor), Elvas (ordem de Avis e Santiago), Sabugal (ordem de Malta), Seda (ordem se Avis) (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>475</sup> Misericórdias que se instalaram inicialmente em edifícios pertencentes a outras confrarias: Coruche (casa da confraria de N. Sra. Purificação), Montemor-o-Novo (Ermida de Sto. António da confraria dos Fiéis de Deus), Tentúgal (ermida de S. Pedro da confraria de S. Pedro e S. Domingos) (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>476</sup> Misericórdias que se instalaram em casas particulares: Montijo; Misericórdias que se instalaram em capelas particulares: Murça (?). Também existem exemplos seiscentistas de casos semelhantes, por exemplo, Arganil.



função e para a gestão da confraria e a forte mobilização local, institucional e particular, religiosa e civil, em torno da confraria e que ajudou à sua rápida difusão e implantação.

Relativamente à ocupação de espaços dentro de conjuntos arquitectónicos, destacamos os casos das grandes cidades de Lisboa<sup>477</sup>, Porto<sup>478</sup>, Braga<sup>479</sup> e Coimbra<sup>480</sup>, cujas Misericórdias se instalaram em capelas nos claustros das catedrais (Anexo I [fichas] correspondentes). E outros quatro casos um pouco distintos, mas semelhantes formalmente, o de Évora, Tavira e Lamego que ocuparam capelas nos conventos de São Francisco e o de Guimarães que se instalou na capela de S. Brás no claustro da colegiada de N. Sra. Oliveira (Anexo I [fichas] correspondentes).

Catedrais e colegiada representam os edifícios e conseqüentemente as instituições religiosas mais importantes e prestigiadas em cada uma das cidades; às Misericórdias recém fundadas, através dos seus promotores, dá-se a oportunidade de se associarem a elas.

Relativamente aos Franciscanos, estes são a única ordem religiosa associada às Misericórdias com a utilização dos seus conventos como locais iniciais de instalação da confraria. Este facto pode-se explicar por possíveis ligações entre os promotores destas confrarias e estes conventos; de igual modo, e tendo como datas de fundação, 1499, 1505, 1519 respectivamente, ou seja, ainda em vida da Rainha D. Leonor, a este facto não terá sido alheia a relação privilegiada que a rainha tinha com a Ordem Franciscana<sup>481</sup>.

---

<sup>477</sup> Sobre a localização e história desta capela, ver CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 540 - 543, mapa de localização na p. 543; SARAIVA, José Cunha - **A Capela da Misericórdia na Sé de Lisboa**. *Arquivo Histórico de Portugal*. Lisboa: [s. n.]. (1934), pp. 7 - 29.

<sup>478</sup> Cfr., BASTO, Artur Magalhães - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. 2ª ed. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997.

<sup>479</sup> CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: obras nas Igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços. Devoções (da 2ª metade do século XVI à 1ª década do século XX)**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2001.

<sup>480</sup> GONÇALVES, António Nogueira - **O Escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra**. *Revista Ocidente*. Lisboa: Editorial Império. vol. LXVI, 313, Maio (1964), 220.

<sup>481</sup> Cfr., SOUSA, Ivo Carneiro - **A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, Religiosidade de Espiritualidade no Portugal do Renascimento**. [S. l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002 e especificamente as pp. 645 – 662.

Paralelamente ao fenómeno de ocupação de espaços no interior de conjuntos arquitectónicos, existiu um outro fenómeno de ocupação de edifícios na sua totalidade, geralmente de pequenas dimensões e quase sempre de natureza religiosa. Esta situação será a mais comum entre as recém-fundadas Misericórdias quinhentistas. Na documentação coetânea estão documentados inúmeros exemplos: os acórdãos da mesa em Tentúgal aludem à Casa de São Martinho “*que seruia de Misericordia*”<sup>482</sup> e os de Coruche à “*casa do bem aaventurado sao pedro que ora serve da Misericórdia*”<sup>483</sup> (Anexo I [fichas] – Coruche e Tentúgal).

No entanto, este fenómeno apesar de identificável de modo simples apresentou contornos peculiares e diversificados.

Foram ocupadas maioritariamente capelas e ermidas. Em alguns casos sabemos que estas construções religiosas se encontravam sem culto no momento da ocupação e que outras estavam relacionadas com confrarias, que posteriormente vão ser anexadas às Misericórdias e que por similitude de uso e enquadramento institucional terão sido consideradas adequadas para esta finalidade.

Como já foi referido, a evolução desta ocupação de espaços preexistente evolui em dois sentidos distintos: alguns destes edifícios ficaram na posse das confrarias e em alguns casos sofreram campanhas de remodelação arquitectónica e decorativa e noutros casos foram abandonados após uma construção de raiz promovida pela Misericórdia.

Consideramos que a permanência no edifício preexistente e a opção de não realizarem construção de raiz, está relacionada principalmente com dois elementos. Por um lado, com o facto do detentor do edifício vir a ser integrado na Misericórdia: geralmente confrarias que são anexadas com os seus bens, rendas e obrigações. Por outro lado, com a desafecção do edifício, ou seja, foi comum em edifícios sem uso corrente, nomeadamente igrejas paroquiais extintas.

---

<sup>482</sup> Arquivo da Misericórdia de Tentúgal, s/n.º - **Livro dos acórdãos** (1584 – 1676). Inédito.

<sup>483</sup> Arquivo da Misericórdia de Coruche, maço 8, livro 1 – **Eleições da mesa** (1558), s/fl. Inédito.

Para o primeiro caso destacamos a situação bastante interessante das capelas e/ou casas do Espírito Santo geralmente associadas a uma confraria com a mesma designação<sup>484</sup>. A sua utilização no período inicial de actividade das Misericórdias e a permanência nestes espaços, estão geralmente associados à fusão das duas confrarias quer ao nível das rendas, quer dos bens, quer da acção caritativa ou da transferência da administração de um hospital ou casa do Espírito Santo para a confraria da Misericórdia.

Em muitos locais do país, verificou-se esta situação. Inclusivamente o uso desta tipologia de edifícios foi a mais expressiva: das quase sete dezenas de Misericórdias que ocuparam edifícios preexistentes, cerca de metade instalaram-se em capelas e/ou casas e/ou hospitais do Espírito Santo (Anexo I [fichas] correspondentes):

- Alcobaça;
- Alandroal;
- Alpalhão;
- Arez;
- Atouguia da Baleia<sup>485</sup>;
- Azambuja;
- Barcelos;

---

<sup>484</sup> As confrarias do Espírito Santo são vistas por alguns autores como antecessoras directas das Misericórdias; por um lado sabemos que muitas confrarias do Espírito Santo foram anexadas as Misericórdias, por outro que existem bastantes diferenças entre ambas ao nível da estrutura organizativa e funções religiosas e cultuais; consideramos a situação bastante complexa e parece não existir um padrão, por isso pensamos que a resposta estará na análise individual, ou seja, caso a caso: existem outras confrarias que também foram anexadas às Misericórdias (por exemplo na Batalha, Montemor-o-Velho, Portel), que existiram algumas confrarias do Espírito Santo em locais que nunca tiveram Misericórdia e locais onde ambas se mantiveram em simultâneo.... Os casos de Arraiolos, Alcácer do Sal, Évora, Portalegre, Portel, Santiago do Cacém, Tavira, Torre de Moncorvo são exemplos de locais que mantiveram autónomos, relativamente às Misericórdias, os edifícios pertencentes às confrarias do Espírito Santo. Neste contexto e no que nos preocupa neste capítulo, não podemos negar a evidência do que vamos expor de seguida e que é mais um factor de relação entre estas duas confrarias. Ver SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 25 – 27 e SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**. [S. l.]: CTT-Correios de Portugal, 1998, pp. 51 – 56.

<sup>485</sup> “*Tem caza da Mizericordia cuja origem não consta com certeza e só se dis que antigamente fora caza do Espirito Santo*”, ANTT, **Memórias Paroquiais, Atouguia da Baleia**, 1758, vol. 5, n.º 38, pp. 767 - 768. Código de referência PT/TT/MPRQ/5/38. [Acedido em Junho de 2011]. Acessível na internet <http://digitarq.dgarq.gov.pt>

- Belmonte<sup>486</sup>;
- Belver<sup>487</sup>;
- Benavente<sup>488</sup>;
- Bragança;
- Cela;
- Cuba;
- Évora de Alcobaça;
- Faro;
- Fornos de Algodres<sup>489</sup>;
- Gáfete;
- Lourinhã<sup>490</sup>;
- Maiorga<sup>491</sup>;
- Óbidos<sup>492</sup>;

<sup>486</sup> “*Seu principio foy huma Jrmandade do salvador que no anno de mil seiscentos se anexou a capella do Espirito Santo; onde agora he Mizericórdia e no mesmo se confirmou Jrmandade por provizão real*”, ANTT, **Memórias Paroquiais, Belmonte**, 1758, vol. 6, n.º 85, p. 616. Código de referência PT/TT/MPRQ/6/85. [Acedido em Junho de 2011]. Acessível na internet <http://digitarq.dgarq.gov.pt>.

<sup>487</sup> “*Tem caza de Mizericórdia a qual fundou hum devoto o cappitão João Pires tem tão pouca renda que mal lhe chega para os gastos, tem seu comprimisso approved pelo soberano com 12 irmãos sem haver difireença. [...] capela do Espirito Santo que esta dentro da villa*”, ANTT, **Memórias Paroquiais, Belver, Crato**, 1758, vol. 6, n.º 86, p. 623. Código de referência PT/TT/MPRQ/6/86. [Acedido em Junho de 2011]. Acessível na internet <http://digitarq.dgarq.gov.pt>.

<sup>488</sup> Cfr., **Livro dos acordos e regimento do Senhor Santo Espirito desta vila de Benavente o qual mandou fazer Francisco Gonçalves cavaleiro e procurador dos hospitais e capelas do almoxarifado de Setúbal (1527 - 1564)** pertencente à Misericórdia de Benavente mas que não foi possível localizar no arquivo da Misericórdia; está parcialmente transcrito em AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**. ed. original: 1926. Benavente: Câmara Municipal de Benavente, 1981, pp. 93 e 111-112.

<sup>489</sup> Cfr. Alvará régio de confirmação da fundação da Misericórdia de Fornos de Algodres a qual fora eregida na ermida do Espirito Santo; documento referido em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 6, p. 83.

<sup>490</sup> “[...] *os oficiais da Camara da villa da Llorinhã me enviarão dizer por sua carta ouvese por bem dar lhe liçemsa para que na Cassa do Espirito Samto da ditta vila se jnstetuisse Comfraria da Misericórdia [...] ej por bem de dar lleçemsa que se jnstetua e ordene a Comfraria da Misericórdia da dita villa da Llorinhã na Casa do Espirito Samto*” (Cfr, traslado da provisão de Filipe I de 13 Jul 1586, incluída no traslado do contrato entre o Provedor da Comarca e o provedor e irmãos da Misericórdia, Arquivo da Misericórdia da Lourinhã, **Livro do contrato que o provedor da comarca fez com o provedor e irmãos da Misericórdia....**, fls. 6 v. – 9 e 29 v. - 31 v (cópia posterior) Inédito.. O mesmo livro nos fls. 13 v. – 14 v. e 35 v. – 36 (cópia posterior) inclui o traslado do auto de posse da ermida e casa da Gafaria e ermida e casa do Espirito Santo da vila da Lourinhã, ornamentos, propriedades, rendas, foros e tudo o mais que lhes pertencer datado de 1 Out 1586.

<sup>491</sup> Inscrição sobre o portal principal: “sa. esp<sup>ito</sup>” [Santo Espirito].

- Olivença;
- Palmela<sup>493</sup>;
- Pernes<sup>494</sup>;
- Salvaterra do Extremo;
- Santiago do Cacém;
- Tolosa<sup>495</sup>;
- Torres Vedras<sup>496</sup>;
- Turquel<sup>497</sup>;
- Vila Franca de Xira<sup>498</sup>;

---

<sup>492</sup> “Anno do nacymento de Nosso senhor Jesus Christo de myll e quinhentos e cynqoenta annos em dous dias do mes de Julho na vylla d’Obydos na Casa de Santo Espirito e capella da Mysericórdia”, Documento 1 – Óbidos, Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCMO/MIS/RAE/LIV01 – **Acórdãos e eleições** (1549 - 1603), fl. 28.

<sup>493</sup> “*Tem caza de Mizericórdia a qual tem sua origem [...] huma irmida intitulado do espirito santo a qual fundarão como albergaria [...] fazendo nella huma confraria da caridade [...]* continuando esta confraria the o anno de mil e quinhentos e vinte e nove e vendo os confrades que nesta villa não havia caza de Mizericórdia detriminarão fundalla na mesma irmida da caridade no mesmo anno”, ANTT, **Memórias Paroquiais, São Pedro, Palmela, Setúbal**, 1758, vol. 27, n.º 39a, pp. 240 - 241. Código de referência PT/TT/MPRQ/27/39a. [Acedido em Junho de 2011]. Acessível na internet <http://digitarq.dgarq.gov.pt>.

<sup>494</sup> “*Tem huma Mizericórdia que esta em huma ermida do Spirito Santo*”, ANTT, **Memórias Paroquiais, Pernes, Alcanede**, 1758, vol. 29, n.º 151, p. 1080. Código de referência PT/TT/MPRQ/29/151. [Acedido em Junho de 2011]. Acessível na internet <http://digitarq.dgarq.gov.pt>.

<sup>495</sup> “*Tem sua caza de Mizericórdia e da sua origem não pude descobrir noticia por antigua e o inimigo em tempo de guerra haver consumido os livros que antam havia [...]. Tem quatro jrmidas huma dentro da villa que he a dita Mizericórdia Caza do divino Espirito Sancto e tres fora*”, ANTT, **Memórias Paroquiais, Tolosa, Crato**, 1758, vol. 36, n.º 61, p. 551. Código de referência PT/TT/MPRQ/36/61. [Acedido em Junho de 2011]. Acessível na internet <http://digitarq.dgarq.gov.pt>.

<sup>496</sup> Cfr., alvará de D. Manuel de 26 Jul 1520 ordenando ao licenciado Jordão Botelho, juiz de fora da vila de Torres Vedras, que erigisse a irmandade da Misericórdia no hospital do Espírito Santo e que o anexasse à irmandade; documento referido em GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**. Lisboa: Livros Horizontes, 1998, p. 250 e no Arquivo da Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **Livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólios apresenta um resumo dos acórdãos “*modernos e antigos desta Santa Casa da Misericórdia*”, este alvará estaria no livro 1 dos acórdãos, fl. 3.

<sup>497</sup> A primeira eleição da mesa da Misericórdia de Turquel realizou-se na ermida do Espírito Santo participando a Câmara e o juiz e oficiais da confraria; C. 1647 os padres Ambrósio Guerra e Romão Guerra deixam duas moradas de casas junto à ermida do Espírito Santo para nelas se fazer a Misericórdia; em Nov 1648 realizam um contrato e escritura pública para que a ermida do Espírito Santo ficasse a pertencer e a ser a igreja da Misericórdia e estipula as obrigações e condições de gestão; cfr., ZAGALO, Francisco Baptista - **História da Misericórdia de Alcobaça**, p. 173.

<sup>498</sup> Cfr., traslado de alvará de anexação do hospital do Espírito Santo à Misericórdia, Arquivo da Misericórdia de Vila Franca de Xira, A/002 – **provisões e alvarás régios** (12 Fev 1563).

- Vila Verde dos Francos<sup>499</sup>;
- Vimieiro<sup>500</sup>.

O alvará de anexação do hospital do Espírito Santo à Misericórdia de Vila Franca de Xira datado de 1563 é muito esclarecedor quanto a este fenómeno e a uma possível relação entre os vários casos, indiciando um conhecimento mútuo dos acontecimentos ligados à instituição e gestão das várias Misericórdias, pelo menos a um nível regional, e que era utilizado como argumento para reclamar situação semelhante: “[...] e porque na dita villa ha hum ospital do spirito santo para agazalhar os pobres o qual he tao pobre que não tem de renda mais que athe dous mil reis [...] cuja admenistração he da camara da dita villa e porque elles fazem a dita caza de Mizericordia na igreja que foy do spirito samto que esta pegado com o dito ospital pedem a vossa alteza que para os pobres serem melhor agazalhados e com mais limpeza providas el ha por bem que a admenistração do dito ospital onde no dito provedor e irmaos e de maneira que a tem na villa de Castanheira, Azambuja, Benavente e outras muitas deste reyno”<sup>501</sup>.

A Misericórdia de Vila Franca começa por ocupar a capela do Espírito Santo que está junto ao hospital como o mesmo nome; sendo o hospital gerido pela câmara e tendo poucos recursos, a Misericórdia solicita a sua anexação. É

---

<sup>499</sup> “Licença para se levantar altar e nele se celebrar missa na Ermida do Espírito Santo sita na vila Verde dos Francos a petição dos mordomos da dita confraria” (18 Fev 1587), Arquivo do Patriarcado de Lisboa, Registo Geral, livro 702 – **livro de registo geral**, fl. 105; cópia setecentista no livro 704, fl. 267. Inédito.

<sup>500</sup> “tem o hospital, tem sua caza do sperito santo em que se canta missa cotodidamente com seu cappellam pera isso hordenado e onde se dizem todas as missas da confraria e dos defuntos que missas deicharam e esta caza he igreja e capella e sanchristia em que tem hum retavallo muito bom que a confraria comprou e esta na praça que tudo o hospital fes a sua custa [...]. Tem humas cazas d'albergaria e recolhimento dos pobres em que tem emfermarias e sam das portas adentro quatro cazas terreas e duas camaras e dentro destas cazas viue o hospitalleiro e tem seu quintal e estrebaria e palheiro; huma caza na rua direita com porta pera a dita rua que se manda meter com as mais pera emfermarias dos pobres e esta parte com cazas do hospital as asima e com cazas de Dominmgos Bras Carasco; uma caza do hospital em que faz sileyro de pam esta na paraça”, Arquivo da Misericórdia do Vimieiro, 4 – B/60 – **Tombo do hospital do Espírito Santo** (1715), fls. 123-123 v. Inédito.

<sup>501</sup> Traslado de alvará de anexação do hospital do Espírito Santo à Misericórdia, Arquivo da Misericórdia de Vila Franca de Xira, A/002 – **provisões e alvarás régios** (12 Fev 1563)

possível documentar situações semelhantes em outros locais<sup>502</sup>, assim como supor que tivesse acontecido em tantos outros.

As confrarias do Espírito Santo têm origem medieval<sup>503</sup>, por isso os edifícios promovidos por estas confrarias apresentam uma grande diversidade morfológica e estética. De igual modo, as intervenções posteriores das Misericórdias nestes espaços foi muito desigual. Em alguns casos os edifícios foram totalmente refeitos, não subsistindo qualquer elemento da primitiva construção – como aconteceu em Alcobaça, Arez, Bragança, Faro, Palmela, Pernes, Vila Franca de Xira (Anexo I [fichas] correspondentes). Inclusivamente um documento referente a Palmela esclarece que a construção primitiva “*por ser pequena se derribou e tornara a fazer de novo, acrescentando-se e fazendo-a maior*”<sup>504</sup>.

Noutros casos a intervenção foi menos profunda e subsistem vestígios estéticos das primitivas construções, em alguns casos anteriores à fundação das próprias Misericórdias. São os casos da capela gótica integrada no edifício do Alandroal; o arco triunfal de perfil quebrado, abóbada de nervuras da capela-mor e a inscrição com a data de 1511 na torre em Alpalhão; a inscrição no edifício do antigo hospital, a representação da pomba sobre as armas reais e esfera armilar que decoram o portal da igreja e parte do edifício contíguo na Azambuja; a inscrição e a figuração da pomba no campanário e um portal tardo-gótico em Évora de Alcobaça (Anexo I [fichas] – Évora de Alcobaça); o escudo sobre o portal, com a inscrição «sa.esp<sup>l</sup>to» em Maiorga; um portal tardo-gótico na Lourinhã.

---

<sup>502</sup> Cfr., notas de rodapé nos exemplos dados anteriormente.

<sup>503</sup> Sobre a origem, evolução e características das Confrarias do Espírito Santo e relação com as Misericórdias ver CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 322 – 325; Congresso sobre o Espírito Santo como fonte de irmandade, solidariedade e caridade, 2, Covilhã, Fundão, 1998 - **Espírito Santo e Misericórdia** Lisboa: Rei dos Livros, 2001; **Em nome do Espírito Santo: história de um culto**. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004.

<sup>504</sup> Cfr., FORTUNA, A. Matos - **Misericórdia de Palmela: vida e factos**. Lisboa: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990, p. 175.

Também a toponímia actual circundante ao edifício da Misericórdia constitui um vestígio relevante: são comuns os topónimos “Rua do Espírito Santo”, “Largo do Espírito Santo”<sup>505</sup>, por vezes conjugadas com “Travessa da Misericórdia”<sup>506</sup>.

Algumas Misericórdias no período inicial do seu funcionamento também se instalaram em hospitais e/ou capelas de hospitais preexistentes, que não estavam relacionados com confrarias do Espírito Santo. Foram os casos de Barcelos que ocupou o hospital de Sta. Maria, Estremoz o hospital de N. Sra. Mártires, Freixo de Espada à Cinta o hospital da vila, Moura o hospital da vila<sup>507</sup>, Santarém o hospital de Jesus Cristo/João Afonso e Serpa o hospital de N. Sra<sup>508</sup> (Anexo I [fichas] correspondentes), entre outros. E para os casos de Estremoz e Serpa também estes edifícios apresentam características arquitectónicas que os denunciam como construções preexistentes.

De igual modo, para além das capelas do Espírito Santo, as Misericórdias utilizaram outras igrejas<sup>509</sup>, capelas<sup>510</sup> e ermidas<sup>511</sup>, com diferentes oragos e tutelas. Em alguns casos estes edifícios foram remodelados e as confrarias

---

<sup>505</sup> Toponímia em Gáfete.

<sup>506</sup> Toponímia na Azambuja e em Vila Franca de Xira.

<sup>507</sup> Cfr. Alvará determinando que as penas cominadas em Moura pelo provedor dos hospitais da Contadoria da Beira revertam a favor da obra do hospital dessa vila, datado de 10 Fev 1504 e confirmado em 10 Mai 1532, cfr., PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 268 – 269.

<sup>508</sup> O hospital foi posteriormente anexado à Misericórdia: cfr., alvará do Infante D. Luís para que o hospital de N. Sra. da vila de Serpa se junte à Misericórdia (1556) (Arquivo Municipal de Serpa, fundo da Misericórdia de Serpa, doc. M/A 9 - **alvará**) e alvará do rei para que o hospital se anexe à Misericórdia (1569) (Arquivo Municipal de Serpa, fundo da Misericórdia de Serpa, doc. M/A 18 - **alvará**). Inéditos.

<sup>509</sup> As seguintes Misericórdias instalaram-se inicialmente em igrejas: Castelo Branco (igreja Rainha Sta. Isabel/Sto. António), Estremoz (igreja de S. Miguel), Mértola (igreja de Santa Maria do Campo), Setúbal (igreja de N. Sra. Socorro) (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>510</sup> As seguintes Misericórdias instalaram-se inicialmente em capelas: Cascais (capela de Sto. André); Penafiel (capela de Nossa Senhora das Dores), Portel (capela de S. Romão), Seda (capela de S. Bento administrada pela câmara) (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>511</sup> As seguintes Misericórdias instalaram-se inicialmente em ermidas: Alhos Vedros (ermida de N. Sra. Vitória); Almeida (ermida de S. João); Canha (ermida de S. Sebastião); Castelo de Vide (ermida de Sto. Amaro); Chancelaria (ermida de S. Sebastião); Constância (ermida de S. Sebastião), Mértola (ermida de Santiago), Montemor-o-Novo (ermida de Sto. António), Povos (ermida de Sta. Maria), Soalheira (N. Sra. Necessidades), Torres Novas (ermida dos Fiéis de Deus), Vila da Feira (ermida de S. Francisco) (Anexo I [fichas] correspondentes).



permaneceram nesse local, como aconteceu em Cascais, Castelo de Vide, Mértola, Portel, Seda e Torres Novas (Anexo I [fichas] correspondentes).

Um caso específico é o das Misericórdias que utilizaram, como local de funcionamento inicial, as igrejas paroquiais correspondentes à localidade onde se instituíam. As situações mais comuns foram a ocupação de uma capela ou de um espaço no interior dos edifícios, articulando-se com a função de sede de paróquia<sup>512</sup>, e mais raramente ocuparam a totalidade do edifício.

Em Aveiro especificamente, a Misericórdia foi fundada na capela de Santo Ildefonso, no interior da matriz de S. Miguel, actualmente desaparecida, e onde permaneceu até 1609, data em que se mudou para o novo edifício, apesar deste ainda não estar concluído<sup>513</sup>.

Num fenómeno quase circunscrito ao actual distrito da Guarda, as Misericórdias de Alfaiates, Castelo Mendo, Celorico da Beira, Linhares da Beira<sup>514</sup>, Sabugal e Sortelha, ocuparam antigas igrejas paroquiais, onde permaneceram e que reformularam arquitectónica e decorativamente, abdicando da realização de uma construção da raiz. Fora desta região o fenómeno verificou-se também em Albufeira (igreja da Alcáçova) e Melgaço (igreja de Sta. Maria do Campo).

Relativamente à ocupação desta tipologia de edifícios, as igrejas matrizes, houve duas evoluções distintas. Na maioria dos casos estes locais foram abandonados, em consequência da edificação de uma construção de raiz, e

---

<sup>512</sup> As seguintes Misericórdias instalaram-se inicialmente em igrejas paroquiais: Albufeira (igreja de Sta. Maria da Alcáçova), Alfaiates (igreja matriz de S. João), Aljezur (igreja matriz), Beja (igreja paroquial de Sta. Maria da Feira), Castelo Mendo (igreja matriz), Celorico da Beira (igreja paroquial de Sto. André), Chamusca (igreja matriz de S. Brás), Coimbra (igreja matriz de S. Tiago), Coruche (igreja matriz de S. Pedro), Esposende (igreja matriz), Mértola (igreja matriz), Montargil (igreja matriz), Mora (igreja matriz de N. Sra. Graça), Linhares da Beira (Igreja paroquial de Sto. Isidoro), Olivença (igreja de Sta. Maria do Castelo), Portalegre (igreja paroquial de S. João Baptista), Sabugal (igreja paroquial de S. Miguel), Sortelha (igreja matriz de S. João), Torres Novas (igreja de Sta. Maria da Alcáçova), Viana do Castelo (igreja matriz), Vila da Feira (igreja paroquial de S. Nicolau) (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>513</sup> NEVES, Amaro - **A Misericórdia de Aveiro nos séculos XVI e XVII : A Mayor do mundo, pois o he do reyno**. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998, pp. 85 e 133.

<sup>514</sup> A Misericórdia de Linhares da Beira ocupou a igreja paroquial de Sto. Isidoro, construída no século XIV e extinta em 1562, unindo-se por autoridade eclesiástica à outra igreja paroquial dedicada a Sta. Maria sendo cedida à Misericórdia instituída em 1566 (cfr., MOREIRA, Maria Conceição - **Linhares: aspectos históricos**. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1980, p. 36).

em situações mais raras verificou-se uma utilização prolongada destes edifícios. Esta situação coincidiu com a cedência da totalidade do edifício, e não apenas de espaço como acontecia no caso anterior, e correspondeu a igrejas que ficaram libertas pela extinção das paróquias de que eram sede, nomeadamente nos exemplos já referido para o distrito da Guarda.

A ocupação de igrejas matrizes aconteceu também com outro contexto: em Coruche, Freixo de Espada à Cinta<sup>515</sup> e Torres Novas, as respectivas igrejas paroquiais serviram de sede às Misericórdias enquanto as obras nas suas igrejas não foram concluídas. Nos casos de Coruche e Torres Novas as confrarias vinham de outros edifícios preexistentes, a Casa de N. Sra. Purificação e a ermida dos Fiéis de Deus respectivamente.

Uma das principais fontes para acompanharmos esta evolução são os acórdãos realizados em reunião dos oficiais. No caso de Coruche a documentação dá-nos informação muito importante e reveladora: de 1558 a 1564 o local da reunião era a Casa de N. Sra. Purificação<sup>516</sup> ou a casa da confraria de N. Sra. Purificação<sup>517</sup>. Desde a eleição de Julho 1576 até Julho 1584 o local indicado é a “*casa do bem aaventurado sao pedro que ora serve da Misericórdia*”<sup>518</sup> e a partir de 3 Julho 1584 os irmãos passam a reunir “*na dita misericórdia noua na meza dela*”<sup>519</sup> (Anexo I [fichas] - Coruche).

Nestes edifícios preexistentes existiam, devido à sua natureza, um espaço de culto para a celebração dos ofícios divinos, mas também outros locais onde se asseguravam as restantes funções das Misericórdias, como a casa do despacho para reunião os oficiais<sup>520</sup>. Por vezes a ocupação do edifício

<sup>515</sup> Os livros de acórdão das reuniões dos oficias referem que estas decorriam na matriz “*por a casa da Misericórdia [...] estar pejada com obras que mandaram fazer*”, cfr., PINTADO, Francisco António – **Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta**, p. 83.

<sup>516</sup> Arquivo da Misericórdia de Coruche, maço 8, livro 1 – **Eleições da mesa**, fl. [1]. Inédito.

<sup>517</sup> Arquivo da Misericórdia de Coruche, maço 8, livro 1 – **Eleições da mesa**, fl. 15. Inédito.

<sup>518</sup> Arquivo da Misericórdia de Coruche, maço 8, livro 1 – **Eleições da mesa**, s/fl. Inédito.

<sup>519</sup> Arquivo da Misericórdia de Coruche, maço 8, livro 1 – **Eleições da mesa**, s/fl. Inédito.

<sup>520</sup> A documentação de Benavente e Évora referem a existência de local para reunião dos oficiais nos primitivos locais de instalação das Misericórdias. Cfr., AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**, p. 93 e Arquivo Distrital de Évora, fundo da Misericórdia de Évora, Códice 1 – **Acórdãos** (1531 - 1635), fl. 16 v.; GUSMÃO, Armando - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora**. Évora: [s. n.], 1958 –

preexistente era acompanhada pela alteração do uso dos espaços que o compunham. A descrição do hospital do Espírito Santo em Benavente refere esta questão: “*outra casa sobradada do lado do sul, onde dormiam os religiosos forasteiros: era uma albergaria que mais tarde serviu de nela fazerem mesa o provedor e irmandade da Misericórdia*”<sup>521</sup>.

Por último destacar os casos em que as Misericórdias se instalaram em casas particulares (Canha, Montemor-o-Velho, Montijo, Vila Nova de Cerveira (?)), antigas Casas da Câmara (Arronches, Tavira) e em edifícios civis com outras funcionalidades (Alverca).

Para Canha temos uma referência documental de 1622 que regista a doação de Francisco Fernandes de umas casas na vila de Canha “*para nelas se fazer casa de misericórdia*”<sup>522</sup>. Também em Montemor-o-Novo, Rui Mendes Gago e a sua mulher deixam um legado à confraria que incluía várias propriedades e a casa de residência, onde após o falecimento de ambos, deveria ser construída a sede da confraria<sup>523</sup>. No entanto, o caso mais curioso é o do Montijo, em que a casa particular de Nuno Alvares Pereira, serviu de sede e espaço de culto da Misericórdia; em 1572 foi expedida pelo arcebispo de Lisboa uma carta de licença para, numa sala das casas de Nuno Alvares, se levantar altar, dizer missa e ordenar a confraria da Misericórdia<sup>524</sup> (Anexo I [fichas] - Montijo).

No caso dos edifícios de antigas Casas da Câmara, estes foram cedidos às confrarias após o seu abandono, por construção de novos edifícios para sede

1969. 1, pp. 111 - 112; MENDES, Isilda - **O património da Misericórdia de Évora**. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese de Mestrado. 1, p. 88.

<sup>521</sup> AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**, p. 93.

<sup>522</sup> Arquivo da Misericórdia de Canha, **tombo** (1656), fls. 59 v. – 60, transcrito em CORREIA, Francisco - **A Santa Casa da Misericórdia de Canha através dos tempos : 1622 - 2008**. Canha: Santa Casa da Misericórdia de Canha, 2008, p. 89.

<sup>523</sup> ANDRADE, António Alberto Banha - **Subsídios para a história da arte no Alentejo, reconstrução da matriz e construção das igrejas do hospital velho e da Misericórdia de Montemor-o-Novo com o roteiro da arte gótica e manuelina do concelho**. Lisboa: Edição do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e da Academia Portuguesa da História, 1980. (col. Cadernos de História de Montemor-o-Novo), p. 25 e **A Misericórdia de Montemor-o-Novo: História e Património**. Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, Tribuna da História, 2008.

<sup>524</sup> Arquivo do Patriarcado de Lisboa, Registo Geral, livro 703 – **livro de registo**, fl. 128 – 128 v. Inédito.

do município. Foi o que aconteceu em Tavira que inicialmente se instalou numa capela do Convento de S. Francisco onde terá permanecido alguns anos e cerca 1498 - 1505 mudou-se para o hospital do Espírito Santo; neste local esteve até à conclusão da construção de raiz que terminou em 1551. No entanto, em 1522 a Misericórdia faz um acordo com a Câmara para “*darem a dita cassa da Camara e audiencia pera a Sancta Misericordia, tamto tamto [sic] que se acabase a outra [...] e que a Sancta Misericordia lamçase mão dela e fizese dela o que quisesse como cousa sua*”. Este acordo foi feito a pedido do rei e “*porquamto [a Misericórdia] nam tinha casa e era guasto em alugar casas como alugava*”<sup>525</sup> e foi confirmado por carta régia de 6 de Agosto de 1524 (Anexo I [fichas] - Tavira).

De igual modo, em Arronches a Misericórdia vai ocupar, por doação de D. João III, as antigas casas da audiência para aí instalar a capela e Casa da Misericórdia, pois a casa onde funcionava estava muito velha<sup>526</sup> (Anexo I [fichas] - Arronches).

O caso de Alverca é também muito interessante. Cerca de 1583, D. Solana Teixeira deixa no seu testamento umas “*suas cazas em que estavam os presos para Mizericordia e dezoyto mil reis para huma bandeyra, fazendosse a obra em dez annos*”; a Misericórdia acabou por ser instituída mas não nas casas deixadas pela defunta “*mas em outras que lhes derão por ellas mais acomodadas para a ditta obra*”<sup>527</sup> (Anexo I [fichas] - Alverca).

V. Em muitos dos casos que foram referidos, a circunstância de ocupar um edifício preexistente vai originar um processo formal para a posse do edifício. Alguns documentos deixam transparecer este processo que era desencadeado

<sup>525</sup> Carta régia transcrita em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 167 - 168.

<sup>526</sup> Cfr., ANTT, Chancelaria de D. João III, livro 24, fl. 198, referido em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 134.

<sup>527</sup> Cfr., Livro do compromisso da Misericórdia com as confirmações e reformas transcrito parcialmente na Memória Paroquial de Alverca, ANTT, **Memórias Paroquiais, Alverca, Torres Vedras**, 1758, vol. 3, n.º 43, pp. 333 - 334. Código de referência PT/TT/MPRQ/3/43. [Acedido em Junho de 2011]. Acessível na internet <http://digitarq.dgarq.gov.pt>

por um pedido, petição/súplica, do provedor e irmão da Misericórdia dirigido ao proprietário/responsável pelo edifício e a respectiva resposta.

Destacamos os casos de Abrantes: em 1529 o provedor e os irmãos da Misericórdia pedem ao Infante D. Luís, na qualidade de grão-prior de Ordem de S. João de Jerusalém, para lhes dar a Igreja de S. Julião<sup>528</sup> (Anexo I [fichas] - Abrantes); o de Elvas: em 1515 (20 Jan) a Misericórdia obtém resposta de D. Jorge, mestre de Santiago e Avis, com autorização a um pedido para ocuparem uma igreja pertencente à ordem<sup>529</sup> (Anexo I [fichas] - Elvas); e o de Mértola que ocupou a ermida de Santiago, e que segundo a Visitação de 1565 "*se fizera esta casa da mysericórdia na dicta Jrmyda com Licença de Sua Alteza*"<sup>530</sup> e as Memórias Paroquiais de 1758 referem que "*alcansarem estes moradores licença do Senhor Gram Mestre para ficar Caza da Mizericórdia a qual licença lhe dera com efeito [...]*"<sup>531</sup> (Anexo I [fichas] - Mértola).

Valerá ainda a pena transcrever um pequeno excerto de um documento relativo a Benavente com uma resposta à Misericórdia e que confirma este procedimento: "*que se ordene a dita mizericórdia e confraria dela na dita casa do santo esprito como hora tem sopricado*"<sup>532</sup> (Anexo I [fichas] - Benavente).

Um pouco mais complexo foi o que sucedeu em Torres Novas, em 1538 a posse da ermida dos Fiéis de Deus, doada de D. Jaime de Lencastre e pertencente à matriz de S. Pedro, concretizou-se por meio de um contrato celebrado pelo tabelião João Soares. Pelo contrato a Misericórdia ficava

<sup>528</sup> Cfr., MORATO, Manuel António, MOTA, João Valentim Fonseca - **Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes**. 3ª ed. [S. l.]: Câmara Municipal de Abrantes, 2002, p. 121.

<sup>529</sup> Cfr., Documento transcrito em GAMA, Eurico - **A Santa Casa da Misericórdia de Elvas**. [S. l.]: Misericórdia de Elvas, 1954, pp. 258-259.

<sup>530</sup> Cfr., transcrição em BOIÇA, Joaquim - **Topografia histórica de Mértola. As ocupações funcionais do terreiro junto à Porta da Ribeira, da época medieval à contemporânea: Capela de Santiago – Igreja da Misericórdia – espaço Museológico**. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 3, (1993), p. 55.

<sup>531</sup> Memórias ANTT, **Memórias Paroquiais, Mértola, Ourique**, 1758, vol. 23, n.º 129, pp. 805 - 806.

<sup>532</sup> Cfr., **Livro dos acordos e regimento do Senhor Santo Espirito desta vila de Benavente o qual mandou fazer Francisco Gonçalvez cavaleiro e procurador dos hospitais e capelas do almoxarifado de Setúbal** (1527 - 1564), fl. 218, pertencente à Misericórdia de Benavente mas que não foi possível localizar no arquivo da Misericórdia; está parcialmente transcrito em AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**, pp. 111-112.

obrigada a pagar à Igreja matriz um foro de 100 reis a 2 Julho de cada ano<sup>533</sup>; situação semelhante aconteceu em Turquel<sup>534</sup>.

Foram vários os motivos e motivações para a ocupação destes espaços preexistentes. Para além dos que podemos intuir de forma generalista, e que já referimos, a documentação dá-nos informações mais concretas.

O principal motivo indicado é a não existência de capela ou casa própria e até a sua construção. Esta referência aparece para Viana do Castelo: “*aos ij dias do mes de julho de jbxiiij a[nnos] na jgreja principall desta villa de Vyana ante a capella do espirito sancto por non ter capella ordenada [...]*”<sup>535</sup>; e Palmela: “[...] *na outra casa térrea [do hospital do Espírito Santo] em que se acolhia a espitaleira está ora a capela da misericórdia enquanto não se faz casa para ela*”<sup>536</sup>.

Para além desta principal e óbvia motivação, poderiam existir outras, nomeadamente, para a escolha de um espaço determinado e que estavam relacionadas com as suas características: comodidade, o facto de não ter uso atribuído, a pertença a uma instituição relacionada com a Misericórdia, entre outras.

Destacamos, respectivamente os casos de Canha: “*Manuel Rodrigues Penalva [...] ordenou huma irmandade da Misericórdia em huma hermidã da invocação de São sebastião, sita na dita villa por não haver té o tal tempo Caza da Misericórdia nem haver outra igreja mais acomodada pera nella se instituir a dita irmandade [...]*”<sup>537</sup>; e de Abrantes que pediu a doação da igreja da S. Julião

<sup>533</sup> GREGÓRIO, Paulo Renato Ermitão - **A Igreja da Misericórdia de Torres Novas: estudo monográfico (1572 - 1700)**. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2005, p. 38.

<sup>534</sup> Em Nov 1648 é realizado um contrato e escritura pública para que a ermida do Espírito Santo ficasse a pertencer e a ser igreja da Misericórdia, estipulando as obrigações e condições de gestão; cfr., ZAGALO, Francisco Baptista - **História da Misericórdia de Alcobaça**, p. 173.

<sup>535</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo, fundo da Misericórdia de Viana do Castelo, 3.22.1.cx. 1-1 - **Receita e despesa** (1523 - 1524), fl. 1. Inédito.

<sup>536</sup> Cfr., FORTUNA, A. Matos - **Misericórdia de Palmela: vida e factos**, p. 74, citando o documento das Visitações da Ordem de Santiago (1534) publicado em **Documentos para a História da Arte em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 11, p. 51.

<sup>537</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdia de Canha, **Tombo** (1656), fl. 149 – 149 v. transcrito em CORREIA, Francisco - **A Santa Casa da Misericórdia de Canha através dos tempos: 1622 - 2008**, p. 15; algumas notas artísticas em CORREIA, Francisco - **A Santa Casa da Misericórdia de Canha através dos tempos: 1622 - 2008**, pp. 19 – 29.

*“para nella fazerem caza por ser do Hospital e caza em que estauaõ e como naõ uzaçem da dita Igreja de S. Julliaõ foraoçe deichando ficar na mesma caza do Hospital [...]”*<sup>538</sup>.

A questão do edifício ocupado pela Misericórdia não ter uso atribuído na época em que é ocupado pela confraria foi, como já referimos, uma importante razão para a atribuição destes edifícios às Misericórdias e como vimos vai condicionar a realidade arquitectónica dessas confrarias até à actualidade. A licença de utilização da antiga igreja paroquial de Sto. André concedida pelo Conde de Portalegre, D. Álvaro da Silva, em 1578 à Misericórdia de Celorico da Beira, refere: *“[...] ei por bem e mepraz como Padroeiro que sou da Igreja de Santo André da dita Villa que foi parochia e se extinguiu [...] que os ditos Provedor e Irmãos possam haver licença ordinaria ou Apostolica para na dita Igreja de Sto. André terem a sua Confraria e Irmandade da Misericórdia obrigandose a fabricar a dita igreja [...] porque não venha por injuria dos tempos a arruinar e converterse em usos illicitos, o que o Sagrado Concílio muito encomenda que se preveja [...]”*<sup>539</sup>. Esta argumentação revela as preocupações próprias de uma época, a necessidade de assegurar o uso digno dos espaços sagrados, e poderá ter servido de base, ainda que meramente ideológica, à atribuição de outras antigas igrejas paroquiais às Misericórdias.

Existiam também outro tipo de contrapartidas para o uso do espaço. A Memória Paroquial de Seda explicita bem esta questão: *“tem Caza de Mizericordia instituida [...] por graça e merçe do Senhor Rey D. Joao como grao Mestre e Governador da ordem de S. Bento de Avis [...] na qual se concedeo que os bens de huma capella que havia na dita villa do gloriozo São Bento [...] dahi em diante ficassem os seus rendimentos pera a dita Miziricordia ficando esta obrigada [...] a proverem a dita Capella de todo o seu necessario”*<sup>540</sup>.

<sup>538</sup> Documento do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Abrantes, redigido por José Bernardes Delgado, escrivão da Misericórdia, datado de 1750, procurando fazer a história da Misericórdia, transcrito em MORATO, Manuel António, MOTA, João Valentim Fonseca - **Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes**, p. 121.

<sup>539</sup> Documento transcrito em OLIVEIRA, Manuel Ramos - **Celorico da Beira através da História e da Tradição**. Leiria: Tipografia Lis, 1997.

<sup>540</sup> ANTT, **Memórias Paroquiais, Seda, Avis**, 1758, vol. 34, n.º 97, p. 765. Código de referência PT/TT/MPRQ/34/97. [Acedido em Junho de 2011]. Acessível na internet

VI. A ocupação de edifícios preexistentes pelas Misericórdias após a sua fundação, foi na maioria das vezes temporária e transitória. E como já foi referido, está seguramente relacionada com a celeridade com que as confrarias queriam iniciar a sua actividade conjugada com a falta de meios financeiros e tempo necessário para que uma construção de raiz pudesse acontecer. No entanto, durante a centúria de quinhentos a grande maioria das Misericórdias construíram edifícios próprios, com o objectivo de acolher a sua actividade assistencial.

A existência de um espaço de culto e sede próprios garantiam às Misericórdias, instituição essencialmente laica, a autonomia face aos poderes religiosos e temporais e alguma visibilidade social. Para Ivo Carneiro de Sousa a existência de um espaço de culto próprio está também relacionada com uma tentativa de evitar “conflitos com as igrejas paroquiais e oferecendo-se uma apropriação particular mais intensa e controlada de fundações e legados pios”, importantes fontes de receitas para as Misericórdias<sup>541</sup>.

O tempo que medeia entre a fundação da confraria, com instalação em edifício preexistente, e a mudança para o edifício construído de raiz, foi muito variável. No entender de Rafael Moreira, este tempo foi dedicado “a acumular os meios financeiros e a decidir as grandes opções arquitectónicas e urbanas”<sup>542</sup>. Por exemplo a Misericórdia do Porto esteve na capela do claustro velho de Sé mais de cinquenta anos, de 1502 a 1559<sup>543</sup>, quando se mudou para o novo edifício na R. Flores, embora este ainda não estivesse concluído (Anexo I [fichas] - Porto). Também em Lisboa a Misericórdia esteve na Sé mais de trinta anos, de 1498 a 1534, data da mudança para o novo edifício, também construído de raiz próximo do Terreiro do Paço.

---

<http://digitalq.dgarq.gov.pt>. A carta régia de 1543 está transcrita em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 188.

<sup>541</sup> SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 142-143.

<sup>542</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 144.

<sup>543</sup> Até 1502 a Misericórdia do Porto não teve “*lugar certo nesta cidade*”. Cfr., GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, pp. 275-276.



Como já referimos a ocupação de edifícios preexistentes evolui em dois caminhos diferentes. Por um lado o abandono destes espaços após a construção de um edifício próprio e por outro a permanência neste espaço acompanhada por campanhas de remodelação arquitectónica e/ou decorativa. A alteração mais comum nos primeiros anos de ocupação foi a edificação de altares. Existem registos para Palmela (1530)<sup>544</sup> e para Freixo de Espada à Cinta, de que subsiste uma licença do arcebispo de Braga que refere que “o provedor e oficiães da comfraria da misericórdia da villa de freixo despadacinta deste arçebispado nos mamdaram dizer que eles fizeram no espitall da dita villa sua capela da misericórdia e tinham feito nela hum altar pera nele se dizer missa e celebrar hos officios divinos”<sup>545</sup> (Anexo I [fichas] – Freixo e Palmela).

Com o passar dos anos as intervenções no espaço arquitectónico vão sendo cada vez mais profundas. Alguns edifícios foram completamente reconstruídos, de acordo com os vestígios materiais e documentais existentes<sup>546</sup>; outros sofreram remodelações arquitectónicas, decorativas e funcionais parciais, para os adequar à sua nova finalidade e que na actualidade mantêm alguns elementos da primitiva construção preexistente ocupada pela Misericórdia<sup>547</sup>. Aos exemplos já dados para as confrarias do Espírito Santo<sup>548</sup> acrescentamos outros de outras tipologias arquitectónicas, tais como as capelas de estrutura românico-gótica de Alfaiates, Castelo Mendo, Celorico da Beira, Linhares da Beira, Sabugal, Sortelha, Melgaço e a gótica de Albufeira (Anexo II [tabelas] – tabela 7). E ainda Cascais, instalada na capela de Sto. André, que

<sup>544</sup> Cfr., FORTUNA, A. Matos - **Misericórdia de Palmela: vida e factos**, pp. 74 e 175, citando uma provisão do Cardeal D. Afonso de 1530, que reproduz em fac-simile na p. 286.

<sup>545</sup> FREITAS, Eugénio Andrea Cunha – **Os retábulos da Igreja da Misericórdia de Freixo de Espada-Cinta**. MVSEV. Porto: II Serie, 9, (1965), pp. 5-6 [11]. Segundo o autor este documento encontrava-se no Arquivo da Misericórdia de Freixo, **Livro dos prazos**, fl. 94.

<sup>546</sup> Alguns edifícios completamente alterados foram as capelas do Espírito Santo ocupadas pelas Misericórdias de Alcobaça, Arez, Bragança, Faro, Palmela, Pernes, Vila Franca de Xira. Inclusivamente um documento referente a Palmela esclarece que a construção primitiva “*por ser pequena se derribou e tornara a fazer de novo, acrescentando-se e fazendo-a maior*” (Cfr., FORTUNA, A. Matos - **Misericórdia de Palmela: vida e factos**, p. 175).

<sup>547</sup> Ver cap. III. 2.2 Tipologias das igrejas pré-existentes

<sup>548</sup> Capelas do Espírito Santo ocupadas por Misericórdias mas que mantêm algum elemento arquitectónico do edifício primitivo: Alandroal, Alpalhão, Azambuja, Évora de Alcobaça, Lourinhã, Maiorga.

corresponderá à sacristia da actual igreja<sup>549</sup> e Portel que ocupou a capela de S. Romão e deste edifício do século XIV<sup>550</sup> subsiste na construção actual, o arranque de uma abóbada de nervuras e uma fresta por detrás de um dos altares laterais (Anexo I [fichas] - Portel). Ou seja, o percurso seguido pelas Misericórdias deixa marca na arquitectura e esta deixa transparecer esse mesmo percurso e as diferentes opções.

Noutros exemplos os elementos primitivos desapareceram. É o caso da Misericórdia de Abrantes que ocupou a Igreja de S. Julião “*e junto della fundaraõ a Igreja que tudo se foy ampliando com grandeza que exziste*”<sup>551</sup>. À campanha de obras do século XVI deve-se ter sucedido outra no século XVIII que lhe atribui a configuração actual<sup>552</sup> (Anexo I [fichas] - Abrantes).

Um dos edifícios que teve mais alterações, dos que acabaram por ser abandonados, foi a capela contígua ao Convento de S. Francisco onde se instalou a Misericórdia de Évora (Anexo I [fichas] - Évora). Em 27 Agosto 1500 um alvará autoriza Álvaro Velho a despender até 8 mil reis no conserto da casa de Nossa Senhora da Misericórdia<sup>553</sup>; a 6 Dezembro 1537 obtêm licença para celebrar missa “*no altar da casa da Misericordia de Évora que se hora accrecentou*”<sup>554</sup>; em 9 Abril 1538, um alvará do Cardeal Infante dá licença para se fazerem dois altares, “[...] *hum na capella nova que hora se fez e outro no corpo da egreja a um lado della no vão de uma porta que hi estava*”<sup>555</sup>. Das obras de remodelação é significativo o portal com um anjo e filacteria com a inscrição: «AVE SENHORA MISERICORDIA», uma intervenção que particulariza o edifício evidenciando para o exterior o seu detentor, numa opção

<sup>549</sup> GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, p. 240.

<sup>550</sup> PAGARÁ, Ana, MARTINS, Cláudia – **Igreja da Misericórdia/Capela de S. Romão Abade**. SIPA n.º PT040709050035. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2001. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>551</sup> Documento da Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Abrantes, redigido por José Bernardes Delgado, escrivão da Misericórdia, datado de 1750, procurando fazer a história da Misericórdia, transcrito em MORATO, Manuel António, MOTA, João Valentim Fonseca - **Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes**, p. 121

<sup>552</sup> Ver Anexo I [fichas] - Abrantes.

<sup>553</sup> NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Évora**. SIPA n.º PT040705210062. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2002. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>554</sup> Alvará transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 45.

<sup>555</sup> Alvará transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 46.

que vai ser muito comum nos edifícios das Misericórdias construídos no século XVI, quer sob a forma de inscrições quer de iconografia<sup>556</sup>.

No contexto da ocupação de espaços preexistente por Misericórdias o caso de Beja é uma excepção, quer pelo local ocupado quer pelo que o motivou (Anexo I [fichas] - Beja). Esta confraria esteve inicialmente instalada na Igreja matriz de Sta. Maria da Feira e vai ocupar um edifício construído para outra funcionalidade – o açougue da cidade. Uma carta do infante D. Luís de 1550 formaliza a doação do edifício do açougue à Misericórdia referindo: *“Eu mandei fazer a obra dos açougues d’essa cidade [...] a qual que quiz Nosso Senhor que saísse ella tão lustrosa que fosse mal empregada em officio baixo, mas que se dedicasse a serviço seu [...] como é minha tenção [...] que se mude ali a casa da confraria da Misericórdia d’essa cidade”*<sup>557</sup>. Este excerto esclarece o contexto da ocupação de um edifício preexistente, e com funcionalidade distinta, pela confraria da Misericórdia de Beja: uma obra encomendada por D. Luís, duque de Beja, e pelo próprio doada à Misericórdia, por ser uma construção notável, o seu uso deveria ter dignidade correspondente. No entanto, o edifício para poder servir a sua nova funcionalidade teve que sofrer obras de remodelação que decorreram entre 1550 e 1553 e que lhe deram uma configuração bastante distinta: as arcarias foram fechadas, foram colocados vãos no seu interior, foi acrescentada uma nave e foi erguido um campanário<sup>558</sup>.

VII. Após estas considerações sobre o primeiro momento de ocupação de espaços preexistentes pelas Misericórdias, não podemos deixar de referir, ainda que sumariamente, por estar fora do âmbito do nosso estudo, o segundo momento deste fenómeno. Como já foi referido apresenta cronologia e motivações distintas, mas têm igual repercussão no património arquitectónico

<sup>556</sup> Ver cap. IV. 3.3 Fachada principal e portal.

<sup>557</sup> Carta enviada pelo Infante D. Luís à Câmara de Beja (17 Mai 1550) transcrita em GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, pp. 97-98.

<sup>558</sup> Cfr., Anexo I [fichas] - Beja onde se incluem fotografias do edifício antes das obras de restauro que o deixaram com aparência que teria inicialmente quando concebido para açougue.

das Misericórdias, nos seus vestígios materiais actuais e no que se poderá definir como a relação das Misericórdias com a arquitectura.

Este segundo momento, que podemos situar a partir da década de trinta do século XIX, e que se estende até às primeiras décadas do século XX, está relacionado com a extinção das Ordens Religiosas e as reformas do liberalismo e da implantação da República. No entanto, o mais significativo foi sem dúvida o que desencadeou a extinção das Ordens Religiosas em 1834; ou seja, a libertação de edifícios de grandes dimensões, que foram solicitados por várias Misericórdias para instalação dos seus serviços de assistência, gerando uma nova dinâmica de reocupação de espaços preexistentes e de funcionalidade distinta da inicial.

Este fenómeno foi antecedido temporalmente por caso, semelhante e divergente simultaneamente. Referimos à transferência da Misericórdia de Lisboa para a Casa Professa da Companhia de Jesus<sup>559</sup>. O terramoto de 1755 e a destruição de parte significativa do edifício da Misericórdia junto ao Terreiro do Paço e a expulsão dos Jesuítas em 1759 precipitaram este acontecimento. Uma carta régia de 1768 informa o Cardeal Patriarca de Lisboa da doação da Casa Professa de São Roque à Misericórdia, contextualizando-a e justificando-a: *“e porque pela dita expulsão e perpetua desnaturalização dos sobre ditos regulares ficou vago o Edifício que antes foi casa Professa de São Roque com a igreja a ella accessoria para o meu fisico e Camara Real conforme a direitos para Eu delle e della dispor como de bens vacantes e lhe dar qualquer applicação pia que me parecesse maior serviço de Deos e nenhuma poderia ser mais meritoria e agradavel ao mesmo senhor do que a doação que fiz da mesma Casa e Igreja á Misericórdia da cidade de Lisboa para o seu estabelecimento e decente accomodação do Recolhimento das orfãs e menimos expostos por carta da data desta; e me pareceo participar vos tudo o referido para que nesta conformidade façais expedir as ordens que necessarias forem ao fim de se entregar a dita Casa e igreja á pessoa ou pessoas*

---

<sup>559</sup> Sobre a Companhia de Jesus e a Casa Professa de S. Roque ver AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000 – 2001; AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - **História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000 – 2002; RODRIGUES, Maria João Madeira, - **Arquitectura: Igreja e Casa Professa de São Roque** Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1988.

*nomeadas pela meza da mesma Misericórdia para este efeito*<sup>560</sup>. A carta régia de doação é de Fevereiro tendo-se realizado a mudança a 1 de Julho com grande solenidade<sup>561</sup>.

É interessante notar que em alguns casos as igrejas e Casas Profetas da Companhia de Jesus também foram utilizadas para instalação de Catedrais, como aconteceu em Bragança, Coimbra e Santarém.

Num movimento que não conhece geografia específica, várias Misericórdias vão ocupar, por compra, troca ou doação, igrejas e casas conventuais que no contexto da extinção das Ordens Religiosas, vão sendo abandonadas, ficando devolutas e perdendo a sua funcionalidade inicial; valerá a pena identificá-las (Anexo I [fichas] correspondentes):

- Aldeia Galega: Convento de Santo António de Charnais/ordem de S. Francisco – Capuchos (1838)<sup>562</sup>;
- Alenquer: Convento de S. Francisco/ordem de S. Francisco (1863)<sup>563</sup>;
- Barcelos: convento de São Francisco/ordem de S. Francisco – Capuchos (1836)<sup>564</sup>;
- Cantanhede: convento de N. Sra. Conceição/ordem de S. Francisco – Capuchos (1891)<sup>565</sup>;

---

<sup>560</sup> Arquivo Histórico do Patriarcado Lisboa, cx. 6, doc. 15 - **Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca comunicando a doação da Casa Profeta de S. Roque e sua igreja outrora pertencente aos Jesuítas, à Misericórdia de Lisboa** (1768).

<sup>561</sup> Descrição da cerimónia de transferência da Misericórdia de Lisboa para S. Roque em RIBEIRO, Victor - **A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história**. Lisboa: Academia de Ciências, 1998, p. 121.

<sup>562</sup> VALE, Teresa, FERREIRA, Maria, COSTA, Sandra – **Convento de Santo António de Charmais**. SIPA n.º PT031101020046. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>563</sup> NOÉ, Paula [et al.] – **Convento de São Francisco**. SIPA n.º PT031101110026. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1992, 1999, 2001, 2004. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>564</sup> DINIS, António, PEREIRA, Ana – **Antigo convento de São Francisco/ Igreja da Misericórdia de Barcelos/ Hospital de Santa Maria Maior de Barcelos**. SIPA n.º PT010302140070. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>565</sup> JESUS, Francisco, NOÉ, Paula – **Igreja do antigo convento de Nossa Senhora da Conceição/ Igreja da Misericórdia de Cantanhede**. SIPA n.º PT020602040021. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1999, 2004. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

- Castelo Branco: convento da Graça/ordem dos Eremitas de Sto. Agostinho (1835)<sup>566</sup>;
- Castelo de Vide: convento de N. Sra. Vitória/ordem Hospitalários de S. João de Deus (1855)<sup>567</sup>;
- Coimbra: colégio novo/colégio da Sapiência/ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (1841 - 1843)<sup>568</sup>;
- Crato: convento de Sto. António/ordem de S. Francisco – província dos Algarves (século XIX)<sup>569</sup>;
- Cuba: convento de N. Sra. Carmo/ordem das Carmelitas (século XIX)<sup>570</sup>;
- Guimarães: convento de Sto. António dos Capuchos//ordem de S. Francisco – Capuchos (1842)<sup>571</sup>;
- Estremoz: convento das Maltesas/ordem de S. João de Malta (1881)<sup>572</sup>;
- Figueira da Foz: convento de Sto. António/ordem de S. Francisco (1839)<sup>573</sup>;

<sup>566</sup> Cfr., CASTRO, Luís – **Convento da Graça/Igreja da Misericórdia de Castelo Branco**. SIPA n.º PT020502050045. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>567</sup> GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, p. 265. MANTAS, Helena, GAMA, Marta – **Antigo convento de Nossa Senhora da Vitória dos Hospitalários de S. João de Deus/Centro de Saúde de Castelo de Vide**. SIPA n.º PT041205040053. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>568</sup> BONIFÁCIO, Horácio, NOÉ, Paula – **Misericórdia de Coimbra/Colégio Novo/Colégio da Sapiência/Colégio de Santo Agostinho**. SIPA n.º PT020603020016. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1991, 2003. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>569</sup> MANTAS, Helena, GONÇALVES, Susana – **Convento de Santo António/igreja e hospital da Misericórdia do Crato**. SIPA n.º PT041206020014. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>570</sup> FALCÃO, José, PEREIRA, Ricardo – **Igreja e convento de Nossa Senhora do Carmo/Hospital da Misericórdia/Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo**. SIPA n.º PT040207010013. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1996, 2000. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>571</sup> DINIS, António, GONÇALVES, Joaquim – **Convento de Santo António dos Capuchos/Igreja e hospital de Santo António dos Capuchos/Hospital Velho de Guimarães**. SIPA n.º PT010308040086. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000, 2004. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>572</sup> RUAS, João (coord.) - **500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Estremoz, 2002, p. 28. BRANCO, Manuel - **Antiga igreja e convento das maltesas/antiga igreja e convento das maltezas/igreja da Misericórdia/centro de ciência viva**. SIPA n.º PT040704060013. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1993. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

- Marvão: convento de N. Sra. Estrela/ ordem de S. Francisco – província dos Algarves (século XIX)<sup>574</sup>;
- Mesão Frio: convento de S. Francisco/ordem terceira de S. Francisco (século XIX)<sup>575</sup>
- Moura: convento do Carmo/Convento de N. Sra. Carmo/ordem dos Carmelitas<sup>576</sup>;
- Penafiel: convento de Sto. António dos Capuchos/ordem de S. Francisco - Capuchos (1836)<sup>577</sup>;
- Penamacor: convento de Sto. António/ordem de S. Francisco – Capuchos (1867)<sup>578</sup>;
- Sardoal: convento de Nossa Senhora da Caridade/ordem de S. Francisco – Capuchos (século XIX)<sup>579</sup>;
- Santarém: convento de N. Sra. de Jesus do sítio/ordem terceira franciscana da penitência (1834)<sup>580</sup>;

---

<sup>573</sup> A Misericórdia da Figueira da Foz é instituída em 1839 no convento de Sto. António. CRAVO, João., BONIFÁCIO, Horácio – **Igreja do convento de Santo António**. SIPA n.º PT020605110015. [S. I.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1992. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>574</sup> GORDALINA, Rosário, MANTAS, Helena, GAMA, Marta – **Convento de Nossa Senhora da Estrela/antigo hospital da Misericórdia de Marvão/Santa Casa da Misericórdia de Marvão/lar da Misericórdia**. SIPA n.º PT041210020006. [S. I.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1992, 2000. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>575</sup> TEIXEIRA, Ricardo – **Convento de S. Francisco/Igreja de Santa Cristina**. SIPA n.º PT011704050042. [S. I.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2001. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>576</sup> MENDONÇA, Isabel – **Igreja e claustro do convento do Carmo/Convento de Nossa Senhora do Carmo**. SIPA n.º PT040210070005. [S. I.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1994. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>577</sup> MIRANDA, Abílio - **História da Misericórdia de Penafiel**. Penafiel: Tipografia Espinhense, 1987, pp. 18-19; RODRIGUES, José Carlos Meneses (coord.), - **Misericórdia de Penafiel 500 anos: um baluarte histórico-cultural**. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 2009, pp. 104 – 115.

<sup>578</sup> CASTRO, Luís, FIGUEIREDO, Paula – **Convento de Santo António**. SIPA n.º PT020507100006. [S. I.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1998, 2003. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>579</sup> GORDALINA, Rosário, SILVEIRA, Angelo – **Igreja do mosteiro de Nossa Senhora da Caridade, incluindo o seu recheio/Convento de Nossa Senhora da Caridade**. SIPA n.º PT031417030004. [S. I.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1990, 1999, 2000. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>580</sup> MENDONÇA, Isabel – **Convento de Nossa Senhora de Jesus do Sítio**. SIPA n.º PT031416120108. [S. I.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

- Serpa: convento de S. Paulo/Convento de N. Sra. Consolação/Eremitas de São Paulo (Paulistas) (1836)<sup>581</sup>;
- Setúbal: convento de Jesus/ordem de S. Francisco (clarissas xabreganas) (1889)<sup>582</sup>;
- Tavira: igreja e convento de S. José<sup>583</sup>.

Considerando as Misericórdias importantes na definição de um sistema assistencial nacional, o Estado decide promover um controlo mais circunscrito às suas actividades. Assim, em 1835 ordena aos governadores civis que verifiquem as contas dos hospitais e Misericórdias e que procedam à fiscalização dos seus bens e da sua administração, exigindo orçamentos anuais; em 1836, também os administradores dos concelhos passam a ter competência para o controlo da contabilidade das confrarias<sup>584</sup>.

Mas é a 22 de Junho de 1866 que se promulga a lei da desamortização de bens das Câmaras Municipais, Juntas de Paróquia, Irmandades, Confrarias, Recolhimentos, Hospitais e Misericórdias. Os bens de mão-morta, os bens que não podiam ser transmitidos ou alienados, passam a estar sujeitos ao direito comum; e o património das Misericórdias não necessário às actividades caritativas deveria ser vendido em hasta pública e o seu valor convertido em títulos do Estado. “O sistema utilizado foi o da obrigatoriedade da venda e a aplicação do produto em títulos de dívida pública, mas o processo de alienação escolhido foi o pior possível. É que a lei determinava que se realizasse o inventário de todos os prédios rústicos e urbanos, foros, censos, quinhões e

---

<sup>581</sup> PEREIRA, Ricardo – **Igreja e convento de S. Paulo/mosteiro de Nossa Senhora da Consolação**. SIPA n.º PT040213040010. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>. Actualmente a Misericórdia utiliza também o edifício do convento de Sto. António/Convento de S. Francisco.

<sup>582</sup> MENDOÇA, Isabel – **Igreja do antigo Mosteiro de Jesus, claustro, incluindo a primitiva casa do capítulo**. SIPA n.º PT031512030001. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1992, 2010. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>583</sup> LAMEIRA, Francisco – **Igreja e convento de S. José/antigo hospital do Espírito Santo/antigo hospital da Misericórdia**. SIPA n.º PT050814060019. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1997. [Acedido em Outubro de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>

<sup>584</sup> Cfr., SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 - 2000**, pp. 84 – 85; PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 8 - Tradição e modernidade: o período da Monarquia Constitucional (1834 – 1910).



pensões cuja relação se remetia ao poder central. Era este que, anunciada a venda no Diário do Governo, procedia posteriormente à alienação em hasta pública na capital do distrito e sem a intervenção das misericórdias. Determinava-se também que, se não houvesse comprador, o preço seria reduzido em 10% sucessivamente até ao mínimo de um décimo do seu valor ou cinco vezes o seu rendimento”<sup>585</sup>.

Com a implantação da República, as Misericórdias continuam a ser tratadas como associações de beneficência laicas, como tal o Estado considera-se com o direito de aprovar as Comissões Administrativas que as gerem. No ano de 1911, todas as Misericórdias tiveram de reformar os seus compromissos, na sequência do Decreto-Lei de 20 de Abril, da Separação do Estado e da Igreja. Este limitou ao máximo de 30 anos a duração dos encargos pios e obrigou as corporações de assistência, incluindo as Misericórdias, à redução das despesas culturais até um terço dos seus rendimentos e a dois terços do que habitualmente gastavam com o culto<sup>586</sup>.

Este processo, ocorrido desde a segunda metade do século XIX, teve algumas vezes consequências negativas para o património arquitectónico das Misericórdias, nomeadamente para alguns dos edifícios construídos durante o século XVI: deficiente conservação e manutenção dos espaços e do património integrado, abandono, venda, demolição e alteração para novos usos. O património artístico móvel e arquivístico também ficou prejudicado; em muitos destes casos o património é vendido e os documentos, pela sua natureza mais frágil, dispersos<sup>587</sup>.

---

<sup>585</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 – 2000**, pp. 90 – 91. Cfr., PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 8 - Tradição e modernidade: o período da Monarquia Constitucional (1834 – 1910).

<sup>586</sup> Cfr., SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 – 2000**, pp. 98 – 99; PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. 9 - Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000) (tomo 1).

<sup>587</sup> Nas situações em que o património móvel e documental não se perdeu, integrou outras instituições culturais: arquivos distritais, municipais ou de outras Misericórdias, igrejas paroquiais e museus locais.

Assim, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX são demolidas pelos mais variados motivos<sup>588</sup> os edifícios das Misericórdias (Anexo II [tabelas] – tabela 5):

- Alhandra;
- Belmonte;
- Cabrela;
- Castanheira do Ribatejo;
- Cela;
- Coimbra;
- Coima;
- Grândola;
- Lamego;
- Mesão Frio;
- Mirandela;
- Monforte;
- Muje;
- Ourém;
- Portimão;
- Povos;
- Setúbal;
- Vinhais<sup>589</sup>.

E são dessacralizadas e descaracterizadas, exterior e/ou interiormente, para lhes atribuir novos usos os edifícios das Misericórdias (Anexo I [fichas] correspondentes):

- Aldeia Galega;
- Alcochete (museu);
- Alcoutim;
- Alvalade;

---

<sup>588</sup> Desta referência excluem-se os edifícios que foram destruídos noutras épocas e noutros contextos. A tabela 5 regista todos os edifícios das Misericórdias quinhentistas que foram destruídos (Anexo II [tabelas] – tabela 5).

<sup>589</sup> Registamos também que em alguns casos foram demolidos parcialmente os edifícios das Misericórdias: Atouguia, Constância, Mogadouro.

- Alverca (escola, capela funerária, centro de dia, sala de exposições e espectáculos);
- Azinhaga (sala de espectáculos);
- Barcelos (sala de exposições);
- Beja;
- Cantanhede (1901: vendida em hasta pública; loja);
- Cuba (farmácia);
- Estremoz (sede de colectividade e residência particular);
- Évora (edifício contíguo à igreja: CTT; Comando Distrital da Legião Portuguesa (até 1974); sede de partido político; Messe de Sargentos<sup>590</sup>);
- Moura (cine-teatro);
- Odemira (sede de partido político);
- Pombal (museu);
- Portalegre (teatro/escola de música);
- Serpa (teatro/sede de sociedade filarmónica);
- Silves (em 1912 é cedida à Câmara Municipal para escola primária; sala de exposições<sup>591</sup>);
- Tancos (sala de espectáculos).

Como podemos constatar este foi um período complexo com repercussões arquitectónica. Noutros casos a situação esteve eminente, mas não chegou a concretizar-se, apenas dois exemplos:

- Canha: em 1907 ocorre a secularização da igreja; em 1916 a casa do despacho, igreja e coro são arrendados; no ano de 1922 a Junta de Freguesia propõem que a Misericórdia ceda o edifício para a instalação da escola oficial e da secretaria da Junta, em resposta a confraria propõe vender o edifício mas o negócio não se concretiza. Um ano

---

<sup>590</sup> MENDEIROS, José Filipe - **Igreja da Misericórdia de Évora**. Évora: Gráfica Eborense, 2000, pp. 7 – 8; LAVAJO, Joaquim Chorão - **A Misericórdia de Évora no último quartel do segundo milénio**. Évora: Santa Casa da Misericórdia de Évora, 2000, pp. 54 – 55.

<sup>591</sup> PINTO, Maria Helena Mendes, PINTO, Victor Mendes - **As Misericórdias do Algarve**. Lisboa: Direcção Geral da Assistência, 1968, p. 47.

depois a Misericórdia solicita ao Ministério da Trabalho um subsídio para obras de adaptação da igreja a farmácia e sala de sessões<sup>592</sup>.

- Lisboa: com a extinção das Ordens Religiosas em 1834, a primitiva igreja, ocupada pelos freires da Ordem de Cristo, fica ao abandono; decorridos três anos a igreja esteve para ser vendida a um particular e destruída para a construção de edifícios; no ano de 1880 a irmandade de leigos que geria a igreja fez obras, repondo o grupo escultórico do tímpano, limpo da tinta que o cobria<sup>593</sup>.

Como é obvio estas transformações nos edifícios e/ou o seu desaparecimento vão ter impacto na definição da realidade arquitectónica das Misericórdias; em muitos exemplos é impossível identificar com certeza a planimetria original, assim como, elementos como fachada principal, organização espacial, decoração, coberturas, entre outros.

VIII. Na evolução histórica nem todos os percursos foram evidentes, ou seja, fundação da Misericórdia e instalação em espaço preexistente seguido, em tempo variável, por uma construção de raiz; houve alguns casos em que o percurso foi mais complexo. Complexidade que reside em sucessivas mudanças de edifícios até uma instalação definitiva; estes diferentes percursos deixam antever, como conclusão, que o espaço edificado era essencial na exacta medida em que permitisse às Misericórdias desempenhar a sua missão. Queremos destacar alguns exemplos.

Começamos pelo caso de Coimbra, confraria fundada em 1500<sup>594</sup>, cuja primeira sede foi numa capela do claustro da Sé<sup>595</sup>, onde permaneceu até c. 1526; desta data até 1546 a Misericórdia ocupou um espaço na igreja de

<sup>592</sup> CORREIA, Francisco - **A Santa Casa da Misericórdia de Canha através dos tempos: 1622 - 2008**, pp. 30 - 31.

<sup>593</sup> NOÉ, Paula, MARQUES, Lina, RODRIGUES, Susana – **Igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha**. SIPA n.º PT031106190008. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1990, 2001, 2003. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>594</sup> Cfr., documento transcrito por GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, pp. 150-151.

<sup>595</sup> GONÇALVES, António Nogueira - **O Escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra**, p. 220.

Santiago, na “*casa que hoje serve de celleiro*”, e que chamavam de Capela da Misericórdia<sup>596</sup>. Só entre 1546 e 1549 a confraria promove a construção de um edifício sobre uma das naves da igreja de Santiago. De 1841 a 1843 a Misericórdia abandona este local e instala-se no colégio dos Cónegos de Santo Agostinho e entre 1907 e 1908 procede-se à demolição da primitiva igreja para o restauro da Igreja de S. Tiago.

Em Estremoz a evolução foi igualmente interessante. O primitivo local de funcionamento desta Misericórdia, fundada no reinado de D. Manuel, foi a Igreja de S. Miguel. Em 1610 a confraria transfere-se para o Hospital de N. Sra Mártires, que se localizava nos arredores da vila, no sítio da Porta Nova e neste local construiu-se, posteriormente, uma igreja que se ligava ao espaço hospitalar por um claustro tardo-gótico<sup>597</sup>. Em 1881 a Misericórdia abandona este edifício e instala-se no convento das Maltesas.

Destacamos ainda o que ocorreu em Tavira: a Misericórdia foi fundada numa capela do convento de São Francisco<sup>598</sup> e c. 1505 muda-se para dependências do Hospital do Espírito Santo; neste local permaneceu até c. 1552, data em se transfere para instalações próprias construídas de raiz<sup>599</sup> (Anexo I [fichas] - Tavira).

Por último, gostaríamos de salientar o caso de Torres Vedras. A Misericórdia é instituída 1520, por alvará de D. Manuel que ordena ao licenciado Jordão Botelho, juiz de fora da vila, que a erigisse no hospital do Espírito Santo<sup>600</sup>.

---

<sup>596</sup> **Compromisso da Santa Misericórdia da Cidade de Coimbra, e sua Instituição, com resumo da principal legislação que lhe diz respeito, e o regulamento da real casa dos expostos por extenso.** Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1830, p. 82, referindo como fonte uma escritura do Cartório de Santiago (14 Mar 1526), livro 2, fl. 38 v.. Cfr., GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, p. 151, referindo-se a um manuscrito de 1645 e CARDOSO, João José - **Santas e Casas: as Misericórdias do Baixo-Mondego e as suas Igrejas nos séculos XVI e XVII.** Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1. 1995. Tese de Mestrado em História da Arte do Renascimento e do Maneirismo, p. 13.

<sup>597</sup> RUAS, João (coord.) - **500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz**, pp. 27, 28 e 62. Transcrição do documento de mudança de local em RUAS, João (coord.) - **500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz**, p. 28.

<sup>598</sup> GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, p. 206.

<sup>599</sup> ANICA, Arnaldo Casimiro - **O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade – notas.** Tavira: Santa Casa da Misericórdia de Tavira, 1983, p. 96.

<sup>600</sup> Documento referido por GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, p. 250. Este documento é referido no livro de acórdãos da Misericórdia (1700-1752) (Arquivo da Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livro 263) que nos primeiros fólios apresenta um resumo dos acórdãos “*modernos e antigos desta Santa Casa da Misericórdia*”, estaria no livro 1 dos acórdãos, fl. 3.

Entre 1520 e c. 1579 a Misericórdia funcionou neste espaço; c. 1579 transferiu-se para a igreja de N. Sra. Rosário ou igreja velha onde permaneceu até 1710. Um acórdão do ano de 1579, indicava que: “*se desse esta Caza do Santo Spirito para conuento de freiras e se mudasse a Mizericórdia para Nossa Senhora do Rosário*”<sup>601</sup>; esta capela estava situada no largo por detrás da igreja de S. Pedro<sup>602</sup> e nela foram-se fazendo algumas alterações: assim, em 1584 o provedor Belchior Carneiro “*mandou fazer à sua custa a escada de pedra, portal, grades de ferro e porta de borda para a igreja velha*”<sup>603</sup>.

Em 1680 a Misericórdia decide construir uma nova igreja porque a “*a igreja velha ameaçava ruína e se deuia fazer outra noua*”<sup>604</sup>; a 19 de Março de 1681 os oficiais registam o termo de “*lembrança do dia em que se lancou a primeira pedra*” do novo edifício<sup>605</sup>. E sucedem-se outros acórdãos relacionados com a construção: compra de “*hum pedaço de quintal*” a Guiomar do Rego “*para o alicerse da igreja noua*”<sup>606</sup> e acórdão “*sobre o dinheiro para a igreja noua*”<sup>607</sup>; em 1706 ainda se discutia “*sobre a forma em que se auia de fazer a abóbada da igreja noua auia varios pareseres [...] asentarão se ajustaçe com o oficial*

---

<sup>601</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólhos apresenta um resumo “*dos acordaõs modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 1 dos acórdãos, fl. 168. Inédito.

<sup>602</sup> CALADO, Rafael Salinas - **Origens e vida da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras**. In Pap., Tip., Enc. Sociedade Progresso Industrial, 1936, p. 5.

<sup>603</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólhos apresenta um resumo “*dos acordaõs modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 176 v. Inédito.

<sup>604</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólhos apresenta um resumo “*dos acordaõs modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 240. Inédito.

<sup>605</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólhos apresenta um resumo “*dos acordaõs modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 249. Inédito.

<sup>606</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólhos apresenta um resumo “*dos acordaõs modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 251. Inédito.

<sup>607</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólhos apresenta um resumo “*dos acordaõs modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 250. Inédito.

*que fizeçe a dita abobada de empreitada obrigandoçe a reedifica la no cazo que se arruinaçe dentro de anno e dia*<sup>608</sup>. A igreja é benzida em 1710<sup>609</sup> e a construção das dependências prosseguem: em 1714 são construídas a casa do despacho, enfermarias, casas para habitação do hospitaleiro e família<sup>610</sup>.

Comuns a todos estes exemplos são as sucessivas mudanças de local, a passagem por diferentes tipologias de edifícios e a preferência pela construção de raiz, numa multiplicidade de opções que representam as necessidades da confraria em diferentes épocas.

Para terminar esta abordagem sobre a relação das confrarias da Misericórdia com a arquitectura gostaríamos de salientar dois pontos.

O primeiro está relacionado com a cedência de espaços utilizados pelas Misericórdia a outras instituições, apesar de as informações sobre este tema serem reduzidas. Aconteceu em Monção: a confraria teve inicialmente instalada no interior das muralhas da praça velha; no entanto, este edifício foi arruinado pelas baterias realizadas pelos castelhanos durante as guerras da Restauração. Assim, uma provisão régia datada de 1696 autoriza a reedificação da Casa da Misericórdia e o espaço da igreja velha é cedido aos religiosos Nérios<sup>611</sup>. Também em Torres Vedras a situação foi semelhante: a Misericórdia foi instituída em 1520 na capela e hospital do Espírito Santo e neste local permaneceu até 1579. Nesse ano os oficiais reunidos decidem que: *“se desse esta Caza do Santo Spirito para conuento de freiras e se mudasse a*

---

<sup>608</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), fls. 20 v – 22. Ao acórdão segue-se a obrigação do mestre pedreiro com pormenores sobre as obras. Inédito.

<sup>609</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), fls. 26 – 27 v. Inédito.

<sup>610</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), fls. 34 v – 35. Inédito.

<sup>611</sup> Cfr., ARAÚJO, Maria Marta Lobo - **A Santa Casa da Misericórdia de Monção: séculos XVI-XVII**. In *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Casa Museu de Monção e da Universidade do Minho, 2003, pp. 139 e 144; com a transcrição do documento Arquivo da Misericórdia de Monção, **Tombo dos bens e propriedades pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Monção** (1788), fl. 13 v..

*Misericórdia para Nossa Senhora do Rosário*<sup>612</sup>, o que efectivamente veio a acontecer.

O segundo refere-se ao uso das Misericórdias como igrejas paroquiais. Este facto foi quase sempre esporádico e no contexto de inutilização da matriz; com a excepção de Idanha-a-Velha e Ourique cujas Misericórdias se mantêm até à actualidade como igrejas matrizes (Anexo I [fichas] – Idanha-a-Velha).

Relativamente a fenómenos transitórios, os casos mais comuns estão relacionados com o terramoto de 1755<sup>613</sup> e também estes tiveram repercussões arquitectónicas, nomeadamente a construção de torres e de baptistérios.

A situação mais marcante é Vila Viçosa que serviu de paroquial da freguesia de S. Bartolomeu por mais de três séculos<sup>614</sup>: desde 1569/1570 até 1865, data em que a matriz passou para a igreja da Casa Professa de S. João Evangelista. Neste edifício são visíveis as marcas deste acontecimento e por este motivo pouco comuns nas Misericórdias: a construção de duas torres, a doação da capela-mor a uma confraria, a construção de uma grande sacristia também para uma confraria e a instituição de muitas capelas no corpo da nave para atribuição a confrarias (Anexo I [fichas] – Vila Viçosa).

No caso das ainda actuais matrizes, como Idanha-a-Velha, para além das torres e das capelas na nave, apresentam um outro indício arquitectónico que se relaciona com a sua função de igrejas paroquiais, a existência de um baptistério junto da entrada como é comum nesta tipologia de edifícios.

Também de 1774/1775 a 1830 a igreja da Misericórdia de Aveiro tomou o estatuto de catedral, devido à instituição da Diocese de Aveiro em 1774 e 1830,

---

<sup>612</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólios apresenta um resumo “*dos acórdãos modernos e antigos desta Santa Casa da Misericórdia*”, estaria no livro 1 dos acórdãos, fl. 168. Inédito.

<sup>613</sup> As seguintes Misericórdias forma usadas como igrejas paroquiais em consequência do terramoto de 1755: Coruche, Lagos, Palmela.

<sup>614</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo - **Dar aos Pobres e Emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)**. Barcelos: Edição da Santa Casa Misericórdia de Vila Viçosa e da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 128.



estatuto que foi posteriormente transferido para a igreja do recolhimento de S. Bernardino.

As reflexões que apresentámos neste capítulo, sobre a relação que as Misericórdias estabeleceram com a arquitectura, revelam-se pertinentes no contexto da nossa investigação. Identificar o modo como solucionaram uma questão fundamental para a sua actividade (a assistência nas suas várias dimensões e actividades privilegiadas) – a existência de um edifício – e como esta foi evoluindo ao longo do tempo.

Esta questão tem repercussões óbvias nos vestígios arquitectónicos actualmente existentes e, pelas mesmas razões, nos inexistentes.

As opções das Misericórdias, múltiplas (tipo de edifício ocupado, processo de abandono ou qualificação do espaço ocupado, profundidade da intervenção realizada no edifício ocupado,...) dependendo das circunstâncias, foram essencialmente pragmáticas, privilegiando as condições do cumprimento da função para que foram instituídas. Assim, as situações vão de um extremo ao outro: Misericórdias que se instituíram em edifícios construídos para tal e confrarias que nunca tiveram um espaço próprio, ou seja, pensado e construído com a finalidade de ser sede de uma Misericórdia.

Outra constatação que nos parece relevante é as confrarias da Misericórdia se instalaram e ou utilizaram todo o tipo de edifícios, de capela a igrejas passando por casas particulares e edifícios de outras instituições como Casas da Câmara. Ou seja, as confrarias não se revelaram muito exigentes, a existência de um espaço sobrepunha-se às suas características e as funções a que se destinava não demandavam características específicas.

De igual modo, e pela evolução constatada é possível aferir que a importância da arquitectura, enquanto elemento identitário, é menos relevante do que se poderia supor, reflectido nas circunstâncias de abandono, demolições, alterações e novos usos a que se submeteram os edifícios primitivos. A acção caritativa, função para a qual foram criadas, e as condições para o seu

desenvolvimento são factores determinantes para as Misericórdias e justificam estas movimentações. Assim, desde a instituição das confrarias da Misericórdia, são estes os principais elementos que vão promover e transformar a relação das confrarias com a arquitectura. Ou seja a ocupação dos primeiros edifícios preexistentes e pertencentes a outras instituições, as alterações a estes edifícios, o abandono dos espaços primitivos e a ocupação de outros espaços de tipologias diferentes e de maiores dimensões.

Assim, a realidade arquitectónica das Misericórdias revela-se bastante complexa e vai-se repercutir em questões de localização urbana, caracterização arquitectónica e tipologias. E também na concepção do próprio edifício – a Casa da Misericórdia – conjunto arquitectónico de dimensões variáveis, um espaço destinado a servir diferentes funções assistenciais, religiosas e administrativas, com algumas especificidades artísticas que afectavam a espacialidade e a articulação funcional dos espaços, a volumetria, o equipamento e a decoração, as morfologias e iconografias representadas; criando uma linguagem identitária comum a muitas Casas da Misericórdia espalhadas por Portugal e pelo mundo português numa autêntica *viagem das formas*. O conceito Casa da Misericórdia é o tema do próximo capítulo.

### **III. 2 A Casa da Misericórdia**

---

A leitura da documentação quinhentista referente às Misericórdias, a visita a mais de duas centenas de edifícios pertencentes a estas confrarias e a análise e cotejo de plantas, da organização espacial e dos elementos arquitectónicos existentes, possibilitaram-nos um entendimento da arquitectura das Misericórdias diferente do exposto até ao momento pelos autores que abordaram esta temática. O presente capítulo é dedicado a explicitar esse entendimento que vai naturalmente influenciar o modo como nos posicionamos perante as diversas problemáticas inerentes ao nosso estudo.

I. As confrarias da Misericórdia instituídas para o cumprimento de actividades assistenciais, nomeadamente acolhimento de pobres e doentes, celebrações litúrgicas e enterramento dos mortos, necessitavam para o desempenho das suas funções de um edifício. Esta necessidade foi resolvida de diferentes modos em função de diversos factores: ocupação de espaços preexistentes autónomos ou dependentes de outras instituições, construção de um edifício de raiz ou adaptação de um edifício preexistente<sup>615</sup>.

Este processo foi evoluindo no tempo e criou uma realidade bastante heterogénea. Independentemente da solução adoptada, e do seu contexto, existe a preocupação de um edifício que associe vários espaços. Um espaço onde assistir os doentes e peregrinos – hospital ou enfermaria; um outro de cariz religioso onde realizar as celebrações litúrgicas inerentes ao quotidiano das confrarias e as missas de obrigação – igreja. Um local onde os oficiais que governavam a confraria pudessem reunir – casa do despacho. E ainda outros locais que foram surgindo na medida em que a actividade da confraria foi crescendo e consolidando: local para guardar a documentação produzida e recebida pela confraria – cartório; espaço onde armazenar as tumbas utilizadas nas cerimónias fúnebres – casa das tumbas; local onde enterrar os pobres que faleciam – cemitério, entre outros. Ou seja, um espaço onde se pudessem desenvolver todas estas actividades, uma arquitectura adaptada a uma utilização específica, com múltiplas dimensões.

No entanto, e apesar de se reconhecer alguma especificidade aos edifícios construídos pelas Misericórdias, o que habitualmente encontramos para os designar são as expressões: igreja, hospital, consistório, definitório, casa do despacho, igreja e anexos, com uso generalizado em monografias, roteiros turísticos, inventários patrimoniais e até trabalhos académicos, incluindo os mais especializados<sup>616</sup>. No nosso entender, este tipo de referências que olha

---

<sup>615</sup> Ver cap. III. 1 As Misericórdias e a Arquitectura.

<sup>616</sup> Só para citar alguns exemplos AFONSO, José Ferrão – **A Igreja Velha da Misericórdia de Barcelos e cinco Igrejas de Misericórdias de Entre-Douro e Minho: Arquitectura e paisagem urbana (c. 1534 - 1635)**. [s.l.]: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, 2012; MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para

para os edifícios das confrarias da Misericórdia e individualiza cada um dos espaços que o compõem, não corresponde à realidade arquitectónica das Misericórdias, quer ao nível do modo como os edifícios são concebidos e organizados, como da consciência que existia sobre estes espaços e que está expressa na documentação coeva.

Vários são os motivos porque esta nomenclatura se consolidou e permanece em uso. O primeiro que queremos destacar é o modo como a investigação tem sido feita até ao momento. Os estudos mais aprofundados são quase sempre monográficos, relativos a uma confraria concreta e os estudos regionais demasiado específicos<sup>617</sup> não permitindo uma visão de conjunto e uma generalização dos conceitos.

Outro aspecto fundamental remete para as intervenções que os edifícios sofreram desde alterações arquitectónicas até demolições que lhes atribuíram uma configuração diferentes e que reforçaram uma visão individualizadora e não globalizante.

Destacaremos alguns exemplos de forma a explicitar o que afirmamos: Tavira em que a igreja mantém a fisionomia quinhentista e a casa do despacho é setecentista, com uma fachada principal própria, sem relação com a fachada

---

as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000; PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, vols. 1 – 10; NOÉ, Paula - **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia (versão 1.0)**. (Kits património - Kit 06). Lisboa: Instituto de Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>; as várias fichas de edifícios das Misericórdias que integram o SIPA, Instituto de Reabilitação Urbana, disponível na internet <http://www.monumentos.pt>; diferentes textos em **A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias do mundo de expressão portuguesa**. Porto: CEPESE, 2011.

<sup>617</sup> Veja-se NOÉ, Paula - **O Inventário do Património Arquitectónico das Misericórdias: ensaio tipológico: as Igrejas da Misericórdia do Distrito de Viana do Castelo**. In Jornadas de Estudo. *As Misericórdias como Fontes Culturais e de Informação*. [S. l.]: Câmara Municipal de Penafiel, Arquivo Municipal de Penafiel, 1 cd-rom, 2001 e **As igrejas de Misericórdia do distrito de Coimbra: ensaio de classificação tipológica**. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Set (2006). 198 – 207; AFONSO, José Ferrão - **Regressando a Alberti. As igrejas das Misericórdias de Entre Douro e Minho, de Vila do Conde a Penafiel: arquitectura e paisagem urbana**. In II Jornadas de Estudos sobre as Misericórdias. *As Misericórdias quinhentistas*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 2009, pp. 123 – 151; as várias fichas de edifícios das Misericórdias que integram o SIPA, Instituto de Reabilitação Urbana, disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

da igreja. Existindo uma diferença morfológica e decorativa grande entre ambas, acentuando a diferenciação arquitectónica e induzindo a considerarem-se dois edifícios distintos e não apenas um com dois espaços funcionais diferentes (Anexo I [fichas] - Tavira).

Um outro caso, um pouco mais complexo, é o de Tentúgal em que a igreja é fruto da campanha quincentista e a casa do despacho primitiva estava instalada em edifício paralelo ao alçado lateral da igreja. No entanto, no século XVIII esta foi substituída por uma nova construção, perpendicular à igreja e avançada relativamente à mesma. Isto proporciona consequências semelhantes às de Tavira, sendo que neste exemplo não é uma simples remodelação de um edifício mas sim a construção de um novo e com uma localização distinta (Anexo I [fichas] - Tentúgal).

Também em alguns casos as construções que circundavam a igreja desapareceram, restando apenas a parte considerada mais nobre do conjunto, o espaço religioso<sup>618</sup>. Tal aconteceu em Constância e Mogadouro com a demolição do hospital localizado junto à igreja (Anexo I [fichas] – Constância e Mogadouro). Esta acção contribui também para a perda da noção de conjunto, pois o único que subsiste é a igreja e muitas considerações são feitas a partir da realidade actual sem a questionarmos.

Perdendo-se a memória da função assistencial e administrativa, o que sobressai, e se mantém, é a função religiosa, pelo sagrado da sua natureza e pelo estatuto alcançado por este tipo de edifícios; assim, permanece e consolida-se a designação – igreja.

No entanto, a Misericórdia de Colares guarda um documento da segunda década do século XVII, que é bastante explícito relativamente a esta questão: “*a casa da Misericórdia não he somente Igreja mas ha de ter muitas casas*”<sup>619</sup>.

<sup>618</sup> Confrontar as diferenças que existem actualmente, constantes das fichas, com as descrições antigas que se encontram nos tombos transcritos: anexo IV [docs.], documento 1- Alter do Chão; documentos 1 e 8 – Barcelos, documento 1- Soure, documento 1 – Torrão, documento 1 – Lagos, documento 1- Viana do Alentejo.

<sup>619</sup> Cfr., petição dos irmãos para início da obra, em Arquivo da Misericórdia de Colares, arquivos eclesíasticos, B/IV/C/1/1 (cx. 1), transcrito em LOPES, António Serôdio – A capela da Misericórdia de Colares: uma capela palatina da Família Mello de Castro. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva. Tese de Mestrado, p. 143

II. Na documentação quinhentista o termo mais comum para designar o edifício ocupado pela confraria da Misericórdia é “Casa da Misericórdia”<sup>620</sup>.

De igual modo, registam-se algumas variantes interessantes de destacar, a mais comum é “Casa da Santa Misericórdia”: “*ano do nascymento de nosso senhor jesus cristo de 1586 annos [...] nesta caza da santa mysericordia*”<sup>621</sup> e “*anno do nacimiento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1595 aos noue dias do mês de Julho nesta cidade de Portalegre em a Caza da Santa Misericordia [...]*”<sup>622</sup>.

Raramente aparece a expressão “igreja da Misericórdia” para designar o edifício; aparece sim para designar este espaço concreto em situações em que é utilizado, mas integrado num edifício. Um dos casos mais comum é a acta de eleição do provedor e oficiais, em que efectivamente, todo o processo decorria na igreja, como era estipulado pelo Compromisso. Destacamos o caso do Alandroal: “*aos dous dias do mês de julho de mjll e quinhentos e ojtenta e hum anos na capella da sãota Misericordia desta villa d’Allãodroal*”<sup>623</sup>.

A mesma designação aparece quando existem referências a aspectos ou actos relacionados com o espaço religioso, destacamos dois documentos da Misericórdia de Sintra. Um de 1576 relativo a um privilégio apostólico: “*na ygreja da dita caza possam todos hos fieis christãos houvir hos officios devinos e reseber hos eclesiasticos sacramentos de comunham e confisam todo o tempo do ano, salvo dia de Pascoa [...]*” e outro de 1579 dando “*licença que na dita igreja da Misericordia se possa encerrar o Santissimo Sacramento*” durante a Semana Santa<sup>624</sup>.

---

<sup>620</sup> Seria muito fastidioso recolher todos os exemplos nesta nota. Uma leitura das transcrições documentais de vários tipos e procedências publicadas nos volumes 3 e 4 da obra PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002 - 2011, mostra a generalização e abrangência da utilização deste termo.

<sup>621</sup> Arquivo da Misericórdia de Benavente, livro 97 - **Tombo Antigo de Acordos** ([...1573 - ]), s/fl..

<sup>622</sup> Arquivo da Misericórdia de Portalegre, livro 60, fl. 2 v. Inédito.

<sup>623</sup> Arquivo da Misericórdia do Alandroal, livro 1 – **Receita e despesa** (1579 - 1585), fl. 46. Inédito.

<sup>624</sup> Documentos transcritos em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 82 – 83.

Também a designação actual de “Santa Casa da Misericórdia” é utilizada embora muito raramente: “*ao primeiro dia de Ojubro do ano de 90 nesta santa cassa da mysericordia [...]*”<sup>625</sup> e “[...] *vista a pitisão pello prouedor e mais jrmãos que ora seruem nesta samta caza da mesericordia nesta uilla de peniche este ano de 627 [...]*”<sup>626</sup>. De registar uma expressão também rara que aparece na documentação de Mora: “[...] *na casa da sãotysyma Miciricordia [...]*”<sup>627</sup> e Santarém: “[...] *avemdo respeito a ser huma cousa tam santa como he edeficar-se a casa da samtissima mysiricordya [...]*”<sup>628</sup>.

A nomenclatura “casa” não é estranha pois no século XVI foi também usada, fora do contexto das Misericórdias, para designar outros edifícios: Casa do Espírito Santo, Casa professa dos jesuítas, Casa do hospital, entre outros.

Curiosamente, a designação “Casa da Misericórdia” é também usada na documentação para referir a própria confraria; e citaremos apenas um exemplo dos inúmeros possíveis<sup>629</sup>: “*Eu el rey faço saber [...] que eu ey por bem e me praz [...] usem do regimento e compromisso da Casa da Misericordia desta cidade de Lisboa*”<sup>630</sup>. Como sabemos o compromisso regia a confraria e não a Casa e neste documento a expressão “*casa da Misericordia*” é utilizada para designar a confraria. Ou seja, revela-se um conceito abrangente com múltiplos significados.

III. Retomemos a designação Casa da Misericórdia, aplicada aos edifícios para explicitarmos um pouco mais o seu conceito e implicações arquitectónicas.

---

<sup>625</sup> Arquivo da Misericórdia de Portalegre, livro 66 – **Livro da confraria** (1590), fl. 5. Inédito.

<sup>626</sup> Arquivo da Misericórdia de Peniche, livro 179 - **Eleição de irmãos** (1627-1669), fl. 3. Inédito.

<sup>627</sup> Arquivo da Misericórdia de Mora, doc. 4 - **Livro de termos** (1585 - 1592), fl. 8. Inédito.

<sup>628</sup> Arquivo da Misericórdia de Santarém, maço 2 – **Maço das escrituras das casas, pardieiros, quintais, fornos que se derrubaram paras as oficinas da Santa Casa**, fl. 40. Inédito.

<sup>629</sup> Seria inoportuno recolher todos os exemplos nesta nota. As transcrições documentais de vários tipos e procedências publicadas nos volumes 3 e 4 da obra PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, demonstram bem o que queremos referir.

<sup>630</sup> Alvará de D. Sebastião datado de 1575, publicado em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 236.

Por ser expressão coeva, generalizada na documentação de inúmeras Misericórdias espalhadas pelo país e de significado profundo, consideramos que “Casa da Misericórdia” é a terminologia que melhor define a realidade arquitectónica das confrarias da Misericórdias. Como já foi referido, é o termo que aparece na documentação para referir um espaço físico, as instalações das confrarias da Misericórdia e é a que corresponde ao conjunto coerente de vestígios que podemos actualmente analisar. Ou seja, um edifício composto por diferentes espaços - igreja, sacristia, casa do despacho, hospital, cemitério entre outros, onde se desenrolavam as actividades das Misericórdias; embora podendo não corresponder a um projecto unitário e a uma mesma sequência cronológica<sup>631</sup>.

Convém esclarecer que as Casas da Misericórdia podiam ser mais ou menos complexas, dependendo de vários factores relacionados com a forma como cada Misericórdia, localmente, solucionou o problema da necessidade de um espaço edificado.

Do mais complexo, integrando igreja, sacristia, hospital (enfermarias, botica, casa do hospitaleiro, cozinha, ...), casa do despacho, cemitério e outras instalações (cartório, casa das tumbas, celeiro ...), ao mais modesto integrando apenas a igreja, sacristia, casa do despacho e outras dependências. Será importante lembrar a questão da escala, na maioria das Misericórdias todos estes espaços no interior dos edifícios eram de pequena escala, espaços reduzidos, incluindo as enfermarias<sup>632</sup>. E assim os edifícios, apesar de compostos por vários espaços, não eram construções monumentais.

Um importante factor que contribuiu para que esta realidade fosse tão díspar foi o facto de muitas Misericórdias anexarem a administração de hospitais já existentes e com instalações próprias<sup>633</sup>. Em muitos casos distantes do local

---

<sup>631</sup> Vários são os factores que influenciaram esta questão: a preocupação com os hospitais é mais tardia, sensivelmente da segunda metade do séc. XVI, existência de um pequeno hospital acrescentado e remodelado no séc. XVIII ou XIX.

<sup>632</sup> Ver Anexo I [fichas] e a planta de Castanheira do Ribatejo em Anexo II [tabela 7] – Edifícios desaparecido.

<sup>633</sup> Contrariamente sabemos que em alguns casos as Misericórdias optaram por se instalar em hospitais e albergarias pré-existentes como é o caso de Barcelos, Serpa e outros exemplos relacionados com as confrarias do Espírito Santo. No entanto, aqui interessamos destacar uma



onde a confraria se instalou e, por isso, nestas situações o hospital não integrava o conjunto arquitectónico da Casa da Misericórdia (Beja, Évora, Portalegre, Portel, Porto, Tavira só para referir os mais manifestos). É essencial referir que esta anexação sucedeu a instituição da confraria e ocorreu em tempo variável, o que justifica que as Misericórdias optem por se instalarem em locais sem relação com o hospital.

Este conjunto edificado, construído ou remodelado pelas Misericórdias, tinha que servir às acções caritativas, administrativas, espirituais, celebrativas, litúrgicas e funerárias desenvolvidas pelas confrarias, a que se juntam também factores de ordem simbólica e ritual<sup>634</sup>. Ou seja, o edifício tinha que responder a um conjunto de funcionalidades, por isso era composto por diferentes espaços, geralmente interligados entre si, criando um edifício com uma planimetria e espacialidade próprias.

Assim, em termos puramente funcionais, a Casa da Misericórdia diferencia-se de outros edifícios (ou tipologias arquitectónicas) por congregar essa multiplicidade de usos e por servir de cenário às mais importantes e diversificadas celebrações assistenciais, culturais e simbólicas destas confrarias, por onde passava toda a dinâmica e vida das mesmas, evidenciando alguns elementos característicos dessa vivência confraternal.

Poderíamos pensar que também as igrejas paroquiais, em alguns casos, são compostas pelo espaço religioso e outros espaços de apoio como sacristia, cartório, entre outros. No entanto, a diferenciação relativamente à Casa da Misericórdia é que o carácter do edifício paroquial é a sua natureza religiosa, onde efectivamente a igreja é o cerne da função do edifício.

Se necessitássemos de mais argumentos, poderíamos recorrer à documentação onde a expressão “Casa da Misericórdia” não aparece para designar a casa do despacho ou a igreja ou qualquer outro espaço concreto. É

---

relação existente, em alguns casos relevante, que condiciona o facto do hospital/enfermaria não integrar a Casa da Misericórdia.

<sup>634</sup> Algumas destas práticas estavam previstas e eram definidas e estruturadas pelo próprio Compromisso, era o caso das procissões como a da Visitação e das Endoenças. Cfr., à transcrição dos compromissos quinhentistas em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vols. 3 – 4.

disto demonstrativo a quitação de João de Ruão à Misericórdia de Coimbra: “[...] *tinha feito obras em a dita casa da misericórdia de que herã feitos cõtratos .S. as capelas e Retauolo e varãnda*”<sup>635</sup> ou um alvará do arcebispo de Évora à Misericórdia local datado de 1537 dando licença para “*no altar da casa da Misericórdia de Évora que se hora accrecentou se digam missas como se diziam no outro altar velho que por respeito do accrecentamento se derribou*”<sup>636</sup>; ou ainda, uma provisão do visitador do bispado da Guarda referindo-se à Misericórdia de Castelo Branco “[...] *dou licença a todos os padres desta vylla, sy beneficyados como raçoeiros como todos hos mais, que possão dizer missa nesta casa da Misericórdia*”<sup>637</sup>.

Cada espaço era considerado elemento de um mesmo conjunto, por isso não é lícito falarmos de igreja e anexos aplicados aos edifícios das Misericórdias<sup>638</sup>; funcionalmente não existe uma hierarquia dos espaços, embora se possa considerar a existência de uma hierarquia simbólica, onde se destaca a igreja, com repercussões arquitectónicas.

Um exemplo que nos pode ajudar a compreender melhor esta realidade são os conventos ou mosteiros; perante estas tipologias arquitectónicas, estas são (ou devem ser) identificadas como tal. Dito de outro modo, apesar de integrarem uma igreja, elemento essencial na sua dinâmica e quase sempre arquitectonicamente muito expressivo, são compostos por muitos outros espaços como claustro, dormitórios, sala do capítulo, refeitório, capelas, entre outros. No entendimento destes edifícios não os consideramos igrejas e

---

<sup>635</sup> Cfr., transcrição da quitação publicada em GONÇALVES, António Nogueira - **O Escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra**. *Revista Ocidente*. Lisboa: Editorial Império, vol. LXVI, 313, Maio (1964), p. 222.

<sup>636</sup> Alvará transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 45.

<sup>637</sup> Provisão transcrita em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 78.

<sup>638</sup> A expressão “igreja da Misericórdia e anexos” está amplamente generalizada na bibliografia. Só para citar um dos mais recentes, no kit06 – Igrejas de Misericórdia da colecção Kits Património, a definição do próprio documento é “instrumento de apoio à identificação, registo /documentação, interpretação, estudo, salvaguarda e valorização de objectos do Património Arquitectónico, mais precisamente as Igrejas de Misericórdia e respectivos anexos” (NOÉ, Paula - **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia (versão 1.0)**. Lisboa: Instituto de Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010, p. 7).

anexos; cada espaço do complexo conventual tem a sua função e por isso a designação do conjunto tem em conta esta realidade e complexidade e expressa-se pelos termos “convento” ou “mosteiro”; consideramos, ao nível conceptual, a situação da Casa da Misericórdia muito semelhante.

Esta noção de conjunto e não de espaços individuais no contexto das Misericórdias é reforçada por elementos arquitectónicos: ligações funcionais entre os vários espaços existentes no interior dos edifícios, mesmo quando alguns elementos não pertencem ao plano original ou foram remodelados em diferentes épocas; e pela concepção volumétrica das construções quinhentistas que integra os vários espaços num bloco único e com grande homogeneidade<sup>639</sup>.

A estes dois elementos queremos acrescentar um outro que nos remete para o carácter da Casa da Misericórdia: a ausência de elementos que identifiquem o edifício num âmbito tipológico concreto, nomeadamente como edifício religioso, e uma lógica de arquitectura civil na organização das volumetrias e fachadas exteriores que inclusivamente contraria esta classificação.

Habitualmente, e porque se opta pela visão individualizadora, consideramos a arquitectura produzida pelas Misericórdias como arquitectura religiosa<sup>640</sup>; efectivamente em muitos casos o que resta ou se destaca do conjunto é a igreja. No entanto, o pensamento deve ser outro, e não apenas devido à ausência de elementos arquitectónicos exteriores com conotação religiosa, mas porque a existência de uma igreja no contexto dos edifícios das Misericórdias, deve ser encarada no âmbito assistencial. Ou seja, as acções

---

<sup>639</sup> Esta noção de conjunto arquitectónico é bem visível em edifícios como Coruche, Elvas, Faro, Tentúgal e Viana do Castelo, edifícios complexos, de grandes dimensões (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>640</sup> A identificação da arquitectura produzida pelas Misericórdias com a arquitectura religiosa também está amplamente generalizada na bibliografia. Só para citar um exemplo recente, o kit06 – Igrejas de Misericórdia da colecção Kits Património, na introdução refere: “por património arquitectónico religioso das Misericórdias entende-se, para efeitos de utilização do presente guia, o conjunto dos edifícios religiosos (contemplando os edifícios ou estruturas construídas e seus componentes) construídos pelas Confrarias de Misericórdia como sede própria” (NOÉ, Paula - **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia (versão 1.0)**. Lisboa: Instituto de Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010, p. 7).

religiosas e culturais promovidas por estas confrarias e que tinham como cenário a sua igreja, integravam-se no foro do cumprimento das obras de Misericórdia, nomeadamente “enterrar os mortos” e “rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos”. Outras acções que se realizavam no mesmo local, como a eleição dos oficiais ou a celebração de missas antes da reunião dos irmãos, constituem-se como formas de legitimação e sacralização de acções de âmbito temporal.

Concretizando, a classificação tipológica que melhor se adapta à Casa da Misericórdia é a de arquitectura assistencial. Daremos um exemplo que pensamos poder ser transposto para o caso das Misericórdias e que reflecte bem o que queremos transmitir: um palácio, onde existe a parte residencial, outra de dependência de serviço e uma capela, mesmo que esta seja exteriormente visível e destacada, é sempre considerado arquitectura civil. Ou seja, um edifício por integrar uma capela não passa a ser considerado arquitectura religiosa; o mesmo entendimento deve ser transposto para a Casa da Misericórdia.

A ideia de conjunto vai-se alterando ao longo do século XVII e século XVIII. No entanto, ao nível da documentação, vai-se manter a designação «Casa da Misericórdia» mas paulatinamente ganha força «Santa Casa da Misericórdia»<sup>641</sup>; embora esta não implique qualquer redifinição de conceito com implicações arquitectónicas.

Arquitectonicamente existe uma mudança mais visível no século XVIII; ainda que não se perca na totalidade a noção de conjunto, constata-se uma maior individualização dos espaços e uma crescente importância arquitectónica da igreja. São expressões relevantes os exemplos de Guarda, Pereira, Viseu: embora os edifícios continuem a ser compostos por vários espaços, existe um assumir da diferenciação da igreja face ao conjunto, com fachadas elaboradas e enquadradas por torres, exibindo elementos próprios da arquitectura religiosa. O edifício já não é um todo uniforme e passa a ser assumidamente composto por várias partes. Não podendo aferir como se concretizou esta mudança, pois sai fora do âmbito temático e cronológico da nossa

---

<sup>641</sup> Cfr., PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vols. 7 e 8.

investigação, pensamos que se relaciona, também, com questões artísticas e de gosto; a afirmação do barroco, das suas linguagens, impõe uma estética distinta que se reflecte em elementos concretos.

No caso de Viseu em que a igreja é o centro do complexo arquitectónico, existindo divisões de um lado e do outro do espaço religioso, a fachada da igreja assume-se como a fachada da Casa; a grandíssima fachada estendendo-se horizontalmente abarcando o edifício da igreja e os restantes e é marcada pela existência das duas torres nos extremos

Para concluir estas considerações daremos como exemplo Viana do Castelo, conjunto arquitectónico complexo que representa bem o conceito de Casa da Misericórdia que queremos transmitir.

O edifício, sempre identificado como igreja da Misericórdia e Hospital, é resultado de duas principais campanhas arquitectónicas, apresentando todavia grande uniformidade; é um bloco homogéneo onde se integram a igreja, sacristia, enfermarias, casa do despacho, cemitérios e outras dependências – uma verdadeira Casa da Misericórdia.

A fachada mais elaborada do conjunto, que a bibliografia designa por “varanda dos convalescentes” ou “fachada do hospital”<sup>642</sup>, e tendo em conta o nosso entendimento do edifício só pode consistir na fachada da Casa da Misericórdia. Esta fachada está virada ao arruamento mais importante da zona, a praça da República, e enquadrada ao modo de *fondale* com a rua Aurora de Lima, contrastando com a fachada da igreja e com a lateral de acesso ao pátio e enfermarias.

A leitura das plantas do edifício reforça esta ideia, as enfermarias têm uma disposição paralela à igreja, sem ligação directa com esta fachada; este local

---

<sup>642</sup> SERRÃO, Vítor - **História da Arte em Portugal: o Renascimento e o Maneirismo**. Lisboa: Editorial Presença, 2002, pp. 201 – 2002; NOÉ, Paula – **Misericórdia de Viana do Castelo**. SIPA n.º PT011609310005. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1992, 2002, 2005. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>; OLIVEIRA, Catarina Maria Esteves - **A arquitectura de granito em Viana da Foz do Lima: Renascimento e Maneirismo no noroeste português**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2002. Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro.

era ocupado, como é comum em outras Misericórdias<sup>643</sup>, pela casa do despacho com vão para a igreja – a tribuna dos oficiais.

Assim, não é plausível que esta fachada constitua a fachada do hospital, mas sim a do conjunto arquitectónico que é a Casa da Misericórdia; uma fachada de prestígio, pensada com cuidado e detalhe. E se observarmos com atenção a volumetria do edifício e a sua planta vemos que tudo concorre para um todo coerente, dentro do contexto da actividade desempenhada pela Misericórdia: culto – igreja e sacristia, assistência – hospital e cemitério, administração e gestão – casa do despacho. E só assim tem sentido, reforçado pela própria organização espacial do conjunto, com acessos interiores e exteriores, organização das fachadas e volumetrias.

Nomeadamente a igreja não tem fachada exterior consistente, apenas um pano de muro com um portal, não existindo símbolos exteriores de natureza religiosa que identifiquem o edifício com uma tipologia concreta. De igual modo, a fachada dita do hospital apresenta a inscrição «Beati misericordes quoniam ipsi misericordiam consequentur» [“Bem-aventurados os misericordiosos porque alcançarão misericórdia”], comum a outras fachadas de Casas da Misericórdia<sup>644</sup>, no pano correspondente à fachada da igreja como Alvalade, Alcácer do Sal, Beja, Fão, Lourinhã (Anexo I [fichas] correspondentes), e que remete para a acção genérica destas confrarias.

Como já explicitámos a Casa da Misericórdia está definida conceptualmente por um conjunto arquitectónico composto por vários espaços essenciais ao desenvolvimento da actividade assistencial promovida pelas confrarias da Misericórdia e à própria gestão das confrarias. Neste contexto consideramos relevante a caracterização funcional de cada um destes espaços (a caracterização arquitectónica abordaremos no capítulo IV<sup>645</sup>) e a clarificação da terminologia, para não cairmos em anacronismos; é a função assumida pelos espaços que vai determinar algumas das suas características arquitectónicas.

---

<sup>643</sup> Misericórdias com disposição arquitectónica semelhante: Alcochete, Benavente, Coruche, Castelo de Vide (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>644</sup> Ver cap. IV. 3.3 Fachada principal e portal.

<sup>645</sup> Ver cap. IV. 3 Casa da Misericórdia - Caracterização arquitectónica.

Embora esta caracterização funcional seja tripartida – assistência, culto e administração, nem sempre esta corresponde a uma tripartição dos edifícios, como já foi referido por alguns autores<sup>646</sup>. Esta abordagem é demasiado simplista e não corresponde à realidade das Misericórdias: hospital/enfermaria, igreja e casa do despacho, apesar de serem os espaços mais comuns e a que se dá mais relevo, eram complementados por outros como cartório, casa das tumbas, celeiro, cemitério, quintal, entre outros.

### III. 2.1 Espaços culturais e espiritualidade

No âmbito da actividade assistencial promovida pelas Misericórdias existia um conjunto de acções culturais e espirituais, individuais ou colectivas, organizadas num conjunto de actos em que participavam os irmãos e que necessitavam de um suporte físico de cariz religioso – igreja ou capela.

E aqui reside a primeira clarificação que queremos fazer, a diferenciação dos conceitos «igreja» e «capela». O primeiro é um templo cristão destinado ao culto, geralmente sede de uma paróquia, regida por um pároco que exerce a sua jurisdição eclesiástica sobre um conjunto de fiéis. A capela é igualmente um templo cristão destinado ao culto com dimensões modestas, estando subordinada a determinada paróquia ou um espaço no interior de uma igreja ou catedral. Neste sentido, e sendo que, falamos de igrejas integradas num conjunto arquitectónico e que não têm categoria de paróquia, seria mais indicado a designação «capela». No entanto, as dimensões que apresentam não correspondem de todo a esta definição. Pois em alguns casos são os edifícios mais marcantes das aldeias, vilas e cidades depois da matriz, em dimensão e significado. Para nós esta dimensão do edifício é mais significativa, por isso optámos pelo termo «igreja».

A importância da dimensão espiritual da acção das confrarias da Misericórdia foi destacada por Ivo Carneiro de Sousa. Para o autor a caridade e a piedade formavam um conjunto indissociável, pois a misericórdia assumia-se como uma

---

<sup>646</sup> Cfr., SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 - 2000**. [s. l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 46.

virtude que possuía uma importante dimensão espiritual. Inclusivamente, Ivo Carneiro de Sousa defende que a proposta da nova confraria integrava, “desenvolvia e postulava uma espiritualidade interna e individual relevante, procurando contribuir para a formação dos leigos que aderiam ao apelo das suas obras”. A estreita relação entre a prática da misericórdia e o exercício da espiritualidade é considerada pelo autor “uma verdadeira «escola» de espiritualidade que se ofereciam ao laicado”<sup>647</sup>. A obra de Misericórdia é então encarada como verdadeiro exercício espiritual, torna-se via de interrogação interior, e assim uma etapa para a construção de um caminho que reconduz a Deus<sup>648</sup>.

É esta dimensão espiritual da actividade assistencial destas confrarias representa uma preocupação pela espiritualidade, característica relevante da assistência<sup>649</sup> e que vai justificar a existência de uma igreja na Casa da Misericórdia. Este espaço, devido à sua natureza e função, vai apresentar características próprias: era geralmente de razoáveis dimensões, com uma concepção e ornamentação cuidadas, exibindo uma simbologia singular e evidenciando características tipológicas muito interessantes<sup>650</sup>.

Todas as igrejas, incluindo estas, assumem-se como espaços sagrados, na medida em que são “o lugar de reunião dos fiéis, de todos os cultos, de todos os sacramentos, da adoração verdadeira e real de Deus” – o templo, o edifício construído pelo homem para prestar culto comunitário sob a presidência da autoridade religiosa<sup>651</sup>.

---

<sup>647</sup> Cfr., SOUSA, Ivo Carneiro - **Da Descoberta da Misericórdia à Fundação das Misericórdias (1498-1525)**. Porto: Granito Editores e Livreiros, 1999, pp. 189-190.

<sup>648</sup> Cfr., SOUSA, Ivo Carneiro - **Da Descoberta da Misericórdia à Fundação das Misericórdias (1498-1525)**, p. 191.

<sup>649</sup> Como refere Jesús Martínez em algumas épocas a componente de espiritualidade da assistência foi mais relevante do que as componentes pedagógicas e sanitárias; MARTÍNEZ VERÓN, Jesús, - **La Real Casa de Misericordia**. Zaragoza: Diputación Provincial, 1985, p. 219.

<sup>650</sup> Como já foi referido, o tema da caracterização arquitectónica das igrejas e outros espaços da Casa da Misericórdia serão abordados no capítulo IV. Ver cap. IV. 3 Casa da Misericórdia - Caracterização arquitectónica.

<sup>651</sup> “Espaço Sagrado”, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000 - 2001, vol. 2, pp. 175-176.



No entanto, no contexto das Misericórdias, estas igrejas serviam à sua importante e específica acção devocional, celebrativa, litúrgica e funerária<sup>652</sup>. E assumiam-se como a materialidade dessas acções espirituais, diferenciando-se das utilizações dadas a outras igrejas por congregar essa multiplicidade de usos. Eram igualmente espaços de devoções individuais e colectivas, públicas e privadas. Assim, as igrejas integradas nas Casas da Misericórdia serviam de cenário às mais importantes e diversificadas celebrações e actos realizados pela confraria, por onde passava toda a dinâmica da mesma e, como tal, evidenciam alguns elementos característicos dessa vivência confraternal.

Na igreja da Casa da Misericórdia assistia-se à realização de rituais cíclicos e não cíclicos e respectivas produções de significado que explicitaremos em seguida<sup>653</sup>.

O mais elementar dos actos era a celebração da Eucaristia, que podia estar relacionada com o ritmo diário da confraria ou com realidades específicas como o sufrágio das almas de irmãos e familiares ou doadores e patronos; em alguns casos eram missas de obrigação relacionadas com a instituição de capelas e outros legados.

Também as celebrações litúrgicas, realizadas em obediência ao calendário religioso, e inerentes à especificidade espiritual das Misericórdias, decorriam neste espaço. Essencialmente em honra de Nossa Senhora – Natividade e Visitação – com recitação de ladainha, liturgia das horas, missa cantada e sermão – e de Jesus Cristo – Natividade, Paixão e Morte<sup>654</sup>.

Estas igrejas eram também locais de saída, passagem ou término das manifestações processionais públicas realizadas por estas confrarias:

---

<sup>652</sup> Algumas destas práticas estavam previstas e eram definidas e estruturadas pelo próprio Compromisso. Era o caso de um conjunto de procissões como a da Visitação e das Endoenças. Ver transcrição dos Compromissos em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vols. 3 – 4.

<sup>653</sup> Ver SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 81, 103-137.

<sup>654</sup> Cfr., CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: devoções, procissões e outras festividades (do século XVI a começos do Século XX)**. Vila Verde: Tipoprado - Artes Gráficas, Edição do Autor, 1998, pp. 11-13; SILVA, Hermano Castro - **A Misericórdia de Castelo Branco: apontamentos históricos**. 2ª ed. revista e acrescentada por José Lopes Dias. Castelo Branco: Oficinas da Papelaria Semedo, 1958, p. 109.

procissão das Endoenças (5.<sup>a</sup> Feira Santa)<sup>655</sup>, procissão da Quaresma<sup>656</sup>, procissão do Enterro do Senhor (6.<sup>a</sup> Feira Santa), procissão de Todos-os-Santos (1 de Novembro) com a recolha das ossadas dos condenados<sup>657</sup>, Procissão no dia de S. Martinho, dedicada ao sufrágio das almas dos defuntos do ano anterior<sup>658</sup>, procissão no dia da Visitação (2 Julho) que coincidia com a festa da confraria, com a reunião anual de todos os irmãos e eleição dos oficiais<sup>659</sup>. Estas procissões eram essenciais enquanto devoção, mas também enquanto testemunho público da vivência confraternal e espiritual das Misericórdias, por isso estavam previstas e eram definidas e estruturadas pelo **Compromisso**<sup>660</sup>.

Para além da dimensão cultural, as igrejas integradas nas Casas da Misericórdia tinham uma dimensão funerária, pois serviam para sepultamento de irmãos, benfeitores e outras pessoas.

Para além dos vestígios materiais subsistentes, temos, em alguns casos, a evidência documental que aprofunda um pouco os contornos desta questão; nomeadamente sobre o modo como a nave da igreja deveria servir como espaço de enterramento.

---

<sup>655</sup> Para conhecimento da sua estrutura e principais investimentos simbólicos e devocionais, ver SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**. [S. l.]: CTT-Correios de Portugal, 1998, pp. 119-131. Esta manifestação pública era prevista e definida pelo órgão regulamentar das confrarias da Misericórdia. Um compromisso da Misericórdia de Lisboa justifica e enquadra esta procissão, afirmando: “*com esta demonstração exterior esperta o povo Christão ao devido sentimento da Paixão de Christo Redemptor nosso, que a Igreja celebra neste santo tempo, & juntamente mover a efeito de penitencia aos fieis christãos, que reconhecerem seus pecados, & por sua satisfação quiserem fazer alguma satisfação penal*”, cfr., transcrição em SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, p. 119. Esta vertente era tão importante para as Misericórdias que os compromissos começam a incluir um capítulo próprio com a sua estruturação.

<sup>656</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, pp. 92-94. CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: devoções, procissões e outras festividades (do século XVI a começos do Século XX)**, p. 18.

<sup>657</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, pp. 89-91; para conhecimento da estrutura e características desta procissão ver SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, p. 131.

<sup>658</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, pp. 91-92.

<sup>659</sup> Cfr., SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**, pp. 95, 132-133.

<sup>660</sup> Ver transcrição Compromissos em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vols. 3 – 4.

O último capítulo do Compromisso de 1577 é dedicado a “*da maneira em que se poderão dar sepulturas na igreja da Misericórdia*” e incide sobre duas proibições: “*no taboeyro das grades dos altares se não dara jazigo nem sepultura, nem lugar pera deposito a nenhua pessoa*” e “*no corpo da igreja se não dara sepultura perpetua a nenhum irmão, nem pessoa outra pera que nam falte sepultura a todos os irmaos que por sua devaçam se quiserem ahi lançar*”, embora o provedor e irmãos pudessem determinar de outro modo<sup>661</sup>.

Outro tipo de documentação explicita a forma como deveriam ser atribuídas estas sepulturas e o valor a pagar de acordo com a sua localização no interior do templo, assim como constrangimentos de localização de sepulturas<sup>662</sup>. Estes enterramentos eram uma fonte de rendimentos para a confraria, aliando-se a componente assistencial-espiritual à económica.

Uma questão concreta neste contexto é o patrocínio de obra no interior destas igrejas, geralmente a construção ou remodelação da capela-mor, com o objectivo (contrapartida) expresso de enterramento no local. Talvez o caso mais paradigmático seja a construção da capela-mor da Misericórdia do Porto por disposição testamentária de D. Lopo de Almeida<sup>663</sup>; mas existem outros casos como Alenquer, Azurara<sup>664</sup>, Benavente<sup>665</sup>, Évora, Fão<sup>666</sup>, Penafiel<sup>667</sup> (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>661</sup> Cfr., Compromisso de 1577, transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, p. 354.

<sup>662</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta, **Livro de acórdãos** (1553 - 1573), fls. 4 e 90 – 90 v.

<sup>663</sup> Sobre esta obra, contexto, características e processo ver BASTO, Artur Magalhães - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. 2ª ed. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997 e SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**. Catálogo de Exposição, [S. l.]: Comissão para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995.

<sup>664</sup> Francisco Gonçalves Vila Chã mandou fazer a capela-mor da igreja da Misericórdia de Azurara em 1604 e foi sepultado no local; cfr., FERREIRA, J. Augusto - **Vila do Conde e seu Alfoz: Origens e Monumentos**, p. 63.

<sup>665</sup> A ampliação da capela-mor da igreja da Misericórdia de Benavente foi realizada com uma doação de Helena da Costa Lobo, c. 1628-1630; cfr., AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**, pp. 70-71.

<sup>666</sup> O testamento de Madalena André, de 1632, faz uma doação para a construção da capela-mor da igreja da Misericórdia de Fão; cfr., MARIZ, Carlos Domingues Venda - **Santa Casa da Misericórdia de Fão: 4 séculos de história**. Fão: Santa Casa da Misericórdia de Fão, 2000.

<sup>667</sup> Amaro Moreira financiou a construção da nova Casa da Misericórdia de Penafiel (1621 - 1639) e foi sepultado na capela-mor onde está a inscrição: «anno 1621 esta casa e capela

Uma inscrição existente no alçado da nave da igreja da Misericórdia de Alenquer é bem representativa desta situação – do patrocínio de obra tendo como intenção o enterramento do promotor no local e a vinculação de bens para o sustento da obra e das missas de obrigação: «AIRES FERREIRA E DONA CATARINA DE GOES SVA MOLHER MANDARÃO REFAZER ESTA IGREIA PERA SVA SEPULTURA QVE TEM NA CAPELA MOR COM HVA MISA COTIDIANA PERA A QVAL E FABRICA DA DITA IGREIA DEIXARAM A ESTA CAZA DA MISERICORDIA 86 MIL REIS DE IVRO ANO 1595» (Anexo I [fichas] – Alenquer).

Uma outra dimensão que assume a igreja integrada na Casa da Misericórdia era a dimensão sacralizadora de rituais temporais inerentes ao quotidiano da confraria designadamente, a eleição do provedor e oficiais<sup>668</sup> e as reuniões periódicas destes oficiais<sup>669</sup>.

A eleição do novo provedor e oficiais, um dos actos administrativos mais marcante na vida da confraria, com uma carga simbólica muito relevante, deveria decorrer na igreja tal como prescrevia o Compromisso: “*Da emleição dos officiaes. Capitullo quarto. [...] seram juntos todos os dictos irmaõs ou todos os mais que se poderem ajuntar, na capella onde estiver a dicta Confraria*”<sup>670</sup>.

Procurava-se a dignificação e sacralização do acto profano e humano com recurso a espaços – igreja e actos sagrados (participação na Eucaristia e leitura da Sagrada Escritura). Isabel dos Guimarães Sá acrescenta que esta “ritualização procurava compensar procedimentos cuja legitimidade era

mandou fazer o licenciado Amaro Moreira abade de Hermello»; cfr., MIRANDA, Abílio - **História da Misericórdia de Penafiel**. Penafiel: Tipografia Espinhense, 1987, p. 17.

<sup>668</sup> Cfr., duas completas descrições do processo de eleição do provedor e oficiais em Arquivo da Misericórdia de Barcelos, Armário A, Cx. 18, livro 63 – **Livro de eleições e acórdãos** (1584 – 1628), fls.116 v. – 117 e 139 v. – 142. Inéditos.

<sup>669</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta, **Livro de acórdãos** (1553 - 1573), fl. 97 referindo a obrigatoriedade de “*os jrmãos e prouedor e mordomos venhão e assistão todos a toda llas mjssas de 4 feiras e festas de Nosa Senhora e a todos os domjguos depois de jantar pera se acordar e tratar das cousas pertemçentes ao Regimento da dita Cassa, por quanto ate quj não se fez como era rezão [...]*”.

<sup>670</sup> Compromisso de 1516 transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 318 – 319.

obviamente frágil, uma vez que apenas a boa fé dos irmãos podia evitar abusos”<sup>671</sup>.

De igual modo, a reunião periódica dos oficiais responsáveis pela administração da confraria, das suas acções e dos seus bens, era precedida pela participação na Eucaristia. O Compromisso da Misericórdia de Lagos, datado 1561 refere “*Item, os dias ordenados pera conselho e cabido seram todas as quartas-feiras, depois da missa da confraria, e todos os domingos à tarde*”<sup>672</sup>.

A intenção era semelhante, dignificar o acto, dando-lhe uma componente divina, transcendente, e podemos pensar num pedido de sabedoria para as melhores decisões... Esta simbólica prolonga-se na casa do despacho, onde os oficiais se reuniam, e onde existia um retábulo-oratório, a presidir aos encontros.

Essenciais a estes espaços de culto, os ministros ordenados – capelães – assistiam os membros da confraria e todos a quem esta prestava auxílio: presos, pobres, doentes e condenados. No domínio do espiritual a figura do capelão era fundamental, sendo a base sobre a qual se constituem as actividades desta natureza promovidas pelas confrarias.

O capelão ministra a assistência espiritual, com a respectiva administração dos sacramentos; mais especificamente celebrava as missas a que a instituição se encontrava vinculada, fazia pregações, administrava o sacramento da confissão e o viático aos doentes, presidia aos enterramentos, ao acompanhamento de condenados e às procissões.

A presença do capelão reforçava a dimensão religiosa, cultural e espiritual da confraria; era um ministro ao serviço da Misericórdia, previsto no estatuto regulador da sua actividade. Um capítulo do *Compromisso*, denominado “*Capelães e cousas que há daver na confraria*”, era dedicado à obrigatoriedade de manter um capelão e à sua actividade<sup>673</sup>.

---

<sup>671</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, p. 86.

<sup>672</sup> Cfr., CORRÊA, Fernando Calapez - **Elementos para a História da Misericórdia de Lagos**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Lagos no V Centenário da sua Fundação, 1998, p. 37.

<sup>673</sup> Compromisso de 1516 transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 323.

### III. 2.2 Espaços administrativos

A par dos espaços de culto as Casas da Misericórdia dispunham de outros espaços de carácter administrativo, onde estruturavam e geriam a sua acção assistencial e os seus bens. Referimo-nos, prioritariamente, ao local de reunião do provedor e oficiais e ao local onde se guardava a documentação de interesse para a confraria.

I. O espaço de reunião do provedor e oficiais, e todo o equipamento inerente, é um dos espaços mais emblemáticos da Casa da Misericórdia, extremamente ligado ao seu quotidiano. Era o local onde periodicamente se reuniam para a tomada de decisões sobre a actividade e gestão dos bens da confraria. Era também, um espaço de representação, bastante visível nas opções arquitectónicas (localização, relação com a igreja,...) e decorativas (variedade e temática ornamental, equipamento,...) de que falaremos no capítulo IV<sup>674</sup>.

O primeiro compromisso da Misericórdia de Lisboa, em cópia manuscrita existente na Misericórdia do Porto, tem um capítulo designado por “*dias pera conselho*”, que define “*hos dias hordenados pera consselho e cabidoo seram todas as quartas ferias depois da missa da confraria e todos hos domingos a tarde ahos quaees dias ho decto provedor e hoficiaees viiram pera despacharem e falarem o que for serviço de deos e assy descarreguo a cada huum do que se ha de fazer segundo seu hoficio*”<sup>675</sup>.

Um outro *Compromisso* mais tardio, 1589, apresenta com maior pormenor o conteúdo das reuniões num capítulo denominado “*dos dias que o prouedor e jrmãos da meza serão obrigados a vir a casa*”: o “*prouedor e jrmãos da mesa serão obrigados virem todos a cassa da Misericordia aos domingos e dias de festa de todo o anno pela manhã a ouuir missa e acompanharem a cassa e assi aos domingos a tarde pera prouerem os presos com as esmolos da cassa e*

<sup>674</sup> Ver cap. IV. 3.1 Concepção espacial e IV. 3.5 Casa do despacho.

<sup>675</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, D, bco. 4, L. n.º 2 (I), fl. 8 v. Transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 385 – 393.

*despacharem suas petições e se tomar conta aos procuradores e solicitadores dos feitos dos presos que a cassa liura e se saber se sam feitas as diligencias que os julgados tem mandado fazer e todo no mais que for necesario pera breuidade do despacho e soltura dos ditos presos [...]. E assim serão o prouedor e jrmãos obrigados viram também todas as quartas feiras do anno pela manhã a casa do despacho pera darem esmolos aos pobres que não forem acentados na vizitação e despacharem as petições de que os vizitadores tiuerem feito diligencia [...]. E pela mesmoa maneira serão obrigados viren a Cassa do despacho todas as sextas feiras do anno pela manhã para se emtender na arecadaçam da fazenda que se deixa para esmolos dos pobres e para o despacho das pitições dos captiuos e orfãos e asi para se tomar comtas aos prouedor e solicitador das demandas que a cassa tiuer [...]. E asi mesmo serão obrigados o prouedor e jrmãos a vir a dita caza da misericordia ser presentes aos officios que se fazem em cada hum anno pelos reis defuntos que forão fundadores e jrmãos desta caza nos dias e tempo que for ordenado pelo dito prouedor e jrmãos no regimento da capella”<sup>676</sup>.*

Outras referências dispersas e mais breve comprovam a essência deste acto; o seu duplo objectivo: “[...] *na casa da confraria [...] estando ahy o prouedor e jrmãos da dita comfrarya fazendo mesa prouemdo as cousas necessarias a dita comfrarya [...]*”<sup>677</sup> e “[...] *na casa da samta mjsericordia estando ahy o prouedor e jrmãos fazendo mesa prouemdo as cousas necessarias pera o seruico de deus [...]*”<sup>678</sup>. E também, a sua natureza de procedimento em continuidade e antiguidade: “[...] *em a mesa da santa misericordja desta cydade de Beja estamdo presemtes ho prouedor e jrmãos fazendo mesa segundo seu boom custume [...]*”<sup>679</sup> e “*aos tronta he hum dias do mes de Maio de mil he seiscentos he noue nesya uila de Araiolos na caza da Misericordia dela semdo iumtos em*

<sup>676</sup> Arquivo Municipal do Montijo, fundo da Misericórdia do Montijo, caixa 1, doc. 1 - **Compromisso da Misericórdia de Lisboa que serviu para estudo da Misericórdia do Montijo** (1589), fls. 24 – 25.

<sup>677</sup> Arquivo Distrital de Beja, fundo da Misericórdia de Beja, livro 15 - **Receita e despesa** (1560 – 1561), fl. 2. Inédito.

<sup>678</sup> Arquivo Distrital de Beja, fundo da Misericórdia de Beja, livro 15 - **Receita e despesa** (1560 – 1561), fl. 8. Inédito.

<sup>679</sup> Arquivo Distrital de Beja, fundo da Misericórdia de Beja, livro 14 - **Receita e despesa** (1555 – 1556), fl. [1 v.]. Inédito.

*cabido segumdo seu bom e antigo costume o prouedor he irmãos deste prezemte ano [...]*<sup>680</sup>.

Após estas considerações é importante fazer uma clarificação terminológica relativa ao espaço concreto onde decorria a reunião, uma vez que existem referências a este local na documentação desde os primeiros anos de actividade das confrarias logo após a sua instituição. Este espaço tem tradicionalmente várias designações que são usadas indistintamente na bibliografia: «casa do despacho», «cabido», «capítulo», «consistório», «mesa» e num caso esporádico, até ao momento, «auditório»<sup>681</sup>.

O termo «casa do despacho», talvez o mais generalizado quer na documentação quer na bibliografia, serve apenas para definir um espaço. Todos os exemplos que encontrámos na documentação apresentam esta conotação: “[...] *em a casa do despacho da casa da Misericórdia desta villa do Allandroal*”<sup>682</sup>; “[...] *nesta villa de mertola na caza do despacho da santa misericórdia della* [...]”<sup>683</sup>. Esta designação deriva obviamente do objectivo da reunião dos oficiais que decorria neste espaço, como afirma o Compromisso: “[...] *despacharem e falarem o que for serviço de deos* [...]”<sup>684</sup>, gerir e organizar a acção da confraria, e distribuir entre si as várias tarefas.

Um sinónimo de «casa do despacho» é «consistório». O consistório designa tradicionalmente a reunião de cardeais para dar assistência ao Papa nas suas decisões; e por inerência pode ser aplicado a outras assembleias, reuniões, conselhos, entre outros; este termo aplicado em Arquitectura, ou seja, a um edifício, remete para um espaço de reunião.

<sup>680</sup> Arquivo da Misericórdia de Arraiolos, Livro B – 11 - **Tombo velho** (1558), fl. 173 v. Inédito.

<sup>681</sup> “*Ha xbij duas do mes de Março, sendo juntos no auditorio da Misericordia provedor e irmãos* [...]”, registos de cumprimentos de uma determinação do Duque de Bragança de 1532, transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 377.

<sup>682</sup> Arquivo da Misericórdia do Alandroal, Livro 2 – **Receita e despesa** (1587 - 1591), fl. 19. Inédito.

<sup>683</sup> Arquivo Municipal de Mértola, fundo da Misericórdia de Mértola, D.D. 1 – 2, fl. 4. Inédito.

<sup>684</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, D, bco. 4, L. n.º 2 (I), fl. 8 v. Transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 385 – 393.



Na documentação quinhentista das Misericórdias esta palavra aparece com menos incidência do que «casa do despacho» e é utilizada como sinónimo desta: “aos *desaseis dias do mês de Julho de 1574 anos no consistorio da Mjsericordia desta villa de Fronteira [...]*”<sup>685</sup>, “*anno do nacimiento de nosso senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e nouenta e tres aos uinte dias do mês de Junho na Caza da Santa Misericordia desta villa de Monforte e no Consistorio della [...]*”<sup>686</sup> e “[...] *aos tres dias do mês de Julho era de mil seissentos e des anos nesta villa de Monforte nas cazas da misericordia no consistorio della [...]*”<sup>687</sup> ou “aos 4 dias do mês de Julho de nouenta e tres se aiuntarão na caza do consistorio o senhor prouedor e mais irmãos [...]”<sup>688</sup>.

Em dois outros exemplos, Monforte e Borba, “consistório” surge com significado de reunião, o que não é estranho, pois é esse o seu sentido original; no primeiro caso a referência é: “aos *quatro dias do mês de yulho de mill e quinhemtos e nouemta e noue anos em mesa e comsistorio da Samta Misericordia [...]*”<sup>689</sup> e no segundo: “[...] nas casas da Misericordia dela, domde hos irmaos fazem ho comsystodio [*sic*]”<sup>690</sup>.

Um outro termo mais tardio, introduzido no século XVII com uma mudança na organização das Misericórdia<sup>691</sup>, e que passou também a ser utilizados como sinónimo de «casa do despacho» é o «definitório». Este era composto por “*vinte diffinidores, a saber, dez nobres e dez officiaes [...]* e seu officio será

<sup>685</sup> Arquivo Municipal de Fronteira, fundo da Misericórdia de Fronteira, Cx. 4, 2.4:1 - **Registo de irmãos** (1574 - 1603), fl. 111. Inédito.

<sup>686</sup> Arquivo da Misericórdia de Monforte, fundo da Misericórdia de Monforte, Maço 36 - **Livro dos irmãos** (1593 - 1736), fl. 2. Inédito.

<sup>687</sup> Arquivo da Misericórdia de Monforte, fundo da Misericórdia de Monforte, maço 35 - **Inventário dos ornamentos pertencentes a santa casa da Misericórdia e mais trastes que tem** (1790), fl. 5. Inédito.

<sup>688</sup> Arquivo da Misericórdia de Monforte, fundo da Misericórdia de Monforte, Maço 27 - **Livro da confraria** (1593 - 1619), fl. 28. Inédito.

<sup>689</sup> Arquivo da Misericórdia de Monforte, fundo da Misericórdia de Monforte, Maço 36 - **Livro dos irmãos** (1593 - 1736), fl. 18 v. Inédito..

<sup>690</sup> Carta de venda de umas casas datada de 1561 transcrita em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 424 - 425.

<sup>691</sup> O Definitório foi introduzido pelo Compromisso de 1618. Ver a transcrição do compromisso em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 5, pp. 275 - 322.

*aconselharem a Mesa nos negocios para que forem chamados*<sup>692</sup>; por inerência passou a aplicar-se ao espaço de reunião deste grupo de irmãos.

Se as designações que temos visto até ao momento, nomeadamente «casa do despacho» e «consistório» designam o espaço, o termo «cabido» designa o acto; dito de outro modo, a acção do provedor e oficiais se reunirem para a tomada de decisões. O «cabido» é uma expressão de âmbito religioso que designa o conjunto de clérigos ou padres que pertencem à administração de uma catedral ou colegiada; termo absorvido pelas Misericórdias com o sentido de reunião dos responsáveis pela administração da confraria.

E é com este significado que surge maioritariamente na documentação: “*oje domingo xiiij dias do mês de feureiro estando o prouedor e jrmãos da mjsericorsia desta villa d’allcaçer do sall em cabido veo a dita casa francisco de nouais [...]*”<sup>693</sup>; “*aos dous dias do mes de julho de myl e quynhemtos e setemta e sete anos em esta vyla de fromteira na menza onde se faz o cabydo da samta mysericordia estando ay framsisquo uas prouedor e os mays yrmãos da samta mysericordia abayxo asynados todos juntos [...]*”<sup>694</sup>; “*aos quatro dias do mês de Janeiro de 1568 fizerão cabido o prouedores e jrmãos da Santa Mysericordia e se acemtarão as despezas sygymtes [...]*”<sup>695</sup> e “*aos vinte e oito dias do mes de Mio de mill e quinhentos e cimquoenta anos na villa d’ Óbidos na Casa da Santa Misericordia estando em cabido [...]*”<sup>696</sup>.

Um exemplo da Misericórdia do Porto mostra como os dois conceitos, «casa do despacho» - o local - e «cabido» - o acto - se relacionam: “[...] *na cidade do Porto e rua nova de Samta Cateryna das frolles [...] em ha casa do despacho de Nosa Senhora da Mysericordia della [...] fazemdo seu cabydo segumdo seu boom uso e antyguo custume*”<sup>697</sup>.

<sup>692</sup> Cfr., transcrição do compromisso em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 5, p. 294.

<sup>693</sup> Arquivo da Misericórdia de Alcácer do Sal, caixa 92, maço 1 (1558), fl. 2. Inédito.

<sup>694</sup> Arquivo Municipal de Fronteira, fundo da Misericórdia de Fronteira, Cx. 4, 2.4:1 - **Registo de irmãos** (1574 - 1603), fl. 25 v. Inédito..

<sup>695</sup> Arquivo da Misericórdia de Evoramonte, **Livro da Confraria da Misericórdia** (1567 - 1568), s/fl. Inédito..

<sup>696</sup> Anexo V.1 [docs.], Documento 1 – Óbidos, Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCMO/MIS/RAE/LIV01 – **Acórdãos e eleições** (1549 - 1603), fl. 27 v..

<sup>697</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, H., Bco. 1, n.º 13, fl. 35.

Por extensão designa também o local da reunião, utilizando-se como sinónimo de «casa do despacho». No entanto, os exemplos que encontramos desta aplicação são bastante raros e tardios: “*aos doze dias do mez de setembro de mil e seiscentos e quarenta e oito annos nesta villa de thomar na Caza da Santa Misericordia no cabido della estando em meza o senhor Miguel do Valle de Senza prouedor da dita Caza este dito anno e os hirmãos da meza [...]*”<sup>698</sup> e “*aos doze dias do mês de Outubro de mil setecentos e quarenta e dois anos na Casa do cabido desta Santa Casa da Misericórdia*”<sup>699</sup>.

Outra designação pouco comum mas bastante significativa é o «capítulo». Retirada dos contextos conventual e catedralício, e por emulação destes contextos, a expressão designa a assembleia, no caso das Misericórdias, dos oficiais e/ou irmãos e também o local da reunião destes, utilizando-se como sinónimo de «casa do despacho».

Em Mora um livro de termos relata “*na casa da sãotysyma micireicordia dela estãodo ymtos em capytolo ho prouedor e yrmãos abaixo asynados*”<sup>700</sup> e no Torrão os livros de receita e despesa referem em “[...] *mil e quinhentos e nouenta e tres anos na casa da Misericordia da villa do Torrão e na mensa e capitulo della [...]*”<sup>701</sup> e “[...] *mil e seissentos e quatro annos aos quatro dias do mês de iulho do dito anno na caza do capitolo da Mizericordia da uila do Torão [...]*”<sup>702</sup>.

No entanto, o termo mais multi-significados é sem dúvida «mesa». Esta designação tem seguramente origem na natureza do acto, administrativo, e no seu suporte – a mesa do despacho.

“*Estar em mesa*”, “*em esta mesa*”, “*fazer mesa*” ou “*na mesa*” são as referências mais comuns e que designam o acto de reunião do provedor e oficiais, essencial no quotidiano da confraria: “*aos uintoyto dias do mês de*

<sup>698</sup> Arquivo da Misericórdia de Tomar, Livro 109 - **Actas da mesa**, fl. 12. Inédito.

<sup>699</sup> Termo de ajuste com o pintor Luís Inácio Fortuna, citado por PINTADO, Francisco António - **Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta**. [S. l.]: Edição da Santa casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta, 2001, p. 100.

<sup>700</sup> Arquivo da Misericórdia de Mora, doc. 4 - **Livro de termos** (1585 - 1592), fl. 8. Inédito.

<sup>701</sup> Arquivo da Misericórdia do Torrão, **Livro de receita e despesa** (1595), fl. 9. Inédito.

<sup>702</sup> Arquivo da Misericórdia do Torrão, **Livro de receita e despesa** (1604 - 1605), fl. 7. Inédito.

*merço de 1590 estando em meza juntos o prouedor [...] e os irmãos*<sup>703</sup>; “*aos omze dias do mês de Março do anno de mill e quinhentos e oitemta e quatro annos em esta villa d’Allandroall na messa da santa Misericordia desta villa [...]*”<sup>704</sup>; “[...] *facio saber [...] como na mesa do despacho della [santa Misericordia] [...]*”<sup>705</sup>; “*nesta villa de Mora na quaza da santa Mjsericordia da dita villa estando [...] prouedor e hos mais hirmãos ha bayxo hasinados lloguo fizeram meza*”<sup>706</sup>. Ainda uma referência um pouco mais tardia (1766) mas muito elucidativa: “*no livro de 61 [...] se acha hua determinação para que ouvese Mezas nas primeiraz domingaz de cada mez para se dar assim melhor expedição os negocios da caza*”<sup>707</sup>.

No entanto, o conceito surge também para designar o local da reunião: “*aos quatorze dias do mês de Julho da presente era de quinhentos sesemta e dous annos nesta cidade de bragua na casa da misericordia e mesa dela [...]*”<sup>708</sup>; assim como os próprios oficiais eleitos, os “*irmãos da mesa*”, posteriormente designados «mesários»<sup>709</sup>: “*aos des dias do mês de maio de mil e quinhentos e nouenta e dous annos estando em meza que fazia o senhor Antonio da Gama de Mendonsa prouedor que ora serue neste dito anno e iuntamente os irmãos da meza nesta caza do despacho desta caza da Mizericordia [...]*”<sup>710</sup>. Inclusivamente um documento referente a Vila do Conde, embora setecentista, indica “*Casa da Mesa*”<sup>711</sup>.

De igual modo, é também aplicado ao próprio equipamento de apoio à reunião, a mesa do despacho, “*na casa do despacho da confraria da santa misericordia*

<sup>703</sup> Arquivo da Misericórdia de Benavente, livro 97 - **Tombo Antigo de Acordos** ([...1573 - ]), fl. 154 v..

<sup>704</sup> Arquivo da Misericórdia do Alandroal, Livro 1 – **Receita e despesa** (1579 - 1585), fl. 90. Inédito.

<sup>705</sup> Arquivo da Misericórdia de Atougua da Baleia, Documentos avulsos, C1-4.6-n.º 56 – **Certidão de atribuição de dote** (1573). Inédito.

<sup>706</sup> Arquivo da Misericórdia de Mora, doc. 4 - **Livro de termos** (1585 - 1592), fl. 12. Inédito.

<sup>707</sup> Arquivo Municipal de Fronteira, fundo da Misericórdia de Fronteira, Cx.1, 2.1:1 - **Actas** (1763 – 1783), fl. 25. Inédito.

<sup>708</sup> Arquivo Distrital de Braga, Fundo da Misericórdia de Braga, livro 657 - **Livro de despesa** (1554 – 1574), s/fl..

<sup>709</sup> O termo «mesário» parece mais tardio ou pelo menos não tão generalizado na documentação quinhentista.

<sup>710</sup> Arquivo Municipal do Montijo, fundo da Misericórdia do Montijo, livro 9 - **Livro de acórdãos e deliberações** (1591 - 1669), fl. 24 v.

<sup>711</sup> Arquivo da Misericórdia de Vila do Conde, **Tombo 1.º** (1714); transcrição facultada pelos funcionários do arquivo sem constar o fólio.

*junto a mesa dela*<sup>712</sup> e “*logo no dito dia em a mensa do consistorio abriram hua carta [...]*”<sup>713</sup>. As referências documentais relativas à mesa, mobiliário, são muito comuns noutro contexto, nomeadamente em livros de receita e despesa com pagamentos para a sua realização (“*mais despesas que fez o dito Antonio de Goes Palha em os asentos pera a meza redonda que se mandarão fazer de nogueira*”<sup>714</sup>) ou conserto (“*amanho da menza que esta neste consistorio*”<sup>715</sup>) e em inventários (“*hum pano azul da meza*”<sup>716</sup>).

Em alguns casos é bastante ambíguo qual dos significados assume, se o acto, se o local, se o equipamento: “*anno do nasimento de nosso senhor jhesus christo de mil e seissentos e quatorze anos aos sinquo dias do mês de julho do dito anno nesta villa de ferreira na caza da santa misericordia na meza do provimento e despacho della [...]*”<sup>717</sup>; “*dominguo vimte dias do mês de maio de mill e quinhentos e sasemta anos na mesa da samta mjsericordia desta villa d'allcaçer do sall estando em ella duarte de figueiredo prouedor e os jrmãos veo a dita mesa francisco rodrigues esprjuão*”<sup>718</sup> e “*aos dezanoue dias do mes de Julho de mjll e quinhemtos e coremta e seis na casa do samtos espirito homde hora esta setuada a confraria da samta Mjsericordia foram juntos o prouedor e jrmãos da dita comfraria em mesa e cabido foi ordenado [...]*”<sup>719</sup>.

Uma curiosa variante aparece num documento da Golegã datado de 1581: “[...] *no deradeyro dia do mês de Junho do dito ano na uilla da Golegam na Casa da Misericordia dela na mesa dos irmaos da dita Misericordia [...]*”<sup>720</sup>

<sup>712</sup> Arquivo Municipal de Moura, fundo da Misericórdia de Moura, livro [s. n.º] - **Tombo**, fl. 289 v. Inédito.

<sup>713</sup> Arquivo da Misericórdia de Monforte, fundo da Misericórdia de Monforte, maço 35 - **Livro de rendas e eleições** (1610 – 1769), fl. 5 v. Inédito.

<sup>714</sup> Arquivo Distrital de Évora, fundo da Misericórdia de Évora, livro 944 - **Despesas com obras na casa** (1653 - 1657), fl. 28.

<sup>715</sup> Arquivo Municipal de Fronteira, fundo da Misericórdia de Fronteira, Cx. 17, 3.3:48 – **Receita e despesa** (1753 – 1756), fl. 40 v. Inédito..

<sup>716</sup> Arquivo Municipal de Fronteira, fundo da Misericórdia de Fronteira, 3.9: 1 - **Tombo** (1535-1806), fl. 7.

<sup>717</sup> Misericórdia de Ferreira do Alentejo, **Livro de receita e despesa** (1613 – 1614) (5 Jul), s/fl..

<sup>718</sup> Arquivo da Misericórdia de Alcácer do Sal, caixa 92, maço 1 (1558), fl. 9. Inédito.

<sup>719</sup> Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCNO/MIS/ACS/Liv. 01 - **Acórdãos**, fl. [1] e [1 v.].

<sup>720</sup> Arquivo da Misericórdia da Golegã, **documentação avulsa**. Inédito.

Como seria de supor em algumas circunstâncias os conceitos de «mesa» e «cabido» aparecem como sinónimos: “*aos treze dias do mês de outubro de mil quinhentos e outenta e çinquo annos em esta cydade de Braga na casa da Mysericordia noua estando em cabido o prouedor e irmãos [...]*”<sup>721</sup> e “*Aos uinte e tres dias do mês de agosto de mil e quinhentos nouenta e dous annos em a casa da santa misericordia estando em messa os senhores irmãos dos treze [...]*”<sup>722</sup>.

Noutras os termos «mesa» e «casa do despacho» interligam-se: “*em quatro dyas do mês de março de myll e quynhemtos e setemta e tres anos na vyla d'allconchete nesta casa da myzerycordya em mesa e casa de despacho dela [...]*”<sup>723</sup> e “*anno do nacimiento de nosso senhor Jesu cristo de myl e qujnhemtos e nouemta e noue annos aos dous djas do mes de julho e nesta uilla de coruche na Caza da sanctya misericórdia na menza do despacho della [...]*”<sup>724</sup>.

Após a apresentação dos diferentes conceitos, queremos explicitar que apesar de todas terem uma razão de ser muito concreta, optámos por usar o termo «casa do despacho» para designar o local, no interior da Casa da Misericórdia, onde o provedor e oficiais realizavam as suas reuniões, pois consideramos que é o mais consistente e o que melhor reflecte a realidade quinhentista, não perdendo significado nos séculos posteriores.

II. Intimamente relacionado com a casa do despacho surge um outro espaço que também podemos integrar nesta classificação de espaços com função administrativa, referimo-nos ao cartório.

O cartório ou arquivo era o local onde se conservavam os livros e documentos avulsos importantes para a Misericórdia. Particularmente registo dos irmãos, actas das reuniões dos oficiais, livros de receita e despesa, testamentos, escrituras, tombos de propriedades, alvarás de privilégio, entre outros. Em resumo era vasta a diversidade documental produzida ou acumulada pelas

<sup>721</sup> Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, livro 3 - **1º livro de termos** (1558 – 1596), fl. 19.

<sup>722</sup> Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, livro 3 - **1º livro de termos** (1558 – 1596), fl. 78 v.

<sup>723</sup> Arquivo Distrital de Setúbal, fundo da Misericórdia de Alcochete, 0388, n.º 1 - **Livro de Autos e termos de eleições, nomeações e acórdãos** (1567 - 1591), [s. fl.]. Inédito.

<sup>724</sup> Arquivo da Misericórdia de Coruche, Maço 8, livro 2 - **Eleições da mesa**, fl. 4 v. Inédito.

Misericórdias e indispensável ao controlo da acção das confrarias e à posse e gestão dos seus bens.

O Compromisso de 1577 tem um capítulo denominado “*dos livros que por obrigação avera na Casa da Misericórdia*” inclui “*hum livro em que se escrevão os nomes dos irmãos della assim dos que forão e ora sam como dos que ao diante forem*”, “*livro dos nomes das pessoas que a Casa visita*”, “*outro livro em que se enquadernem todas as provisões d’el Rey Nosso Senhor que esta Casa tem e ao diante tiver*”, “*livro em que o escritvão da Casa registara todos os livros titulos e papeis de importancia que na Casa ouver*”, “*livro em que se façam assentos das eleições de cada anno*”<sup>725</sup>.

O cartório poderia assumir a forma de armário ou de um espaço autónomo no contexto da Casa da Misericórdia. Nos vestígios actualmente existentes este varia em função da actividade da confraria. Destacaremos alguns exemplos.

O mais emblemático será o de Montemor-o-Novo em que, contígua à Casa do Despacho, existe uma divisão destinada a cartório. Está circundada por um conjunto de armários setecentistas onde, ainda hoje se conservam os livros e documentos produzido pela actividade da confraria (Anexo V [fotos] – cartório). Também em Soure, Torres Novas e Vimieiro existem, contíguas à casa do despacho, divisões com armários embutidos que poderão ter servido como cartório (Anexo V [fotos] – cartório).

Um outro exemplo é o de Alcácer do Sal em que o arquivo aparece integrado na casa do despacho sob a forma de armários embutidos nas paredes, com gavetas e prateleiras, e com morfologia semelhante à da mesa do despacho (Anexo I [fichas] – Alcácer do Sal); o mesmo sucede em Peniche (Anexo V [fotos] – casa do despacho).

---

<sup>725</sup> Compromisso de 1577 transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. 4, p. 354.

### III.2.3 Espaços assistenciais

Complementando os espaços religiosos e administrativos, existiam espaços com função assistencial, infra-estruturas indispensáveis à execução do programa caritativo das confrarias da Misericórdia<sup>726</sup>.

Para o século XVI, estes espaços assistenciais são difíceis de definir, dada a alteração da realidade assistencial ao longo dos tempos. São herdeiros dos hospitais e albergarias medievais e as designações que melhor os definirão são os termos que aparecem na documentação “casa para recolher pobres” e “casa para curar enfermos”. No entanto, para simplificar usamos no nosso texto a designação enfermaria ou hospital para o conjunto da enfermaria ou enfermarias e outras dependências habituais neste espaço como casa da hospitaleira, cozinha, botica, etc. Todavia, temos sempre presente que a designação «hospital» remete para uma realidade muito próxima da tardo-medieval e que esta sofreu grandes modificações, nomeadamente a partir do século XVIII e no XIX, ao nível das práticas, com reflexos nas características e organização do edifício hospitalar.

Será necessário ter em conta o conceito de hospital na época medieval. “A designação hospital era usada indistintamente para indicar quaisquer casas onde por caridade fossem recebidos estranhos à localidade, confundindo-se a cada passo com a de hospício, albergue, albergaria, asilo, casa de Deus”<sup>727</sup>. Nem todos eram destinados exclusivamente a receber doentes, pois uma das suas principais funções era “suprir o domicílio de quem andava em viagem. Se lhe anoitecia ou chegava fatigado a qualquer localidade acolhia-se à albergaria; se ia doente, ao hospital”; em alguns casos na mesma instituição havia um espaço para recolher pobres e outro distinto para doentes ou viajantes. Eram instituições de pequenas dimensões, quase sempre fundadas por particulares como obra de Misericórdia, sendo que muitas delas eram instaladas na própria

---

<sup>726</sup> Ver cap. II.2.1 Prática assistencial e devocional.

<sup>727</sup> Cfr., CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 172.



residência dos instituidores; a administração estava a cargo de hospitaleiros ou albergueiros<sup>728</sup>.

Retomamos algumas descrições das instalações hospitalares relacionadas com as Misericórdias e que dão a ideia das suas reduzidas dimensões e da simplicidade das acomodações e das multiplicidades funcionais, com diferentes enfermarias para distinto tipo sociais (homens, mulheres, clérigos, viajantes, doentes)<sup>729</sup>.

A visitação efectuada pela Ordem de Santiago a Palmela em 1510 descreve o hospital do seguinte modo: *“a casa do hospital é uma casa grande térrea, de pedra e cal, e tem no meio um esteio de pedra e cal e é coberta de telha vã. [...] E além desta casa está uma casa térrea pequena, de pedra e cal, coberta de telha vã”*; a primeira corresponde à enfermaria e dispunha de cinco camas e a segunda à casa do hospitaleiro<sup>730</sup>.

Em Caminha o **Tombo do hospital** de 1498 integra o *“titulo do asemto das casas do espytall homde estam os pobres”*, com a seguinte referência: *“Item na rua de meos da dita vylla que esta no quamto da rua e he sobradada de hum sobrado e tem ho frontall de pedra e parte d’aguyao e do llevamte com casas de joam fernamdez e saem com a porta pera rua prubequa; item e de compydo oyto varas e mea; item de llarguo [sic] na quoall casa esta hora edefiquado ho dito espytall a quoall casa deyxou ao dito espytall hum guomçallo gill pequeno morador que foy na dita vylla”*<sup>731</sup>.

Um outro exemplo é Lagoa em que junto da igreja havia uma *“morada”*, composta por quatro casas térreas cobertas de telha, que servia de albergue; tinha também um quintal pequeno e do lado nascente um pequeno cemitério<sup>732</sup>.

<sup>728</sup> Sobre esta temática Cfr, CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**, pp. 172 – 174, 182 – 184, 377 – 378.

<sup>729</sup> Ver anexo IV [docs.], documento 1 – Batalha.

<sup>730</sup> Cfr., FORTUNA, A. Matos - **Misericórdia de Palmela: vida e factos**. Lisboa: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990, p. 74, citando o documento das Visitações da Ordem de Santiago, 1510, publicado em **Documentos para a história da arte em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian., vol. 11, p. 23.

<sup>731</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo, fundo da Misericórdia de Caminha, 7.35.3.39 - **Tombo do hospital** (1498 - 1542), fl. 3 v.. No mesmo livro encontra-se o regimento do hospital, o traslado da instituição do hospital (1471) (64 v. – 67 v.) e a provisão do rei para se anexar o hospital da vila administrado pela câmara à Misericórdia (1566), fls. 73 – 75. Inéditos.

<sup>732</sup> GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**. Lisboa: Livros Horizontes, 1998, pp. 197-198.

E ainda em 1587 quando a Misericórdia do Porto decide construir uma enfermaria junto do hospital do Rocamador esta era descrita como “*oito leytos no sobrado de cima com suas cadeyras pera os suores e cozinha na parte de baxo e casa dos enfermeyros*”<sup>733</sup>;

De igual modo alguns vestígios materiais quinhentistas confirmam estas características. Destacamos as estruturas do hospital do Rosmaninhal, que ladeia a igreja da Misericórdia e que, apesar de estar em ruínas, é uma importante fonte de informação; as dimensões eram aproximadas à da igreja e seria um espaço com cerca de cinco divisões e sobrado.

Ou a “*casa grande para os pobres*” contígua à igreja da Misericórdia de Benavente, casa no piso térreo, por baixo da casa do despacho; pouco maior que esta, construída ao longo da rua no eixo da igreja, comunicando com ela por um vão grande<sup>734</sup>. Estaria concluída nos inícios da segunda metade do século XVI e corresponde no essencial ao que existe actualmente; em 1583 este espaço é designado na documentação por “*enfermaria*”<sup>735</sup>.

Ou seja, chegamos à conclusão que não era necessário um edifício ou um compartimento num edifício de grandes dimensões para o desenvolvimento de actividades assistenciais. O que nos faz ponderar que, em algumas Casas da Misericórdia, os compartimentos que circundam a igreja podiam ter servido para prestar este auxílio; por exemplo em Alvalade, Arez, Ladoeiro, Monsanto (Anexo I [fichas] correspondentes).

No entanto, o mais comum é que estes espaços sejam relativamente autónomos e, juntamente com os espaços culturais e administrativos, formem um conjunto mais ou menos heterogéneo. Pois, como já referimos, devido a alterações das práticas médicas nos séculos XVIII e XIX muitos edifícios hospitalares de origem medieval foram remodelados e ampliados, o que leva a que os vestígios materiais anteriores a estas datas sejam muito reduzidos.

<sup>733</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, H, Bco 1, n.º 11, fl. 5 v.

<sup>734</sup> AZEVEDO, Álvaro - **Benavente: estudo histórico-descritivo**, pp. 109 - 110.

<sup>735</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdia de Benavente, Livro 97 - **Tombo antigo dos acordos**, fl. 113, documento transcrito em AZEVEDO, Álvaro - **Benavente: estudo histórico-descritivo**, 1981, p. 69.

Destacamos algumas confrarias em que o hospital faz parte da Casa da Misericórdia, como estrutura complexa e em construções do século XVIII ou posterior como em Alandroal, Alcácer do Sal, Alcáçovas, Alcobaça, Alhos Vedros, Aljezur, Alter do Chão, Alverca, Arronches, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Azinhaga, Barreiro, Borba, Cabeção, Cano, Castelo Branco, Estombar, Fundão, Loulé, Mação, Redondo, Samora Correia, Sertã, Vila Franca de Xira (Anexo I [fichas] correspondentes).

Em algumas situações, o hospital é uma instituição e edifício preexistente, de fundação anterior à da Misericórdia, geralmente medieval e reorganizado na época Moderna, E sob a responsabilidade do concelho ou de outras confrarias, geralmente dedicadas ao Espírito Santo e mais raramente de instituições religiosas.

No contexto da história das duas instituições – Misericórdia e hospital - este é anexado à confraria de modo que os seus bens, rendas, legados e disposições testamentárias, a própria assistência e o edifício passam a ser administrados pela Misericórdia. Nestes casos, e como já foi referido, estes hospitais constituem edifícios próprios, autónomos das Casas da Misericórdia, como se verifica em Beja, Braga, Coz, Évora, Montemor-o-Novo, Portel, Porto, Tavira, Tentúgal (Anexo I [fichas] correspondentes). E estas não incluem enfermaria ou hospital no seu complexo, sendo este apenas composto por igreja, sacristia e casa do despacho e outras dependências.

Noutros casos as Casas da Misericórdia funcionam nos hospitais preexistentes; que, após a anexação das duas instituições, foram sendo reformulados arquitetonicamente, como sucedeu em Loulé<sup>736</sup>, Lourinhã, Redondo<sup>737</sup> e Vila Franca de Xira (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo II [tabelas], tabela 7).

<sup>736</sup> Em 25 de Fevereiro de 1570, o Hospital destinado a receber pobres e fundado por D. Afonso V é anexado à Misericórdia, cfr., GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, p. 201.

<sup>737</sup> “*Tem hospital hoje assim chamado porem foi criado e instituido com o nome de albergaria no ano de 1443 por Caterina Pires Folgada, viuva de Vicente Annes Cobombro; cujas rendas se cobravam e despendiam por dois homens de boa consciencia na forma que se terminava pelos juizes de homens do Conselho; e assim se concervou ate o ano de 1521; no qual ano se erigiu nesta villa a Jrmandade da Mizericordia e por alvará do senhor Rey D. Manoel se anexou a administraçam do dito Hospital á Meza da mesma Mizericordia que ainda hoje concerva com louvavel providencia [...]. Tem esta sua Igreja muito bem composta e ornada situada no meio do castello mistica com o Hospital de sorte que ambas formam um corpo á maneira de Ilha. Tudo é da protecçam Real*”; ANTT, **Memórias paroquiais, Redondo**, 1758, vol. 31, n.º 36, p.

Um documento referente à anexação das confrarias de S. Pedro e S. Domingos, do seu hospital e mercearia à Misericórdia, refere todos os motivos racionais, na lógica da gestão, para justificar a anexação das instituições: porque “*o compromisso e estatutos da dita confraria se fundão principalmente em obras de mizericórdia*”, com transferência de parte dos seus rendimentos para o mosteiro de N. Sra. Carmo “*ficou o hospital muito pobre e falta de muitas couzas necessarias pera a cura gazalhados dos enfermos e perigrinos*” e “*por esta vila não ser muito grande pera poder todos os annos haver nove pessoas que se requerem no governo da dita confraria e treze no da Misericórdia*”<sup>738</sup>.

Este documento inclui também uma outra referência relevante, “[...] *trespassar-se assi a dita confraria e administração della na Mizericordia (como vossa magestade costuma conceder a todas as deste reino, onde ha semelhantes hospitais) fica em grande bem dos proximos*”<sup>739</sup>. Referência que aparece também noutros documentos como no alvará de anexação do hospital do Espírito Santo à Misericórdia de Vila Franca de Xira datado de 1563, “[...] *e porque na dita villa há hum espital do spirito santo para agazalhar os pobres [...] pedem a vossa alteza que [...] ha por bem que a admenistração do dito ospital onde no dito provedor e irmaos e de maneira que a tem na villa de Castanheira, Azambuja, Benavente e outras muitas deste reyno*”<sup>740</sup>.

Como podemos perceber este processo – utilização ou instituição de um hospital pelas Misericórdias – foi bastante complexo, difícil de destrinçar<sup>741</sup> e teve um ritmo diferenciado de confraria para confraria. Em alguns casos foi contemporâneo da sua fundação e está intimamente relacionada com ela; outras vezes foi muito posterior e está relacionado com a entrega da gestão de um grande hospital à confraria por iniciativa da própria Misericórdia, dos

---

192. Código de referência PT/TT/MPRQ/31/36. [Acedido em Junho de 2011]. Acessível na internet <http://digitarq.dgarq.gov.pt>.

<sup>738</sup> Arquivo da Misericórdia de Tentúgal, **Livro do compromisso, estatutos, privilégios e liberdades** (1583; traslado de 1771), p. 59.

<sup>739</sup> Arquivo da Misericórdia de Tentúgal, **Livro do compromisso, estatutos, privilégios e liberdades** (1583; traslado de 1771), p. 59.

<sup>740</sup> Traslado de alvará de anexação do hospital do Espírito Santo à Misericórdia, Arquivo da Misericórdia de Vila Franca de Xira, A/002 – **provisões e alvarás régios** (12 Fev 1563)

<sup>741</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 – 2000**, pp. 30 – 32.

poderes locais ou do próprio rei; outras vezes a confraria desenvolve os seus mecanismos hospitalares, primeiramente ajudando os necessitados nos locais onde estes se encontravam e depois desenvolvendo formas de apoio mais institucionalizadas com equipamentos próprios ou sobre a sua tutela.

Um dos aspectos mais curiosos é que a vertente assistencial das Misericórdias continua em evolução. A sua capacidade de se adaptar às várias realidades sociais e necessidades assistenciais de cada época incita à procura de novas soluções assistenciais: centros de dia, lares, creches, jardins-de-infância e unidades de cuidados continuados, entre outros. Tarefas que necessitam um suporte arquitectónico dado pela construção de novos edifícios ou adaptação de edifícios históricos para estes novos usos assistenciais. A mesma ideia de funcionalidade da Casa da Misericórdia mantém-se, desde o início até ao presente, numa linha de continuidade e longa duração.

#### **III.2.4. Outros espaços**

Para além dos já elencados espaços de culto, administrativos e assistenciais, a Casa da Misericórdia integrava outros, intrinsecamente relacionados com os anteriores ou com a actividade da confraria e com uma enorme diversidade de funções. Referimo-nos entre outros à sacristia, casa das tumbas, celeiro, cemitério, quintal. Tal como para os anteriores, interessa-nos destacar a sua funcionalidade específica no âmbito da Casa da Misericórdias, remetendo os comentários e caracterização arquitectónica dos vestígios materiais para o capítulo IV<sup>742</sup>.

Em primeiro lugar indicar que em alguns documentos este conjunto de espaços, juntamente com os de natureza administrativa, são designados por *oficinas*.

Os exemplos são variadíssimos. Em 1560 um acórdão da Misericórdia de Benavente regista que, estando prontas as “[...] *casas d’oficinas pera*

---

<sup>742</sup> Ver cap. IV. 3.6 Sacristia e IV. 3.7 Outras dependências.

*mizericórdia que se ordene a dita mizericórdia e confraria dela na dita casa do santo espirito [...]*<sup>743</sup>. Um outro documento de receita e despesa de Caminha refere: “*derão aos pedreyros que quomesarão ho allyserse e portal das ofesynas [...]*”<sup>744</sup>.

Iniciamos pela **sacristia**, espaço indissociável da igreja e dela dependente funcionalmente. Localizava-se contígua a esta e era o local onde se guardavam os paramentos e os objectos cultuais; era também o local de alguns ritos relacionado com as celebrações, como a paramentação e as purificações rituais, por isso este espaço dispunha de arcazes, armários embutidos e lavabo.

Outro espaço é a designada **casa das tumbas**, uma referência que aparece por via documental e que é actualmente bastante complicado de identificar com algum espaço concreto nas Casas da Misericórdia. Como a sua designação indica serviria para acomodar as tumbas da Misericórdia utilizadas em determinadas celebrações, por serem equipamentos com alguma dimensão, e possivelmente os seus complementos, nomeadamente os panos de tumba e as lanternas processionais.

Situação semelhante, em termos de origem da designação e até de funcionalidade, encontramos na **casa das alenternas**, que o tombo de 1714 de Vila do conde descreve com clareza: “[...] *que é [...] sobradada e onde se recolhem todas as coisas que são necessárias para a dita Santa Casa*”<sup>745</sup>.

Também os **celeiros** ou casa das tulhas apresentam a mesma dificuldade de reconhecimento no interior da Casa da Misericórdia. Neste caso concreto temos informação de que podiam integrar este complexo arquitectónico ou serem espaços autónomos, pois existe documentação que refere a “*casa que*

<sup>743</sup> Cfr., **Livro dos acordos e regimento do Senhor Santo Espirito desta vila de Benavente o qual mandou fazer Francisco Gonçalvez cavaleiro e procurador dos hospitais e capelas do almoxarifado de Setúbal** (1527 - 1564), fl. 251, documento transcrito em AZEVEDO, Álvaro - **Benavente: estudo histórico-descritivo**, 1981, pp. 111 - 112.

<sup>744</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo, fundo da Misericórdia de Caminha, 7.35.2.14 – **livro de receita e despesa** (1551 - 1567), fls. 25.

<sup>745</sup> Arquivo da Misericórdia de Vila do Conde, **Tombo 1.º** (1714); transcrição facultada pelos funcionários do arquivo sem constar o fólio.

*serve de celeiro*”. Serviam para guardar os cereais que a confraria arrecadava como forma de pagamento de rendas e foros e que eram redistribuídos sob a forma de esmolas a presos e pobres e de ordenado aos profissionais que serviam a Misericórdias.

Em 1583 a Misericórdia de Benavente reconhece a necessidade de se “*alevantarem a enfermaria e a casa do celeiro e a outra casa da ospitaleira e se asobradase*”<sup>746</sup> (Anexo I [fichas] - Benavente).

Um acórdão da confraria de Miranda do Douro para “*se fazer a sacristia*” regista que esta se faça “*na casa que corre ao longo desta igreja que he da mesna cassa no cabo della no apartamento que esta feito sobressi no dito junto ao altar mayor desta samta cassa que he onde não prejudica o serviço desta cassa porquanto no diante fica a cassa de tulhas necessaria a outro serviço*”<sup>747</sup>.

E no Alandroal uma acta da reunião dos oficiais refere, embora mais tardiamente que “*era percizo continuar se com a obra da adega e sileiro e que esta se fizesse no quarto junto a Igreja*”<sup>748</sup>; no entanto, quatro anos mais tarde, em 1788, os oficiais voltam a determinar que “*era percizo fazer comodo para sileiro*” e outras dependências incluindo “*adega [...] para se recolher o azeite*”<sup>749</sup>. De igual modo existe referência de que em Soure o celeiro funcionava na divisão por baixo da casa do despacho mas com acesso autónomo por porta propria aberta na fachada lateral do edifício<sup>750</sup>.

Para terminar referiremos o **cemitério**, intimamente relacionado com a função assistencial das Misericórdias, nomeadamente com a obra de Misericórdia

<sup>746</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdia de Benavente, Livro 97 - **Tombo antigo dos acordos**, fl. 113, documento transcrito em AZEVEDO, Álvaro - **Benavente: estudo histórico-descritivo**, 1981, p. 69.

<sup>747</sup> Acórdão transcrito em MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **Documentos para o estudo da Arquitectura Religiosa na antiga diocese de Miranda do Douro - Bragança**. [s.l.]: Edição do autor, 2009, p. 51

<sup>748</sup> Arquivo da Misericórdia do Alandroal, Livro 38 – **Termo de eleições do provedor, do escrivão, dos irmãos vogais e tesoureiros nos vários anos (1774 - 1795)**, fls. 74 – 75 v.; ver anexo IV [doc.], documento 4 – Alandroal.

<sup>749</sup> Arquivo da Misericórdia do Alandroal, Livro 38 – **Termo de eleições do provedor, do escrivão, dos irmãos vogais e tesoureiros nos vários anos (1774 - 1795)**, fls. 112 – 113; ver anexo IV [doc.], documento 5 - Alandroal

<sup>750</sup> Cfr., PIMENTEL, António Filipe – **O património artístico da Santa Casa da Misericórdia de Soure. História da Santa Casa da Misericórdia de Soure**. Soure: Santa Casa da Misericórdia de Soure, 2006, p. 151.

corporal “enterrar os mortos” e por isso muito comum no contexto das Casas da Misericórdia. Um documento da Misericórdia do Porto refere como os cemitérios eram muito afastados e a cidade grande e fraguosa, a confraria pede licença para poder ter adro e cemitério no pátio da casa para que “*posam emterar hos pobres e mais hos houtros deffumtos que se quyserem madrarem emterrar na dita casa da mysyrycoridya .silicet. em sua jgreja e hador e symiteryo della*”<sup>751</sup>.

A sua configuração aparece de dois modos distintos, ou integrado no complexo da Casa da Misericórdia ou separado. Os casos mais interessantes são os primeiros, em que o espaço cemiterial é um dos que define o conjunto arquitectónico Casa da Misericórdia. Podia ser mais ou menos estruturado, como terreno justaposto ao espaço ocupado pela construção edificada, circundado por essa construção ou por muro, e com uma entrada autónoma como acontece em Cabeço de Vide, Guimarães, Viana do Castelo e Veiros (Anexo I [fichas] correspondentes).

Pensamos que terá acontecido algo semelhante noutros casos dada a sua íntima relação com a actividade das Misericórdias, embora se tenha perdido a memória material e documental. A modo de exemplo citamos o Compromisso de 1516 aplicável a todas as confrarias fundadas até à data: “[...] e os outros [ossadas dos padecentes] trazeram em hua tumba que pera os taes he ordenado, ou em mais se mais for necessario, a enterrar no cemiterio da dita Confraria”<sup>752</sup>.

Explicitado o modo como as confrarias da Misericórdia resolveram uma necessidade fundamental para o desempenho da função para que eram instituídas e definido o entendimento que tinham do seu edifício estamos em condições de identificar e analisar de forma coerente e global, as características arquitectónicas desses edifícios e a sua contextualização no âmbito mais vasto da arquitectura quinhentista portuguesa.

<sup>751</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, H, Bco. 1, n.º 13, fls. 33 – 39.

<sup>752</sup> Compromisso de 1516 transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 325.







**CAPÍTULO IV**

---

**A arquitectura das casas das Misericórdias no século XVI**

Como introdução a este capítulo queremos abordar um conjunto de questões gerais relacionadas com a construção das Casas da Misericórdia. Nomeadamente referentes às motivações que levavam à construção de raiz em substituição ou não de um anterior edifício, ao modo como se processa a tomada de decisões relativas à resolução da construção da Casa, elementos relacionados com o desenrolar do processo construtivo, designadamente, escolha dos artistas, lançamento da obra, formalização, acompanhamento por parte dos irmãos, alterações ao projecto inicial e conflitos entre dono de obra e construtor.

Informações de base documental, em alguns casos substancialmente comuns a outras *fabricas* quinhentistas mas relevantes para o conhecimento lato de história da Arquitectura em geral e das Misericórdia em particular, em temas pouco abordados pelas bibliografia.

I. O primeiro aspecto que queremos destacar é as motivações para a construção da Casa da Misericórdia. Como já referimos a existência de um edifício era muito importante para o desempenho das funções para que as confrarias da Misericórdia foram instituídas. E, na medida do que pudemos estudar, a fixação da confraria num edifício era prioritária, mas não era determinante que este espaço fosse uma construção de raiz. Acreditamos que esta necessidade foi crescendo à medida que a confraria e a sua actividade se foram consolidando e ganhando importância social, sendo o edifício um sinal exterior dessa relevância.

Na maioria dos casos as Misericórdias começaram por ocupar construções preexistentes, que abandonaram após a construção de um novo edifício ou que foram adaptando, remodelando e reconstruindo.

A construção de raiz é uma realidade bastante tardia, que com poucas excepções, podemos remeter para a segunda metade do século XVI. Destas excepções destacamos Lisboa, construção de raiz, que estaria terminada em 1534.

Neste ponto queremos recuperar a informação documental que se refere as motivações que levam as confrarias a optar pela construção de raiz.

O principal motivo referido documentalmente é a pequenez do edifício ocupado pela Misericórdia que não permitia a implementação das suas actividades.

Em Coz a provisão do arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro que concede licença para se dizer missa no altar da igreja nova refere que esta foi edificada “[...] *pela velha ser pequena*”<sup>753</sup>. Também em Viana do Alentejo, exemplo a que voltaremos, existe uma tentativa de mudança de edifício “[...] *porquanto esta era muito pequena e tem outros convenientes e que com razão se deue mudar daqui como se espera*”<sup>754</sup>.

Em Palmela a Misericórdia ocupou inicialmente uma dependência do hospital do Espírito Santo, que “*por ser pequena se derribou e tornara a fazer de novo, acrescentando-se e fazendo-a maior*”<sup>755</sup>.

A esta razão principal podiam juntar-se outras relacionadas com as características específicas do espaço: insuficiente, antigo, degradado, localização urbana... sempre tendo que deveria desempenhar uma função concreta. De novo o exemplo de Viana do Alentejo, em que se refere que “[...] *esta Caza he muito pequena e muito humida e nam tem lugar para se poder alargar para se fazerem Cazas que eram necessarias para o serviço della e os ornamentos se danavam athe o retabolo que estava posto estava perdido pella muita humidade que tem [...]*”<sup>756</sup>.

Outros dois exemplos detalhados são o do Porto de 1548 referindo-se à antigas instalações: “[...] *por a que ora tem ser muito pequena e estar fora de mão e não poder ser bem servida*”<sup>757</sup> e o de Braga, em que uma carta do arcebispo datada de 1558 autoriza a Misericórdia a mudar para um novo espaço “[...] *ha casa da Misericordia que te aguora teverom era muito pequena e em lugar homde tam comodamente nam podiam husar das cousas que a dita*

<sup>753</sup> ZAGALO, Francisco Baptista - **História da Misericórdia de Alcobaça**. Alcobaça: Tipografia e Papelaria de António M. Oliveira, 1918, p. 134

<sup>754</sup> Arquivo da Misericórdia de Viana do Alentejo, livro s/n.º - **Tombo** (1688), fls. 65 e 65 v. Inédito.

<sup>755</sup> Cfr., FORTUNA, A. Matos - **Misericórdia de Palmela: vida e factos**. Lisboa: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990, p. 175.

<sup>756</sup> Arquivo da Misericórdia de Viana do Alentejo, livro s/n.º - **Tombo** (1745), fls. 99 e 100. Inédito.

<sup>757</sup> Alvará régio relativo à concessão de parte da imposição do sal para a obra da Casa nova na Rua das Flores, transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 195.

*Comfraria tem a careguo e obras pias em que continuamente se ocupam [...]”*<sup>758</sup>.

Dois outros casos são Sines e Sintra. No primeiro, em 1585 a confraria pede autorização a Filipe I para a reconstrução da capela do Espírito Santo onde estava a Misericórdia “*igreja muito velha e pequena e de sobrado já carcomido*” e “*que mal servia para os ofícios divinos*”<sup>759</sup>. No segundo, uma carta de D. Jorge de Almeida, governador do bispado de Lisboa de 1555, dá licença à Misericórdia para a construção de um altar na Igreja da nova Casa construída por a anterior “*ser pequena e velha*”<sup>760</sup>.

Em Estremoz e Torres Vedras, casos mais tardios, a situação é semelhante. Em Estremoz, em 1610 quando a Misericórdia se transfere da Igreja de S. Miguel, para o Hospital de N. Sra Mártires, no sítio da Porta Nova, constatou que “*não tinha officinas neçessarias e desentes pera o Seruiço della*”, decidindo-se por uma nova construção, no mesmo local<sup>761</sup>. Em Torres Vedras no ano de 1680 a Misericórdia regista em acórdão “*se fazer a igreja noua*”<sup>762</sup>, pois a “*a igreja velha ameaçava ruína e se deuia fazer outra noua*”<sup>763</sup>, o que ocorreu um ano depois como confirma o “*termo de lembrança do dia em que se lancou a primeira pedra*”<sup>764</sup>.

---

<sup>758</sup> Carta transcrita em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta**

**Misericordiarum**, vol. 4, pp. 67 – 68.

<sup>759</sup> Cfr., SOLEDADE, Arnaldo - **Sines: terra de Vasco da Gama**. 3ª ed. [S. l.]: Câmara Municipal de Sines, 1990, p. 146, citando documento do IAN/TT, Chancelaria Antiga da Ordem de Santiago, livro 2, fol. 26 v.

<sup>760</sup> Provisão transcrita em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. 4, pp. 78 - 79.

<sup>761</sup> Cfr., RUAS, João (coord.) - **500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Estremoz, 2002, p. 28; a relação das obras efectuas encontra-se nas pp. 31-34.

<sup>762</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólios apresenta um resumo “*dos acordaões modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 245. Inédito.

<sup>763</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólios apresenta um resumo “*dos acordaões modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 240. Inédito.

<sup>764</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólios apresenta um resumo “*dos acordaões modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 249. Inédito.

Motivações com uma invocação de carácter mais simbólico impeliram a Misericórdia de Guimarães à construção do seu edifício sede: “[...] *por não terem até agora igreja e casa acomodada e particular da dita Misericórdia como há em todas as mais vilas e cidades deste Reino [...]*”<sup>765</sup>.

Em alguns casos a constatação da necessidade de intervir no edifício foi aconselhada por profissionais. Na Lourinhã em 1614 quando o provedor e irmãos acordam que “*por quanto esta caza da mjsericordia estava arujnada em muito perigo de cair*” e destruir o retábulo, se ouvissem “*os pareceres de oficiais de pedreiro e carpinteiros que para isso ce mandauão chamar*”, relativamente a “*estar ceguro o dito retabulo e não cair a dita casa*”<sup>766</sup>.

Um caso relacionado com este aspecto embora não esteja relacionado com a arquitectura, ocorreu durante a encomenda do retábulo da Misericórdia do Porto. Para a realização deste retábulo e sacrário a colocar na capela-mor da igreja da Misericórdia custeada pelo legado de D. Lopo de Almeida, o provedor e oficiais ouviram a opinião de pessoas entendidas e pareceres de artistas: “*na mesa do despacho [...] com os deputados e o Padre João Alvares, reitor do Colégio da Companhia de Jesus e o padre Francisco Fernandes, da mesma Companhia e os mais irmãos e pessoas que para o negócio abaixo forão chamadas*” e “*se viram os pareceres por escrito de Francisco Venegas e de Nicolau de Frias e doutras pessoas com que se comunicou*”. Desconhecemos o conteúdo destes pareceres mas após a sua análise determinaram que o “*sacrário e painéis de fizesse de madeira muito boa e seca*”<sup>767</sup>.

A decisão de construção de raiz de uma Casa da Misericórdia era tomada pelo provedor e oficiais, em reunião, e registada em acta; por isso existem alguns

---

<sup>765</sup> PINHEIRO, Alfredo Dias - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: apontamentos para a sua história**, pp. 24 – 27.

<sup>766</sup> Arquivo da Misericórdia da Lourinhã, **Livro dos acordos da mesa** (1586 –1643), fls. 133 v. – 134.

<sup>767</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, D, Bco. 8, n.º 3, fl. 40 v.; transcrito em BASTO, Artur Magalhães - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. 2ª ed. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997. 2, pp. 131-132.

testemunhos documentais desta decisão, como acontece em Braga<sup>768</sup> e Guimarães<sup>769</sup>.

Um exemplo um pouco tardio mas bastante relevador é o de Torres Vedras em que se registam em actas sucessivas todo o processo: c. 1680, acórdão de que “a igreja velha ameaçava ruína e se devia fazer outra noua”<sup>770</sup>, em 1680, acórdão sobre “se fazer a igreja noua”<sup>771</sup> e em 1681, “termo de lembrança do dia em que se lancou a primeira pedra”<sup>772</sup>.

Em alguns casos temos informação que a decisão era comunicada quer ao rei quer às autoridades locais; muitas vezes a esta comunicação ia associado um pedido de auxílio para a construção: autorização para aquisição de terreno, esmola, doação,...

Para Braga sabemos, que após a decisão de construção da nova Casa da Misericórdia, os irmãos foram dar conhecimento da sua intenção à câmara e ao Arcebispo<sup>773</sup>.

A construção de um edifício de raiz para sede da confraria da Misericórdia não foi uma iniciativa prioritária; a prioridade era a ocupação de um edifício que servisse de suporte à acção da confraria: reunião dos oficiais e irmãos para a

---

<sup>768</sup> CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: obras nas Igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços**, p. 12.

<sup>769</sup> PINHEIRO, Alfredo Dias - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - apontamentos para a sua história**. Guimarães: Tipografia Minerva Vimaranesense, 1931, pp. 20 – 21.

<sup>770</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólhos apresenta um resumo “dos acordaões modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 240. Inédito.

<sup>771</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólhos apresenta um resumo “dos acordaões modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 245. Inédito.

<sup>772</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólhos apresenta um resumo “dos acordaões modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 249. Inédito.

<sup>773</sup> PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 67 – 68.



tomada de decisões, celebração dos ofícios e posteriormente assistência a pobres e doentes.

Quando, no decorrer da evolução das Misericórdias, se decidiu a construção de raiz de um edifício, esta opção estava relacionada com as debilidades físicas do espaço até então ocupado.

II. Uma situação bastante interessante relacionada com o ponto anterior é as construções de raiz que nunca se concretizaram. Ou seja, algumas Misericórdias decidiram mudar a confraria de local promovendo uma construção de raiz, iniciada mas não terminada, acabando a Misericórdia por permanecer no local inicial; esta situação ocorreu em Coimbra, Évora e Viana do Alentejo.

À constatação da necessidade sucedia a tomada de decisão, no entanto, esta não era simples, pois exigia avultados meios. Em Braga sabemos que devido às condições que tinham na Catedral da cidade onde estavam instalados, “*per muitas vezes consideraram em mudar a dita casa da Misericórdia a outra parte mais decente e em que melhor podesem ter a dita casa*”; considerando que a Misericórdia foi fundada antes de 1514 e a decisão foi tomada mais de quatro décadas depois em 1558<sup>774</sup>.

Começemos por Viana do Alentejo; este exemplo é muito singular; a sua igreja é da primeira metade do século XVI com uma estética e morfologia tardogóticas onde se destaca apenas como campanhas de obras posteriores o revestimento azulejar do século XVII e a construção, possivelmente setecentista, de um camarim para encaixar a tribuna e trono do retábulo-mor. Efectivamente o espaço onde se localiza, dentro do castelo e parcialmente adossada à muralha, tornaria difícil uma remodelação que concebesse uma Casa de maiores dimensões, por isso a documentação regista duas tentativas

---

<sup>774</sup> Carta do Arcebispo transcrita em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 67 – 68.

de mudança de local, com construção de um edifício de raiz, durante o século XVI.

A primeira tentativa foi em 1558, em reunião do provedor e oficiais foi referido que “[...] *esta Caza he muito pequena e muito humida e nam tem lugar para se poder alargar para se fazerem Cazas que eram necessarias para o serviço della e os ornamentos se danavam athe o retabolo que estava posto estava perdido pella muita humidade que tem que parecia bem esta Caza se mudasse e fizesse outra [fl. 100] nova com suas officinas conforme a ditta Caza por esta Caza ser muito pequena e ter muito servimento*” e inclusivamente definiram o local mais indicado: “*asentaram que o lugar onde se a ditta Caza hade mudar seja na Praça no quintal de Simão Pinto boticario e nas Cazas de sua may por ser lugar mais conveniente para a ditta Caza que todos los outros para o serviço de Deos*”<sup>775</sup>.

O mesmo assunto vai aparecer quase quinze anos depois, em 1572 “*nas cazas da Misericórdia desta villa estando presentes em cabido o provedor*” e outros irmãos da mesa desse ano assentaram que os cento e dez mil reis em dinheiro “*que se fizerão da fazenda*” que se vendeu de Fernando Afonso, “*se compre lugar para se fazer huma caza para esta santa confraria porquanto esta era muito pequena e tem outros convenientes e que com rezão se deue mudar daqui como se espera*”<sup>776</sup>.

Efectivamente foi iniciada a construção de um edifício pois o tombo de 1745 inclui um item para “*auto de medição feita em o acento das Cazsas em que se pertendeu edificar nova Caza da Misericórdia [...] no sitio da rua de sam Francisco no asento das cazas aonde se achão feitos os allicerses em que o provedor e mais irmãos da Meza pertenderao edeficar novas Cazas e Igreja da Misericórdia*”<sup>777</sup>.

Esta construção que não passou do alicerce, não corresponde à localização indicada no termo mais antigo e foi abandonada; um acórdão da mesa datado de 1573 estabelece “*que se não mude a caza da misericórdia*”.

<sup>775</sup> Arquivo da Misericórdia de Viana do Alentejo, livro s/n.º - **Tombo** (1745), fls. 99 e 100. Inédito.

<sup>776</sup> Arquivo da Misericórdia de Viana do Alentejo, livro s/n.º - **Tombo** (1688), fls. 65 – 65 v. Inédito.

<sup>777</sup> Arquivo da Misericórdia de Viana do Alentejo, livro s/n.º - **Tombo** (1745), fls. 486 – 486 v. Inédito.

Outro caso igualmente interessante é o de Coimbra, que após várias hipóteses de localização do novo edifício da Misericórdia acaba por permanecer no local de origem e proceder á sua remodelação e ampliação. Um processo que se inicia em 1571 e que vai terminar quase quarenta anos depois, com a decisão de não se mudar a Casa e de se suspender a obra já iniciada; neste processo a fase de 1589 a 1591 teve a intervenção bastante forte do bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, que enquanto bispo do Algarve, impulsionou a importante obra do Misericórdia de Faro e certamente ambicionava algo semelhante para Coimbra.

A Misericórdia de Coimbra instalou-se c. 1546 numa construção sobre a nave da epístola da igreja de Santiago; após a conclusão de uma primeira campanha de obras, a confraria tentou expandir-se para a outra nave, onde iria construir uma nova casa do despacho, casa da cera e outras dependências; no entanto, a colegiada da Igreja de Santiago opôs-se a estas obras e a confraria começa a ponderar a mudança da Casa da Misericórdia para um espaço mais amplo, pois o edifício era muito pequeno e “*edificado no ar*”, necessitava de sepulturas, de casa do despacho, hospital e celeiro<sup>778</sup>.

Em 1571 a opção escolhida é a praça da cidade, perto do Hospital de S. Bartolomeu e posteriormente em 1587, a rua do Corpo de Deus, onde se iniciou, em 1589, a obra que acabou por ser suspensa; em 1609 opta-se por não mudar a Casa de local e por fazer a obra nova junto do edifício ocupado pela Misericórdia<sup>779</sup>.

Vejamos brevemente o evoluir deste caso<sup>780</sup>. Em Abril de 1587 o rei Filipe I responde à petição dos Irmãos para mudarem a Misericórdia de local e escolhe-se o espaço entre a R. Calçada e topo da R. Corpo de Deus; em Junho a confraria decide vistoriar o local, por se ter achado um "arrife" muito

<sup>778</sup> SILVA, Armando Carneiro - **O Catálogo dos provedores e escrivães da Misericórdia**. Coimbra: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1991, p. 37.

<sup>779</sup> GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**. Lisboa: Livros Horizontes, 1998, p. 152; para informação detalhada ver, CARDOSO, João José - **Santas e Casas: as Misericórdias do Baixo-Mondego e as suas Igrejas nos séculos XVI e XVII**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1. 1995. Tese de Mestrado, pp. 19 e seguintes.

<sup>780</sup> Cfr., BONIFÁCIO, Horácio, NOÉ, Paula, PESSOA, Lúcia - **Igreja de Santiago/Igreja de São Tiago e demolida Igreja da Misericórdia de Coimbra**. SIPA n.º PT020603190008. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1991, 2001, 2003. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

grande que podia dificultar e encarecer a obra. Um ano depois, em Agosto de 1588 os irmãos decidem o início das obras na R. Corpo de Deus.

Após oito meses, em Abril de 1589, os oficiais da mesa convocam alguns cabouqueiros, que confirmam ser possível arrancar a pedra do local e utilizá-la na nova construção. A primeira pedra é colocada a 29 Maio.

Em Abril de 1591, os irmãos reúnem-se com consultores e decidem não avançar com a obra; no mês seguinte Jerónimo Francisco, irmão e mestre das obras d'el Rei, propõe aos irmãos que se continue a obra na R. de Corpo de Deus e compromete-se a fazer o projecto.

Passados quinze anos, em 1605, o provedor Frei Gaspar Fonseca, decide definitivamente não mudar a igreja da Misericórdia e opta-se pela sua ornamentação: revestimento das paredes com azulejos, pintura do tecto, coro e grades, douramento dos retábulos, capela-mor e púlpito e pela construção da sacristia, casa do despacho e da casa da cera, sobre a nave não ocupada da igreja de Santiago; obras que se prolongaram até c. 1609. Após esta campanha a Misericórdia de Coimbra continuou a sua atribulada relação com a arquitectura remodelando e ampliando o seu edifício, ainda na primeira metade do século XVIII e transferindo-se na segunda metade para a Sé Velha e já no século XIX para o Colégio de Sto. Agostinho.

Também em Évora existe uma situação semelhante embora menos complexa. A Misericórdia instalou-se inicialmente numa capela junto do convento de S. Francisco; Devido ao aumento do número de irmãos e o desenvolvimento da actividade assistencial<sup>781</sup> a confraria determinou a mudança de edifício e em 1551 compra ao Infante D. Luís umas casas que tinham sido doadas às religiosas de S. João de Jerusalém/Malta/Maltesas, que ficaram livres quando as religiosas se transferiram para o mosteiro de Estremoz. A construção do novo edifício iniciou-se pelas dependências, e em 1553 já se realizavam no local as reuniões da Mesa<sup>782</sup>. A igreja foi construída posteriormente, sendo benzida a primeira pedra a 20 de Outubro de 1554<sup>783</sup>.

<sup>781</sup> LAVAJO, Joaquim Chorão - **A Misericórdia de Évora no último quartel do segundo milénio**. Évora: Santa Casa da Misericórdia de Évora, 2000, pp. 53-54, 99.

<sup>782</sup> Cfr., LAVAJO, Joaquim Chorão - **A Misericórdia de Évora no último quartel do segundo milénio**, p. 54; MENDEIROS, José Filipe - **Igreja da Misericórdia de Évora**. 3ª ed. revista. Évora: Gráfica Eboense, 2000, p. 7. Texto de doação transcrito em GUSMÃO, Armando -

No entanto, nem todos os irmãos concordavam com a escolha do local, considerando mais vantajoso que a construção se realizasse noutra local da vila; esta situação gerou um conflito que acabou por condicionar a evolução da obra que só ficou terminada em 1577<sup>784</sup>.

Em Novembro de 1564 existe a vontade de mudar a casa de local, inclusivamente o Cardeal Infante escreve ao provedor e irmãos informando que não concorda com a mudança que o rei D. Sebastião queria fazer da Misericórdia para a Porta Nova, por ser local mais conveniente e onde concorreriam mais esmolas<sup>785</sup>.

III. Tomada a decisão da construção de um edifício de raiz, sucedem-se todo um conjunto de preparativos para a sua concretização, a escolha do local, a aquisição dos terrenos ou casas, a adjudicação da obra,... Muitas destas interessantes questões só as podemos conhecer parcialmente; a documentação conservada e identificada até ao momento nos arquivos das Misericórdias deixa apreender apenas uma parte desta realidade; muitas destas instituições eram de pequenas dimensões e com poucos registos escritos, alguns fundos documentais foram dispersos e outros degradaram-se com o passar dos séculos.

Os terrenos ou casas necessários para a edificação ou reedificação das Casas da Misericórdia foram na maioria dos casos, até ao momento identificados, resultantes de doações. Era uma forma específica de mecenatismo.

---

**Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora.** Évora: [s. n.], 1958 – 1969. 1, p. 115.

<sup>783</sup> Cfr., GUERREIRO, Alcântara, - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora.** Évora: [s. n.], 1979 - 1981. 3, p. 51.

<sup>784</sup> Cfr., LAVAJO, Joaquim Chorão - **A Misericórdia de Évora no último quartel do segundo milénio**, p. 101; MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade.** In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração.* Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000, p. 151.

<sup>785</sup> NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Évora.** SIPA n.º PT040705210062. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2002. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

Outras situações resultam de compras realizadas pelas Misericórdias. Em Évora, como já foi referido, a Misericórdia compra ao Infante D. Luís uma casa que tinham sido doadas pelo Infante às religiosas de S. João de Jerusalém que acabaram por se transferir para Estremoz. O preço de compra parece que foi simbólico<sup>786</sup>.

A compra com meios próprios também foi uma opção<sup>787</sup>. Em Braga, a Misericórdia comprou umas casas a Branca de Azevedo, estando registado o pagamento no livro de Receita e Despesa<sup>788</sup>; em Lagos, a confraria compra umas casas com a intenção de serem derrubadas para a construção da Casa da Misericórdia<sup>789</sup>; e em Viana do Castelo a confraria compra um terreno na Bemposta<sup>790</sup>.

Nem sempre este processo foi fácil. A construção da Casa da Misericórdia, pela sua natureza e características, exigia algum espaço.

Por exemplo em Santarém foi preciso comprar vários terrenos e edifícios no local onde se pretendia construir a Casa da Misericórdia num processo que se prolongou durante alguns anos. O arquivo da confraria ainda guarda actualmente os *“maços das escrituras daz cazas, pardieiros, e quintaez e fornos que se derribarão pera as oficinas desta santa caza”*<sup>791</sup>, nomeadamente a compra casas e fornos que foram de Manuel da Costa Borges que *“tudo esta metido na obra desta casa da misericordia e aqui vam duas escrituras dos aforamentos”*, *“das casas do morgado de dom joão soares de melo em que se fabricou a igreja com escritura da troca e escambo que se fez”*, *“das casas que estão no patio desta casa na entrada della da parte do ospital que foram de*

---

<sup>786</sup> Acórdão dos oficiais da Misericórdia transcrito em GUSMÃO, Armando - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora**. Évora: [s. n.], 1958 - 1969. 1, p. 115.

<sup>787</sup> Ver anexo IV [docs.], documentos 1 – Moura, 1 - Redondo.

<sup>788</sup> Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, livro 657 – **Livro de Despesa** (1554 – 1574), fl. 35.

<sup>789</sup> Transcrição da carta de compra em CORRÊA, Fernando Calapez - **Elementos para a História da Misericórdia de Lagos**. [S. l.]: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Lagos no V Centenário da sua Fundação, 1998, pp. 448 – 449.

<sup>790</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo, fundo da Misericórdia de Viana do Castelo, 3.22.1.cx. 1 – 3, livro s/n.º, fl. 3.

<sup>791</sup> Arquivo da Misericórdia de Santarém, LSC – 0296 - **maços das escrituras das casas, pardieiros, e quintais e fornos que se derrubaram para as oficinas desta santa casa**.

*simão rodigues e são foreiras a luis campos*”, “*das casas que estão misticas na porta travessa e corredor da rua das tendeiiras*”.

Situação semelhante ocorreu em Guimarães quando a confraria solicita ao rei autorização para compra de casas com preço estabelecido por dois avaliadores temendo que os proprietários não aceitassem o negócio<sup>792</sup>.

Também em Freixo de Espada à Cinta as obras no edifício do hospital do espírito Santo onde se instalou a Misericórdia, iniciaram-se em 1554 prolongando-se até 1556. No entanto, apenas em 1559 se efectua a compra de um terreno para a construção da sacristia<sup>793</sup>.

Estes espaços aceites como doação ou comprados eram em muitos casos casas, como sucedeu em Braga e Santarém que até ao momento desta investigação não conseguimos saber se eram derrubadas para uma construção de raiz ou de algum modo integradas na construção/adaptadas com óbvios condicionalismos que se podem subentender.

Um outro aspecto que nos interessa destacar neste ponto é que em muitas circunstâncias os edifícios foram crescendo de forma orgânica, não pensada e organizada; ia-se ampliando à medida das necessidades e possibilidades. Necessidades de novos espaços ou de dar nova utilização a espaços antigos, possibilidades de adquirir terrenos ou casas, de obter certas doações, de construir os edifícios; em alguns casos este processo demorou dezenas de anos.

Um exemplo que demonstra muito bem o que acabamos de referir é Vila Viçosa; um dos documentos que se refere a este processo justifica uma das obras de inícios do século XVII: “*pera aumento e seruido da Casa da Misericórdia por os jrmãos della não poderem comodamente comprir com as*

---

<sup>792</sup> Cfr. Transcrição da petição e provisão do rei em PINHEIRO, Alfredo Dias - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - apontamentos para a sua história**. Guimarães: Tipografia Minerva Vimaranesense, 1931, pp. 20 – 23.

<sup>793</sup> FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e, - **Os retábulos da Igreja da Misericórdia de Freixo de Espada-Cinta**. MVSEV. Porto: II Serie, 9 (1965), pp. 5 – 26.

*obrigações da casa sem amplearem nella algumas officinas*<sup>794</sup>; a construção e ampliação do edifício estendeu-se por mais de cem anos de forma contínua, não foi uma campanha de obras de construção, remodelação ou ampliação pontual, foi um edifício que foi crescendo gradual e continuamente. De igual modo envolveu várias pessoas: provedores, particulares e o Duque de Bragança.

Recordemos a linhas gerais deste caso<sup>795</sup>. A Misericórdia de Vila Viçosa foi fundada em 1508 e no ano seguinte passa a administrar o hospital do Espírito Santo onde ficou instalada.

No ano de 1518 o provedor Pedro Afonso compra as casas de Francisco de Andrade na R. Espírito Santo, a Este da igreja. Em 1524 o Dr. Fernão de Moraes doou um quintal na R. Três que confrontava com a fachada posterior com o hospital. No ano de 1530 o provedor Gonçalo Guerra troca um quintal da casa do hospital, na R. Vaqueiras, por umas casas de Inês Eanes Chamorra e no ano seguinte, 1531, D. Jaime, duque de Bragança, compra um quintal na R. Vaqueiras, confrontante com as de Inês Chamorra e deu-o à Misericórdia. Em 1540 a Misericórdia compra umas casas e quintais adjacentes e alarga o hospital, construindo duas enfermarias grandes ao longo da R. Três. Em 1599 a confraria compra umas casas a António Martins e Maria Gomes da R. Vaqueiras, confrontantes com o hospital para construção da enfermaria nova das mulheres; em Setembro do mesmo ano, compra outras casas a Manuel Fernandes Pita e Maria Sanches e Maria, órfã, na mesma rua e para a mesma obra.

No ano de 1609 a Misericórdia pede autorização ao rei para trocar umas casas da R. Évora com outras de Maria Fernandes e as suas instalações são descritas como: *“e porque a ditta confraria se serue com grande incomodidade per não ter mais que só duas casas*<sup>796</sup>, e que se concretiza em 1611, para a construção da Casa do Despacho e de uma enfermaria para os religiosos e

<sup>794</sup> Arquivo Municipal de Vila Viçosa, fundo da Misericórdia de Vila Viçosa, 347 – **Tombo 1**, fl. 276 v. Inédito.

<sup>795</sup> PINHO, Joana, NOÉ, Paula – **Igreja e antigo hospital da Misericórdia de Vila Viçosa/Igreja do Espírito Santo**. SIPA n.º PT040714050019. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2006. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>796</sup> Arquivo Municipal de Vila Viçosa, fundo da Misericórdia de Vila Viçosa, 347 – **Tombo 1**, fl. 276 v., fl. 274. Inédito.



outras pessoas envergonhadas; em 1629 com a venda das vinhas deixadas pelo Pe. António Fernandes, a confraria compra de umas casas junto à Casa do Despacho.

IV. Com a decisão tomada e com a compra do terreno ou edifício efectuada, iniciava-se o procedimento habitual da construção. Alguns documentos dos arquivos das Misericórdias dão-nos indicações sobre o modo de trabalho em Arquitectura nos séculos XVI como é óbvio adaptado á realidade concreta das confrarias.

Este procedimento incluiria várias etapas, que não sabemos ao certo se se concretizariam todos em todas as situações. Concebia-se o projecto, a obra era colocada em pregão, recebiam-se as propostas, realizava-se o contrato com o arrematante, concretizava-se o contrato pela realização da empreitada, procedia-se à avaliação e/ou medição da obra realizada para se fazer o acerto do pagamento estipulado no contrato.

Temos conhecimento de que em Miranda, os oficiais da Misericórdias decidem colocar a pregão a obra do portal e campanário; aparece como arrematante Gaspar Fonseca, mestre das obras da Sé de Miranda, natural de Coimbra, com um lance de 80 mil reis e com o compromisso de executar a obra no tempo previsto no contrato e conforme a traça existente. No entanto, os oficiais decidem continuar com a obra em pregão, acabando por a entregar a Belchior Fernandes que a arrematou por menor valor<sup>797</sup>.

O acordo entre a Misericórdia e o mestre-de-obras era formalizado por um contrato lavrado em tabelião público ou por um documento de arrematação da obra; podendo ser complementado com uma fiança. Em alguns casos os dois primeiros tipo de documentos eram trasladados para os livros dos acórdãos ou livros da confraria, que se guardavam no cartório das Misericórdias, como aconteceu em Coruche, Santarém e Tavira<sup>798</sup>.

---

<sup>797</sup> MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **La arquitectura religiosa en la antigua diocesis de Miranda do Douro de 1545 - 1800**. Valladolid: Universidad de Valladolid. 3. 19--? Tesis de Doctorado, p. 106.

<sup>798</sup> Para Tavira os documentos estão publicados embora com erros de transcrição e algumas omissões de palavras, em ANICA, Arnaldo Casimiro - **O hospital do Espírito Santo e a Santa**

O documento de arrematação da obra de Mirandela datado de 1671<sup>799</sup> refere pormenorizadamente todo o trabalho que cabia aos mestres pedreiros: construção da igreja, sacristia e casa do despacho: paredes, janelas, portas e coberturas interiores e exteriores e revestimentos; fachada principal (cunhais, porta [elementos que a compõem] e janelas e respectivos guarnecimentos e outros elementos como nichos e campanário); tribuna (vão) dos oficiais; púlpito; coro; pias de água benta. O contrato refere também a organização espacial do edifício, as suas características ao nível da cobertura e vãos<sup>800</sup>.

Em alguns casos sabemos que no decorrer da obra foram feitas alterações ao projecto inicial. Em Miranda existe um acórdão que se refere a uma reunião entre os irmãos e Belchior Fernandes para proceder a uma alteração no risco da fachada<sup>801</sup>. Também em Guimarães, o mestre Gonçalo Lopes apresenta uma proposta para modificar a traça da fachada e a Misericórdia aceita.

Porto

Processo de avaliação das obras; uma rúbrica no livro de contas da Misericórdia de Aljezur indica em 1575, três anos após o início da obra, “*deu ho tjzoureyro a hum pydreyro de llaguos que veo avallyar a hobra da caza da saota mysericordia quynhemtos res e ao allmocreve que ho troxe duzemtos res*”<sup>802</sup>.

Quanto à rectificação do valor a pagar, destacamos um caso um pouco mais tardio referente a uma obra que se realizou no Alandroal em 1678. O conteúdo desta intervenção foi atestado por Gregório Pacheco de Moraes, capitão engenheiro, que procedeu à medição da obra que se fez na Igreja da Misericórdia. A medição foi feita em presença do provedor actual e do anterior, do escrivão e de outros irmãos, registando-se o que se “*achou*” de braças de

---

**Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade – notas**, pp. 104 – 111. Ver anexo IV [docs.], documento 3 – Satarém.

<sup>799</sup> Transcrito em SALES, Ernesto - **Mirandela: apontamentos históricos**. Bragança: Junta Distrital, 1978. 2, pp. 331 - 333.

<sup>800</sup> Cfr., ANICA, Arnaldo Casimiro - **O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade – notas**, pp. 104 – 111.

<sup>801</sup> MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **La arquitectura religiosa en la antigua diocesis de Miranda do Douro de 1545 - 1800**, p. 107.

<sup>802</sup> Arquivo da Misericórdia de Aljezur, **Livro de Receita e Despesa** (1569 - 1584), fls. [s.n.º].

alvenaria de pedra e cal, que multiplicado pelo valor da braça estabelecido no contrato, indica o valor total e a medição de dois arcos de “*abóbada dobrada*” e o valor correspondente; o valor total da obra é a soma destes dois valores.

Esta medição servia para determinar o valor total a pagar ao pedreiro, quer avaliando o que foi feito, quer confrontando o previsto no contrato com o realmente feito quando o contrato indicava um valor por braça e o número de braças a realizar, que eram estimadas e nem sempre correspondia ao realmente construído.

O acerto do valor recebido também podia ser feito a pedido do mestre, tal como aconteceu em Miranda, onde no fim da obra, Belchior Fernandes solicita mais algum dinheiro, por ter gasto muito na obra e ter tido muito trabalho; a Misericórdia concordou e deu-lhe uma quantia extra e em géneros (uma corda)<sup>803</sup>.

Algumas Misericórdias tiveram a preocupação de acompanhar mais de perto a obra. Por exemplo em Alcochete em 1573, António Martins foi eleito para acompanhar as obras, pois a confraria determinou que “*para ho cuidado das obras da djta casa se enlegesem hum jrmão da mesa para dela ter cuydado*”<sup>804</sup>.

Também em Braga um dos irmãos exercia o cargo de tesoureiro da “*Obra da Casa Nova*” (1568)<sup>805</sup>, tal como sucedeu em Óbidos onde pelo menos durante o ano de 1592 existiu o tesoureiro da obra<sup>806</sup>.

Ainda dentro deste contexto geral das obras queremos destacar a questão dos conflitos. Em algumas situações concretas estas obras geraram conflitos: no

---

<sup>803</sup> MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **La arquitectura religiosa en la antigua diocesis de Miranda do Douro de 1545 - 1800**, p. 107.

<sup>804</sup> Arquivo Distrital de Setúbal, fundo da Misericórdia de Alcochete, cota 0388, n.º 1 - **Livro de Autos e termos de eleições, nomeações e acórdãos** (1567 - 1591); s/p., acordo de 4 de Março de 1573. Inédito.

<sup>805</sup> Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, 3 - **1º livro de termos** (1558 – 1596).

<sup>806</sup> Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCMO/MIS/LRD/LIV.02 – **Receita e despesa** (1586 - 1602), fls. 101 – 103 v.

interior da confraria, entre a população e a confraria e entre a confraria e o mestre das obras.

Em Miranda, o irmão Afonso Pires apresenta uma queixa na Câmara sobre a obra da Misericórdia pedindo o seu embargo; em consequência a mesa decide expulsá-lo<sup>807</sup>.

Em Guimarães um conflito opôs a Misericórdia e os mestres pedreiros. O conflito é desencadeado em Junho de 1600 quando o provedor Pedro de Oliveira e os irmãos não concordam com o que está edificado, por não estar em conformidade com o contrato; ainda no mesmo mês os mestres Manuel Luís e Jerónimo Luís aconselham a fazer-se "*sobre a capela, ao longo da empena, um rufo para resguardo das águas*". Em Julho é passada uma carta de sentença aos mestres Gonçalo Lopes e Pedro Afonso de Amorim para que cumpram as determinações acerca da obra da igreja; e no final de Agosto, Gonçalo Lopes é notificado para acabar a obra num mês; no mês seguinte a Misericórdia chega a acordo com o mestre de pedraria e a 3 Outubro assina-se um novo contrato de obrigação para a prossecução das obras<sup>808</sup>.

Um outro tipo de conflito correu em Benavente c. 1558, resultante da falta de pagamento ao mestre das obras; o caso chegou ao tribunal da Relação existindo uma sentença que mandava pagar ao pedreiro o dinheiro que se lhe devia pela obra realizada<sup>809</sup>.

V. Uma outra questão que podemos definir tendo em conta a documentação dos arquivos das Misericórdias relativos às obras de Arquitectura promovidas pelas confrarias é a evolução de uma *fabrica* quinhentista: como se sucedem temporalmente as intervenções. Uma das evoluções que melhor podemos acompanhar devido ao pormenor da documentação conservada é o caso de

---

<sup>807</sup> MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **La arquitectura religiosa en la antigua diócesis de Miranda do Douro de 1545 - 1800**, p. 105.

<sup>808</sup> SERENO, Isabel, NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Guimarães**. SIPA n.º PT031401110011. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1993, 1998. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>809</sup> **Livro dos acordos e regimento do Senhor Santo Espirito desta vila de Benavente o qual mandou fazer Francisco Gonçalvez cavaleiro e procurador dos hospitais e capelas do almoxarifado de Setúbal** (1527 - 1564), fl. 246, pertencente à Misericórdia de Benavente mas que não foi possível localizar no arquivo da Misericórdia; está parcialmente transcrito em AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**. ed. original: 1926. Benavente: Câmara Municipal de Benavente, 1981, p. 108.

Caminha<sup>810</sup>; uma obra que demorou cerca de dez anos incluindo campanhas arquitectónica e decorativa; onde as tarefas de pedraria e carpintaria se sucedem sequencial ou simultaneamente e ao que parece decorreu sem contratempos.

Em Maio de 1551 procede-se à abertura do alicerce da igreja e ao início das obras; de 1551 - 1553 decorre o corte de toda a pedra de cantaria e alvenaria. No mesmo período constroem-se as fundações e paredes de alvenaria da nave e capela-mor e simultaneamente, mas por um mestre pedreiro diferente, executa-se o portal principal, o arco, a pia de água benta e outros trabalhos de cantaria para a igreja e casa das oficinas. Em 1552 um carpinteiro executou o madeiramento do telhado e no ano seguinte as portas e janelas e outros trabalhos de carpintaria para a igreja. De 1554 a 1555 edifica-se a casa das oficinas; e um carpinteiro realiza o madeiramento do telhado e toda a carpintaria da casa das oficinas. Entre 1556 e 1557 rematou-se o telhado da igreja e procedeu-se ao rebocamento das paredes da nave e capela-mor com barro branco. No ano de 1558 um carpinteiro forrou a capela-mor e fez três retábulos (um grande e dois pequenos) e um pedreiro lajeou e ladrilhou a igreja em esquadria, o carpinteiro fez o coro e a pintura dos três retábulos. Em 1561 procede-se à ornamentação da capela-mor com pintura decorativa.

Dois momentos chave dentro do processo construtivo do edifício: o do início – abertura do alicerce ou colocação da primeira pedra<sup>811</sup> e bênção da igreja. Tal como noutras situações a igreja ganha protagonismo dentro do conjunto da Casa da Misericórdia, pela natureza da sua função – sagrada e simbólica.

O destaque é dado pela *cerimonialização* destes momentos, onde participam o provedor, oficiais e irmãos e algumas são presididas pelo bispo, a entidade religiosa mais importante a nível local.

Para o primeiro momento existem referências à sua realização. Em Caminha o livro de obras da Misericórdia afirma que o provedor, escrivão e restantes

---

<sup>810</sup> Cfr., AMARAL, Paulo, NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Caminha, consistório e sacristia**. SIPA n.º PT011602070013. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1999, 2000, 2002. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>811</sup> Ver anexo IV [docs.], documento 4 – Barcelos.

oficiais procederam à abertura do alicerce da igreja e ao início das obras<sup>812</sup>; em Évora, a 20 de Outubro de 1554, ocorre a bênção e colocação da primeira pedra<sup>813</sup>; e em Guimarães em 20 de Maio de 1588, reúnem-se o Cabido e os irmãos da Misericórdia acompanhados pela bandeira da confraria e cruz levantada para a bênção e colocação da primeira pedra da construção<sup>814</sup>.

Para o segundo momento existem relatos bastante pormenorizados; tal como acontece para a Misericórdia do Porto.

Durante o tempo que decorriam as obras na Casa da Misericórdia, muitos destes espaços ficavam inutilizados, o que levava as confrarias a recorrer a outros edifícios, pertencentes a outras instituições, para manter a sua actividade sem interrupções.

Em Coruche, Freixo de Espada à Cinta e em Torres Novas, as respectivas igrejas paroquiais serviram de sede às Misericórdias enquanto as obras dos seus edifícios não estiveram concluídas.

O livro de acórdãos das reuniões dos oficiais da Misericórdia de Freixo, de 1555 – 1556, referem que estas decorriam na matriz “*por a casa da Misericórdia [...] estar pejada com obras que mandaram fazer*”<sup>815</sup>.

VI. Em todo este processo a escolha dos artistas, nomeadamente o arquitecto, era muito relevante. Temos que diferenciar o arquitecto projectista e o mestre pedreiro; com excepção de Abrantes e Melo, este conhecimento é por via da documentação. Documentação de diferentes naturezas e procedente de diferentes fundos documentais; notariais, onde se realizavam os contratos entre as Misericórdias e os artistas ou simplesmente as actas das reuniões dos oficiais ou os livros de receita e despesa pertencentes aos fundos das Misericórdias.

---

<sup>812</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo, fundo da Misericórdia de Caminha, 7.35.2.14 – **livro de receita e despesa** (1551 - 1567), fl. 2.

<sup>813</sup> Cfr., GUERREIRO, Alcântara - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora**. 3, p. 51.

<sup>814</sup> Cfr., transcrição do documento em PINHEIRO, Alfredo Dias - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - apontamentos para a sua história**, pp. 23 - 24.

<sup>815</sup> PINTADO, Francisco António - **Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta**. [S. l.]: Edição da Santa casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta, 2001, p. 83.

Quanto a Abrantes e Melo, estas Misericórdias apresentam inscrições nos portais com o nome dos mestres; respectivamente «1548» e «Gaspar Dinis a fez» e «1567 Francisco Rodriguez o fez».

Os nomes de arquitectos e mestres pedreiros conhecidos, resultantes de importantes investigações realizadas por diferentes autores e pela nossa própria investigação; todos estes artistas constam das fichas analítico-descritivas de cada Misericórdia ou das tabelas. São na sua maioria mestres pedreiros: Arraiolos; João Braz para Benavente<sup>816</sup>; Gonçalo Lopes para Guimarães; João Lourenço para Montemor-o-Novo; João Fernandes, Fernão Roiz e irmãos para Mora; João Lopes<sup>817</sup> para Viana do Castelo; Alvaro Anes para Lagos<sup>818</sup> entre outros que podemos encontrar nas fichas analítico descritivas e tabelas.

Eram na sua maioria mestres locais, que acorriam às empreitadas realizadas nas povoações vizinhas. Um exemplo mais tardio mas que pode ser elucidativo, reporta-se à obra da nova igreja do Alandroal de c. 1677 – 1680, onde trabalharam vários mestres das redondezas: empreiteiro Domingos Antunes originário de Estremoz, o pedreiro Bento Dias de Borba e um outro pedreiro procedente de Elvas<sup>819</sup>.

No entanto em alguns casos existem outro tipo de artista associados aos edifícios promovidos pelas Misericórdias; artistas relacionados com outras esferas, tal como aconteceu em Coimbra, Porto, Santarém e possivelmente em Faro e Tomar.

Este conhecimento é transmitido pela documentação, mas nem sempre é fácil esclarecer a relação dos mestres referidos na documentação com uma intervenção concreta no edifício da Misericórdias; intuir uma relação mas não é possível comprová-la.

---

<sup>816</sup> AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**, pp. 69-73, 102 - 110.

<sup>817</sup> Sobre João Lopes ver os estudos de Ana Goy Diz.

<sup>818</sup> Ver anexo IV [docs.], documento 1 – Lagos.

<sup>819</sup> MARCOS, Francisco Sanches - **Subsídios para a História da Misericórdia do Alandroal, Capelas e Morgados**. Alandroal: [s. n.], 1982, pp. 111 – 117.

Em alguns casos a bibliografia extrapola nas conclusões. A obra de Coimbra foi muitas vezes associada a Diogo de Castilho<sup>820</sup>, porque o arquitecto assina o contrato realizado entre o provedor Simão de Sá e o prior da Igreja de Santiago, António Coelho para a construção de uma capela da Misericórdia sobre a nave da direita e corpos salientes da igreja<sup>821</sup>. Esta construção está associada documentalmente ao escultor João de Ruão; numa quitação de dívida refere-se que realizou as capelas, retábulos e bancada, essencialmente obra de escultura e não de arquitectura. Nos finais do século seguinte um outro artista de renome, João Antunes, traça o Recolhimento das Órfãs, que se localizaria ao lado da igreja<sup>822</sup>.

Situação semelhante para Guimarães em que alguns autores atribuem a obra a Manuel Luis<sup>823</sup> quando este aparece na documentação como aferidor da obra realizada quando os mestre Lopes entram em conflito com a Misericórdias, avaliando o que foi feito em relação com o contrato existente<sup>824</sup>.

Mestre Gaspar da Fonseca “mestre das obras da see” que tentou arrematar, fazendo um lanço, a obra da porta principal e campanário de Misericórdia de Miranda<sup>825</sup>.

#### IV.1 Localização e expressão urbana

Como já tivemos oportunidade de referir, para a prossecução das suas actividades as confrarias da Misericórdia necessitavam de espaços

<sup>820</sup> Sobre Diogo de Castilho ver os estudos de Maria de Lurdes Craveiro.

<sup>821</sup> Cartório de Santiago, **livro 3 das escrituras e tombo**, fol. 54 v, citado por GONÇALVES, António Nogueira - **O Escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra**. *Revista Ocidente*. Lisboa: Editorial Império. vol. LXVI, 313, Maio (1964), p. 220.

<sup>822</sup> BONIFÁCIO, Horácio, NOÉ, Paula, PESSOA, Lúcia - **Igreja de Santiago/Igreja de São Tiago e demolida Igreja da Misericórdia de Coimbra**. SIPA n.º PT020603190008. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1991, 2001, 2003. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>

<sup>823</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, pp. 154,

<sup>824</sup> PINHEIRO, Alfredo Dias - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: apontamentos para a sua história**, documento transcrito, pp. 52 – 57.

<sup>825</sup> MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **Documentos para o estudo da Arquitectura Religiosa na antiga diocese de Miranda do Douro - Bragança**. [s.l.]: Edição do autor, 2009, p. 53.



construídos. Estes, devido ao facto das Misericórdias serem, na sua essência, um fenómeno urbano, encontravam-se integrados nos aglomerados habitacionais onde se instituía as confrarias.

Ao analisarmos a inserção das Casas da Misericórdia no interior de um meio urbano devem ser tidos em consideração factores de ordem geográfica, urbanística, social e económica, que justifiquem a sua localização.

Relativamente à localização urbana das Misericórdias temos dois contributos importantes: o estudo de Rafael Moreira na obra que é referência para esta investigação e a publicação que resultou de duas comunicações apresentadas ao Congresso **A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias do Mundo de Expressão Portuguesa** uma de Francisco Queiroz e outra de Ana Margarida Portela. Relativamente ao primeiro e segundo iremos referi-los mais à frente; quanto ao de Ana Margarida Portela interessa-nos destacar que a questão do urbanismo é tratada em simultâneo com os diferentes tipos de edifícios que as Misericórdias ocuparam. Ou seja, a autora refere-se à localização das confrarias, no sentido de locais, no espaço urbano, ocupados, retirando daí algumas conclusões de âmbito urbanístico<sup>826</sup>. Só neste sentido, e não no de urbanismo estrito, se pode entender a afirmação da autora de que “a localização das misericórdias foi um dos factores que mais condicionou as suas características arquitectónicas, inclusivamente a própria estrutura interior dos edifícios”<sup>827</sup>, incluindo os espaços que integram o conjunto. Efectivamente, os edifícios que as Misericórdias ocuparam, a respectiva localização e integração urbana de cada um deles e no caso das construções de raiz, a localização e particularidades dos terrenos escolhidos ou doados, foram factores que condicionaram a concepção do conjunto e as suas características arquitectónicas.

---

<sup>826</sup> A nossa abordagem é diferenciada, a questão da “localização das Misericórdias”, ou seja, em que locais funcionaram, preexistentes ou de raiz, é tratada no cap. III.1 As Misericórdias e a Arquitectura dada a complexidade do tema e as repercussões arquitectónicas.

<sup>827</sup> PORTELA, Ana Margarida – **As Misericórdias em Portugal: problemas urbanísticos e soluções recorrentes**, *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa*. Porto: CEPESE, 2011, pp. 83 - 84.

I. Neste contexto, tal como noutros, como já tivemos oportunidade de referir no capítulo III.1 As Misericórdias e a Arquitectura, é fundamental diferenciar os primitivos espaços ocupados, os preexistentes e as construções de raiz<sup>828</sup>.

Após a fundação, as Misericórdias instalaram-se em espaços pertencentes a outras instituições. Eram edifícios preexistentes com uma localização urbana determinada, que em nada a Misericórdia podia influir e que variava em função da natureza tipológica dos edifícios: as sés e igrejas matrizes, pela sua natureza e função, localizam-se geralmente no centro das cidades e vilas e são por si só elementos geradores de dinâmicas locais muito importantes quer religiosas quer sociais. No entanto, outros espaços, como conventos, capelas e ermidas, podem estar dispersas na malha urbana e algumas vezes até mais afastados das principais zonas.

Em muitas situações a confraria optou por permanecer nestes locais, adaptando ou reconstruindo os edifícios e como tal a caracterização da sua localização não é a mesma que, a de um edifício construído de raiz. Nestes casos a situação será parcialmente diferente, e dizemos parcialmente, porque algumas vezes as confrarias tiveram que utilizar terrenos e casas cedidos para o efeito.

Contudo, esta não terá sido a situação mais comum. Após o período de consolidação das confrarias e a recolha de alguns meios financeiros, muitas Misericórdias começaram a construção das suas novas instalações. Neste processo tornava-se relevante a escolha do local onde instalar a nova Casa da Misericórdia. Alguns documentos mostram-nos isso mesmo, a controvérsia entre os irmãos sobre o local a escolher. É o caso de Aveiro, em que os irmãos debatem em reunião a escolha do local e entre esta e o início da obra mediou quase um ano<sup>829</sup>; quando finalmente optam por um local a justificação é a seguinte: *“na rua derejta desta vila do canto da rua das lorangeiras hate as*

---

<sup>828</sup> Ver cap. III.1 As Misericórdias e a Arquitectura.

<sup>829</sup> Cfr., NEVES, Amaro - **A Misericórdia de Aveiro nos séculos XVI e XVII: A Mayor do mundo, pois o he do reyno**. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998, pp. 141, 157.

*cazas de Salvador Dias por sem [sic] muito bom sytyo e ficar na principal rua*<sup>830</sup>.

Identica situação é demonstrada pelos debates sobre mudar de local o edifício sede da confraria, total ou parcialmente construído. Como sucedeu em Coimbra, Évora e Viana do Alentejo. A modo de exemplo, em Évora depois do debate entre os irmãos, pois no novo local concorreriam mais esmola; no entanto, a decisão da Misericórdia será prosseguir a obra no mesmo local<sup>831</sup>.

II. Uma outra questão levantada por Rafael Moreira é a da evolução da localização urbana das Misericórdias. Segundo o autor, esta sofreu uma evolução “de situação periférica, aproveitando ermidas de arrabaldes ou à sombra de grandes casas religiosas cedidas ou adquiridas para o efeito, passou-se em pouco tempo a localizações centrais, em locais da maior visibilidade e importância urbana”<sup>832</sup>.

Todavia, e porque o presente estudo procurou de modo sistemático identificar os primitivos locais de instalação e culto das Misericórdias quinhentista, verificámos que esta situação não se apresenta tão linear. E para uma análise mais pormenorizada desta questão integrámos na ficha realizada para cada Casa da Misericórdia, um mapa de localização do edifício no contexto do espaço urbano e de outras construções e espaços civis – como a Casa da Câmara, a Torre do Relógio, o pelourinho, o castelo – e religiosos – como a Catedral, a Igreja Matriz e os Conventos. Este elemento cartográfico demonstra inequivocamente a relação da Casa da Misericórdia com os restantes imóveis e o seu posicionamento no contexto do lugar, vila ou cidade.

Não sabemos se é lícito considerar evolução em casos em que as Misericórdias não tiveram grande alternativa de escolha, como foi a aceitação de edifícios preexistentes mais periféricos, e que em alguns casos até

---

<sup>830</sup> Arquivo da Misericórdia de Aveiro, livro 1, fls. 17 – 17 v., documento transcrito em NEVES, Amaro - **A Misericórdia de Aveiro nos séculos XVI e XVII: A Mayor do mundo, pois o he do reyno**, p. 21.

<sup>831</sup> GUSMÃO, Armando - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora**. Évora: [s. n.], 1958 - 1969. 2, pp. 332 – 335.

<sup>832</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 142.

permaneceram no local realizando apenas algumas obras; como são os casos de Arez, Mértola, Vila Franca de Xira (Anexo I [fichas] correspondentes). Dito de outro modo, este não é processo consciente por parte das Misericórdias.

Noutros casos também não houve evolução pois o local inicial era central e a construção de raiz manteve-se aproximadamente no mesmo sítio, como sucedeu em Braga, Guimarães, Lisboa, Porto (Anexo I [fichas] correspondentes).

III. De qualquer forma é inegável que estas confrarias se pautavam por critérios de centralidade no interior do aglomerado urbano, escolhendo as zonas privilegiadas e socialmente mais relevantes para erigirem as Casas da Misericórdia.

O extremo desta situação verifica-se em Coimbra, cuja confraria da Misericórdia, com o objectivo de ocupar um local urbanisticamente relevante, construiu a sua igreja sobre uma das naves de uma igreja já existente. A confraria de Coimbra protagonizou um complexo processo de instalação: durante o primeiro quartel do século XVI esteve numa capela do claustro da Sé, mudando-se depois para um espaço na Igreja de Santiago; desde 1571 teve à sua disposição vários locais para a construção de uma nova Igreja: a praça da cidade perto do Hospital de S. Bartolomeu e a Rua do Corpo de Deus; finalmente, em 1609 optou-se por não mudar a igreja de local e fazer a obra nova no espaço junto da Igreja de Santiago<sup>833</sup> (Anexo II [tabelas] – tabela 5).

Para Rafael Moreira os locais escolhidos eram “afastadas da Sé, matriz e paróquia e mais próximas do pólo cívico da Câmara e pelourinho”<sup>834</sup>. No entanto, para a análise desta realidade temos que ter em conta uma questão de escala e a respectiva dimensão dos núcleos urbanos. As Misericórdias estavam difundidas por todo o país, das grandes às pequenas sedes de concelho, que não se podem comparar, pois a escala destes últimos é muito

<sup>833</sup> GONÇALVES, António Nogueira - **O Escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra**. *Revista Ocidente*. Lisboa: Editorial Império. LXVI, 313 (Maio 1964); CARDOSO, João José - **Santas e Casas: as Misericórdias do Baixo-Mondego e as suas Igrejas nos séculos XVI e XVII**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1995. Tese de Mestrado.

<sup>834</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 143.

reduzida, não existindo uma clara diferenciação entre o centro do poder religioso e o centro do poder civil.

Mas, mesmo quando estas considerações se podem fazer, nem sempre a realidade corresponde à proposta de Rafael Moreira e o caso que mais se destaca nesta problemática é Braga. Esta confraria começou por estar instalada numa capela do claustro da Catedral da cidade; no entanto, em meados do século XVI decide a construção de raiz de uma nova sede que seria numas casas compradas para o efeito pela Misericórdia e que se situavam na parte posterior da catedral (Anexo I [fichas] - Braga).

De igual modo muitas das confrarias que se instalaram, primeiramente, no interior das Sés e igrejas paroquiais<sup>835</sup>, e das que tiveram oportunidade de construir de raiz, muitas não abdicaram deste princípio de proximidade como sucede no Arronches, Barreiro, Freixo, Montalvão, Valadares. Viseu (Anexo I [fichas] correspondentes).

Também em pequenas localidades onde existia um grande mosteiro, a Misericórdia desenvolve-se junto dele e não das sedes de paróquia, como acontece em Arouca, Louriçal e Coz. Neste último caso, com a extinção da Misericórdia, a igreja da confraria passa a igreja matriz sede da paróquia (Anexo I [fichas] correspondentes). Dizemos pequenas localidades porque se exceptuam desta referencia mosteiros como Batalha e Alcobaça

Noutros casos todo o conjunto, centro cívico e centro religioso, localizava-se nas proximidades onde também se instalou a Misericórdia como acontece em Barcelos (Anexo I [fichas] correspondentes).

A centralidade urbanística estava também relacionada com a escolha de eixos viários, praças e rossios em expansão como sucedeu em Coimbra, Évora e Porto<sup>836</sup>. Neste último caso, a Misericórdia decidiu construir o seu novo edifício na R. Flores, quando esta ainda estava em construção e que se veio a constituir “num novo eixo da cidade, facilitando as ligações entre o arrabalde e

---

<sup>835</sup> Ver cap. III. 1 As Misericórdias e a Arquitectura.

<sup>836</sup> PORTELA, Ana Margarida – **As Misericórdias em Portugal: problemas urbanísticos e soluções recorrentes**, pp. 90-92.

a zona ribeirinha”<sup>837</sup> (Anexo II [tabelas] – tabela 4). Aliás, um documento datado de 1548, que concede uma ajuda financeira para a construção da sede da Misericórdia refere-se às antigas instalações como “[...] *por a que ora tem ser muito pequena e estar fora de mão e não poder ser bem servida*”<sup>838</sup>.

Este documento juntamente com um relativo a Évora, que transcrevemos em seguida, fazem referências explícitas à questão da localização urbana, um por questões de acessibilidade e o outro por questões financeiras. Em 1564 o cardeal infante, regente do reino, escreve à Misericórdia de Évora dizendo que não concorda com a intenção de mudar a confraria de local; esta vontade tinha sido incentivada pelo rei que considerava “*a Porta Nova [...] logar mais conveniente e onde concorreriam mais esmolas*”<sup>839</sup>.

IV. Para além da localização interessa-nos também neste ponto referir um aspecto relacionado, que é o posicionamento urbano das Casas da Misericórdia. Ou seja, como se posiciona e relaciona com o espaço urbano e os seus elementos, como sejam outros edifícios notáveis e os arruamentos. E pensamos que esta questão, mais do que a da localização, teve implicações arquitectónicas; ou seja, no modo de conceber os edifícios e nas suas características.

Um tema complementar a este, apesar de ultrapassar o âmbito cronológico desta investigação, é a questão levantada por Francisco Queiroz sobre a relação do edifício, Casa da Misericórdia, com o espaço urbano. Nomeadamente, a existência de elementos no edifícios que têm a função de colocá-lo, e também às pessoas que o utilizam, em contacto com o exterior. Esta funcionalidade terá sido desenvolvida para o período barroco e socorria-

---

<sup>837</sup> SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**. Catálogo de Exposição, [S. l.]: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, p. 27.

<sup>838</sup> Alvará régio relativo à concessão de parte da imposição do sal para a obra da Casa nova na Rua das Flores, transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2005, vol. 4, p. 195.

<sup>839</sup> Carta transcrita em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 213.

se de janelas de sacada, janelas de Pilatos, galerias, passos da Via-sacra, entre outros<sup>840</sup>.

Relativamente às outras estruturas edificadas, destaca-se a relação que a Casa da Misericórdia estabelece com a Matriz. Frequentemente numa relação de proximidade: podem-se encontrar lado a lado como sucede em Fronteira, adossadas como verificamos em Azinhoso e Assumar; ou confrontantes, com as fachadas principais de frente uma para a outra, como verificamos no Barreiro, Freixo de Espada à Cinta, Montalvão e Viseu (Anexo I [fichas] correspondentes).

Consideramos o caso de Viseu bastante expressivo, pois mesmo de fora da cidade é possível avistar uma panorâmica que nos mostra, no topo do monte, as duas igrejas confrontando uma com a outra, a Misericórdia e a Sé.

Outro edifício com que as Casas da Misericórdia também se relacionaram de perto foi o castelo e as respectivas muralhas. Os casos mais marcantes são Mértola, em que parte do edifício está sobre arco para permitir a serventia pública de uma porta da muralha; Evoramonte e Viana do Alentejo que se adossam a parte dos alçados interiores das muralhas (Anexo I [fichas] correspondentes).

Não tão visíveis são os casos de Évora e Caminha que construíram os seus edifícios no espaço público de desafogo das muralhas das respectivas vilas que se tornaram estruturas militares obsoletas<sup>841</sup>

Também a relação com as praças é reveladora de uma necessidade de afirmação institucional que passa pelo edifício. Sempre que possível a fachada principal abre para o largo ou praça que lhe fica fronteiro, como acontece nos já referidos do Barreiro e Viseu (Anexo I [fichas] correspondentes).

Em alguns casos a Casa da Misericórdia “terá desempenhado importante papel na regularização dos rossios, adros, ou campos extramuros”<sup>842</sup>. Estes eram

---

<sup>840</sup> Ver QUEIRÓZ, José Francisco – **As Misericórdias em Portugal: exemplos singulares de integração urbana**, *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa*. Porto: CEPESE, 2011.

<sup>841</sup> PORTELA, Ana Margarida – **As Misericórdias em Portugal: problemas urbanísticos e soluções recorrentes**, p. 91.

considerados espaços públicos, tal como as estruturas militares que referimos, e que embora não havendo como documentá-los a sua implantação no espaço urbano indicia-o claramente<sup>843</sup>.

Uma situação bastante peculiar gera-se quando é a fachada lateral do edifício que se volta para a praça. Neste caso encontrámos uma particularidade exemplificada por Abrantes, Almodôvar e Alverca que explicitaremos no capítulo IV. 3.3 Fachada principal e portal e que se resume numa maior elaboração morfológica e ornamental desta relativamente à principal<sup>844</sup>. Considerando vários factores, nomeadamente relacionados com o processo de evolução e transformação do edifício, nenhum é tão satisfatório para justificar este facto como a intenção de marcar uma presença urbana, através de uma concepção e execução mais cuidada da fachada com maior protagonismo; nestes três casos a fachada lateral que abre para uma praça (Anexo I [fichas] correspondentes). Situação semelhante verificamos em Esposende e Valadares, em que a Misericórdia se localiza muito próximo do edifício dos Paços do Concelho; a sua fachada principal axial abre para um arruamento, enquanto a lateral se direcciona para uma pequena praça, para a qual também abre a fachada da Casa da Câmara; assim, a fachada lateral da Casa da Misericórdia é excepcionalmente mais elaborada e decorada destacando-se um portal lateral de dimensões e morfologia pouco comuns.

Noutras circunstâncias, quando o arruamento é estreito, o próprio edifício define um pequeno adro, geralmente pelo recuo da fachada da igreja relativamente ao arruamento; o objectivo é ganhar desafogo face aos edifícios circundantes, a maioria preexistentes. São exemplos Coruche, Santarém e Torre de Moncorvo (Anexo I [fichas] correspondentes).

Também com os arruamentos se verificam situações bastante interessantes como determinado posicionamento ao modo de *fondale*, para um maior

---

<sup>842</sup> PORTELA, Ana Margarida – **As Misericórdias em Portugal: problemas urbanísticos e soluções recorrentes**, p. 98.

<sup>843</sup> Cfr., PORTELA, Ana Margarida – **As Misericórdias em Portugal: problemas urbanísticos e soluções recorrentes**, pp. 93 - 96.

<sup>844</sup> Ver cap. IV. 3.3 Fachada principal e portal.



impacto urbano em determinadas artérias urbanas<sup>845</sup>. Por exemplo, Tavira, como refere José Horta Correia, “rompendo com a tradicional orientação nascente-poente, volta a sua fachada sensivelmente a sul, fronteira à rua que conduz a uma porta da cidade”<sup>846</sup> (Anexo I [fichas] - Tavira).

Para Óbidos conhecemos um documento que mostra a preocupação da integração do edifício no espaço urbano. Nos finais do século XVI, após uma campanha de remodelação da antiga sede da confraria do Espírito Santo onde a Misericórdia estava a funcionar, esta realiza um pagamento ao “*calciteiro que fez a calçada da porta da ygreja*”<sup>847</sup>.

A localização urbana das suas instalações nem sempre foi uma variante que as Misericórdias puderam controlar.

A preferência por um local central reflectia uma necessidade das Misericórdias exprimirem territorialmente a sua condição social e jurídica. Na realidade a confraria de fundação recente precisava de se afirmar no interior do meio urbano que a tinha gerado, procurando uma localização urbanisticamente relevante e um edifício que se relacionasse com as outras estruturas arquitectónicas notáveis de forma privilegiada mas deixando antever uma individualidade. Neste contexto é mais relevante o valor da implantação, do que a implantação em si mesma.

As Casas da Misericórdia evidenciam uma expressão urbana discreta, ocupando, na generalidade dos casos, parcelas de ruas ou quarteirões, não se destacando em alimetria de outros edifícios e apresentando fachadas desornamentadas e com pouco vãos.

---

<sup>845</sup> Cfr., QUEIRÓZ, José Francisco – **As Misericórdias em Portugal: exemplos singulares de integração urbana.**

<sup>846</sup> CORREIA, José Eduardo Horta - **A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520-1600.** Lisboa: Publicações Ciência e Vida, 1987, p. 42.

<sup>847</sup> Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCMO/MIS/LRD/LIV.02 – **Receita e despesa** (1586 - 1602), fls. 76 v. - 77. Inédito.

A presença das Misericórdias ficou também marcada urbanisticamente ao nível da toponímia. E com poucas excepções, os arruamentos perto do local onde se localizam os edifícios sede das Misericórdias levam sempre o seu nome: Rua da Misericórdia, Calçada da Misericórdia, Travessa da Misericórdia, Beco da Misericórdia, entre outros<sup>848</sup>.

#### **IV. 2 Tipologia das igrejas preexistentes**

---

No período subsequente à instituição das Confrarias da Misericórdia foi definido um local para o seu funcionamento. Neste processo de instalação inicial, muitas confrarias ocuparam espaços preexistentes tal como foi referido no capítulo anterior, onde destacámos o contexto, motivações e tipologia dos edifícios ocupados<sup>849</sup>. Esta situação evolui em dois sentidos distintos: construção de raiz de um novo edifício e abandono do primitivo local ou permanência nos espaços preexistentes, muitas vezes até à actualidade, promovendo campanhas de obras arquitectónicas e/ou decorativas.

Como também já explicitámos esta última opção, permanência nestes edifícios preexistentes, ocorre na exacta medida em que as Misericórdias ocuparam a sua totalidade e não apenas uma parte e/ou quando a instituição detentora do espaço é anexada à Misericórdia e/ou quando o edifício estava sem uso no momento da ocupação.

As Misericórdias de fundação quinhentistas que desenvolveram uma ocupação de longa duração de espaços preexistentes estão registadas na tabela 7 onde registámos alguns dados histórico-artísticos relevantes (Anexo II [tabelas], tabela 7).

Procuraremos então fazer a caracterização arquitectónica destes espaços preexistentes ocupados pelas Santas Casas, considerando apenas os casos

---

<sup>848</sup> Esta situação verifica-se no Barreiro, Vimieiro, Santiago do Cacém, Sardoal.

<sup>849</sup> Ver cap. III. 1 As Misericórdias e a Arquitectura.

em que esta ocupação foi significativamente permanente. Ou seja, excluímos desta análise os edifícios que as Misericórdias utilizaram de forma limitada no tempo até à construção de raiz de um novo edifícios destinado a Casa da Misericórdia. A intenção última será avaliar até que ponto estes espaços, que não foram pensados para servir a acção das confrarias da Misericórdia, foram alterados arquitectónica ou decorativamente para cumprirem essa função e se registam elementos característicos da arquitectura da Misericórdias quando construída de raiz.

I. Os edifícios preexistentes ocupados pelas confrarias da Misericórdia eram geralmente igrejas, cuja construção remonta ao período medieval evidenciando algumas persistências estruturais e decorativas românico-góticas. No entanto, é necessário registar que alguns edifícios sofreram campanhas arquitectónicas, e principalmente decorativas, em diferentes épocas, promovidas pelas Misericórdias, que os alteraram em diferentes graus. Estas conferiram-lhes elementos renascentistas, maneiristas e barrocos e em alguns casos a completa modificação da sua fisionomia primitiva. Assim, tipologicamente estes espaços podem ser integrados no contexto de toda a produção arquitectónica de cada uma das épocas. Ou seja, a planimetria, a volumetria e a decoração arquitectónica são características do período artístico em que foram produzidas.

Para a organização das ideias principais deste capítulo queremos diferenciar dois conjuntos de edifícios preexistentes, com origens no período medieval: os que foram totalmente alterados e os que mantêm elementos das primitivas campanhas de obras.

No primeiro grupo integram-se os edifícios que foram remodelados totalmente. Uns por campanhas realizadas durante o século XVI, que mantêm alguns elementos desse período como os de Abrantes, Arez, Atouguia da Baleia, Barcelos, Benavente, Cuba, Évora de Alcobaça, Faro, Lourinhã, Óbidos, Olivença, Palmela e Pernes (Anexo I [fichas] correspondentes) e que abordaremos na análise arquitectónica dos edifícios quinhentistas, porque efectivamente são edifícios novos, construídos no local de antigas preexistências de que não existem vestígios concretos. E os que actualmente

têm uma configuração dada por intervenções dos séculos XVII – XIX, como Alcobaça, Bragança, Castelo Branco, Colares, Gáfete, Seda, Tolosa, Torres Vedras e Vila Franca de Xira e que, tal como os anteriores, devem ser encarados como edifícios das Misericórdias construídos de raiz; sendo a sua relação com as preexistências, apenas a localização ou algum elemento arquitectónico menos visível, por este motivo não se integram no âmbito da nossa investigação. Este último conjunto de edifícios apresenta-se esteticamente entre o estilo chão e o barroco, perfeitamente enquadráveis nos parâmetros arquitectónicos deste período e registam a introdução de elementos característicos da funcionalidade e simbologia atribuídos a estes espaços.

Num segundo grupo colocámos os edifícios que foram remodelados parcialmente. Ou seja, que mantêm alguns elementos da sua construção primitiva, geralmente medieval. Estes serão analisados neste capítulo, pois muitos dos elementos que apresentam explicam-se por serem exemplares anteriores à fundação das Misericórdias, e cujo contributo para a caracterização arquitectónica dos edifícios quinhentistas é escasso. Embora seja nossa intenção avaliar se estes espaços foram alterados tendo como referências os elementos característicos da arquitectura da Misericórdias quando construída de raiz.

Relativamente à planimetria, e com excepção de Melgaço que referiremos à frente, as igrejas caracterizam-se invariavelmente por planta de nave única, composta pela justaposição de dois rectângulos: um maior correspondente à nave e um de menores dimensões, em largura, altura e comprimento, correspondente à capela-mor. Estes dois espaços são também diferenciados exteriormente pela sua volumetria de linhas sóbrias com preponderância para os volumes cúbicos.

Os diversos períodos estéticos transparecem em elementos concretos – organização das fachadas, portais, coberturas e equipamento.

Nos exemplares de origem medieval, que remontam ao período românico, os alçados exteriores são em cantaria aparelhada não rebocada; e a concepção

da fachada pode ser românica com escultura arquitectónica medieval nos portais de Alfaiates<sup>850</sup>, Linhares<sup>851</sup> e Sabugal<sup>852</sup>; óculos em Alfaiates; e cachorrada em Alfaiates, Castelo Mendo<sup>853</sup> e Melgaço<sup>854</sup>.

Interiormente as semelhanças entre estes espaços são evidentes, não tanto por serem utilizados pelas confrarias da Misericórdia, mas porque as campanhas decorativas incidiram sobre as mesmas manifestações artísticas e seguem um modelo comum: retábulos laterais barrocos colocados em ângulo ladeando o arco triunfal, remodelação da cobertura da capela-mor e do arco triunfal.

Um pouco distintos são os exemplares com elementos góticos, registando portais com perfil de arco quebrado como verificamos em Albufeira<sup>855</sup> e Serpa<sup>856</sup> (Anexo V [foto] – portais), arcos triunfais também de perfil quebrado como os existentes em Alfaiates, Alpalhão<sup>857</sup> e Salvaterra do Extremo<sup>858</sup> e

---

<sup>850</sup> Ver fotografias em CONCEIÇÃO, Margarida – **Igreja da Misericórdia de Alfaiates/Capela da Santa Casa da Misericórdia de Alfaiates**. SIPA n.º PT020911070010. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1992. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>851</sup> Ver fotografias em CONCEIÇÃO, Margarida – **Igreja da Misericórdia de Linhares**. SIPA n.º PT020903080026. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1997. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>852</sup> Ver fotografias em CONCEIÇÃO, Margarida – **Igreja da Misericórdia do Sabugal**. SIPA n.º PT020911300008. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1992. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>853</sup> Ver fotografias em CONCEIÇÃO, Margarida, PESSOA, Lúcia – **Igreja de São Vicente em Castelo Mendo/Igreja da Misericórdia de Castelo Mendo**. SIPA n.º PT020902080017. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1997, 2000. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>854</sup> Ver fotografias em AMARAL, Paulo – **Igreja da Misericórdia de Melgaço, sacristia e casa do consistorio**. SIPA n.º PT011603180040. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>855</sup> Ver fotografias em NETO, João – **Igreja, hospital e antiga hospedaria da Misericórdia**. SIPA n.º PT050801010002. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1991. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>856</sup> Ver fotografias em FALCÃO, José, PEREIRA, Ricardo – **Igreja da Misericórdia**. SIPA n.º PT040213050024. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1998. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>857</sup> Ver fotografias em MANTAS, Helena, GONÇALVES, Susana – **Igreja da Misericórdia de Alpalhão/Igreja do Espírito Santo**. SIPA n.º PT041212010016. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>858</sup> Ver fotografias em CASTRO, Luís – **Igreja da Misericórdia de Salvaterra do Extremo**. SIPA n.º PT020505130050. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

coberturas em abóbada de nervuras em Albufeira, Alpalhão e Serpa. Os restantes elementos que compõem estes edifícios são muitas vezes estilisticamente incaracterísticos.

O edifício de Albufeira apresenta dois elementos a destacar: o arco triunfal de dupla arquivolta, torsa e lisa, em segmento de arco com capitéis e bases facetadas e o portal com um pormenor interessante: ao capitel gótico do portal foi adossado algo semelhante a parte de um friso com características renascentistas, talvez numa tentativa de actualização estética (Anexo V [fotos] - portais).

Em Salvaterra do Extremo, da qual temos pouquíssimos dados, quer da confraria quer do edifício, apenas o arco triunfal, a porta de acesso à sacristia e o portal deixam transparecer alguma informação sobre a cronologia do edifício<sup>859</sup>. O arco triunfal tem perfil quebrado assente sobre pilastras de reduzida altura; a moldura da porta de acesso à sacristia é composta por silhares e tem o ângulo chanfrado e a fachada principal e o portal apresentam composição e elementos quinhentistas<sup>860</sup>.

Também a Batalha é digna de nota, esta Misericórdia teve origem na confraria de N. Sra. Vitória. Em 1537 existia a intenção de transformar a confraria em Misericórdia, o que se veio a concretizar apenas no início do século XVIII<sup>861</sup>. O actual edifício integrou elementos do antigo hospital e capela da Confraria de Nossa Senhora da Vitória, que são os elementos mais antigos do actual edifício: capela lateral (antigo altar), alpendre e porta de acesso ao edifício contígua à igreja, e azulejos encontrados durante o restauro da sacristia. Elementos datáveis dos inícios do século XVI, sendo a restante construção do século XVIII e XIX, incluindo o equipamento e decoração (Anexo I [fichas] - Batalha).

---

<sup>859</sup> O edifício foi bastante alterado arquitectonicamente: na capela-mor junto à pilastra do arco triunfal existe vestígios de umas escadas e no alçado oposto, a um nível superior, existe uma porta de acesso a uma divisão que se localiza sobre a sacristia.

<sup>860</sup> Ver fotografias em CASTRO, Luís – **Igreja da Misericórdia de Salvaterra do Extremo**. SIPA n.º PT020505130050.

<sup>861</sup> GOMES, Saúl António - **O livro do compromisso da confraria e hospital de Santa Maria da Vitória da Batalha (1427 - 1544): estudo histórico e transcrição documental**. Leiria: Magno Edições, Santa Casa da Misericórdia da Batalha, 2002, pp. 19 – 25.

Também os edifícios tardo-góticos registam as mesmas evidências estilísticas ao nível de elementos arquitectónicos concretos. Do mais simples, como os portais, por exemplo o de Maiorga (Anexo V [foto] – portais) ao mais complexo como o claustro, de transição para o Renascimento do hospital N. Sra. Mártires de Estremoz.

Lembramos que os edifícios preexistentes que foram alterados na totalidade com campanhas de obras no século XVI são referidos no capítulo IV. 3 Casa da Misericórdia - Caracterização arquitectónica.

II. Após esta breve análise das características arquitectónicas dos edifícios preexistentes, com vestígios das campanhas de obras primitivas, ocupados pelas confrarias da Misericórdia, queremos aferir em que medida registam elementos arquitectónicos ou decorativos que os relacionem com as Misericórdias. A primeira constatação é que a existência destes elementos é bastante discreta.

Em alguns casos notámos uma tendência individualizadora dos espaços com a introdução de elementos de natureza arquitectónica e/ou decorativa, característicos das Misericórdias enquanto construção de raiz (Anexo I [fichas] correspondentes):

- Introdução da tribuna dos oficiais para o acompanhamento das celebrações religiosas (estrutura suspensa, vão, coro, banco corrido) (Albufeira, Alpalhão, Batalha, Linhares, Melgaço, Sabugal, Salvaterra do Extremo);
- Representação iconográfica, pintura ou escultura de vulto no retábulo-mor ou laterais, seguindo as temáticas privilegiadas pelas Misericórdias como a «Visitação» (Alpalhão e Celorico) e a «Paixão de Cristo» (Alpalhão, Celorico, Linhares, Melgaço, Sabugal, Salvaterra do Extremo);
- Introdução de cruzeiro sobrelevado na igreja (Beja, Melgaço, Sortelha);
- Construção de uma casa do despacho e outras dependências, espaços com funcionalidade específica no âmbito das confrarias da Misericórdia:

(Albufeira<sup>862</sup>, Batalha, Celorico e Melgaço). Num edifício junto da igreja de Castelo Branco funcionou um hospital e os edifícios preexistentes de Serpa e Estremoz eram hospitais.

Para além destas situações que se podem generalizar existem três casos que queremos destacar: Beja, Melgaço e Sortelha, cada um com as suas especificidades.

Beja apresenta-se como uma situação excepcional. Foi um edifício construído para uma funcionalidade específica, servir de açougue. Após a sua construção foi doado pelo Infante D. Luís para servir de sede da Misericórdia de Beja e neste contexto sofreu obras para se adaptar à sua nova finalidade. Esta mudança de funcionalidade de civil utilitária para assistencial (incluindo religiosa) condicionou a execução de obras de alteração, e assim se construiu entre 1550-1553 uma terceira ala que serviria para a capela-mor e colaterais. Esta ala construiu-se ao modo de um cruzeiro sobrelevado, como era comum nas Misericórdias, e com a mesma largura e altura da nave. No entanto, são nítidas as diferenças estéticas entre a preexistência e a nova construção: a ala norte evidencia uma austeridade formal e decorativa e de tipologia de suportes e coberturas de gosto maneirista-chão. Distintas são as outras duas alas, mais ligadas às características do Renascimento com o uso da coluna, capitéis coríntios e de fantasia e abóbada de cruzaria (Anexo I [fichas] - Beja).

A intervenção incluiu ainda o fecho e entaipamento dos arcos que constituíam os alçados, abertura de portais e óculos, colocação de sineira e construção de dependências necessárias para um espaço desta natureza, como sacristia e casa do despacho.

O mais interessante nesta obra é que vai apresentar especificidades, face às restantes Misericórdias, ao nível da planimetria, cobertura interior e fachadas por ter sido um edifício preexistente, concebido para função diferente, e

---

<sup>862</sup> Subsiste, embora deslocado na igreja, parte do tecto da casa do despacho que quando o edifício contíguo á igreja sofreu obras foi retirado: apresenta o brasão de armas real enquadrado por grinaldas de flore e tem uma legenda com a data da execução (1759) e o encomendador (o provedor).



posteriormente adaptado. Mas que nessa adaptação vai optar por elementos arquitectónicos muito comuns nas obras construídas de raiz pelas confrarias como é o caso do cruzeiro, da inscrição na verga do portal principal e da sineira com um campanário.

O caso de Melgaço parece-nos também muito interessante. A Misericórdia foi fundada nos inícios do século XVI e ocupou a igreja de Sta. Maria do Campo. Esta igreja é de origem medieval subsistindo dessa época o portal principal e fragmentos de uma cachorrada. Nos finais do século XVI e durante os séculos XVII e XVIII a igreja sofreu várias campanhas de obras que devem ter alterado a planta da igreja. Esta é a única das igrejas preexistentes (excluindo Beja pelos motivos já indicados) que apresenta uma planimetria diferente, não integrável nos modelos românico-góticos e, por isso, consideramos que é resultado de uma intervenção: nave única sem diferenciação planimétrica e volumétrica da capela-mor e cruzeiro elevado, bastante comprido com acesso por três degraus<sup>863</sup>. Dada a inexistência de arco triunfal, motivado ou não pelas obras, colocou-se uma estrutura decorativa em madeira com forma de arco, suspensa do tecto e apenas com a arquivolta, no início do cruzeiro, sugerindo a função de arco triunfal. Esta estrutura apresenta semelhanças com as guarnições colocadas sobre as arquivoltas das capelas laterais, janelas, portas, altar-mor e deve datar da segunda metade do século XVIII.

Na igreja existe tribuna no sistema de estrutura de madeira sobre mísulas ligada e com acesso pelo coro.

A ocupação do edifício pela Misericórdia levou também à construção de um edifício anexo à igreja onde funcionaria a casa do despacho. E tal como, acontece noutros edifícios, optou-se pela construção de uma galeria alpendrada exterior adossada à fachada lateral da igreja, composta por colunas sobre murete, que suportam uma cobertura em telhado e que fazia a ligação entre a casa do despacho e o coro e através deste à tribuna<sup>864</sup>. É possível que

---

<sup>863</sup> Ver fotografias em AMARAL, Paulo – **Igreja da Misericórdia de Melgaço, sacristia e casa do consistório**. SIPA n.º PT011603180040.

<sup>864</sup> Ver fotografias em AMARAL, Paulo – **Igreja da Misericórdia de Melgaço, sacristia e Casa do Consistório**. SIPA n.º PT011603180040.

a alteração da capela-mor tenha sido feita no contexto da edificação desta construção que se adossada ao alçado esquerdo da igreja.

Por último, destacar o caso de Sortelha que, após a instituição da confraria ocupou a igreja matriz de S. João. A sua origem deve ser medieval e actualmente está em ruínas. Pelos vestígios que ainda subsistem deve ter sido intervencionada durante o século XVII ou princípios do XVIII. A planta é definida por dois rectângulos, um de maiores dimensões que corresponde à nave única, ao qual se justapõe um outro, de menores dimensões, correspondente à capela-mor. No interior da capela-mor, profunda, destaca-se um cruzeiro elevado (7 degraus), a que se acede por dois lances de escadas laterais e com vão ao centro para colocar grupo escultórico de «Cristo morto» ou «Lamentação» (Anexo V [fotos] - cruzeiros)<sup>865</sup>. Consideramos que estamos perante um caso de uma igreja preexistente que decide introduzir, numa planimetria concreta, um elemento comum a algumas Misericórdias com outras planimetrias – o cruzeiro elevado com grupo escultórico de temática cara às Misericórdias<sup>866</sup>. Ou seja, no caso de Sortelha, o cruzeiro aparece associado a uma planimetria em que, em construções de raiz, nunca aparece cruzeiro, talvez por se tratar de uma adaptação e não de uma construção de raiz<sup>867</sup> (Anexo V [fotos] - cruzeiros).

A fundação das Misericórdias foi seguida da escolha de um edifício para realização da sua actividade; esta escolha oscilou entre a ocupação de um edifício preexistente ou a construção de raiz. Uma ou outra opção vão ter

---

<sup>865</sup> Ver fotografias Ver fotografias em CONCEIÇÃO, Margarida, PESSOA, Lúcia, NOÉ, Paula – **Igreja Paroquial de São João/Igreja da Misericórdia de Sortelha/Igreja de Santa Rita**. SIPA n.º PT020911330025. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1997, 2000, 2011. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>866</sup> Para a integração deste elemento – grupo escultórico com a «Lamentação» - encontramos em quase todas as Misericórdias a mesma solução arquitectónica: planta rectangular, cruzeiro elevado, no centro do qual se abre um vão para integrar o grupo escultórico. No entanto, existem dois casos diferentes, Álvaro e Montemor-o-Velho, ambas com planimetria de nave única e capela-mor mais baixa e estreita, que optaram por integrar parte do grupo escultórico – Cristo morto e as mulheres – no interior das mesas do altar-mor, ladeando-o pelas figuras de vulto de Nicodemos e João de Arimateia.

<sup>867</sup> Sobre o cruzeiro ver: IV. 3.4.1 Planimetrias.

repercussões na localização urbana e caracterização estética dos edifícios utilizados pelas Misericórdias no século XVI. Como já tivemos oportunidade de referir, uma localização urbana mais periférica corresponde sempre a um edifício preexistente (total ou parcialmente alterado) ou um arco triunfal com perfil de arco quebrado corresponde sempre a um edifício preexistente; como tal são relevantes para o entendimento geral da relação que as Misericórdias tiveram com a Arquitectura, mas pouco podem contribuir para a caracterização da produção arquitectónica quinhentista promovida pelas confrarias. Por isso é importante contextualizar a origem do edifício e identificar os preexistentes e destes, quais foram alterados parcial ou totalmente por campanhas de obras posteriores.

Do conjunto dos edifícios preexistentes apenas uma pequena parte mantém elementos da primitiva campanha de obras, geralmente do período medieval. E mesmo nestes casos estes elementos são muitas vezes apenas vestígios; os edifícios preexistentes sofreram alterações de actualização estética e também funcional, pois eram edifícios românico-góticos e góticos e sedes de paróquias ou confrarias. Na maioria dos casos estas alterações substituíram a totalidade da construção primitiva e, nestes casos, o edifício a construir era concebido como Casa da Misericórdia de raiz; sendo apenas o local de implantação o único elemento que relaciona o novo edifício ao preexistente.

Nas situações em que subsistem elementos da construção original estes são pontuais e conjugados com elementos posteriores ou incharacterísticos e, em poucos casos, registam soluções que visam adaptá-los a Misericórdias, às suas funções e simbologias; estas são geralmente de cariz ornamental e não arquitectónico.

As excepções são os casos de Beja, Melgaço e Sortelha, espaços preexistentes em que se introduziram alterações arquitectónicas, que relacionam estes espaços com outras Casas da Misericórdia e ao que têm de mais característico – cruzeiro elevado na igreja e casa do despacho.

### IV. 3 Casa da Misericórdia - Caracterização arquitectónica

---

A arquitectura das Casas da Misericórdia apresenta algumas particularidades quer funcionais quer estético-artísticas. Funcionais porque tinham que responder a um conjunto de funcionalidades como a assistência, a administração e a cultualidade e por isso, como já foi referido podia reunir num mesmo edifício o hospital, a casa do despacho e igreja, espaços geralmente interligados entre si, criando uma planimetria e espacialidade próprias<sup>868</sup>. Estético-artísticas porque, por diferentes razões, apresentam soluções arquitectónicas e decorativas inerentes e características das confrarias. Estas especificidades abrangiam elementos da natureza do próprio espaço, a planimetria, espacialidade, iconografia e equipamento.

Todavia os edifícios construídos pelas Misericórdias durante o século XVI apresentam uma grande diversidade arquitectónica, morfológica e decorativa, derivada da influência das correntes estéticas dominantes e da maior ou menor resistência a elas.

A caracterização arquitectónica destes edifícios é tão necessária como difícil. Necessária, porque importa saber com que características construíam para poder avaliar o nível das particularidades que apresentam e difícil, porque a fonte com mais referências para o século XVI são os livros de receita e despesa que apresentam um importante manancial de informação, mas que muitas vezes é difícil de relacionar com uma obra concreta. Ou seja, estes livros demonstram o grau de intervenção que estes edifícios sofriam, aquilo que pensamos ser o nível de manutenção (como caiação e arranjo dos telhados) e pequenas obras, que são registadas nos livros para controlo dos gastos mas que também pode implicar algo mais profundo muito complexo de aferir. Este género de intervenções aparecem genericamente indicadas como “obras da casa”, “concerto do telhado”, “as mais obras da caza”, “concerto da caza”.

---

<sup>868</sup> Muitas vezes esta situação não se verifica totalmente porque algumas confrarias ocuparam ou ficaram a gerir hospitais pré-existentes. Ou seja, o hospital encontra-se distanciado fisicamente da igreja e casa do despacho.

No desenvolvimento da nossa investigação foi possível constatar que as Confrarias da Misericórdia foram construindo espaços de culto próprios no interior dos seus edifícios. Estes espaços seguiram diferentes características morfo-tipologias ao nível da planimetria, concepção do espaço interior, cobertura, concepção da fachada principal, espaço interior – disposição da tribuna e púlpito.

São muito raros os exemplares de arquitectura, decoração e equipamento quinhentistas. No entanto, e apesar de muitas igrejas terem sido remodeladas com campanhas de obras posteriores, é algumas vezes possível identificar a sua estrutura arquitectónica original ou alguns elementos que dela faziam parte.

Esta situação verifica-se em Almada, que consta ter sofrido sérios danos com o terramoto de 1 de Novembro de 1755, e que mesmo após a reconstrução, e apesar de visíveis algumas alterações arquitectónicas, preserva a sua estrutura primitiva (Anexo I [fichas] - Almada).

É também o caso do Porto que mantendo a capela-mor quinhentista, registou uma grande intervenção barroca (1745-1758) quer ao nível da fachada principal quer das naves. No entanto, pela capela-mor subsistente é possível determinar a planimetria original da totalidade da igreja; acrescenta-se que a planta desta capela-mor revela-se um exemplar único, no âmbito das Misericórdias quinhentistas [Anexo V [fotos] - cabeceira].

Este processo de actualização estético-artístico, muito comum em edifícios religiosos e civis, provocou alterações tipológicas, arquitectónicas e decorativas, num processo que demonstra a vivência perene dos espaços e a dinâmica e a vitalidade de uma comunidade que quer deixar uma marca geradora de prestígio e engrandecimento. Paradigmático desta situação é a discrepância patente entre o número de confrarias fundadas no século XVI (Anexo II [tabelas], tabela 2) e o número de edifícios quinhentistas que se apresentam neste estudo (Anexo II [tabelas], tabela 3).

Existe um conjunto significativo de Casas da Misericórdia que sofreram alterações que comprometeram a sua tipologia original, nomeadamente de estrutura com remodelação total, reconstrução da capela-mor e por vezes até de orientação do edifício (Santiago do Cacém). Procurámos reunir na tabela 6 todas as igrejas da Misericórdia reconstruídas em época posterior ao século XVI indicando os principais dados historico-artísticos e essas intervenções (Anexo II [tabelas], tabela 6); e na tabela 4 as que, apesar da arquitectura no seu conjunto se poder filiar em época posterior ao século XVI, evidenciam ainda alguns elementos arquitectónicos relevantes para o estudo das tipologias quinhentistas (fachada, portais, capela-mor, entre outros) (Anexo II [tabelas], tabela 4).

Cabe neste momento definir as opções arquitectónicas, artísticas e estéticas usadas pelas confrarias da Misericórdia durante todo o século XVI, quando construíram de raiz os seus espaços religiosos.

#### **IV. 3.1 Conceção espacial**

O conceito de Casa da Misericórdia que definimos no capítulo III. 2 Casa da Misericórdia tem implícita uma concepção espacial. A Casa da Misericórdia é um conjunto arquitectónico de cariz assistencial construído para sede de uma confraria da Misericórdia e composto por igreja, sacristia, casa do despacho, cemitério, enfermarias/hospital, casa da cera, casa das tumbas, entre outras dependências que se organizam num conjunto edificado mais ou menos coerente mas com relações de dependência funcional e social muito relevantes.

Como conjunto poderíamos destacar alguns exemplos paradigmáticos e que em alguns casos, este conceito de conjunto, se reflecte perfeitamente nas características da arquitectura construída. Por exemplo a Azinhaga representa um conjunto arquitectónico formado por igreja, hospital e outras dependências; uma Casa da Misericórdia de arquitectura quinhentista mantendo algumas das soluções e características primitivas, nomeadamente a articulação espacial dos vários elementos que compõem a casa, molduras dos vãos, escadas de

acesso, alpendres no piso superior protegendo os acessos ao interior. De destacar que o interior dos compartimentos e da igreja foi alterado, não se podendo aferir a sua planimetria original (Anexo I [fichas] – Azinhaga).

Outro exemplo diferente, mas também significativo é Guimarães; conjunto formado por igreja, sacristia e edifício contíguo de razoáveis dimensões de três pisos, articulados por pátio interior. Fachada principal unitária mas composta por três corpos; os dois laterais com remate em empena com cruz no vértice e ladeado por pináculos, dando à composição algum equilíbrio; a igreja destaca-se por ter fachada em cantaria (Anexo I [fichas] – Guimarães).

As plantas actuais das Casas da Misericórdia, que reflectem esta organização espacial, entendidas na sua globalidade são um fenómeno cultural, histórico e evolutivo; resultam de um processo de evolução da própria confraria (de cada confraria), da sua actividade assistencial e das condições inerentes à mesma, das alterações à liturgia, aos cultos e à espiritualidade.

Neste capítulo procuraremos explicitar alguns aspectos relacionados com a organização espacial do conjunto arquitectónico, Casa da Misericórdia, que se reflectem em planimetrias concretas e como determinados pressupostos, semelhantes, tiveram diferentes resoluções.

I. O primeiro ponto que queremos salientar é que relativamente a esta questão a realidade é múltipla, ou seja, existem edifícios que mantêm uma planimetria e organização espacial próxima à concepção primitiva e existem outros que foram completamente alterados a este nível. Estas alterações foram realizadas em várias épocas, desde remodelações e ampliações barrocas como aconteceu em Tentúgal a adaptações a novas funcionalidade já durante o século XX como aconteceu em Mértola, Moura, Portalegre e Tancos, perdendo-se o sentido original da organização espacial, assim como, as características formais e estéticas ao nível dos revestimentos, decoração e equipamento (Anexo I [fichas] correspondentes).

Este aspecto condiciona, em parte, algumas das leituras que se possam fazer; no entanto, existem pressupostos de longa duração que permanecem e que apenas se materializam com formas arquitectónicas e decorativas diferentes.

Por outro lado existe uma outra condicionante a esta análise, o facto de se ter perdido a memória da função/designação de muitas dependências que constituem a Casa da Misericórdia. Este facto pode estar relacionado com a evolução da relevância da sua função e dos objectos que guarda ou ainda com a habitual mudança de funcionalidade que os espaços sofriam, como comprovam aliás alguns documentos.

Teremos oportunidade de, no capítulo III.2.4. Outros espaços e IV.3.7 Outras dependências, identificar algumas delas, tais como casa da cera, celeiro, casa das tumbas, que aparecem na documentação mas que em muitos casos não conseguimos relacionar com nenhum espaço concreto no interior do actual conjunto arquitectónico. A memória da sua localização perdeu-se quer por falta de elementos arquitectónicos característicos ou de equipamento específico, quer pela alteração funcional que muitas destas divisões sofreram, quer pelo edifício ter perdido as suas funções originais.

Casos como Alenquer em que podemos identificar a sacristia devido à existência de um lavabo em cantaria mas de que desconhecemos a função dos restantes compartimentos; contígua à sacristia existe uma divisão de planta rectangular, paralela à igreja, com cobertura em abóbada de berço assente em cornija e com arcos torais descarregando em mísulas; no alçado existem portas de acesso à sacristia, coro e hospital e escada de acesso à igreja (Anexo I [fichas] – Alenquer); parece ser um espaço de passagem pelo volume ocupado pelas escadas que descem para a igreja, no entanto, pela cobertura e acesso directo ao coro também podia ser a casa do despacho.

De igual modo em Beja existe uma divisão na parte posterior da igreja, de planta rectangular, cobertura em abóbada de nervuras suportada por mísulas em cantaria (Anexo I [fichas] – Beja e anexo V [fotos] – outras dependências); o acesso actual é feito por divisão contígua mas o primitivo foi directamente pela igreja por uma porta que existia ao lado do retábulo colateral; desconhecemos a sua função, pela localização podia ter servido como sacristia uma vez que a actual se encontra no lado oposto e é posterior.



Um outro exemplo é Buarcos, com um edifício bastante alterado; mantém casa do despacho com tribuna rasgada para a igreja e no espaço correspondente, no piso inferior, encontra-se uma divisão de planta rectangular, com acesso por porta no alçado da nave, com moldura em cantaria, as inscrições: «1576» e «TALE VI COMO TI TAL SERAS COMO MIM» e uma caveira em relevo (Anexo I [fichas] – Buarcos e anexo V [fotos] – outras dependências); interiormente está modificada ao nível dos revestimentos e cobertura; alguns autores identificam esta divisão com um ossário. Para reforçar esta ideia lembramos que, em 1610, a Misericórdia de Vila Viçosa decide a construção de um carneiro para os ossos dos defuntos que estavam a descoberto no adro da igreja<sup>869</sup>.

Ou ainda a divisão que comunica com a sacristia de Montemor-o-Velho que se localiza no piso térreo do edifício contíguo à igreja; tem planta rectangular e cobertura em tecto plano; os alçados são revestidos com silhar baixo de azulejo de padrão enxaquetado e tem portas de acesso à sacristia e ao exterior, escadas de comunicação com o piso superior e um poço integrado num dos alçados (Anexo I [fichas] – Montemor-o-Velho). Dada a existência do poço, podemos supor que este espaço serviria de apoio a um outro destinado à assistência promovida Misericórdia, que se localizaria possivelmente no edifício contíguo à igreja e que foi demolido.

Em muitos outros exemplos encontramos espaços, divisões com características quinhentistas. Destacamos as dependências com cobertura de abóbada de aresta na parte posterior da capela-mor em Évora; a divisão de planta rectangular, dois tramos com cobertura de abóbada de nervuras parcialmente assente em mísulas de cantaria junto ao átrio de Moura; a divisão no piso térreo do edifício contíguo à igreja, com planta rectangular, cobertura em abóbada de nervuras assente em mísulas e com bocetes circulares em Portalegre; o conjunto de outras dependências no edifício onde está a sacristia e a Casa do Despacho em Portel, de características vernáculas com pavimento em tijoleira e cobertura em abóbada de berço; e o conjunto de dependências

---

<sup>869</sup> PINHO, Joana, NOÉ, Paula – **Igreja e antigo hospital da Misericórdia de Vila Viçosa/Igreja do Espírito Santo**. SIPA n.º PT040714050019. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2006. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

no edifício contíguo à igreja de Proença-a-Velha que foram recuperados mantendo a sua organização espacial e algumas características de revestimentos e molduramento dos vãos mas perderam a sua funcionalidade (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – outras dependências).

II. Relativamente às questões que exercem alguns condicionantes à organização espacial do conjunto destacamos as que estão relacionadas com a funcionalidade dos espaços.

Começamos pela sacristia, espaço cuja função específica é servir de apoio à igreja – o espaço religioso; é o local onde se guardam as alfaías litúrgicas e os paramentos e onde o celebrante se paramenta antes das celebrações. Dada a sua natureza existe uma intrínseca ligação entre a sacristia e a igreja e arquitectonicamente esta ligação reflecte-se na proximidade entre estes dois espaços; estão fisicamente contíguos e comunicam entre si, aliás como é comum na arquitectura religiosa em geral. Esta proximidade será uma constante, o que se vai modificando é a configuração da sacristia, dos pequenos e despojados espaços tardo-góticos (Arraiolos, Ourique, Santarém [primitiva], Torrão, Vila Viçosa [primitiva]) (Anexo V [fotos] - sacristia) aos grandes e ornamentados espaços barrocos (Elvas, Guimarães, Torres Vedras, Viana do Castelo) (Anexo I [fichas] correspondentes).

Especificamente neste contexto a porta de acesso comunica sempre com a capela-mor, em igrejas de planta de nave rectangular e capela-mor também rectangular mas de menores dimensões e geralmente com o cruzeiro elevado em igrejas de planta rectangular.

Um outro espaço paradigmático das Casas da Misericórdia é a casa do despacho, a sala onde se reuniam o provedor e os doze oficiais eleitos anualmente para a tomada de decisões relativas à actividade da confraria e à sua gestão (anexo V [fotos] – casa do despacho). Este espaço foi ganhando uma carga simbólica importante no interior do conjunto arquitectónico, inerente à sua função, e que se reflecte num determinado equipamento: a mesa do

despacho de configuração própria, o oratório, a arca ou cofre do dinheiro e o cartório<sup>870</sup>.

Este espaço tinha também uma grande proximidade com a igreja, pelo facto de muitos destes actos civis estarem imbuídos de carga religiosa, pois compreendiam a participação na Eucaristia; por isso em muitos exemplares quinhentistas e seiscentista esta relação entre casa do despacho e igreja vai ser reforçada pela abertura de um vão que punha em comunicação a sala de reunião com o espaço de celebração, para que o provedor e oficiais mais facilmente e diferenciadamente pudessem assistir às celebrações realizadas na igreja<sup>871</sup>.

Também em exemplos mais tardios se mantém esta ligação; são vários os exemplos setecentistas com tribunas-vão, embora de configuração barroca como acontece em Alpedrinha, Guarda, Lagos e Seia.

Quando não existe proximidade física entre a casa do despacho e a igreja procura-se uma ligação privilegiada entre ambas, que em alguns casos assume a forma de corredor ou galeria exterior protegida por um alpendre, um acesso directo, diferenciado e arquitectonicamente cuidado, para que o provedor e oficiais pudessem aceder a um espaço reservado na igreja (anexo V [fotos] – galeria).

III. Um outro ponto que queremos explicitar refere-se à articulação espacial da Casa da Misericórdia, isto porque a Casa da Misericórdia é um conjunto arquitectónico com vários graus de complexidade. Esta característica não é exclusiva do século XVI, pois mesmo os edifícios posteriores e os edifícios reutilizados evidenciam-se como tal (Albufeira, Alcantarilha, Alcobaça, Alter do Chão, Arruda dos Vinhos, Castelo Branco, Crato, Guarda, Gouveia, Loulé, Monsaraz, Pavia, Proença-a-Nova, Redondo, Samora Correia, Seia, Sertã, Torres Vedras).

---

<sup>870</sup> Ver anexo IV [documentos], documento 1 – Evoramonte.

<sup>871</sup> Para mais pormenores sobre a tribuna dos oficiais ver cap. IV. 3.4.4 Equipamento – tribuna dos oficiais.

Muito raras são as situações quinhentistas que se limitam a igreja e sacristia, como se verifica em Algosó, Amieira do Tejo, Azinhoso, Colos, Pedrógão Pequeno e Penamacor (Anexo I [fichas] correspondentes). Para outros exemplos como Atouguia da Baleia, Castro Marim, Constância, Penas Roias e Vila Ruiva existem indícios de demolições ou alterações nos edifícios contíguos à igreja e com ela relacionados funcionalmente (Anexo I [fichas] correspondentes).

Neste contexto, é necessária muita prudência face às conclusões porque efectivamente alguns edifícios foram muito alterados, com demolições e entaipamentos, comprometendo a organização espacial do conjunto. Para além dos casos já referidos, também em Mogadouro foi demolido o edifício do hospital que se adossava à igreja e em Montemor-o-Velho, o edifício contíguo do lado esquerdo da igreja que permitia o acesso ao púlpito; existem também vestígios de demolições na Pederneira e em Silves (Anexo I [fichas] correspondentes).

Algumas Casas da Misericórdia apresentam apenas um número reduzido de divisões: igreja, sacristia, casa do despacho e arrumos. Em alguns casos este facto está directamente relacionado com a gestão de hospitais preexistentes que funcionavam autónomos da Casa da Misericórdia. Como acontecia em Portel que administrava o hospital do Espírito Santo, desde a segunda metade do século XVI, localizado um pouco afastado do centro; em Arez cujo hospital ficava junto da igreja matriz; situação semelhante em Évora que geria o hospital do Espírito Santo e em Beja com o hospital de N. Sra. Piedade; em Braga com o hospital de S. Marcos e em Tavira com o hospital do Espírito Santo (Anexo I [fichas] correspondentes).

No entanto, o mais comum era encontrar num mesmo espaço ou em espaços relacionados funcionalmente a igreja, sacristia, casa do despacho, enfermarias/hospital, celeiro, casa das tumbas e outras dependências. Nem sempre o conjunto foi pensado como um todo e em muitos casos a remodelação dos edifícios acentua uma diferenciação sobretudo entre o hospital e o edifício que reúne as restantes dependências, tal como sucede no Barreiro, Coruche e Fronteira (Anexo I [fichas] correspondentes).

De igual modo em alguns casos a construção é tão complexa e de tão grandes dimensões, chegando mesmo a ocupar um quarteirão como se verifica em Coruche, Elvas, Faro, Moura, Óbidos e Olivença (Anexo I [fichas] correspondentes).

Em Moura e Óbidos os edifícios evidenciam, tal como outros exemplos de menores dimensões, uma certa organicidade, de um edifício que foi crescendo à medida das necessidades, acompanhando a disposição dos arruamentos; estas construções são arquitetonicamente muito heterogéneas apresentando distintas características e plantas irregulares.

A disposição dos vários elementos numa planimetria concreta assegurando as necessárias relações funcionais e sociais não seguia nenhum esquema rígido além do enunciado anteriormente. A igreja assumia uma preponderância devido à sua dimensão proporcionalmente aos outros espaços e pela sua função; as restantes dependências organizavam-se contiguamente. A localização da sacristia podia ser à esquerda ou à direita da igreja, de acordo com a implantação urbana do edifício e com a situação dos arruamentos.

De igual modo a localização da casa do despacho podia ser em edifício comum à sacristia, nas planimetrias mais simplificadas, ocupando esta o piso térreo e aquela o piso superior (Nisa); no entanto, nem sempre as áreas são coincidentes, a sacristia é geralmente de menores dimensões, ficando o restante espaço para outras dependências (Arouca, Lourical). Ou podia localizar-se em zonas diferenciadas do edifício no eixo da igreja junto à nave (Benavente, Montemor-o-Novo), no eixo da igreja na parte posterior da capela-mor (Silves), no entanto o mais comum é a localização lateral à igreja (Anexo I [fichas] correspondentes).

Neste contexto destacamos três modos de organização espacial:

- Organização **paralela**: igreja e dependências adossadas a um dos alçados laterais da igreja, quase sempre com a mesma profundidade desta e com o mesmo eixo organizativo interno, podendo ter dois andares: Abiul, Alcantarilha, Aljezur, Aljubarrota, Aljustrel, Almendra, Almodovar, Alvalade, Alverca, Arez, Asseiceira, Azurara, Batalha, Buarcos, Cabeção, Cantanhede [primitiva], Colares, Erra, Estombar,

Évoramonte, Ferreira do Alentejo, Gáfete, Gouveia, Idanha-a-Velha, Ladoeiro, Lousa, Medelim, Melo, Mértola, Miranda do Douro, Monsanto, Montalvão, Montargil, Montemor-o-Velho, Mora, Pavia, Penela, Penamacor [antes do restauro], Pinhel, Proença-a-Velha, Rosmaninhal, Samora Correia, Sardoal, Segura, Sertã, Sesimbra, Sobreira Formosa, Soure, Tarouca, Terena, Torrão, Torres, Novas, Vila Real, Vila Nova da Baronia, Vimieiro, Vouzela (Anexo I [fichas] correspondentes).

- Organização **perpendicular**: igreja e dependências adossadas a um dos alçados laterais mas com um eixo de desenvolvimento perpendicular ao da igreja; a construção adossada tem geralmente planta rectangular: Alcácer do Sal, Alcáçovas, Alcobaça, Alhos Vedros, Almada, Alter do Chão, Arouca, Arronches, Azinhaga, Barreiro, Braga, Cabeção, Coruche, Crato, Cuba, Évora, Évora de Alcobaça, Évoramonte, Faro, Ferreira do Alentejo, Freixo de Espada à Cinta, Fronteira, Fundão, Guimarães, Louriçal, Lourinhã, Mértola, Monsaraz, Montijo, Moura, Nisa, Óbidos, Olivença, Palmela, Penela, Pombal, Portalegre, Porto, Redondo, Santarém, Seia, Tentúgal, Vila do Conde, Vila Franca de Xira, Vila Ruiva, Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes); ou em “U”: Azinhaga, Golegã; a fachada principal pode estar recuada relativamente à da igreja ou pode estar à face, o mesmo sucedendo com a fachada posterior (Anexo I [fichas] correspondentes).
- Organização em **eixo**: igreja e dependências organizadas em eixo, na parte posterior da capela-mor: Álvaro, Arruda dos Vinhos, Azinhoso, Benavente, Caminha, Coruche [casa do despacho], Pederneira, Pedrógão Pequeno, Penas Roias, Silves, Sobreira Formosa, Tancos, Tavira, Tomar, Viana do Alentejo (Anexo I [fichas] correspondentes); ou ao fundo da igreja Benavente, Montemor-o-Novo, Portel, Tomar, Vila Ruiva [casa do despacho], Vila Verde dos Francos (Anexo I [fichas] correspondentes).

Esta caracterização organizativa serve-nos de modo indicativo pois em muitas situações a realidade é bastante mais complexa.

No caso de Borba, a casa do despacho, sacristia, escada e átrio de acesso ao piso superior resultam numa construção que se desenvolve paralelamente à igreja enquanto o hospital apresenta-se com eixo organizativo perpendicular à mesma (Anexo I [fichas] - Borba). Situação semelhante em Estombar, Ferreira do Alentejo e Terena (Anexo I [fichas] – Ferreira e Terena); no primeiro caso o actual edifício do hospital foi reconstruído substituindo um mais antigo, possivelmente oitocentista.

Também em Alenquer, a sacristia e dependências contíguas desenvolvem-se paralelamente à igreja mas o edifício do hospital localiza-se no seu eixo axial (Anexo I [fichas] – Alenquer); e em Alcochete, a casa do despacho desenvolve-se em eixo axial da igreja e a sacristia e outras dependências em paralelo (Anexo I [fichas] – Alcochete). Em Penela a sacristia desenvolve-se paralelamente e a casa do despacho perpendicularmente à igreja, cada um destes edifícios num dos lados da igreja (Anexo I [fichas] – Penela).

Outra situação muito interessante é o caso das plantas em “U”, onde a existência de um pátio com funções de organização espacial é muito relevante. Tal como acontece na Azinhaga em que o conjunto das dependências, incluindo a igreja formam um “U”, organizado em dois registos (Anexo I [fichas] – Azinhaga).

Noutros casos a planimetria em “U” é definida apenas por construções, com um pátio central e a planta é fechada num rectângulo pela igreja. Casos de Idanha-a-Nova, cuja distribuição espacial é feita pelo pátio, sendo que apenas este e a igreja têm acesso pelo exterior (Anexo I [fichas] – Idanha-a-Nova); situação semelhante ocorre em Freixo de Espada à Cinta (Anexo I [fichas] – Freixo de Espada à Cinta).

Outros dois exemplos um pouco diferentes são Coruche e Guimarães. O primeiro com casa do despacho no eixo da igreja e outras dependências, nomeadamente, escada e átrio de acesso à casa do despacho formando uma construção paralela à igreja e hospital com planta em “U” que é fechada em rectângulo pela igreja (Anexo I [fichas] – Coruche).

E o segundo com planta de igual formato, em que o pátio assegura parte das relações espaciais internas e é circundado pelas várias dependências em três alas e fechado pela igreja (Anexo I [fichas] – Guimarães).

Também na Azambuja, a casa do despacho localiza-se no eixo da igreja e o edifício do hospital com planta em “L”, ambas as construções circundando um pátio que é fechado por um muro onde se abre a porta de acesso.

IV. Por último destacar a existência de duas igrejas num mesmo conjunto para além das habituais dependências da Casa da Misericórdia; casos de: Alvito e Bragança.

No Alvito a Casa da Misericórdia integra, para além da igreja da confraria, uma outra da confraria da N. Sra. Candeias. Cerca de 1558, a Misericórdia anexou a confraria e hospital velho de N. Sra. Candeias que se localizava próximo da Misericórdia<sup>872</sup> e cuja igreja preexistente, de início do século XVI, ficou integrada em posterior ampliação da Casa da Misericórdia. As duas igrejas comunicam entre si ao nível inferior e superior, pela casa do despacho e coros das duas igrejas; a igreja preexistente fica no meio entre a nova igreja e o edifício da Casa do Despacho perfeitamente integrada no conjunto (Anexo I [fichas] – Alvito).

O caso de Bragança é um exemplo mais tardio e substancialmente diferente, em 1795 à igreja da Misericórdia adossou-se à capela do Senhor dos Passos mas não com a habitual orientação perpendicular e abrindo para a nave; esta capela é paralela á igreja e tem uma fachada independente e idêntica à da Misericórdia, apenas variando as dimensões.

Um outro exemplo que podemos integrar neste ponto é o da Praia da Vitória; em que a igreja da Casa da Misericórdia tem duas capelas axiais, capelas-mores, que abrem para a nave por arco e que comunicam entre si; uma dedicada ao Santo Cristo e outra ao Espírito Santo.

---

<sup>872</sup> SERRÃO, Vítor - **A Pintura Proto-Barroca em Portugal: 1612-1657**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1986-1987, vols. 2-3, p. 153.



### IV.3.2 Volumetrias

Como já referimos, a Casa da Misericórdia é um conjunto arquitectónico composto por igreja, casa do despacho, sacristia, enfermarias/hospital e outras dependências, o que acarreta repercussões ao nível da volumetria do edifício. Enquanto fenómeno urbano, a Casa da Misericórdia integra-se em aglomerados urbanos de grande, média ou pequena dimensão, assim os edifícios podem aparecer urbanisticamente isolados ou imersos num conjunto edificado.

Quando o edifício se encontra urbanisticamente isolado, e não adossado à malha urbana, a sua volumetria pode seguir duas tendências distintas. Uma em que se reflecte a articulação dos diferentes espaços que compõem o edifício e outra em que apenas um volume unifica o conjunto de todas as dependências que compõem o espaço. Em ambos os casos a volumetria reflecte duas importantes características inerentes às Casas da Misericórdia: o facto de ser um conjunto arquitectónico composto por vários espaços e, apesar disso, ser um conjunto global e coerente.

Independentemente de uma ou outra tendência, na volumetria exterior da Casa da Misericórdia existe uma predominância para os volumes articulados, cúbicos e paralelepípedicos e geralmente com coberturas diferenciadas, quer devido ao carácter iminentemente funcional destes edifícios quer à tradição estética predominante durante este período (Anexo I [fichas]).

No entanto, a esta estrutura exterior chã impôs-se um interior gradualmente incrementado durante os primeiros anos de centúria de seiscentos com elementos decorativos como a pintura de brutesco, a azulejaria e a talha; estes conciliam a importância dos valores decorativos e dinamizadores espaciais com questões técnicas, económicas e de durabilidade da intervenção.

I. Relativamente à primeira tendência, a volumetria exterior reflecte a articulação dos diferentes espaços e a planimetria do edifício em geral e da igreja em particular: volume único rectangular correspondendo interiormente a

uma igreja de planta rectangular sem capela-mor enquanto espaço diferenciado<sup>873</sup> ou com capela-mor da mesma altura e largura do que a nave<sup>874</sup> e dois volumes rectangulares diferenciados, um maior que corresponde à nave e outro adossado, mas mais pequeno, correspondendo à capela-mor<sup>875</sup>.

Ao volume da igreja podem adossar-se outros, também quadrangulares ou rectangulares, equivalendo a diferentes espaços: sacristia, casa do despacho e outras dependências; de igual modo, podem existir torres que acrescentam uma nota de verticalidade ao conjunto e distinguir-se empenas triangulares e campanários. Como se verifica em Alcochete, Almendra, Benavente, Portalegre, Santarém, Tavira (Anexo I [fichas] correspondentes).

Todavia, esta tendência pode ser devida às características da construção do próprio edifício e geralmente a uma necessidade de se adaptar ao espaço disponível para a edificação, mas também à localização urbana do edifício ou ao seu crescimento diferenciado, em várias fases ao longo dos tempos.

Um dos exemplos que melhor representa esta questão e que até poderá ser o resultado destas duas vias é Mértola. Cada divisão que compõe a Casa da Misericórdia corresponde a um volume edificado que se diferencia do conjunto, pela dimensão, diferenciação das coberturas e disposição. Assemelha-se a um conjunto orgânico que foi crescendo à medida das necessidades mas que estava condicionado por uma preexistência e pela localização do edifício, intramuros e junto à muralha que delimitava o aglomerado urbano (Anexo I [fichas] - Mértola).

A segunda tendência consta de volume único que engloba a igreja, sacristia, casa do despacho e outras dependências; assumindo-se como o conceito de Casa da Misericórdia transposto para uma arquitectura “ideal”, a concepção unitária do volume reforça a ideia de conjunto arquitectónico; são exemplos:

---

<sup>873</sup> Edifício cuja volumetria é composta por um volume correspondendo a uma igreja de planta rectangular sem capela-mor enquanto espaço diferenciado: Alenquer, Penas Roias, Penela (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>874</sup> Edifício cuja volumetria é composta por um volume correspondendo a uma igreja com nave única e capela-mor com a mesma altura e largura do que a nave: Amieira do Tejo, Castro Marim, Montalvão, Olivença, Pinhel, Pronça-a-Velha (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>875</sup> Edifício cuja volumetria é composta por dois volumes um correspondendo à nave e outra à capela-mor da igreja: Alvalade, Colos, Montemor-o-Velho, Sardoal, Tomar (Anexo I [fichas] correspondentes).

Batalha, Ladoeiro, Melo, Olivença, Proença-a-Velha (Anexo I [fichas] correspondentes).

A par destes existem alguns exemplares que se aproximam deste conceito, embora não sejam uma composição única, apresentam alguma unicidade e coerência dada pelas próprias características da arquitectura, designadamente a prevalência da estrutura primitiva do conjunto: Azinhaga, Lousã, Olivença, Sousel, Torres Vedras (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – Casa da Misericórdia: conjunto arquitectónico).

II. Apesar da grande maioria das situações se enquadrarem nas duas tendências que referimos anteriormente, existem algumas excepções que se caracterizam pela não coincidência interior – exterior.

É o caso de Mora em que a volumetria exterior não denuncia a existência de nave e capela-mor diferenciadas, sendo esta mais estreita e baixa do que a nave; situação semelhante verifica-se em Bragança, Caminha, Montalvão e Guimarães. No caso de Mora este facto poderá estar relacionado com alguma intervenção na capela-mor do edifício com alteração da planimetria original<sup>876</sup> (Anexo I [fichas] – Mora e anexo V [fotos] – Casa da Misericórdia: conjunto arquitectónico e exterior vs interior).

Guimarães evidencia uma planta longitudinal de nave única rectangular e capela-mor também rectangular mas de menores dimensões do que a nave. Exteriormente não se infere esta planimetria porque o pano de muro delimitador destes espaços é contínuo e a cobertura em telhado também é única sobre toda a igreja. Embora a diferença de dimensão entre a nave e a capela-mor seja reduzida, pelo interior identificamos esta diferença e pela planta verificamos que os paramentos definidores da capela-mor têm maior espessura (Anexo I [fichas] – Guimarães).

---

<sup>876</sup> Ver cap. IV. 3.4.1 Planimetrias.

Outro aspecto que queremos destacar são os camarins profundos por considerarmos que é um elemento com implicações volumétricas e que podem introduzir algum ruído na questão que temos estado a referir.

O camarim profundo é uma construção relacionada com o retábulo-mor que permite dar-lhe maior profundidade; aparece geralmente associado a retábulos barrocos ou que foram intervencionados neste período para o uso do trono. Reflecte-se arquitectonicamente no exterior do edifício como um volume que se adossa ao corpo da igreja. Devido a estas características, exteriormente o camarim pode ser confundido com uma capela-mor, morfologicamente de menores dimensões do que a nave; nomeadamente, no caso de igrejas de nave única sem capela-mor enquanto espaço diferenciado ou com capela-mor inscrita. Ou seja, a existência de um camarim tem um reflexo planimétrico e volumétrico que pode ser confundido com uma tipologia específica de cabeceira. Esta situação verifica-se em Évora de Alcobaça e Pombal, mais tenuemente em Alverca, Moura, Ourique, Torrão, Torres Novas e ainda mais discretos, ocupando apenas uma pequena parte do alçado posterior da igreja, em Borba, Coruche, Penela. (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – camarins).

Em Pombal destacam-se volumetricamente, dois corpos salientes, um correspondente à nave e outro ao camarim do altar-mor e respectivos espaços de acesso; ou seja, o camarim profundo reflecte-se arquitectonicamente no exterior como um volume, de dimensões consideráveis, adossado ao corpo da igreja e que poderia ser confundido com as habituais capelas-mor, de menores dimensões do que a nave. Situação semelhante verificamos em Évora de Alcobaça (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – camarins).

Também em Torres Novas, na parte posterior da igreja vêem-se dois volumes, salientes, assemelhando-se a capela-mor e colateral, mas efectivamente são os camarins do altar-mor profundo destinado a incluir o trono e o da capela colateral com a imagem do Senhor dos Passos que também implica alguma profundidade; em ambos os casos, pelo interior, as capelas são inscritas e os retábulos estão à face.

Todavia, interiormente não é possível confundir os dois espaços, pois quando o volume exterior corresponde a um camarim, apenas existe retábulo adossado ao alçado ou uma capela inscrita onde não se pode entrar, pois é fechada à face pelo retábulo que se prolonga até ao fim do compartimento<sup>877</sup>.

Uma situação bastante esclarecedora sucede na Pederneira e em Viana do Alentejo. Neste dois edifícios existem camarins, mas não são visíveis exteriormente, porque ficam integrados no próprio edifício que se prolonga para a parte posterior da igreja. Ou seja, na Pederneira a divisão que ocupa o camarim está integrada numa de maiores dimensões que compreende também ao corredor de acesso à sacristia que se localiza em eixo com a igreja. E em Viana do Alentejo o camarim é edificado no interior de uma divisão que sucede à igreja e que fazia parte da primitiva construção tardo-gótica (Anexo I [fichas] – Viana do Alentejo e anexo V [fotos] – camarins).

IV. Uma característica importante das Casas da Misericórdia para o período quinhentista, e que também se reflecte na volumetria exterior, é a ausência de torres. O edifício sede da confraria não podia dispor de torre sineira porque esta era uma prerrogativa da igreja matriz.

No entanto alguns edifícios das Misericórdias, mesmo com origem no século XVI, apresentam actualmente uma torre; são quase sempre de construção posterior, setecentista ou oitocentista. Algumas erguem-se como pequenas torres no interior do conjunto arquitectónico com pouca visibilidade do exterior do edifício, são os casos de Arraiolos, Guimarães e Sousel (Anexo I [fichas] correspondentes).

Outras como pequena torre de perfil quadrangular, de pouca altura e integrada na construção, em alvenaria e com uma ou mais sineiras, tal como se evidencia em Borba, Mora [anterior à remodelação do século XX], Montemor-o-Novo, Tancos, Terena (Anexo I [fichas] – Viana do Alentejo e anexo V [fotos] – pequenas torres).

---

<sup>877</sup> Sobre as capelas inscritas ver cap. IV. 3.4.2 Cabeceira e arco triunfal.

Outras ainda assumem-se exteriormente e têm a aparência das habituais torres sineiras que fazem parte dos edifícios religiosos. Em alguns casos pensamos que a existência destas torres está relacionada com o facto da igreja que integra a Casa da Misericórdia ter servido como igreja paroquial.

Tal como aconteceu em Vila Viçosa cuja Misericórdia funcionou como igreja matriz de 1569 a 1865 e que chegou a ter duas torres como mostram fotografias antigas. E para o caso de Vila Viçosa temos uma informação documental que reforça a nossa ideia: cerca de 1790, a Ordem de Avis, donatária das freguesias da vila, mandou construir uma torre sineira após se ter decidido não se construir a nova igreja para sede da paróquia de São Bartolomeu que funcionava na Misericórdia<sup>878</sup> (Anexo I [fichas] – Vila Viçosa).

Também a igreja da Misericórdia de Lagos apresenta duas torres na fachada principal e mantém-se desde 1756 como sede da matriz e colegiada de Santa Maria de Lagos, devido aos estragos que esta sofreu com o terramoto de 1755<sup>879</sup>. Este mesmo figurino, com duas torres quadrangulares sobre a linha da cornija ladeando o frontão de remate da fachada, aparece também em Coruche que desde 1755 até meados do século XX serviu de matriz até à construção da nova igreja de S. Pedro (Anexo I [fichas] – Coruche).

Em Seia, cuja torre sineira foi construída em 1816, com alteração de um projecto inicial que previa duas torres, passou a funcionar como paroquial desde 1810 devido à ruína da Igreja Matriz<sup>880</sup>.

Também na igreja de Idanha-a-Velha, onde a torre assume uma forte presença integrada na fachada principal, o espaço serve de matriz até à actualidade (Anexo I [fichas] – Idanha-a-Velha).

O inverso nem sempre se verifica ou seja o facto de uma Misericórdia servir como matriz não implica obrigatoriamente a construção de uma torre sineira. É

<sup>878</sup> PINHO, Joana, NOÉ, Paula – **Igreja e antigo hospital da Misericórdia de Vila Viçosa/Igreja do Espírito Santo**. SIPA n.º PT040714050019. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2006. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>879</sup> PINTO, Maria Helena Mendes, PINTO, Victor Roberto Mendes - **As Misericórdias do Algarve**. Lisboa: Direcção Geral da Assistência, 1968, p. 62; cfr. Documento transcrito em CORRÊA, Fernando Calapez - **Elementos para a História da Misericórdia de Lagos**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Lagos no V Centenário da sua Fundação, 1998, pp. 506-507.

<sup>880</sup> NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Seia**. SIPA n.º PT020912200013. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2006. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

exemplo o caso de Palmela que não evidencia nenhuma torre mas que por três momentos distintos serviu de sede a duas paróquias: em 1713 (devido a um incêndio) e de 1755-1757 foi sede da paróquia de S. Pedro e de 1818-1851 foi sede da paróquia de Santa Maria<sup>881</sup> (Anexo I [fichas] – Palmela).

Uma outra situação bastante interessante e que poderá ajudar a explicar outras situações em que encontramos torres junto de Casas da Misericórdia é o caso de Peniche. Esta igreja é ladeada por uma torre, não uma torre sineira, mas uma torre do relógio, mandada construir pela Câmara em 1697; é semelhante a uma torre campanário mas não há acesso à torre pelo interior da igreja, o acesso faz-se por uma porta aberta no alçado da torre.

Para outros casos como e que se assemelha a uma torre do relógio, Borba, Cantanhede e Tentúgal não foi possível encontrar dados para explicar a sua existência.

A sua origem pode estar relacionada com campanhas de remodelação dos edifícios nos séculos XVIII ou XIX; tal como aconteceu em Tavira que em 1811 procede à construção de uma torre, ao modo das torres que se encontram na arquitectura religiosa, autónoma e de grandes dimensões, que supostamente terá substituído o primitivo campanário que existiria na fachada principal<sup>882</sup> (Anexo I [fichas] correspondentes).

Uma outra constatação é que no século XVIII esta situação é já diferente, e as igrejas que são construídas ou remodeladas neste período completam uma torre ou duas junto da fachada principal. É o caso das igrejas barrocas de Guarda e Viseu com duas torres que integram a fachada, mas numa perspectiva diferente, relacionada com a cenografia barroca formando composições simétricas mas complexas de ornamentos.

---

<sup>881</sup> Cfr., FORTUNA, A. Matos - **Misericórdia de Palmela: vida e factos**. Lisboa: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990, pp. 132-133.

<sup>882</sup> ANICA, Arnaldo Casimiro - **O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade – notas**. Tavira: Santa Casa da Misericórdia de Tavira, 1983.

Para suprir a falta da torre e dispor de uma forma de suspender o sino, as Misericórdias recorreram a campanários, que assumiram diferentes morfologias, decoração e localização, que referiremos em seguida.

Uma vista da cidade de Beja datada do século XIX, e reproduzida em grandes dimensões numa das paredes do átrio do Arquivo Distrital de Beja, explicita graficamente o que referimos neste ponto: apresenta todos os edifícios religiosos da cidade com as suas torres e a Misericórdia é o único edifício que tem um pequeno campanário de uma sineira, tal como mostram fotografias antigas deste espaço (Anexo I [fichas] – Beja).

V. No seguimento do ponto anterior faremos a caracterização morfológica e decorativa dos campanários e definiremos a sua relação com o edifício. Os campanários serviam para suspender o sino, um dispositivo para produzir som; eram geralmente de menores dimensões e mais simplificados arquitetonicamente do que a torre sineira.

No contexto das Misericórdias o sino servia para convocar os irmãos como previa o compromisso e afirmam alguns documentos, tal como a petição enviada pela Misericórdia de Estremoz a D. João III pedindo por esmola um sino *“pera se chamarem os irmãos da Misericórdia pera enteramento dos defuntos, por o campanario estar já fecto”*<sup>883</sup>.

Enquanto estruturas de pequenas dimensões eram também fáceis de remodelar, por isso encontramos actualmente nos edifícios de origem quinhentista, campanários de diferentes períodos e características estéticas.

Morfologicamente são compostos por um muro onde se abre uma sineira e mais raramente, duas como acontece em Coz, Messejana e Olivença ou três como encontramos em Aljezur. O vão onde se coloca o sino apresenta perfil de arco a pleno centro podendo estar marcada em relevo a arquivolta, impostas e suportes; para o período em estudo o campanário podia apresentar diferentes

---

<sup>883</sup> ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 61, n.º 81, documento transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 390.



tipos de remate (Anexo I [fichas] – Viana do Alentejo e anexo V [fotos] – campanários):

- Empena triangular: Alcáçovas, Aljubarrota, Almendra, Azinhoso, Batalha, Freixo, Idanha-a-Nova, Ladoeiro, Medelim, Mogadouro, Montemor-o-Velho, Penas Roias, Penamacor, Santiago do Cacém, Sardoal, Segura, Soure, Vinhais;
- Frontão triangular: Alcochete, Castro Verde, Coz, Mértola, Tomar;
- Recto: Alcácer do Sal, Alenquer, Alverca, Arez, Atouguia da Baleia, Braga, Buarcos, Évora, Lourinhã, Miranda do Douro, Nisa, Pinhel, Proença-a-Velha, Vila do Conde, Vila Ruiva;
- Semi-circular: Aljustrel, Amieira, Constância, Evoramonte, Montijo;

A maioria constitui-se como estruturas de alvenaria rebocada e pintada, podendo também aparecer em ferro forjado como se verifica na Golegã e em Melo ou em cantaria<sup>884</sup>; neste último caso, o campanário e o portal são os elementos de destaque do exterior do edifício pelo uso deste material diferenciador.

Grande parte dos exemplares evidencia uma enorme simplicidade arquitectónica que torna muito complexa a sua datação. No entanto, existem alguns que identificamos como claramente quinhentistas devido às suas características de concepção e decoração; nomeadamente, com volutas e frontões: Braga, Buarcos, Évora de Alcobaça, Vila do Conde (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – campanários).

Por outro lado, o século XVIII e a estética barroca trazem outro tipo de remates mais complexos e ornamentados como os que surgem na Azambuja, Ferreira

---

<sup>884</sup> Casas da Misericórdia com campanários em cantaria: Abiul, Abrantes, Alcáçovas, Aljubarrota, Almendra, Amieira, Arez, Atouguia, Azinhoso, Batalha, Braga, Buarcos, Évora de Alcobaça, Freixo, Idanha-a-Nova, Ladoeiro, Lourinhã, Medelim, Miranda do Douro, Mogadouro, Monsanto, Nisa, Penamacor, Penas Roias, Pinhel, Salvaterra do Extremo, Santiago do Cacém, Segura, Vila do Conde, Vinhais (Anexo I [fichas] correspondentes).

do Alentejo, Montemor-o-Novo, Montijo, Óbidos, Olivença, Pederneira, Pinhel, Silves e Torrão (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – campanários); no entanto, mantem-se a mesma opção por pequenos campanários de uma sineira que, todavia, vão conviver com as contemporâneas fachadas ladeadas por torres.

Ainda relativamente às características destes campanários, destacamos que alguns apresentam inscrições, como acontece em Évora de Alcobaça com uma inscrição acompanhada pela representação escultórica de uma pomba/«Espírito Santo» e na Lourinhã com a data de «1651» (Anexo I [fichas] – Évora de Alcobaça).

Uma outra questão que nos interessa explicitar é a relação destes campanários com os edifícios; e podemos afirmar que as situações são variadíssimas, aparecendo localizados na fachada lateral, principal ou posterior da igreja ou numa das fachadas de outras dependências da Casa da Misericórdia.

O mais comum é o campanário situar-se num dos alçados da igreja, quer principal quer lateral, no entanto o seu posicionamento pode variar entre a justaposição e a integração:

- Fachada lateral:
  - Justaposto: Penamacor;
  - Integrado: Constância, Évora, Golegã;
  
- Fachada principal axial:
  - No centro rematando a fachada: Almendra, Alvalade, Arez, Azinhoso, Freixo de Espada-à-Cinta, Miranda do Douro, Olivença, Portel;
  - No extremo: Aljezur, Alverca, Amieira, Beja, Buarcos, Caminha, Coz, Évora de Alcobaça, Idanha-a-Nova, Ladoeiro, Lourinhã, Mértola, Monsanto, Mora, Óbidos, Pinhel, Póvoa e Meadas, Proença-a-Velha, Salvaterra do Extremo, Segura, Tarouca, Tavira [primitivo];
  - Ladeando os extremos (dois campanários): Elvas [alterado], Nisa, Sobreira Formosa;

- Fachada posterior: Montemor-o-Velho, Montijo, Pedrógão Pequeno, Sertã [alçado da sacristia], Vila Ruiva;
- Fachada principal lateral: Aljustrel [alçado capela-mor], Castro Verde, Mogadouro, Penas Roias Vinhais;
- Fachada de outras dependências:
  - Pátio no alçado partilhado com a igreja: Abrantes, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Pederneira [muro que fecha o pátio e prolonga lateralmente a fachada principal], Soure, Tavira, Torrão, Vila Nova da Baronia (?);
  - Sacristia/casa do despacho: Abrantes, Aljubarrota, Atouguia da Baleia, Batalha, Benavente, Borba, Braga, Évoramonte, Ferreira do Alentejo, Fronteira, Medelim, Sardoal, Silves, Vila do Conde;
  - Hospital: Alcáçovas;
  - Torre: Alcochete;
- Autónomo das fachadas ligeiramente isolado: Alenquer;

No entanto, verificam-se também algumas situações excepcionais como a existência de dois campanários em Abrantes, Constância, Évora, Louriçal, Vila Real.

Em Abrantes, um localiza-se no alçado da capela-mor, no lado que dá para o pátio, e o outro, junto da fachada principal, sendo um claramente posterior ao outro. Situação semelhante em Vila Real, com um campanário sobre a fachada principal e outro sobre a fachada lateral das dependências e em Évora com um campanário na fachada lateral da igreja dando para o pátio e outro junto à posterior (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – campanários). Uma nota comum a estes três exemplos, é que um dos campanários está próximo do local de reunião dos irmãos: Abrantes e Évora no pátio de acesso à

casa do despacho e Vila Real junto à entrada da mesma, o que pode corroborar a ideia de que o seu uso estivesse relacionado com a convocação dos irmãos.

Nos casos de Constância e do Lourçal os dois campanários estão juntos um ao outro. No primeiro exemplo talvez devido ao facto de em 1811 a Misericórdia ter recebido uma provisão e aviso para que a sua igreja “*sirva de freguezia interinamente em quanto a de São Julião não poder reparar as suas ruínas pondo-se em estado decente de servir*” em consequência das invasões francesas<sup>885</sup> (Anexo I [fichas] correspondente e anexo V [fotos] – campanários).

Aljezur é um caso diferente porque apresenta um campanário com três sineiras e ergue-se quase ao modo de uma torre que se adossada à fachada da igreja; no entanto, não se eleva e as sineiras estão logo acima da linha da cornija (Anexo I [fichas] – Aljezur e anexo V [fotos] – campanários).

Tal como Sobreira Formosa, cujos campanários fazem parte essencial e definem a organização da fachada; esta é composta por três panos, conjugando cantaria aparelhada e paramento rebocado, sendo o corpo central ladeado por dois panos, mais estreitos, rematados por sineiras em composição única no contexto das Misericórdias (Anexo I [fichas] – Sobreira e anexo V [fotos] – campanários).

Ou Nisa, com dois campanários ladeando a empena de remate da fachada da igreja; em cantaria e em consonância com o restante programa arquitectónico<sup>886</sup>.

Também verificámos que algumas Casas da Misericórdia não evidenciam sineira, são os casos de Beja, Pombal, Portalegre; todos estes edifícios perderam a sua função original e foram-lhes atribuídas novas funcionalidades que podem ter propiciado o apeamento destas estruturas. No caso de Beja sabemos por fotografias antigas que existiram duas sineiras e que estas devem

---

<sup>885</sup> Arquivo Distrital de Santarém, fundo da Misericórdia Constância, livro 3 - **Tombo** (1819), fl. 53.

<sup>886</sup> Também a Misericórdia de Elvas apresenta dois campanário sobre a cornija e ladeando o frontão de remate da fachada; no entanto, o facto de terem dimensões diferentes levanta a hipótese de um ser posterior ao outro e por isso não o consideramos neste tipo de fachada.

ter sido desmontadas quando o edifício foi intervencionado pela DGEMN/IRU (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – campanários).

Por último destacar o caso da Misericórdia de Miranda do Douro que apresenta alguns termos das reuniões dos oficiais de 1587, onde se define a necessidade de um campanário e que um ano depois é alterado na sua forma pois “[...] *estava traçado de se fazer no remate hum campanario de tres janelas para tres sinos he que hera muita obra e não era decente pera a casa porque nas casas da misericórdia nestes termos se não via mais de hum sino*”<sup>887</sup>.

VI. Um outro aspecto que consideramos de grande relevância, que se relaciona com a volumetria das Casas da Misericórdia e que define muito bem a arquitectura quinhentista destes edifícios é a proximidade, na sua aparência exterior, à arquitectura civil, ou seja, a não existência dos tradicionais elementos que relacionam um edifício com a arquitectura religiosa: símbolos religiosos, torres, empenas triangulares, entre outros.

Este facto está relacionado com o que definimos no capítulo III. 2 Casa da Misericórdia; dito de outro modo, com a dificuldade de integrar estes edifícios no âmbito da arquitectura religiosa. Não o são de facto, além de ser um reducionismo da sua verdadeira função – o religioso e espiritual é apenas uma das dimensões da actividade das Misericórdias e deve ser integrado no seu programa assistencial que é muito mais vasto – o próprio edifício, pelas suas características comprova que a sua natureza é outra.

Ou seja, as Casas da Misericórdia, construídas de raiz durante o século XVI para servirem essa função, integram diferentes componente com uma organização espacial própria que se reflecte numa volumetria e aparência exterior que as aproxima mais da arquitectura civil que da religiosa. E de facto, funcionalmente esta integra aspectos do civil e do religioso que no caso

---

<sup>887</sup> Documentos transcritos em MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **Documentos para o estudo da Arquitectura Religiosa na antiga diocese de Miranda do Douro - Bragança**. [s.l.]: Edição do autor, 2009, pp. 53 - 55.

específico das Misericórdias e atendendo às funções para que foram instituídas decidimos designar por arquitectura assistencial.

Existem exemplos paradigmáticos do que referimos: Alcochete, Alenquer, Azambuja, Lavre, Mação, Melo, Mogadouro, Odemira, Olivença, Penas Roias, Portalegre, Proença-a-Velha, Tomar, Torre de Moncorvo, Torres Novas, Viana do Alentejo, Viana do Castelo; em qualquer um destes casos, a volumetria exterior do edifício e a organização e elementos constitutivos das fachadas exteriores acentuam esta característica (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – civil vs religioso).

De destacar que a existência de fachada principal lateral reforça esta característica; pois este tipo de entrada não permite o uso de remate em empena e o recurso a um remate recto atenua as características religiosas do edifício.

Este acentuado carácter de arquitectura civil que têm muitas das Casas da Misericórdia tem outras repercussões arquitectónicas, por exemplo não incentiva a um tratamento estético diferenciado das fachadas. Tal como se verifica em Alcochete onde é bastante complexo identificar a fachada principal da Casa da Misericórdia: será a do torreão com acesso axial, por galilé, à igreja ou a lateral da igreja onde não se adossam construções e que tem portal com inscrição? (Anexo I [fichas] - Alcochete e anexo V [fotos] – civil vs religioso).

Esta noção era tão forte que um edifício concebido com um carácter civil pôde ser transformado em Misericórdia apenas procedendo a obras de ampliação, relacionadas com questões de pequenez do espaço ou simplesmente arquitectónicas como proporção e organização espacial. Referimo-nos ao caso de Beja, um edifício que foi construído para servir de açougue da cidade e que acabou por ser doado à Misericórdia para sede da confraria (Anexo I [fichas] - Beja).

A existência do campanário em nada altera esta característica, pois outros edifícios civis quinhentistas também podiam ter pequenos campanários, por exemplo, as antigas Casas da Câmara de Alverca, Arraiolos, Castelo Branco,

Muge, Pavia, S. Vicente da Beira, Tomar, Vila Flor<sup>888</sup> e as antigas cadeias de Almodôvar, Estremoz e Mirandela.

Noutros casos a opção pelo remate em empena no pano de fachada correspondente à igreja ajuda a quebrar esta ideia, no entanto, a concepção geral do conjunto não se perde.

O exemplo de Almendra é revelador e semelhante a muitos outros casos. Este edifício apresenta dois volumes destacados: a igreja e edifício contíguo, com dimensões e altimetria semelhantes; o da igreja destaca-se pelo seu remate em empena e pelo campanário; no entanto, o conjunto tem uma forte carga de arquitectura civil, pelas dimensões semelhantes dos dois corpos. Apenas a dimensão da igreja não permite confundi-lo com uma casa civil com capela (Anexo I [fichas] - Almendra e anexo V [fotos] – civil vs religioso).

Contudo, verificamos que ao longo dos tempos esta característica se desvanece, mantendo-se a noção de Casa da Misericórdia enquanto conjunto arquitectónico, mas os edifícios vão adoptando elementos próprios da arquitectura religiosa; nomeadamente, nos paramentos exteriores que correspondem interiormente à igreja que faz parte do conjunto. Tal como aconteceu nas remodelações barrocas das Misericórdias de Viseu e Guarda.

Um exemplo curioso supostamente datável do século XVIII é Arruda dos Vinhos que apesar de ser obra setecentista mantém esta característica de arquitectura civil; a igreja, com entrada lateral e antecedida por arcaria ao modo de galilé que percorre toda a fachada lateral principal e que ao nível do segundo piso constitui dependências da casa que se adossam à igreja, permitindo nomeadamente o acesso à tribuna dos oficiais. A esta construção justapõem-se num dos extremos o edifício do hospital, possivelmente oitocentista (Anexo V [fotos] – civil vs religioso).

---

<sup>888</sup> Para outros exemplos ver as fichas integradas na tese de doutoramento de CAETANO, Carlos Manuel Ferreira - **As Casas da Câmara dos concelhos portugueses e a monumentalização do poder local**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 2011. Tese de doutoramento. Disponível na internet em <http://hdl.handle.net/10362/7299>.

#### IV. 4.3 Fachada principal e portal

A fachadas exteriores de um edifício são o ponte de comunicação do edifício com o aglomerado urbano que o envolve e enquadra e deste com as pessoas; é o seu rosto visível, acessível a todos.

Neste capítulo é nossa intenção caracterizar as fachadas exteriores das Casas da Misericórdia embora em muitos casos estas tenham sido alteradas total ou parcialmente o que torna a sua análise bastante complexa.

Como veremos, as fachadas, que ainda mantêm a estrutura e características quinhentistas, obedeciam a regras de simplicidade e austeridade próprias da época, sendo o portal o elemento de maior cuidado plástico quer ao nível da estrutura compositiva quer da decoração.

A extrema simplicidade formal e decorativa das fachadas coincide em tudo com o que afirmou Paulo Varela Gomes: “para a cultura arquitectónica da Renascença, a fachada é tendencialmente inexistente. O edifício, concebido como corpo análogo, na sua estrutura, ao macrocosmo, não pode ter face”. Assim “a arquitectura construída em Portugal durante o século XVI dá conta do primado dos valores planimétricos e «internos» sobre as várias faces do edifício” devido a uma “incompreensão da fachada enquanto organismo de possível autonomia”. Para o autor apenas a cultura arquitectónica barroca foi capaz de resolver o problema da fachada e este fez-se “a partir de experiências de arquitectura efémera em que falsas fachadas eram antepostas às verdadeiras”<sup>889</sup>.

I. No contexto das Misericórdias quinhentistas existem dois tipos de fachadas principais: a tradicional fachada principal axial que corresponde ao paramento que está em eixo com a capela-mor e a fachada principal lateral, que corresponde a um dos paramentos laterais do edifício.

---

<sup>889</sup> GOMES, Paulo Varela - **As fachadas das igrejas alentejanas entre os séculos XVI e XVIII**. *Penélope*. 6, (1991), pp. 38-39.



O primeiro caso é semelhante aos outros edifícios de arquitectura religiosa, todo o tipo de capelas, ermidas e igrejas paroquiais. O segundo caso apenas tem paralelo no caso dos conventos femininos de clausura, de que existem vários exemplos: convento dos Cardais e das Flamengas em Lisboa, convento de Arouca, convento de N. Sra. Natividade em Tentúgal.

Estes conventos eram compostos por um corpo edificado único de planta rectangular, dividido em dois espaços autónomos que asseguravam a necessidade de separação entre a igreja de dentro ou coro, destinada às religiosas, e a igreja de fora ou do povo, destinada aos leigos; esta tipologia de edifícios exigia uma entrada lateral, que era a entrada pública para a igreja de fora, porque as duas igrejas estavam em eixo.

Citamos um excerto de um texto de António Nunes Pereira que explicita esta questão: “o motivo desta rotação do eixo de uma igreja longitudinal em relação à sua fachada prende-se com a necessidade de grandes espaços para a concentração das freiras por ocasião dos serviços divinos, que deveriam permanecer ocultas da comunidade dos restantes fiéis. Um coro alto aberto como era costume na maioria das igrejas portuguesas e goesas dos séculos XVI – XVIII não ofereceria protecção aos olhares. Assim, foram concebidos [...] nas igrejas portuguesas de conventos femininos, dois coros para freiras, um no piso térreo, outro no segundo piso, onde podiam tomar lugar cem freiras em cada um. Os dois espaços estavam adossados à nave, abrindo-se para esta no seu lado mais estreito, oposto ao altar-mor, ficando assim integrados mais nos volumes do edifício do convento do que da igreja propriamente dita. As grades nas aberturas dos coros para a neve asseguravam o recolhimento necessário, longe da vista dos fiéis. Uma vez que estes dois coros ocupavam todo o lado menor da igreja oposto ao altar-mor, a entrada tinha de ser feita numa das paredes laterais, que assumia deste modo a função de fachada da igreja”<sup>890</sup>.

Este modelo de fachada verifica-se nas Misericórdias de Alenquer, Aljustrel, Arruda dos Vinhos, Benavente, Castanheira, Castro Verde, Castelo de Vide, Coimbra [primitiva], Lavre, Mação, Mogadouro, Montemor-o-Novo, Penas

---

<sup>890</sup> PEREIRA, António Nunes – **A Arquitectura religiosa cristã de Velha Goa: segunda metade do século XVI, primeiras décadas do século XVII**. Lisboa: Fundação Oriente, 2005, p. 324.

Roias, Ponte de Lima, Portalegre, Torres Novas, Tomar, Vila Nova da Cerveira, Vila Verde dos Francos, Viana do Castelo, Vinhais (Anexo I [fichas] correspondentes).

Têm-se referido muitas circunstâncias para o facto das Misericórdias terem adoptado este modelo; desde justificações relacionadas com condicionantes do espaço disponível para a construção até à sua implantação urbana<sup>891</sup>.

Pelos dados que pudemos apurar com a nossa investigação parece não existir uma regra, o que sucede para outras questões igualmente relevantes da arquitectura promovida pelas Misericórdias, por isso não é possível determinar uma justificação específica para esta opção.

Não se pode associar esta tipologia de fachada a um tipo específico de planimetria de igreja; embora ela esteja maioritariamente associada a igrejas de nave única com ou sem cruzeiro, sem capela-mor ou com cabeceira de capelas inscritas. No entanto, aparece também em edifícios com outras planimetrias, designadamente, nave rectangular e capela-mor também rectangular mas de menores dimensões; e mesmo considerando a hipótese de alguns destes exemplares terem sofrido alterações (Arruda dos Vinhos, Lavre, Tomar), existem outros que mantêm uma grade coerência não evidenciando grandes alterações arquitectónicas (Aljustrel, Castro Verde, Vila Verde dos Francos) (Anexo I [fichas] correspondentes).

Um dado que consideramos relevante é que esta tipologia de fachada principal corresponde a edifícios compostos, ou seja, a conjunto arquitectónicos com igreja, sacristia, casa do despacho, hospital e outras dependências. No entanto, nem esta questão é determinante; na maioria dos casos a casa do despacho (Alcochete, Benavente, Castelo de Vide, Montemor-o-Velho, Tomar, Viana do Castelo) ou enfermarias (Alenquer, Arruda dos Vinhos, Castanheira) estão dispostas no eixo axial da igreja; embora em alguns casos tenham sido total ou parcialmente demolidas e alteradas (Mogadouro, Penas Roias, Vila

---

<sup>891</sup> NOÉ, Paula - **Património Arquitectónico: Igrejas de Misericórdia (versão 1.0)**. (Kits património - Kit 06). Lisboa: Instituto de Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010, p. 11.

Verde dos Francos), assemelhando-se à problemática do coros nos conventos femininos de clausura (Anexo I [fichas] correspondentes).

No entanto, noutros casos, como Aljustrel e Castro Verde o edifício desenvolve-se paralelo à igreja e não no seu eixo axial. E de igual modo, temos exemplos de edifícios com casa do despacho no fundo da nave, na parede oposta à capela-mor, e que evidenciam fachada principal axial (Azambuja, Coruche, Vila Ruiva) e não fachada principal lateral (Anexo I [fichas] correspondentes).

Ou seja, a explicação nunca poderá ser simplesmente arquitectónica e não existindo nenhum documento que ajude a explicitá-la será difícil ultrapassar o campo das hipóteses. Apostamos numa conjugação de factores onde também terá tido alguma importância a indispensabilidade de conjugar projecto arquitectónico, necessidades inerentes ao quotidiano da confraria e à sua actividade assistencial, o espaço disponível para construir e a necessidade de criar impacto urbanístico.

Podemos também pensar em motivações mais sociais; a necessidade de, tal como acontecia com os conventos de clausura, organizar o edifício de forma a que o provedor e irmãos tivessem acesso privilegiado à igreja; ou seja, nos casos em que a casa do despacho está próxima da igreja e se abre uma tribuna de comunicação directa, e nas que se localizavam em eixo, seria prioritária uma entrada lateral; acentuando-se a diferenciação entre leigos e irmãos e provedor e oficiais. Embora esta hipótese seja coerente, e podendo-se acrescentar outras ideias que reforçam a existência de acessos diferenciados à igreja, apercebemo-nos que esta hipótese não explica totalmente a realidade em análise e até existem alguns exemplos que a contradizem (Coruche, Vila Ruiva) (Anexo I [fichas] correspondentes).

Um outro dado que queremos transmitir é que existem algumas situações em que a primitiva entrada lateral foi posteriormente substituída por uma entrada axial.

Em Ponte de Lima a abertura da R. Cardeal Saraiva na década de 20 do século XX, que atravessa os edifícios da Misericórdia, separou o edifício da igreja, sacristia e casa do despacho do edifício do hospital. Neste contexto foi

necessário arranjar uma fachada para a igreja, que seria uma fachada axial, onde se colocou o antigo portal do hospital, substituindo-se a primitiva entrada que seria lateral.

Também Abrantes e Almodôvar levantam grandes dúvidas relativamente à fachada primitiva e à identificação de qual seria a fachada principal da Casa da Misericórdia. A existência de fachadas e portais laterais mais cuidados e eruditos e temporalmente anteriores aos axiais, pode indiciar a existência de uma primitiva fachada principal lateral, reforçada pela articulação da fachada axial com o edifício contíguo e pela sua composição; sendo que em determinada altura se pode ter aberto uma entrada axial que configurou uma nova fachada (Anexo I [fichas] correspondentes).

A outra leitura que podemos fazer deste fenómeno é que a fachada lateral foi definida com mais cuidado e complexidade relacionando-se com questões de inserção urbana, por ser a fachada mais exposta, melhor implantada urbanisticamente e com maior destaque; no casos de Abrantes e Almodôvar as fachadas laterais abrem para largos (Anexo I [fichas] correspondentes).

O nosso modo de pensar identifica fachada principal com fachada axial, um pano de muro paralelo à capela-mor onde se abre um portal de acesso ao interior do edifício; não concebemos sequer que existindo uma fachada axial com portal e uma lateral também com portal, embora mais elaborada e cuidada compositiva e esteticamente, que esta seja a principal; apenas ponderamos esta hipótese quando a fachada axial não tem porta de entrada para o interior do edifício. Uma vez que não estamos muito seguros deste modo de ver, em alguns casos optámos por identificar apenas fachada axial e fachada lateral não referindo qual consideramos a principal (Anexo I [fichas] Abrantes, Alcochete, Almodôvar).

No caso de Abrantes, outro dado de relevo é o facto de parecer que a igreja foi ampliada. Os três tramos que compõem a fachada exterior lateral são distintos entre si: os dois mais pequenos equivalem aproximadamente ao de maiores dimensões e apresentam uma distinta disposição e morfologia dos vãos; o pano de maiores dimensões com o portal quinhentista poderia ser considerado mais antigo (Anexo I [fichas] - Abrantes).

A mesma hipótese foi levantada para Silves<sup>892</sup>, cuja actual fachada lateral, devido à sua composição, morfologia e tratamento escultórico do portal e à inscrição que ostenta, poderia ter sido a entrada principal primitiva, sendo a actual fachada principal uma alteração de finais do século XVI - princípios do XVII<sup>893</sup>.

No entanto, talvez Alverca possa dar um contributo diferente para explicar estes casos; para este edifício também poderíamos avançar a hipótese de uma primitiva entrada lateral alterada posteriormente para entrada axial. Os argumentos são semelhantes aos apresentados para Abrantes e Almodôvar: fachada lateral mais complexa e erudita e possivelmente anterior. No entanto, o facto de na porta de entrada axial estar gravada a data de «1597», produz um certo esmorecimento na argumentação; neste caso concreto a justificação mais ponderada teria que se basear em questões de impacto urbano; ou seja, na concepção de uma fachada lateral com maior impacto, porque a implantação urbana do imóvel determina que esta teria maior centralidade e por isso seria a mais cuidada (Anexo I [fichas] - Alverca).

Também em Alcochete existe uma dificuldade em identificar a fachada principal da Casa da Misericórdia e consequente interpretação se será axial ou lateral; oscilando a dúvida entre a fachada do torreão com acesso à igreja por galilé e a fachada lateral da igreja onde não se adossam construções e que tem portal com inscrição. Neste caso concreto, esta questão está relacionada com o acentuado carácter civil que apresentam as Casas da Misericórdia quinhentistas e que não incentiva a um tratamento estético diferenciado das fachadas<sup>894</sup> (Anexo I [fichas] - Alcochete).

Um outro exemplo que corrobora o que temos vindo a referir é Portalegre que apresenta duas fachadas laterais com portais muito semelhantes entre si ao

---

<sup>892</sup> PINTO, Maria Helena Mendes, PINTO, Víctor Roberto Mendes - **As Misericórdias do Algarve**. Lisboa: Direcção Geral da Assistência, 1968, p. 48.

<sup>893</sup> PINTO, Maria Helena Mendes, PINTO, Víctor Roberto Mendes - **As Misericórdias do Algarve**, p. 48.

<sup>894</sup> Sobre a questão do acentuado carácter civil das Casas da Misericórdia ver cap. IV. 3.2 Volumetria.

nível da morfologia e da decoração e uma fachada axial apenas com um óculo e uma janela de sacada. Neste caso considerámos a fachada principal da Casa a que se adossa ao edifício anexo à igreja (Anexo I [fichas] - Portalegre).

Para terminar este ponto há ainda que referir o caso de Viana do Alentejo sem fachada principal tal como se concebe habitualmente, apenas com um pano de muro onde se rasga o portal, que passa despercebido pois é protegida por nártex constituído pelo vão aberto na muralha de acesso ao interior do castelo (Anexo I [fichas] – Viana do Alentejo).

II. Após estas considerações iniciais interessa-nos definir o modo como se configura a fachada principal partindo do conceito de Casa da Misericórdia. A Casa da Misericórdia é um conjunto arquitectónico destinado a sede da confraria da Misericórdia cuja instituição se relaciona com motivações assistenciais e que é composta por igreja, sacristia, casa do despacho, hospital/enfermaria, cemitério e outras dependências.

Excluindo os casos de edifícios preexistentes adaptados a Misericórdias, que assumem características próprias devidas a esse facto e que referiremos mais à frente, o exterior dos edifícios construídos pelas Misericórdias e principalmente as suas fachadas reflectem esta realidade de conjunto arquitectónico, mas de diferentes modos.

Uma primeira tendência é reflectirem esta complexidade ao apresentarem uma fachada principal comum mas composta por vários corpos, cada corpo correspondente a uma parte do edifício; apresentam geralmente características estéticas diferenciadas, podem ser mais ou menos autónomos por se apresentarem fisicamente separados e morfologicamente podem existir elementos diferenciadores (pilastras, cornijas, empenas, relação entre os volumes) ou acusar uma campanha de obras posterior.

Caso de Fronteira que apresenta uma fachada composta, por três corpos correspondentes a igreja quinhentista, edifício contíguo à igreja (casa do despacho, sacristia, átrio e outras dependências) e hospital setecentista (Anexo I [fichas] - Fronteira). São também exemplo desta tendência: Alcácer do Sal,

Alcáçovas, Arronches, Barreiro, Braga, Cabeção, Ferreira do Alentejo, Montijo, Moura, Nisa, Palmela, Pombal, Tentúgal e Vila Viçosa (Anexo I [fichas] – correspondentes).

Existem no entanto conjuntos que apresentam uma maior homogeneidade devido à permanência de características arquitectónicas comuns aos vários corpos que integram a fachada; nestes casos a noção de conjunto arquitectónico coerente é mais evidente. Tal como sucede em Almendra, Azinhaga, Cano, Guimarães, Olivença, Louriçal, Lousã, Melo, Pedrógão Grande, Torre de Moncorvo e Vila do Conde; cujas fachadas principais se constituem como um muro contínuo (embora reflectindo diferenciações morfológicas nomeadamente ao nível do remate) que inclui acesso à igreja, parte fundamental da Casa da Misericórdia, e ao edifício contíguo onde funcionam as dependências ou ao pátio que distribui a circulação (Anexo I [fichas] correspondentes).

O caso de Guimarães é bastante interessante porque a fachada principal é composta por três corpos; os dois laterais com remate em empena com cruz no vértice e ladeado por pináculos, dando à composição algum equilíbrio. No conjunto é dado realce à igreja por ser de maiores dimensões e construída em cantaria aparelhada (Anexo I [fichas] - Guimarães); este recurso é utilizado noutros conjuntos para destacar a igreja como sucede em Pinhel e Proença-a-Velha (Anexo I [fichas] - Pinhel e Proença-a-Velha). Seria também assim em Melo onde na fachada principal se nota uma diferença ligeira entre o aparelho da pedra: a de características irregulares deveria estar destinada a ser rebocada. A actual configuração evidencia uma aparente não diferenciação de fachada ou remate, mas originalmente esta diferença entre igreja e edifício contíguo, seria mais visível, tendo o primeiro alçado com cantaria aparelhada e o segundo rebocado e com muito maior número de vãos (Anexo I [fichas] - Melo).

Por outro lado constatamos também a situação de a fachada principal não ser comum ao conjunto arquitectónico e este apresentar volumes distintos, embora com ligações internas, mas com fachadas principais distintas e com diferente orientação. Nestes casos é a fachada da igreja que geralmente representa a

fachada principal do conjunto; encontram-se nesta situação: Abrantes, Arraiolos, Buarcos, Caminha, Coruche, Elvas, Miranda do Douro, Mogadouro, Tavira (Anexo I [fichas] correspondentes).

Nos casos de Mogadouro e Buarcos, a entrada para o edifício contíguo à igreja onde funciona a sacristia, casa do despacho e outras dependências abre-se no alçado que confina com a capela-mor; sendo que em Buarcos a igreja tem a entrada principal no alçado oposto (Anexo I [fichas] - Buarcos).

Para outros exemplos como Caminha e Tavira, cada elemento, edifício, que compõe o conjunto tem a sua fachada própria, a fachada principal da igreja abre-se numa direcção e a do edifício contíguo noutra, dando para arruamentos distintos (Anexo I [fichas] – Caminha e Tavira).

Situação semelhante em Coruche e Elvas; apesar do edifício ser composto por igreja e hospital e de existirem inicialmente ligações internas entre eles, tem fachadas principais diferenciadas; a fachada principal da igreja é oposta à fachada principal do hospital, não estão alinhadas uma com a outra, formando um paramento principal único ainda que diferenciado; ou seja, são autónomas e localizam-se em paramentos diferentes do edifício Casa da Misericórdia conferindo-lhes uma maior autonomia enquanto edifícios diferenciados (hospital da Misericórdia e igreja da Misericórdia) (Anexo I [fichas] – Coruche e Elvas).

Uma outra tendência muito curiosa é a fachada da igreja ser a face da Casa da Misericórdia e integrar um pequeno pano de muro onde se abre um vão de acesso a um pátio como acontece na Azambuja, Freixo de Espada à Cinta, Idanha-a-Nova e Pederneira; em torno do pátio ou quintal organizam-se as dependências da Casa que não têm fachadas exteriores devido à inserção urbana do conjunto, ficando ocultos pelos edifícios circundantes (Anexo I [fichas] correspondentes).

Em planimetrias mais simplificadas, em alguns casos resultantes de adaptações de edifícios preexistentes a sede das Misericórdias, a fachada principal constitui-se como um pano de muro contínuo, incluindo fachada da igreja e edifício ou divisões adossadas. Casos de Alvalade, Arez, Medelim, Monsanto, Pinhel e Proença-a-Velha com fachadas constituídas por pano



correspondente à igreja, mais ou menos autónomo, marcado pelo seu remate em empena, e adossado a um dos lados, outro pano correspondente à fachada das dependências, geralmente com porta de acesso e cobertura em telhado de uma água (Anexo I [fichas] correspondentes).

Em Alenquer e Tomar, o edifício e fachada é um contínuo com empenas formalmente idênticas, rectas, mas os edifícios distinguem-se por serem de épocas diferentes e por isso com características estéticas distintas (Anexo I [fichas] – Alenquer e Tomar).

III. A estrutura e organização das fachadas quinhentistas estão muito alteradas, o que condiciona a análise que se possa fazer; assim, limitaremos o nosso estudo e reflexões aos exemplares com alterações menos significativas.

Ou seja, de cada edifício procuraremos retirar as informações úteis em cada tema. Por exemplo Arronches, e casos similares, não podem ser considerados para certas reflexões; esta fachada apesar de evidenciar elementos primitivos (estrutura e organização, contrafortes, portal, remate), não permite tirar a totalidade das conclusões, pois acusa a introdução de janela no eixo da fachada, sobre o portal, que não sabemos o que veio substituir ao projecto original (Anexo I [fichas] – Arronches).

Um outro caso muito interessante que corrobora esta ideia é Vila do Conde e que nos alerta para a necessidade de realizarmos análises cuidadas aos elementos existentes de forma a não inviabilizarmos as nossas conclusões. Actualmente existe uma janela sobre o portal que evidencia uma cronologia diferente da fachada e do portal; confrontando esta dúvida com o contrato da obra apercebemo-nos que o projecto inicial integrava duas janelas com características distintas da que foi introduzida posteriormente. E cotejando estas informações com o que existente na actualidade, apercebemo-nos da possível subsistência desses dois vãos, actualmente entaipados e preenchidos com pedaços de azulejo partido, visíveis pelo interior do edifício (Anexo I [fichas] – Vila do Conde).

Também uma fotografia antiga mostra o remate da fachada em frontão triangular e um dos vãos do edifício contíguo com a configuração de porta, sendo actualmente uma janela (Anexo I [fichas] – Vila do Conde). Também a disposição original das esculturas não seria a actual; iconograficamente não faz muito sentido e a linguagem estética que apresentam é distinta.

Dito de outra forma, esta fachada, tal como muitas outras, foi amplamente modificada ao longo dos tempos e é necessário ter este facto em consideração quando nos referimos à caracterização das fachadas quinhentistas das Casas da Misericórdia.

Também Cantanhede sofreu alterações no século XVIII com a alteração do remate incluindo nicho e pináculos e abertura de janela sobre o portal e depois no século XX quando foi desafecta voltou-se novamente a alterar o remate e entaipou-se a janela sobre o portal (Anexo V [fotos] – desaparecidas e alteradas).

De igual modo, na Lourinhã a introdução de uma janela sobre o portal levou ao corte do remate central do portal; este era composto por verga recta e encimado por frontão interrompido por pequena peanha e cruz. Este elemento, peanha e cruz, foram retirados para se poder rasgar a janela e recolocados sobre esta.

Efectivamente as principais alterações nas fachadas quinhentistas das Casas da Misericórdia foram ao nível da configuração do remate (Arraiolos, Barreiro, Constância, Fronteira, Portel, Redondo) e da abertura de janelas (Alcácer do Sal, Alcáçovas, Aljezur (?), Arronches, Buarcos, Cantanhede, Constância, Elvas, Évora, Fronteira, Golegã, Louriçal, Lourinhã, Miranda do Douro, Montemor-o-Velho, Penela, Pinhel, Pombal, Portalegre, Vila do Conde, Vila Viçosa) (Anexo I [fichas] correspondentes).

Em alguns casos estas alterações foram posteriormente repostas por intervenções de conservação e restauro como aconteceu na Lousã, Penamacor e Vila Real (Anexo I [fichas] correspondentes); nesta última no interior vêem-se três molduras rectangulares que corresponderiam a três janelas, possivelmente abertas em campanha de remodelação da igreja nos

séculos XVII ou XVIII; a fachada exterior, pela coloração das pedras, confirma a alteração e o entaipamento dos vãos<sup>895</sup> (Anexo I [fichas] – Vila Real).

Existem também algumas fachadas que foram substituídas na totalidade por obras barrocas; os exemplos mais paradigmáticos são os do Porto e Santarém e posteriormente Faro (Anexo I [fichas] – Faro e Santarém). Para o caso do Porto dispomos de um relato da fachada antiga que nos dá algumas informações relevantes: o portal era em arco pleno suportado por colunas coríntias sobre pedestais; o segundo registo era composto por três nichos para imagens, tendo o central uma imagem, de N. Sra.; sobre este um outro registo composto por três vãos de iluminação; as janelas laterais tinham perfil rectangular; a janela central tinha perfil de arco pleno; o remate era em frontão, encimado por cruz e num dos extremos encontrava-se o campanário<sup>896</sup>.

IV. Estilisticamente podemos afirmar que as fachadas quinhentistas das Casas da Misericórdia apresentam valores tardo-góticos, renascentistas e maneiristas-chãos; na maior parte das situações o elemento diferenciador é o portal.

Quanto ao revestimento, na maioria das situações os vários corpos que integram a fachada denotam um tratamento idêntico, sendo quase sempre rebocados, pintados ou caiados e mais raramente em cantaria aparelhada (Azinhoso, Almendra, Braga, Freixo de Espada à Cinta, Guimarães, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Melo, Monsanto, Penamacor, Pinhel, Proença-a-Velha, Santarém, Torre de Moncorvo, Vila Real) (Anexo I [fichas] correspondentes).

No entanto, em alguns edifícios existe uma diferenciação de tratamento entre o corpo correspondente à igreja e os restantes corpos; este pode aparecer construído em cantaria aparelhada contrastando com a alvenaria rebocada que

<sup>895</sup> Cfr., TEIXEIRA, Ricardo, NOÉ, Paula – **Capela da Misericórdia de Vila Real/Igreja da Misericórdia de Vila Real**. SIPA n.º PT011714230089. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000, 2007. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>

<sup>896</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdia do Porto, secção H, banco 7, n.º 16, fl. 31, referido em SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**. Catálogo de Exposição, [S. l.]: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, pp. 30-31.

constitui os outros corpos da mesma fachada (Guimarães, Miranda do Douro, Penafiel, Pinhel, Proença-a-Velha, Santarém [mais tardia], Torre de Moncorvo) (Anexo I [fichas] correspondentes) ou com ambos os elementos, cantaria aparelhada e reboco (Tavira, Segura, Sobreira Formosa) (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - fachadas).

As fachadas das igrejas, quanto à estrutura caracterizam-se geralmente por pano e registo únicos, podendo aparecer delimitadas por pilastras<sup>897</sup>, contrafortes<sup>898</sup>, cunhais em cantaria<sup>899</sup> ou campanários<sup>900</sup>; e funcionam simultaneamente como elementos de introdução de destaque artístico em fachadas de alvenaria.

Ao nível destes elementos queremos destacar as pilastras de fuste rusticado que delimitam as fachadas principal e laterais correspondentes à nave de Fronteira e também de Pernes, evidenciando o cuidado e erudição da composição (Anexo I [fichas] – Fronteira e Anexo V [fotos] - fachadas).

O remate mais comum para fachadas principais axiais é em empena triangular com ou sem beirado; algumas exceções constituem o remate recto<sup>901</sup>, o remate em frontão triangular<sup>902</sup> e a sineira no topo da fachada<sup>903</sup>. As fachadas principais laterais, devido à sua natureza, têm sempre remate recto em cornija simples ou em entablamento.

<sup>897</sup> Fachadas delimitadas por pilastras: Alcáçovas, Aldeia Galega da Merceana, Alenquer, Alhos Vedros, Aljezur, Atouguia da Baleia, Azurara, Benavente, Cabeção, Caminha, Cantanhede, Castro Vicente, Fronteira, Guimarães, Lousã, Medelim, Mértola, Miranda do Douro, Montemor-o-Velho, Nisa, Pernes, Pederneira, Pombal, Portel, Silves, Tancos, Tentúgal, Tomar, Vila Ruiva (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>898</sup> Fachadas delimitadas por contrafortes: Aljustrel, Alvalade, Arronches, Azinhoso, Castro Verde, Colos, Moura, Odemira, Portalegre, Vila Nova da Baronia (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>899</sup> Fachadas delimitadas por cunhais em cantaria: Algoso, Barreiro, Buarcos, Elvas, Mogadouro, Montemor-o-Velho [primitiva], Montijo, Penas Roias, Óbidos, Salvaterra do Extremo, Silves, Tavira, Vila do Conde (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>900</sup> Fachada delimitada por campanários: Sobreira Formosa (Anexo I [fichas] – Sobreira Formosa).

<sup>901</sup> Fachadas com remate recto: Alenquer, Amieira, Azambuja, Freixo de Espada à Cinta, Ladoeiro, Mora, Moura, Odemira, Olivença, Proença-a-Velha (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>902</sup> Fachadas com remate em frontão triangular: Aldeia Galega da Merceana, Alhos Vedros, Azurara, Borba, Braga, Caminha, Estombar, Évora, Faro, Lagos, Pernes, Silves, Torre de Moncorvo, Vila Real (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>903</sup> Fachadas com remate em sineira: Almendra, Alvalade, Arez, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Portel (Anexo I [fichas] correspondentes).

Destaque para a fachada de Tentúgal cuja empena de remate da fachada principal e da posterior são em cornija e têm extremos volutados (Anexo I [fichas] – Tentúgal); em Montemor-o-Velho a concepção do remate seria semelhante no entanto, intervenções posteriores terão alterado a configuração primitiva (Anexo I [fichas] – Montemor-o-Velho).

Também em Aljezur o remate da fachada é distinto, é composto por cornija recta encimado por ático e aletas (Anexo I [fichas] – Aljezur).

Neste contexto arrogam-se como exceções as Misericórdias de Arraiolos e Cano com fachadas principais de dois registos; estas fachadas fogem ao comum das fachadas quinhentistas das Misericórdias assumindo a sua concepção, e não a decoração do portal como é comum, o valor mais erudito. É possível que este facto esteja relacionado com aspectos relacionado com encomenda; especificamente no caso de Arraiolos sabemos que foi apoiada pelo Duque de Bragança.

A fachada principal da Casa da Misericórdia de Arraiolos corresponde apenas à igreja, é de pano único e dois registos diferenciados por friso em cantaria e por cunhais também em cantaria que, a partir do friso, formam dupla pilastra; o portal rompe o friso e ocupa parte do segundo registo que é complementado com composição que enquadra parte do portal e da janela que se localiza no seu eixo e que vai servir de remate à fachada (Anexo V [fotos] – fachadas).

Em Cano a fachada é composta por dois registos escalonados; encontra-se delimitada por dupla pilastra, sendo que as interiores se prolongam, para o segundo registo; este é ladeado por aletas e encimado por frontão triangular. No eixo da fachada, no primeiro registo abre-se um portal e no segundo um óculo circular (Anexo V [fotos] – fachadas).

Uma outra excepção é Sobreira Formosa com fachada de três panos: o central, rebocado e pintado, com portal no eixo e remate em empena triangular e dois panos laterais em cantaria aparelhada coroados por campanários (Anexo I [fichas] – Sobreira Formosa e Anexo V [fotos] – fachadas).

Nesta simplicidade que caracteriza as fachadas quinhentistas das Casas da Misericórdia, o portal de acesso à igreja é o elemento mais relevante.

Geralmente localiza-se no eixo central da fachada e pode constituir o seu único elemento; esta seria uma das opções mais comum nas Misericórdias quinhentistas pelos exemplares que subsistem e ignorando as alterações introduzidas<sup>904</sup>.

Outras opções introduziam sobre o portal algum tipo de vão: um ou mais óculos<sup>905</sup>; uma ou duas frestas<sup>906</sup>; uma ou mais janelas<sup>907</sup>; ou elemento decorativo como nicho<sup>908</sup>, ou a conjugação de ambos: nicho e frestas<sup>909</sup> e janela e nicho<sup>910</sup>. De salientar que consideramos apenas os nichos que se consubstanciam como elementos autónomos, ou seja, não fazem parte do portal; os nichos integrados em portais serão abordados mais à frente.

Como já referimos a configuração primitiva de muitas destas fachadas foi alterada nomeadamente com a abertura de janelas para introduzir maior quantidade de luz para iluminar o interior dos edifícios, ou o aumento do tamanho e configuração dos vãos introduzidos.

As fachadas quinhentistas primam pela ausência de vãos, quer na fachada principal quer nas laterais como podemos constatar em exemplos que ainda mantêm fachadas primitivas como é o caso Alvalade, Nisa, Portalegre,

---

<sup>904</sup> Fachadas cujo único elemento é o portal: Alcantarilha, Algosó, Aljustrel, Alvalade, Amieira, Azambuja, Évora de Alcobaça, Lousã, Penamacor, Portalegre, Odemira, Silves, Sobreira Formosa, Tentúgal, Viana do Alentejo (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - fachadas).

<sup>905</sup> Fachadas com portal encimado por óculo: Alcáçovas [primitiva fachada], Alvito, Atouguia da Baleia, Beringel, Castro Marim, Colos, Constância, Évoramonte, Estombar, Guimarães, Idanha-a-Velha, Moura, Penela, Proença-a-Velha, Tancos, Tarouca, Tavira, Vila Nova da Baronia. Fachadas com portal encimado por um ou três óculos: Mora, Sardoal, Louriçal, Torre de Moncorvo (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>906</sup> Fachadas com portal encimado por uma ou mais frestas: Mogadouro, Monsanto, Segura (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>907</sup> Fachadas com portal encimado por janela: Aljezur, Arez, Azinhaga, Barreiro, Coz, Freixo de Espada à Cinta, Mértola, Montalvão, Montijo, Olivença, Portel, Redondo, Salvaterra do Extremo (Anexo I [fichas] correspondentes).

Fachadas com portal encimado por mais do que uma janela: Braga, Guimarães, Moura, Nisa (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>908</sup> Fachadas com portal encimado por nicho, enquanto elemento autónomo da fachada: Alcáçovas [primitiva fachada], Azinhoso, Cabeção (em Tavira a escultura em relevo é autónomo do portal) (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - fachada).

<sup>909</sup> Fachada com portal encimado por conjugação de nicho e frestas: Monsanto (Anexo I [fichas] - Monsanto).

<sup>910</sup> Fachada com portal encimado por conjugação de janela e nicho: Caminha [no tímpano do frontão], Golegã (Anexo I [fichas] - Caminha e Golegã e Anexo V [fotos] - fachadas).

Proença-a-Velha, Sardoal, Tavira, Tentúgal [primitiva], Tomar, Torre de Moncorvo (Anexo I [fichas] correspondentes). Tendência que se mantém pelo século XVII, primeira metade, como demonstra o caso de Arouca (c. 1612) apenas com um pequeno óculo circular sobre o portal principal.

Esta associação de revestimento em cantaria, pequenos vãos, nomeadamente óculos e portais simplificados, levou alguns autores a considerar estes edifícios como sendo preexistentes e com características medievais, tal como aconteceu com Proença-a-Velha<sup>911</sup>. O que de todo pensamos não se confirmar (Anexo I [fichas] correspondentes).

Relativamente às restantes fachadas das Casas da Misericórdia, estas são geralmente também muito simplificadas, e tal como se verifica nas fachadas principais os elementos de destaque são os portais, quer os portais laterais das igrejas quer os portais de acesso ao edifício contíguo à igreja.

Destaque para as fachadas laterais contrafortadas que aparecem tanto com linguagem tardo-gótica como maneirista, em Alvalade, Arronches, Évora, Fronteira, Odemira, Vila Nova da Baronia e que se justificam pela necessidade de suporte às abóbadas que cobrem o interior das igrejas (Anexo I [fichas] correspondentes).

Em Braga, Évora e Portalegre as fachadas laterais das igrejas apresentam o remate em entablamento, nos dois primeiros casos, semelhante ao existente nas fachadas principais (Anexo I [fichas] – Braga e Évora). Esta característica atribui alguma notoriedade aos edifícios; em Portalegre o friso aparece decorado com círculos semelhantes às existentes nas enjuntas dos arcos dos portais (Anexo I [fichas] – Portalegre) e em Évora com tríglifos (Anexo I [fichas] - Évora).

---

<sup>911</sup> CONCEIÇÃO, Margarida, ANTUNES, Rute, PESSOA, Lúcia – **Igreja e edifício da Misericórdia de Proença**. SIPA n.º PT020505110016. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1994, 2001, 2007. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>

V. Após a caracterização geral das fachadas quinhentistas das Casas da Misericórdia queremos destacar alguns casos que se distinguem pela diferença quer das suas próprias características quer por alterações que tenham sofrido.

Em primeiro lugar há que destacar os exemplos de Segura e Tavira; estes dois edifícios apresentam inúmeras semelhanças apesar da distância geográfica que os separa: têm três naves, cruzeiro elevado, retábulo no lugar da capela-mor e cobertura em tecto de madeira. Também ao nível da fachada principal, composição e elementos constituintes, são muito parecidos; apresentam uma composição tripartida, equivalente à divisão interna, recorrendo a diferentes revestimentos: pano central em cantaria onde se abre o portal principal e panos laterais rebocados e caiados (Anexo I [fichas] – Segura e Tavira e anexo V [fotos] - fachadas).

O caso de Tavira destaca-se ainda porque a fachada integra o portal e composição ornamental com retórica simbólica, relacionada com os três poderes principais e impulsionadores da confraria: poder real (escudo e esfera armilar), o poder local (arma da cidade de Tavira) e a própria confraria (Nossa Senhora da Misericórdia) (Anexo I [fichas] - Tavira). Não se podendo aferir com segurança o que terá contribuído para esta proximidade, pois a confraria do distrito de Castelo Branco apenas possui documentação muito recente; podemos pensar que o mais lógico, devido à grande separação espacial, é atribuí-la a questões de gosto próprio de uma época.

Também a concepção das fachadas de Alverca é um caso interessante; a fachada lateral é bastante mais elaborada que a principal e com nota de erudição; acreditamos que por questões de implantação urbana do edifício, pois a porta da fachada axial tem o cronograma «1597» e o vão da fachada lateral não tem a proporção de uma porta. A fachada é limitada por pilastras com fuste almofadado e com um vão de janela de sacada, no eixo central, um pouco elevado do pavimento devido a uma intervenção de rebaixamento do largo para onde abra a fachada; este vão é definido por arco a pleno centro e pilastras encimado por frontão com aduelas e fustes de tratamento rusticado (Anexo I [fichas] – Alverca e Anexo V [fotos] - fachadas).



Uma outra situação que se diferencia dos restantes exemplares é representada pelos casos da Batalha e de Melo; são dois edifícios que evidenciam uma fachada principal unitária que engloba a igreja e as divisões contíguas; o pano é único com remate em empena, não existindo a diferenciação de fachada, de remate ou de revestimento (Anexo I [fichas] – Batalha e Melo).

As fachadas principais das igrejas de Braga e Guimarães, originais do século XVI, sendo a de Braga mais antiga, consideramos que terão sofrido menos alterações devido à própria estrutura com portal-retábulo, o que torna a remodelações mais complexas, devido à extensão da composição e à sua interação com a própria fachada; este formulário de portal-retábulo será comum noutras Misericórdias durante o século XVII como acontece em Aveiro e Penafiel.

Estes portais atribuem às fachadas valores próprios: constituem-se como composições complexas organizadas em registos sobrepostos que se expandem e ocupam a quase totalidade da fachada da igreja, extravasando em muito o típico portal de enquadramento do vão de porta. Em ambos os casos são composições que primam pela tridimensionalidade: os elementos concebidos em vulto justapõem-se ao alçado da fachada (Anexo I [fichas] – Braga e Guimarães).

Em Braga a existência de vãos de iluminação é limitada a apenas algumas janelas de pequenas dimensões no topo, sobre a cornija; a linha de frontão que remata a fachada foi alterada, como comprova o desenho setecentista com a representação do edifício<sup>912</sup> e também a própria fachada, principalmente no lado direito, tendo ficado as bolas decorativas no interior do frontão (Anexo I [fichas] - Braga). De igual modo, tal como mostra o desenho de 1750, foi alterado o acesso ao interior da igreja; este era feito por plataforma elevada formando adro delimitado por gradeamento a que se acedia por escadas laterais adossadas á fachada do edifício contíguo à igreja. Num determinado momento foi alterado, retirando-se a plataforma e colocando o portal sobre um

---

<sup>912</sup> Desenho com a representação da Casa da Misericórdia de Braga integrado em **Mapas das Ruas de Braga** (1750), publicado pelo Arquivo Distrital de Braga, Arcebispado de Braga, Cabido da Catedral de Braga.

plinto, dando-lhe uma configuração pouco comum, e obviamente fruto desta alteração à estrutura primitiva, de duplo plinto e escadas de acesso íngremes. A fachada lateral de Braga também mantém as suas características quinhentistas com duas grandes janelas rectangulares de topo semi-circular e portal com características idênticas ao principal, mas mais simplificado e com grupo escultórico representando a «Visitação» (Anexo I [fichas] - Braga). Em Guimarães o portal evidencia uma organização idêntica da composição, mas integrando nicho central com escultura de vulto de «N. Sra. Misericórdia»; e é mais ornamentado com elementos vegetalistas em baixo-relevo, pontas de diamante e ovais (Anexo I [fichas] - Guimarães).

Um outro edifício excepcional no contexto das Misericórdias e da arquitectura portuguesa quinhentista, é a Casa da Misericórdia de Viana do Castelo com a sua fachada em cantaria, com três registos e decoração erudita (Anexo V [fichas] - fachadas).

Um outro edifício onde a articulação da fachada da Casa da Misericórdia se conjuga de modo diferenciado entre o edifício e a igreja é Torre de Moncorvo: esta compreende a fachada da igreja e do edifício contíguo, que avançada relativamente à primeira; fachada da igreja é em pedra aparelhada e com remate em frontão triangular; no eixo da fachada um portal ladeado por dois óculos circulares e sobre este, no tímpano do frontão, uma sineira. É ladeada à direita por pano de muro também em pedra aparelhada com porta de moldura recta encimado por janela de peito com caixilharia em guilhotina. A fachada do edifício contíguo é parcialmente em pedra aparelhada, tem uma porta e duas janelas, uma de ângulo, no cunhal do edifício, com um vão para cada alçado e no ângulo uma coluna; a ladear a janelas o escudo régio em relevo; o remate é em cornija e beirado (Anexo I [fichas] – Torre de Moncorvo).

Em quase todos os tópicos de análise da caracterização arquitectónica das Misericórdias o exemplo de Beja tem que ser tido em conta devido à sua excepcionalidade e também neste ponto. Como se observa actualmente, após obras de restauro que procuraram o projecto original para o açougue da cidade, é composta por arcarias abertas definidas por arcos a pleno centro

assentes sobre pilares, tendo todo o conjunto tratamento rusticado; esta estrutura e organização de fachadas exteriores é semelhante a outras *loggias* como a do Mercado Novo em Florença. No entanto, em meados do século XVI e para se adaptar ao seu novo uso, espaço religioso, as fachadas foram alteradas: entaipamento das arcarias, abertura de portas e vãos de iluminação; colocação de ático encimado por cruz sobre a cornija e platibanda e lateralmente um campanário (Anexo I [fichas] - Beja).

Outros casos singulares são Alcochete, o único exemplo no contexto das Misericórdias, com fachada torreão e nártex (Anexo I [fichas] – Alcochete e Anexo V [fotos] - fachadas); Évoramonte com fachada antecédida por alpendre formado por arco a pleno centro assente sobre colunas e plintos e rematado em empena triangular; o remate da fachada é em platibanda, também pouco comum nas construções promovidas pelas Misericórdias (Anexo I [fichas] – Évoramonte e Anexo V [fotos] - fachadas).

Destaque também para Moura; este é um edifício que globalmente sofreu muitas alterações, nomeadamente uma renovação/ampliação setecentista e oitocentista do hospital e a transformação da igreja em cine-teatro nos inícios do século XX; no entanto, a igreja que integra o conjunto arquitectónico mantém, pelo menos, a configuração exterior quinhentista. E a fachada principal destaca-se deste conjunto pela sua concepção erudita, vestígio de soco rusticado, delimitação por contraforte, remate recto, vãos que ladeiam o portal principal, supostamente janelas transformadas em portas, com remate em frontão em segmento de arco encimado por meia esfera e óculo elíptico; toda uma linguagem pouco comum no contexto das Misericórdias e que teria correspondência não interior actualmente descaracterizado (Anexo I [fichas] – Moura).

Importante referir que a par deste modelo erudito o edifício seguiria também uma corrente mais vernácula de tradição local, tal como se evidencia a cobertura em abóbada de nervuras existente na divisão contígua ao actual átrio (Anexo V [fotos] – outras dependências, Moura).

Um outro tema que queremos destacar são as fachadas que apresentam portais de grande simplicidade, limitando-se a molduras rectas em cantaria, mas complementados por composições decorativas independentes do portal. São os casos de Cabeção cujo portal está encimado por uma composição que integra nicho semi-circular com escultura de vulto, enquadrado por pilastra que sustentam duplo friso e frontão triangular (Anexo I [fichas] – Cabeção e Anexo V [fotos] - fachadas). E da Golegã com portal encimado por cornija, janela de sacada e um nicho semi-circular ladeado por volutas e encimado por frontão triangular com a data «1570» inscrita no tímpano (Anexo I [fichas] – Golegã e Anexo V [fotos] - fachadas).

No conjunto das fachadas das Casas da Misericórdia existem alguns casos que apresentam a designada «janela de Pilatos»: vão que servia para durante as celebrações da Semana Santa, nomeadamente em procissões, marcar o passo do «*Ecce Homo*»; e estaria bastante generalizado nas igrejas do distrito da Guarda.

Uma vez que as Misericórdias tinham uma devoção particular aos temas da Paixão de Cristo<sup>913</sup>, que se consubstanciava numa vivência própria da Semana Santa através de celebrações e procissões, não admira que os edifícios, onde muitas desses actos tinham lugar, detivessem marcas dessa relação. As janelas de Pilatos aparecem nos edifícios das Misericórdias de Almendra, Melo e Proença-a-Velha (Anexo I [fichas] correspondentes).

Existem, no entanto, algumas janelas em determinados edifícios que poderiam assumir funções idênticas quer pela sua morfologia quer pela relação com o conjunto. Nomeadamente Alfaiates, Algodres, Alverca, Montemor-o-Velho e Sabugal. Em Montemor-o-Velho existe uma janela de sacada no alçado posterior que está alteada relativamente ao pavimento (actualmente o pavimento está alinhado por esta janela); a mesma divisão onde se encontra esta janela, tem outra ao nível das janelas da divisão contígua; este vão também se diferencia dos restantes ao nível da moldura pois a verga é apenas encimada por cornija; assim, pensamos poder tratar-se de uma janela de peito

---

<sup>913</sup> Ver capítulo II. 2 Devoção, acção e arte.

de maiores dimensões para servir durante as celebrações da Semana Santa (Anexo I [fichas] – Montemor-o-Velho).

No alçado lateral da igreja que integra a Casa da Misericórdia de Alverca existe também uma janela de sacada, actualmente pelo interior coincidente com o pavimento da igreja mas pelo exterior, devido ao rebaixamento da rua, um pouco acima do nível do pavimento; é bastante cuidada na concepção erudita da sua moldura e voltada ao largo que se abre junto a esta fachada, por isso também pode ter assumido idêntica função (Anexo I [fichas] – Alverca).

Também em Coruche, o edifício contíguo à igreja tem no piso superior uma varanda que rasga dois dos alçados das fachadas, um com um arco e outro com dois arcos assentes em colunas, sendo uma das interpretações para esta configuração particular, a sua relação com estas celebrações quaresmais. A feição primitiva da fachada principal seria diferente, nomeadamente porque é um edifício que integra a casa do despacho no interior da igreja, no seu eixo e junto à entrada; o facto de, desde 1755, servir como igreja matriz deve ter contribuído para esta remodelação e para que a sua feição a aproxime mais das características da arquitectura religiosa (Anexo I [fichas] – Coruche).

Temática relacionada com a anterior é a dos Passos da Via-sacra adossados às fachadas dos edifícios das Misericórdias. Estes podiam variar entre discretas sinalizações ou pequenos Passos, integrados ou muito próximos dos edifícios, como acontece em Alfaiates, Arouca, Benavente, Fronteira, Lousã, Mértola, Mogadouro, Pederneira, Proença-a-Velha ou composições monumentais como se verifica em Almodôvar, Tomar e Vila do Conde (Anexo I [fichas] correspondentes) e estão obviamente relacionados com o interesse que estas confrarias tinham pelas temáticas da Paixão de Cristo.

Em Almodôvar um grande passo, provavelmente setecentista, adossa-se à fachada lateral da igreja com uma volumetria saliente, coroamento em cornija curva e pináculos e fechado por portadas de vidro (Anexo I [fichas] – Almodôvar); em Tomar idêntica estrutura barroca integra-se na caixa murária do alçado da capela-mor (Anexo I [fichas] – Tomar) e em Vila do Conde, justapõe-se à fachada lateral da Casa da Misericórdia embora mantendo uma certa autonomia em relação a esta (Anexo I [fichas] – Vila do Conde).

Destaque ainda para as janelas quinhentistas das fachadas exteriores de Proença-a-Velha e do Sardoal; a primeira apresenta a parte inferior da moldura volutada (Anexo I [fichas] – Proença-a-Velha) e a segunda todo um enquadramento arquitectónico-escultórico com pilastras, entablamento e ático decorados com grutescos (Anexo I [fichas] – Sardoal). Também em Nisa, a janela e as frestas têm moldura em cantaria com perfil de arco conopial e as frestas com capialço volutado (Anexo I [fichas] – Nisa).

Relativamente a fachadas alteradas destacamos o caso de Tentúgal; a composição primitiva desta fachada integrava o portal encimado pelo relevo de «N. Sra. Misericórdia» e possivelmente óculo ou pequeno vão tal como se verifica em Abrantes, Montemor-o-Velho, Sardoal (Anexo I [fichas] correspondentes). No entanto, foi alterada, possivelmente no século XVIII, abrindo-se uma janela sobre o portal e colocando o relevo mais a cima. O portal com a sua decoração de grutescos no arco interior, nas pilastras do arco exterior e no friso do entablamento, revela-se um pouco tardio para a data de 1584 que aparece inscrita na fachada (Anexo I [fichas] – Tentúgal).

Também em Montemor-o-Velho a fachada principal foi alterada por uma intervenção setecentista: os cunhais que delimitavam a fachada foram remodelados em pilastras encimadas por bolas; foram introduzidas ou modificadas as janelas que ladeiam o portal e inserido o escudo real que interrompe o entablamento do portal, foi transformada a empena de remate da fachada e que apresentava elementos que fazem lembrar a de Tentúgal (Anexo I [fichas] – Montemor-o-Velho).

VI. As fachadas que temos estado a analisar apresentam um grande número de portais datáveis do século XVI e nalguns casos é um dos únicos elementos que subsiste da construção original; tal como acontece em Alcantarilha, Aljezur, Almendra, Amieira do Tejo, Cantanhede, Cuba, Estombar, Lisboa, Miranda do Douro, Mogadouro, Monção, Montemor-o-Novo, Penamacor (Anexo I [fichas] correspondentes).

Estes portais são muito diversificados ao nível da estrutura compositiva e linguagem decorativa, evidenciando uma maior facilidade em assimilar e reproduzir as modificações de gosto que foram ocorrendo durante este período. Assim, temos igrejas com portais de estrutura e decoração manuelina a par de portais maneiristas de grande despojamento decorativo e dando predominância aos elementos arquitectónicos como elementos compositivos acusando a influência da tratadística.

Nas fachadas quinhentistas das Casas da Misericórdia, quer principais quer laterais, onde predominam os valores de simplicidade e austeridade, o elemento de maior destaque é o portal; tanto pelo material em que é elaborado, como pela sua composição, integrando pilastras, colunas, arcos, entablamento, friso, pináculos, nichos, frontões e escultura decorativa, composições vegetalistas, grutescos, esculturas ou grupos escultóricos em relevo ou de vulto (Anexo V [fotos] – portais).

Nos casos em que, a par dos portais principais quinhentistas, subsistem os laterais, existe uma diferenciação, revelando-se os últimos menos elaborados estrutural e decorativamente. Esta distinção pode incluir uma diferença de cronologia, sendo quase sempre os portais principais mais recentes<sup>914</sup>; as excepções são Coz e Tavira, com o portal principal tardo-gótico e o lateral tardo-quinhentistas.

Independentemente de ser principal ou lateral, o portal tem também uma importante carga simbólica pois faz a passagem entre o exterior profano e o interior sagrado e por isso é um elemento que apresenta tratamento estético diferenciado e no caso das Misericórdias pode integrar (Anexo I [fichas] correspondentes):

- Simbologia específica das confrarias:
  - Visitação: Braga, Torres Novas, Vila do Conde;

---

<sup>914</sup> Casas da Misericórdia com portais principais e laterais quinhentistas, sendo os primeiros mais elaborados formal e decorativamente e cronologicamente posteriores aos segundos: Alcácer do Sal, Alcochete, Braga, Évora de Alcobaça, Portalegre, Silves, Tavira (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - portais).

- Nossa Senhora da Misericórdia: Abrantes, Guimarães, Montemor-o-Velho, Sardoal, Tancos [simplificada], Tavira, Tentúgal;
- Simbologia régia: esfera armilar e escudo: Buarcos, Maiorga, Monção, Olivença, Penamacor, Pinhel, Tavira;
- Outras representações marianas em relevo ou em escultura de vulto:
  - Anunciação: Sertã, Tentúgal [com «N. Sra. Misericórdia»];
  - N. Sra. Conceição: Pedrógão Pequeno;
  - N. Sra. Piedade: Benavente, Elvas, Mogadouro, Viana do Castelo [século XVIII];
  - Virgem com o Menino: Golegã, Mação, Óbidos [em cerâmica], Pedrógão Pequeno, Tomar, Torre de Moncorvo;
  - Virgem: Álvaro, Buarcos, Constância (?), Faro, Fronteira, Santarém, Vila do Conde [com Visitação], Vila Real;
- Outras representações em relevo ou em escultura de vulto:
  - S. Pedro e S. Paulo: Tavira, Torre de Moncorvo;
  - S. Cosme e S. Damião: Caminha;
- Inscrições de diferentes naturezas, inerentes à essência e actividade das confrarias: no último ponto deste capítulo referimo-nos especificamente a esta questão;
- Símbolos da Paixão: escudos com as chagas e coroa de espinhos: Alcácer do Sal, Alcantarilha, Aljustrel; Almada, Alvito, Guimarães, Lousã, Messejana, Palmela, Viana do Castelo;
- Datas e autorias: Abrantes, Braga, Lousã, Melo, Mértola [portal lateral], Messejana, Pinhel, Torres Novas;



A diversidade dos portais quinhentistas das igrejas da Misericórdia reside na composição dos mesmos que é elaborada recorrendo a diferentes conjugações dos elementos arquitectónicos.

Num extremo, o uso do arco simples recorrendo a aduelas largas para fazer a definição da moldura como acontece em Azinhoso e Melo (Anexo I [fichas] correspondentes) ou a moldura recta encimada por cornija ou frontão como existe em Amieira e Coz (Anexo I [fichas] correspondentes); no outro extremo as composições com colunas e/ou pilastras sobrepostas sustentando entablamento e incorporando relevos ou esculturas de vulto e outros elementos decorativos, modelo que vai perdurar pelo século XVII, com exemplos como Aveiro e Torres Novas, em composições cada vez mais complexas.

Também a decoração destas estruturas permite a sua diferenciação, variando entre a decoração de cariz tardo-gótico<sup>915</sup> com utilização de elementos vegetalista e a renascentista com grutescos, tondos, figuras fantásticas<sup>916</sup>; ou a ausência de decoração escultórica, que é suprimida pelos próprios elementos arquitectónicos que se usam na composição do portal tal como a coluna, pilastra, plinto, entablamento, frontão<sup>917</sup> e que caracterizam os portais maneiristas.

VII. Para além destas características gerais alguns portais evidenciam-se pelas suas características específicas. Destacaremos de seguida alguns casos:

O edifício de Castro Verde tem dois portais na mesma fachada; na fachada principal, que é lateral, abrem-se dois portais um com moldura simples e outro, um pouco mais elaborado, com moldura encimada por friso e cornija (Anexo I [fichas] – Castro Verde). Devido à reduzida dimensão do espaço é difícil pensar

---

<sup>915</sup> Portais com decoração tardo-gótica: Loulé, Monção, Santiago do Cacém (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - portais).

<sup>916</sup> Portais com decoração renascentista: Abrantes, Lousã, Sardoal, Tavira, Tentúgal (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - portais).

<sup>917</sup> Portais com ausência de decoração escultórica: Alhos Vedros, Arraiolos, Cantanhede, Cuba, Palmela, Miranda do Douro, Silves, Tancos, Vila do Conde (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - portais).

que esta situação não resulte de uma intervenção posterior à construção primitiva.

O portal de acesso à igreja que integra a Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho parece integrar um elemento reaproveitado<sup>918</sup>, pois existe uma certa contradição entre a parte inferior com arco e enquadramento de cariz mais desornamentado e tratadístico em comparação com o relevo e seu enquadramento mais renascentista com uso da coluna balaústre e de decoração de grutesco (Anexo I [fichas] – Montemor-o-Velho).

Em Proença-a-Velha o portal lateral é mais elaborado ao nível da composição, elementos constituintes e decoração, do que o principal; inclusivamente tem uma inscrição, «MISIRICORDIA». Acreditamos que este facto tal como acontece para o casos das fachadas de Alverca e possivelmente Abrantes e Almodôvar<sup>919</sup>, está relacionado com a inserção urbana do edifícios e com a necessidade da sua afirmação; esta fachada é a mais visível, abre para um largo mais amplo e tem maior impacto urbanístico (Anexo I [fichas] – Proença-a-Velha).

No edifício da Casa da Misericórdia de Olivença que incorpora igreja e hospital num mesmo espaço, a fachada principal apresenta dois portais de linguagem clássica compostos por colunas e entablamento; ambos são semelhantes morfológica e compositivamente, no entanto, diferenciam-se pelo remate do entablamento, frontão no da igreja e cornija no do hospital (Anexo I [fichas] - Olivença).

Também em Fronteira os portais principal e lateral apresentam semelhanças, sendo este último mais simplificado ao nível da estrutura; era um portal lateral

---

<sup>918</sup> Sugestão de obra reaproveitada em CORREIA, Vergílio, GONÇALVES, António Nogueira - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Coimbra**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1953, p. 139; BORGES, Nelson Correia - **João de Ruão Escultor da Renascença Coimbra**. Coimbra: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1980, pp. 27 e 73.

<sup>919</sup> Ver Anexo I [fichas] – Abrantes, Almodôvar, Alverca.

da igreja que foi reaproveitado na construção setecentista para portal do hospital<sup>920</sup> (Anexo I [fichas] - Fronteira).

Existe também um conjunto de edifícios que apresentam actualmente os primitivos portais laterais quinhentistas entaipados: Coruche, Guimarães, Idanha-a-Velha, Mértola, Montijo, Santarém, Tavira, Tentúgal, Vila do Conde (Anexo I [fichas] correspondentes).

VIII. Para terminar gostaríamos de abordar a questão das inscrições. Como indicámos, em muitos portais e fachadas, ou seja, elementos exteriores da Casa da Misericórdia, existiam inscrições que se relacionam com a natureza da própria confraria e com a sua actividade.

Parece-nos útil elencar estas inscrições e brevemente as suas características (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - portais):

- «BTI MIES QM IPSI» e «MIAZ QSEQVET» (Mateus 5, 7), frases inscritas nas aletas do portal principal de Alcácer do Sal; transcrição: “Beati misericordes quia ipsi” “misericordiam consequentur”, tradução: bem-aventurados os misericordiosos porque alcançarão misericórdia.
- «MARIA MATER GRATIAE», «MATER MISERICORDIAE», «TV NOS AB HOSTE PROTEGE ET HORA MORTIS SVSCIPES», frases inscritas em faixa que circunda os três alçados exteriores do torreão de Alcochete; tradução: “Maria, Mãe cheia de graça / Mãe de Misericórdia / Protege-nos dos nossos inimigos e defende-nos na hora da morte”<sup>921</sup>;
- «IN OMNIBUS OPERIBVS TVIS MEMORARE NOVISSIMA TVA ET IN [A]ETERNVM NON PECCABIS 1563» (Eclesiástico, 7, 40), frase inscrita no portal lateral de Alcochete; tradução: “em todas as tuas acções tem presente o seu fim e jamais cometerás pecado” (Eclesiástico, 7, 36).

<sup>920</sup> Anexo IV [doc.], documento 3 – Fronteira. Inédito.

<sup>921</sup> GRAÇA, Luís Maria Pedrosa Santos - **Edifícios e Monumentos Notáveis do Concelho de Alcochete**. Lisboa: Edição Elo, 1998, p. 20.

- «MIA DNI PLENA EST TERRA» (Salmo 32, 5), frase inscrita no friso do portal principal de Aljustrel; transcrição: “misericórdia domini plena est terra”; tradução: “a terra está cheia da misericórdia do Senhor”;
- «BTI MISERICORDES QM IPSI MIAZ COSEQVETVR» (Mateus 5, 7); frase inscrita na fachada principal de Alvalade; transcrição: “Beati misericordes quia ipsi misericordiam consequentur”; tradução: “Bem-aventurados os misericordiosos porque alcançarão misericórdia”;
- «Nomem. Ini. Miam. Periisse» e «1554»<sup>922</sup>, frase inscrita na verga do portal principal da Amieira.
- «DIES MEI», «TRANSIE RVNT», «DEIPARAE VIRGINI MISERICORDIARVM / Q. REGINAE D»; frase inscrita no friso do portal principal de Arraiolos; tradução: “Mãe de Deus Virgem da Misericórdia”;
- [ilegível]; frase inscrita no friso do portal principal de Arronches;
- «MIA E HOSPITAL EDIFICADA ANO DE 1572», frase inscrita no portal principal da Azinhaga; transcrição: “Misericórdia e hospital edificada ano de 1572”;
- «B. MISERICORDES Q. M.C» (Mateus 5, 7), frase inscrita no friso do portal principal de Beja; transcrição: “Beati Misericordes quoniam misericordiam consequentur”, tradução: “Bem-aventurados os misericordiosos porque alcançarão misericórdia”;
- [ilegível]; frase inscrita no friso do portal principal de Buarcos;

---

<sup>922</sup> Cfr., KEIL, Luís - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Portalegre**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1943, p. 112.

- «DESIDERIVM PAVPERVM EXAVDIVIT DNVS PS[...]»; frase inscrita na fachada do corpo do edifício correspondente ao hospital de Castelo de Vide;
- «MIZERI 1709 CORDIA»; palavra e data inscritas na verga do portal principal de Chacim;
- «ESTA CAZA HE DA MIA PRINCIPIVSE . A DOVS D NOVEMBRO D . 1. 6. 2. 3»; frase e data inscritos no friso sobre a verga do portal principal de Colares; transcrição: “esta casa é da Misericórdia principiou-se a dois de Novembro de 1623”;
- «ESTA CASA E DA MIZIRECORDIA DE NOSA SENHORA DA FEE», frase inscrita nas aletas do portal principal de Constância;
- «CAZA DE M[...]A 1593», frase e data inscritas no portal principal de Coz; transcrição: “Casa de Misericórdia 1593”;
- «SPIRITVS DOMINI [?]», Évora de Alcobaça, pequenas dimensões, na sineira colocada na fachada principal, nas duas faces mais visíveis da mesma;
- «BEATI MISERICORDES QUONIAM MISERICORDIAM CONSEQUENTUR» (Mateus 5, 7); frase inscrita na fachada principal de Fão; tradução: “Bem-aventurados os misericordiosos porque alcançarão misericórdia”;
- «MISERI + CORDIA», frase inscrita no portal principal do Fundão;
- «[...] MISERICORDES», frase inscrita no friso do nicho do portal principal de Guimarães;
- «MIA» e «DA», palavras inscritas nas vergas das janelas que ladeiam a porta do edifício contíguo à igreja do Louriçal; transcrição: “Misericórdia”;

- «BEATI MISERICORDES QM IPSI MISERICORDIAM CONSEQVENTVR MATTH CAP. 5» (Mateus 5, 7) e «ANNO DNI 1626; frase inscrita no friso do portal principal da Lourinhã; tradução: “Bem-aventurados os misericordiosos porque alcançarão misericórdia”;
- «MARIE MATER GRATIAE MATER MISERIAE» e «era» e «1568»; frase inscrita na verga do portal principal da Lousã; tradução: “Maria Mãe cheia de Graça, Mãe de Misericórdia”;
- «MYA DMI PLENA EST TERA SAL 32» (Salmo 32, 5) e a data de «1558», frase e data inscritas na verga do portal lateral de Mértola; transcrição: “misericordia domini plena est terra”; tradução: “a terra está cheia da misericórdia do Senhor”;
- «MA MR MIAE»; frase inscrita na base do nicho do portal principal de Óbidos; transcrição: “Maria Mater Misericordiae”, tradução: “Maria Mãe de Misericórdia”
- «QUI RECIPIT VOS ME RECIPIT ET QVICVMQUE DEDERIT VNI EX MINIMIS ISTIS POTVM AQVAE NON PERDET MERCEDEM MATH CAP X» (Mateus 10, 40 - 42), frase inscrita sobre o portal do edifício contíguo à igreja de Óbidos; tradução: «quem vos recebe, a mim me recebe [...] (v. 40); e aquele que der até mesmo um copo de água [...] de modo algum perderá a sua recompensa» (v. 42);
- «MISIRICORDIA», palavra inscrita no portal lateral de Proença-a-Velha;
- «DA MIZ<sup>A</sup> P<sup>A</sup> RECOLHER OS POBRES PEREGRINOS», frase inscrita em sobre porta em Salvaterra de Magos; transcrição: “Da Misericoria para recolher peregrinos”;
- «VIDE PLAGAM CORDIS TVI [...] ORAS HIC EXAVDI SINCI», frase inscrita no friso do entablamento que remata o portal de Segura;

- «Casa da Misericórdia», frase inscrita no portal lateral de Silves;
- «MIA», palavra inscrita no portal de Tavira; transcrição: “Misericórdia”;
- «MISERICORDIAS DNI», palavras inscritas no relevo existente na fachada principal de Tentúgal; transcrição: “Misericordias Domini”; tradução: “Misericórdia do Senhor”;
- «BEATI MISERICORDES QUOIAM IPSI MISERICORDIAM CONSEQUENTUR» (Mateus 5, 7) e «1589», frase inscrita na fachada de Viana do Castelo; tradução: “Bem-aventurados os misericordiosos porque alcançarão misericórdia”;
- «MIZ» e «1627», palavra e data inscritas no portal principal de Vila Verde dos Francos; transcrição: “Misericórdia”;
- “ESTA IGREIA HE DA MIZERICORDIA”, frase inscrita no portal principal de Vila Viçosa;

O uso de inscrições no exterior dos edifícios não é exclusivo das Misericórdias; na Azinhaga a capela do Espírito Santo o portal apresenta a inscrição «SPRITO SSAMTO» e a capela de S. Sebastião a: «EDIFICADA DE [...] EM LOVVOR DE DEOS AO MARTER SAM SEBASTIAM NO ANO DA PESTE DE 1570»; também em Viana do Alentejo a capela do Espírito Santo tem a inscrição: «ESTA CASA HE DO ESPRITO SANTO» e na Sertã um edifício semelhante outra: «ESTE TEMPLO DO ESPIRITO SANTO EDIFICOV FRANCISCO FERAZ A SVA CVSTA POR LHO ASI ENCOMENDAR HO PADRE FRANCISCO ALVAREZ EN SEV TESTAMENTO INSTITVIDOR DESTA CAPELA E MORGADO E DEIXOV CEM MIL REIS PERA HO GASTO DELA E FALECEO A 13 DE NOVEMBRO DE 1557». No entanto, este tipo de estratégia de afirmação de posse e de individualização é utilizado de forma sistemática pelas confrarias da Misericórdia como podemos verificar pelos exemplos apresentados.

As trinta e cinco referências de palavras ou textos, que variam entre a pequena e a grande dimensão, inscritos nas fachadas exteriores das Casas da Misericórdia juntamente com outros tantos exemplos que apresentam composições figurativas, confirmam a necessidade que estas confrarias tinham de construção e afirmação de uma identidade institucional, que se queria distinta das outras instituições religiosas e seculares. Por isso a imagem, simbólica ou narrativa, que privilegiam («N. Sra. Misericórdia», «Visitação», invocações marianas e frases bíblicas relacionadas com a prática da caridade) associava-se inequivocamente aos seus princípios assistenciais e devocionais contribuindo para se plasmar esta identidade através do edifício, da sua face exterior e visível.

De referir, no entanto, que as Casas da Misericórdia apresentam, embora em muito menor número outro tipo de inscrições, nomeadamente em portais (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - portais):

- «IOAM ANRIQZ PIMENTEL DEV ESTE PORTAL DESMOLA A ESTA CAZA SENDO PROVEDOR DELA O ANO QVE SE COMESOV DE FAZER NA ERA DE 1587», frase inscrita na verga do portal principal de Alhos Vedros;
- «ISABEL PIZ DAABVIA FEZ ESTE PORTAL», frase inscrita na verga do portal principal do Barreiro; transcrição: “Isabel Pires de Azambuja fez este portal”;
- «este espytall mandou fazer dyogo pyncho escud[eiro (?)] filho de lopo fernandez gago morador em este llugar d’ estombar [em (?)] 8 d’ abryll de 1531», frase inscrita na verga da porta de acesso ao edifício contíguo à igreja de Estombar;
- «ESTE SE ACABOV HO PRIMEIRO DE IVLHO ERA DE 1568», frase inscrita no portal lateral de Lagos;



- «ESTE PORTAL SE FEZ DAS ESMOLAS DOS IRMÃOS DA MISERICÓRDIA SENDO [PROVEDOR O] CONDE DA ATALAIA 1585», frase inscrita no friso do entablamento do portal de Tancos;

Este tipo de inscrições é de outra natureza e estão relacionadas com a questão da encomenda (encomendador, contexto da decisão) e dos meios de subsistência em função de quem promove a obra. Revelam também uma necessidade de afirmação, mas individual e dentro do próprio grupo<sup>923</sup>, enquanto nas inscrições indicadas anteriormente a preocupação é com a imagem da confraria como um todo.

Na sua maioria, embora caracterizadas por uma extrema simplicidade compositiva e decorativa própria dos valores chãos e vernáculos das construções, as fachadas dos edifícios nomeadamente as principais, serviam como veículos para a afirmação pública da individualidade da Confraria da Misericórdia.

Esta afirmação de uma identidade de grupo que se queria inerente, passava pela exibição em portais e mais raramente noutros elementos das fachadas, de iconografias e frases que estão intrinsecamente relacionados com os ideários da confraria e com a sua prática assistencial.

#### **IV. 3.4. Igrejas**

No contexto das Casas da Misericórdia a igreja é um espaço de destaque, é um espaço sagrado, onde decorrem acções sagradas ou a que se querem atribuir alguma sacralidade. Assim, são espaços concebidos e realizados

---

<sup>923</sup> Também para séculos posteriores se encontram alguns exemplos. O caso de Álvaro é interessante porque tem duas inscrições relativas à capela do Senhor dos Passos, uma no interior, a sepultura do encomendante com referência à iniciativa de construção da capela e outra no exterior: «CAPELA DO SENHOR DOS PASSOS QUE MANDOU FAZER O CAPPITAM IOZE RODIGUEZ FREIRE PROFESSO NA ORDEM DE CHRISTO ANO DE M D CC [...]».

arquitectonicamente com características determinadas, unindo funcionalidade e simbolismo religioso e social.

Por este motivo abordaremos separadamente as suas características arquitectónicas, destacando as plantas, coberturas, equipamento e decoração integrada.

#### IV. 3.4.1 Planimetrias

Um ponto autónomo a considerar é o das plantas das igrejas que integram as Casas da Misericórdia e que será importante caracterizar e contextualizar no âmbito da arquitectura religiosa quinhentista.

Os edifícios que mantêm a planimetria original deixam transparecer várias opções entre o espaço longitudinal e o centralizado, o unificado e o tripartido; nesta medida a diversidade de opções confina com a variedade atestada por outros exemplares de arquitectura religiosa do mesmo período.

I. Primeiramente queremos sistematizar o que é possível encontrar ao nível da planimetria das igrejas que integram os edifícios sede das Misericórdias, conjugando características da nave e da cabeceira (Anexo I [fichas] correspondentes):

- três naves tipo *hallenkirche*, com cruzeiro e com capelas inscritas: Santarém, Beja [preexistente]<sup>924</sup>;
- três naves com cruzeiro elevado e sem capela-mor, com retábulo ou retábulos no alçado fundeiro da igreja: Segura, Tavira;
- três naves com capela-mor rectangular de menores dimensões: Elvas [irregular];

<sup>924</sup> Também a primitiva igreja da Misericórdia de Lisboa apresentaria esta tipologia de *hallenkirche* por influência directa do Mosteiro dos Jerónimos; destruída pelo terramoto de 1755 só é possível conhecer por testemunhos escritos e reconstituições; ver o estudo de SEGURADO, Jorge - **Da Igreja manuelina da Misericórdia de Lisboa: Conceição-Velha**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1977.

- planta composta por um rectângulo correspondente à nave única a que se adossa espaço quadrangular ou rectangular correspondente à capela-mor, colocado transversalmente: Algoso, Freixo de Espada-à-Cinta;
- planta composta pela justaposição de dois rectângulos, um correspondente à nave única e o outro de menores dimensões à capela-mor, antecedida por arco triunfal: Aljustrel, Almendra, Alvalade, Arez, Arronches, Barcelos, Borba, Cabeção, Caminha, Cano, Castro Verde, Colos, Cuba, Estombar, Evoramonte, Ferreira do Alentejo, Guimarães, Idanha-a-Nova, Montemor-o-Velho, Montijo, Mora [alterada?], Nisa [alterada?], Olivença, Porto, Póvoa e Meadas, Redondo, Sardoal, Seda, Sesimbra, Terena, Tomar [alterada?], Torre de Moncorvo, Viana do Alentejo, Vila do Conde, Vila Nova da Baronia, Vila Ruiva, Vila Viçosa;
- nave única rectangular e capela-mor também rectangular com a mesma largura da nave; capela-mor antecedida por arco triunfal: Álvaro [irregular], Amieira, Castro Marim [actual], Montalvão [mais tardia], Pinhel, Proença-a-Nova;
- planta rectangular com nave única e sem capela-mor diferenciada, mas com retábulo no topo do alçado: Arouca, Azinhoso, Castro Vicente, Fundão, Odemira, Penas Roias;
- planta rectangular, com nave única e capela-mor inscrita: Aljezur, Aljubarrota, Alverca, Constância, Évora de Alcobaça, Tancos;
- planta rectangular, com nave única, cruzeiro elevado e sem capela-mor, mas retábulo-mor no topo do alçado sobre o cruzeiro: Abrantes [primitiva, sem capelas do cruzeiro (século XVII)], Alcochete, Alhos Vedros, Almada [primitiva, sem capelas do cruzeiro (1668)], Alvito, Barreiro, Batalha [actual], Braga [actual], Constância, Cós, Idanha-a-Velha (?), Colares [permanência], Ladoeiro, Louriçal, Lourinhã

[permanência], Medelim, Melo, Mértola, Monsanto, Palmela, Pedrógão Pequeno, Proença-a-Velha, Silves, Sobreira Formosa, Tarouca, Tentúgal, Torrão;

- planta rectangular, com nave única, cruzeiro elevado e sem capela-mor, laterais inscritas sobre o cruzeiro: Évora [actual], Portel, Tarouca;
- planta rectangular, nave única, cruzeiro elevado e capela-mor inscrita: Alcácer do Sal, Aljezur, Asseiceira, Batalha [primitiva], Castro Marim [primitiva], Coz, Fronteira, Pombal, Tancos;
- planta rectangular, nave única, cruzeiro elevado, capela-mor e colaterais inscritas ou pouco profundas: Alenquer, Benavente, Braga [primitiva], Buarcos, Coimbra [primitiva], Coruche, Évora [primitiva?], Óbidos, Penela, Portalegre, Soure, Torres Novas, Vila do Conde [primitiva], Vila Real;
- planta rectangular, nave única, cruzeiro elevado, capela-mor e laterais sobre o cruzeiro inscritas: Alcáçovas, Pederneira;
- planta rectangular, nave única, cruzeiro sobrelevado, capela-mor, colaterais e lateral/laterais sobre o cruzeiro inscritas: Atouguia da Baleia, Évora [primitiva];
- planta rectangular, com nave única, cruzeiro elevado e capela-mor profunda, mais baixa e estreita do que a nave: Golegã, Seia, Vouzela;
- planta centralizada: Faro [cruz grega];

Após a identificação das diversas planimetrias destacaremos algumas reflexões de carácter geral que consideramos relevantes.

Em dois exemplos a planta apresenta-se irregular apesar da sua aproximação ao rectângulo: Álvaro e Elvas; a primeira de nave única e a segunda de três naves e provavelmente devido à localização urbana e configuração dos

arruamentos que circundam os edifícios; em ambos os casos a fachada principal abre para um largo de onde saem dois arruamentos e no arranque destes dois arruamentos, junto à praça, localiza-se a igreja, o que lhe confere uma planta mais estreita junto à porta principal, que vai alargando ligeiramente, tomando a forma rectangular (Anexo I [fichas] - Elvas).

Neste elenco, indicou-se a planimetria actual do edifícios e sempre que possível e relevante, indicou-se a planimetria primitiva.

Para os exemplares com planimetria alterada parcialmente após o século XVI, nem sempre foi possível identificar com certeza a planta primitiva. Casos como Arraiolos, Lousã, Montemor-o-Novo foram alterados por campanhas de obras setecentistas em elementos essenciais: transição da nave para a capela-mor; não sendo possível determinar se tinha cruzeiro elevado e que capelas constituíam a cabeceira e se eram inscritas ou profundas (Anexo V [fotos] - cabeceiras).

No entanto, na Lousã é possível que fosse composta por nave e cruzeiro devido à incidência regional deste modelo e ao registo de uma despesa no livro de receita e despesa do ano de 1749-1750 que refere o “*conçerto do estrado e supedaneo do altar*” (400 reis)<sup>925</sup>.

Também no caso de edifícios alterados em profundidade como sucedeu na Azinhaga, Cantanhede, Moura, Pombal e Portalegre, com intervenções que os transformaram em cine-teatro, sala de exposições ou espaço de comércio, as igrejas apresentam planta longitudinal, com nave única rectangular; apesar de se intuir a presença de um cruzeiro, para todos os exemplos excepto Cantanhede<sup>926</sup>, não é possível determinar as características da cabeceira, embora na Azinhaga existam vestígios de dois arcos que podem indiciar a existência de capelas laterais (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>925</sup> Arquivo da Misericórdia da Lousã, **Receita e despesa** (1749 - 1784), fl. 3 v. Inédito.

<sup>926</sup> Não foi possível visitar interiormente o edifício de Cantanhede por se encontrar devoluto, mas existem informações bibliográficas que indicam a existência de um arco triunfal, cfr., FREITAS, Divaldo Gaspar - **Apontamentos para a História da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], vol. 1, 1959, pp. 372 – 376; CORREIA, Vergílio, GONÇALVES, António Nogueira, - **Inventário artístico de Portugal: Cidade de Coimbra**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1947.

No caso de Moura, pelo exterior é visível um volume na parte posterior do edifício, possivelmente de uma campanha de obras setecentista, e que corresponderia a um camarim do retábulo-mor; situação que ocorreu em outras Misericórdias como Évora de Alcobaça, Pombal, Torres Novas (Anexo I [fichas] - Moura). E no caso de Pombal, uns balaustres integrados nos alçados reforçam a ideia do cruzeiro, que teria escadas de acesso laterais ou a toda a largura (Anexo I [fichas] - Pombal).

Outra situação também bastante complexa é a dos edifícios em ruínas; em alguns permanece o fundamental para a identificação da planimetria e de outras características arquitectónicas, como sucede na Asseisseira, Castro Marim<sup>927</sup>, Jorumenha e Sortelha (Anexo V [fotos] – edifícios em ruínas); mas noutros como Aldeia Galega da Merceana não é tão simples (Anexo I [fichas] correspondentes); apesar da destruição vê-se um volume único que geralmente corresponde a nave e cruzeiro e por isso levantamos a hipótese de ser um edifício de planta rectangular, com nave única e possivelmente cruzeiro, não se podendo, no entanto, determinar as características da cabeceira (Anexo V [fotos] – edifícios em ruínas).

II. Como foi referido para este elenco de planimetrias foram consideradas as características da nave e da cabeceira das igrejas; as tipologias de plantas apresentam um número irregular de manifestações.

É na morfologia da cabeceira que muitas vezes surgem os elementos diferenciadores das tipologias, nomeadamente a existência de capela-mor, capela-mor e colaterais, capela-mor e laterais e capela-mor, colaterais e laterais. Pois, genericamente existe uma opção claríssima pelo uso da nave única em planta longitudinal, existindo apenas quatro (ou cinco, se considerarmos o caso da primitiva de Lisboa que foi destruída) exemplos de

---

<sup>927</sup> O edifício da Misericórdia de Castro Marim estava em ruínas e foi intervencionado pela DGEMN/IRU; pelos dados conhecidos e pela caracterização geral da produção arquitectónica das Misericórdias consideramos que esta intervenção interpretou erroneamente as estruturas em ruínas quando procedeu à reconstrução originando uma alteração planimétrica nomeadamente ao nível da cabeceira. Ver cap. IV. 3.4.2 Cabeceira e anexo I [fichas] - Castro Marim.

igrejas de três naves: Elvas, Santarém, Segura, Tavira e uma de planta centralizada: Faro (Anexo I [fichas] correspondentes).

Lisboa foi a primeira fundação, a casa mãe, erigida com apoio régio; os casos de Faro e Santarém estão relacionados com duas figuras de excepção, o Bispo D. Afonso de Castelo Branco<sup>928</sup> encomendador do edifício algarvio e Miguel de Arruda, arquitecto régio e responsável pelo projecto ribatejano (Anexo I [fichas] – Faro e Santarém).

Especificamente, as plantas mais usuais no período quinhentista, salvaguardadas as possíveis alterações posteriores, são o modelo igreja de nave única rectangular a que se adossa a capela-mor também rectangular mas de menores dimensões e o modelo nave única rectangular com cruzeiro; neste último as variantes são múltiplas, no entanto, consideramos que primitivamente as opções seriam: sem capela-mor mas com retábulo no topo do alçado ou com capela-mor e colaterais inscritas; este modelo é designado por alguns autores como igreja “tipo Misericórdia”<sup>929</sup>.

Curiosamente vai permanecer em uso durante o século XVII, embora adoptado em menor escala do que no século XVI, e cujo último exemplar datado é Torres Vedras de 1681 - 1710<sup>930</sup>.

A tipologia planimétrica de nave única e capela-mor de menores dimensões é efectivamente uma das mais comuns durante o período em estudo. A nave única foi também privilegiada desde o tardo-gótico, pelas igrejas conventuais,

---

<sup>928</sup> Ver PIMENTEL, António Filipe – **As empresas artísticas do bispo – conde D. Afonso de Castelo Branco**. *Mundo da Arte*. Coimbra: [s. n.], n.º 8 – 9 (1982).

<sup>929</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000.

<sup>930</sup> Cfr., Acórdão sobre “*se fazer a igreja noua*”, Arquivo da Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livro 263 - **Livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), nos primeiros fólios apresenta um resumo dos acórdãos “*modernos e antigos desta Santa Casa da Misericórdia*” e este estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 245 e “*Termo de lembrança do dia em que se fez a bênção da igreja noua e como se colocou nella a deuotissima imagem com o titullo da Senhora da Misericórdia*”, Arquivo da Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **Livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), fls. 26 – 27 v. Inéditos.

Ver cap. V. 1. Especificidades arquitectónico-tipológicas

com nave alta e larga, nomeadamente na zona alentejana e também em algumas paroquiais, como as do Vimieiro, Avis e S. Bartolomeu em Borba<sup>931</sup>.

O modelo tipo *hallenkirche* constituído por três naves à mesma altura, capela-mor mais baixa e estreita do que a nave e cobertura em abóbadas independentes ou com uma única abóbada, foi uma opção pouco comum para as Misericórdias; o único exemplar com esta planimetria e características, integrado num edifício sede da confraria da Misericórdia foi em Santarém (Anexo I [fichas] – Santarém).

A igreja-salão ou *hallenkirche*, surgem em Portugal também na época medieval em contexto mendicante; estas “igrejas são concebidas como um espaçoso salão [...] viam nelas com efeito, a melhor adequação às exigências da sua missão de pregação”<sup>932</sup>. A mesma adequação espacial encontra-se no período posterior ao ciclo manuelino, num outro contexto, o contra-reformista, ou seja, esta tipologia, dá origem a “um programa fácil de implementar, simples e funcional, porque de acordo com as necessidades pastorais coevas”, evidenciando os valores chãos de despojamento e funcionalidade<sup>933</sup>. Este processo desenvolvido durante o reinado de D. Sebastião, com a construção das novas Sé quinhentistas passa rapidamente para as igrejas paroquiais.

Nesta tipologia, mais do que em qualquer outra, “a assimilação de valores arquitectónicos para as necessidades de construção standardizam-se, originando réplicas”, este fenómeno verifica-se durante todo o século XVI, sendo possível reconstituir cadeias de influências<sup>934</sup>.

Como exemplares emblemáticos desta tipologia da igreja-salão destacam-se no período manuelino a igreja de Santa Maria de Belém e a matriz de Freixo de Espada à Cinta, e da segunda metade do século XVI, com as quais as Misericórdias desta tipologia têm mais afinidades estético-artísticas: as novas

<sup>931</sup> Cfr., SILVA, José Custódio Vieira - **O tardo-gótico em Portugal: a arquitectura no Alentejo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 118; DIAS, Pedro - **A Arquitectura do Gótico final e a decoração manuelina**. In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, pp. 81-82.

<sup>932</sup> SILVA, José Custódio Vieira - **O tardo-gótico em Portugal: a arquitectura no Alentejo**, p. 69.

<sup>933</sup> CORREIA, José Eduardo Horta - **A Arquitectura: Maneirismo e «Estilo Chão**. In *História da Arte em Portugal*. [S. l.]: Publicações Alfa, 1986, pp. 102 e 105.

<sup>934</sup> Cfr., CORREIA, José Eduardo Horta - **A Arquitectura: Maneirismo e «Estilo Chão**, pp. 106-107.



Sés: Leiria (1559-1574), Portalegre e Miranda do Douro (1560-1566) e ainda, Igreja da Luz (Tavira), Igreja Sta. Maria (Beja), a Igreja de Sto. Antão (Évora, c. 1548-1577), Igreja Sta. Maria do Castelo (Estremoz, 1559-1562), Igreja Matriz de Veiros (1559-1595), Igreja Matriz de Alcáçovas, Igreja Matriz de Monsaraz (c.1563) entre outros.

O outro exemplar que se pode considerar dentro desta tipologia é a Misericórdia de Beja, no entanto, como já tivemos oportunidade de referir, neste caso não foi uma opção da Misericórdia por este modelo; era um edifício preexistente doado à Misericórdia e que sofreu uma intervenção para servir o seu novo uso (Anexo I [fichas] – Beja).

O curioso é que conjuga esta planimetria com um cruzeiro, esse elemento tão comum no contexto da arquitectura promovida pelas confrarias, formando um conjunto semelhante ao que existe em Santarém: três naves, cruzeiro e sobre este eleva-se a cabeceira composta por capela-mor e colaterais inscritas (Anexo I [fichas] – Santarém); em Beja a ala que se acrescentou às duas primitivas foi também com a morfologia de um cruzeiro, ou seja, a toda a largura da nave e sobrelevado, com três altares no topo, todos colocados ao mesmo nível de profundidade (Anexo I [fichas] – Beja).

Uma outra tipologia, a de três naves, escalonadas, com arcaria de separação e cobertura diferenciada, foi o modelo privilegiado pelas igrejas paroquiais, do primeiro Renascimento até ao final do século XVI. Este “facto encontra justificação, mais do que na necessidade de serem espaços maiores para albergar mais fregueses, na mentalidade da época, que entendia as igrejas matrizes como filhas e prolongamento das sés catedrais da diocese respectiva”, o que levava as igrejas paroquiais a optar pelo modelo tripartido, seguindo o exemplo das sés, no entanto numa escala menor<sup>935</sup>.

Dos exemplos das primeiras décadas de quinhentos destacamos as Igrejas paroquiais de Caminha, Golegã, Moura, Tomar, Viana do Alentejo e de uma fase posterior as paroquiais de Beringel, Figueiró dos Vinhos, Milagre em Santarém e Monsanto. Lentamente as estruturas arquitectónicas de influência

---

<sup>935</sup> SILVA, José Custódio Vieira - **O tardo-gótico em Portugal: a arquitectura no Alentejo**, p. 118.

medieval vão-se transformando com a introdução de uma linguagem renascentista: esta fez-se pela decoração de cariz classicista, escultura arquitectónica que começa a integrar elementos *ao romano*, grutescos, assim como pela simplificação estrutural e ornamental das formas de arcos, colunas, pilastras<sup>936</sup>.

No entanto, também os exemplares de igrejas em edifícios das Misericórdias que seguiram este modelo, com excepção de Elvas, evidenciam cruzeiro e ausência de capela-mor enquanto espaço diferenciado arquitectonicamente e apenas um retábulo-mor adossado à parede fundeira como sucede em Segura e Tavira (Anexo I [fichas] – Segura e Tavira).

Somente Elvas apresenta uma capela-mor no eixo da nave central, de planta rectangular, sendo de todos os exemplares de três naves o que mais se aproxima dos modelos mais comuns da arquitectura religiosa em geral (Anexo I [fichas] – Elvas).

Estas tipologias de três naves com cruzeiro também foram usadas em igrejas paroquiais, apesar de em menor escala do que nas Misericórdias. A matriz do castelo de Montemor-o-Velho e a matriz de Sta. Maria de Óbidos evidenciam planta de três naves escalonadas com cruzeiro elevado e capela-mor e colaterais, no eixo das naves; no primeiro caso as capelas são profundas apesar de mais baixas do que a nave (Anexo V [fotos] – permanências e repercussões).

Também a matriz de Pernes apresenta uma configuração semelhante ao nível da cabeceira, com capelas pouco profundas, mas é de nave única (Anexo V [fotos] – permanências e repercussões); assumindo-se como um exemplar com características muito próximas a um dos modelos tipológicos mais usado no contexto das Misericórdias.

---

<sup>936</sup> Esta situação justificou a designação de renascimento arquitectónico-escultórico para o primeiro renascimento português; esta expressão é usada por BRANCO, Manuel J. C - **Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora**. In *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos, Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 219. Sobre a introdução e acolhimento do Renascimento em Portugal e sobre o ambiente cultural e artístico do século XVI, ver SERRÃO, Vítor - **História da Arte em Portugal: o Renascimento e o Maneirismo**. Lisboa: Editorial Presença, 2002, pp. 47- 51.

Curiosamente as Misericórdias de Montemor-o-Velho e Pernes não apresentam este modelo, pelo contrário, evidenciam planta de nave única rectangular a que se adossa capela-mor também rectangular mas de menores dimensões; e inclusivamente em Pernes a cobertura da capela-mor é em cúpula (Anexo I [fichas] – Montemor-o-Velho).

Apenas em Óbidos a Misericórdia tem cruzeiro elevado e cabeceira composta por capela-mor e colaterais pouco profundas; no entanto a planta é de nave única (Anexo I [fichas] – Óbidos).

Relativamente à planta centralizada já salientámos o caso único de Faro. No século XVI esta tipologia de planta está ligada a edifícios de cariz essencialmente experimental, reflectem erudição e uma influência da tratadística, critérios que se aplicam também à Misericórdia de Faro como à restante produção de arquitectura religiosa da época<sup>937</sup> (Anexo I [fichas] – Faro). Desta tipologia destacamos: a capela de Nossa Senhora Monte na Quinta da Penha Verde (Sintra, c. 1542-1453), a Ermida de Santo Amaro (Alcântara-Lisboa), a Capela do Paço de Salvaterra, Igreja do Convento do Bom Jesus de Valverde (Évora), entre outros exemplos, todos inseridos num período de pesquisa e reflexão clássica<sup>938</sup>.

Como podemos constatar a diversidade planimétrica que encontramos no contexto das igrejas que integram as Casas da Misericórdias evidencia uma aproximação destas às escolhas da arquitectura religiosa em geral, designadamente ao nível das plantas de nave rectangular e capela-mor também rectangular mas de menores dimensões e nas de planta de três naves.

---

<sup>937</sup> Sobre a utilização da planta centralizada na arquitectura religiosa do século XVI ver MATOS, Rui da Silva - **A arquitectura religiosa de planta centralizada no Renascimento português (1527-1557): contributos para o estudo do espaço do Renascimento na arquitectura sacra. Fundamentos culturais e ideológicos ou a cultura arquitectónica de quinhentos**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1996; CORREIA, José Eduardo Horta - **A Arquitectura Portuguesa, Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1991, pp. 38-40; GOMES, Paulo Varela - **Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações, 2001.

<sup>938</sup> Cfr., CORREIA, José Eduardo Horta - **A Arquitectura Portuguesa, Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão**, pp. 38-40.

Se no primeiro caso o número de exemplares é bastante representativo integrando-se perfeitamente no que era comum para outros edifícios religiosos, a mesma situação já não se verifica no segundo, com um número reduzido de exemplares.

De igual modo, a outra planimetria mais comum nas Misericórdias quinhentistas, que se caracteriza pela utilização de nave única, cruzeiro elevado e capela ou capelas inscritas ou retábulo, é pouco utilizado na restante arquitectura religiosa do século XVI.

Concluindo, as Misericórdias fizeram uso de planimetrias também utilizadas em outros tipos de igrejas, no entanto, a proporção do uso destas diferentes planimetrias é distinto: as confrarias privilegiaram plantas que não foram opção corrente para a arquitectura religiosa quinhentista em geral.

Também é importante destacar que uma tipologia arquitectónica não se define apenas pela planta, existem outras características do edifício que devem ser tidas em consideração e que analisaremos nos capítulos seguintes; e no caso das Misericórdias esta visão de conjunto será essencial<sup>939</sup>.

Após a caracterização genérica definiremos um conjunto de notas dominantes ao nível da planimetria das igrejas que integram as Casas da Misericórdia e que se relacionam com elementos da planimetria tal como o cruzeiro e capelas laterais; a questão da cabeceira é tratada em capítulo autónomo<sup>940</sup>.

III. A existência de um cruzeiro elevado antecedendo a capela-mor ou o altar-mor, é uma das características mais paradigmáticas das igrejas que integram as Casas da Misericórdia. Este espaço que foi definido e designado de vários modos, foi também identificado com várias funções<sup>941</sup>. Para tentar descreve-lo ou caracteriza-lo a bibliografia utilizou diferentes termos e expressões que pretendiam exprimir essa realidade.

Esta situação criou uma grande indefinição e confusão terminológica, baseada na utilização de diferentes designações para descrever uma mesma realidade.

---

<sup>939</sup> Ver cap. V. 1. Especificidades arquitectónico-tipológicas.

<sup>940</sup> Ver cap. IV. 3.4.2 Cabeceira e arco triunfal.

<sup>941</sup> Ver cap. V. 3 Significados de uma tipologia.

Esta situação pode decorrer da dificuldade de explicar essa mesma realidade, não porque seja complexa em si mesma, mas porque se distancia do que é mais usual.

Consideramos fundamental a revisão e clarificação terminológica dos conceitos, para um melhor entendimento e compreensão das características arquitectónicas das igrejas integradas nas Casas da Misericórdia. Assim, sentiu-se necessidade de proceder ao registo dessa terminologia pois, a diversidade de expressões encontradas foi muito grande e representativa dessa indefinição; procurou-se posteriormente dar um contributo para clarificar a terminologia fazendo uma proposta de termos mais precisos e coevos.

Na bibliografia consultada encontraram-se várias propostas para definir esta característica arquitectónica; a atitude dos autores perante esta especificidade é também diversificada, assim encontramos expressões distintas usadas numa mesma obra/recurso de informação pelos seus diferentes autores, expressões distintas usadas numa mesma obra pelo seu autor e expressões diferentes usadas por um mesmo autor em diferentes obras.

Destas expressões encontradas destacamos as seguintes seguidas do nome da Misericórdia a que se refere:

- “não tem arco do cruzeiro” ou “sem arco cruzeiro” (Fronteira<sup>942</sup> e Peniche<sup>943</sup> e Coruche)<sup>944</sup>;
- “não há arco triunfal. A capela-mor fica a toda a largura do templo” (Torres Novas)<sup>945</sup>;
- “triplo altar em arco-de-triunfo”<sup>946</sup>;
- “este templo não tem capela-mor” (Pederneira)<sup>947</sup>;

---

<sup>942</sup> KEIL, Luís - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Portalegre**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1943, p. 86.

<sup>943</sup> SEQUEIRA, Gustavo Matos - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Leiria**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1955, p. 99.

<sup>944</sup> SEQUEIRA, Gustavo Matos - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Santarém**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1949, p. 32.

<sup>945</sup> SEQUEIRA, Gustavo Matos - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Santarém**, p. 136.

<sup>946</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 147.

<sup>947</sup> SEQUEIRA, Gustavo Matos - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Leiria**, p. 79.

- “topo plano, sem capela-mor (ao qual se justapõem os três altares)” (sobre as igrejas “tipo Misericórdia”) <sup>948</sup>;
- “sem capela-mor e a tripla cabeceira em plano mais elevado” (Tavira) <sup>949</sup>;
- planta longitudinal simples, com nave única rectangular e falsa capela-mor, marcada por um supedâneo (Silves) <sup>950</sup>;
- “no presbitério, mais alto do que o pavimento da nave” (Coruche) <sup>951</sup>;
- “presbitério alto, defendido por uma teia de ferro” (Golegã) <sup>952</sup>;
- “disposição da cabeceira [...]: uma parede com três altares, que aqui se fundem num só retábulo, levantados num patamar ao qual dão acesso, duas escadas” (Tentúgal) <sup>953</sup>;
- “capela-mor proeminente, sobre alto pódio” (Ladoeiro) <sup>954</sup>;
- “o embasamento que define a capela-mor possui, na face voltada para a nave [...]” <sup>955</sup>;
- “capela-mor demarcada por três degraus” (Medelim) <sup>956</sup>;
- “cabeceira assente num patamar a que se acede por escadas laterais” (Tentúgal) <sup>957</sup>;
- a parede fundeira (espaço correspondente à capela-mor) ostenta composição retabular, pouco profunda “em arco-triunfal que unifica o

<sup>948</sup> GONÇALVES, António Nogueira - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Aveiro, zona sul**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1959, p. 104.

<sup>949</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 148.

<sup>950</sup> NETO, João, NOÉ, Paula, GORDALINA, Rosário – **Igreja da Misericórdia de Silves**. SIPA n.º PT050813070006. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1991, 2002. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>951</sup> SEQUEIRA, Gustavo Matos - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Santarém**, p. 32.

<sup>952</sup> SEQUEIRA, Gustavo Matos - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Santarém**, p. 49.

<sup>953</sup> CORREIA, Vergílio, GONÇALVES, António Nogueira - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Coimbra**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1953, p. 151.

<sup>954</sup> CASTRO, Luís – **Igreja da Misericórdia do Ladoeiro/Igreja do Senhor dos Passos**. SIPA n.º PT020505050047. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>955</sup> CASTRO, Luís – **Igreja da Misericórdia do Ladoeiro/Igreja do Senhor dos Passos**. SIPA n.º PT020505050047.

<sup>956</sup> CASTRO, Luís – **Igreja da Misericórdia de Medelim**. SIPA n.º PT020505060049. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>957</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 148.

altar-mor e os dois laterais” com “consequente ausência ou atrofiamento da capela-mor”<sup>958</sup>;

- “nave única sem diferenciação da capela-mor, zona apenas marcada por uma plataforma mais elevada antecedida por três degraus” (Proença-a-Velha)<sup>959</sup>;
  - “um embasamento em plano alto, com degraus e grades, [...] erguia os três altares acima do nível da nave” (Caminha)<sup>960</sup>;
  - “embasamento alto da testeira, abalaustrado com escadas laterais” (Évora)<sup>961</sup>;
  - “o altar-mor, elevado em supedâneo de quatro degraus – respeitando a disposição clássica das Misericórdias portuguesas [...]”<sup>962</sup>.
- 
- os altares colaterais, num plano elevado ao das naves criado pelo falso transepto ocupando o 4º tramo, constituindo plataforma sobrelevada munida de balaustrada de ferro (Tavira)<sup>963</sup>;
  - o 4º tramo é ocupado por falso transepto sobrelevado com acesso por escadaria central de 6 degraus, ocupando toda a largura da nave central (Tavira)<sup>964</sup>;
  - “ o chão ergue-se numa espécie de tribuna separada da nave pelo desnível e uma balaustrada [...] a tribuna é acessível por seis degraus

<sup>958</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, pp. 158-160.

<sup>959</sup> CONCEIÇÃO, Margarida, ANTUNES, Rute, PESSOA, Lúcia – **Igreja e edifício da Misericórdia de Proença**. SIPA n.º PT020505110016. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1994, 2001, 2007. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>

<sup>960</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, pp. 149-150.

<sup>961</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**, p. 151.

<sup>962</sup> ESPANCA, Túlio - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Évora, concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1978, vol. I, p. 485.

<sup>963</sup> VIEGAS, Patrícia, FERNANDES, Paulo – **Antigo hospital do Santo Espírito/Antigo hospital da Misericórdia**. SIPA n.º PT050814060035. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000, 2001. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>964</sup> VIEGAS, Patrícia, FERNANDES, Paulo – **Antigo hospital do Santo Espírito/Antigo hospital da Misericórdia**. SIPA n.º PT050814060035.

colocados no eixo”; “a tribuna – que forma uma espécie de transepto elevado” (Santarém)<sup>965</sup>;

- “Nave e presbitério [...] a parede testeira é rasgada por três capelas de arcos em volta perfeita, sobre pilastras, formando a capela-mor e duas capelas colaterais” (misericórdias de Coimbra)<sup>966</sup>

Outros autores ignoram esta característica limitando-se a considerações generalistas:

- “templo de uma nave” (Constância)<sup>967</sup>;
- “tem uma só nave, com capela-mor e dois altares colaterais, tudo coberto com um tecto de três planos” (Benavente)<sup>968</sup>;
- “edifício amplo, de uma só nave, com três arcos retabulares na parede do fundo” (Penela)<sup>969</sup>;
- “Igreja da Misericórdia composta por 1 nave única” (Sobreira Formosa)<sup>970</sup>;
- “Igreja da Misericórdia de planta longitudinal simples” (Monsanto)<sup>971</sup>;

Após a leitura e análise cuidada deste conjunto de expressões apercebemos de diferentes graus de elaboração da interpretação da realidade. Algumas propostas são mais simplistas: “sem arco cruzeiro” ou “capela-mor proeminente, sobre alto pódio”, enquanto outras são mais complexas: “criado pelo falso transepto ocupando o quarto tramo, constituindo plataforma sobrelevada”.

---

<sup>965</sup> GOMES, Paulo Varela - **Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada**, p. 41.

<sup>966</sup> NOÉ, Paula - **As igrejas de Misericórdia do distrito de Coimbra: ensaio de classificação tipológica**. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. N.º 25, Set (2006), p. 203.

<sup>967</sup> SEQUEIRA, Gustavo Matos - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Santarém**, p. 30.

<sup>968</sup> SEQUEIRA, Gustavo Matos - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Santarém**, p. 21.

<sup>969</sup> CORREIA, Vergílio, GONÇALVES, António Nogueira - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Coimbra**, p. 208.

<sup>970</sup> CASTRO, Luís – **Igreja da Misericórdia de Sobreira Formosa**. SIPA n.º PT020508060003. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>971</sup> CASTRO, Luís – **Igreja da Misericórdia de Monsanto**. SIPA n.º PT020505080101. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2001. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.



De igual modo o enfoque interpretativo é colocado em pontos diferentes: arco cruzeiro/arco triunfal, transepto ou capela-mor.

Quando o enfoque explicativo é colocado no arco cruzeiro, a expressão mais comum é “sem arco cruzeiro”; a não existência de arco cruzeiro é comum em muitas igrejas que integram a Casa da Misericórdia pois o retábulo-mor é simplesmente justaposto ao alçado fundeiro da nave; todavia existem exemplares com esta característica que não apresentam elevação do pavimento junto ao altar-mor como sucede em Alverca e Penas Roias (Anexo I [fichas] – Alverca e Penas Roias).

Como já foi referido houve quem também identificasse este espaço originado na elevação do pavimento como um “falso transepto”. O falso transepto ou transepto inscrito, é uma nave transversal que corta a nave principal da igreja e apresenta a mesma largura da nave, sendo apenas perceptível em volumetria e altimetria. Assim, segundo as características do falso transepto, nunca poderíamos considerar esta expressão como hipótese para designar esta característica arquitectónica, pois o espaço criado pela elevação do pavimento não se destaca nem em volumetria nem em altimetria.

As explicações que dão ênfase à capela-mor variam entre a ausência de capela-mor (“sem capela-mor”), o atrofiamento de capela-mor ou a existência de uma “falsa capela-mor”. Embora em alguns casos algumas destas designações possam ser aplicadas, como a ausência de capela-mor, para os casos em que existe apenas um retábulo justaposto ao alçado fundeiro da nave, não exprimem a totalidade da realidade. Outros termos como “presbitério alto”, “cabeceira sobre patamar”/“plataforma”, “capela-mor sobre pódio”, “embasamento alto da testeira”, também não satisfazem pela mesma razão.

Uma simples observação permite visualizar, que os edifícios que apresentam esta característica são efectivamente compostos por dois espaços distintos marcados por uma diferença de altura do pavimento: no topo da nave (ou das naves) existe um espaço elevado relativamente à nave e a toda a largura da

mesma, sobre este espaço encontra-se o altar-mor ou um arco ou arcos que definem as capelas, mor e colaterais e/ou laterais.

De acordo com a terminologia encontrada na documentação coeva, este espaço elevado é designado por «cruzeiro». Citemos apenas alguns excertos de documentos bastante elucidativos:

- Acórdão da Misericórdia da Lourinhã de 1630 correspondendo à obrigação do provedor Pe. Gregório Fernandes Ferreira, em que *“por elle foj dito que per quanto a capella da igreja estaua imperfeita e a traca dela requeria hum arco de pedradria com altar maior metido em capella de maneira que o cruzeiro ficasse desocupado com frental e paineis”*<sup>972</sup>.
- Acórdão da Misericórdia da Lourinhã de 28 de Janeiro de 1641 sobre a declaração sobre a sepultura do Pe. André da Silva, em que *“acordaram o provedor e irmãos que o Pe. Fosse sepultado no cruzeiro da igreja da Santa Casa junto à porta da sacristia com tale indicação [sic]”*<sup>973</sup>.
- E o acórdão da Misericórdia de Torres Vedras de 1710 sobre a *“meza em que assistissem os irmãos della se mandou então formar e fazer e que se acha feita na ditta igreja, o que depois de feita mostrou a experiencia o quanto estaua conforme assim na largura como na altura no lugar em que se formou e empedia muito a vista as pessoas que ficão de fora naquella parte de sorte que se não vião daquella parte os altares nem os saserdotes dizendo missas, sendo que ainda que ficasse com menos correspondencia do pauimento do cruzeiro com tudo se achaua major defeito na altura e largura que tinha”*<sup>974</sup>.

---

<sup>972</sup> Arquivo da Misericórdia da Lourinhã, **Livro das eleições e acordos desta Santa Casa da Misericórdia** (1629 – 1712), fls. fl. 8 – 8 v. Inédito.

<sup>973</sup> Arquivo da Misericórdia da Lourinhã, **Livro das eleições e acordos desta Santa Casa da Misericórdia** (1629 – 1712), fl. 50. Inédito.

<sup>974</sup> Arquivo da Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **Livro de acórdãos da Misericórdia** (1700 - 1752), fls. 30 v. – 31. Inédito.

Também, documentação de outros contextos como registo de despesa de Colegiada de Sta. Maria de Óbidos, um dos edifícios não ligado às Misericórdias que exhibe cruzeiro, apresenta esta designação: “*aos pedreiros que fizeram a escada que sobre para o cruzeiro*”<sup>975</sup>,

Deste modo, dado este vocábulo aparecer em textos coevos de forma consistente e sistemática e coincidir com a realidade analisada, optámos por utilizar a expressão «cruzeiro»<sup>976</sup>. Assim, o cruzeiro consiste numa elevação do pavimento que pode ter uma altura variável, desde três a dez degraus e também uma profundidade variável; pode ter também diferentes configurações, algumas com grande impacto cenográfico no interior da igreja.

O cruzeiro está associado a planimetria de nave única ou três naves com capelas inscritas ou apenas com um ou mais retábulos justapostos ao alçado fundeiro. Apenas existem três excepções, Azambuja, Sortelha e Vila Alva, embora distintas entre si; apresentam em comum planimetria de nave única rectangular a que se adossa capela-mor também rectangular mas de menores dimensões. No entanto, na Azambuja o cruzeiro, com quatro degraus, antecede a capela-mor, localizando-se junto ao arco triunfal e estendendo-se por toda a largura da nave; em Sortelha o cruzeiro, ocupa apenas uma parte no interior da capela-mor e em Vila Alva o cruzeiro de cinco degraus encontra-se à face do arco triunfal e projecta-se para o interior da capela-mor (Anexo V [fotos] – cruzeiro).

O cruzeiro pode ter acesso frontal, lateral ou ambos. O primeiro é o mais comum embora a configuração das escadas apresente grande variedade; embora, muitos dos exemplares quinhentistas apresentam acesso lateral: Buarcos, Coimbra [primitiva], Évora, Ladoeiro, Seia e Tentúgal, sendo a parte frontal do cruzeiro complementada com grupo escultórico com temática da «Lamentação de Cristo Morto» ou espaço para colocação de lápide tumular ou

<sup>975</sup> Cfr., ANTT, Colegiada de Santa Maria de Óbidos, M. 18, transcrito em CÂMARA, Teresa Bettencourt - **Arquitectura e urbanismo séculos XVI e XVII**. Óbidos/Lisboa: Câmara Municipal de Óbidos/Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, p. 194.

<sup>976</sup> Cruzeiro é definido no **Dicionário de termos de arte e arquitectura** como “parte compreendida entre a capela-mor e a nave mesmo nas igrejas desprovidas de transepto”, cfr., SILVA, Jorge Henrique Pais, CALADO, Margarida - **Dicionário de termos de arte e arquitectura**. Lisboa: Editorial Presença, 2005, p. 119.

brasão de armas (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – cruzeiro).

Buarcos e Tentúgal apresentam o respectivo grupo escultórico composto por Cristo morto, José de Arimateia, Nicodemos, Maria, mãe de Jesus, Maria Madalena, e as outras Santas Mulheres (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – cruzeiro). Em Coimbra, da igreja demolida nos inícios do século XX, subsiste no museu da Misericórdia um grupo escultórico semelhante, que pelas suas características deve ter estado colocado na parte frontal do cruzeiro. Situação idêntica terá ocorrido em Seia onde existe uma composição escultórica com as mesmas características colocada num dos alçados da nave; neste caso acreditamos que uma alteração no cruzeiro e no modo de acesso ao mesmo, através da colocação de umas escadas centrais, levou à deslocação do grupo escultórico para um dos alçados da nave. Em Sortelha, edifício em ruínas, subsiste apenas o cruzeiro com um vão central com configuração semelhante à dos restantes exemplares mas sem a composição escultórica (Anexo V [fotos] – cruzeiro).

Em Évora a face frontal do cruzeiro foi utilizado para a colocação de uma lápide sepulcral relacionada com um enterramento neste local e um gavetão (Anexo I [fichas] Évora e anexo V [fotos] – cruzeiro).

A relação do cruzeiro com sepultamentos é por demais evidente<sup>977</sup>, em muitos deles existem lápides sepulcrais na superfície, referentes a enterramentos neste local, como se verifica em Alenquer. Idêntica relação de proximidade existe com a colocação de brasão de armas na face como sucede em Almada, Coruche, Évora, Ladoeiro (Anexo I [fichas] correspondentes).

Ainda relativamente ao modo de acesso, em Tavira o cruzeiro apresenta três lances de escadas, um ao centro com seis degraus e dois nas laterais, com o mesmo número de degraus (Anexo I [fichas] – Tavira e anexo V [fotos] – cruzeiro). Situação semelhante apenas em Beja, mas neste caso as escadas centrais serão posteriores e as laterais as primitivas, tendo em consideração o modo como se implantam no cruzeiro e se relacionam com as pilastras (Anexo I [fichas] – Beja e anexo V [fotos] – cruzeiro).

---

<sup>977</sup> Sobre esta temática ver cap. V. 3. Significados de uma tipologia.

Também em Segura existem três lances de escadas, correspondendo ao espaço tripartido da igreja, dois centrais e um lateral, no sentido transversal ao da nave (Anexo I [fichas] – Segura e anexo V [fotos] – cruzeiro).

Em alguns casos o cruzeiro e o acesso ao mesmo foram alterados; dois exemplos, o já referido de Seia e Torres Novas. Em Seia o acesso primitivo seria por escadas laterais, como em Évora, Tentúgal e Buarcos, tal como comprova a existência de um grupo escultórico que no contexto das Misericórdias se localiza na parte frontal do cruzeiro; com a colocação de umas escadas centrais, a composição foi deslocada no alçado lateral da nave (Anexo V [fotos] – cruzeiro).

Também em Torres Novas encontramos o revestimento azulejar dos alçados laterais como que acompanhando umas escadas que seriam laterais e que actualmente são centrais (Anexo V [fotos] – cruzeiro).

O exemplo de Tentúgal é por vários motivos singular. É o exemplar mais elevado, com acesso por escadas laterais composta por dez degraus; a face integra um grupo escultórico em cantaria policromada, representando a «Lamentação de Cristo morto» e está delimitado por duas colunas com capitéis volutados; concede ao espaço um enorme impacto cenográfico (Anexo I [fichas] – Tentúgal e anexo V [fotos] – cruzeiro).

Nas igrejas de Constância, Proença-a-Velha e Soure, o cruzeiro é concebido em dois níveis: um ou dois degraus, a toda a largura da nave, e sobre estes outros três degraus (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – cruzeiro).

O caso de Constância é invulgar no contexto das Misericórdias pois a configuração do segundo nível do cruzeiro parecer ser posterior. O facto de parte dos alçados do cruzeiro não serem revestido a azulejos como os restantes e do púlpito se localizar mais perto do coro do que do altar-mor, pode indiciar uma alteração no interior do edifício que levou a esta configuração do cruzeiro (Anexo I [fichas] – Constância e anexo V [fotos] – cruzeiro).

Também em Proença-a-Velha e Soure, o primeiro degrau é profundo e a meia largura deste, encontram-se outros três degraus servindo mais de base aos

altares do que como cruzeiro (Anexo I [fichas] – Proença-a-Velha e anexo V [fotos] – cruzeiro).

Em Abrantes o cruzeiro apesar de não ser demasiado elevado é um dos mais profundos, abrangendo mais de 1/3 do espaço da igreja, o que também pode indicar algum tipo de uma ampliação e remodelação do espaço, de acordo com outras questões levantadas por este edifício<sup>978</sup> (Anexo I [fichas] – Abrantes e anexo V [fotos] – cruzeiro).

A situação de Beja, como já tivemos oportunidade de referir neste e noutros capítulos, é excepcional, quer pela história e evolução do edifício quer pelo que revela das características das Misericórdia apesar de não ter sido construído com essa finalidade. E é exactamente por este motivo – não ter sido construída para integrar um edifício sede da Misericórdia, que esta construção se destaca; no entanto, é relevante para esta investigação porque foi intervencionado para servir a sua nova função de igreja de uma confraria e neste contexto é possível aferir as opções tomadas.

Assim, também no que toca à análise deste elemento que é o cruzeiro, Beja, fornece-nos elementos muito interessantes. Como sabemos este edifício foi construído para açougue da cidade e era composto por duas alas abobadadas e abertas para o espaço público por arcarias. Quando foi doado à Misericórdia, foi necessário proceder a uma intervenção arquitectónica que permitisse servir o novo uso religioso; as arcarias foram entaipadas e foi acrescentada uma nova ala, na parte posterior, que assumiu a forma de um cruzeiro elevado. O significativo da situação é que este acrescentamento podia ter assumido diferentes formas mas a opção foi por uma ala a toda a largura do edifício e elevado relativamente às duas alas existentes.

Outro tópico que queremos realçar é que em alguns edifícios existem elementos arquitectónicos ou decorativos que reforçam o cruzeiro. O mais comum é a guarda; esta podia assumir diferentes formas de acordo com o gosto estético de cada época; podia ser construída em madeira ou cantaria ou

---

<sup>978</sup> Ver cap. IV. 3.3 Fachada principal e portal.

conjugando ambas e era colocada sobre o cruzeiro, na zona de fronteira com a nave.

Existem alguns casos em que já não subsiste a guarda mas apenas vestígios da sua anterior existência como são os balaústres e pilaretes em Pombal e Segura (Anexo I [fichas] – Pombal e Segura e anexo V [fotos] – cruzeiro).

No Torrão o cruzeiro é definido pela elevação do pavimento e reforçado por pilastras mais saliente nos alçados; os alçados laterais da igreja são definidos por três arcos a pleno centro assentes sobre pilastras e rematados por cornija; sobre estas pilastras elevam-se outras pilastras que suportam uma cornija; estas pilastras são mais estreitas do que as que suportam os arcos, sendo as que se encontram mais próximo do cruzeiro mais salientes (Anexo I [fichas] – Torrão e anexo V [fotos] – cruzeiro).

Em Tancos a opção foi diferente, o elemento de reforço do cruzeiro é feito ao nível da cobertura com caixotões de menores dimensões e duplo arco (Anexo I [fichas] – Tancos e anexo V [fotos] – cruzeiro). Também em Portel, ao nível do cruzeiro, abóbada tem um arco que se prolonga pelas pilastras pintadas que delimitam este espaço (Anexo I [fichas] – Portel e anexo V [fotos] – cruzeiro). Situação semelhante podemos constatar na tardo-seiscentista Misericórdia de Torres Vedras.

Um outro caso é Moura, que apesar das alterações que afectaram este edifício, existe um elemento de reforço do cruzeiro composto por arco e cobertura diferenciada da nave por decoração em estuque (Anexo I [fichas] – Moura e anexo V [fotos] – cruzeiro).

Também neste ponto queremos explicitar que em alguns exemplares o cruzeiro apresenta dimensões muito reduzidas, quer em altura, com menos de três degraus quer em largura, apenas dando para suportar o retábulo ou o arco triunfal, como se verifica em Arouca, Batalha, Braga, Castro Vicente, Óbidos (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – cruzeiro). Nestes casos será apenas um falso cruzeiro ou *pseudo-cruzeiro* pois não se pode considerar do mesmo modo que o anterior; e em alguns casos assume uma configuração diferenciada. Em Medelim o cruzeiro de três degraus, é bastante curto, quase circunscrito à elevação do altar-mor; ficando a porta da sacristia no alçado da nave. Arouca evidencia um cruzeiro de dois degraus, um a toda a largura da

nave e outro mais pequeno à largura do retábulo-mor. No caso de Braga existe um degrau a toda a largura, mas bastante profundo; todavia, o primitivo cruzeiro seria mais elevado, pois em 1894 ocorre uma intervenção de rebaixamento do pavimento da igreja<sup>979</sup> (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – cruzeiro).

Este tipo de plataforma a que designámos de falso cruzeiro aparece noutra tipo de planimetrias, designadamente nas igrejas de nave rectangular a que se adossa capela-mor, também rectangular mas de menores dimensões, tais como Arruda dos Vinhos, Borba, Guimarães, Lagos, Montemor-o-Velho, Porto, Tomar e Vila do Conde. Aparecem sempre antecedendo o arco triunfal e a toda a largura da nave e o número de degraus pode ter variar de um a três (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – falso cruzeiro).

O caso mais interessante é o de Vila do Conde em que o degrau existente é de grande profundidade e nele assenta a tribuna-cadeiral. Sabemos que este edifício foi intervencionado no século XVII nomeadamente ao nível da cabeceira, podendo a morfologia do cruzeiro estar relacionada com esta campanha de obras (Anexo I [fichas] – Vila do Conde e anexo V [fotos] – falso cruzeiro).

IV. Neste ponto queremos destacar um outro elemento arquitectónico presente em algumas igrejas que integram os edifícios sede das Misericórdias e que são as capelas do Senhor dos Passos. Estas estão obviamente relacionada com a espiritualidade das confrarias da Misericórdia, marcadas por esta temática que influência determinadas práticas devocionais e também a presença deste elemento arquitectónico nestas igrejas<sup>980</sup>.

---

<sup>979</sup> MACEDO, António Silva - **Igreja da Misericórdia: história breve**. Braga: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003, p. 16.

<sup>980</sup> Ver cap. II.2.1 Prática assistencial e devocional.



São espaços muitas vezes mais tardios<sup>981</sup>, introduzidos na planimetria primitiva mas com grande impacto arquitectónico; assumem a forma de (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – capela do Senhor dos Passos):

- Capelas laterais na nave: Álvaro, Arouca, Buarcos, Castro Verde, Fão, Fundão, Golegã, Lourinhã, Mirandela, Montijo, Penamacor, Santiago do Cacém, Sesimbra, Tomar, Vila Ruiva, Vouzela;
- Capelas laterais sobre o cruzeiro (Almada, Chamusca, Constância, Portel);
- Capela-mor (Álvaro, Guarda).

Outro elemento de destaque é que na maioria dos casos são as únicas capelas laterais existentes no edifício como acontece em Álvaro, Arouca, Castanheira do Ribatejo, Constância e Lourinhã (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – capela do Senhor dos Passos).

A sua planimetria é rectangular ou quadrangular e bastante profunda, e por isso volumetricamente salientes pelo exterior. Integram camarim, devido à necessidade de albergar uma imagem de vulto de grandes dimensões figurando «Cristo a carregar a cruz». Nos casos em que não foi possível construir em profundidade foi necessários recorrer a outras estratégias, como aconteceu em Mirandela, onde a imagem foi colocada transversalmente (de lado para o observador).

Em Buarcos assume a forma de capela muito profunda com altar e camarim, tal como em Álvaro e na Lourinhã (Anexo V [fotos] – capela do Senhor dos Passos). Também em Almada e Fão a capela segue idêntica configuração. No entanto no primeiro caso uma intervenção das últimas décadas do século XX transformaram-na numa capela inscrita (Anexo I [fichas] - Almada).

A capela de Álvaro apresenta uma lápide tumular no pavimento com a seguinte inscrição: «ESTA SEPULTURA HE DE IOZE RODRIGUES FALECIDO (?) NATURAL DESTA VILLA CAUALEIRO PROFESSO NA ORDEM DE CRISTO

---

<sup>981</sup> Tal como acontece no Montijo onde a capela é possivelmente do século XVIII posterior ao revestimento azulejar seiscentista pois este não a circunda como acontece com os outros elementos do espaço como portas e coro.

E CAPITAO DO REGIMENTO DA CAUALLARIA DO PRINCIPE E DE SEU IRMAO MANOEL RODRIGUES FREIRA QUE SÃO OS FUNDADORES DESTA CAPELLA DO SENHOR IESUS DOS PASSOS A QUAL ORDENARAO DE TODO O PRECISO COM MUITA GRANDEZA TANTO DE ORNAMENTOS COMO DE TUDO O MAIS QUE NELLA SE ACHA COMO TAOBEM O SINO GRANDE QUE NA TORE SE TOGA O MANDARAO CONDUZIR DA SIDADE DE LISBOA ASSIM COMO TUDO O MAIS FEITO NO ANNO DE CHRISTO DE 1798». É uma capela, fundada e dotada por particulares, que se adossa à capela-mor da igreja e que evidencia características semelhantes às anteriormente referidas. De destacar que apresenta uma imagem do Senhor dos Passos no retábulo e um altar sepulcro com a imagem de Cristo morto no interior.

Noutros exemplos como em Aljubarrota, Évora de Alcobaça e Pederneira as imagens do Senhor dos Passos estão nos retábulos da capela-mor, com repercussões arquitectónicas. Designadamente, a introdução de um camarim saliente, na parte posterior do retábulo, que se reflecte num volume exterior (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – capela do Senhor dos Passos). Inclusivamente, em Évora de Alcobaça, pelo exterior, o volume é tão notório que pode ser confundido com uma capela-mor profunda. Na Pederneira esta situação não acontece porque o espaço do camarim é circundado por espaços de circulação que conduzem à sacristia, que fica alinhada com a parte posterior da igreja (Anexo I [fichas] Évora de Alcobaça e Pederneira e anexo V [fotos] – capela do Senhor dos Passos).

Também em Soure e Torres Novas uma das capelas colaterais foi adaptada a capela do Senhor dos Passos. Tal como aconteceu nos casos referidos anteriormente, devido às especificidades desta imagem, esta capela apresenta uma estrutura saliente pelo exterior do edifício que lhe permitiu ganhar a profundidade necessária. E em Medelim a mesma escultura aparece num dos retábulos colaterais que integra o retábulo triplo existente na Misericórdia (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – capela do Senhor dos Passos).

Noutros casos as imagens aparecem nos retábulos laterais mas sem interferência arquitectónica, porque o próprio retábulo se adapta à dimensão da

escultura: como acontece em Alcácer do Sal, Proença-a-Nova, Proença-a-Velha, Sertã, Sousel; ou em andores no interior da igreja como em Benavente, Coruche, Óbidos, Sobreira Formosa, Torre de Moncorvo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – capela do Senhor dos Passos).

Para além das capelas do Senhor dos Passos não é muito comum a existência de capelas laterais nas igrejas que integram as Casas da Misericórdia.

No entanto, quando existem são em pequeno número, uma ou no máximo duas.

Em Freixo de Espada à Cinta em 1573 a confraria do Santo Cristo é anexada à Misericórdia e construída uma capela no lado da epístola. É uma capela que tem acesso pela igreja, mas que não abre para a igreja, sendo o seu retábulo paralelo ao da capela-mor. Com idêntica configuração surge uma capela em Pinhel, que comunica com a igreja e com a sacristia; a sua fisionomia é tardogótica e evidencia um arcosólio (Anexo I [fichas] – Freixo e Pinhel).

Aproximadamente coevas, em Pombal, Proença-a-Velha e Vila Real existem capelas definidas por estrutura arquitectónica mais complexa que conjuga arcos, pilastras e entablamentos (Anexo I [fichas] correspondentes). A primeira é mais antiga, evidencia escudo régio e esfera armilar, mas devido às alterações sofridas pelo edifício, subsistem dúvidas relativas a um possível deslocamento do local de origem para o actual. A segunda está datada de 1671 e tem inscrição relativa à encomenda.

Também a Golegã exhibe duas capelas laterais, uma em cada alçado da nave e aproximadamente simétricas. O conjunto de elementos arquitectónicos que definem estas capelas são semelhantes ao do arco triunfal, embora evidenciem uma ligeira alteração de gosto (Anexo I [fichas] – Golegã),

Dos edifícios de origem quinhentista, embora com alterações posteriores, são excepções Guimarães, Sesimbra e Vila Viçosa com quatro capelas na nave; esta última possivelmente relacionada com o facto de ter servido como igreja matriz de 1569 a 1865.

Ainda relativamnete às capelas destacamos uma interessante referência documental relativa à Misericórdia de Braga que demonstram inclusivamente uma preocupação estética entre elas e delas com o conjunto: “[...] *eram mujtos os que queriam fazer capelas pera todos gozarem de sua deuaçam as faziam pela medida que lhes desem pera todas serem jgaes e todas abobodadas e mujto bem ornamentadas e fabryquadas de maneira que a obra comrespomda com o verdadeiro fabriquador e fazedor de toda las cousas que he Christo Noso Redemtor [...]*”<sup>982</sup>.

V. Em muito casos a planimetria primitiva sofreu alterações, das quais nos inteiramos por informações documentais e pela análise dos vestígios actualmente existentes.

Estas alterações foram essencialmente de acrescentamento à planta original, mantendo-se parcialmente os elementos primitivos.

Destacaremos alguns dos casos mais reveladores, procurando assegurar a diversidade destas intervenções.

Começamos por Amieira do Tejo que apresenta alguns indícios de uma alteração à planta original. A nave, nomeadamente o portal e a abóbada, parece anterior à capela-mor (cobertura, morfologia do vão, arco triunfal), podendo esta corresponder a uma ampliação (Anexo I [fichas] – Amieira).

Em Ferreira do Alentejo é evidente que o edifício sofreu algumas alterações arquitectónicas. O tramo do coro parece de construção posterior devido às características da cobertura interior, estrutura, altimetria e cobertura exterior; também o contraforte que confina com este pano de muro está em ângulo e não paralelo. De igual modo, a capela-mor também parece posterior ao conjunto da nave, tal como o edifício contíguo, pelo menos ao nível do segundo piso, dada a relação do pavimento deste piso com a tribuna-vão. Destacando-se a existência de uma fresta no alçado da nave que dá para a casa do despacho e a existência de um vão no alçado que confina com a capela-mor, e

---

<sup>982</sup> Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, 3 - **1º livro de termos** (1558 – 1596), fl. 6.

que está sobre a abóbada desta. A documentação de arquivo relativa a esta Misericórdia, que poderia ajudar a especificar estas intervenções, está a ser tratada arquivisticamente e ainda não se encontra disponível para consulta (Anexo I [fichas] – Ferreira).

Um outro caso que conhecemos por informações documentais é Benavente. A primitiva construção, datada de 1554 – 1564, deveria seguir a planimetria actual com igreja e hospital em eixo, e comunicando entre si e com a casa do despacho. Neste espaço estão documentadas duas intervenções, uma ampliação nos anos 80 do século XVI e uma alteração ao cruzeiro e cabeceira c. 1628-1630. No século XIX amplia-se a capela-mor em profundidade para a colocação de um camarim com a imagem do Senhor dos Passos, assim como, uma reformulação da configuração da cabeceira usando uma construção efémera de madeira<sup>983</sup>. Esta última é a mais interessante de todas porque, a alteração da configuração da capela-mor vai provocar uma modificação da planimetria do edifício. Embora esta seja aparente, pois a estrutura primitiva não foi alterada apenas escondida, a noção que se tinha ao entrar na igreja era a de um espaço de nave única rectangular com capela-mor, também rectangular mas de menores dimensões (Anexo I [fichas] – Benavente).

Como já tivemos oportunidade de referir esta intervenção significa a obsolescência de um modelo planimétrico – nave única com cruzeiro e cabeceira escalonada, composta por capela-mor ladeada por colaterais definidas por arcos de volta perfeita assentes sobre pilastras –, que durante o século XVI foi um dos privilegiados pelas Misericórdias. Este entra em desuso efectivamente no século XVIII, época em que já não se constrói nenhuma igreja com esta planimetria e que no século XIX, no caso específico de Benavente, terá sido considerado desadequado e foi alterado. A alteração não destruiu, fazendo de novo algo diferente, mas escondendo através de um revestimento efémero mas eficaz que propiciou uma intervenção mais económica (Anexo I [fichas] – Benavente).

---

<sup>983</sup> Ver cap. IV. 3.4.2 Cabeceira e arco triunfal.

Também para Castelo Branco existe uma descrição da igreja no Tombo de 1671 que confrontada com o existente actualmente evidencia as modificações sofridas pelo espaço: “*o corpo da Igreja [...] tem de comprido 14 varas e quarta*”; “*tem um choro de madeira com dois sinos, um grande e outro pequeno*”; “*a capella-mór tem 4 varas e meia de comprida desde a grade de ferro até ao altar, e de largo a mesma largura do Corpo da Igreja que são 5 varas e quarta*”; “*tem 3 retabulos dourados desde o altar até ao tecto da Capella*”<sup>984</sup>. Apesar de não indicar a existência de cruzeiro, apercebemo-nos que este edifício tinha uma característica própria dos espaços com esta característica, ou seja, a capela-mor tem a mesma largura do que a nave.

Vila do Conde é outro exemplo para o qual existe documentação que atesta uma remodelação arquitectónica com implicações planimétricas. A construção da igreja é decidida pelos irmãos em 1559. No entanto, em finais do século XVI o edifício é intervencionado ao nível da cabeceira conferindo-lhe a morfologia actual; esta já estava definida em 1692 quando foi colocado o revestimento azulejar. O mesmo revestimento indica que a alteração na fachada principal, a abertura da janela no eixo do portal e o entaipamento das janelas rectangulares, ocorreu depois desta data. Também a irregularidade na disposição dos volumes das capelas colaterais e laterais sobrepondo-se aos vãos da capela-mor, parece indicar que sofreram alterações nas suas dimensões e configurações (Anexo I [fichas] – Vila do Conde).

Uma outra intervenção documentada realizou-se em Mogadouro; e esta introduziu alterações à planta em duas campanhas distintas, datáveis do século XVIII, devido ao deslocamento da parede do coro e da parede da capela-mor, considerando-se o núcleo central do edifício mais antigo. Aliás bem identificável pelo exterior: ligeiramente saliente em relação aos restantes panos de fachada, delimitado por pilastras em cantaria e ao centro o portal. A primeira é bem visível incluindo a introdução de uma janela com moldura de feição setecentista; a segunda pode ter implicado alteração planimétrica, introduzindo

---

<sup>984</sup> Cfr., SILVA, Hermano Castro - **A Misericórdia de Castelo Branco: apontamentos históricos**. 2ª ed. revista e acrescentada por José Lopes Dias. Castelo Branco: Oficinas da Papelaria Semedo, 1958, p. 117.

a capela-mor actual que tem uma feição setecentista (Anexo I [fichas] – Mogadouro).

Uma outra situação um pouco distinta mas representativa é Almada. Este edifício foi muito alterado por uma intervenção da adaptação dos espaços contíguos à igreja para fins de assistência a idosos, já durante o século XX. Estas transformações incidiram nas próprias fachadas exteriores, na distribuição do espaço interior e nas relações estabelecidas com a igreja e outras divisões. A antiga capela do Senhor dos Passos foi amputada para construção da nova sacristia; o acesso à tribuna dos oficiais foi alterado, e possivelmente a relação espacial desta com a igreja e edifício anexo; o coro passou a ser o único espaço a assegurar a comunicação interior entre os edifícios que ladeiam a igreja. Actualmente aguarda-se uma intervenção de restauro, processo iniciado em 2010, que tentará suprir algumas destas adulterações (Anexo I [fichas] – Almada).

Também gostaríamos de destacar o exemplo de Abrantes. Como já referimos noutros capítulos, esta igreja parece ter sido ampliada. Os três tramos que compõem a fachada exterior lateral são distintos entre si: os dois mais pequenos equivalem aproximadamente ao de maiores dimensões e apresentam uma distinta disposição e morfologia dos vãos. O espaço correspondente ao pano de maiores dimensões e com o portal quinhentista, seria o mais antigo. Interiormente os dois panos mais pequenos equivalem ao cruzeiro, que apresenta uma grande profundidade, pouco comum. Todos estes elementos levam-nos a pensar uma possível ampliação da igreja (Anexo I [fichas] – Abrantes).

Existem alguns casos como Arraiolos e Montemor-o-Novo em que uma intervenção setecentista, com edificação de uma capela-mor profunda, alterou a planimetria da igreja. Para Arraiolos alguns autores consideram que o cruzeiro corresponderia à primitiva cabeceira e que esta era composta por

capela-mor e duas capelas laterais sobre o cruzeiro<sup>985</sup>. Efectivamente, a cornija sobre os arcos das capelas laterais e nave está interrompida junto ao capitel e cornija do actual arco triunfal e apresentam morfologias distintas; de igual modo a configuração da actual cabeceira é pouco comum (Anexo V [fotos] – cabeceira).

De igual modo, a cabeceira primitiva de Montemor-o-Novo corresponderia ao actual cruzeiro, tendo resultado de uma intervenção e ampliação setecentista que acrescentou uma capela-mor profunda, que introduziu alterações à planta do edifício (Anexo V [fotos] – cabeceira).

Noutros casos existem hipóteses de alterações que todavia no âmbito desta investigação não foi possível confirmar. Caso de Mora em que a capela-mor parece posterior e desproporcionada para albergar a grande tábuca da «Visitação» que constituiria o retábulo-mor desta igreja (Anexo I [fichas] – Mora). Também Tomar evidencia uma capela-mor que poderá ter sido alterada; a sua métrica, vãos com molduras (interior e exterior) côncava e recortada, empena contracurvada, decoração de estuques em relevo na cobertura e alçado do arco triunfal e altares colaterais e configuração e decoração do arco triunfal são setecentistas. E contrastam enormemente com o erudito programa quinhentista dos alçados interiores da nave, influenciado pelas obras do Convento de Cristo e que, possivelmente, teria uma cabeceira com outra morfologia, mais consonante com o restante programa (Anexo I [fichas] – Tomar).

Uma outra situação é o caso da Golegã que tem algum paralelo com a situação de Seia e Vouzela. Estes três exemplares correspondem a edifícios de nave única com cruzeiro a que habitualmente corresponde a ausência de capela-mor (mas com retábulo na parede fundeira) ou cabeceira constituída por capela ou capelas inscritas. No entanto, nestes três exemplos a capela-mor não é inscrita mas sim profunda, sendo a da Golegã a de maiores dimensões.

---

<sup>985</sup> ESPANCA, Túlio - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Évora, concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1975, vol. 1, p. 12.



Neste último exemplo nenhum elemento, tanto no interior como no exterior da capela-mor, nos permite datar o que consideramos uma ampliação da capela-mor, que se apresenta com grande simplicidade e incharacterística ao nível da arquitectura e decoração. Também a pesquisa que foi feita no pequeno e desorganizado arquivo da Misericórdia não permitiu documentar esta intervenção (Anexo I [fichas] – Golegã).

Nos casos de Seia e Vouzela a capela-mor é menos profunda e também deve corresponder a uma intervenção na cabeceira. No entanto, em nenhum dos casos foi possível aferir, por falta de documentação ou de explicitação dela, o motivo da manutenção do cruzeiro e o prolongamento da capela-mor em profundidade (Anexo V [fotos] – cabeceira).

Um outro edifício que interessa destacar neste contexto da alteração à planimetrias é Freixo de Espada à Cinta. Este edifício é muito curioso, deixa transparecer várias campanhas de obras e várias decisões e indecisões que se reflectem nos alçados: portas no alçado da nave que dão para o pátio, mas com molduras exteriores viradas para o interior da igreja; parte dos alçados em cantaria e parte do mesmo rebocado e pintadas; vestígios de paredes começadas a construir (silhares que passam de um alçado para outro), abóbada de nervuras iniciadas e arco quebrado no segundo registo, sobre a sacristia, entre outros (Anexo I [fichas] – Freixo). Muitas dúvidas que, apesar da documentação existente, são difíceis de explicar.

Sabemos que a Misericórdia se instalou inicialmente no hospital da vila e é possível que parte desta construção estivesse relacionada com esta construção preexistente que foi sofrendo alterações. Em 1527 o arcebispo de Braga autoriza a bênção de um altar na capela que a Misericórdia fez no hospital da vila; e efectivamente esta cronologia coincide com as características estético-arquitectónicas da capela-mor. No entanto, a partir de 1554 começa a ganhar forma a vontade de construção ou remodelação do edifício, nomeadamente com a compra de terrenos e que se terá prolongado até década de 70; a esta cronologia correspondem às características do restante edifício. E é possível que a conjugação destes factores – edifício preexistente e campanhas de obras sucessivas – resultem num edifício com algumas características particulares (Anexo I [fichas] – Freixo).

Também em Óbidos foi adaptado um edifício preexistente a Casa da Misericórdia; por informações documentais sabemos que a casa da Confraria do Espírito Santo foi ocupada e ampliada pela confraria da Misericórdia. Deve pertencer ao primitivo edifício parte dos alçados da igreja, nomeadamente até o nível dos cunhais em cantaria existentes na fachada principal. O referido edifício foi intervencionado no século XVI, como confirma a documentação disponível, que lhe deu uma dimensão e configuração semelhantes às actuais (Anexo I [fichas] – Óbidos).

Uma outra campanha de obras de natureza arquitectónica realizou-se em consequência do terramoto de 1755; são registadas despesas com o “*reparo da roina cauzada pelo terremotto [...] em todo o cruzeiro e altares da igreja desta santa Casa da Mizericordia o qual se deitou todo a baixo pera se formar de novo [...] e se formou hum novo cruzeiro e sanchristia*”<sup>986</sup>. Todavia, é possível que a reconstrução da cabeceira e cruzeiro a que se refere o documento tenha seguido um modelo semelhante ao primitivo, pois em meados do século XVIII era um modelo que já não se utilizava; a última utilização deste modelo – cruzeiro com cabeceira escalonada composta por capela-mor e colaterais inscritas – refere-se a Torres Vedras (1681 – 1710)<sup>987</sup>.

#### IV. 3.4.2 Cabeceira

A cabeceira é um dos elementos definidores da arquitectura religiosa; as suas características arquitectónicas têm reflexos na planimetria e volumetria dos edifícios.

<sup>986</sup> Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCNO/MIS/DSP/Liv. 013 - **Despesas com obras**, fl. 42.

<sup>987</sup> Cfr., Acórdão sobre “*se fazer a igreja noua*”, Arquivo da Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livro 263 - **Livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), nos primeiros fólhos apresenta um resumo dos acórdãos “*modernos e antigos desta Santa Casa da Misericórdia*” e este estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 245 e “*Termo de lembrança do dia em que se fez a bênção da igreja noua e como se colocou nella a deuotissima imagem com o titullo da Senhora da Misericórdia*”, Arquivo da Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **Livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), fls. 26 – 27 v. Inédito

Ver cap. V. 1. Especificidades arquitectónico-tipológicas.

Neste capítulo dedicado à cabeceira, integrado no capítulo sobre a caracterização arquitectónica das igrejas das Casas da Misericórdia, procuraremos definir que tipologias apresentam actualmente os edifícios quinhentistas, com destaque para o que foi privilegiado pelo projecto primitivo. Embora seja uma abordagem temática muito específica, que se justifica pelas características apresentadas, não perderemos de vista a totalidade e complexidade do espaço religioso; assim como, a suas relações com outros elementos de carácter mais funcional, como são os retábulos e altares.

“A cabeceira de uma igreja (*caput ecclesiae*) é a extremidade da nave atrás do santuário, assimilada à cabeça de Cristo, onde se situa o altar-mor. Pode ser constituída por um conjunto de capelas centrado na capela-mor”<sup>988</sup>. O elemento cabeceira está intimamente relacionado com a planimetria da igreja e é um dos seus elementos definidores.

I. Nas igrejas que integram as Casas da Misericórdia a cabeceira pode apresentar três morfologias diferentes:

- capela profunda;
- capela ou capelas inscritas;
- ausência de capela, enquanto espaço arquitectónico, existindo apenas um retábulo.

No entanto, e apesar da relativa facilidade que pode transparecer nesta classificação, as hipóteses são múltiplas e podem aparecer conjugadas de diferentes modos como veremos.

A capela-mor profunda, que abre para a nave por um arco triunfal, assume morfologia e proporção características do que é comum na arquitectura religiosa dos séculos XVI a XVIII. E ajuda a definir um tipo de planimetria que se assemelha às características arquitectónicas da maioria destes edifícios. Ou

---

<sup>988</sup> SILVA, Jorge Henrique Pais, CALADO, Margarida - **Dicionário de termos de arte e arquitectura**. Lisboa: Editorial Presença, 2005, p. 66.

seja, longitudinal, nave única rectangular a que se adossa a capela-mor, também rectangular mas de menores dimensões que a nave.

Com raras exceções, que tentaremos explicar, este tipo de cabeceira e planimetria não aparece associada a cruzeiro elevado. As exceções são Golegã, Seia e Vouzela; estas pelas características morfológicas e decorativas parecem fruto de campanha de obras posteriores. Originalmente seguiriam a morfologia comum que aparece associada ao cruzeiro, assumindo-se como capelas inscritas ou pouco profundas, depois ampliadas em profundidade (Anexo I [fichas] correspondentes).

Neste contexto é necessário salientar que em alguns edifícios a existência de um camarim ou tribuna no retábulo-mor não deve ser confundido com uma capela-mor profunda. Embora a existência deste camarim ou tribuna tenha um reflexo planimétrico e volumétrico que possa ser confundido com esta tipologia de cabeceira, como acontece em Alter do Chão, Évora de Alcobaça, Moura, Ourique, Peniche, Pombal, Santarém, Torres Novas, Vimieiro (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - camarins).

Em Évora de Alcobaça e Pombal o volume é mesmo muito grande, dando ideia de capela-mor. No primeiro caso justifica-se pela existência da imagem do Senhor dos Passos no retábulo-mor (Anexo I [fichas] correspondentes). Em Torres Novas, na parte posterior da igreja vêem-se dois volumes salientes, assemelhando-se a capela-mor e colaterais, mas são o camarim do altar-mor profundo, para incluir o trono e o da capela colateral com a imagem do Senhor dos Passos que também implica alguma profundidade. Nos dois casos, vistos pelo interior os retábulos estão à face (Anexo V [fotos] - camarins).

Também em Peniche observamos que a parte posterior da igreja foi acrescentada com um pano de muro da mesma altura e largura, e que corresponde ao espaço do camarim do retábulo-mor setecentista e espaço de acesso ao mesmo. Neste caso não existe confusão possível com a cabeceira pois a ampliação fez-se de acordo com a dimensão do preexistente, evidenciando-se apenas o cunhal em cantaria e a interrupção da cornija de remate do alçado (Anexo V [fotos] - camarins).

Santarém é outro caso bastante elucidativo. A capela-mor apresenta um camarim que se constitui como volume saliente com dois registos; no inferior, correspondente ao piso térreo, pode-se observar a parede com que confina, onde são visíveis cunhais em cantaria. Esta parede corresponde ao alçado da capela-mor e pode indicar que seria parede exterior. Ou seja, que o retábulo-mor nem sempre teve este camarim profundo e que este volume foi adossado posteriormente à construção, que inicialmente teria apenas uma capela-mor inscrita. Parece-nos que a análise da planta do edifício ajuda a confirmar esta hipótese (Anexo I [fichas] – Santarém e Anexo V [fotos] - camarins).

Outros exemplos muito semelhantes são Alter do Chão, Ourique e Vimieiro onde se vêem exteriormente, de forma clara, três volumes diferenciados, um correspondente à nave, outro à capela-mor e outro ao camarim e acesso ao mesmo. Em Ourique, no alçado oposto adossa-se à sacristia quinhentista e ao actual cartório, construção posterior que permite o acesso à tribuna.

Uma situação que pode ajudar a compreender melhor o que temos vindo a referir foi o que sucedeu em Viana do Alentejo, onde no século XVIII se introduziu um retábulo com trono; sendo para tal necessário adaptar o espaço do edifício tardo-gótico. Na parte posterior da capela-mor há uma divisão com as mesmas características estética onde se construiu o camarim do retábulo, três faces formando quadrado que neste caso ficou dentro da divisão. Mas, se ela não existisse, se o edifício terminasse nos alçados da capela-mor, este constituiria um volume quadrangular exterior (Anexo I [fichas] – Viana do Alentejo e anexo V [fotos] - camarins).

Consideramos capela inscrita a que se encontra definida por arco e pilastras, inserida na caixa murária, discreta planimetricamente, mas cuja profundidade é mínima, e quase sempre ocupada na totalidade pelo retábulo. Assim, não existe um espaço interior que possa ser vivenciado pelo utilizador; um dos exemplos mais explícito é Coruche (Anexo I [fichas] – Coruche).

O caso das capelas pouco profundas, a situação é semelhante, são mais visíveis ao nível da planimetria, e existe um espaço interior, ainda que pequeno, que pode ser vivenciado; tal como sucede nas capelas colaterais de Vila do Conde (Anexo I [fichas] – Vila do Conde).

No contexto das Misericórdias a cabeceira composta por capelas inscritas ou pouco salientes pode apresentar diferentes variantes (Anexo I [fichas] correspondentes):

- capela-mor inscrita ou pouco saliente: Pombal;
- capela-mor e colaterais inscritas: Alenquer, Beja, Braga, Buarcos, Coruche, Óbidos, Penela, Portalegre, Santarém, Soure, Torres Novas, Vila Real;
- capela-mor, colaterais e lateral ou laterais inscritas: Atouguia da Baleia, Évora, Torres Vedras;
- capela-mor e laterais inscritas: Alcáçovas, Pederneira.

A morfologia destas capelas apresenta poucas variantes. A planta é invariavelmente rectangular ou quadrangular, com pouca largura e profundidade. E são definidas sempre arcos com perfil a pleno centro assentes sobre pilastras, com capitéis dóricos ou toscanos. Destacamos o caso único de Coruche em que as capelas apresentam capitéis jónicos e toda uma composição erudita com uso de ordens sobrepostas. De igual modo o interior das capelas e intradorso de abóbadas pode ser decorado com elementos em relevo; composições baseadas em florões (Anexo I [fichas] – Braga) e outros elementos decorativos (Anexo I [fichas] – Buarcos).

O que efectivamente varia de exemplo para exemplo é a métrica de cada capela, ou seja, a proporção da arquivolta e dos suportes e a relação que as capelas têm entre si (Anexo V [fotos] – cabeceira).

Nos casos em que existe capela-mor e colaterais e/ou laterais, a cabeceira é escalonada: capela-mor, ao centro, de maiores dimensões, em largura e altura e colaterais e/ou laterais, ladeado a capela-mor, mas de menores dimensões, em largura e altura; no entanto, morfologicamente semelhantes entre si (Anexo V [fotos] – cabeceira).

Existem apenas duas exceções, Buarcos, em que a diferença de altura entre a capela-mor e as colaterais é bastante reduzida (Anexo I [fichas] – Buarcos) e Soure, em que a capela-mor é apenas maior em largura (Anexo V [fotos] – cabeceira, Soure).

Também existem particularidades relacionados com a concepção de algumas capelas. Na maioria dos casos cada capela é individualizada, sendo definida por arquivolta e suportes. Todavia, alguns casos são dissemelhantes. Em Soure existem três capelas no alçado fundeiro da igreja, sendo a central, a capela-mor, mais larga mas da mesma altura das colaterais; esta capela partilha com as que a ladeiam parte da pilastra de suporte do arco; ou seja, existe uma pilastra comum onde são simuladas, pela saliência, dois fustes que partilham um capitel e uma base comum (Anexo V [fotos] – cabeceira, Soure).

Também em Buarcos a capela-mor e as colaterais estão relacionadas entre si pela partilha dos capitéis e as bases (Anexo I [fichas] – Buarcos).

Esta relação entre capela-mor e colaterais poder ser mais intensa, existindo um elemento arquitectónico ou com funções decorativas que une e relaciona de forma explícita as três capelas, assunto a que regressaremos mais à frente.

Relativamente a esta estrutura a bibliografia evidencia alguma dubiedade terminológica e até conceptual. A ficha SIPA de Soure refere que existem “capelas revestindo a parede testeira. Estas, possuem a particularidade de conjugar dois retábulos colaterais com o mor, formando um único retábulo”<sup>989</sup>.

No caso de Soure existem três capelas relacionadas entre si, pela partilha da base e capitel das pilastras e não três retábulos relacionados; estes estão no interior das capelas e são individuais e autónomos em cada capela (Anexo V [fotos] – cabeceira, Soure); o arco é um elemento definidor da capela e não do retábulo.

Este modelo de cabeceira com capela ou capelas inscritas está associado quase sempre a um tipo específico de planimetria: rectangular, nave única e cruzeiro elevado.

---

<sup>989</sup> JESUS, Francisco, NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Soure**. SIPA n.º PT020615090004. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000, 2006. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

Também aparece em duas das quatro igrejas com planta de três naves: Beja e Santarém; em ambos os casos as capelas estão no eixo das respectivas naves e existe um cruzeiro elevado. Em Santarém a cabeceira é escalonada; as capelas colaterais são mais baixas que a mor e o espaço livre, da arquivolta até à cobertura, é preenchido por um elemento decorativo em forma de concha (Anexo I [fichas] – Santarém). Em Beja a capela-mor é inscrita, definida por arquivolta e suportes e as colaterais compostas apenas por retábulos (Anexo I [fichas] – Beja).

Este é um modelo de espaço com funções religiosas altamente difundido no contexto das Misericórdias, mas não específico. Em outras igrejas de natureza diversa, paroquiais e particulares, encontramos estas mesmas características, ao nível da cabeceira com capelas inscritas escalonadas, cruzeiro e nave, tal verificamos na Matriz de Pernes e em Sta. Maria de Óbidos<sup>990</sup>.

No contexto das Misericórdias a cabeceira enquanto espaço arquitectónico pode não existir; sendo a ausência de cabeceira colmatada pela existência de um retábulo-mor ou de uma composição retabular que integra num conjunto mais ou menos unitário, o retábulo-mor ou retábulo-mor e colaterais em composição única – retábulo triplo<sup>991</sup>. Geralmente sobre um cruzeiro elevado e ocupando a totalidade da parede fundeira da igreja, tal como acontece em Alcochete, Almada, Alvito, Braga, Évora, Melo, Penas Roias, Portel, Proença-a-Velha, Segura, Tarouca e Tentúgal.

Esta estrutura retabular, madeira entalhada, maioritariamente, conjugando madeira entalhada com pintura de cavalete como encontramos em Alcochete e Proença-a-Velha ou em cantaria como o de Tentúgal, foi evoluindo estilisticamente de acordo com o período em que foi realizada. E pode ser acompanhado por capela ou capelas laterais sobre o cruzeiro (Évora, Portel, Tarouca) abertas em época posterior.

<sup>990</sup> Sobre esta questão ver cap. V. 1. Especificidades arquitectónico-tipológicas.

<sup>991</sup> Esta tipologia de retábulo foi definida por Francisco Lameira; cfr., LAMEIRA, Francisco, - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**. [S. l.]: Departamento de História, Arqueologia e património da Universidade do Algarve/União das Misericórdias Portuguesas, 2009.



O retábulo triplo, com uma excepção, está sempre associado a igrejas com uma planimetria concreta: nave única rectangular com cruzeiro elevado e sem capela-mor, como ocorre em Alcochete, Évora e Tentúgal.

A excepção é Freixo de Espada à Cinta que evidencia uma planta de nave única rectangular e capela-mor também rectangular mas mais larga e alta do que a nave; planimetria única no contexto das Misericórdias e possivelmente fruto do edifício ter sido construído por fases bastantes distintas, incluindo o reaproveitamento de edifício preexistente (Anexo I [fichas] – Freixo).

Após esta caracterização apresentaremos um conjunto de situações que consideramos contribuem com dados interessantes para esta problemática.

II. A primeira situação que queremos destacar é que em alguns casos as cabeceiras foram alteradas, ou seja, a sua primitiva morfologia foi alterada e substituída. Nos casos que identificámos, Braga<sup>992</sup> e Batalha, cujas primitivas cabeceiras eram composta por capela ou capelas inscritas e que foram substituídas por composições retabulares. Possivelmente por questões estéticas, as capelas definidas por arcos a pleno centro sobre pilastras de gosto maneirista-chão são ocultados por exuberantes composições de talha barroca e rococó.

Braga apresenta actualmente apenas uma composição retabular em madeira entalhada e dourada que ocupa toda a parede fundeira da igreja e que oculta a estrutura da cabeceira primitiva, visível na parte posterior do retábulo. Curiosamente, esta estrutura retabular simula a estrutura da cabeceira primitiva com três arcos sobre pilares e integra os retábulos propriamente ditos no interior de cada “capela” (Anexo I [fichas] – Braga).

Situação semelhante, mas que não foi possível comprovar, deve acontecer em Évora. Pela visualização da planta do edifício apercebemo-nos que arquitectonicamente a cabeceira é composta por uma capela-mor e colaterais inscritas. Mas, da qual não se conhece a estrutura e características arquitectónicas, porque estão revestidas por uma composição em madeira

---

<sup>992</sup> A existência desta primitiva capela-mor estava referida em MACEDO, António Silva - **Igreja da Misericórdia: história breve**. Braga: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003.

entalhada, sob a forma de retábulo triplo (Anexo I [fichas] – Évora). Ou seja, ao nível da leitura do espaço interior o que define actualmente a cabeceira é uma composição retabular setecentista, que reveste toda a parede fundeira da igreja, ocultando a estrutura arquitectónica da primitiva cabeceira. E tal como em Braga, a sua composição simula a cabeceira primitiva com três arcos sobre pilares e restante composição de talha.

É importante não confundir duas situações distintas, uma composição retabular em talha que se adossa ao alçado dando ilusão planimétrica de capela-mor e colaterais inscritas e uma planimetria de capela-mor e colaterais inscritas revestidas pelo retábulo que na sua composição simulam a sua morfologia. E no caso de Braga e Évora a leitura das plantas permite-nos afirmar que esta última hipótese é a mais credível (Anexo I [fichas] – Braga e Évora).

Outro exemplo é a Batalha que na parte posterior do retábulo mantém um arco com pintura decorativa, actualmente tapado pelo retábulo. Ou seja, inicialmente a igreja que integra a Casa da Misericórdia da Batalha seria composta por capela-mor inscrita definida por um arco triunfal onde se inseriria o retábulo. No entanto, em determinado momento esta, que caracterizava um tipo de planimetria concreta – nave rectangular com capela-mor inscrita, foi alterada pela introdução de um retábulo que se adossa à parede fundeira da igreja e que oculta o arco, provocando uma alteração planimétrica (Anexo I [fichas] – Batalha). Uma outra situação que evidencia esta tendência é Vila Real, que ainda actualmente, mantém a sua estrutura de cabeceira inscrita escalonada à qual se adossa um retábulo setecentista que encobre parcialmente o arco definidor da capela-mor (Anexo I [fichas] – Vila Real).

Se nos casos que referimos atrás se podem identificar vestígios da morfologia primitiva da cabeceira, noutros casos não é possível pois a alteração foi tão profunda que, pode inclusivamente, ter alterado a planimetria original da igreja; como acreditamos que aconteceu em Arraiolos, Golegã, Lousã, Montemor-o-Novo, Seia, Tomar e Vouzela (Anexo I [fichas] correspondentes). Estas seriam igrejas de nave única, com cruzeiro elevado e cabeceira com retábulo ou capela ou capelas inscritas, alteradas por campanhas de obras datadas do século XVIII, que alteram as cabeceiras através da construção de uma nova capela-mor. Embora até ao momento não tenha sido possível documentar

nenhuma destas intervenções, a sua actual configuração denuncia claramente uma intervenção.

Nos casos da Golegã, Seia e Vouzela, o que seria uma capela inscrita foi ampliada tornando-se uma capela profunda. Se esta situação é literal para Seia e Vouzela, ou seja, ampliou-se em profundidade a capela-mor, o caso da Golegã é mais complexo (Anexo V [fotos] – cruzeiro, Seia e Vouzela). Não se limitou a uma ampliação em profundidade mas também em largura, tornando a capela-mor num amplo espaço. Pensamos que inicialmente a dimensão da capela-mor se limitaria à extensão do arco triunfal, pois existe um pano de muro que prolonga o seu intradorso e que é marcado por uma cornija ao nível dos capitéis do arco e com um friso ao nível da pedra de fecho (Anexo I [fichas] – Golegã).

Também na Lousã a simples observação da planta evidencia uma capela-mor de excessivas dimensões que nada tem que ver com a métrica e realidade planimétrica da arquitectura religiosa quinhentistas; é um espaço profundo e amplo originado por uma intervenção oitocentista<sup>993</sup>.

Conhecemos documentalmente a construção de novas capelas-mor em igrejas que integram as Casas da Misericórdia, geralmente sobre o patrocínio de alguma figura relevante do panorama local. Situação que se verificou em Ponte de Lima 1630: construção de nova capela-mor, paga por Diogo Ferraz e sua mulher Mécia Pereira<sup>994</sup>; Ponte da Barca 1627: reconstrução e ampliação da capela-mor e cobertura em abóbada (patrocínio de Constantino de Magalhães e Meneses e mulher, donatários da Terra da Nóbrega<sup>995</sup>, Penafiel 1621: construção da nova igreja (capela-mor) através da acção benemérita de Amaro Moreira, segundo a inscrição «anno 1631 esta casa e capela mandou fazer o licenciado Amaro Moreira abade de Hermello»<sup>996</sup>.

<sup>993</sup> Ver anexo IV [doc.], documentos 1 – 4 - Lousã

<sup>994</sup> Cfr., REIS, António Matos - **A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima no passado e no presente**. Ponte de Lima: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 1997, pp. 52, 57, 63-67, 69-71, referindo as fontes documentais.

<sup>995</sup> Cfr., COSTA, Avelino Jesus - **Subsídios para a história da terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca**. Ponte da Barca: Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, pp. 104-106.

<sup>996</sup> MIRANDA, Abílio - **História da Misericórdia de Penafiel**. Penafiel: Tipografia Espinhense, 1987, p. 17.

Uma outra situação que levou à alteração das cabeceiras primitivas das igrejas que integram as Casas da Misericórdia foi as intervenções de restauro nos edifícios. Referimo-nos a Castro Marim, cuja concepção primitiva do conjunto arquitectónico foi modificada por obras de restauro.

O edifício estava muito arruinado quando a DGEMN, actual IRU, procedeu ao seu restauro; esta intervenção pode ter envolvido questões de planimetria - existia a parede do arco triunfal, mas não parece existir indícios da configuração da capela-mor, e de organização espacial como revelam fotos antigas, onde havia ligação entre a igreja e edifício anexo. Duas plantas, antes e depois da obra, mostram o que se reconstruiu, efectivamente configurou-se uma capela-mor que não existia, o desenho antes da obra parece mostrar um cruzeiro com acesso por escadas centrais. E aquele e o arco triunfal foram alterados como se vê pelo desenho do projecto do arco triunfal e planta posterior à obra (Anexo I [fichas] – Castro Marim).

III. Um outro ponto a evidenciar é que a maioria destas composições tem um cariz vernáculo dado pela simplicidade e *atemporalidade* das formas e recurso a materiais correntes.

No entanto, existem algumas excepções que se caracterizam por uma concepção mais erudita e pelo uso de materiais mais nobres como a pedra. Embora, este tema seja tratado no capítulo IV. 3 Casa da Misericórdia - Caracterização arquitectónica, queremos destacar alguns aspectos concretos relacionados com a cabeceira.

Um dos edifícios que queremos referir é Coruche que integra capela-mor e colaterais definidas por arco, ao modo comum das cabeceiras escalonadas. Os arcos são a pleno centro assentes sobre pilastras com capitéis jónicos; ao nível do arranque da arquivolta da capela-mor existe um friso que se prolonga sobre os arcos da capela colaterais; no topo do alçado existe o entablamento de remate e sobre este, no eixo da capela-mor, está uma tela representando a «Visitação», enquadrada por duas pilastras coríntias que sustentam entablamento com frontão curvo. O revestimento da totalidade do alçado em cantaria, o uso de sobreposição das ordens clássicas, jónica e coríntia e o

cuidado na concepção das arquivoltas, suportes e outros elementos arquitectónicos, deixam transparecer sinais de erudição do programa (Anexo I [fichas] – Coruche).

Um outro caso é Vila do Conde; que na sua configuração actual, em termos arquitectónicos e ornamentais, e apesar de apresentar alguns elementos anteriores, é um edifício de finais do século XVI – primeira metade do século XVII que apresenta uma grande homogeneidade. Temos referências documentais que nos informam que a cabeceira foi alterada, nomeadamente sofreu uma ampliação em profundidade. A cabeceira é composta por capela-mor e duas colaterais pouco profundas; e todo o alçado onde se abrem as capelas é revestido a cantaria e composto por três panos delimitados por pilastras que sustentam um entablamento que remata o alçado. Em cada pano rasgam-se os arcos das capelas; estes arcos são a pleno centro com arquivolta moldurada e assentes em pilastras, sendo o arco triunfal de maiores dimensões. Sobre as capelas colaterais, mais baixas que a capela-mor, existem duas almofadadas, estando as últimas preenchidas com pinturas de cavalete (Anexo I [fichas] – Vila do Conde).

A capela-mor da igreja da Casa da Misericórdia do Porto é outro exemplo que queremos destacar. Com risco de Manuel Luís, toda em pedraria, com dois tramos, remate semi-circular e alçados organizados em dois registos. O primeiro registo é composto por colunas jónias sobre pedestais, suportando entablamento e definindo quatro nichos que albergam esculturas dos quatro Evangelistas; o segundo registo é composto por colunas coríntias que definem quatro espaços intercolunios onde se rasgam frestas. O vocabulário decorativo é de tradição maneirista, incluindo óvalos, pontas de diamante, rectângulos e *ferroneries*. No pano, correspondente ao remate semi-circular, encontram-se os espaços destinados ao retábulo-mor, também definidos pelas referidas colunas e actualmente preenchidos por azulejos em relevo de coloração amarelada (Anexo V [fotos] – cabeceira, Porto).

Esta obra apresenta uma relação directa com a capela-mor do mosteiro de Santa Maria de Belém, ao nível da planta, alçados interiores, cobertura, sistema de iluminação, elementos ornamentais; revela uma concepção erudita

com influência da tratadística, nomeadamente ao nível do uso hierarquizado das ordens e da composição dos elementos arquitectónicos.

IV. Neste contexto da cabeceira, assumida esta uma ou outra forma, profunda ou inscrita, interessa destacar o elemento arco triunfal. O arco triunfal é o elemento que habitualmente faz a transição entre o espaço da nave e o espaço da capela-mor e que não é muito comum, na sua forma quinhentista, nas igrejas em estudo. Muitos foram alterados durante os séculos XVII e XVIII, desconhecendo-se a sua feição primitiva. O arco triunfal, assim como a capela-mor, a cobertura interior e o remate da fachada principal são dos elementos mais modificados em campanhas arquitectónicas posteriores ao século XVI.

Temos que distinguir, os arcos triunfais que abrem para capelas-mor profundas, que apresentam maiores dimensões, dos arcos triunfais que abrem para capelas-mores inscritas que são geralmente de menor tamanho.

Em todas as situações, com uma excepção, os arcos triunfais são definidos por arquivolta e suportes. Vila Ruiva é a excepção constituindo-se como um vão simples com perfil de arco, mas sem moldura e estando parcialmente revestido com azulejos de padrão seiscentistas (Anexo I [fichas] – Vila Ruiva).

Os arcos triunfais aparecem com vários perfis a nível morfológico, métrico e decorativo que acompanham os diferentes gostos que se afirmam durante o século XVI, do tardo-gótico ao maneirismo-chão (Anexo V [fotos] - cabeceiras, arcos triunfais).

A arquivolta é sempre a pleno centro, por vezes rebaixada, variando os suportes, que podem ter a forma de pilastras<sup>997</sup> ou colunas<sup>998</sup>. A arquivolta pode ser simples ou dupla, lisa, facetada, torsa ou côncava; pode ainda aparecer moldurada ou decorada com elementos em relvo de gosto tardo-

<sup>997</sup> Arcos triunfais assentes em pilastras: Aljustrel, Alvalade, Barcelos, Borba, Caminha, Castro Verde, Colos, Cuba, Elvas, Faro, Ferreira do Alentejo, Freixo, Golegã, Guimarães, Idanha-a-Nova, Lousã, Montemor-o-Velho, Pederneira, Pinhel, Póvoa e Meadas, Sardoal, Vila Viçosa, Vila Nova da Baronia (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>998</sup> Arcos triunfais assentes em colunas: Algozo, Arronches, Castro Verde, Freixo de Espada à Cinta, Montemor-o-Velho, Nisa, Sesimbra, Viana do Alentejo, Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes).

quinhentista e seiscentista: folhagens, florões, ponta de diamante e óvalos, que se podem prolongar pelo fuste<sup>999</sup> (Anexo V [fotos] - cabeceiras, arcos triunfais). Outras estão revestidos a madeira entalhada dourada e pintada denotando uma intervenção setecentista como podemos constatar em Castro Verde e Pinhel.

Relativamente aos suportes, as colunas podem ser circulares, semi-circulares ou prismáticas; estas últimas associadas a edifícios tardo-góticos<sup>1000</sup> e em Caminha, Coruche e Guimarães os capitéis são jónicos (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - cabeceiras, arcos triunfais).

No entanto, existem outro tipo de composições mais complexas e eruditas que definem e/ou enquadram o arco triunfal, como acontece na Golegã, em Pernes e no Porto.

Na Golegã o arco triunfal, a pleno centro assente sobre pilastras, é enquadrado por pilastras assentes em plintos, que se elevam até ao topo da arquivolta; o intradorso do arco é decorado com almofadas, losangos e florões. Os fustes das pilastras apresentam caneluras (Anexo I [fichas] – Golegã e anexo V [fotos] - cabeceiras, arcos triunfais). A igreja tem duas capelas laterais na nave, que abrem por arcos com composição semelhante ao triunfal; a capela lateral da direita é mais próxima do arco triunfal ao nível do tratamento das pilastras, florão inserido em *ferronerie* no plinto da pilastra e decoração no intradorso do arco. Estes arcos não se limitam à abertura das capelas, mas apresentam toda uma estrutura de elementos arquitectónicos de enquadramento das mesmas e ornamentação, que conferem uma maior decoratividade ao espaço interior da igreja (Anexo I [fichas] - Golegã).

Também em Pernes o arco triunfal apresenta uma composição única no contexto das Misericórdias com arco a pleno centro sobre pilastras e encimado por frontão triangular. Este modelo de arco também aparece em igrejas com capela-mor inscrita, variando entre o frontão curvo de Évora de Alcobaça e o

---

<sup>999</sup> Arcos triunfais com decoração na arquivolta e suportes: Barcelos, Caminha, Golegã, Guimarães, Montemor-o-Velho, Pombal, Sardoal, Viana do Alentejo, Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>1000</sup> Arcos triunfais assentes em colunas prismáticas associado a edifícios tardo-góticos: Arronches, Freixo, Sesimbra, Viana do Alentejo, Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes).

triangular interrompido de Aljubarrota (Anexo V [fotos] - cabeceiras, arcos triunfais).

A transição entre a nave e a capela-mor na Misericórdia do Porto é feita por uma estrutura arquitectónica em cantaria que integra o arco-triunfal propriamente dito e um enquadramento muito semelhante à estrutura da capela-mor: uso de colunas sobre plintos, sustentando entablamento com frontão circular interrompido por ático encimado por frontão circular. A decoração da parte inferior das pilastras e do friso do entablamento é feito por *ferroneries*, pontas de diamante, óvalos.

O espaço existente entre o topo dos frontões e o nível da abóbada foi preenchido na campanha de obras setecentista, que remodelou a nave e a fachada principal, com composição decorativa que se diferencia claramente pela gramática ornamental baseada em folhagens e concheados e pelo dinamismo da composição.

V. No âmbito das cabeceiras é também relevante destacar três casos interessantes: Constância, Ferreira do Alentejo e Redondo.

Em Constância o arco triunfal é de grandes dimensões, com um vão que ocupa a quase totalidade da parede fundeira da igreja. É composto por arco a pleno centro assente sobre pilastras e no seu interior existe um retábulo setecentista em madeira entalhada. Pelas suas dimensões e disposição, este arco quase se confunde com o retábulo, no entanto, a sua morfologia é diferente, marcando esta distinção [Anexo I [fichas] - Constância].

Apenas em Ferreira do Alentejo existe uma inscrição no arco triunfal: «ESTE ARCO MANDOUV FAZER HO PROVIDOR MANVEL NVNEZ E OS MAIS IRMAOS ANO DE 1595». É um edifício com várias linguagens estéticas, onde este arco a pleno centro sobre pilastras, juntamente com a capela-mor, evidenciam uma composição, morfologia dos elementos e decoração que contrasta com a nave de características tardo-góticas. O arco triunfal é ladeado por elemento onde se destacam duas ordens de suportes sobrepostos, colunas balaústre de fuste canelado. Está organizado em dois registos, o primeiro com uma pilastra com coluna de fuste canelado adossada que sustentam num



segundo registo com três colunas balaústres de fuste canelado, que por sua vez suportam elemento com inscrição (Anexo I [fichas] – Ferreira do Alentejo).

O segundo caso refere-se ao Redondo cuja igreja sofreu uma campanha de obras em finais de seiscentos ou princípios de setecentos que implicou uma reformulação da nave com abertura de uma arcaria cega e um novo arco triunfal. No entanto quando se observa a igreja, a partir da capela-mor, conseguimos ver vestígios do arco triunfal primitivo, nomeadamente a sua face interior que dava para a capela-mor. É um arco a pleno centro e é composto por um conjunto de molduras com diferentes perfis (Anexo V [fotos], cabeceiras, arcos triunfais).

IV. Ainda relacionada com a cabeceira e arco triunfal queremos expor um aspecto que já referimos anteriormente: quando o arco triunfal e as capelas colaterais estão enquadrados e interligados por uma estrutura em cantaria, estrutura decorativa antes de estrutural. Ou seja, já não são apenas cabeceiras compostas pelos arcos que definem as capelas, mais ou menos interligados entre si pelos próprios elementos constituintes dos arcos como acontece em Buarcos e Soure (Anexo V [fotos] - cabeceiras, arcos triunfais); são composições mais complexas que integram outros elementos de cariz arquitectónico e que conferem uma aparência unitária ao conjunto da capela-mor e colaterais.

Pode-se assemelhar conceptualmente ao retábulo-triplo; é uma composição em arquitectura fingida, que unifica o retábulo principal e os colaterais, e no interior da qual se inserem os três retábulos. A diferença está em que o retábulo triplo é uma composição retabular; ela própria é o retábulo unificando o central e os colaterais.

Este esquema surge em várias igrejas e corresponde às igrejas com uma planimetria concreta, longitudinal, com nave única rectangular, cruzeiro elevado, capela-mor e capelas colaterais inscritas como sucede em Alenquer, Penela, Portalegre e Torras Novas (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - cabeceira).

São capelas escalonadas, tal como habitualmente definidas por arquivolta e suportes; as pilastras podem ser partilhadas entre as capelas assim como outros elementos comuns, as aletas em Alenquer e o entablamento que se sobrepõe às capelas em Torres Novas. A parte superior da composição, sobre as arquivoltas, é composta por frontões e elementos decorativos (Anexo I [fichas] correspondentes). Em Alenquer esta composição é complementada por uma pintura sobre tela representando «N. Sra. Misericórdia» que preenche o espaço livre até à cobertura (Anexo I [fichas] - Alenquer).

V. Por último queremos terminar com dois casos excepcionais mas muito diferentes. A construção da capela-mor quinhentista do Porto e a remodelação oitocentista da cabeceira de Benavente.

A construção de um novo edifício sede para a Misericórdia do Porto que ocupava uma capela no claustro da Catedral da cidade, iniciou-se c. 1544 prolongando até 1568<sup>1001</sup>. Após a mudança da Misericórdia, e fruto da doação testamentária de D. Lopo de Almeida, entre 1584 e 1590, procedeu-se à edificação da capela-mor. Para tal os oficiais da Mesa contratam Manuel Luis para “*dar a traça da capella que dom Lopo dalmeyda em seu testamento manda fazer*”<sup>1002</sup>, informação confirmada por outro documento que refere “*a Manuel Luis pedreiro dey tres mil rs por vir de Amarante tracar a Capella de dom Lopo E de fazer a traça e debuxo q deixou nesta Casa*”<sup>1003</sup>.

<sup>1001</sup> SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**. Catálogo de Exposição, [S. l.]: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, pp. 29, 63; BASTO, Artur Magalhães - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. 2ª ed. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997, pp. 385, 389, 390. Segundo o último autor ainda durante o ano de 1568 as missas de obrigação da Santa Casa foram celebradas na Capela da Misericórdia da Sé (pp. 389-390). Em 1566 temos notícia de que a Igreja ainda não estava concluída, SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**, p. 33.

<sup>1002</sup> SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**, p. 35, citando documento transcrito em FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, p. 120. Referência ao contrato no Arquivo da Misericórdia do Porto, H., Bco I, n.º 9, fl. 8 v.

<sup>1003</sup> Cfr., SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**, p. 49-50, citando FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**, p. 120.

A decisão da construção não foi fácil, entre os anos 1573 e meados da década de 80, os irmãos debateram a questão e ponderaram entre a execução de um retábulo para a igreja tal qual estava ou a construção da capela<sup>1004</sup>, com implicações planimétricas, de espacialidade e até estéticas inerentes a cada uma das opções. Possivelmente porque os meios financeiros eram reduzidos optou-se pela realização de um retábulo; mas esta encomenda acabou por ser suspensa: “*era grande jncovenyente perderse a esperanca de ja mais pode aver capela*”<sup>1005</sup>.

Neste caso, e segundo é bem visível no esquema proposto por Magalhães Basto relativo à evolução planimétrica da igreja, temos um primeiro espaço, concebido com um determinado programa ao qual foi acrescentado, ainda no mesmo século, uma capela-mor. Como já foi referido a sua concepção é erudita, baseada no modelo da capela-mor do Mosteiro de Santa Maria de Belém (Anexo V [fotos] – cabeceira, Porto).

Situação semelhante parece ter ocorrido em Aveiro: c. 1610 ficou terminado o corpo da igreja e a casa do despacho<sup>1006</sup>, começando-se a construção da capela-mor vinte anos mais tarde; em 1630 inicia-se o levantamento das paredes<sup>1007</sup> retomando-se a obra em 1650 e concluindo-se em 1654<sup>1008</sup>.

O caso de Benavente é excepcional. A sua planimetria original era nave única, cruzeiro elevado e cabeceira composta por capela-mor e colaterais inscritas (Anexo I [fichas] – Benavente); em determinada altura, que situamos em inícios do século XIX a cabeceira foi alterada, usando madeira construiu-se no interior da igreja uma capela-mor profunda e ocultou-se as capelas colaterais<sup>1009</sup>.

Dito de outra forma, num momento preciso os valores estéticos e arquitectónicos desta tipologia de cabeceira, a que se associava um cruzeiro,

<sup>1004</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, D, Bco. 8, n.º 2, fl. 62.

<sup>1005</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, D, Bco. 8, n.º 2, fl. 10. e D, Bco. 8, n.º 1, fls. 117 – 117 v.

<sup>1006</sup> NEVES, Amaro - **A Misericórdia de Aveiro nos séculos XVI e XVII: A Mayor do mundo, pois o he do reyno**, p. 14.

<sup>1007</sup> NEVES, Amaro - **A Misericórdia de Aveiro nos séculos XVI e XVII: A Mayor do mundo, pois o he do reyno**, 1998, p. 263.

<sup>1008</sup> NEVES, Amaro - **A Misericórdia de Aveiro nos séculos XVI e XVII: A Mayor do mundo, pois o he do reyno**, pp. 213-219.

<sup>1009</sup> Cfr., fotografias anteriores ao restauro pertencentes à Misericórdia de Benavente incluídas em (Anexo I [fichas] - Benavente).

deixou de servir e a solução foi criar um novo espaço, não o alterando arquitectonicamente, ou seja, de forma permanente, mas criando um novo espaço, com valores diferentes e que conferia à igreja uma nova planimetria recorrendo a uma construção efémera.

Esta situação leva-nos a supor que outras cabeceiras com esta configuração possam ter sido alteradas, não recorrendo a esta estratégia, mas procedendo à sua demolição e reconstrução segundo um modelo esteticamente mais actualizado. O facto de existirem igrejas com cruzeiro e capela-mor profunda, como acontece na Golegã, em Seia e Vouzela comprova também que algumas intervenções foram mesmo realizadas (Anexo I [fichas] correspondentes).

#### **IV. 3.4.3 Equipamento – retábulo, púlpito e coro**

Nas igrejas que integram as Casas da Misericórdia destacam-se equipamentos com funções litúrgicas bastante definidas e que são, no âmbito funcional, comuns a outros espaços religiosos. Referimo-nos aos retábulos, púlpitos e coros. Os dois primeiros estão relacionados com a celebração dos ofícios religiosos e às suas duas dimensões principais: a celebração da Palavra e a celebração da Eucaristia. No entanto, a esta componente celebrativa é necessário acrescentar outra, a catequética; um pela palavra e o outro pela imagem. Por seu lado o coro está relacionado com as celebrações religiosas e os ofícios divinos no seu todo.

Abordaremos primeiramente os retábulos destacando as suas especificidades no contexto das Misericórdias a nível temático, morfológico e estético e a sua relação com a arquitectura<sup>1010</sup>. É nesta perspectiva que nos interessa referir estes elementos, assim como outros de natureza integrada. Posteriormente, caracterizaremos os púlpitos e os coros seguindo a mesma linha de pensamento.

---

<sup>1010</sup> Uma primeira abordagem ao tema foi por nós apresentada no II Encontro de Doutorandos do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa realizado em 2010 e a publicar nas respectivas actas.

I. Durante o trabalho de campo e investigação documental deparámo-nos com a relevância assumida pelos retábulos no contexto das confrarias da Misericórdias, quer como elemento marcante do espaço arquitectónico, quer como forma de afirmação de uma individualidade quer como via acessível para evidenciar actualização estética.

Esta temática estudada por Vítor Serrão na vertente de documentação de obras e artistas e leitura estético-artística crítica<sup>1011</sup>, recebeu recentemente um importante contributo com a publicação da obra **Retábulos das Misericórdias Portuguesas** de Francisco Lameira<sup>1012</sup>. Esta obra segue uma organização e abordagem definida pelo autor nos volumes anteriores da mesma colecção, estabelecendo uma metodologia de análise para o estudo da arte retabular, e neste volume aplicada aos retábulos das Misericórdias, e que seguiremos neste texto.

Dadas as características da Casa da Misericórdia<sup>1013</sup> podemos encontrar retábulos em vários locais. Francisco Lameira alude aos retábulos das igrejas, das sacristias<sup>1014</sup>, das enfermarias<sup>1015</sup> e dos cemitérios<sup>1016</sup>. Acrescentamos a

---

<sup>1011</sup> Cfr., SERRÃO, Vítor - **História da Arte em Portugal: o Renascimento e o Maneirismo**. Lisboa: Editorial Presença, 2002; as obras do mesmo autor citadas na bibliografia e as obras posteriores: **Tomás Luis e o retábulo da Igreja da Misericórdia do Montijo (1591-1597)**. Montijo/Lisboa: Câmara Municipal do Montijo/Colibri, 2005; **Quatro telas desconhecidas do pintor maneirista Simão Rodrigues**, *Artis*, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, n.º 7 – 8, 2009, pp. 145-158.

<sup>1012</sup> LAMEIRA, Francisco - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**. [S. l.]: Departamento de História, Arqueologia e património da Universidade do Algarve/União das Misericórdias Portuguesas, 2009. Nesta obra o autor selecciona um conjunto de retábulos de várias cronologias e geografias encomendados pelas Misericórdias e analisa-os individualmente (categoria, tipologia formal, periodização e análise estético-artística); faz também uma análise global seguindo a metodologia implementada no volume 1 da colecção Promontoria Monografica História da Arte com os seguintes itens: localização, encomenda, usos e funções, iconografia, técnicas e materiais, tipologias, periodização, oficinas e artistas intervenientes.

<sup>1013</sup> Ver cap. III.2 Casa da Misericórdia.

<sup>1014</sup> Os retábulos das sacristias são muito numerosos; podem assumir a forma de oratório sobre o arcaz (Alandroal, Alcácer do Sal, Alter do Chão, Arouca, Borba, Crato, Elvas, Évora, Faro, Fronteira, Nisa, Olivença, Palmela, Portel, Redondo, Sertã, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Franca de Xira, apenas para citar alguns), composição em painéis (Azurara [composições ornamentais], Borba [composições ornamentais], Mogadouro [cenas da «Paixão de Cristo»], Peniche [«Obras de Misericórdia»]); ou retábulo autónomo com dimensões razoáveis (Freixo

esta identificação os retábulos das casas do despacho, que podiam assumir a forma de oratórios, à semelhança dos retábulos das sacristias que assumiam, quase sempre, a forma de oratórios<sup>1017</sup>.

Neste texto interessa-nos destacar os retábulos primitivos, maioritariamente do século XVI princípios do XVII, cujo programa se adapta à arquitectura do mesmo período. Com estas características o maior número reside em retábulos de igrejas; nos restantes locais, com poucas excepções como Peniche, os retábulos resultam de intervenções setecentistas; deste modo, os nossos exemplos centram-se essencialmente em retábulos de igrejas. De igual modo, este era um dos espaços mais relevantes por onde passava toda a dinâmica espiritual das confrarias: ofícios religiosos e procissões e alguns importantes actos temporais, como a eleição dos oficiais que serviam a confraria em cada ano<sup>1018</sup>.

O retábulo era o “principal equipamento litúrgico e arquitectónico existente no interior das igrejas”<sup>1019</sup> e as igrejas das Misericórdias não são excepção. Assume-se, inclusive etimologicamente, como uma estrutura colocada sobre ou por detrás do altar<sup>1020</sup> geralmente adossada à parede da capela. Composto por

---

de Espada à Cinta, Guimarães, Miranda do Douro, Santarém, Torres Vedras, Viana do Castelo, entre outros).

<sup>1015</sup> Os retábulos das enfermarias são raros pois muitos dos edifícios dos antigos hospitais foram alterados em consequência de novas utilizações e funções. Destacamos a par dos citados por Francisco Lameira (LAMEIRA, Francisco - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**, p. 13), o retábulo de uma das enfermarias do hospital de Vila Viçosa e exemplos recolhidos na documentação: em 17 de Novembro de 1730 os irmãos da Misericórdia de Torres Vedras acórdão a erecção e benção do altar da enfermaria (Arquivo da Misericórdia de Torres Vedras, livro de acórdãos da Misericórdia (1700-1752), caixa 46, livros 263, fls. 61 – 63, inédito (inclui o traslado da provisão de D. Tomas de Almeida patriarca de Lisboa) e em Faro em 1754 a Misericórdia acorda solicitar um breve para se dizer missa na enfermaria dos doentes, celebração que se realizava mas da qual se perdeu a memória por modificação do local da enfermaria (Arquivo da Misericórdia de Faro, B. 23 – **Acórdãos** (1753 - 1826), fls. 4 – 4 v., inédito).

<sup>1016</sup> Cfr., LAMEIRA, Francisco - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**, pp. 11 -13 e sobre os retábulos dos cemitérios, pp. 13 e 152 - 153.

<sup>1017</sup> Destacamos os oratórios das casas do despacho de Abrantes, Alcácer do Sal, Borba, Braga, Monsaraz, Montemor-o-Novo, Vila Viçosa e o retábulo de Montemor-o-Velho.

<sup>1018</sup> Ver cap. III. 2.1 Espaços culturais e espiritualidade.

<sup>1019</sup> LAMEIRA, Francisco - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**, p. 9.

<sup>1020</sup> O altar é a mesa consagrada onde se celebra a Eucaristia; é o local de culto por excelência e para ele convergem todos os gestos litúrgicos; cfr., **Espaço Sagrado** in AZEVEDO, Carlos

número variável de painéis pintados ou esculpidos, enquadrados por decoração arquitectónica ou escultórica, em madeira ou pedra e podia incluir um vão central com um trono e podia integrar escultura de vulto. Era, simultaneamente, elemento sacralizador do espaço, elemento ornamental, de dignificação espacial, cenário de rituais e celebrações, materialização de conceitos e doutrinas religiosas<sup>1021</sup>. Tinha funções concretas: assumir-se como suporte figurativo à prática litúrgica institucionalizada, como objecto de devoção e de formação doutrinária dos fiéis<sup>1022</sup>.

No contexto das Misericórdias, o retábulo, nomeadamente o da igreja, era um elemento essencial da encomenda artística das confrarias: a intenção da sua realização era registada em acta de reunião dos irmãos oficiais<sup>1023</sup>. O programa iconográfico e simbólico era definido cuidadosamente; eram escolhidos artistas de relevo para o concretizar. Os melhores e mais importantes pintores de cada época, que trabalhavam para a clientela mais erudita, foram chamados para a concretização destas encomendas: Gregório Lopes, Diogo Teixeira, Giraldo do Prado, Tomás Luís, entre outros.

Semelhantes cuidados não se encontram na encomenda de outras obras de arte, nem da própria arquitectura, com distintas excepções como veremos. A intenção de construir ou remodelar o edifício era também registada em acta; no entanto, a dimensão e os custos associados à intervenção e a função utilitária e vivencial dos edifícios não permitia um arrojo artístico semelhante ao da encomenda de um retábulo. Consideramos pois que este era um dos mais importantes símbolos de prestígio das confrarias da Misericórdia.

---

Moreira (dir.) - **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000 - 2001, vol. 2, p. 175.

<sup>1021</sup> Cfr., SALTEIRO, Ilídio - **Do Retábulo, ainda aos novos modos de o fazer e pensar**. Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2005. Tese de doutoramento, pp. 49 – 61.

<sup>1022</sup> Cfr., RODRIGUES, Dalila - **Modos de expressão na pintura portuguesa: o processo criativo de Vasco Fernandes (1500 - 1542)**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000. Tese de doutoramento p. 142.

<sup>1023</sup> Cfr., Anexo IV [doc], documentos 4, 12, 13, 14 – Barcelos e documento 3 – Óbidos.

II. A situação actual dos retábulos quinhentistas das Misericórdias é bastante complexa, podendo-se referir as seguintes situações: retábulos íntegros que se mantêm *in situ*<sup>1024</sup>, retábulos íntegros mas deslocados do seu local de origem<sup>1025</sup>, retábulos desmantelados cujos elementos foram reutilizados em novos retábulos<sup>1026</sup>, retábulos desmantelados cujos elementos foram colocados como objectos decorativos nas paredes das igrejas ou das dependências<sup>1027</sup>,

<sup>1024</sup> Dos retábulos quinhentistas íntegros e no local de origem mantêm-se os retábulos quinhentistas de Alcochete (Diogo Teixeira e António da Costa e Jacques de Campos (?), 1585 - 88), Almada (Giraldo do Prado, Henrique Antunes, 1590), Montemor-o-Velho (Tomé Velho (?), finais séc. XVI) e Tentúgal (Tomé Velho, 1596). Dos finais de quinhentos até ao primeiro quartel do séc. XVII este conjunto aumenta com os exemplares de: Óbidos (1627-28), Aveiro (1654 - 1655), Rio Maior (princípios séc. XVII; pedra), Proença-a-Velha (Jerónimo Ferreira (?), 1620/1620), Buarcos (c. 1645), Arouca (séc. XVII), Faro (séc. XVII), Louriçal (inícios do séc. XVII); Cabeção (inícios XVII).

<sup>1025</sup> Retábulos quinhentistas íntegros mas deslocados: Pinhel (atrib. João de Ruão, 1537) no Museu Municipal, Sintra (Belchior Gomes e Cristovão Vaz, 1578 - 81) na Misericórdia de Colares e Coimbra (atrib. Jerónimo de Ruão) no Museu Nacional Machado de Castro.

<sup>1026</sup> Os vestígios materiais que subsistem do desmantelamento de retábulos foram reutilizados em novos retábulos destacamos: Arraiolos (tábua quinhentista da «Visitação» adaptada a representação central de retábulo setecentista), Freixo de Espada à Cinta (séc. XVI), Melo (séc. XVI), Moncarapacho (Boaventura dos Reis, c. 1600), Pampilhosa da Serra (inícios séc. XVII), Santarém (Simão Rodrigues, c. 1605), Silves (2º quartel séc. XVII), Tarouca («Crucificação», «Visitação», «Anunciação», «Cristo Ressuscitado»), Vila Nova da Baronia (Francisco João, c. 1557) ou reutilizados em tribunas de novos retábulos como elementos de estrutura: Montijo (Tomás Luís, 1592), Nisa (séc. XVII).

<sup>1027</sup> Tábuas remanescentes de retábulos desmantelados colocadas com elementos decorativos destacam-se: Abrantes (Mestre de Abrantes, c. 1550), Aljustrel, Arraiolos (André Peres, 1603), Beja (António Nogueira, 1564, Museu Municipal), Caminha, Constância (Domingos Vieira Serrão, 1601), Elvas (José de Escobar, 1605, Museu Municipal), Ferreira do Alentejo (atrib. António Nogueira, c. 1570), Guimarães (Domingos Lourenço, 1616 - 1618), Idanha-a-Nova, Lousã, Maiorga (atrib. Diogo Teixeira, c. 1580), Mexilhoeira (séc. XVI), Mora (José de Escobar, 1589), Peniche, Ponte de Lima, Portel, Porto (Diogo Teixeira, 1591-92), Sesimbra (Gregório Lopes, 1525-1530), Setúbal (Gregório Lopes, Museu Municipal), Sintra (colaterais: Belchior Gomes (?), pintura Cristovão Vaz, 1582 - 83), Tancos (Simão Rodrigues, c. 1580/85; igreja matriz de Tancos), Torrão (finais séc. XVI - XVII), Torres Vedras («Coroação da Virgem», «Sagrada Família», século XVII), Viana do Castelo (André de Padilha, 1534-36), Vila Nova de Cerveira (Filipe de Cerveira, c. 1590). Arez e Castro Marim mantêm estruturas retabulares em madeira que se podem datar do séc. XVI mas sem elementos de pintura ou escultura; o retábulo de Coimbra está desmantelado subsistindo alguns vestígios no museu da Misericórdia.

Um primitivo retábulo com o tema da «Visitação» colocado na capela de Sto. Ildefonso estará segundo opinião de Amaro Neves na igreja do antigo convento de S. Domingos, actual Sé de Aveiro e outras duas obras triptico-retábulo com a representação da senhora da Misericórdia e grupo escultórico com deposição no túmulo ou «Senhor morto», também da mesma igreja poderiam fazer parte da confraria (cfr., NEVES, Amaro - **A Misericórdia de Aveiro nos séculos XVI e XVII: A Mayor do mundo, pois o he do reyno**. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998, pp. 84 - 110).



retábulos desmantelados cujos elementos se perderam<sup>1028</sup>, retábulos que nunca saíram do projecto<sup>1029</sup>.

Comparativamente, o número de exemplares quinhentistas íntegros, quer *in situ* quer deslocados é muito pequeno, resumindo-se aos exemplares de Alcochete, Almada, Montemor-o-Velho e Tentúgal para o primeiro caso. Vários elementos condicionam uma ou outra situação; nomeadamente, a persistência e renovação dos modelos estéticos e gostos artísticos e das necessidades litúrgico-pedagógicas, os maiores ou menores recursos económicos da confraria, o seu dinamismo e da sua liderança.

Por alguns dados documentais apercebemo-nos que estes retábulos eram substituídos em alguns casos, com diferença de trinta a quarenta anos. Em alguns casos, os vestígios materiais resultantes destas alterações, como as pinturas sobre tábuas, são conservados como elementos de valor. Cada pintura individualmente adquire uma função decorativa, no entanto, a significação do conjunto retabular perde-se irreversivelmente. O significado concreto que tinha o todo, em função da posição e participação de cada peça, perde-se em detrimento apenas dos valores picturais e iconográficos de cada peça<sup>1030</sup>.

---

<sup>1028</sup> Existem várias referências documentais a encomenda de retábulos de que actualmente não subsiste qualquer vestígio; destacamos o documento inédito de encomenda de retábulos laterais da Misericórdia de Barcelos a Domingos Lourenço (Anexo IV [doc], documentos 7 – Barcelos).

<sup>1029</sup> Destacamos um documento do Arquivo da Misericórdia de Barcelos relativo a encomenda de um retábulo a Salvador Mendes e a Simão Rodrigues ou André Peres e que não se terá concretizado por incumprimento de um dos intervenientes no contrato (Anexo IV [doc], documento 6 - Barcelos). A referência para a escolha dos artistas, para a forma do retábulo e até para as cláusulas do contrato a realizar era a Sé do Porto; o que levanta questões interessantes sobre quais eram os referentes das Misericórdias em termos artísticos. Através deste documento é ainda possível relacionar Simão Rodrigues com a realização de um retábulo para a Sé do Porto. Tentou-se aferir os dados do documento cotejando com os notariais de Barcelos, no entanto, não foi possível obter mais elementos; esta documentação apresenta bastantes lacunas, os catálogos não correspondem às existências e foram trazidos à leitura alguns livros que não estão inventariados.

<sup>1030</sup> Sobre o desmembramento de retábulos quinhentistas e a sua substituição por composições barrocas e a “conquista de autonomia dos painéis” que formavam esses retábulos ver RODRIGUES, Dalila - **Modos de expressão na pintura portuguesa: o processo criativo de Vasco Fernandes (1500 - 1542)**, pp. 62 – 75 e também LAMEIRA, Francisco - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**, p. 28.

III. Ao nível artístico os retábulos das Misericórdias acompanham as tendências de cada período, como comprova o estudo de Francisco Lameira. Para a época que nos interessa, o século XVI, coexistem duas categorias que se consubstanciam em dois modelos de retábulo distintos: os narrativos e os devocionais<sup>1031</sup>.

Os narrativos ou didáticos são composições segmentadas de modo a expor em telas figurativas ou em painéis de escultura representações narrativas religiosas que introduzam os fiéis no conhecimento dos mistérios da Fé. Esta categoria vai-se concretizar numa tipologia formal específica: estrutura arquitectónica com vários corpos (quase sempre dois) e vários tramos (três ou mais raramente cinco), correspondendo ao alinhamento de diversos painéis em fiadas sobrepostas, enquadrados por elementos arquitectónicos. Esta tipologia será a mais utilizada durante a segunda metade do século XVI e até ao final da centúria, nos períodos designado por Lameira como “atitude anti-clássica”, “decoro tridentino” e “prenúncios de um triunfalismo católico”<sup>1032</sup>.

Os devocionais apresentam uma ou três devoções (Cristo, Virgem ou Santos) e procuram concentrar a atenção dos fiéis nessa devoção. A tipologia formal mais comum será estrutura unitária, corpo e tramo únicos que se designou por modelo *pala* à italiana, com um painel de grandes dimensões com ou sem predela<sup>1033</sup>. Esta tipologia começa a generalizar-se durante a segunda metade do século XVI assumindo grande vigor durante o proto-barroco<sup>1034</sup>.

---

<sup>1031</sup> Sobre estas categorias ver LAMEIRA, Francisco - **O retábulo em Portugal das origens ao declínio**. [s.l.]: Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, 2005, pp. 9, 11 – 12; para além destas duas categorias Francisco Lameira distingue outras duas: relicário e eucarístico; cfr., LAMEIRA, Francisco - **O retábulo em Portugal das origens ao declínio**, pp. 10 – 11, 12 - 14.

<sup>1032</sup> Cfr., LAMEIRA, Francisco - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**, pp. 16 – 24, 26 – 28. Sobre a caracterização destes períodos ver LAMEIRA, Francisco - **O retábulo em Portugal das origens ao declínio**, pp. 76 – 88.

<sup>1033</sup> Sobre a mudança do paradigma estético da composição múltipla para a composição unitária e conseqüente repercussão na categoria e tipologia de retábulo, ver o documento parcialmente transcrito em LAMEIRA, Francisco - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**, p. 28 e publicado por Vítor Serrão segundo a nota do autor.

<sup>1034</sup> Cfr., LAMEIRA, Francisco - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**, pp. 16 – 24, 27 – 29. Sobre a caracterização destes períodos ver LAMEIRA, Francisco - **O retábulo em Portugal das origens ao declínio**, pp. 89 – 92.

Os retábulos das enfermarias, sacristias e casas do despacho seguem quase sempre o modelo devocional; com destaque para a devoção a Cristo Crucificado (Anexo V [fotos] – casa do despacho e sacristia).

Independentemente de uma ou outra categoria e tipologia formal, evidencia-se a relevância da imagem, pintada ou esculpida, incentivo à devoção, meio de redenção e fonte de meditação<sup>1035</sup>; tendo como suporte e enquadramento, elementos de arquitectura de linguagem classicista como pedestais, frisos, colunas, pilastras e frontões.

Para o período que nos interessa, e tendo em conta os vestígios actualmente existentes, os materiais privilegiados foram a madeira e pintura sobre tábuas e a pedra.

Os retábulos em pedra são mais raros, subsistindo o de Montemor-o-Velho, Pinhel, Tentúgal e vestígios do de Coimbra (Anexo I [fichas] correspondentes). Estes exemplares apresentam uma geografia quase circunscrita à região de Coimbra, onde se constata uma preferência pelo uso deste tipo de material que é comum a outros encomendantes e que se relaciona com os materiais disponíveis na zona e com uma mão-de-obra qualificada para o trabalhar.

Estes retábulos em pedra, com excepção de Pinhel, são narrativos, ou seja, são constituídos ao modo de polípticos semelhantes aos retábulos de pinturas, com várias representações em alto-relevo enquadradas por elementos arquitectónicos.

Como bem salientou Dalila Rodrigues, os retábulos de pintura e retábulo de escultura: diferem entre si quanto ao nível de dependência funcional que mantêm com enquadramentos e suportes expositivos; isto é, em retábulos de escultura existe uma maior unidade orgânica entre a imagem e o enquadramento, sem limite ou fronteira definida, este não é apenas um suporte expositivo<sup>1036</sup>. Tentúgal e Montemor-o-Velho exemplificam muito claramente esta questão, imagem e enquadramento, realizados num mesmo material e

---

<sup>1035</sup> Sobre a função da imagem ver RODRIGUES, Dalila - **Modos de expressão na pintura portuguesa: o processo criativo de Vasco Fernandes (1500 - 1542)**, pp. 138 – 154.

<sup>1036</sup> Cfr., RODRIGUES, Dalila - **Modos de expressão na pintura portuguesa: o processo criativo de Vasco Fernandes (1500 - 1542)**, p. 174.

técnica, apresentam uma grande homogeneidade visual (Anexo I [fichas] Montemor-o-Velho e Tentúgal).

A iconografia dos retábulos quinhentistas das Misericórdias pode-se relacionar directamente com as principais devoções da confraria e com o seu programa assistencial<sup>1037</sup>. A categoria e tipologia do retábulo também vão condicionar a escolha da iconografia.

Em retábulos devocionais, com composição unitária, os temas privilegiados são a «Visitação» e «N. Sra. Misericórdia»; já tivemos oportunidade de justificar a íntima relação destas iconografias com as confrarias no ponto II.2.2.2 Temática iconográfica.

Nos retábulos narrativos podem aparecer estas duas temáticas juntamente com cenas do «Ciclo da Infância de Cristo» e/ou do «Ciclo da Paixão de Cristo», a principal devoção das Misericórdias concretizando a sua dimensão penitencial. Mais raramente surgem representadas as «Obras de Misericórdia» que consubstanciava o programa assistencial das confrarias e que foram muito representadas em outras manifestações artísticas<sup>1038</sup>.

No entanto, a representação mais comum, isolada ou conjugada com outras temáticas, é a «Visitação. Segundo o Compromisso que regia a actividade da Misericórdia, a «Visitação» era o orago da confraria e a sua festa anual celebrava-se no seu dia litúrgico. Não admira pois que quando o provedor e irmãos da Misericórdia de Arzila escreveram, em Maio de 1520, ao rei D. Manuel pedindo-lhe de esmola um retábulo, refiram que fosse com a iconografia da «Visitação»<sup>1039</sup>.

Nas igrejas que integram as Casas da Misericórdia podemos encontrar uma única composição retabular, o retábulo-mor, ou este pode aparecer complementado por retábulos colaterais ou laterais. A articulação entre os

<sup>1037</sup> Ver cap. II.2.1 Prática assistencial e devocional e cap. II.2.2.2 Temática iconografia.

<sup>1038</sup> As obras de Misericórdia surgem representadas nos retábulos de Silves e de Faro, na predela do retábulo de Sintra e no retábulo da sacristia de Peniche.

<sup>1039</sup> Cfr., carta do provedor e irmãos da Misericórdia de Arzila a D. Manuel transcrita em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, vo. 3, p. 477.

vários retábulos num mesmo espaço é feita com base na complementaridade iconográfica e até formal<sup>1040</sup>.

IV. O retábulo enquanto equipamento integrado, com uma função específica, estabelece com a arquitectura uma relação muito própria: integra-se nela e com ela tem que se articular.

A concepção do projecto do retábulo e a sua execução não pode ser independente da arquitectura da capela-mor ou da igreja onde se vai localizar. As dimensões e características do espaço, assumem-se como um conjunto de condicionalismos às dimensões e estrutura compositiva do retábulo (número de registos, desenvolvimento em altura e largura, posição das ilhargas, configuração do remate e relação com a cobertura, entre outros).

Uma das especificidades dos retábulos das Misericórdia apresentada por Francisco Lameira, e referida anteriormente por Rafael Moreira<sup>1041</sup>, relaciona-se com esta questão.

Uma das soluções planimétricas mais usadas pelas Misericórdias como vimos, foi a nave única rectangular e cruzeiro sobrelevado com a mesma largura da nave. A existência deste cruzeiro originou o desenvolvimento de modos próprios de organização da cabeceira alternando entre altar-mor adossado à parede fundeira, altar inserido em capela-mor inscrita ou três altares individualizados inseridos numa cabeceira com capela-mor a capelas colaterais escalonadas e inscritas, podendo estar interligadas por elementos arquitecturais; ou ainda o retábulo triplo<sup>1042</sup>.

O retábulo triplo, que segundo Francisco Lameira, é uma tipologia exclusivamente portuguesa e restrita às Misericórdias<sup>1043</sup>, concretiza-se numa

<sup>1040</sup> Sobre a análise da localização dos retábulos ver LAMEIRA, Francisco - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**, pp. 11-13.

<sup>1041</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um Património Artístico da Humanidade**, 500 Anos das Misericórdias Portuguesas, *Solidariedade de Geração em Geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdia, 2000, pp. 159.

<sup>1042</sup> O retábulo triplo aparece muito raramente em igrejas com uma planimetria diferente; é o caso de Freixo de Espada à Cinta em que não existe cruzeiro sobrelevado mas uma capela-mor ligeiramente mais larga do que a nave.

<sup>1043</sup> LAMEIRA, Francisco - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**, p. 23.

composição retabular única que integra retábulo principal interligado com os secundários, colaterais, mas compreendendo três altares separados, um para cada retábulo<sup>1044</sup>; são exemplos: Tentúgal, Évora, Chaves, Braga, Peniche<sup>1045</sup> (Anexo I [fichas] correspondentes). Com exceção de Tentúgal, todos os exemplares podem ser datados do século XVIII.

Francisco Lameira integra na tipologia dos retábulos triplos o exemplo de Alenquer mas não inclui Penela e Torres Novas, que no nosso entender apresentam características semelhantes<sup>1046</sup> (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – cabeceiras). Nestes três casos existem três capelas inscritas, a mor e duas colaterais, onde se inserem retábulos autónomos e que são unificadas, as capelas, por elementos em cantaria de cariz arquitectónico; estes não podem ser considerados estruturas retabulares, nem interagem com os retábulos, e como tal não se podem incluir na categoria retábulos triplos.

Alguns retábulos triplos simulam uma planimetria comum nas Misericórdias; são os casos de Braga e Évora. Nestes dois casos o retábulo triplo ocupa toda a parede fundeira e é concebido ao modo de cabeceira escalonada com capela-mor e laterais; são construídos em talha três arcos assentes sobre pilastras para o interior dos quais se prolonga a composição em talha. No caso de Braga esta era a realidade planimétrica primitiva, da qual subsistem os arcos em cantaria ocultados pela composição retabular; ou seja, este retábulo justapõe-se à cabeceira escalonada original e mimetiza-a (Anexo I [fichas] – Braga). No caso de Évora pela análise da planta apercebemo-nos que

---

<sup>1044</sup> LAMEIRA, Francisco - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**, pp. 11, 23 e 36. Embora bastante tardio, parece existir uma variante desta tipologia com apenas uma mesa de altar mas morfológica e compositivamente integrando três retábulos, surge em Medelim e Melo. Em Melo uma composição retabular barroca que todo o alçado da capela-mor, tendo reaproveitado elementos de retábulos anteriores nomeadamente tábuas pintadas; a diversidade de elemento à ao conjunto um aspecto um pouco confuso mas é apenas uma composição englobando três retábulos com mesas de altar distintas.

<sup>1045</sup> Francisco Lameira integra nesta categoria o retábulo do Lourçal (p. 23); no entanto, consideramos que não é uma exceção por utilizar três retábulos diferenciados de épocas distintas, mas uma circunstância: foram colocados a ladear o retábulo primitivo outros dois com características estéticas, pensamos que sem intenção de formar uma composição tripla, pois não estão relacionados de nenhuma maneira, e como tal não deveria ser integrado neste tipologia.

<sup>1046</sup> LAMEIRA, Francisco - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**, pp. 35 e 73.

efectivamente a cabeceira tem estrutura semelhante e que o retábulo replica essa estrutura (Anexo I [fichas] – Évora).

Um outro exemplo que consideramos emblemático e significativo desta relação arquitectura-retábulo é o caso da Misericórdia do Porto, mais concretamente da capela-mor construída por Manuel Luís com o legado de D. Lopo de Almeida e o retábulo pintado por Diogo Teixeira (Anexo II [tabelas] – tabela 4).

Habitualmente os painéis pintados de um retábulo são unificados e enquadrados por uma estrutura de marcenaria de características arquitectónicas. Contudo, no caso do Porto esta estrutura de madeira é substituída pelos elementos arquitectónico que formam a capela-mor. É a própria arquitectura da capela-mor que enquadra e suporta os painéis, substituindo a marcenaria, no que poderíamos designar como uma capela-retábulo.

Em sentido estrito, este não é um retábulo, são apenas tábuas pintadas, cujo suporte é propositadamente curvo para se integrar nos espaços semi-circular, definidos pelas colunas e entablamentos, que são simultaneamente enquadramento e parte do retábulo e estrutura definidora da arquitectura da capela-mor.

Este conjunto apresenta grandes semelhanças com a capela-mor do mosteiro de Santa Maria de Belém, encomenda da rainha D. Catarina a Jerónimo de Ruão entre 1565 e 1572<sup>1047</sup>.

Como já referimos, entre os anos 1573 e meados da década de 80, os irmãos da Misericórdia do Porto debatiam entre a hipótese de se fazer um retábulo ou uma capela-mor<sup>1048</sup>. Possivelmente porque os meios financeiros eram reduzidos optou-se pela realização de um retábulo; esta encomenda acabou por se suspender, “*era grande jncovenyente perderse a esperanca de ja mais pode aver capela*”<sup>1049</sup>. Esta pequena frase mostra o desagrado da confraria com o edifício de que dispunham; segundo a reconstituição apresentada por Magalhães Basto, o espaço era composto por uma nave única rectangular, no

<sup>1047</sup> Sobre a capela-mor e o retábulo de Santa Maria de Belém ver ***História e Restauo da pintura do retábulo do mosteiro dos Jerónimos***. Lisboa: IPPAR, 2000.

<sup>1048</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, D, Bco. 8, n.º 2, fl. 62.

<sup>1049</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, D, Bco. 8, n.º 2, fl. 10. e D, Bco. 8, n.º 1, fl. 117 – 117 v.

topo da qual se colocaria o retábulo. Este modelo planimétrico, sem capela-mor, enquanto espaço autónomo, foi utilizado em outras Misericórdias, mas não satisfazia as aspirações da confraria do Porto, que uma década mais tarde acabou por se realizar em simultâneo, capela-mor e retábulo, numa sintonia de projecto e concretização.

Um outro documento existente para a Misericórdia da Lourinhã evidencia o mesmo sentimento relativamente à ausência de capela-mor. É um acórdão da Misericórdia da Lourinhã de 1630 correspondendo à obrigação do provedor Pe. Gregório Fernandes Ferreira em que *“por elle foj dito que per quanto a capella da igreja estaua imperfeita e a traca dela requeria hum arco de pedradria com altar maior metido em capella de maneira que o cruzeiro ficasse desocupado [...] e se obrigaua a fazer a dita capella e arco de pedraria de maneira que fique altar e retabollo todo dentro com dous degraos”*<sup>1050</sup>. Deste excerto, mais tardio do que o referente ao Porto, apercebemo-nos que a capela-mor da igreja se resumia ao retábulo, solução seguida por várias Misericórdias, e que esta era considerada *“imperfeita”* e pouco *“deçente”* em meados do século XVII. Curiosamente esta é a solução que ainda hoje existe na Lourinhã embora com um retábulo de finais do século XVIII. Todavia, ficamos sem saber se se concretizou a proposta do Pe. Gregório Ferreira, existindo um arco oculto pela actual composição retabular ou se não se chegou a concretizar.

No contexto das Misericórdias portuguesas a encomenda de um retábulo consubstancia uma ideia de propaganda e afirmação de poder. Dadas as suas características, nomeadamente de monumentalidade e alcance visual, era a mais importante e eficiente forma de demonstrar actualização estética, dinamismo cultural e especificidade programática, que acarretariam a afirmação da identidade e individualidade do grupo encomendante.

A dimensão espiritual das Misericórdias tinha no retábulo um equipamento essencial, presente em vários espaços da Casa da Misericórdia. De acordo

---

<sup>1050</sup> Arquivo da Misericórdia da Lourinhã, **Livro das eleições e acordos desta Santa Casa da Misericórdia** (1629 – 1712), fl. 8 – 8 v Inédito.



com a sua localização, as suas características morfológicas e iconográficas eram distintas.

Na iconografia reside uma das especificidades dos retábulos das Misericórdias, demonstrando uma forte relação entre os conceitos devoção, acção e arte; ao privilegiar as temáticas intimamente relacionadas com a actividade e espiritualidade propostas pelas confrarias.

Também a arquitectura, elemento onde se integra e com o qual interage, vai condicionar algumas das suas características; chegando a ser a provável responsável, ainda que tardiamente, por uma das tipologias de retábulos exclusivamente portuguesa e restrita às Misericórdias.

V. O púlpito é um dos equipamentos mais usuais nos espaços religiosos da época Moderna; era usado para uma função relevante: a pregação, catequética e doutrinal, e esta função confere-lhe uma conotação simbólica importante, que se acentuou ao tornar-se o elemento chave da liturgia contra-reformista.

Também nas Casas da Misericórdia foram essenciais, aliás como refere um acordo dos oficiais da confraria de Miranda do Douro em 1592 quando decidem “*fazer hum pulpito de pedra pera na coaresma se pregar nas coartas feiras como se costuma*”<sup>1051</sup>.

Localizavam-se na nave, apresentam diferentes formas e eram constituídos por uma base e uma guarda para apoio do orador, podendo ter cúpula ou dossel, um tapa-voz, de modo a melhorar a acústica.

Especificamente nas igrejas que integram as Casas da Misericórdia quinhentistas foi possível constatar uma grande diversidade de púlpitos, quanto à morfologia, material, modo de acesso. No entanto, a maioria é datável da centúria de seiscentos e setecentos, dada a vulnerabilidade aos diferentes

---

<sup>1051</sup> MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **Documentos para o estudo da Arquitectura Religiosa na antiga diocese de Miranda do Douro – Bragança**, pp. 56 – 57.

gostos estéticos e facilidade de substituição no contexto das restantes manifestações artísticas<sup>1052</sup>.

Contudo, as características que indicaremos de seguida não particularizam este elemento no contexto das Misericórdias; estes não apresentam especificidades, sendo semelhantes aos púlpitos da restante arquitectura religiosa da mesma época.

VI. Destacaremos agora as características gerais dos primitivos púlpitos das igrejas integradas nas Casas da Misericórdia, quanto à forma, materiais, morfologia e modo de acesso; embora alguns não sejam quinhentistas, mas seiscentistas fazendo parte da concepção original do programa destes edifícios.

Quanto à forma identificaram-se púlpitos rectangulares<sup>1053</sup>, circulares<sup>1054</sup>, quadrangulares<sup>1055</sup> e poligonais<sup>1056</sup>. Podem ser compostos por uma base com guarda de balaústres<sup>1057</sup>, em forma de caixa<sup>1058</sup>, vazada<sup>1059</sup>, com finos

---

<sup>1052</sup> Destacamos o exemplo do Redondo: em 1543 o livro de acórdão regista o pagamento ao carpinteiro Fernão Pirez “*per ho ffeytyo do pullpyto*” e a Vasco Rodriguez “*por leuar ha madeira do pullpyto e por ho trazer feito*” e “*ha huum homem por leuar huas tauoas pera o pullpyto*” (Arquivo da Misericórdia do Redondo, Património 22 – Acórdãos (1543[1] – [1559] 1670), fls. 24 – 24 v. Inéditos), no entanto, o púlpito que se encontra actualmente na igreja que integra a Casa da Misericórdia do Redondo é em cantaria e exibindo características estético-artísticas de centúria de setecentos.

<sup>1053</sup> Púlpitos rectangulares: Alcáçovas, Alhos Vedros, Alvito, Atouguia da Baleia, Fronteira, Mora, Montemor-o-Velho, Nisa, Óbidos, Penela, Pernes, Portel, Tarouca, Tentúgal, Tomar, Torres Novas, Vila do Conde, Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1054</sup> Púlpitos circulares: Abiul, Abrantes, Aljubarrota, Almada, Arez, Arraiolos, Beja, Buarcos, Constância, Coz, Évora, Évora de Alcobaça, Golegã, Idanha-a-Nova, Lourçal, Montijo, Proença-a-Velha, Segura, Sousel, Terena, Torrão (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1055</sup> Púlpitos quadrangulares: Alcochete, Alenquer, Algozo, Amieira, Borba, Medelim, Monsanto, Palmela, Pederneira, Pedrógão Pequeno, Pombal, Porto, Salvaterra do Extremo, Santarém, Viana do Alentejo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1056</sup> Púlpito poligonais: Ladoeiro, Melo, Sardoal, Torre de Moncorvo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1057</sup> Púlpito composto por base e guarda de balaústres: Abrantes, Alcáçovas, Almada, Alvito, Aljubarrota, Amieira, Arraiolos, Borba, Constância, Coz, Évora, Fronteira, Golegã, Lousã, Medelim, Montijo, Mora, Montemor-o-Velho, Nisa, Óbidos, Pedrógão Pequeno, Portel, Sousel, Tarouca, Tentúgal, Terena, Tomar, Torrão, Vila do Conde, Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

colunelos<sup>1060</sup>, ou com colunas e/ou pilares<sup>1061</sup>; algumas destas guardas podem aparecer ornamentadas<sup>1062</sup>. Pode aparecer suportado por coluna<sup>1063</sup>, pilar<sup>1064</sup> ou mísulas<sup>1065</sup>.

Relativamente aos materiais utilizados na sua elaboração podemos afirmar que a maioria é em pedra; pedras de procedência local como o mármore na região do Alentejo e a brecha da Arrábida na península de Setúbal. Mas existem também em madeira e pedra<sup>1066</sup> e somente em madeira<sup>1067</sup>.

Alguns evidenciam inscrições incluindo datas como acontece em Alcochete («1655» na verga do vão de acesso), Alhos Vedros («1601» na verga do vão de acesso), Arez («1618 / este pulpito / foi feito de devasao » na guarda), Abiul («1616» na base), Vila Viçosa (SERMO DEI. INCITVS» na verga do vão de acesso, «1568» e «DE COELO DESOENDIT NOSCE TE IPSVM» na base e nas mísulas: «GRACIA PLENA», «DOMINVS TECVM. BENEDICTATV», «IN

---

<sup>1058</sup> Púlpito composto por base e guarda em forma de caixa: Abiul, Alcochete, Alhos Vedros, Algozo, Arez, Buarcos, Idanha-a-Nova, Ladoeiro, Melo, Monsanto, Pederneira, Penela, Proença-a-Velha, Salvaterra do Extremo, Sardoal, Segura, Torres Novas (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1059</sup> Púlpitos com guarda vazada: Alenquer (Anexo I [fichas] - Alenquer e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1060</sup> Púlpitos com guarda composta por finos colunelos: Palmela, Viana do Alentejo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1061</sup> Púlpitos com guarda composta por pilares e/ou colunas: Louriçal, Pernes, Santarém (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1062</sup> Púlpitos com guardas ornamentadas: Beja, Buarcos, Évora de Alcobaça, Proença-a-Velha, Torre de Moncorvo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1063</sup> Púlpitos suportados por coluna: Abiul, Algozo, Amieira, Arez, Évora de Alcobaça, Idanha-a-Nova, Ladoeiro, Louriçal, Melo, Proença-a-Velha, Sardoal, Soure, Tomar (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1064</sup> Púlpitos suportados por pilar: Ladoeiro, Pedrógão Pequeno, Porto, Salvaterra do Extremo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1065</sup> Púlpitos suportados por mísulas: Alcáçovas, Cóz, Fronteira, Medelim, Monsanto, Montemor-o-Velho, Nisa, Óbidos, Pederneira, Penela, Torres Novas, Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1066</sup> Púlpitos em madeira e pedra: Alcochete, Algozo, Almada [madeira pintada simulando a pedra], Amieira, Arez, Borba, Lousã, Medelim, Monsanto, Mora, Montemor-o-Velho, Nisa, Óbidos, Palmela, Pederneira, Pedrógão Pequeno, Soure, Tarouca, Tentúgal, Torres Novas, Vila do Conde (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1067</sup> Púlpitos em madeira: Beja, Sardoal (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

MVLIE RIBVS E BENEDICTVS, «F[RV]CTVS VETRIS TVI IESVS SANCTA», «MARIA MATER DEI ORA PRO NOBIS», «PECCATORI BVS AMEN».

Esteticamente, muitos dos vestígios subsistentes enquadram-se numa tradição maneirista-chã de grande simplicidade formal e desornamentada, que proliferou na centúria de seiscentos (Alenquer, Alhos Vedros, Constância, Évora, Penela, Pombal, Portel, Sousel).

VII. Para além destas características comuns aos púlpitos de outros edifícios religiosos, queremos destacar o que individualiza os que se encontram nas igrejas que integram as Casas da Misericórdia; relacionam-se com o modo de acesso, com a organização espacial do edifício e com a interação com outros elementos existentes no edifício, próprios da sua funcionalidade, como é o caso da tribuna dos oficiais.

O acesso ao púlpito varia entre:

- escadas exteriores encostadas ao alçado da igreja<sup>1068</sup> ou a uma das colunas quando a igreja é de três naves<sup>1069</sup>;
- escada no interior da caixa murária<sup>1070</sup>;
- escadas no interior de compartimentos adossados à igreja: sacristia/casa do despacho<sup>1071</sup>, sacristia<sup>1072</sup>, casa do despacho<sup>1073</sup>.

---

<sup>1068</sup> Púlpito com acesso por escadas adossadas a um dos alçados da igreja: Abiul, Algosó, Amieira, Arez, Buarcos, Idanha-a-Nova, Louriçal, Melo, Porto, Proença-a-Velha, Salvaterra do Extremo, Soure [com acesso pelo cruzeiro], Tentúgal (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1069</sup> Púlpito com acesso por escadas adossadas a uma das colunas da arcaria que define as três naves da igreja: Beja, Santarém (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos)

<sup>1070</sup> Púlpito com acesso por escada no interior da caixa murária: Setúbal [destruída], com acesso por vão no alçado de capela: Arraiolos ou porta no alçado: Pederneira, Tarouca (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos)

<sup>1071</sup> Púlpito com acesso por sacristia/casa do despacho: Aljubarrota, Évora de Alcobaça, Monsanto, Penela (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos),

<sup>1072</sup> Púlpito com acesso pela sacristia: Atouguia da Baleia, Coz, Golegã, Segura (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

compartimento contíguo à sacristia ou à casa do despacho<sup>1074</sup>, corredor que comunica com a sacristia ou igreja<sup>1075</sup>; compartimento desconhecido geralmente devido a intervenções nos edifícios<sup>1076</sup>;

Em qualquer um destes casos evidencia-se uma relação directa entre este equipamento e o espaço construído. As excepções são os púlpitos do Sardeal e Torre de Moncorvo que correspondem a peças autónomas da arquitectura, concebidos como peças de mobiliário, sem relação de dependência com o espaço da igreja. Morfologicamente são compostos por uma base e caixa poligonais assentes sobre uma coluna (Anexo I [fichas] – Sardeal e Torre de Moncorvo e anexo V [fotos] - púlpitos).

Não é possível estabelecer nenhuma relação entre a morfologia e tipo de suporte do púlpito e o modo de acesso. Exemplificaremos com os púlpitos suportados por coluna ou pilar; em Évora de Alcobaça, Almendra, Óbidos, Tomar o acesso é interior e em Abiul, Algosó, Amieira, Arez, Louriçal, Melo, Pedrógão Pequeno, Salvaterra do Extremo, Soure o acesso é por escada (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

De igual modo temos púlpitos circulares como o de Buarcos, quadrangulares como o de Pedrógão, poligonais como o de Melo suportados quer por coluna quer por pilar (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

Nas igrejas que integram as Casas da Misericórdia o púlpito localiza-se no alçado da nave, como em outros edifícios religiosos, e relativamente à tribuna dos oficiais, por norma, no alçado oposto ficando sensivelmente confrontantes e a uma cota ligeiramente superior (Anexo I [fichas]).

---

<sup>1073</sup> Púlpito com acesso pela casa do despacho: Montijo, Nisa (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos)

<sup>1074</sup> Púlpito com acesso por compartimento contíguo à sacristia ou à casa do despacho: Alcochete, Alenquer, Borba, Mora, Portel, Terena, Torrão (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1075</sup> Púlpito com acesso por corredor que comunica com a sacristia ou igreja: Abrantes, Alcáçovas, Alvito, Évora, Fronteira, Medelim (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

<sup>1076</sup> Púlpito com acesso por compartimento desconhecido: Almada, Alhos Vedros, Casto Verde, Constância (?), Montemor-o-Velho, Óbidos, Palmela, Sousel (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

Em alguns casos como Aljubarrota, Batalha, Borba, Évora de Alcobaça, Ladoeiro e Terena, a tribuna e púlpito estão num mesmo alçado e, com excepção de Borba, partilham o mesmo espaço de acesso (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – púlpitos e tribunas).

O caso de Aljubarrota e Évora de Alcobaça estará relacionado com o facto de serem edifícios de pequenas dimensões e bastante simplificados. Tradicionalmente reconhecidos como construções preexistentes, adaptadas a sede das confrarias da Misericórdia, e onde a sacristia serviria também como casa da tribuna, para que os irmãos pudessem assistir aos ofícios religiosos<sup>1077</sup> (Anexo I [fichas] – Aljubarrota e Évora de Alcobaça e anexo V [fotos] - tribunas).

Relativamente à Batalha e a Terena, o acesso ao púlpito fazia-se pela divisão onde se encontrava a tribuna-vão, uma divisão no piso superior do edifício, e por isso, púlpito e tribuna, estão muito próximos e no mesmo alinhamento (Anexo I [fichas] – Batalha e Terena e anexo V [fotos] – púlpitos e tribunas).

Em Borba a situação parece mais complexa; é um edifício que tem duas tribunas, vão e cadeiral, e um coro. A tribuna cadeiral encontra-se suspensa no alçado oposto ao do púlpito e a tribuna-vão encontra-se no mesmo alçado, mas com acessos diferenciados: o púlpito a uma cota inferior tem acesso por divisão contígua à sacristia e a tribuna, no mesmo eixo, mas por uma divisão no piso superior que comunica com a casa do despacho (Anexo I [fichas] – Borba e anexo V [fotos] – tribunas). Este facto poderá justificar-se por a Casa da Misericórdia, igreja, sacristia, casa do despacho e outras divisões se terem construído adossadas ao hospital do Espírito Santo, um edifício preexiste que condicionaria a articulação espacial da Misericórdia. Assim, a construção das dependências e de todos os equipamentos, como tribuna e púlpito, que têm uma implicação espacial, seria apenas possível num dos lados da igreja que ficaria no meio do conjunto arquitectónico, fazendo a ligação entre o hospital e as instalações da confraria.

---

<sup>1077</sup> Sobre a casa da tribuna ver cap. IV. 3.7 Outras dependências.

VIII. No conjunto dos púlpitos das igrejas que integram as Casas da Misericórdia existem alguns que se destacam pela erudição associados aos diferentes gostos que caracterizam o século XVI, desde o claramente renascentista ao maneirismo erudito. São os casos de Abrantes, Almada, Beja, Braga, Buarcos, Évora de Alcobaça, Louriçal, Óbidos, Pernes, Santarém, Tomar, Torre de Moncorvo, Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos). Apesar de variarem as morfologias são construídos, maioritariamente em cantaria, existindo também exemplares em cantaria e madeira e em madeira, e apresentam uma estrutura e ornamentação de base arquitectónica.

No púlpito de Buarcos destaca-se a base e mísula decoradas com pequenas volutas semelhantes à dos capitéis coríntios, e em que assenta a guarda. Esta em forma de caixa circular é definida por pilastras com capitéis jónicos que delimitam nichos e sustentam entablamento (Anexo I [fichas] - Buarcos e anexo V [fotos] - púlpitos).

No Louriçal evidencia-se também a base circular assente sobre coluna balaústre e a guarda composta por colunas de fuste estriado (Anexo I [fichas] - Louriçal e anexo V [fotos] - púlpitos).

O caso de Óbidos é extremamente original, está atribuído a Álvaro Fernandes, c. 1596 e integra uma caixa de escolas com a inscrição «P[ar]A AS OBRAS DE MI[sericordi]A». Destaca-se ainda o vão de acesso, que se abre no alçado da nave, delimitado por pilastras com capitéis coríntios sustentando um entablamento; a guarda parece posterior (Anexo I [fichas] - Óbidos e anexo V [fotos] - púlpitos).

O púlpito de Évora de Alcobaça aparece assente sobre coluna balaústre, que juntamente com a parte inferior da guarda, que é plena, apresenta-se decorada com elementos em relevo representando pendentes de flores (Anexo I [fichas] – Évora de Alcobaça e anexo V [fotos] - púlpitos).

Em Braga, Porto e Tomar, os púlpitos parecem ter sofrido alguma alteração; no último caso a parte inferior, que correspondente à coluna de suporte, parece mais antiga: é composta por coluna tipo balaústre assente sobre plinto e base circular, onde assenta a guarda rectangular de concepção mais tardia assim como a moldura do vão de acesso; a coluna e base evidenciam um gosto

classicista. Em Braga a base do púlpito, em cantaria suportada por capitel, evidencia gosto renascentista e no Porto o pilar com capitel coríntio e fuste decorado relaciona-se com o gosto maneirista da capela-mor e arco triunfal. Em ambos os casos as bases confrontam com uma caixa de madeira de cariz barroco (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - púlpitos).

Um outro exemplar relevante é o de Santarém; adossado a uma das colunas que faz a separação das naves; com guarda de pilares e colunas com capitéis jónicos e fustes canelados e acesso por escada em caracol, também em cantaria, adossada à coluna. Este é bastante semelhante ao nível da morfologia e elementos constitutivos da guarda ao púlpito de Pernes (Anexo I [fichas] - Santarém e anexo V [fotos] - púlpitos).

Ainda, referir Vila Viçosa, com um importante púlpito datado de 1568 e com várias inscrições, no friso sobre a verga do vão de acesso, na base e nas mísulas volutas que suportam o púlpito e que já transcrevemos (Anexo I [fichas] – Vila Viçosa e anexo V [fotos] - púlpitos).

IX. Por último destacar o caso de Torre de Moncorvo que tem dois púlpitos, um possivelmente de exterior, tal como o do Fundão, e outro que está actualmente integrado num dos vãos da tribuna, situação excepcional no contexto das Misericórdias, pois estes dois espaços, tribuna e púlpito têm usos distintos (Anexo I [fichas] – Torre de Moncorvo e anexo V [fotos] - púlpitos).

No entanto, pesquisando documentação sobre um campanha de obras efectuada no edifício, encontrámos fotografias que mostram um púlpito junto da tribuna, mas não integrado nela<sup>1078</sup>. Possivelmente entre os finais do século XVIII – XIX, ocorreu a transformação de um dos vãos da tribuna em vão de acesso ao púlpito: entaipamento parcial desse vão incluindo colunas e criação de um vão rectangular com moldura recta em cantaria, tal como vemos em fotografias antigas (Anexo V [fotos] - púlpitos).

---

<sup>1078</sup> Cfr., fotos antes da intervenção de restauro dos anos 20-30 do séc. XX em [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)



Esta situação foi mal interpretada no restauro do edifício nas primeiras décadas do século XX. O mesmo em que se desmontou o coro alto que fazia a ligação entre as duas tribunas, uma em cada alçado, caso também único no contexto das Misericórdias. Esta intervenção removeu a parede que reduzia o vão e retirou a guarda individual e diferenciada do púlpito, e substituiu-a por uma semelhante, e na continuidade da guarda da tribuna (Anexo V [fotos] - púlpitos).

Ou seja, tal como está actualmente parece que a tribuna serviria simultaneamente a sua função de tribuna e também de púlpito, o que não corresponde à realidade. Pois uma parte da tribuna perde essa função ao ser adaptada a púlpito: a dimensão do seu vão é reduzida, os seus suportes ocultados e é delimitado um vão tradicional de ombreiras e verga rectas, como se pode ver pelas fotografias antigas (Anexo V [fotos] - púlpitos).

X. O coro é um equipamento bastante comum no contexto da arquitectura religiosa da Época Moderna e também das igrejas que integram as Casas da Misericórdia.

O coro designa uma zona da igreja reservada ao clero que tem a responsabilidade do canto litúrgico; durante os séculos e de acordo com a geografia foi variando de dimensões, local e configuração<sup>1079</sup>.

A realidade que encontramos actualmente nas igrejas que integram as Casas da Misericórdia relativamente ao coro é bastante díspar. Uma primeira constatação para referir que é um elemento presente desde as primeiras construções, tal como comprovam os coros quinhentistas que subsistem; no entanto, a maioria dos que permanecem é fruto de campanhas de obras posteriores.

Também achamos importante distinguir o que consideramos uma diferença de funcionalidade e quase sempre em consonância com a simplicidade construtiva dos edifícios.

---

<sup>1079</sup> SILVA, Jorge Henrique Pais, CALADO, Margarida - **Dicionário de termos de arte e arquitectura**. Lisboa: Editorial Presença, 2005, p. 113.

XI. Por ser maioritariamente construído em material como a madeira, é um elemento de grande fragilidade, originando intervenções em grande escala e bastante comuns até à actualidade, como comprovam as recentes obras em Albufeira, Arez, Idanha-a-Nova, Montargil e Rosmaninhal (Anexo I [fichas] correspondentes).

No entanto, a maioria destas intervenções ocorreram durante o século XVIII, produzindo obras de cariz barroco, usando estruturas mais complexas e decoradas como acontece em Alcácer do Sal, Alcobaça, Alhos Vedros, Almada, Barreiro, Caminha, Elvas, Évora, Faro, Guimarães, Montijo, Proença-a-Nova, Sertã, Torres Novas (Anexo I [fichas] correspondentes).

Nestes coros mais tardios a morfologia é bastante homogénea: são estruturas em madeira, com guarda de balaústres podendo exibir perfil contracurvado; é também corrente o uso de colunas para o seu suporte e uma decoração esculpida ou pintada (Anexo I [fichas] correspondentes).

O de Évora, de inícios de século XVIII, distingue-se dos restantes por ser em alvenaria e suportado por arco e abóbada com perfil de “asa de cesto” descansando em cornijas, colunas adossadas e pilastras embebidas nos alçados (Anexo I [fichas] Évora).

O facto de existirem muitos coros posteriores à campanha de obras que definiu o programa primitivo do edifício, pode ter duas leituras, por um lado podem ter substituído um coro mais antigo ou podem ser equipamento introduzido em época posterior. Por exemplo, em Almendra apesar da sua configuração actual ser tardo-setecentista, é possível que tenha substituído um coro anterior, pois este é o espaço que dá acesso à janela de Pilatos, elemento integrado na fachada quinhentista (Anexo I [fichas] - Almendra). O mesmo podemos dizer do coro de Tomar, que parecendo posterior, tem um vão de porta de comunicação com o edifício contíguo à igreja, que parece ser da primitiva campanha construtiva (Anexo I [fichas] - Tomar).

Também para o Porto existe referência documental ao primitivo coro, descrevendo-o como “*assente em seis colunas, fechado de paineis chãos,*

*rompantes e cruzeiros*<sup>1080</sup> e que foi substituído na campanha setecentista que remodelou a igreja (Anexo I [fichas] - Porto).

Existem também actualmente algumas igrejas sem coro; no entanto, isto não significa que não tenha existido, pois sabemos que existem coros que foram desmantelados. Em Torre de Moncorvo fotografias anteriores ao restauro mostram a existência de um coro (Anexo I [fichas] – Torre de Moncorvo); em Vila Real resta apenas parte das escadas de acesso adossadas ao alçado da nave (Anexo I [fichas] – Vila Real). Em Pinhel e Cantanhede subsistem os vãos de acesso ao coro ao nível do primeiro piso (Anexo I [fichas] - Pinhel); e em Penamacor o antigo acesso ao coro era pelo edifício contíguo, demolido numa intervenção de restauro. Noutras Misericórdias como Freixo, Lousã e Palmela existem referências bibliográficas que indicam a existência de um coro que foi desmontado (Anexo I [fichas] correspondentes).

XII. Neste ponto queremos fazer a distinção funcional que referíamos ao início. Em muitos casos os coros, principalmente os de origem quinhentista, estão associados a igrejas sem tribuna-vão ou cadeiral. Nestes casos, e como referiremos no capítulo seguinte IV.3.4.4 Equipamento – tribuna dos oficiais, o coro assumiria a função de tribuna dos oficiais, isto é, seria o local com função de tribuna nessas igrejas.

Dito de outro modo, o coro é uma variante de tribuna dos oficiais. Ou seja, nestes casos a tribuna tem o perfil e morfologia de um coro-alto: espaço sobre-elevado rectangular, a toda a largura da nave e colocado sobre a porta de entrada.

Todavia, queremos ressaltar que noutras circunstâncias no contexto das Misericórdias o coro aparece com função de coro, com a que definimos no início deste texto. Destacamos o caso de Aveiro que apesar de um pouco tardio é bastante esclarecedor. Em 1681, Isabel da Luz de Figueiredo institui

---

<sup>1080</sup> Cfr., SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**. Catálogo de Exposição, [S. l.]: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, p. 395.

pele testamento um coro na Misericórdia de Aveiro: *“primeiramente quero e he minha vontade que nesta Santa Caza da Mesiricordia se reze o officio divino no coro assim como na jgreia de Sam Miguel e em outras cathedraes do reyno, pera o que dará a Santa Caza da Mizericordia tudo o que for nesesario asim de ornamentos, çera livros e mais couzas pertensentes ao officio div digo pertensentes ao culto divino por que nam falte nada que posa desdizer; obra tam santa como he louvar a Deos no coro adonde assiste o Espiritp Santo couza de tanto credito pera esta Santa Caza e juntamente da tera como he ter a Mizericordia cappelans que rezem o officio divino no coro como se reza nas mais autorizadas Mizericordias e cathedraes do reyno [...] padre guardiam do convento de samto Antonio desta villa queira tomar por trabalho emleger conforme lhe ditar sua consciencia quatro cappellans clerigos [...] pera que com munto espirito louvem a Deos com toda a descençia [...] advertindo que sempre devem escolher os mais emtoados [...]. E pera que mais commodamente se posa fazer tudo sem grandes faltas quero que a Meza da Santa Caza da Mizericordia escolha dous meninos que pasem de des annos de jdade que saibam ler e escrever e alguma couza de canto pera que não só tamgam o sino ponham e tirem os livros da estante ajudem as misas aos capellans mas tambem assistam no coro pera dizerem os versos oficiarem as misas e pera tudo o mais que lhes for mandado no tocante ao officio divino”<sup>1081</sup>.*

No entanto, não é possível fazer generalizações com o actual estado de conhecimentos; exigiria uma investigação muito específica. Como referimos este elemento, devido aos materiais de que é feito, é facilmente substituível; de igual modo podemos constatar que muitas igrejas acumulam diferentes tipos de tribunas, não sendo possível saber se o coro funcionou como coro ou como tribuna em algum momento.

Numa mesma igreja o coro pode aparecer simultaneamente com tribuna-vão, como acontece em Buarcos, Coz, Golegã e Tentúgal; com tribuna-cadeiral como verificamos no Redondo e Vila do Conde; com tribuna-estrutura suspensa como constatamos em Fronteira e Sardoal (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - tribunas). Sendo também possível

<sup>1081</sup> Cfr., NEVES, Amaro, FIGUEIREDO, Amorim, RAMOS, Dinis de - **Misericórdia de Águeda: 150 anos de história**. Águeda: Santa Casa da Misericórdia de Águeda, 2009, pp. 125 – 135.

encontrar exemplos em que aparecem os dois tipos de tribuna, vão e cadeiral, e o coro como sucede em Borba, Peniche e Torres Novas (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - tribunas). Em muitos casos estes elementos são cronologicamente distintos, foram sendo construídos em sequência. Por outro lado, qualquer um destes tipos de tribuna, vão e cadeiral, permitia uma maior centralidade no contexto do espaço da igreja e também uma maior proximidade com o altar-mor enquanto foco celebrativo. Apenas o coro ou a tribuna-coro oferecia uma centralidade relativamente ao local de culto, face à lateralidade das restantes tipologias de tribuna.

Assim, referiremos o que é possível constatar com alguma segurança. Existem igrejas que apenas têm coro, não exibindo nenhum outro tipo de tribuna<sup>1082</sup>; obviamente excluímos os casos em que se sabe que existiram tribunas que foram desmanteladas ou entaipadas<sup>1083</sup>. Também comprovamos que, em alguns casos, e sendo estas igrejas quinhentistas, estes coros na sua estrutura actual são efectivamente mais tardios. De igual modo, em alguns destes edifícios, a casa do despacho permite o acesso ao coro, quer directamente quer por uma divisão contígua, como se verifica em Azambuja, Coruche, Redondo, Sertã, Soure (Anexo I [fichas] correspondentes).

Em Medelim o coro, na sua habitual planimetria rectangular a toda a largura da nave, prolonga-se por um dos alçados, formando um “L” e nesta situação claramente assumiria a função de tribuna (Anexo I [fichas] – Medelim).

Uma outra situação bastante interessante e que também reforça esta ideia, de coro como tribuna dos oficiais, é a existência de uma galeria exterior alpendrada ao nível do registo superior do edifício, que liga o edifício contíguo à igreja onde funcionava a casa do despacho e o coro. São exemplo desta solução: Azinhaga, Caminha, Ponte de Lima, Vila do Conde e outras

---

<sup>1082</sup> Igrejas com coro e sem qualquer outro tipo de tribuna: Almendra, Albufeira, Alcácer do Sal, Alcantarilha, Alcobaça, Arez, Azambuja, Barreiro, Caminha, Castro Verde, Colos, Constância, Gouveia, Lavre, Loulé, Mação, Monsanto, Olivença, Penamacor, Portalegre, Proença-a-Nova, Rosmanihal, Santarém, Santiago do Cacém, Segura, Sertã, Tomar, Vila Viçosa.

<sup>1083</sup> Segundo bibliografia a igreja que integrava a casa da Misericórdia da Azinhaga tinha uma tribuna cadeiral que foi desmantelada;

construções já setecentistas como Mangualde e Santar e, a preexistente readaptada, de Melgaço (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - galeria).

Outro aspecto a destacar são os exemplos em que, embora existam actualmente outros tipos de tribunas, a tribuna-coro será a que fazia parte do primitivo projecto. É o que acontece em Montemor-o-Novo em que existe um vão, semelhante a um vão de porta, tapado por um órgão, que permite a comunicação directa entre a casa do despacho e o coro (Anexo V [fotos - tribunas]). O mesmo acontece na Azambuja e Castelo de Vide com a casa do despacho no eixo da igreja e vãos de comunicação entre esta e o coro (Anexo V [fotos - tribunas]); e em Tomar, sendo que não se sabe exactamente a função da sala com que comunica, por o edifício contíguo à igreja ter a sua espacialidade muito alterada (Anexo I [fichas] - Tomar).

Uma situação um pouco distinta ocorreria em Coruche. O edifício tem a casa do despacho no eixo da igreja, sobre a porta principal, tal como acontece com as já referidas Montemor-o-Velho e Tomar, que têm tribuna-coro e um vão de porta que permite o acesso a partir do coro. O mesmo sucede em Alcochete, Alenquer, Benavente e Vila Ruiva, que não têm coro, mas apenas um vão aberto neste alçado ligando casa do despacho e igreja (Anexo I [fichas] correspondentes).

É possível que em Coruche a primitiva tribuna fosse também o vão de grandes dimensões que existe na parede partilhada pela igreja e casa do despacho; a sua amplitude original deve ter sido de coluna a coluna, posteriormente entaipado de modo parcial, colocando-se duas portas de acesso ao coro, Este coro que se adossa parece ter sido introduzido posteriormente, pois a sua configuração actual é setecentista, no entanto, não o podemos afirmar com certeza (Anexo I [fichas] - Coruche).

É importante referir que não se pode confundir a tribuna-vão no eixo da nave, como acontece em Alcochete, Benavente e Vila Ruiva com um coro-alto<sup>1084</sup>,

---

<sup>1084</sup> FALCÃO, José, PEREIRA, Ricardo – **Igreja da Misericórdia**. SIPA n.º PT040207040019. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1996. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

semelhante ao que aparece em ambiente conventual. Esta associação revela o total desconhecimento da realidade organizacional das confrarias da Misericórdia, além de que em termos funcionais este tipo de espaço não faz sentido na Casa da Misericórdia. Neste contexto o único espaço que apresenta uma ligação privilegiada com a igreja é a casa do despacho, o local de reunião do provedor e oficiais, que gerem a actividade e património da confraria. No primeiro e no último exemplo, a casa do despacho projecta-se para o exterior existindo, ao nível do piso térreo, uma galilé que a suporta, e enquadra a entrada axial para a igreja (Anexo I [fichas] – Alcochete e Vila Ruiva).

Também existem dois exemplos em que o coro apresenta um cadeiral – Caminha e Fronteira. O caso de Fronteira é curioso porque o cadeiral é uma composição muito simplificada e vernácula. Limita-se a um banco corrido com um espaldar dividido em treze tabelas, levantando a hipótese coerente de poder ter assumido a função de uso pelo provedor e oficiais. Registe-se que Fronteira apresenta uma tribuna tipo estrutura suspensa datável de 1753 – 1754. Assim, função de tribuna pode ter sido desempenhada originalmente pelo coro quinhentista e pelo cadeiral (Anexo I [fichas] - Fronteira).

XIII. Apesar da grande diversidade de existências permanecem ainda alguns exemplares de coros seguramente quinhentistas. São eles: Borba, Castro Verde, Ferreira do Alentejo, Fronteira, Montemor-o-Velho, Nisa, Portalegre, Torrão, Viana do Alentejo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - coros).

São em cantaria e/ou alvenaria, o que terá propiciado a sua permanência; primam pela simplicidade arquitectónica e pela invariável planta rectangular a toda a largura da nave.

O suporte do coro é feito recorrendo a arco, abóbadas, colunas e mísulas. Em Borba e Viana do Alentejo são suportados por arco abatido assente em pilastras e abóbada de nervuras; no Torrão o arco tem perfil de “asa de cesto” (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - coros).

Em Fronteira, Montemor-o-Velho, Nisa, Olivença, Portalegre e Vila Viçosa os arcos assentam sobre colunas; estes arcos apresentam vários perfis, mas são

maioritariamente a pleno centro e as abóbadas de aresta ou berço (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - coros). As colunas variam entre 2, 3 ou 4; os capitéis das colunas de Olivença e Fronteira exibem uma decoração com influência renascentista (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - coros).

Uma outra questão bastante relevante, devido à sua implicação espacial e repercussão na organização do conjunto arquitectónico, é o modo de acesso ao coro. Em muitos exemplos este modo de acesso foi alterado ou não é possível identificar a sua origem devido a remodelações e até demolições dos edifícios contíguos à igreja. No entanto, na maioria do coros quinhentistas e posteriores, o acesso faz-se por divisão no edifício contíguo à igreja, ao nível do primeiro piso, correspondente ao hospital ou ao conjunto de divisões que constituem o espaço sede da confraria.

Excepções singulares para os casos quinhentistas são Nisa, com acesso por escadas na capela-mor que conduz à estrutura suspensa que percorre todo o alçado e que permite acesso ao coro (Anexo I [fichas] - Nisa e anexo V [fotos] - coros). Portalegre com acesso por escadas no interior da igreja, sendo a escada ocultada por parede paralela à fachada, não se vendo do interior da igreja (Anexo I [fichas] - Portalegre e anexo V [fotos] - coros). E o já explicitado caso das Misericórdias de Azinhaga, Caminha, Ponte de Lima e Vila do Conde com acesso directamente da casa do despacho, pelo pátio que ladeia a igreja, por corredor alpendrado adossado ao muro exterior da nave<sup>1085</sup> (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – coros e galerias).

De referir também que em alguns locais foi possível verificar a existência de vestígios do coro primitivo. Em Braga existe um coro setecentista, no entanto, nos alçados laterais junto ao coro existem uns arcos quebrados suportados por mísulas e mísulas com pequenas volutas em cantaria suportando o actual coro e que pela morfologia e decoração parecem ser da campanha primitiva (Anexo I [fichas] - Braga e anexo V [fotos] - coros).

---

<sup>1085</sup> Ver cap. IV. 3.7 Outras dependências.



Também em Buarcos as mísulas volutas existentes nos alçados parecem anteriores à estrutura do coro. E em Pombal, o coro foi reconstruído, mas parece manter os suportes do primitivo coro (Anexo I [fichas] – Buarcos e Pombal e anexo V [fotos] - coros).

No edifício de Moura, adaptado a cine-teatro, no local onde seria o coro encontram-se pilares em cantaria de feição quinhentista ou seiscentista que deveriam ser o suporte do antigo coro (Anexo I [fichas] - Moura e anexo V [fotos] - coros).

O equipamento integrado, retábulos, púlpito e coro, estão intrinsecamente relacionados com espaço arquitectónico; são concebidos tendo em conta as suas características e podem ter uma implicação espacial directa.

Eram essenciais ao cumprimento do conjunto de acções para que o espaço arquitectónico foi concebido e estruturado.

Enquanto equipamento integrado em igrejas que fazem parte das Casas de Misericórdia apresentam algumas características particulares, embora morfologicamente se integrem no âmbito mais geral da restante produção quinhentista.

Especificidades muito visíveis no caso do coro que assume uma função muito concreta no contexto das Misericórdias – ser o espaço diferenciado, física e socialmente, onde o provedor e oficiais responsáveis pela gestão da confraria assistem às celebrações litúrgicas. E também no caso dos retábulos que vão privilegiar determinadas temáticas mais relacionadas com as devoções das Misericórdias, designadamente, «Visitação», «N. Sra. Misericórdia», «Ciclo da Paixão de Cristo» e «Obras de Misericórdia».

Estas especificidades, uma funcional e outra iconográfica, são efectivas no contexto das Misericórdias.

#### IV.3.4.4 Equipamento – Tribuna dos oficiais

A tribuna dos oficiais designa o local onde os oficiais, anualmente eleitos para a gestão da actividade da confraria da Misericórdia, assistiam às celebrações realizadas nas igrejas que integravam a Casa da Misericórdia e assumem-se como um dos equipamentos mais paradigmáticos destes espaços.

A tribuna podia assumir diferentes formas que explicitaremos em seguida e também diferentes designações; no entanto, o essencial da sua função não muda.

Apresentam principalmente quatro morfologias que analisaremos mais à frente mas que interessa definir desde o início:

- Vão rasgado num dos alçados da igreja;
- Cadeiral justaposto ao alçado ao nível do pavimento ou suspenso;
- Estrutura suspensa justaposta ao alçado da nave;
- Estrutura suspensa ao modo de um coro-alto;

I. Na documentação quinhentista este equipamento aparece designado de diferentes modos: tribuna<sup>1086</sup>, “*asento*”<sup>1087</sup> e “*balcam*”<sup>1088</sup>; nomenclaturas mais

<sup>1086</sup> Referida no auto de arrematação da construção da Casa da Misericórdia de Mirandela de 1671: “*hua tribuna armada sem cuberta, de cantaria que hade chegar da borda do coro ate ao pulpito, hade ser esta tribuna guarneçada com sua cornige de cantaria*”, cfr., Ernesto SALES, Ernesto - **Mirandela: apontamentos históricos**. Bragança: Junta Distrital, 1978, vol. 2, pp. 331 – 332. Para Canha uma quitação do pintor Francisco Alvares de 1704 refere: “*a terbuna dos ermaos pintada*”, cfr. CORREIA, Francisco - **A Santa Casa da Misericórdia de Canha através dos tempos: 1622 - 2008**. Canha: Santa Casa da Misericórdia de Canha, 2008, pp. 120 - 121.

<sup>1087</sup> Em 1584 a Misericórdia do Porto decide mandar fazer na igreja “*hum asento pera nos dias de preguação e oraguos da casa se asentarem o prouedor e mays da meza e tesoureyro da Casa*”; cfr., Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, D, Bco 8, n.º 2, fls. 46 v. – 47. E em 1580/1581 em Aljezur o livro de contas regista “*deu aos carapymteyros de fazerem ho asento pera os yrmaos*” e “*de feytyo dos banquos da casa cento*”, cfr., Arquivo da Misericórdia de Aljezur, **Livro de contas** (1569 - 1584), fls. s.n.º.

relacionadas com a morfologia assumida pelo equipamento, do que com a sua funcionalidade.

Na sua tipologia de cadeiral, a tribuna dos oficiais é também designada na documentação por “*mesa dos irmãos*” ou “*mesa da igreja*”. Um acórdão da Misericórdia de Torres Vedras refere explicitamente: “*quando se criou e fes a igreja noua e se deuia na parede da parte do Evangelho deixar logo lugar para se formar a meza dos irmãos*” ou “*e hauer meza em que assistissem os irmãos della*”<sup>1089</sup>. Inclusivamente o título do acórdão é “*emendar a mesa nova que se havia principiado*”<sup>1090</sup>. E um outro acórdão de Braga de 1690 referindo várias obras indica também a pintura e douramentos das “*pedras que ficam por baixo dos assentos da Mesa da Igreja*”<sup>1091</sup>.

Um outro documento de 1713, que consta de um livro de inventário dos objectos pertencentes à Misericórdia de Peniche refere “*hua cadeira de veludo [...] dourada e sua capa de couro pera o provedor quando vay a menza da igreja*”<sup>1092</sup>.

No século XVIII aparece já a designação tribuna: num livro de receita e despesa de Fronteira existe um pagamento a “*com o acarreto de duas carradas das pedras pera os caxorros da tribuna [...]*”<sup>1093</sup>.

No nosso texto optámos por utilizar «tribuna dos oficiais», independentemente da sua morfologia; pois este era o espaço onde o provedor e os oficiais, assim designados pelo Compromisso, os doze irmãos que com o provedor eram eleitos anualmente para o governo da confraria, assistiam às celebrações que se organizavam na igreja.

---

<sup>1088</sup> BRAGA, Maria Manuela - **Os cadeirais de coro no final da idade Média em Portugal**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 1997. Tese de Mestrado, vol. 1, p. 60.

<sup>1089</sup> Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **Livro de acórdãos** (1700-1752), fl. 31 v.

<sup>1090</sup> Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **Livro de acórdãos** (1700-1752), fl. 31 v.

<sup>1091</sup> CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: obras nas Igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços**, p. 32.

<sup>1092</sup> Arquivo da Misericórdia de Peniche, livro 229 - **Livro de inventários dos objectos pertencentes à Santa Casa** (1630 - 1752), fl. 34 v. Inédito.

<sup>1093</sup> Arquivo Municipal de Fronteira, fundo da Misericórdia de Fronteira, cx. 17, 3.3:48 – **Receita e despesa** (1753 – 1756), fl. 52 v. Inédito.

Por vezes foi necessário especificar a morfologia, o que fizemos da seguinte forma: tribuna-vão, tribuna-coro, tribuna-cadeiral, tribuna-estrutura suspensa. Ou seja, actualizámos os termos para maior clareza, mas tendo consciência de um certo anacronismo. Como refere Manuela Braga, relativamente aos assentos de coro, a designação de «cadeirado» e «cadeirais» são tardias e só aparecem na documentação no século XVIII; preferiria-se os termos «cadeiras de coro» ou «assentos»; expressões que levantam questões quanto ao entendimento do fenómeno. Ou seja, não sendo possível saber se se referem a cadeiras soltas usadas nos coros ou a cadeirais fixos<sup>1094</sup>.

O uso da terminologia coeva, que defendemos, pode ter estes problemas, e é esta ambiguidade que nos leva a actualizar a terminologia para maior clareza e entendimento do texto, mas respeitando obviamente os conceitos a que se referem.

II. A tribuna dos oficiais, nas suas diferentes morfologias, é um equipamento intrinsecamente relacionado com as Confrarias da Misericórdia e com os seus edifícios e a sua existência personaliza-os.

No entanto, este equipamento não é exclusivo destas confrarias. Pois enquanto estrutura ou equipamento de diferenciação social, podemos encontrar paralelos.

As tribunas como um vão rasgado nos alçados de um espaço de culto, podiam aparecer em capelas privativas das casas nobres ou como banco corrido com assento em madeira ou cantaria nas portarias, casas capitulares, refeitórios monacais.

Assim, as tribunas existentes nas igrejas das Casas da Misericórdia devem ser entendidas numa tradição de assentos de prestígio existentes em espaços cultuais, relacionados com funções específicas e modos de dignificar determinadas pessoas que exercem determinada função.

---

<sup>1094</sup> Cfr., BRAGA, Maria Manuela - **Os cadeirais de coro no final da idade Média em Portugal**, vol. 1, p. 55.

Tal como acontece com a cátedra ou *cathedra* do bispo, geralmente localizada na abside da igreja, onde este presidia à assembleia. A *bancalia* que rodeava a cátedra e que era composta por um ou vários bancos corridos destinados a clérigos; os coros, espaço destinado aos que exerciam o ofício do canto durante as celebrações religiosas<sup>1095</sup>.

Desde a época medieval que temos manifestações do fenómeno das tribunas, como espaço elevado sobre à entrada do templo, “formando uma galilé interna”<sup>1096</sup>, com diferentes funcionalidades: funerárias como a tribuna da Rainha D. Isabel na igreja do Convento de Sta. Clara de Coimbra; corais e funerária como as das igrejas do convento de S. Francisco de Santarém e Convento de S. Francisco em Estremoz; paçãs como as das igrejas de Santiago do Castelo de Óbidos, N. Sra. Pena de Leiria e Convento de Cristo, régias como a da igreja do convento do Varatojo; e palatinas como a da igreja do convento de S. Francisco de Évora, entre outras<sup>1097</sup>.

A criação de tribunas no interior das igrejas permitia aos reis, grandes senhores e altos dignatários religiosos, muitas vezes patronos dos edifícios, a assistência em privado às cerimónias religiosas. As suas dimensões eram variáveis e podiam ter ligações ao espaço exterior e ao próprio coro, tornando-se por vezes verdadeiras capelas privadas<sup>1098</sup>.

No entanto, o termo «tribuna» “mantém-se, tanto podendo designar a construção elevada que se suspendia lateralmente ou ao fundo da nave, como o assento adossado em madeira, semelhante ao que aparece nas iluminuras da época, que se colocava lateralmente, junto à capela-mor, onde o rei se sentava, protegido por um reposteiro”<sup>1099</sup>. De igual modo muitos dos coros ou tribunas não eram estruturas arquitectónicas propriamente ditas, eram estruturas leves, em madeira, em que o elemento principal era o cadeiral.

<sup>1095</sup> Cfr., BRAGA, Maria Manuela - **Os cadeirais de coro no final da idade Média em Portugal**, vol. 1, capítulo I.

<sup>1096</sup> Cfr., BRAGA, Maria Manuela - **Os cadeirais de coro no final da idade Média em Portugal**, vol. 1, p. 75.

<sup>1097</sup> Cfr., BRAGA, Maria Manuela - **Os cadeirais de coro no final da idade Média em Portugal**, vol. 1.

<sup>1098</sup> Cfr., BRAGA, Maria Manuela - **Os cadeirais de coro no final da idade Média em Portugal**, vol. 1, pp. 64 – 65.

<sup>1099</sup> BRAGA, Maria Manuela - **Os cadeirais de coro no final da idade Média em Portugal**, vol. 1, p. 75.

Segundo os estudos de Maria Manuela Braga as tribunas enquanto espaços de diferenciação social estão associadas à tradição do *westwerk*<sup>1100</sup> e da tribuna alta ou *regia comuni*<sup>1101</sup> de tradição visigótica.

Por seu lado, as tribunas corais e as conventuais têm uma origem mais funcional. A primeira está relacionada com o incremento da polifonia com dois coros de vozes; e a segunda com a necessidade de nos conventos femininos se erguerem coros ao nível dos dormitórios, devido às regras de clausura.

III. As tribunas existentes nas igrejas que integram as Casas da Misericórdia, nas suas diferentes morfologias configuram-se como o local onde o provedor e oficiais assistem às celebrações religiosas e assumem-se como um elemento socialmente diferenciador<sup>1102</sup>, que remete para uma hierarquização do uso espaço religioso.

Como tradicionalmente foi referido, a nave estava reservada aos fiéis ou assembleia e a capela-mor ou cabeceira ao clero com implícitos significados sociais. No entanto, a tribuna introduz uma nova variável, um outro espaço, destinado a um grupo de pessoas que, embora sendo também leigos, se

---

<sup>1100</sup> *Westwerk* é o nome dado a um corpo rematado por duas torres no lado ocidental da basílica e perpendicular às naves, que teve origem na arquitectura carolíngia e persistiu em muitas igrejas do romântico alemão. É composto por transepto, coro e abside, construção elevada sobre o pavimento, formando um recinto quadrado fechado por galerias em três dos lados e com o quarto lado aberto em arcada para a nave central. Pretendia representar a união dos poderes temporal e religioso na pessoa do imperador e era o local reservado de onde este assistia às celebrações.

<sup>1101</sup> A tribuna alta ou *regia comuni* da tradição hispânica visigótica é uma tribuna elevada junto da iconostase e separada dos restantes fiéis e que simboliza o monarca como servo de Deus. A iconostase, iconóstase, *iconostasis* ou *eikonosthasis* é uma barreira física, parede ou biombo, que separa a nave, onde se encontram os fiéis, do santuário, o local onde se celebra a Eucaristia. Como tal, a iconostase tem, também, um significado simbólico: é o limite entre o mundo humano e o mundo divino, o transitório e o eterno; separa-os e simultaneamente une-os.

<sup>1102</sup> Um outro caso de assentos de prestígio, com uma função de diferenciação social, encontra-se a uma escala local e no âmbito civil, com o banco da câmara localizado geralmente em igrejas; este constituía um mobiliário que a vereação usava fora da Câmara da vereação, e que era ocupado pelas autoridades locais e dignidades eclesiásticas. Ver CAETANO, Carlos Manuel Ferreira - **As Casas da Câmara dos concelhos portugueses e a monumentalização do poder local**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 2011. Tese de doutoramento. Disponível na internet em <http://hdl.handle.net/10362/7299>.

destacavam da restante assembleia, pelas funções que assumiam em prol da confraria e dos mais necessitados a quem prestava auxílio.

E mesmo no interior da tribuna existia uma hierarquia dos lugares. -na forma de cadeiral é mais visível, sendo o assento destinado ao provedor o que está mais próximo da capela-mor e o que é mais elaborado morfológica e decorativamente. O já referido documento que encomenda uma tribuna-cadeiral para a igreja da Misericórdia do Porto refere de forma explícita que este assento servia para *“se asentarem o provedor e mays da meza e tesoureyro da Casa per sua hordem por mays autorydade”*<sup>1103</sup>.

Assim, a tribuna constitui-se como um local de privilégio e diferenciação, entre os oficiais e os restantes irmãos e assembleia celebrante, e assim representativo da organização hierárquico-administrativa da confraria.

Tal como refere Maria Manuela Braga “mais do que um mero objecto funcional, o banco ou a cadeira estavam imbuídos de fortes conotações simbólicas, relacionadas com a dignificação do lugar e do seu utilizador, impondo-se progressivamente, a sua utilização no espaço religioso como um abrandar da ortodoxia dos costumes”<sup>1104</sup>.

São dispositivos cerimoniais e de enriquecimento cénico que se vão complexificando com a modificação das características estéticas dos vários períodos histórico-artísticos que as produziram.

IV. A tribuna foi um elemento introduzido nas igrejas que integravam as Casas da Misericórdia e estava previsto, embora implicitamente, no Compromisso primitivo, enquanto local reservado aos oficiais para participarem nos ofícios litúrgicos que decorriam na igreja<sup>1105</sup>.

No entanto, sabemos por um documento da Misericórdia do Porto que a tribuna se generalizou às Casas da Misericórdia do país num contexto de emulação;

<sup>1103</sup> Cfr., Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, D, Bco 8, n.º 2, fls. 46 v. – 47.

<sup>1104</sup> BRAGA, Maria Manuela - **Os cadeirais de coro no final da idade Média em Portugal**, vol. 1, p. 289.

<sup>1105</sup> Cfr., “Dos dias que o provedor e irmãos da mesa serem obrigados vir a Casa”, compromisso de 1577 transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, vol. 4, pp.347 – 348.

em 1584 a confraria do Porto manda fazer na igreja “*hum asento pera nos dias de preguação e oraguos da casa se asentarem o prouedor e mays da meza e tesoureyro da Casa per [...] asy se custumar em lisboa e em houtras mysericordias*”<sup>1106</sup>; de Misericórdia em Misericórdia e acompanhando e seguindo costumes umas das outras, foi-se generalizando.

São identificadas em quatro tipologias diferentes, do equipamento móvel ao elemento arquitectónico. Ou seja, uns têm implicações espaciais e outro não. A tribuna-vão tem sempre uma implicação espacial tal como a tribuna-coro, pois, interferem na organização do espaço da Casa. Põem em comunicação a casa do despacho com a Igreja e não o inverso; com dificuldade se viria da igreja o que se passa na casa do despacho, apenas por esta se pode aceder naturalmente à tribuna.

A sua localização na igreja varia de acordo com o tipo de tribuna: alçados da nave, alçado da capela-mor ou cruzeiro. E, independentemente da sua morfologia, a tribuna está sempre elevada relativamente ao pavimento e isolada da nave por balaustrada ou guarda apainelada e quase sempre no alçado oposto ao do púlpito, equilibrando a dinâmica do espaço.

Dos vestígios materiais subsistentes, a tribuna-vão e a tribuna-coro são as que ainda preservam a estrutura e decoração quinhentistas. A tribuna tipo cadeiral devido aos materiais de que eram predominantemente realizadas e à relativa facilidade de substituições dos exemplares é geralmente mais tardia. No entanto, existem referências documentais à sua existência no século XVI: voltamos a referir o documento da Misericórdia do Porto datado de 1584 em que o provedor e oficiais decidem mandar fazer na igreja “*hum asento pera nos dias de preguação e oraguos da casa se asentarem o prouedor e mays da meza e tesoureyro da Casa*”<sup>1107</sup>.

Assim, o uso das várias tipologias de tribuna foi paralelo no tempo; dito de outro modo, os diferentes tipos de tribunas coexistiram temporalmente. Sendo que em alguns casos as confrarias foram acrescentando tribunas, em

---

<sup>1106</sup> Cfr., Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, D, Bco 8, n.º 2, fls. 46 v. – 47.

<sup>1107</sup> Cfr., Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, D, Bco 8, n.º 2, fls. 46 v. – 47.



diferentes modelos, existindo actualmente edifícios com três tipos de tribunas diferentes.

Não podemos associar ao século XVI exclusivamente um tipo de tribuna, se na realidade os vestígios materiais que permanecem, pelas suas características estéticas, apontam para um predomínio do modelo vão e coro e os indícios documentais apontam para a existência dos outros modelos, que materialmente apenas subsistem exemplares mais tardios.

V. Começemos por caracterizar a tribuna-vão: constituía-se como um vão rasgado no alçado da igreja que punha em contactos um espaço determinado da Casa da Misericórdia com a igreja (Anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Localiza-se maioritariamente no alçado da nave e mais raramente no da capela-mor<sup>1108</sup> ou na parede oposta à do retábulo-mor<sup>1109</sup>. Esta localização está relacionada com a disposição das restantes divisões da Casa da Misericórdia relativamente à igreja (Anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Este tipo de tribuna está associado mais a igrejas de nave única rectangular, com ou sem cruzeiro elevado, sem capela-mor ou com capela ou capelas inscritas. E, logicamente, neste tipo de planimetria surge sempre localizada na nave ou na parede fundeira. No entanto, alguns exemplares com outras planimetria também têm este tipo de tribuna, nomeadamente igrejas de nave única e capela-mor de menores dimensões que a nave. Neste tipo de planta, a tribuna-vão está quase sempre na capela-mor com excepção de Borba, Ferreira do Alentejo<sup>1110</sup> e Terena que exibem a tribuna na nave (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

---

<sup>1108</sup> Igrejas com tribuna-vão na capela-mor: Álvaro, Arraiolos, Elvas, Faro, Pernes, Samora Correia, Vila Franca de Xira, Vila Nova da Baronía (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

<sup>1109</sup> Igrejas com tribuna-vão na parede oposta à do retábulo-mor: Alcochete, Alenquer, Benavente, Castelo de Vide, Viana do Castelo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

<sup>1110</sup> No caso de Ferreira do Alentejo sabe-se que o edifício sofreu bastantes alterações, que existia um núcleo quinhentista que foi ampliado nos finais do século XVI com a construção da capela-mor como refere uma inscrição no arco triunfal e possivelmente no século XVII o tramo correspondente ao coro. Aguarda-se a disponibilização do relatório dos conservadores restauradores que intervencionaram o edifício assim como a documentação de arquivo que

Localizam-se quase sempre no alçado oposto ao púlpito; são excepções: Aljubarrota, Arouca, Batalha, Borba, Colares, Évora de Alcobaça, Fundão, Terena, Vouzela (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]). Apenas em Borba e Vouzela o acesso ao púlpito não é feito pela casa do despacho, nos restantes casos a tribuna e o púlpito partilham o mesmo espaço de acesso.

A tribuna-vão é sempre elevada no alçado porque tem uma relação espacial de proximidade com a casa do despacho; esta está sempre localizada no piso superior da Casa da Misericórdia. Apenas o caso de Vila Nova da Baronia é distinto: o vão abre-se no alçado da capela-mor e a um nível inferior; a casa do despacho é uma divisão que se localiza na zona dianteira do edifício que ladeia a igreja, bastante distante da tribuna. Outro dado fundamental é que esta é uma igreja com planta de nave rectangular e capela-mor também rectangular mas de menores dimensões, por isso o vão deveria ser rasgado na capela-mor e para a ligação ser directa a opção foi localizá-la no piso térreo. Poderiam ter optado por tribuna coro, como acontece em casos semelhantes, por exemplo no Redondo, mas não o fizeram, possivelmente porque interferiria com a campanha de pintura mural e sua visibilidade (Anexo I [fichas] – Vila Nova da Baronia e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Na grande maioria das situações a tribuna põe em comunicação a igreja com a casa do despacho, onde se reuniam os irmãos oficiais para a tomada de decisões e donde poderiam assistir às celebrações religiosas, como vimos algumas delas incluídas nos próprios actos administrativos<sup>1111</sup>. Excepcionalmente a comunicação é feita com espaço contíguo à casa do despacho como acontece em Álvaro, Borba, Proença-a-Velha e Vila Franca de Xira ou com a casa da tribuna como se verifica em Campo Maior, Elvas, Faro,

---

está em processo de tratamento arquivístico e não se pode consultar (Anexo I [fichas] – Ferreira).

<sup>1111</sup> Ver cap. III. 2.1 Espaços culturais e espiritualidade.

Santar, Montemor-o-Velho (?) e Tentúgal (?)<sup>1112</sup> (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Para Campo Maior, Elvas, Faro e Santar é importante destacar que a planimetria complexa dos edifícios, com nave e capela-mor diferenciadas, abrindo-se a tribuna no alçado da capela-mor, deixa pouco espaço para a casa do despacho ser contígua à tribuna. Nos dois outros casos consideramos a hipótese destas casas da tribuna serem as primitivas casas do despacho; e como sabemos por outros exemplos, os espaços foram mudando de sítio e adaptados funcionalmente<sup>1113</sup>.

Esta tipologia de tribuna apresenta comumente um<sup>1114</sup>, dois<sup>1115</sup> ou três<sup>1116</sup> vãos; mais raramente pode evidenciar quatro como verificamos em Montemor-o-Velho, Pederneira, Soure e Vila Real ou sete como acontece em Melo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Quando é apenas um vão geralmente tem perfil quadrangular com moldura simples em cantaria<sup>1117</sup> e mais raramente rectangular, como se apresenta em Arouca e na Golegã (Anexo I [fichas] - Golegã e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]). As exceções são Alcochete, Elvas, Idanha-a-Nova, Samora Correia e Vila Ruiva em que o vão é definido por arco com perfil “asa de cesto”

<sup>1112</sup> Sobre as dúvidas existente para Montemor-o-Velho e Tentúgal ver cap. IV. 3.7 Outras dependências.

<sup>1113</sup> Tal como aconteceu em Vila Viçosa; em 1609 decide-se a construção da casa do despacho, pois a casa onde se despachava as coisas da confraria era um local de passagem e muito devassada por servir de serventia para a sacristia e nela estar uma tribuna de onde se ouvia missa; cfr., PINHO, Joana, NOÉ, Paula – **Igreja e antigo hospital da Misericórdia de Vila Viçosa/Igreja do Espírito Santo**. SIPA n.º PT040714050019. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2006. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1114</sup> Tribuna com um vão: Alcochete, Álvaro, Arouca, Batalha, Borba, Colares, Elvas, Évora de Alcobaça, Faro, Fundão, Golegã, Idanha-a-Nova, Proença-a-Velha, Viana do Castelo, Vila Nova da Baronia, Vila Ruiva (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

<sup>1115</sup> Tribuna com dois vãos: Benavente, Coruche, Coz, Ferreira do Alentejo, Louriçal, Pernes, Terena, Torres Novas, Vila Franca de Xira, Vouzela (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

<sup>1116</sup> Tribuna com três vãos: Abiul, Buarcos, Cantanhede, Lousã, Pinhel, Pombal, Tarouca, Tentúgal, Torre de Moncorvo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

<sup>1117</sup> Tribuna com um vão quadrangular definido por moldura simples em cantaria: Batalha, Faro, Fundão, Torres Novas, Viana do Castelo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

assente sobre pilastras; e Elvas cuja moldura é em estuque relevado (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Quando tem dois ou mais vãos ostenta composição e estrutura mais complexa, definida por colunas ou pilastras ou coluna e pilastra suportando uma cornija ou lintel (Pernes, Pinhel, Pombal, Tarouca), entablamento (Abiul, Benavente, Buarcos, Melo, Montemor-o-Velho, Pederneira, Pombal, Soure, Vila Real), friso e cornija (Coruche, Soure, Tentúgal) ou arcos (Cantanhede, Ferreira do Alentejo, Torre de Moncorvo, Vouzela).

Estes suportes são em cantaria e apresentam variedade de formas e decoração: colunas (Buarcos, Coruche, Ferreira do Alentejo, Lousã, Montemor-o-Velho, Pinhel, Pombal, Soure, Tarouca, Terena, Vouzela), pilastras (Elvas, Pernes), colunas e pilastras (Pederneira, Tentúgal), capitéis jónicos (Lousã, Melo, Montemor-o-Velho, Pederneira, Torre de Moncorvo), fuste estriado ou canelado (Lousã, Montemor-o-Velho, Pederneira, Pernes, Tentúgal). Podem exibir policromia (Cós, Montemor-o-Velho [vestígios], Pederneira), pintura decorativa (Coruche, Pernes, Pinhel, Soure, Tarouca), esgrafito (Ferreira do Alentejo) ou estuque (Elvas).

A colunata é geralmente una, podendo aparecer dupla (Coruche, Torre de Moncorvo) ou com três colunas sequenciais (Pederneira).

O vão é, quase sempre, protegido por uma guarda à face ou pouco saliente, em cantaria, madeira ou ferro fundido; usualmente são compostas por balaústres. Menos comum é o uso de guarda plena como se verifica em Coz e Elvas ou de portadas como aparece em Elvas, Golegã, Proença-a-Velha e Torres Novas (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]). Estes elementos em alguns casos estão bastante alterados devido à natureza efémera do material em que eram elaborados. Por exemplo, em Soure a actual guarda, que forma um pequeno varandim saliente assente sobre uma base é posterior e esteticamente semelhante à guarda do cruzeiro, coro e escada para o púlpito. Inicialmente, a tribuna teria uma guarda à face dos plintos em que assentam as colunas, pois estes não têm a parte posterior talhada (Anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Um outro tipo de tribuna-vão, mais tardia, é a que assume a forma de uma janela de sacada. Ou seja, um vão de pequenas dimensões, mais alto do que largo e protegido por uma guarda à face. Tem alguma proximidade com a casa do despacho, nomeadamente por divisão contígua a ambas. Encontramos este tipo de tribuna-vão na Azinhaga, Batalha, Coruche, Proença-a-Velha, Salvaterra de Magos e Soure e muitas vezes conjugadas com outras tipologias de tribunas (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

VI. De seguida queremos destacar alguns casos interessantes de tribuna-vão quer pela sua morfologia quer pelas soluções originais que acarretam.

Melo tem uma tribuna tipologicamente pouco comum na zona onde se insere e morfologicamente ímpar no contexto das Misericórdias: duas tribunas-vão sobrepostas que rasgam todo o alçado da casa do despacho e da nave da igreja ao nível do piso térreo e do superior. Destaca-se pelo tamanho do vão, que geralmente se assumia como um vão de dimensões reduzidas ou medianas, mas que neste caso compreende sete vãos. De igual modo evidencia-se por ter dois registos sobrepostos, definidos por colunas e entablamento (Anexo I [fichas] - Melo e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Por outro lado, Pinhel e Torre de Moncorvo são os dois únicos edifícios que apresentam duas tribunas-vão semelhantes e confrontantes, uma em cada alçado da nave (Anexo I [fichas] – Pinhel e Torre de Moncorvo e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

No caso de Pinhel uma das tribunas dá para a casa do despacho e a outra está entaipada. Em Torre de Moncorvo, uma das tribunas está próxima da casa do despacho e a outra não tem actualmente ligação a qualquer outro compartimento, excepto ao que lhe dá acesso. Em ambos os casos existia um coro, que foi desmantelado e que daria mais sentido à existência desta dupla tribuna, interligando-a. Outra hipótese, que podemos apenas comprovar para Pinhel, é a existência de um edifício contíguo à igreja que daria acesso a esta

tribuna. Podemos até supor, embora reconhecendo a necessidade de mais investigação sobre o tema, que as tribunas teriam usos diferenciados: a que se encontra próxima da casa do despacho destinava-se, como é comum, aos oficiais da Misericórdia e a outra, que fisicamente confronta com esta, estaria destinada a outro tipo de pessoas, por exemplo, doentes ou peregrinos acolhidos pela confraria.

Um outro caso com múltiplas tribunas é Murça, com quatro pequenas tribunas-vão, simples, com molduras rectas em cantaria, que se apresentam sobrepostas e confrontantes. Este facto tão pouco usual no contexto das Misericórdias pode estar relacionado com a hipótese deste edifício ter sido capela de uma casa particular posteriormente adaptada a sede da confraria. Este edifício tem duas divisões na parte posterior da cabeceira, sobrepostas, sendo que a inferior comunica com um pequeno compartimento onde se encontra o lavabo da sacristia e com a igreja por portas que ladeiam o altar-mor. Ao nível do piso superior existem vãos no próprio alçado que colocam a divisão e a igreja em comunicação (Anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão] e casa do despacho).

Também Buarcos é uma situação a destacar, única no conjunto dos exemplares estudados, pois junto ao vão da tribuna, na parte da casa do despacho, exhibe um cadeiral tipo banco de espaldar, onde se sentariam os oficiais e que evidencia uma proximidade morfológica com as tribunas-cadeiral comum nas naves; embora estas sejam mais elaboradas e decoradas. Sendo plausível admitir que esta situação pudesse existir noutras igrejas (Anexo I [fichas] - Buarcos e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão] e casa do despacho).

Na Pederneira uma demolição retirou sentido à tribuna. Esta apresenta-se bastante complexa com quatro vãos delimitados por conjuntos de três colunas com capitéis jónicos e fustes estriados sustentando entablamento. Revela ainda vestígios de policromia e as inscrições: «1642» e «ANNOS». Actualmente está fechada na parte posterior por um vitral, mas de acordo com a lógica interna de organização espacial das Casas da Misericórdia, deveria existir um edifício confrontante com a igreja, possivelmente destruído ou demolido. Neste edifício funcionaria a primitiva casa do despacho ou existiria

uma casa da tribuna, que se ligaria à actual casa do despacho localizada na parte posterior da capela-mor (Anexo I [fichas] - Pederneira e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Nas Misericórdias de Alcochete, Alenquer, Campo Maior, Castelo de Vide, Coruche, Benavente, Viana do Castelo e Vila Ruiva a tribuna-vão localiza-se na parede oposta à capela-mor, onde habitualmente se localizava o coro. E em todos os casos o vão abre-se nesta parede porque a casa do despacho está em eixo com a igreja (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Em alguns casos, como Alenquer e Viana do Castelo, para além do vão existe também um coro, com o qual não comunica (Anexo I [fichas] - Alenquer e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Nos casos em que a fachada principal é axial, é comum existir uma galilé interior ou exterior suportando a casa do despacho tal como acontece em Alcochete, Campo Maior, Coruche e Vila Ruiva (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]). No entanto, a maioria dos edifícios com casa do despacho no alçado oposto à capela-mor tem fachada principal lateral. Com excepção de Campo Maior e Castelo de Vide que apresenta galilé interior; nos outros casos o piso térreo, sob a casa do despacho, é ocupado por outras dependências (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Existem também casos de edifícios com casa do despacho no eixo da igreja e no alçado oposto à capela-mor, que optaram por tribuna-coro com uma porta de ligação entre a casa do despacho e o coro como acontece em Montemor-o-Velho e Tomar (Anexo I [fichas] – Tomar e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Dentro deste contexto interessa destacar Coruche, cuja casa do despacho está localizada em eixo com a igreja, confrontante com o início da nave, e que exhibe três tribunas de duas tipologias distintas: cadeiral e vão (um no alçado lateral e outro no alçado axial da nave), dispondo ainda de um coro. É possível que a primitiva tribuna fosse o vão de grandes dimensões que existe na parede partilhada pela igreja e casa do despacho, que deveria ter a amplitude de coluna a coluna. Posteriormente deve ter sido adossado o coro, ao nível do

vão; este foi parcialmente entaipado de modo a abrir duas portas que assegurariam o acesso ao coro (Anexo I [fichas] - Coruche e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Algumas tribunas-vão parecem ter sido alteradas quer ao nível da morfologia quer da distribuição espacial; casos de Almada, Ladoeiro e Louriçal. Nos dois primeiros existe apenas um vão cujo acesso foi alterado e possivelmente a relação espacial entre a igreja e o edifício anexo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

No Louriçal a tribuna está actualmente entaipada, mas por fotografias antigas é possível ver que o vão estava separado por uma coluna, podendo indicar que a estrutura era mais complexa e que integrava outros elementos.

Encontramos também outras tribunas-vão entaipadas em Aljubarrota, Azinhaga, Batalha, Cantanhede (vista pelo exterior), Idanha-a-Nova e vestígios de tribuna-vão em Penela, possivelmente por perda da sua função original e ou substituição por outra tipologia (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Este tipo de tribuna que foi muito comum nos séculos XVI e XVII, permanece em exemplares mais tardios como Alvorninha, Pereira e Vila Nova de Anços, no esquema de vários vãos delimitados por coluna e entablamento, semelhante ao que se encontra noutros edifícios da região centro. Vai também ser utilizado, embora em menos escala, em edifícios setecentistas; no entanto, modifica-se o perfil do arco e a guarda passa a ser mais saliente e curvilínea, como sucede em Algodres, Alpedrinha, Covilhã, Fornos de Algodres, Galizes, Guarda, Lagos, Mangualde Miranda do Douro, Monchique, Trancoso, Santa Comba Dão, Vila da Feira.

VII. Uma outra questão relacionada com a tribuna-vão é o facto de algumas estarem atribuídas a tribuna de doentes. Ou seja, espaços onde os doentes assistidos pelas Misericórdias podiam assistir às celebrações religiosas que decorriam na igreja. Este tema é bastante complexo e na nossa investigação não encontramos qualquer documento que ajude a esclarecê-lo.



Estas atribuições têm origem na bibliografia local e na tradição. Por exemplo, para a Azinhaga é referido que o vão existente no alçado da nave “servia para qualquer doente, em estado mais crítico, assistir à missa”<sup>1118</sup>. Também em Peniche existe tradição semelhante, que atribuiu o vão existente no alçado da igreja a uma tribuna de doentes, reforçada pela existência de um cadeiral na igreja que é considerado o cadeiral dos irmãos.

Ainda que considerássemos qualquer uma destas hipóteses, o caso de Peniche é bem explícito: a sala contígua à igreja, onde se abre a arcaria, tem um armário-arquivo embutido, assumindo-se como uma sala com funções administrativas, ou seja, a casa do despacho; o que consideramos invalida a suposição de ser um espaço destinado aos doentes.

Um outro caso também bastante explícito é o de Benavente. Nesta igreja existem dois vãos sobrepostos no alçado oposto à capela-mor, um no piso inferior que faria a ligação entre a igreja e as enfermarias do hospital; e outro, com perfil diferenciado e no segundo registo, e que é a tribuna dos oficiais que comunica com a casa do despacho. Existe uma referência documental que corrobora esta indicação: c. 1564 relata-se a conclusão da “*casa grande para os pobres*”: uma casa térrea construída ao longo da rua, no seguimento da igreja, com leitos para os pobres e uma janela grande de grades, por baixo da casa do despacho, para que os doentes “*podessem ver Deus no altar maior*”<sup>1119</sup> (Anexo I [fichas] - Benavente e anexo V [fotos] – tribuna [tribuna-vão]).

Configuração semelhante teria o edifício de Castanheira do Ribatejo, de que apenas subsiste uma planta setecentista que mostra duas enfermarias paralelas, no eixo da igreja e na direcção da capela-mor, e que propõe uma alteração à “*porta donde os doentes ouvem Miça*”. O novo projecto “*para os enfermos poderem das suas camas ouvire Miça*” concretizava-se em “*tapar de matereal a porta que de presente existe, onde esta o numero -11- pintado d'amarelo e levantando ao mesmo tempi as honbreiras das novas portas do*

<sup>1118</sup> BARREIROS, Augusto Souto – **Azinhaga: Livro de Horas**. Chamusca: Câmara Municipal da Golegã, Junta da Freguesia de Azinhaga, 1995, p. 16.

<sup>1119</sup> AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**. Benavente: Câmara Municipal de Benavente, 1981, pp. 109 - 110.

*mercurio*  $\triangle$  e depois abris o vão  $\Phi$  das duas novas portas na altura da que existe, e nesta forma fica o inferno ouvindo Miça e rogando ao Senhor Ihe de saude e aos bemfeitores. O que de presente não há”. Esta planta era acompanhada por uma carta de Vicente Gomes Sotto Mayor dirigida ao provedor do hospital, dizendo que se remete a planta para por ela se continuar a obra da igreja começando pelo corpo da igreja para se colocar altar no arco cruzeiro e se poder começar a dizer Missa e depois terminar a capela-mor e o altar do Senhor dos Passos<sup>1120</sup> (Anexo II [tabela 7], Castanheira do Ribatejo).

Estes exemplos provam que em alguns casos existia efectivamente uma relação directa entre os diferentes espaços que compunham a Casa da Misericórdia; designadamente, entre as enfermarias e a igreja; todavia, este temas necessita uma cuidada investigação, caso a caso, até porque sabemos que muitas destas enfermarias tinham altares ou oratórios onde eram celebrados os ofícios divinos<sup>1121</sup>.

No entanto, existem outras igrejas onde surgem vãos semelhantes aos de Benavente e Castanheira, que não se podem relacionar com a tribuna dos oficiais e que poderiam ter uso semelhante aos das referidas Misericórdias. São os casos de Ponte de Lima e Torres Novas. Neste último caso é também um vão de maior largura do que uma porta comum, previsto na construção mais antiga pois a sua existência é respeitada pelo revestimento azulejar com as restantes portas, janelas, púlpito e tribuna-vão (Anexo V [fotos] – tribuna dos doentes).

Ainda neste contexto gostaríamos de destacar uma situação ocorrida em Lagos nos inícios do século XVII. Um acórdão saído da reunião dos oficiais regista “*se taparia a jenella que está feita na Igreja donde ouvião missa os Governadores*”. O mesmo documento acrescenta que esta foi mandada fazer por D. João de Castro, governador do Algarve de 1614 a 1620; um ano após a sua saída a

<sup>1120</sup> Arquivo da Misericórdia de Vila Franca de Xira, fundo da Misericórdia da Castanheira, E/012 – **plantas do novo projecto para os enfermos poderem das suas camas ouvir a missa, da extinta irmandade da Misericórdia da Castanheira** (1768). Inédito. Ver anexo IV [docs.], documento 1 – Castanheira.

<sup>1121</sup> Sobre os retábulos das enfermarias ver cap. IV. 3.4.3 Equipamento – retábulo, púlpito e coro.

Misericórdia toma a decisão por “*se achar que era grande inconveniente estar a dita jenella aberta e indicência do culto divino e perjuizo do ospital [...] por não ter [...] outra serventia senão por elle, e finalmente por se devassar a caza e ofessinas da dita Misericórdia*”<sup>1122</sup>.

VIII. A segunda tipologia de tribuna que queremos analisar é a tribuna-cadeiral; equipamento móvel, em madeira que pode apresentar diferentes graus de complexidade. Desde o banco corrido com espaldar a estrutura com assentos individualizados, espaldar e guarda ornamentados e com revestimento veludo. Apresenta-se em dois tipos diferentes: justaposto ao alçado da nave ou suspenso sobre mísulas em cantaria ou estrutura em madeira (Anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Actualmente os exemplares mais antigos que subsistem podem ser datados do século XVII, mas a grande maioria são do século XVIII a XX.

No entanto, uma das referências documentais explícita que comprova a existência da tribuna-cadeiral antes dessas data, consta de um documento da Misericórdia do Porto datado de 1584 sobre a decisão dos oficiais acordarem “*na igreya se fesese hum asiento pera nos dias de preguacão e oraguos da casa se asentarem o prouedor e mays da meza e tesoureyro da Casa*”<sup>1123</sup>. O facto de referir um “*asento*” exclui qualquer outro tipo de tribuna, para além do cadeiral, que são efectivamente mais do que assentos, têm uma implicação espacial e exigem uma intervenção no espaço.

Esta tipologia de tribuna localiza-se geralmente na nave, próximo da capela-mor ou do cruzeiro; e mais raramente localiza-se no próprio cruzeiro, como sucede em Braga, Palmela, Proença-a-Velha e Silves ou capela-mor (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Assenta sobre um soco ou mais raramente sobre uma base misulada como se verifica na Chamusca, Crato e Torres Novas que, em alguns casos como

---

<sup>1122</sup> Transcrição do acordo da mesa em CORRÊA, Fernando Calapez - **Elementos para a História da Misericórdia de Lagos**. [S. l.]: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Lagos no V Centenário da sua Fundação, 1998, p. 502.

<sup>1123</sup> Cfr., Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, D, Bco 8, n.º 2, fls. 46 v. – 47.

Alenquer, Proença-a-Velha, Tavira [desmantelada], as eleva até à altura do cruzeiro. As excepções são Alcáçovas e Sesimbra que estão ao nível do pavimento (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

No caso das tribunas-cadeiral suspensas estas localizam-se a uma cota superior relativamente ao pavimento e são suportadas por mísulas em cantaria (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

A sua morfologia pode variar entre o cadeiral de espaldar, com banco corrido sem diferenciação de lugares<sup>1124</sup> ou cadeiras individualizadas.

O espaldar podia ser em madeira ou simplesmente marcado através de pintura ou estuques em revelo; podia ser comum ao banco ou estar definido individualmente para cada assento. Nesta individualização era dado destaque ao assento do provedor, podendo assumir-se como um assento individual, de maior dimensão, decoratividade ou complexidade formal<sup>1125</sup>. Pode variar entre a utilização de materiais distintos como em Borba e Redondo, e o uso de elementos diferenciadores como braços, pernas, heráldica, cabeceira recortada<sup>1126</sup>.

Esta tipologia de tribuna apresenta-se protegida com uma guarda em madeira, apainelada ou composta por balaústres e mais raramente em ferro como se pode verificar em Sousel. Quando existia uma proximidade com o cruzeiro a guarda podia ser comum aos dois espaços como sucede em Torres Novas (Anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]). Actualmente de todas as tribunas-cadeiral, apenas Arraiolos e Proença-a-Velha não apresentam guarda,

---

<sup>1124</sup> Tribuna-cadeiral tipo banco corrido com espaldar sem diferenciação de lugares: Alvaro, Braga, Óbidos, Proença-a-Velha [desmantelada], Tavira [desmantelada], Samora Correia, Torres Vedras, Torrão, Vila Franca de Xira (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

<sup>1125</sup> Tribuna-cadeiral com cadeira do provedor individualizada e destacada: Alenquer, Atouguia da Baleia, Crato, Portel, Sesimbra, Torres Novas (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

<sup>1126</sup> Tribuna-cadeiral com cadeira do provedor individualizada pelo uso de elementos diferenciadores: Alandroal, Alcáçovas, Alenquer, Alter do Chão, Arraiolos, Atouguia da Baleia, Azurara, Aveiro, Borba, Colares, Crato, Évora, Portel, Porto, Proença-a-Velha, Redondo, Sesimbra, Sousel, Torres Novas, Torres Vedras, Vila do Conde (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

possivelmente por alterações à configuração do equipamento (Anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Um documento relativo à Misericórdia de Braga avança com uma razão para este facto: as grades destinavam-se a fechar “*os assentos dos irmãos da Mesa, pelo perigo e inconvenientes que do contrário podiam resultar nas ocasiões e funções públicas da Casa*”<sup>1127</sup>.

O acesso mais comum neste tipo de tribuna é feito por portinhola integrada na estrutura do cadeiral; outro acesso é através do cruzeiro<sup>1128</sup>. Silves tem um acesso único, pela sacristia, que comunicava com a casa do despacho, através de uma vão que se rasgou no alçado onde está o retábulo-mor (Anexo I [fichas] - Silves e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

A tribuna-cadeiral na sua morfologia suspensa tem uma maior implicação espacial do que o cadeiral comum. Não considerando as excepções de Alter do Chão, com acesso por escadas integradas na tribuna, e Crato e Portel, por escada no interior do alçado da nave, o acesso é feito por compartimento contíguo à igreja (Anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Este compartimento exterior à igreja evidencia grande proximidade com a casa do despacho. Existindo uma porta, mais ou menos discreta, integrada na estrutura do cadeiral, que podia reverter num assento do próprio cadeiral, como se evidencia no Alandroal e Redondo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]). No caso do Redondo é possível ver que o acesso foi construído intencionalmente como um estreito corredor adossado à única fachada lateral da igreja<sup>1129</sup>. Nesta Misericórdia a casa do despacho comunicava com o coro, possivelmente usado pelos oficiais como tribuna,

<sup>1127</sup> CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: obras nas Igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços. Devoções (da 2ª metade do século XVI à 1ª década do século XX)**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2001, p. 24.

<sup>1128</sup> Tribunas-cadeiral com acesso pelo cruzeiro: Alenquer, Atouguia da Baleia, Proença-a-Velha, Tavira [desmantelada], Torres Novas, Torres Vedras (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

<sup>1129</sup> Situação semelhante encontra-se em Peniche para o caso do púlpito; este é posterior à campanha primitiva e não podendo localizar-se no alçado onde fazer um acesso fácil possivelmente por já existirem outras ocupações, como o vão da tribuna ou a tribuna cadeiral; construiu-se o que a documentação designa por um corredor, exterior à igreja, “*com a obra do corredor e púlpito que se fes de novo e banquetas do altar*” (69\$590 reis), Arquivo da Misericórdia de Peniche, livro 150 - **Receita e despesa** (1635 – 1716), fl. 30 v. Inédito.

antes da existência deste cadeiral; o coro é de grandes dimensões e ocupa uma parte significativa da nave.

Algumas tribunas foram intervencionadas. Em Arronches, Azinhaga, Terena e Tavira foram desmanteladas; nos dois primeiros casos restam as mísulas de suporte. No Montijo, Palmela, Proença-a-Velha e Tavira substituídas por exemplares recentes e muito simplificados (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Também em Évora o cadeiral foi substituído recentemente. Apresenta-se como uma estrutura em madeira assente sobre soco, com espaldar e fechado com guarda de balaústres. Nesta estrutura estão colocadas catorze cadeiras individuais de braços, tendo a do provedor decoração em relevo e o escudo da Misericórdia. Fotos antigas existente no SIPA, datadas de 1943, mostram apenas uma estrutura de madeira simples, composta por base e espaldar, semelhante à de Silves, onde deveria existir pelo menos um banco corrido<sup>1130</sup> (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Para a Misericórdia de Setúbal, cuja igreja foi destruída, mas de que subsiste uma planta da igreja, regista-se a existência de uma tribuna que apenas pode ser uma tribuna cadeiral no corpo da nave (Anexo V [fotos] – igrejas desaparecidas, Setúbal).

IX. No contexto da tribuna-cadeiral queremos destacar alguns elementos exemplares, todos posteriores ao período a que se dedica esta investigação, porque como já salientámos os vestígios materiais que subsistem são maioritariamente setecentistas.

Em Alter do Chão a tribuna, já barroca, apresenta-se como um cadeiral de estrutura de madeira suspensa, com acesso por escadas integradas (Anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]). Esta é a que morfologicamente mais se aproxima

---

<sup>1130</sup> Fotografias antigas em NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Évora**. SIPA n.º PT040705210062. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2002. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

do modelo de cadeiral da confraria do Santíssimo Sacramento comum nas igrejas da ilha da Madeira. Estas, enquanto estruturas adossadas ao alçado da nave e elevadas relativamente ao pavimento, são as que se apresentam mais semelhantes ao conceito de tribuna que estamos a analisar neste capítulo, usado fora do contexto das Misericórdias.

Um outro caso que queremos salientar são as tribunas da Lourinhã e Samora Correia. São compostas por cadeirais inseridos em vãos cegos nos alçados das igrejas. Estes são definidos por arco com perfil “asa de cesto” e fechado por guarda de balaústres; o acesso é feito por porta que comunica com divisão contígua à igreja (Anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Um caso menos comum mas muito interessante é o da Chamusca. A actual tribuna combina um vão que comunica com a casa do despacho, e que seria a tribuna primitiva, com uma estrutura cadeiral suspenso que assimilou o vão. O acesso faz-se por uma porta no átrio, que comunica com a casa do despacho. O cadeiral de espaldares individualizados e banco corrido adossa-se ao alçado e também ao vão (Anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Poderá ter ocorrido o mesmo fenómeno na Erra, onde aparece uma teia de madeira com marcação de treze bandas verticais, possível reminiscência de um cadeiral (Anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Uma outra variante rara é o cadeiral sob a forma de banco corrido em alvenaria ou cantaria adossado aos alçados, e que encontramos em Idanha-a-Velha. É fruto de um restauro mas, supostamente, baseando-se no que existia anteriormente; surge também localizado nas naves de Alcantarilha, Salvaterra do Extremo, Segura e Viana do Alentejo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Para esta tipologia de tribuna existe um documento da Misericórdia de Torres Vedras, datado de 1710, que nos dá informações muito relevantes sobre este equipamento: reforça a ideia de que era um espaço de diferenciação social com impacto no espaço interior da igreja. Por este motivo o documento regista que, quando se construiu a igreja, houve a preocupação e pensar e conceber

um espaço para a tribuna. Assim, decidiram os irmãos que se “*deuia na parede da parte do Evangelho deixar logo lugar para se formar a meza dos irmãos*”; no entanto, após a colocação do cadeiral, considerou-se que “*empedia muito a vista as pessoas que ficão de fora naquella parte de sorte que se não vião daquella parte os altares nem os saserdotes dizendo missas*”, assim, os irmãos decidem votar as hipóteses: “*ficar a dita meza no estado em que se achava ou se cortandosse mais na largura e rebaixandosse na altura que tinha ficaria mais perporcionada ao impedimento que fazia*”, decidindo-se pela opção de se intervencionar o cadeiral<sup>1131</sup>.

XI. A tipologia de tribuna estrutura suspensa relaciona-se de perto com a tipologia tribuna-cadeiral.

Consiste numa estrutura em madeira, mais raramente em cantaria, adossada ao alçado da nave mas suspensa a uma cota elevada. É um espaço onde se poderia colocar assentos ou um cadeiral, mas que é independente deles. Dito de outro modo, em termos de conceito assemelha-se à tribuna-cadeiral na sua variante suspensa, mas os assentos não fazem parte da sua composição, são autónomos.

São poucos os exemplares desta tipologias: Abrantes, Cabeço de Vide, Campo Maior, Fronteira, Medelim, Montemor-o-Novo, Monsaraz, Nisa, Sardoal, Seia (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

A mais elaborada é a de Abrantes, datável do século XVIII e composta por um estrado saliente e uma guarda de balaustres e três pilares que sustentam uma arquitrave e cornija que delimitam as três faces da tribuna; O sobrado é suportado por grandes mísulas e o acesso é feito pela casa do despacho (Anexo I [fichas] - Abrantes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

A tribuna-estrutura suspensa de Fronteira é uma estrutura em cantaria com guarda de balaústres com um grande impacto no espaço interior. Integra um cadeiral composto por banco corrido em madeira, suportado por mísulas de

---

<sup>1131</sup> Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **Livro de acórdãos** (1700-1752), fl. 31 v..



cantaria e com espaldar em estuque relevado (Anexo I [fichas] - Fronteira e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Em Nisa e Sardoal a estrutura é muito mais simplificada, assemelhando-se a um estrado delimitado por uma guarda plena, tudo em madeira e suportado por mísulas em cantaria. E em Seia apenas a guarda é diferente: composta por balaústres e com perfil contra-curvado (Anexo I [fichas] – Nisa e Sardoal e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Sendo que Nisa é um caso especial porque tem duas tribunas tipologicamente semelhantes, mas confrontantes, e integram banco corrido. A do lado direito, ocupa todo o alçado, tem acesso por escada na capela-mor que comunica com um vão na parede do arco triunfal e permite acesso ao coro por vão semelhante na enjuta do arco que o sustenta. Dada a existência do que parece uma porta entaipada no alçado da capela-mor junto a este vão, é possível que existisse alguma ligação entre o hospital, que se adossa à igreja, e que esta tribuna e coro pudessem funcionar como espaço para doentes, o que justificaria a existência de duas tribuna confrontantes. No entanto, não existe qualquer dado concreto sobre esta hipótese. A outra tribuna tem acesso por porta na casa do despacho e integra e permite acesso ao púlpito; e obviamente seria a tribuna dos oficiais (Anexo I [fichas] - Nisa e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Para as restantes tribunas desta tipologia o acesso é feito maioritariamente pela casa do despacho ou por divisão contígua, tal como para as anteriores tipologias (Anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

Uma outra situação comum quando existe esta tipologia de tribuna é a conjugação do coro, podendo resultar de uma intervenção conjunta no espaço. É o caso de Medelim e Monsaraz em que a tribuna se assume como um prolongamento do coro, formando uma estrutura em “L”, formal e morfologicamente semelhantes. Em Medelim é uma estrutura em madeira suspensa nos alçados na nave e a uma cota superior e com guarda de balaústres. O acesso à tribuna e coro é feito por escada adossada ao alçado da nave (Anexo I [fichas] - Medelim e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

O exemplo de Monsaraz é um pouco diferentes. As estruturas podem resultar de campanhas distintas, embora apresentem uma guarda comum; neste caso o acesso à tribuna é feito pelo coro.

Algumas tribunas desta tipologia foram desmanteladas; em Arronches e Terena restam as mísulas de suporte, não sendo possível saber se era cadeiral ou tribuna suspensa. Em Mirandela temos a certeza de que a tribuna, que foi derrubada, era uma tribuna estrutura suspensa, porque existem fotografias antigas, anteriores à intervenção de c. 1989 – 90<sup>1132</sup>. Estas mostram a tribuna composta por base assente sobre mísulas e com uma guarda em ferro fundido, com acesso por escada encostada ao alçado da nave e com um banco corrido (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [cadeiral]).

XII. Para terminar falta caracterizar a tribuna-coro; no capítulo anterior, IV. 3.4.3 Equipamento – retábulo, púlpito e coro, já apresentámos a linhas gerais sobre esta temática.

Tal como foi possível verificar, no ponto em que nos referimos aos antecedentes das tribunas, estas, enquanto estruturas elevadas, podiam servir diferentes finalidades<sup>1133</sup>. Ou seja, podiam servir a função coral ou, com morfologias semelhantes, podiam servir de tribunas palatinas ou reais, onde importantes figuras assistiam às celebrações que decorriam na igreja.

No entanto, ao contrário de outras formas de tribuna, a tribuna coral ou coro foi-se impondo e tornando-se indispensável no campo da liturgia e ganhando uma autonomia própria que passa pela afirmação da designação «coro» ou «coro-alto».

Consideramos que muitas das estruturas que hoje identificamos no contexto das Misericórdias como coro ou coro-alto terão servido como tribuna dos

---

<sup>1132</sup> Fotografias antigas em JANA, Ernesto, COSTA, Marisa, NOÉ, Paula – **Igreja e hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela**. SIPA n.º PT010407210017. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1994, 2001, 2007. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1133</sup> Ver cap. IV. 3.4.3 Equipamento – retábulo, púlpito e coro.

oficiais, e para as diferenciar de outros tipos de tribuna e pela sua proximidade morfológica como o coro-alto, designamos por tribuna-coro.

O que não podemos assegurar é que todos os coros tenham servido a função de tribuna, mesmo no caso de igrejas que não têm outro tipo de tribuna, como são os casos de Almendra, Albufeira, Alcácer do Sal, Alcantarilha, Alcobaça, Arez, Caminha, Castro Verde, Colos, Constância, Gouveia, Lavre, Loulé, Mação, Monsanto, Olivença, Penamacor, Portalegre, Proença-a-Nova, Rosmaninhal, Santarém, Santiago do Cacém, Segura, Tomar, Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [coro]).

Em alguns destes edifícios é possível relacionar os coros com as campanhas arquitectónicas primitivas como acontece em Constância, Tomar e Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [coro]).

Um dos casos mais emblemáticos é o de Montemor-o-Novo. Neste edifício existem três tipos de tribunas: cadeiral e estrutura suspensa datáveis do século XVIII e coro de inícios do século XVII. Este terá constituído a primitiva tribuna do edifício. Por um lado a data de construção do coro e casa do despacho coincidem temporalmente e por outro estes dois espaços estão unidos por um vão. Esta porta permitia ao provedor e oficiais o acesso directo ao coro para assistirem às celebrações que decorriam na igreja (Anexo V [fotos] – tribuna [coro]).

De igual modo, em Azinhaga, Caminha e Vila do Conde, apesar de exibirem vários tipos de tribuna, a tribuna-coro deve ter sido a primitiva, pois existe um acesso, por galeria alpendrada, que liga directamente a casa do despacho à igreja (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [coro] e galeria).

E também na Azambuja a situação terá sido semelhante; neste edifício a Casa do despacho localiza-se no eixo da igreja, sobre a entrada principal, tal como em Alcochete, Coruche e Vila Ruiva, e este espaço tem uma porta de comunicação directa para o coro (Anexo V [fotos] – tribuna [coro]).

XIII. O último ponto que queremos destacar relaciona-se com o facto de ser bastante comum a existência de tribunas de diferentes tipologias num mesmo espaço. O mais comum é a existência de coro conjugado com outra tipologia de tribuna. Como já referimos salvaguardamos a questão de em alguns edifícios o coro exercer a sua função habitual, semelhante à desempenhada em outros espaços religiosos.

No entanto, alguns casos são excepcionais pela multiplicidade de tipologias e morfologias.

Designadamente, Torres Novas que apresenta quatro tribunas, duas tipo vão, um cadeiral e coro. A primitiva tribuna deve ter sido o vão de maiores dimensões que apresenta uma ligação muito próxima com a casa do despacho. Estaria prevista desde o início, como nos apercebemos pelo contorno do revestimento azulejar, semelhante aos dos outros vãos, janelas e portas, pinturas e púlpito existentes na igreja. O mesmo não acontece com o coro e com o cadeiral que se sobrepõem ao revestimento azulejar sem existir o contorno dos seus elementos através da barra. O cadeiral é setecentista mas, seria o que permitiria uma maior proximidade entre os irmãos oficiais e a celebrações que se realizavam nas capelas<sup>1134</sup> (Anexo V [fotos] – tribuna [várias tribunas]).

Idêntica é a situação em Coruche com tribuna cadeiral, dois vãos e coro. É possível que a primitiva tribuna fosse o vão de grandes dimensões que existe na parede partilhada pela igreja e casa do despacho, com uma amplitude de coluna a coluna. Posteriormente o vão foi entaipado, acrescentado o coro e abertas duas portas de acesso no vão (Anexo I [fichas] - Coruche e anexo V [fotos] – tribuna [várias tribunas]).

Também em Soure constata-se a existência de tribuna vão, janela e coro. Todas se direccionam para a casa do despacho, sendo que ao coro apenas se tem acesso por esta. A questão do aparecimento de pequenos vãos tipo janela poderá indiciar um tratamento diferenciado da figura do provedor, mas não

---

<sup>1134</sup> Sobre o cadeiral setecentista ver GREGÓRIO, Paulo Renato Ermitão - **A Igreja da Misericórdia de Torres Novas: estudo monográfico (1572 - 1700)**. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2005, pp. 99 – 101.

temos qualquer dado sólido que ateste esta hipótese (Anexo V [fotos] – tribuna [varia tribunas]).

Borba também evidencia três tribunas: vão, coro e cadeiral suspenso. Tal como no exemplo anterior, a primitiva tribuna seria o vão ou o coro, devido às suas características estéticas e à proximidade com a casa do despacho.

Outros exemplos como Samora Correia e Vila Franca de Xira dispõem também de tribuna cadeiral, coro e vão (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – tribuna [várias tribunas]).

Indubitavelmente a tribuna dos oficiais é um dos equipamentos mais marcantes no contexto das Casas da Misericórdia.

Independentemente da sua tipologia e morfologia, que como vimos podem ser muito variadas, têm sempre uma função diferenciadora de um grupo social relativamente a outro: um grupo que era privilegiado devido às funções que desempenhavam no interior da confraria, configurando deste modo a sua própria orgânica.

Demonstram ainda que algumas das acções inerentes ao quotidiano da confraria tinham uma repercussão arquitectónica clara, embora mais ou menos evidente, dependendo do tipo de tribuna escolhida.

#### **IV. 3.4.5 Decoração integrada**

Após a análise dos elementos arquitectónicos e de equipamento que caracterizam as igrejas que integram as Casas da Misericórdia, gostaríamos, ainda que brevemente pois é todo um outro campo de estudo, de referir que estes espaços são decorados com um conjunto de manifestações artísticas integradas de diferentes épocas.

Nestes espaços encontramos pintura mural, azulejaria, esgrafitos, estuques, elementos em madeira entalhada, pintura decorativa sobre tela em exemplares dos séculos XVI ao XIX. O número de elementos quinhentistas é pequeno, mas permite vislumbrar as suas características e o modo como foram concebidos estes espaços. O século XVII está muito representado ao nível da azulejaria de padrão e o XVIII com a profusão de elementos em madeira entalhada e dourada que cobrem os alçados e enquadram os vãos. Aos desta cronologia e aos oitocentistas faremos apenas breve referência, por sair claramente do âmbito desta investigação.

Destes elementos decorativos os que se relacionam claramente com as campanhas primitivas, século XVI – primeira metade do XVII, é sem dúvida a azulejaria, a pintura mural e o esgrafito e são estes que destacaremos. As restantes, como estuques, pintura sobre tela e elementos em madeira entalhada, são sempre resultantes de intervenções setecentistas e oitocentistas, e por isso não abordaremos neste capítulo apesar de estarem identificadas para cada Misericórdia na correspondente ficha analítico-descritiva (Anexo I [fichas]).

De referir também que pela temática que muitos destes elementos representam, não se assumem apenas com uma intenção decorativa mas também programática, difundindo as componentes específicas da actividade assistencial das confrarias da Misericórdia e as suas devoções próprias.

Esta característica percorre todas as manifestações desde as «Obras de Misericórdia» da azulejaria barroca, à «N. Sra. Misericórdia» da azulejaria seiscentista, aos símbolos marianos, caritativos e cenas da «Paixão de Cristo» dos estuques oitocentistas.

I. A primeira constatação que queremos fazer é a dificuldade de, na actualidade, avaliar o programa decorativo primitivo de muitas Misericórdias, encoberto pelo tempo, por remodelações posteriores e por intervenções de restauro.

São vários os casos que confirmam esta situação: as pinturas murais de Évora que eram a decoração primitiva do espaço e que estão ocultadas por pinturas sobre tela setecentistas; os esgrafitos seiscentistas de Ferreira do Alentejo que foram descobertos numa intervenção de restauro em 2011; o restauro estilístico que depurou a igreja de Beja da sua decoração de pintura mural, azulejaria e estuques em relevo<sup>1135</sup>.

Este processo tem uma dupla vertente, a que é própria do tempo, em que os elementos são substituídos por questões de actualização estética, como referem documentos para Braga: entre 1662/1664 a igreja foi revestida com azulejo<sup>1136</sup>, como refere uma acta da reunião dos oficiais: “[...] *foi proposto que as cazas das santas Misericórdias deste Reino estauão todas ueneradas e com todo o conserto, assi das cazas como de jgreias exeluxadas [sic] o que faltaua nesta sendo das primeiras em que deuia auer toda a coriozidade e reuerencia como deligencia pera que nella nam faltase a perfeiçam que se permite a huma caza tam autorizada e que botassem se era bem que se mandasse azeluxar*”<sup>1137</sup>. E em 1795 decide-se “*deitar abaixo todo o azulejo*” e fazer “*uma cinta à roda*”<sup>1138</sup>, o que configura a substituição natural de uns elementos por outros.

Uma outra vertente é a remoção destes elementos devido à dessacralização do espaço e a sua adaptação a outra finalidade. Portalegre e Tancos foram privadas dos seus revestimento azulejares, que foram recolocados na Igreja de S. Lourenço e na Igreja matriz de Tancos<sup>1139</sup> respectivamente (Anexo I [fichas]

<sup>1135</sup> Cfr., as fotografias que integram o SIPA, Igreja da Misericórdia de Beja (SIPA n.º PT040205130006) disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1136</sup> CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: obras nas Igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços. Devoções (da 2ª metade do século XVI à 1ª década do século XX)**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2001, pp. 19-20.

<sup>1137</sup> Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, 8 - **6º livro de termos** (séc. XVII), fls. 4 v. – 5 v.

<sup>1138</sup> CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: obras nas Igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços**, p. 75.

<sup>1139</sup> As referências bibliográficas afirmam que o revestimento azulejar da Misericórdia de Tancos foi retirado pela antiga DGEMN/ actual IRU e recolocado na igreja matriz; dada a diferença de dimensão entre os dois edifícios seria importante esclarecer onde foi aplicado e se foi conjugado com algum anteriormente existente.

– Portalegre e Tancos. Processo semelhante ocorreu em Moura (Anexo I [fichas] – Moura).

Ou devido á destruição, o edifício da Misericórdia de Grândola era revestido a painéis de azulejos conforme refere um artigo publicado na **Revista Portugal-Brasil** que, além de uma breve descrição, apresenta também um desenho do exterior do edifício<sup>1140</sup>; este foi demolido no século XX para a construção do Cine-Teatro Grandolense e o seu património móvel e o integrado foi vendido<sup>1141</sup>.

II. Ao longo do tempo, numa perspectiva diacrónica, relativamente ao número de vestígios que permanecem e no tópico concreto do século XVI, temos que destacar o papel da azulejaria. Ou seja, é uma manifestação que foi recorrente na decoração dos espaços das Misericórdias do século XVI ao XIX, representando na actualidade, ao nível dos elementos decorativos, o que apresenta maior número de exemplares, subsistindo também em exemplares quinhentistas.

No contexto das Casas da Misericórdia, estas composições revestiam os alçados da igreja, mas também da sacristia<sup>1142</sup>, da casa do despacho<sup>1143</sup>, espaços de circulação e outras dependências.

Nas igrejas cobriam os alçados da nave, do cruzeiro, da capela-mor e a face do cruzeiro; constatando-se que evidenciam uma grande diversidade de morfologias: silhares, silhares baixos, silhares altos e revestimento total do alçado. Todos de topo recto, apenas em Alhos Vedros e Tavira os silhares são de topo recortado (Anexo I [fichas] – Alhos Vedros e Tavira).

Os silhares, nas suas diferentes dimensões estão relacionados com composições figurativas e de padrão, enquanto o revestimento da totalidade do

<sup>1140</sup> **Grândola**. *Brasil – Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Lisboa: Companhia Nacional Editora. III, 60 (16 Jul 1901), pp. 185 e 187.

<sup>1141</sup> Cfr., SILVA, Germesindo - **A fundação da Santa Casa da Misericórdia de Grândola**, pp. 26-27 e 30.

<sup>1142</sup> Sacristia com revestimento azulejar: Elvas, Montemor-o-Velho, Palmela, Samora Correia, Torres Vedras, Vila Franca de Xira.

<sup>1143</sup> Casas do despacho com revestimento azulejar: Abrantes, Montemor-o-Velho, Samora Correia, Santarém, Vila Franca de Xira.



alçado está associado a composições de padrão, com excepção de Arraiolos, Olivença e Viana do Castelo que apresentam composições narrativas (Anexo I [fichas] correspondentes).

Destacaremos os conjuntos por cronologia (Anexo I [fichas] correspondentes):

- Século XVI: Alcobaça, Alenquer, Azinhaga, Azurara, Montemor-o-Velho, Santarém, Sesimbra, Tomar;
- Século XVII: Alcácer do Sal, Almada, Alverca, Atouguia da Baleia, Beja, Borba, Buarcos [1651], Caminha, Constância, Faro [1685], Golegã, Montemor-o-Novo, Montijo, Óbidos, Palmela, Pederneira, Pernes, Samora Correia, Tancos [deslocados], Tarouca, Torres Novas, Viana do Alentejo, Vila do Conde, Vila Real, Vila Ruiva, Vila Viçosa, Vimieiro;
- Século XVIII: Alandroal, Alhos Vedros, Arraiolos, Barreiro, Chaves, Évoramonte, Portalegre [deslocados], Redondo, Sardoal, Sertã, Soure, Tavira, Viana do Castelo, Vila Franca, Vila Viçosa;

Os indícios de revestimentos azulejar quinhentista nas Casas da Misericórdia são escassos. Os que ainda subsistem evidenciam a simplicidade das composições e o seu poder ornamental. Oscilam entre a simples alternância de azulejo azul com azulejo branco como verificamos em Alcobaça e Tomar e o enxaquetado com diferentes graus de complexidade, que encontramos em Montemor-o-Velho e Sesimbra (Anexo I [fichas] correspondentes).

No entanto, a avaliar pelos vestígios actualmente existentes, podemos afirmar que a azulejaria seiscentista foi o mais relevante modo de decoração ou renovação decorativa do interior das igrejas recorrendo a composições de padronagem, como é possível constatar pelo número significativo de exemplos; com destaque para o revestimento da totalidade dos alçados interiores<sup>1144</sup>.

---

<sup>1144</sup> Igrejas com revestimento da totalidade dos alçados interiores com azulejaria de padrão do séc. XVII: Constância, Golegã, Óbidos, Palmela, Pernes, Torres Novas, Viana do Alentejo, Vila do Conde, Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes). Ver classificação tipológica em

O revestimento total é muitas vezes complementado na parede fundeira da igreja, capela-mor, com composição retabular em talha que ocupa toda esta parede<sup>1145</sup> ou com revestimentos a cantaria enquadrando as capela-mor e colaterais<sup>1146</sup> numa lógica de decorativismo seiscentista ao modo de obra de arte total.

Quando a opção era o silhar, a parte superior dos alçados podia ser apenas rebocada ou ter outro tipo de decoração; por exemplo em Alcácer do Sal e no Montijo este espaço foi decorado com estuques em relevo e em Constância a parte do alçado do cruzeiro, que não tem azulejos, foi decorada com pintura mural (Anexo I [fichas] correspondentes).

Em Vila Ruiva o revestimento azulejar, que foi removido, era conjugado com a pintura mural (Anexo I [fichas] – Vila Ruiva).

A iconografia representada estava de acordo com as características estéticas dominantes nos diferentes períodos cronológicos. Para o século XVII existem representações figurativas (Anexo I [fichas] correspondentes):

- «N. Sra. Misericórdia»: Pederneira (está alterado com azulejos fora de ordem), Pernes [fachada principal], Vila Verde dos Francos, Vimieiro [fachada principal];
- «Santíssimo Sacramento»: Alvito, Montijo, Vila Viçosa;
- «Calvário»: Torres Novas.

No entanto, a maioria dos exemplares são composições de padrões, quer enxaquetados da tradição quinhentista quer «tipo tapete» que são os mais representativos (Anexo V [fotos] - azulejaria). Das composições decorativas queremos referir ainda as pontas de diamante de um silhar baixo que reveste a nave e capela-mor de Samora Correia e as albarradas existentes em Tarouca.

---

SIMÕES, João Miguel dos Santos - **A Azulejaria em Portugal no Século XVII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

<sup>1145</sup> Revestimento azulejar da totalidade dos alçados da igreja conjugado com composição retabular que ocupa toda a parede fundeira: Arouca, Constância, Palmela, Tarouca (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>1146</sup> Revestimento azulejar da totalidade dos alçados da igreja conjugado com revestimento da cantaria do alçado da parede fundeira enquadrando as capelas: Óbidos, Torres Novas, Vila do Conde (Anexo I [fichas] correspondentes).

Quando se opta pelo revestimento da totalidade dos alçados, utilizam-se pelo menos dois painéis, com dois padrões diferentes organizados de diferentes modos.

Na Atouguia da Baleia os dois padrões diferentes são usados do seguinte modo: o mais complexo nos alçados da nave e o mais simplificado no soco da tribuna dos oficiais e nas faces do cruzeiro (Anexo I [fichas] - Atouguia). Por outro lado, em Viana do Alentejo existe um padrão nos alçados da nave e da capela-mor e outro distinto sobre o arco triunfal (Anexo I [fichas] – Viana do Alentejo).

No entanto, o modo mais comum de conjugar os distintos padrões é a sua utilização em registos sobrepostos (Anexo V [fotos] - azulejaria). Em Constância, os alçados estão revestidos na sua totalidade por painéis de azulejos organizados em dois registos com dois padrões diferentes. O padrão do primeiro registo da nave é de menores dimensões (2 x 2) e o do segundo registo é mais complexo (4 x 4). Seguem o mesmo esquema os revestimentos de Palmela, Pernes, Torres Novas e Vila do Conde, podendo variar o número de azulejos; Isto é, em Pernes o padrão inferior é de 4 x 4 e o superior 6 x 6 (Anexo I [fichas] correspondentes).

Outras situações menos comuns referem-se à existência de três padrões distintos, como acontece em Vila do Conde, em que os alçados da nave e capela-mor são revestidos com dois registos num total de três padrões diferentes; sendo que o padrão do primeiro registo da nave repete-se no segundo registo da capela-mor (Anexo I [fichas] – Vila do Conde). E também em Pernes com um padrão na capela-mor, ainda que organizado em dois registos, e outros dois padrões na nave, um mais simplificado de 4 x 4 e outro mais complexo no segundo registo de 6 x 6.

Verifica-se igualmente a organização dos painéis em dois registos, mas com padrão idêntico em ambos como acontece no Montijo e Vila Viçosa (Anexo I [fichas] – Montijo e Vila Viçosa). Ou ainda, uma composição única como acontece na Golegã com um padrão de 2 x 2 revestindo o amplo espaço da nave e arco triunfal (Anexo I [fichas] - Golegã).

Em Óbidos o revestimento é organizado em três registos de padrão, todos 4 x 4, sendo o inferior diferente dos outros dois; apenas junto à cabeceira existem painéis com padrão distinto de 2 x 2 (Anexo I [fichas] - Óbidos).

Para o século XVIII as temáticas sofrem um incremento seguindo a evolução da própria azulejaria; aparecem sob a forma de painéis historiados monocromáticos (azul e branco)<sup>1147</sup> sendo as principais representações:

- «Obras de Misericórdia»<sup>1148</sup>: Arraiolos; Arruda dos Vinhos [na capela-mor as corporais], Alhos Vedros [no coro-alto as corporais]; Chaves<sup>1149</sup>; Évora, Évoramonte [nave], Olivença, Redondo [capela-mor], Tavira, Vila Franca de Xira;
- «Ciclo da Vida da Virgem»: Alhos Vedros [nave]; Évoramonte [capela-mor], Portalegre [deslocados]), Sertã [capela-mor];

Como podemos constatar, alguns dos edifícios quincentistas foram decorados com azulejaria setecentista figurativa que privilegiava as temáticas caritativas e marianas, perfeitamente em sintonia com a natureza da confraria<sup>1150</sup>. No entanto, existiam outros temas menos comuns mas interessantes de registar: «Ciclo da vida de João Baptista» (Barreiro), «Ultima Ceia» e «Lava-pés» (Alvito), «Visitação» (Alenquer), «símbolos e emblemas» (Évora), «composições ornamentais» (Barreiro, Sardoal, Vila Viçosa [vestígios]), «Caridade» (Barreiro), «Fé», «Esperança» e «Justiça» (Arraiolos) (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>1147</sup> Alguns edifícios construídos no século XVIII também apresentam revestimentos azulejares com composições monocromáticas e figurativas são os casos de Mangualde e Pereira.

<sup>1148</sup> Sobre a representação das «Obras de Misericórdia» em azulejaria ver CARVALHO, Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de -.... **Por amor de Deus - Representação das Obras de Misericórdia, em painéis de azulejo, nos espaços das confrarias da Misericórdia, no Portugal setecentista**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2. 2007. Tese de Mestrado.

<sup>1149</sup> Cfr., CARVALHO, Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de -.... **Por amor de Deus - Representação das Obras de Misericórdia, em painéis de azulejo, nos espaços das confrarias da Misericórdia, no Portugal setecentista**.

<sup>1150</sup> Ver cap. II.2.2 Acção cultural e artística das Misericórdias.

Uma situação pouco comum regista-se na igreja da Casa da Misericórdia do Porto. Em finais do século XIX, c. 1880, a nave é revestida com azulejos de estampilha azuis e brancos, conjugando as habituais composições vegetalistas com outras de temática eucarística, produzidos na fábrica de Sto. António do Vale da Piedade em Gaia<sup>1151</sup>.

III. A pintura mural é outra das manifestações artísticas utilizada para a decoração das Casas da Misericórdia, nomeadamente das suas igrejas. Da campanha primitiva, século XVI a princípios de XVII, restam alguns exemplares, seguramente uma pequena parte do que teria existido. Como comprovam os vestígios subsistentes, que se resumem a composições fragmentada e que estão ou estiveram ocultadas por outras formas decorativas.

Um dos exemplos mais paradigmáticos é o de Évora, cuja parte superior dos alçados laterais da nave apresenta, encobertas pelas pinturas sobre tela, composições de pintura mural representando «N. Sra. Misericórdia» e «Obras de Misericórdia corporais e espirituais»<sup>1152</sup>. Estão atribuídas a José Escovar e são datáveis de finais século XVI – princípios do século XVII (Anexo I [fichas] – Évora).

A representação das «Obras de Misericórdia» surge também no revestimento pictórico dos alçados da Misericórdia de Cabeção, datando possivelmente dos primeiros anos da centúria de seiscentos, e da Misericórdia de Lavre, já de setecentos (Anexo I [fichas] – Cabeção).

<sup>1151</sup> QUARESMA, Maria Clementina Carvalho - **Inventário artístico de Portugal: cidade do Porto**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1995, p. 190.

<sup>1152</sup> Estas pinturas foram descobertas quando se procedeu ao restauro das telas em 1985 e efectuado pelo Arquitecto José Miguel Potes Cordovil, levantando-se a hipótese de também existir a mesma manifestação artística de baixo dos azulejos, cfr., LAVAJO, Joaquim Chorão - **A Misericórdia de Évora no último quartel do segundo milénio**. Évora: Santa Casa da Misericórdia de Évora, 2000, p. 105; MENDEIROS, José Filipe - **Igreja da Misericórdia de Évora**. 3ª ed. revista. Évora: Gráfica Eborense, 2000, p. 11. A atribuição de autoria e proposta de cronologia cfr., SERRÃO, Vítor - **A Pintura Proto-Barroca em Portugal: 1612-1657**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1986-1987. 1, p. 51.

Um outro caso é Vila Nova da Baronía que apresenta composições em pintura mural que mesclam o decorativo com o figurativo e que revestem as coberturas, parcialmente os alçados da capela-mor e nave e o arco triunfal. Das composições narrativas destacamos as imagens de Santos, o «Lava-pés», «Última Seia», «Símbolos da Paixão» e «obras de Misericórdia corporais» (Anexo I [fichas] – Vila Nova da Baronía).

Também em Vila Ruiva subsistem fragmentos de composições policromas nos alçados da capela-mor, com a representação do «Lava-pés», «Última Ceia» e elementos decorativos; que, tal como no caso de Évora, estiveram cobertas por pinturas sobre tela, que foram transferidas para a matriz<sup>1153</sup>. E em Odemira todo o interior da igreja apresenta vestígios de composições figurativas em pintura mural (Anexo I [fichas] – Odemira).

Do conjunto das composições cariz decorativo destaca-se o revestimento das colunas de Santarém, essencialmente ornamental recorrendo a composições vegetalistas tipo brutesco e representação de alegorias: «Fé», «Justiça» e «Caridade».

Recentemente em Arez foi posto a descoberto, através de sondagens, vestígios de pintura mural, com composição de enxaquetados policromos, datáveis de inícios do século XVII e que deve constituir a primitiva decoração da capela-mor (Anexo I [fichas] – Arez).

Para além dos vestígios materiais subsistente sabemos também por referências documentais que muitos edifícios apresentavam como complemento do programa arquitectónico, pintura e douramento das suas estruturas, que actualmente são muito escassos; como os casos da primitiva cabeceira de Braga, do arco triunfal de Penes, abóbada da capela-mor de Ponte de Lima (Anexo I [fichas] correspondentes).

A pintura mural foi também utilizada durante o século XVIII para proporcionar uma actualização estética dos edifícios, tal como os revestimentos azulejares. Destaque para a campanha que em Mogadouro revestiu a capela-mor, alçados

---

<sup>1153</sup> BORGES, Emília Salgado - **O concelho de Cuba: subsídios para o seu inventário artístico**. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Cuba, 1999, p. 167.

e cobertura, com representações narrativas nos alçados e pequenas composições figurativas com «Cenas da Vida de Cristo» nos caixotões da abóbada. Esta intervenção está datada de 1788 e foi realizada pelo pintor Manuel Teixeira de Matos<sup>1154</sup>. Uma outra realidade setecentista é a pintura em composições ornamentais, tais como as das coberturas das capelas-mor de Leiria, Nisa e Terena e, as «Obras de Misericórdia» enquadradas por estuques relevados de Montemor-o-Novo (Anexo I [fichas] correspondentes).

Igualmente datado do século XVIII, mais concretamente 1767, é a pintura sobre madeira que reveste os alçados e coberturas da capela-mor de Estombar: são composições policromas com elementos ornamentais que se destacam por serem em suporte madeira posteriormente aplicadas aos paramentos.

Outras igrejas apresentam composições fragmentadas compostas por alguns vestígios difíceis de datar, como Freixo de Espada à Cinta, Mação e Odemira ou em composições sobrepostas como em Arez. Estas últimas em composições de retábulos fingidos sobrepostos originários de campanhas decorativas com cronologias distintas (Anexo I [fichas] correspondentes).

Destaque também para campanhas de pintura mural oitocentista, em coberturas e/ou alçados, recriando a noção de obra de arte total seiscentista, como acontece em Almodôvar, Alvito, Braga, Castro Verde e com menos intensidade no Louriçal (Anexo I [fichas] correspondentes).

O caso de Coruche é bastante curioso. Os alçados da igreja e os seus elementos arquitectónicos estão revestidos com pintura simulando marmoreados. Este revestimento transforma e oculta de tal modo a estrutura primitiva que muitos autores lhe atribuem uma datação posterior (Anexo I [fichas] – Coruche).

---

<sup>1154</sup> MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **La arquitectura religiosa en la antigua diócesis de Miranda do Douro de 1545 - 1800**. Valladolid: Universidad de Valladolid. 1, p. 301.

IV. Por último referir os esgrafitos e os estuques que se assumem como formas decorativas relacionadas com as construções primitivas das Casas da Misericórdia.

Um caso único é os esgrafitos da Misericórdia de Ferreira do Alentejo patentes no exterior e interior do edifício (Anexo I [fichas] – Ferreira).

Descobertos no âmbito da intervenção de restauro que se realiza para transformar o espaço em núcleo museológico municipal<sup>1155</sup>, decoram os contrafortes exteriores, o interior das abóbadas da nave e o arco que define a tribuna dos oficiais. Os contrafortes exteriores e intradorso da abóbada apresentam simulação de cantaria aparelhada, os arcos do alçado denticulado e as nervuras a simulação de cantaria aparelhada; o arco, face e intradorso, que define a tribuna evidencia motivos geométricos (Anexo I [fichas] – Ferreira).

Também a decoração da cobertura da igreja que integra a Casa da Misericórdia de Alcáçovas é baseada em esgrafitos de base geométrica (Anexo I [fichas] – Alcáçovas) e em Arouca a igreja tem um friso, no topo dos alçados laterais e acima o revestimento azulejar, com motivos geométricos e vegetalistas estilizados.

Os estuques que serão uma forma decorativa muito comum nos finais do século XVIII – XIX aparecem nas coberturas de Évora e Portalegre, com função essencialmente decorativa baseada em elementos de cariz geométrico. O geometrismo dará lugar a representações figurativas como símbolos marianos, caritativos e cenas da «Paixão de Cristo» que encontraremos em Fronteira, Montemor-o-Novo e Tomar (Anexo I [fichas] correspondentes).

A decoração integrada é uma forma singular de colmatar a simplicidade arquitectónica dos edifícios quinhentistas e seiscentistas produzidos em Portugal, dando-lhe um reforço ornamental e simbólico.

---

<sup>1155</sup> A intervenção ainda estava em curso em Maio de 2011, altura da nossa visita ao edifício e encontrava-se parada por questões da responsabilidade do empreiteiro não se prevendo a data do seu término.



Os programas tinham uma dupla componente, ornamental e propagandística, apresentando temas relacionadas com as especificidades programáticas das confrarias da Misericórdia, com a sua acção assistencial baseada no cumprimento das Obras de Misericórdia e espirituais baseadas na devoção à Paixão de Cristo, como forma de conversão individual dos irmãos. Estes dois aspectos reflectem-se mais efectivamente nos temas tratados nas formas de decoração integradas como azulejaria e pintura mural.

#### IV. 4.4.6 Cobertura interior

O estudo das coberturas quinhentistas das igrejas que integram as Casas da Misericórdia é talvez um dos mais difíceis. O número de exemplares é reduzido. E as que seguramente podemos identificar para este período são de uma tipologia específica, não permitindo uma imagem de conjunto desta problemática. Referimo-nos às abóbadas, sendo que terão existido coberturas em madeira, tal como comprova a documentação coeva e os exemplares actuais destas tipologias que certamente substituíram coberturas similares. Este facto está relacionado com a durabilidade de cada um destes tipos de cobertura; as coberturas em alvenaria e cantaria, abóbadas e cúpulas, são mais resistentes, as coberturas em madeira, tectos, são mais frágeis e deterioráveis e mais facilmente substituíveis.

Para além das evidências dadas pelos vestígios actualmente existentes, encontramos também dados documentais que corroboram esta ideia. Apenas dois exemplos: em Vila Real sabemos que em 1672 o tecto da igreja foi pintado de brutesco por iniciativa do provedor Mathias Alvares Mouram<sup>1156</sup> e em Sintra um documento de 1575 refere-se à cobertura da capela-mor da Misericórdia de Sintra como *“capella d’abobada toda lavrada d’estuque d’artesois e obra romana, cousa muito nobre que lhe tem custado perto d’oitenta mill reis”*<sup>1157</sup>.

<sup>1156</sup> TEIXEIRA, Ricardo, NOÉ, Paula – **Capela da Misericórdia de Vila Real/Igreja da Misericórdia de Vila Real**. SIPA n.º PT011714230089. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000, 2007. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>

<sup>1157</sup> Documento transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. 4, p. 81.

I. As tipologias de cobertura utilizadas durante o século XVI nas igrejas das Casas da Misericórdia variam entre o tecto em madeira, a abóbada e, mais raramente, a cúpula.

O tipo e as características das coberturas estão intimamente relacionados com a planimetria do edifício e variam em função desta.

De acordo com os tipos gerais de planimetrias que definimos para as igrejas que integram as Casas da Misericórdia no capítulo IV. 3.4.1 Planimetrias podemos constatar uma das três situações que referimos em seguida.

Algumas vezes a cobertura da nave e a da capela-mor são diferenciadas e têm tipologias distintas; assim regista-se:

- Abóbada na capela-mor e tecto na nave: Algosó, Almendra, Alvalade, Arez, Cano, Freixo de Espada à Cinta, Idanha-a-Nova, Montemor-o-Velho, Terena, Tomar (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - coberturas);
- Tectos diferenciados em ambos os espaços: Golegã, Lousã, Sardoal, Sertã (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - coberturas);
- Abóbadas diferenciadas em ambos os espaços: Aljustrel, Arronches, Beringel, Borba, Castro Verde, Colos, Elvas, Ferreira do Alentejo, Mora, Redondo (fruto de uma remodelação seiscentista ou setecentista na nave), Viana do Alentejo, Vila Nova da Baronia, Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - coberturas).

As excepções são a Amieira e Torre de Moncorvo (ainda que a abóbada da nave seja falsa), com abóbada na nave e tecto na capela-mor.

Estas situações correspondem a uma tipologia de nave rectangular e capela-mor também rectangular mas de menores dimensões do que nave.

No caso de abóbadas e tectos, quando são diferenciados na nave e na capela-mor, podem ter idêntica ou distinta tipologia (Anexo I [fichas] correspondentes e

Anexo V [fotos] - coberturas). Podendo aparecer em múltiplas combinações: aresta e nervuras (Evoramonte), berço e berço em penetrações (Vila Ruiva). Ou apenas de uma tipologia: berço (Cabeção, Vila Nova da Baronía) e nervuras (Borba, Vila Viçosa). Situação semelhante acontece com os tectos, ainda que de diferentes perfis: Álvaro, Caminha, Elvas, Golegã, Mação, Penamacor, Pinhel, Póvoa e Meadas, Proença-a-Nova, Sardoal, Sertã, Sesimbra, Tavira (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - coberturas). Geralmente o da nave é de três panos, mais simplificado, e o da capela-mor mais complexo, com cinco panos ou com perfil de berço com caixotões, algumas vezes pintados.

O uso de abóbadas diferenciadas na nave e na capela-mor, mas semelhantes morfologicamente, em geral de berço, será muito comum em períodos posteriores juntamente com a generalização de um tipo de planimetria de igreja de nave única rectangular a que se adossa um outro rectângulo de menores dimensões correspondente à capela-mor. Verifica-se nomeadamente em edifícios que sofreram obras de renovação no século XVIII, tais como Alandroal, Alcobaca, Alter do Chão, Bragança, Castelo Branco, Crato, Guarda, Olivença, Viseu, entre outros (Anexo V [fotos] - coberturas).

O outro modelo a prolongar-se no tempo foi o uso de abóbada na capela-mor e tecto, geralmente de três panos, na nave; este último principalmente em igrejas que seguramente já teriam este tipo de tecto e que foram remodeladas em séculos posteriores, não se alterando esta característica, como acontece em Samora Correia, Salvaterra de Magos, Vila Franca de Xira (Anexo V [fotos] - coberturas).

Uma outra variante é quando a cobertura da igreja é única<sup>1158</sup> coincidindo com planimetria de igreja de nave única/três naves<sup>1159</sup> com ou sem cruzeiro elevado e com ou sem capela-mor e colaterais inscritas. São maioritariamente tectos de

---

<sup>1158</sup> Igrejas com cobertura única: Abrantes, Alcáçovas, Alcochete, Alenquer, Alhos Vedros, Almada, Alvito, Atougua da Baleia, Azinhoso, Benavente, Castro Vicente, Constância, Coruche, Évora, Fronteira, Ladoeiro, Lourical, Medelim, Melo, Mértola, Monsanto, Moura, Óbidos, Palmela, Pederneira, Pedrógão Pequeno, Penas Roias, Penela, Pinhel, Portalegre, Portel, Proença-a-Velha, Santarém, Segura, Tentúgal, Torrão (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - coberturas).

<sup>1159</sup> Ver neste capítulo mais à frente as especificações sobre os edifícios de três naves.

madeira com perfil de três panos. São exceções as abóbadas de berço de Alcáçovas, Alcácer do Sal, Évora de Alcobaça e Silves, a de nervuras de Santarém e os tectos de dois panos de Ladoeiro, Lourical e Segura (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - coberturas).

Contudo, existe uma hierarquia do espaço, que também se reflecte na utilização das abóbadas; dito de outro modo, a complexidade das abóbadas está relacionada com uma hierarquia do espaço. Este conceito, válido para o século XVI e para os posteriores, está patente no uso de abóbada na capela-mor e de tecto na nave e no uso de abóbadas ou tectos mais complexos e ornamentados na capela-mor e mais simplificados na nave.

Apenas em Arronches a situação é contrária: a abóbada mais elaborada surge na nave, possivelmente pela necessidade de cobrir um vão de maior dimensão, composto por um único tramo de abóbada. A capela-mor, mais pequena, tem uma abóbada mais simplificada (Anexo I [fichas] - Arronches e Anexo V [fotos] - coberturas).

II. Passamos agora à caracterização das coberturas que seguramente se podem associar ao século XVI e que são exclusivamente abóbadas como já explicitámos. Estas apresentam diferentes tipologias (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - coberturas):

- Abóbada de nervuras simples: Beja [naves], Beringel, Castro Verde [nave], Colos [nave], Évoramonte, Ferreira do Alentejo [nave], Santarém, Viana do Alentejo;
- Abóbada de nervuras com combados: Aljustrel [capela-mor], Borba [capela-mor], Freixo de Espada à Cinta, Redondo [capela-mor];
- Abóbada polinervada: Algosó [capela-mor], Aljustrel [nave], Arronches, Borba [nave], Colos [capela-mor], Freixo de Espada-à-Cinta [capela-mor], Montemor-o-Novo [nave], Terena [capela-mor], Vila Viçosa [nave];

- Abóbada artesoada: Amieira, Beja [tramo do cruzeiro], Castro Verde [capela-mor], Mora [nave];
- Abóbada de aresta: Évoramonte [capela-mor], Idanha-a-Nova [capela-mor]), Vila Ruiva [capela-mor];
- Abóbada de berço: Alcácer do Sal, Alcáçovas, Almendra, Alvito, Arez [capela-mor, com caixotões], Cabeção, Cuba, Elvas [naves], Évora, Évora de Alcobaça, Guimarães, Mértola, Montemor-o-Velho [capela-mor, com caixotões], Moura, Óbidos, Portalegre, Portel, Silves, Sobreira Formosa, Tancos, Vidigueira, Vila do Conde [capela-mor, com caixotões], Vila Nova da Baronia, Vila Viçosa [capela-mor];

As abóbadas mais comuns são as de nervuras, nas suas diferentes tipologias, e as de berço, pois são efectivamente as mais correntes na prática arquitectónica quinhentista.

Para além das suas características morfológicas podiam aparecer decoradas com elementos diversos. Este trabalho ornamental apresenta diferentes cronologias e temáticas e aplica-se a diferentes tipologias como veremos. Mas são geralmente posteriores à primitiva campanha de obras; quase sempre setecentistas e incidem sobretudo em pintura decorativa (Borba, Redondo, Santarém, Terena, Vila Viçosa) e estuques (Alcácer do Sal, Évora, Portalegre, Porto, Tomar) (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - coberturas).

O essencial da decoração coetânea das abóbadas de nervuras é a escultura em relevo nas chaves; toda a restante ornamentação com base em pintura é posterior. Destacamos a chaves da abobada de Arronches que estão decoradas com escudo real, cruz da Ordem de Cristo e elementos florais; e a

inscrição «MIA» que aparece na chave da abóbada da capela-mor de Colos<sup>1160</sup> (Anexo I [fichas] Arronches e Colos e Anexo V [fotos] - coberturas).

De referir o caso excepcional da Misericórdia de Ferreira do Alentejo cuja abóbada da nave se encontra decorada com esgrafito seiscentista: composições geométricas e simulação de cantaria aparelhada (Anexo I [fichas] - Ferreira e Anexo V [fotos] - coberturas). A abóbada de Alcáçovas também se encontra decorada com esgrafitos de temática geometrizante (Anexo I [fichas] - Alcáçovas e Anexo V [fotos] - coberturas).

Uma outra questão que importa referir é que muitas destas abóbadas de nervuras, principalmente as que se localizam na zona do Alentejo como as de Aljustrel, Borba, Colos, Evoramonte, Vila Viçosa, são da segunda metade do século XVI e apresentam-se com esta morfologia de tradição tardo-medieval que marcou bastante esta região geográfica. Mas com uma estética maneirista-chã de simplicidade e despojamento formal e decorativo: nervuras de perfil quadrangular, chaves e mísulas sem ornamentação (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - coberturas).

As abóbadas de berço assentam-se sobre cornija e podem apresentar arcos torais suportados por mísulas que se localizam junto ao arranque da abóbada, como se verifica no Alvito, Cuba, Évora, Moura, Silves, Vila Nova da Baronia ou caixotões como em Arez, Montemor-o-Velho [capela-mor], Tancos, Vila Real [cabeceira inscrita]) (Anexo I [fichas] correspondentes e Anexo V [fotos] - coberturas).

Uma outra opção para esta tipologia de abóbadas era a decoração em estuque. A cobertura de Évora, entre os arcos torais e as próprias arquivoltas, encontra-se decorada com elementos em estuque relevado formando caixotões quadrangulares e ovais (Anexo I [fichas] - Évora e Anexo V [fotos] - coberturas). Também em Portalegre recorreu-se a elementos em estuque relevado formando caixotões quadrangulares e outros geométricos,

---

<sup>1160</sup> A abóbada da capela-mor de Freixo de Espada à Cinta também apresenta chaves esculpidas em relevo conjugada com pintura decorativa setecentista, no entanto, parece algo posterior, possivelmente da mesma campanha da pintura. Ver Anexo I [fichas] - Freixo.

complementados por altos-relevos policromados, colocados sobre a cornija e figurando Santos (Anexo I [fichas] - Portalegre e Anexo V [fotos] - coberturas). Um outro exemplo com este tipo de decoração é Sintra embora actualmente já não exista vestígios. Como já indicámos um documento de 1575 refere que a cobertura da capela-mor era “*d’abobada toda lavrada d’estuque d’artesois e obra romana, cousa muito nobre que lhe tem custado perto d’oitenta mill reis*”<sup>1161</sup>.

Estas abóbadas quer pela sua decoração, quer pelas suas características morfológicas conferem ao espaço alguma monumentalidade, que podia ser reforçada por outros elementos decorativo, como sucede em Vila Nova da Baronia como o revestimento pictórico da totalidade da cobertura (Anexo I [fichas] – Vila Nova da Baronia e Anexo V [fotos] - coberturas).

III. Após enunciarmos as características gerais destas coberturas quinhentistas, queremos destacar um conjunto de casos especiais.

Iniciamos com Beja. A Casa da Misericórdia de Beja é um espaço preexistente construído para uma funcionalidade específica – açougue da cidade, que foi readaptada para servir uma nova função – Casa da Misericórdia. A campanha de construção e de remodelação foram separadas apenas por alguns anos; no entanto, os princípios estéticos que as orientaram foram bem distintos. Esta situação influi por um lado no facto da igreja ter dois tipos de coberturas e por estas serem estilisticamente diferentes (Anexo I [fichas] – Beja).

A abóbada da construção primitiva, que cobre dois tramos das três naves, é uma abóbada de nervuras com arcos torais e formeiros sustentados por colunas de características e gosto renascentista. A da campanha posterior que cobre o cruzeiro, terceiro tramo da nave, tramo acrescentado, é uma abóbada de artesoado suportada por pilares, mais simplificada e estilizada ao gosto *chão* (Anexo I [fichas] – Beja e Anexo V [fotos] - coberturas).

---

<sup>1161</sup> Documento transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. 4, p. 81.

Também é merecedor de realce o caso do Porto com duas abóbadas distintas, uma na capela-mor quinhentista e outra na nave, fruto da campanha setecentista. No entanto, conhecemos por dados documentais a primitiva cobertura da nave: “*abóbada de pedraria de rompantes e cruzeiros; os painéis sam de pedraria cham com sua alquitrava, friso e cornija*”<sup>1162</sup>. Por seu lado a capela-mor, incluindo a abóbada, seguem o modelo da capela-mor do mosteiro de Santa Maria de Belém. A vários níveis conjunto único no contexto das Misericórdias, composto por dois tramos rectangulares e um semi-circular de remate, organizados em dois registos com ordens sobrepostas e coberta por abóbada de berço nos tramos rectangulares e quarto de esfera no semi-circular (Anexo V [fotos] - coberturas).

Uma outra situação que queremos destacar é as das igrejas de três naves, que no âmbito das Misericórdias são em número reduzido. Existem apenas quatro exemplares, Elvas, Santarém, Segura e Tavira. As suas coberturas variam entre a abóbada, para as duas primeiras e o tecto para as duas últimas. No caso de Santarém a abóbada é de nervuras, comum às três naves e em Segura o tecto é de duas águas também comuns às três naves (Anexo I [fichas] – Santarém e Segura e anexo V [fotos] - coberturas). Em Elvas cada nave tem a sua abóbada de berço, situação semelhante em Tavira, mas com tectos com perfil idêntico ao das abóbadas (Anexo I [fichas] – Elvas e Tavira e anexo V [fotos] - coberturas).

No contrato da obra de Tavira estava previsto o abobadamento das naves o que não corresponde ao que existe actualmente. A opinião dos autores divide-se entre o não se ter construído as abóbadas e o existirem e estarem ocultadas pelo actual tecto<sup>1163</sup>. No entanto, um dos livros de receita e despesa indica que em 1686 foi realizada uma intervenção nas colunas<sup>1164</sup>; juntando estes dois dados, consideramos a hipótese da abóbada ter ruído e da intervenção nas

<sup>1162</sup> SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**. Catálogo de Exposição, [S. l.]: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995., p. 31, citando documento do Arquivo da Misericórdia do Porto, secção H, banco 7, n.º 16, fl. 31 v..

<sup>1163</sup> ANICA, Arnaldo Casimiro - **O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade – notas**. Tavira: Santa Casa da Misericórdia de Tavira, 1983, p. 112.

<sup>1164</sup> Arquivo da Misericórdia de Tavira, **Livro de receita e despesa** (séc. XVII), [s.p.].



colunas resultar desse problema, tendo-se optado pela colocação de uma cobertura em madeira.

Também a questão das coberturas em madeira é bastante complexa; é difícil identificar como quinhentistas os tectos existentes; o que se pode afirmar com alguma segurança é que os actuais substituiriam coberturas primitivas também em madeira.

Actualmente o perfil mais comum é o de três panos; no entanto, encontramos também tectos de cinco panos com caixotões<sup>1165</sup>, de dois panos<sup>1166</sup> e com perfil de abóbada de berço por vezes rebaixada<sup>1167</sup> (anexo V [fotos] - coberturas).

Um caso muito interessante está relacionado com a cobertura de madeira da nave da Misericórdia de Vila do Conde. É uma obra datada de seiscentos, composta por caixotões de diferentes dimensões e complementados por florões em madeira entalhada e dourada. No Arquivo da Misericórdia conservam-se os desenhos do projecto desta obra (anexo V [fotos] - coberturas).

De igual modo, Peniche destaca-se pela diferença. É também uma obra seiscentista, composta por um conjunto de telas pintadas com discreta caixilharia em madeira, articuladas em fiadas de cinco telas cada, desde a porta de entrada até ao cruzeiro. Formando uma cobertura de cinco panos, num enorme programa iconográfico-catequético composto por cenas da Paixão e outros momentos da vida de Cristo («Transfiguração», «Lava-pés», «Jesus e a samaritana», «Jesus em casa de Maria e de Marta», «Tentações no deserto», «Última ceia») (anexo V [fotos] - coberturas).

Noutros locais foi usada uma estratégia semelhante: em Arouca com «Santos» e «Evangelistas», «cenas da Paixão e vida de Cristo» e da «vida da Virgem»; na capela-mor de Pinhel e de Álvaro com a representação de «Santos» e «Evangelistas»; em Tarouca com «cenas da vida de Cristo» e «Santos»; e,

---

<sup>1165</sup> Igrejas com tectos de cinco panos com caixotões: Braga, Montemor-o-Velho [nave], Pinhel, Tomar (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>1166</sup> Igrejas com tectos de dois panos: Algosó [nave], Arez, Cós, Freixo, Ladoeiro, Louriçal, Segura (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>1167</sup> Igrejas com tectos com perfil de abóbada de berço por vezes rebaixada: Azinhoso, Medelim, Óbidos, Pederneira, Tavira (Anexo I [fichas] correspondentes).

possivelmente em composição mais modesta, em Segura de que restam apenas vestígios, uma tábuia pintada com representação figurativa (anexo V [fotos] - coberturas).

IV. Um outro tipo de cobertura utilizada nas igrejas das Casas da Misericórdia quinhentistas foi a cúpula; são poucos os exemplares comparando com outros tipos de coberturas: capelas-mor de Alvalade, Elvas e Pernes e no cruzeiro de Faro.

As capelas de Alvalade, Elvas e Pernes são espaços de planta quadrangular cobertos com cúpula suportada por trompas nos ângulos; sendo esta última decorada cm caixotões (Anexo I [fichas] – Alvalade e Pernes e anexo V [fotos] - coberturas). Este modelo com cobertura da capela-mor vai surgir posteriormente, nos séculos XVII e XVIII, em outros exemplares alentejanos como Pavia e Monsaraz e em Viana do Castelo.

Faro apresenta uma planta centralizada, em cruz grega, única no contexto da arquitectura quinhentista das Misericórdias. Este tipo de planimetria propicia uma tipologia específica de cobertura: os braços da cruz apresentam abóbadas de berço e o cruzeiro, de intercepção dos braços, uma cúpula assente sobre trompas (Anexo I [fichas] – Faro e anexo V [fotos] - coberturas).

Um outro caso muito interessante é Odemira, e também único no âmbito da temática desta investigação. A planta da igreja é rectangular, a cobertura de perfil oval é em madeiras e assenta em trompas de ângulo. No entanto, o edifício é contrafortado exteriormente, sendo plausível levantar a hipótese de ter existido ou de ter sido projectada uma cobertura em abóbada para este espaço, que foi construída e ruiu ou que nunca chegou a concretizar-se (Anexo I [fichas] – Odemira e anexo V [fotos] - coberturas).

V. Para terminar gostaríamos de mencionar que a utilização de abóbadas, para o período em estudo, tem uma repercussão no exterior do edifício, na sua concepção e volumetria.

Muitos dos exemplares que apresentam abóbadas, independentemente da sua tipologia aparecem com os alçados exteriores contrafortados; dito de outro modo, os edifícios contrafortados apresentam coberturas em abóbada<sup>1168</sup>. Isto é válido para as abóbadas de nervuras em nave única como em Ferreira ou em três naves como em Santarém; para as abóbadas de berço como a Évora e Arraiolos; para as igrejas com fachada axial como Moura e para as de fachada principal lateral como Aljustrel; assim como para edifícios apenas com capela-mor abobadada reservando-se os contrafortes a este espaço como sucede no Redondo (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] - coberturas).

Porém, nem todos os edifícios abobadados apresentam contrafortes, casos de Amieira, Elvas, Mora, Silves, Teresa, Vila Viçosa (Anexo I [fichas] correspondentes).

Outros não apresentam contrafortes mas, são contrafortados de modo natural pelo adossamento a outros edifícios com sejam os exemplos de Alcáçovas, Borba, Évoramonte, Idanha-a-Nova, Montemor-o-Novo, Silves (Anexo I [fichas] correspondentes).

Existe apenas um caso em que a existência de contrafortes exteriores não corresponde a um interior abobadado, Alvalade. A capela-mor é coberta com cúpula e a nave com tecto; todavia, este é pouco comum, revelando possíveis alterações: o arranque é em alvenaria fazendo lembrar uma abóbada de berço e o remate no topo é em tecto de três panos (Anexo I [fichas] - Alvalade).

O perfil e características destes contrafortes também variam entre o tardogótico de Ferreira e Freixo de Espada à Cinta e o maneirista de Évora, Moura e Santarém (Anexo I [fichas] correspondentes).

---

<sup>1168</sup> A igreja que integra a Casa da Misericórdia do Rosmaninhal apresenta contrafortes exteriores mas a cobertura actual está muito descaracterizada, no entanto, pelos exemplos semelhantes é possível supor que fosse inicialmente uma cobertura em abóbada, tanto na nave como na capela-mor.

Também em Portalegre o exterior é diferente, cremos que relacionado com soluções de suporte à cobertura. Os sustentáculos da cobertura abobadada são arcobotantes e cunhais salientes e reforçados em cantaria. Na fachada Oeste os dois cunhais são salientes e reforçados na base, o edifício é ladeado por dois arcos-botante que o ligam às construções envolventes<sup>1169</sup> (Anexo I [fichas] - Portalegre).

Por último referir uma outra situação: quando o exterior apresenta contraforte e as abóbadas interiores parecem mais recentes, tal como acontece em Fronteira. Neste caso é muito provável que a cobertura original fosse semelhante, pois para além da existência de contrafortes exteriores, existem vestígios de mísulas de configuração volutada, de suporte da anterior cobertura que antecedem a campanha decorativa de estuques em relevo (Anexo I [fichas] - Fronteira).

Relativamente às tipologias de coberturas não encontramos qualquer particularidade quando analisamos as igrejas que integram as Casas da Misericórdia; os tipos utilizados são semelhantes aos da restante produção arquitectónica quinhentistas.

No entanto, é possível identificar o uso de tipos preferenciais, nomeadamente de coberturas mais simplificadas em madeira, que contrastam com o uso esporádico de coberturas mais complexas em abóbada em obras mais cuidadas arquitectonicamente como sucedeu em Faro com o uso da cúpula e em Santarém com uma abóbada de nervuras comum às três naves.

Outra constatação é que a escolha da cobertura está intimamente relacionada com a planimetria do espaço e que esta juntamente com uma cobertura específica pode ser aproveitada para fazer um reforço da hierarquia do espaço.

---

<sup>1169</sup> Para uma outra leitura do significado destes arcos ver PORTELA, Ana Margarida - **As Misericórdias em Portugal: problemas urbanísticos e soluções recorrentes**. In A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdia do mundo português. Porto: CEPESE, 2012.

E relacionada com esta questão, a cobertura podia ser pensada e/ou utilizada como suporte de mensagens iconográficas que também eram doutrinárias e ideológicas, como fica bem patente em Peniche e Vila Nova da Baronia.

Não é despidendo a influência do tardo-gótico, muito relevante na zona do Alentejo, onde se concentram um grande número de exemplares abobadados, utilizando abóbadas de nervuras. Todavia, e como já referimos, como permanência de uma forma mas deixando transparecer princípios estéticos diferentes.

#### **IV. 3.5 Sacristia**

A sacristia é o espaço que tem como função específica servir de apoio à igreja, sendo o local onde se guardam as alfaias litúrgicas e os paramentos e onde o celebrante se paramenta antes das celebrações.

No contexto das Misericórdias, e para o período em estudo, a sua planimetria é invulgarmente rectangular ou quadrangular. Dada a sua função perfeitamente definida localiza-se contígua à igreja e é quase sempre composta por equipamento como arcaz, oratório, lavabo e por vezes armários embutidos (Anexo V [fotos] - sacristias).

Em alguns casos é o ponto de acesso ao púlpito como em Almendra, Aljubarrota, Évora de Alcobaça, Cós e Segura (Anexo I [fichas] correspondentes).

I. Destacaremos de seguida alguns exemplos de sacristias quinhentistas e as suas características arquitectónicas.

Começamos pelo Torrão, onde a sacristia é talvez o elemento mais antigo de todo o conjunto: planta rectangular, acesso pela divisão contígua; cobertura em abóbada de nervuras assente sobre mísulas em cantaria e em abóbada de berço rebaixada; nos alçados, para além dos habituais, armário embutido e lavabo, tem um pequeno vão e escadas de acesso à tribuna do retábulo-mor. A

diferença de coberturas residirá numa possível ampliação coincidente com a realização do camarim do altar-mor e respectivo acesso, pois no local onde se encontram as escadas de acesso ao camarim, a cobertura é diferente em abóbada de berço rebaixada (Anexo I [fichas] – Torrão e anexo V [fotos] – sacristias).

Situação semelhante em Ourique, uma construção barroca que mantém uma sacristia quinhentista, de planta quadrangular, de grande altura interior com um tramo de abóbada de nervuras assente em mísulas, sustentada exteriormente por dois contrafortes escalonados colocados no ângulos dos paramentos (Anexo V [fotos] – sacristias). E também em Olivença, a sacristia representa a parte mais antiga do edifício com alguns vestígios na igreja, como o coro e fachada com portais. A sua planta rectangular de razoáveis dimensões e é a única que, no contexto dos edifícios quinhentistas das Misericórdias, tem duas naves e dois tramos; a cobertura é em abóbada de nervuras descarregando sobre a caixa murária e suportada, ao centro, por coluna em cantaria; os alçados apresentam os habituais armários embutidos e lavabo de cantaria e arcaz com oratório (Anexo I [fichas] – Olivença e anexo V [fotos] – sacristias).

O edifício da Misericórdia de Arraiolos mantém, igualmente, uma sacristia quinhentista, de planta rectangular e abóbada de nervuras suportadas por mísulas e bocetes em cantaria. Assim como, Vila Viçosa que apesar de remodelada e com uma nova função, conserva a cobertura em abóbada de nervuras e o portal de acesso com moldura em cantaria moldurada (Anexo I [fichas] – Vila Viçosa e anexo V [fotos] – sacristias).

Por último, destacar o caso de Santarém, cuja primitiva sacristia de planta rectangular tem acesso por porta no alçado do cruzeiro. A cobertura é tal como nas restantes, em abóbada de nervuras assentes em mísulas. Exteriormente é muito semelhante à concepção da própria igreja ao nível dos cunhais contrafortados e das molduras das janelas (Anexo I [fichas] – Santarém e anexo V [fotos] – sacristias).

Um caso interessante é o de Alcáçovas cuja sacristia, possivelmente reformada no século XVIII, tem um poço; situação semelhante apenas em Montemor-o-Velho em que um compartimento contíguo à sacristia evidencia idêntico

recurso (Anexo I [fichas] – Alcáçovas e Montemor-o-Velho e anexo V [fotos] – sacristias).

Um número significativo de sacristias sofreu campanhas de remodelação durante os séculos XVII e XVIII. Destacamos as intervenções barrocas que criam grandes espaços de planta rectangular, com arcaz, oratório, lavatório, mesa ao centro e ornamentação usando os revestimentos azulejares ou a pintura decorativa em alçados e cobertura; constituindo-se como espaços mais cuidados, arquitectónica e decorativamente, como podemos verificar no Alandroal, Elvas, Guimarães, Ponte de Lima, Porto, Santarém, Tavira, Viana do Castelo.

#### **IV.3.6 Casa do Despacho**

A casa do despacho é um dos espaços mais paradigmáticos das Casas das Misericórdias; designava a sala onde se reuniam o provedor e irmãos oficiais para a tomada de decisões relativas à actividade da confraria e sua gestão.

I. A sua planimetria é invulgarmente rectangular ou quadrangular; e a sua localização no conjunto da Casa da Misericórdia é geralmente em construção contígua à igreja, em geral colocada lateralmente à mesma.

Existem no entanto outras opções para a sua localização, que pensamos estarem relacionadas com a implantação urbana do edifício e o espaço disponível para a construção: no eixo axial da igreja, sobre a entrada principal, com vãos na fachada principal, antecedendo e comunicando directamente com o coro como acontece em caso Coruche (Anexo I [fichas] - Coruche); ou sem vãos na fachada principal, mas com vão na fachada lateral e com acesso pelo pátio que ladeia a igreja como acontece na Azambuja. Noutros casos a situação é semelhante mas não existe coro; ou seja, a casa do despacho abre por vão directamente para a igreja como sucede em Vila Ruiva (Anexo I [fichas] – Vila Ruiva).

Outra variante é assegurada pelos casos de Alcochete, Benavente, Castelo de Vide e Viana do Castelo em que a casa do despacho não se reflecte na

fachada principal, porque esta não é axial mas sim lateral, permanecendo o vão que faz a comunicação entre a sala de reuniões e a igreja (Anexo I [fichas] – Alcochete e Benavente); situação idêntica mas existindo coro, verifica-se em Montemor-o-Novo e Tomar (Anexo I [fichas] – Tomar).

Noutros edifícios, as casas do despacho localizam-se em eixo por detrás da capela-mor como se ocorre em Álvaro, Caminha, Pederneira, Silves (Anexo I [fichas] correspondentes).

Exteriormente a construção contígua à igreja e a igreja formam um conjunto arquitectónico coerente, embora quase sempre diferenciado. Para o século XVI – princípios do XVII os exemplos mais relevantes são Azinhaga, Lousã, Pedrógão Grande, Pederneira (Anexo I [fichas] correspondentes).

Na construção que se adossa-se à igreja, a casa do despacho localiza-se quase sempre no primeiro andar, tendo uma comunicação privilegiada com a igreja, reservando-se o rés-do-chão para a sacristia e outras dependências.

II. Neste espaço a nota dominante ao nível da planimetria como da volumetria, como das características arquitectónicas é a simplicidade. Regista-se apenas a existência de algum mobiliário específico como a mesa do despacho, armários<sup>1170</sup>, geralmente para documentação, e/ou cofres embutidos (anexo V [fotos] – casas do despacho).

Um inventário da Misericórdia de Tarouca de 1722 indica relativamente ao equipamento da casa do despacho: “[...] *hum caixam que esta na каза do dezpacho com duas chaues aonde se fecham os livros*”<sup>1171</sup> e um outro um inventário setecentista do Torrão refere: “[...] *hum caxão que serve de archivo*”<sup>1172</sup>.

---

<sup>1170</sup> Vestígios de armários embutidos nas casas do despacho de Abiul e Vila do Conde (Anexo I [ficha] correspondentes).

<sup>1171</sup> Arquivo da Misericórdia de Tarouca, **Livro de Inventário [e acórdãos]** (1722 – 1845), fl. 4 V..

<sup>1172</sup> Arquivo da Misericórdia do Torrão, **Inventário da biblioteca** (1754), fl. 37. Inédito.



Raras vezes se constitui claramente como sala de aparato; neste caso, com excepção de Montemor-o-Novo, todos os restantes exemplos são setecentistas e imbuídos da estética barroca.

Em Montemor-o-Novo a casa do despacho está datada de inícios do século XVII, apresenta razoáveis dimensões, planta quadrangular e comunica com uma sala destinada a arquivo. Tem ainda uma porta de ligação com o coro da igreja, que funcionaria como tribuna dos oficiais. Todo o espaço apresenta-se cuidado artisticamente com cobertura abobadada de artesoadado, já por si de grande impacto no espaço. Está totalmente revestida com pintura decorativa com representação de «N. Sra. Misericórdia», «símbolos da Paixão de Cristo» e composições ornamentais e mobiliário correspondente, nomeadamente a mesa e bancos do despacho e cofre embutido (anexo V [fotos] – casas do despacho).

Exemplos mais tardios como Abrantes, Alcácer do Sal e Vila Franca de Xira, apresentam uma estética barroca tanto ao nível da concepção como da decoração.

Alcácer do Sal é de pequenas dimensões, mas integra oratório, mesa rectangular e bancos do despacho e armários nos ângulos da sala, tendo algumas das gavetas legendas («santa casa», «socoro») e o tecto em madeira pintado com um grande brasão real e composições ornamentais (Anexo I [ficha] – Alcácer do Sal e anexo V [fotos] – casas do despacho).

O exemplo de Abrantes é bastante significativo, pois a casa do despacho foi pensada como sala de aparato. Localizada no piso superior de edifício, é antecederida por outra sala e contempla um revestimento azulejar com a representação das «Obras de Misericórdia corporais», o programa assistencial das Misericórdias e tecto de quatro panos. O equipamento é composto por armário embutido, oratório, mesa e bancos do despacho e ainda uma porta de acesso à tribuna para a igreja. A entrada para a Casa do Despacho é feita por pátio com porta para o exterior que permite acesso directo, sem necessidade de passar pela igreja ou outro espaço (Anexo I [ficha] – Abrantes e anexo V [fotos] – casas do despacho).

Situação semelhante em Vila Franca, relativamente à concepção, decoração e equipamento, embora o revestimento azulejar seja de padrão (Anexo V [fotos]

– casas do despacho). Ainda tendo em conta a azulejaria, destacamos Santarém que apresenta composições ornamentais, enquadrando a representação das «Obras de Misericórdia» mas que não mantém a mesa do despacho característica. Evidencia, no entanto, uma janela de sacada de ângulo que abre para o abro da igreja e para o arruamento; e ainda uma escadaria de acesso à divisão, também decorada com silhares de azulejos decorativos (Anexo I [ficha] – Santarém e anexo V [fotos] – casas do despacho).

Por vezes o prestígio da Casa do Despacho é atribuído por factores indirectos como a dimensão da sala, a abertura de janelas de sacada para a fachada principal do edifício, a localização em piso superior do edifício. Exceptuando os casos em que aparentemente partilha o espaço com a sacristia como sucederá em Aljubarrota e Évora de Alcobaça e o caso de Vila Nova da Baronia que já tivemos oportunidade de expor no capítulo IV. 3.4.4 Equipamento – tribuna dos oficiais.

Outro factor indirecto é a existência de um oratório<sup>1173</sup>: procurava-se dar uma conotação divina às acções humanas de gerir a administrar os bens e actividades da confraria. Quase como um pedido de protecção e inspiração para a tomada de decisões necessárias que se faziam nas reunião que decorria neste espaço (Anexo V [fotos] – casas do despacho).

São vários os exemplos de casas do despacho que, embora não mantenham a totalidade do programa e equipamento, evidenciam o cuidado posto na sua concepção e ornamentação<sup>1174</sup>.

Destacamos Vouzela com tecto em madeira decorado com pinturas e um nicho grande com moldura em pedra num dos alçados. Coruche com cobertura em abóbada barrete de clérigo, decorada com marmoreados fingidos, símbolos e citações bíblicas sobre a caridade e composições de estuque em relevo; os alçados são decorados com o mesmo tipo de pintura e estuques em relevo e

<sup>1173</sup> Podia existir na parede um nicho onde seria colocada imagem de devoção como acontece em Vila Nova da Baronia ou um armário-oratório como existe no Vimieiro (Anexo I [ficha] correspondentes).

<sup>1174</sup> Como acontece em Ponte de Lima, Óbidos, Portel, Redondo, Soure, Tentúgal (Anexo I [ficha] correspondentes).

com porta de comunicação com o coro. Óbidos de dimensões razoáveis, com cobertura em tecto de quatro panos pintado, alçados com silhar de azulejos tipo albarradas e armários embutidos. Portel com cobertura em abóbada barrete de clérigo e pavimento em tijoleira; alçados e cobertura decorados com pintura decorativa oitocentista, organizada em vários registos, com elementos vegetalistas e florais e o escudo real; nos alçados encontram-se armário embutido e oratório (Anexo I [ficha] – Santarém e anexo V [fotos] – casas do despacho).

Poderemos ainda referir outros exemplos como Tavira onde se destaca a cobertura em tecto de madeira de cinco panos pintado com medalhões figurando D. João III, D. Leonor, figura com legenda truncada, figura desaparecida e ao centro o escudo real; seriam personalidades protectoras da Misericórdia. Vila Viçosa que ao que parece não se encontra no local de origem mas que é um espaço com cobertura em tecto de nove panos decorado com molduras e com a pintura do escudo real, oratório e mesa e bancos do despacho, a porta de acesso à casa do despacho tem no friso a inscrição: «PVLSATE ET APERIETVR VOBIS» (“batei, e ser-vos-á aberta à porta”) e nas bases das ombreiras: «SAPIENTIA AEDI» e «CAVIT SIBI DOMV(S) 1710 ANO» (“a sabedoria edificou casas para ti”) (Anexo I [ficha] – Tavira e Vila Viçosa e anexo V [fotos] – casas do despacho).

Também em Albufeira subsiste parte do tecto da casa do despacho em madeira de tipologia “saia e camisa” pintado com o brasão real e elementos ornamentais e a legenda: «ESTA OBRA DE PINTURA MANDOU FAZER O [...] FRANCISCO VIRICIMO SENDO PROVEDOR DESTAS CAZA 1759», que deixa antever mais um espaço concebido cuidadosamente.

III. Uma das características fundamentais da Casa do Despacho era comunicar de forma privilegiada com a igreja, para que o provedor e oficiais pudessem assistir aos ofícios religiosos de modo diferenciado relativamente aos restantes participantes. Para isto existia a tribuna dos oficiais que como já explicitámos

no capítulo IV. 3.4.4 Equipamento – tribuna dos oficiais podia assumir diferentes morfologias e características<sup>1175</sup>.

Apesar de tudo valerá a pena retomar o caso em que existe uma maior implicação espacial. São os casos das tribunas-vão, rasgadas no alçado partilhado pela casa do despacho e igreja e que coloca os dois espaços em comunicação directa. Pode variar entre o pequeno vão, de perfil quadrangular, como acontece na Golegã e Évora de Alcobaça e sete vãos que preenchem a totalidade do alçado organizados em dois pisos como sucede em Melo (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – tribunas).

Noutras situações a ligação entre a casa do despacho e a igreja não era tão patente, obviamente devido à localização destes dois espaços no conjunto edificado. Todavia, existia sempre uma ligação prevista, mais ou menos directa, recorrendo ao auxílio de outras tipologias de tribunas: cadeiral, estrutura suspensa ou coro.

Por vezes a casa do despacho também comunicava com o espaço que tinha como funções servir de arquivo ou cartório, de que é exemplo fundamental Montemor-o-Novo e a que nos dedicaremos no capítulo seguinte.

Caso interessante é o das igrejas que parecem partilhar a sacristia com a casa do despacho. Verifica-se em Aljubarrota e Évora de Alcobaça, edifícios de pequenas dimensões, possivelmente preexistentes e adaptados a Misericórdia onde o espaço contíguo à igreja seria usado com várias funções: sacristia, casa do despacho com tribuna-vão para a igreja e acesso ao púlpito (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – casas do despacho).

IV. Outra questão que consideramos interessante é o modo de acesso à casa do despacho, neste ponto haverá que distinguir duas situações diferentes: entrada autónoma pelo exterior, existindo ou não forma de acesso pelo interior

---

<sup>1175</sup> Ver cap. IV. 3.4.4 Equipamento – tribuna dos oficiais.

ou acesso comum às outras divisões que compõem a construção onde se integra a casa do despacho.

De salientar que existiam sempre pelo menos duas portas de acesso à Casa da Misericórdia, uma na fachada de igreja, de acesso directo ao espaço religioso, e outra noutra fachada para acesso às restantes divisões que compõem a Casa.

Alguns exemplares quinhentistas apresentam uma entrada autónoma para a Casa do Despacho como se verifica na Abrantes, Almendra, Azambuja, Azinhaga, Batalha<sup>1176</sup>, Benavente, Coruche, Évora, Évoramonte, Guimarães, Louriçal, Lousã, Melo, Pederneira, Penela, Pinhel, Ponte de Lima, Proença-a-Velha, Tancos, Tentúgal, Tomar, Viana do Castelo, Vila do Conde (Anexo I [ficha] correspondentes).

Este acesso autónomo é feito pelo exterior, com escada que conduz ao piso superior do edifício, organizada em um ou dois lances de escadas que podem convergir numa galeria alpendrada que protege a entrada. Uma outra alternativa é também um acesso autónomo mas feito a partir de um pátio, comunicando este directamente com porta que se abre na fachada principal; neste pátio existe a escada e corredor protegidos por alpendre sobre colunas que conduzem à casa do despacho.

Em alguns casos, estes corredores alpendrados serviam também para ligar a casa do despacho ao coro da igreja que servia de tribuna dos oficiais. Ou seja, o local onde o provedor e oficiais assistiam às celebrações litúrgicas. Tal como acontece em Azinhaga, Caminha, Mangualde, Melgaço, Ponte de Lima e Santar (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – galerias).

Estas galerias podem ser mais ou menos complexas, integrar apenas um registo como a da Azinhaga ou dois conjugando um registo de arcaria e outro com colunas, como sucede em Caminha ou dois registos de colunas como se verifica em Ponte de Lima. Estes registos inferiores têm como função suportar

---

<sup>1176</sup> Fotografias anteriores a uma intervenção realizada pela antiga DGEMN/IRU mostram a existência de uma escada exterior para o primeiro piso do edifício contíguo à igreja, que permite acesso directo à casa do despacho; esta escada foi eliminada nessa intervenção. Cfr., fotos SIPA n.º PT021004010006, SIPA disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

o superior, como está bastante visível em Ponte de Lima, mas outorga monumentalidade ao conjunto (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – galerias).

O recurso a escadas, algumas de pendor cenográfico e de galerias alpendradas servem para dignificar o edifício e quem dele faz uso.

#### IV.3.7 Outras dependências

As Casas da Misericórdia eram compostas pelas habituais e facilmente identificáveis, igreja, sacristia e casa do despacho e por um outro conjunto de dependências que em muitos casos conhecemos apenas a designação por via documental, mas que não é possível identificar com nenhum espaço concreto no interior do edifício.

No entanto, estas dependências, tais como as anteriores, têm uma relação muito próxima com as actividades desenvolvidas pelas Misericórdias ao nível do seu programa assistencial e das acções inerentes ao seu quotidiano; estes dois tópicos têm reflexo na arquitectura das Casas da Misericórdia.

Iremos destacar algumas das dependências que mais recorrentemente aparecem na documentação e bibliografia, no entanto, esclarecemos que não será a totalidade das que integravam as Casas da Misericórdia<sup>1177</sup>.

I. A primeira destas dependências que queremos destacar é o cartório ou arquivo, local destinado a guardavam e conservar os documentos fundamentais para a gestão da confraria e da assistência e para a

---

<sup>1177</sup> Apenas a título de exemplo referimos a “casa das capas” registada numa planta da desaparecida Misericórdia de Setúbal; a sua designação indica que deveria estar destinada à arrumação dos balandraus utilizados pelos mesários e/ou irmãos em algumas actividades da confraria; localizava-se no eixo da capela-mor e tinha acesso por uma porta no alçado desta. Ou a “casa das bandeiras” que deveria servir para guardar as bandeiras, a real e as das procissões quaresmais como é referida num documento existente para a Misericórdia do Torrão, Arquivo da Misericórdia do Torrão, **Inventário da biblioteca** (1754), fl. 37. Inédito.

administração dos bens de raiz produtores de meios económicos, em dinheiro e géneros, que financiavam a actividade das Misericórdias.

O cartório podia aparecer como espaço autónomo como sucede em Montemor-o-Novo, ou integrado na casa do despacho sob a forma de um conjunto de armários, quase sempre embutidos na parede ou ainda como uma arca.

Como é fácil de entender esta realidade é muito díspar. Um inventário da Misericórdia de Tarouca de 1722 indica “[...] *hum caixam que esta na каза do dezpacho com duas chaues aonde se fecham os livros*”<sup>1178</sup> e um outro inventário setecentista do Torrão refere: “[...] *hum caxão que serve de archivo*”<sup>1179</sup> e ainda outro, quinhentista mas menos expressivo, referente a Vila Viçosa referindo-se a um documento concreto: “*esta carta na arca do cartoryo*”<sup>1180</sup>.

O caso dos armários é também comum pois encontram-se embutidos nos alçados das casas do despacho de Alcácer do Sal, Peniche, Sertã, Torres Novas e Vimieiro. No primeiro caso as gavetas têm as legendas «santa casa» e «socoro» (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – arquivo).

Enquanto divisão autónoma, o que mais se destaca é o arquivo da Misericórdia de Montemor-o-Novo. Constitui-se como uma sala de pequenas dimensões que comunica com a casa do despacho e que apresenta os alçados revestidos por mobiliário setecentista, onde se guardam os documentos e livros (Anexo V [fotos] – arquivo).

Este é o único caso em que podemos relacionar com segurança o espaço e a função. No entanto, existem outros casos em que existe uma situação idêntica, ou seja, a casa do despacho comunica com um compartimento de pequenas dimensões que, em alguns casos, não têm outro acesso senão por esta e que poderia desempenhar a função de cartório. São os casos de Coruche, Montemor-o-Velho, Redondo e Tavira (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – arquivo).

---

<sup>1178</sup> Arquivo da Misericórdia de Tarouca, **Livro de Inventário [e acórdãos]** (1722 – 1845), fl. 4 V..

<sup>1179</sup> Arquivo da Misericórdia do Torrão, **Inventário da biblioteca** (1754), fl. 37. Inédito.

<sup>1180</sup> Arquivo Municipal de Vila Viçosa, fundo da Misericórdia de Vila Viçosa, N. G: 80 – **escrituras** (1554 - 1583), fls. 21 v. – 22 v. Inédito.

Nos casos de Coruche e Montemor-o-Velho apresentam-se como salas decoradas. No primeiro caso com linguagem semelhante à da contígua casa do despacho, na cobertura e alçados com marmoreados fingidos, estuques em relevo, símbolos e citações bíblicas e no segundo com o escudo real pintado no tecto (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – arquivo).

No Redondo existe uma sala que antecede a casa do despacho e que funciona como espaço de ligação entre esta, o coro, o acesso à igreja e ao actual arquivo que dispõem de um armário embutido composto por várias gavetas que pode indiciar a sua função como arquivo da confraria (Anexo V [fotos] – arquivo).

Para Coimbra temos uma referência documental que situa o cartório junto à casa do despacho e à casa do tesouro<sup>1181</sup>.

II. Um espaço muito comum no contexto das Casas da Misericórdia era a casa das tumbas. Ao contrário do que acontece com a casa do despacho e com o cartório, perdeu-se a memória da sua localização e só sabemos da sua existência por referências documentais. Para Alcochete um documento oitocentista alude à abertura de uma porta na igreja para comunicar com a casa da tumba<sup>1182</sup>. O inventário de bens relativo à Misericórdia de Atouguia da Baleia indica “*treze duzias e mais tres taboas que estão na caza da tumba*”<sup>1183</sup>; e um livro de actas oitocentista da Misericórdia da Lousã também se refere a casa das tumbas quando enuncia um conjunto de intervenções a fazer na Misericórdia<sup>1184</sup>.

Como a sua designação indica este espaço serviria para guardar as tumbas e demais equipamento utilizados pelas Misericórdia para os enterramentos. Como já tivemos oportunidade de referir esta actividade estava relacionada com o cumprimento da Obra de Misericórdia «enterrar os mortos» e foi uma importante fonte de financiamento das confrarias.

<sup>1181</sup> **Resumo histórico da Santa Casa e Irmandade da Misericórdia da Cidade de Coimbra.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1842, p. 12.

<sup>1182</sup> Arquivo Distrital de Setúbal, Fundo da Misericórdia de Alcochete, cota 0397, secção MIS, n.º 15/66, maço 66, 0397/5, maço A - **Auto da Mesa feito em 8 de Dezembro de 1816** (1816). Inédito.

<sup>1183</sup> Arquivo da Misericórdia de Atouguia da Baleia, **Livro 1** (1681 - 1690), fl. 54. Inédito.

<sup>1184</sup> Arquivo da Misericórdia da Lousã, **Livro de actas** (1833 - 1866), fl. 44 v. Inédito.



A forte carga funcional deste espaço aliada ao facto de não dispor de equipamento específico proporcionaram o desvanecimento da memória da sua localização; além disso a própria função foi-se perdendo, a necessidade de ter, guardar e gerir tumbas para os enterramentos foi-se atenuando.

III. Uma outra dependência, igualmente desprovida de memória material, é a casa da cera. A referência surge em alguns documentos que nos dão conta da sua existência no âmbito das Casas da Misericórdia.

A sua função estaria relacionada com o armazenamento da cera, um dos produtos mais comprados pelas Misericórdia para uso nas actividades litúrgicas, tal como registam abundantemente os livros de receitas e despesas destas confrarias.

Um registo documental muito interessante encontra-se num livro de inventários seiscentista da Misericórdia de Tentúgal que refere: “[...] *ficão mais quatro chaues na mão do dito escriuão [...] huma chaue da porta da casa da sera, huma chaue da arca da cera*”<sup>1185</sup>.

IV. A designação “casa da tribuna” é recuperada da documentação e utilizada no contexto deste estudo, para designar casos muito concretos em que na actualidade a dependência que apresenta a tribuna-vão para a igreja não coincide com a casa do despacho. E destacamos o facto desta constatação se reportar ao presente, considerando nós que primitivamente a situação seria distinta tendo em conta os outros exemplos existentes neste contexto.

O caso mais relevante será Tentúgal que apresenta uma casa do despacho de grandes dimensões, perpendicular à igreja e com fachada principal alinhada com a da igreja, mas mais saliente. Esta actual casa do despacho é uma obra setecentista que terá substituído a primitiva, que seria o compartimento que designámos por casa da tribuna. Esta localiza-se paralela à igreja, tem tribuna-

---

<sup>1185</sup> Arquivo da Misericórdia de Tentúgal, **Livro de inventário** (1670), fl. 2 v. Inédito.

vão que abre para a nave e armário embutido e a entrada é feita pelo pátio que ladeia a Casa da Misericórdia com acesso por pequeno átrio e escadas.

A construção de uma nova casa do despacho no século XVIII e com a relação espacial que apresenta com o espaço urbana, implicou ainda outras modificações no edifício como a construção de outra divisão para a ligar aos edifícios mais antigos e garantir o acesso ao coro.

Se esta situação é evidente para o caso de Tentúgal, existem outros como Montemor-o-Velho, Soure e Terena em que permanece a dúvida. Nos três existe um compartimento contíguo à igreja, de razoáveis dimensões, onde se abre uma tribuna-vão que o coloca em comunicação directa com o espaço religioso e que entendemos ser a primitiva casa do despacho. Todavia, existem também compartimentos contíguos a este espaço que pelas suas dimensões e características, nomeadamente em Soure, que comunica com uma outra divisão onde está um cofre, em Montemor-o-Velho com uma divisão que poderá ter servido de arquivo e em Terena, tem pintadas as armas da Misericórdia, poderão ter servido como casa do despacho (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – casa da tribuna).

Aceitando esta hipótese, a remodelação posterior destes edifícios dotou a Casa da Misericórdia de uma nova sala de reuniões para o provedor e oficiais passando a primitiva casa do despacho a servir apenas para a assistência às celebrações que decorriam na igreja.

Também utilizámos a designação casa da tribuna para identificar os compartimentos que pelas suas dimensões serviriam apenas para a assistência aos ofícios religiosos que decorriam na igreja. Coincidem geralmente com edifícios onde a casa do despacho se localiza noutro espaço.

São os casos de Elvas e Faro que apresentam tribunas-vão abertas no alçado da capela-mor. Nestas duas situações o espaço que permite acesso a essa tribuna-vão é de reduzidas dimensões por constrangimentos planimétrico da própria igreja e do edifício. Devido à limitação espacial esta divisão não serviria para a reunião do provedor e oficiais, mas apenas para a assistência aos ofícios religiosos que se realizavam na igreja.

Em Elvas são duas, paralelas aos alçados laterais da capela-mor; têm planta rectangular, de pouca largura, cobertura em abóbada de berço; comunicam entre si por um corredor paralelo ao alçado posterior da capela-mor. Em Faro apresenta-se paralela ao alçado lateral da capela-mor, com cobertura em abóbada de berço e tem acesso por uma porta aberta na capela-mor (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – casa da tribuna).

Um exemplo um pouco diferente, mas também enquadrado neste raciocínio da casa da tribuna é o Alvito, cuja Casa da Misericórdia compreende uma dependência que existe ao nível do primeiro piso entre a igreja da Misericórdia e a de N. Sra. Candeias. Evidencia planta rectangular e cobertura em abóbada de berço, assente sobre cornija e dividida em três tramos por arcos a pleno centro assentes em mísulas. Nos alçados existem portas de acesso aos coros das duas igrejas e, no alçado partilhado com a igreja de N. Sra. Candeias, um vão de perfil quadrangular e no partilhado com a igreja da Misericórdia, três vãos rectangulares tipo janela de sacada. Não se descarta a hipótese desta ter sido uma primitiva casa do despacho, pois a actual é posterior e encontra-se contígua à igreja de N. Sra. Candeias e não à Misericórdia (Anexo I [ficha] - Alvito e anexo V [fotos] – casa da tribuna).

IV. Um outro elemento que constitui a Casa da Misericórdia é o quintal. Espaço geralmente lateral ao conjunto edificado, cercado por muro com porta para o exterior, pavimento em terra batida ou ajardinado e com árvores. Encontramos quintais nas Casas da Misericórdia de Alandroal, Benavente, Castelo de Vide, Constância<sup>1186</sup>, Fronteira, Messejana, Pavia, Pederneira, Redondo, Santiago do Cacém, Sertã, Silves<sup>1187</sup>, Sobreira Formosa, Tavira, Torrão, Torres Novas, Veiros, Torre de Moncorvo, Vila Nova da Baronia e Vouzela (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – quintal).

---

<sup>1186</sup> Por referências bibliográficas sabemos que existia um edifício contíguo à igreja que funcionava como hospital e que foi destruído, no entanto, não sabemos se a sua existência interferia com o espaço que ocupa actualmente o quintal.

<sup>1187</sup> Por referências bibliográficas sabemos que existia um edifício contíguo à igreja que funcionava como hospital e que foi destruído, no entanto, não sabemos se a sua existência interferia com o espaço que ocupa actualmente o quintal.

Este quintal podia ter uma entrada autónoma a partir do exterior da Casa da Misericórdia como acontece na Pederneira, Sertã, Torres Novas; exibindo um portal com algum elemento decorativo (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – quintal).

Em vários casos o campanário está no alçado do edifício que dá para o quintal e em Benavente e na Pederneira este permite o acesso à casa do despacho por escadas e galeria protegida por alpendre, assim como no Torrão (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – quintal).

Também em Benavente existe um poço. E em Veiro e Vila Viçosa sabemos que este espaço era utilizado como local de enterramentos<sup>1188</sup>, pois existem algumas sepulturas, tal como no Alvito onde um documento refere que: “*na mesma [reunião da mesa] pareceo [...] desta Santa Caza porpondo que tinha arematado o quintal desta Santa Caza pella quantia de dois mil e quatro centos reis porem que não utilizara o dito quintal por cauza dos defuntos que esta jrmidade ali mandara enterrar em parte da terra do mesmo [...]*”<sup>1189</sup>.

Para algumas confrarias apenas temos conhecimento da existência de quintal por referências documentais. Moura é um desses casos, actualmente é um edifício muito modificado por sucessivas campanhas de obras e de reconversão de funcionalidade que já não apresenta quintal. Contudo, a documentação refere a sua existência várias vezes: “*pregos para porta que fizeram no quintal*”<sup>1190</sup>, “[...] *cento e uinte reis que se derão a hum official de pedreiro que concertou a porta do quintal desta Santa Caza [...]*”<sup>1191</sup>. Também para Atouguia da Baleia temos a referência à existência de um quintal, nomeadamente por uma escritura de aforamento de inícios do século XVIII de um baldio junto ao quintal da Misericórdia<sup>1192</sup>. De igual modo, a Casa da

<sup>1188</sup> Ver anexo IV [doc] – documento 1 – Vila Viçosa.

<sup>1189</sup> Arquivo da Misericórdia do Alvito, Livro 38 – **Termo de eleições do provedor, do escrivão, dos irmãos vogais e tesoureiros nos vários anos** (1774 - 1795), fl. 117. Inédito.

<sup>1190</sup> Arquivo Municipal de Moura, fundo da Misericórdia de Moura, **Receita e Despesa** (1630 – 1631), fl. 29 v. Inédito.

<sup>1191</sup> Arquivo Municipal de Moura, fundo da Misericórdia de Moura, **Receita e Despesa** (1651 – 1652), fl. 146 v. Inédito.

<sup>1192</sup> Arquivo da Misericórdia de Atouguia da Baleia, Documentos avulsos, C1-3.4.1-n.º 20 – **Escritura de Aforamento** (1727). Inédito.

Misericórdia e o hospital velho de Fronteira (anterior ao século XVIII, possivelmente o primitivo) tinham quintal: “[...] *ter arrematado [...] o terreno em que se achava situado o hospital velho com o quintal do mesmo [...]*”<sup>1193</sup>. O quintal existia ainda em Óbidos: “[...] *pagou a hum pidreiro que fez a parede do quintal da casa*”<sup>1194</sup>, na Batalha<sup>1195</sup> e no Montijo<sup>1196</sup>.

V. Elemento semelhante mas com uma integração e função distintas no contexto da Casa da Misericórdia é o pátio. Assume-se como um recinto descoberto no interior de um edifício e servia para fazer a distribuição espacial entre os vários componentes da Casa da Misericórdia, pondo em comunicação o exterior com as dependências e as várias dependências entre si; com a excepção da igreja que mantém acesso autónomo pelo exterior. As Misericórdias de Arcos de Valdevez, Aveiro, Alcácer do Sal, Azambuja, Azinhaga, Évora, Évoramonte, Golegã, Guimarães, Idanha-a-Nova, Montemor-o-Novo, Penela, Pinhel, Ponte de Lima, Santarém, Soure, Tentúgal, Viana do Castelo, Vila do Conde apresentam pátio (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – pátio).

O pátio pode ser mais ou menos perceptível do exterior dos edifícios. Nos casos de Azinhaga, Évora, Golegã, Ponte de Lima, Montemor-o-Novo, existe um muro e gradeamento que o protege mas que o deixa visível, pois abre para um arruamento. Nos quatro primeiros casos inclusive integra a fachada principal da Casa da Misericórdia e no último a fachada posterior (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – pátio). Noutras situações, existe um pano de muro que se eleva à altura das restantes fachadas da Casa ou mesmo um edifício, que não permite a percepção da sua existência pela parte exterior.

<sup>1193</sup> Cfr., Biblioteca Municipal de Fronteira, fundo da Misericórdia de Fronteira, 3.9: 1 - **Tombo** (1535-1806), fls. 93 v. – 94. Inédito.

<sup>1194</sup> Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCMO/MIS/LRD/LIV.02 – **Receita e despesa** (1586 - 1602), fl. 78 v..

<sup>1195</sup> Cfr., descrição do hospital no tomo quincentista, Arquivo da Misericórdia da Batalha, **Tombo** (séc. XVI), fl. 3. Inédito.

<sup>1196</sup> Cfr., **Rol das obras que se tem feito na Santa Caza da Misericordia em murar o quintal na enfermaria em corer os telhados da Igreja e mais officina [...]**, Arquivo Municipal do Montijo, fundo da Misericórdia do Montijo, doc. 847 (1792). Inédito.

Em qualquer caso, é neste espaço que se abrem portas de acesso directo ao exterior numa das fachadas da Casa da Misericórdia e aos vários espaços do conjunto edificado, assumindo uma função de organizar e articular da circulação espacial. No caso de Viana do Castelo o pátio permite acesso à sacristia, à escada para a casa do despacho, ao piso inferior e superior do hospital. É local de enterramento, tem capela particular e altar de S. Miguel; tem forma de pórtico com colunas na parte que confina com a igreja, que liga o corredor de acesso ao pátio à sacristia (Anexo V [fotos] – pátio).

Situação semelhante em Aveiro, Guimarães e Vila do Conde com corredor que liga a porta da fachada principal com o pátio, Apresenta ainda portas de acesso à igreja, sacristia e divisões do piso térreo e escadas sustentadas por arcos e protegidas por galeria alpendrada sobre colunas. Estas escadas permitem acesso às divisões do piso superior da construção contígua à igreja, incluindo acesso ao coro (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – pátio).

Um exemplo de um edifício que sofreu reformulações no século XVIII mas que apresenta idêntica organização é Guarda, com corredor que liga a fachada principal ao pátio, com porta de comunicação com a igreja com moldura trabalhada; tem duas escadas e acessos aos compartimentos do segundo piso de diferentes edifícios, com alpendre sobre colunas e várias portas de acesso ao piso térreo dos mesmos.

Nos casos de Santarém e Torres Novas dispõe-se não ao centro mas, lateralmente ao conjunto edificado, estando um dos lados delimitado por muro e não por construções. A entrada é feita por portal na fachada lateral do edifício; em Santarém exibindo emblemática régia com escudo, esfera armilar e cruz da Ordem de Cristo e é o único acesso à casa do despacho permitindo ainda aceder à igreja (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – pátio).

Na Azinhaga, Golegã e Ponte de Lima o pátio que organiza e articula os espaços da Casa da Misericórdia; permite o acesso à igreja (único no caso de Ponte de Lima); à sacristia, casa do despacho e coro (por galeria com alpendre sobre colunas na Azinhaga e Ponte de Lima) e a outras dependências, incluindo ao hospital como acontece na Golegã (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – pátio).

Na generalidade dos exemplos não sabemos se primitivamente era o pátio que garantia o único acesso a estes aposentos com a excepção da igreja que tinha a porta autónoma. Actualmente surgem outras portas que podem apenas resultar das transformações dos edifícios, designadamente ao nível do piso térreo para os adaptar a novos usos.

Mais segura é a constatação, de que pelo menos ao nível dos pisos superiores em muitos casos a única entrada directa, sem passar pelo interior do piso térreo, era feita pelo pátio: Azinhaga, Penela, Pinhel, Ponte de Lima, Santarém, Viana do Castelo, Vila do Conde. Tal como sucedia nos quintais de Benavente e Pederneira (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – pátio).

Um exemplo mais tardio mas, que corrobora o que foi dito anteriormente é Abrantes, com um pequeno pátio que permite a entrada directamente pelo exterior para a sacristia e a única para a casa do despacho que ocupa o piso superior da construção contígua à igreja (Anexo I [ficha] - Abrantes e anexo V [fotos] – pátio).

Outra situação distinta é a de Arcos de Valdevez, Azambuja, Freixo de Espada à Cinta e Idanha-a-Nova que integram um pátio não visível pelo exterior. A fachada da Casa da Misericórdia integra a fachada da igreja e um pequeno pano de muro onde se abre um vão de acesso ao pátio. Em torno do pátio organizam-se as dependências da Casa que não têm fachada exterior, devido à inserção urbana do conjunto, ficando ocultos pelos edifícios circundantes. Efectivamente nos casos de Freixo e Idanha apenas o pátio permite acesso e circulação entre os vários espaços que compõe o edifício, com excepção da igreja que tem entrada autónoma por portal na fachada principal. Nos alçados das construções que circundam o pátio abrem-se portas de acesso aos diferentes espaços (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – pátio).

A bibliografia dá-nos conta da existência de um claustro contíguo à igreja da Misericórdia de Tomar, com dois registos de arcaria de ordem toscana<sup>1197</sup> e que terá sido demolido, pois hoje não resta qualquer vestígio. Não podendo

---

<sup>1197</sup> SEQUEIRA, Gustavo Matos - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Santarém**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1949, p. 110.

conhecer ao certo a sua configuração existe, no entanto, o caso de Barcelos com um claustro organizado em dois registos. Um de arcaria e outro de colunas suportando arquitrave e cornija, que estará possivelmente relacionado com o edifício hospitalar. E o caso de Braga que teria um pátio descoberto, sendo a ala que corresponde ao edifício onde se localiza a casa do despacho composta ao nível do registo inferior por arcaria assente sobre colunas. Este pátio foi em parte ocupado pela construção de uma capela profunda no lado direito da nave e depois por outras dependências, passando a espaço coberto (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – pátio). Seriam, de uma forma ou de outra, pátios embora mais elaborados quanto aos elementos que os compõem morfológicamente.

Também a Misericórdia do Porto teve um pátio, que actualmente deverá corresponder ao espaço contíguo lateralmente à igreja e que apresenta uma cobertura oitocentista em vidro e ferro. O documento de benção da *“igreja e Cassa de Nossa Senhora da Misericórdia da cidade do Porto sita na Rua Nova das Flores de Santa Caterina”* refere que o Bispo benzeu *“a dita igreja e pateo dela somente pera cemiterio da dita Cassa das portas e paredes para dentro”*<sup>1198</sup>.

Estes espaços descobertos que fazem parte da Casa da Misericórdia, independentemente de serem quintais ou pátios, apresentam-se como organizadores do espaço e asseguradores do acesso e circulação aos diferentes componentes do conjunto arquitectónico.

VI. O cemitério, local destinado ao enterramento dos falecidos, podia ser independente ou atribuído ao quintal ou ao pátio que integravam a Casa da Misericórdia. Uma das funções das Misericórdias era o acompanhamento e

---

<sup>1198</sup> Certidão de benção transcrita em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 74 – 75.



enterramento, dando corpo à obra de Misericórdia «enterrar os mortos»; esta incentivou as confrarias a terem espaço próprio para essa finalidade<sup>1199</sup>.

Para o período do nosso estudo era geralmente próximo ou mesmo integrado na Casa da Misericórdia. Em Veiros a confraria utilizava o quintal, que ladeava o edifício para cemitério e em Guimarães esta função estava atribuída ao pátio (Anexo I [ficha] - Guimarães).

No caso de Torres Vedras foi o actual adro da igreja que funcionou como primitivo cemitério, passando posteriormente para terrenos a norte e a oeste<sup>1200</sup>. Também em Cascais o cemitério que se constituía num terreno murado localizava-se no lado norte da igreja<sup>1201</sup>.

#### IV.3.8 Hospital

O conceito de hospital para o século XVI está muito relacionado com a realidade medieval e era usado como sinónimo de hospício, albergue e albergaria, espaço de apoio a doentes, peregrinos e viajantes.

Nem todos eram destinados exclusivamente a receber doentes, pois uma das suas principais funções era “suprir o domicílio de quem andava em viagem. Se lhe anoitecia ou chegava fatigado a qualquer localidade acolhia-se à albergaria; se ia doente, ao hospital” e por vezes funcionavam num mesmo edifício<sup>1202</sup>.

---

<sup>1199</sup> Algumas questões sobre os cemitérios das Misericórdias em QUEIROZ, José Francisco - **Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. Tese de Doutoramento.

<sup>1200</sup> CALADO, Rafael Salinas - **Origens e vida da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras**. In Pap., Tip., Enc. Sociedade Progresso Industrial, 1936, p. 8.

<sup>1201</sup> Cfr., SERRÃO, Vítor - **O pintor Diogo Teixeira e a pintura maneirista em Portugal**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, vol. 1, p. 89, com referência às fontes documentais existentes, p. 89, nota 55. Subsistem ainda algumas lápides sepulcrais dispersas pela igreja que podem provir deste cemitério, SERRÃO, Vítor - **O pintor Diogo Teixeira e a pintura maneirista em Portugal**, vol. 1, p. 74.

<sup>1202</sup> Sobre esta temática ver CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 172 – 174, 182 – 184, 377 – 378.

I. No âmbito do cumprimento da sua função assistencial, muitas confrarias da Misericórdia herdaram hospitais de origem medieval geridos por outras confrarias ou pelos municípios. Durante o século XVI estes hospitais foram anexados às Misericórdias que ficaram responsáveis pela sua administração. Esta situação abrangeu todas as regiões do país. Contudo destacaremos apenas alguns casos. Em Abrantes em 1532 a Misericórdia anexa o hospital do Salvador<sup>1203</sup> e a Misericórdia de Cascais passa a gerir o hospital de N. Sra. Anjos, a partir do último quartel do século XVI<sup>1204</sup> e o hospital dos mareantes pescadores em 1587<sup>1205</sup>; em Lisboa em 1564 é anexado à Misericórdia o hospital de Todos os Santos e à da Lourinhã em 1586 o hospital e gafaria de Sto. André e o hospital do Espírito Santo<sup>1206</sup>. Também em Montemor-o-Novo no ano de 1518 foi anexado à Misericórdia o hospital do Espírito Santo e o de Sto. André<sup>1207</sup> e à de Portel o hospital do Espírito Santo. No Porto em 1520/1521 os hospitais do Rocamador, Sta. Clara e o do Cimo da Vila<sup>1208</sup>

<sup>1203</sup> Arquivo Municipal de Abrantes, fundo da Misericórdia de Abrantes, Secção A, serie 002, cx. 1, doc. 3; cfr., transcrição do alvará em MORATO, Manuel António, MOTA, João Valentim Fonseca - **Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes**. 3ª ed. [S. l.]: Câmara Municipal de Abrantes, 2002, p. 123.

<sup>1204</sup> SERRÃO, Vítor - **O pintor Cristóvão Vaz: mestre dos retábulos da Igreja da Misericórdia de Sintra (1581-1584)**. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. III Série, 85, (1979), p. 17.

<sup>1205</sup> SERRÃO, Vítor - **O pintor Diogo Teixeira e a pintura maneirista em Portugal**, vol. 1, p. 66, com referência às fontes documentais existentes, p. 66.

<sup>1206</sup> Cfr., traslado da provisão do rei incluída no traslado do contrato entre o provedor da comarca e o provedor e irmãos da Misericórdia sobre a anexação do Hospital e Gafaria da vila, Arquivo da Misericórdia da Lourinhã, **Livro do contrato que o Provedor da comarca fez com o Provedor e irmãos da Misericórdia quando se lhe anexou a fazenda da Gafaria à Casa**, fls. 7 e 30 v. (cópia posterior).

<sup>1207</sup> A Administração pela Misericórdia foi feita durante o século XVI com um interregno de 1531 a 1567, período em que foi gerido pelos Cónegos de S. João Evangelista; sobre esta temática ver ANDRADE, António Alberto Banha - **Roteiro do arquivo histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A.H.M.M.N.) com a história da fundação e primeiros anos da Santa Casa**. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social. tomo XVII, (1978), pp. 143-145.

<sup>1208</sup> Cfr., SOUSA, Ivo Carneiro - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas**. [S. l.]: CTT - Correios de Portugal, 1998, p. 172. A Misericórdia construiu um outro hospital em 1605 com parte do legado de D. Lopo de Almeida, sobre este hospital ver BASTO, Artur Magalhães - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. 2ª ed. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997, pp. 159-202 e FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, pp. 447-494. Posteriormente, em 1766-1767 tomam a decisão de construção de um novo hospital que se iniciou em 1770 e terminou em 1799 e que foi denominado hospital de Sto António, GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, p. 281; SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**. Catálogo de Exposição, [S. l.]: Comissão para a

passam a ser geridos pela Misericórdia; e em 1555 a Misericórdia de Sesimbra anexa a albergaria e hospital do Espírito Santo<sup>1209</sup> (Anexo I [ficha] correspondentes).

Noutros casos a existência do hospital é próxima da fundação da confraria, tal como aconteceu em Constância: na primeira reunião da mesa em 1560, os irmãos arrendaram uma casa para funcionar como hospital<sup>1210</sup> e em 1580 a Misericórdia compra um terreno para a construção da igreja e do hospital<sup>1211</sup>. O edifício do hospital acabou por ser demolido no ano de 1960<sup>1212</sup>, alterando a organização espacial do conjunto, nomeadamente o acesso ao coro (Anexo I [ficha] - Constância).

Muitos destes edifícios foram remodelados arquitectonicamente nos séculos XVII a XIX, por isso a grande maioria não apresenta qualquer vestígio da construção primitiva medieval.

Os hospitais, devido à natureza da sua função são muito sensíveis as mudanças arquitectónicas: necessidade de se adaptar um espaço a uma função concreta, à evolução das práticas médicas e a princípios higienistas e de comodidade. Por isso são muitos os edifícios intervencionados, remodelados ou construídos nos séculos XVIII e XIX e até no XX: Alcácer do Sal, Barreiro, Chaves, Coruche, Elvas, Fronteira, Porto, Vila Real, Vila Viçosa, só para citar alguns (Anexo I [ficha] correspondentes).

De referir também que em alguns casos a evolução destes hospitais foi permanente, como já tivemos oportunidade de referir o caso de Vila Viçosa é revelador. Em 1509 um alvará do D. Jaime, duque de Bragança, concede à

---

Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, p. 24.

<sup>1209</sup> SERRÃO, Eduardo Cunha, SERRÃO, Vítor - **Sesimbra monumental e artística**. [S. l.]: Câmara Municipal de Sesimbra, 1986, p. 36.

<sup>1210</sup> GORDALINA, Rosário, NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Constância**. SIPA n.º PT031408010003. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1991, 2002. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1211</sup> Costa Goodolphim diz que o hospital foi instituído em 1585; cfr GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, p. 335, mas a sua existência é anterior.

<sup>1212</sup> GORDALINA, Rosário, NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Constância**. SIPA n.º PT031408010003.

Misericórdia de Vila Viçosa a administração do Hospital do Espírito Santo, mas mantendo-se separados os bens e rendas, receitas e despesas. Em 1525 um outro alvará integra o hospital na Misericórdia<sup>1213</sup>. No ano 1540 são construídas duas enfermarias grandes ao longo da R. Três; na década de 80 do século XVI conserta-se a mesma enfermaria e faz-se uma varanda na quadra ou pátio para os convalescentes tomarem sol, com pilares e arcos de ladrilho. Em 1599 constrói-se nova enfermaria para mulheres doentes após a compra de terrenos; e dez anos depois, com a edificação da casa do despacho, faz-se também uma enfermaria para religiosos e outra para pessoas envergonhadas. No ano de 1712 o hospital tinha várias enfermarias: febres, feridas, cura dos males, para religiosos e envergonhados e para convalescentes. Em 1748 ergue-se uma casa no quintal para alojar os viajantes, um cemitério para pobres e casa mortuária no pátio junto à enfermaria<sup>1214</sup>. Actualmente o conjunto está bastante alterado em termo de organização espacial, revestimentos, decoração, equipamento e funcionalidade primitivas (Anexo I [ficha] – Vila Viçosa).

O que marca arquitectonicamente estes espaços são as grandes enfermarias, de planta rectangular alongada, no topo da qual geralmente exista um retábulo visível das camas dos doentes, tal como nos mostram os vestígios em Borba, Elvas, Viana do Castelo e Vila Viçosa (Anexo I [ficha] correspondentes).

II. Retomemos a questão dos hospitais nos inícios da época Moderna, e como referimos os vestígios materiais dos séculos XV e XVI são pouco, por isso assume enorme importância as descrições existentes em **Visitações** e **Tombos**; uma das principais características destes espaços era serem de pequenas dimensões.

Citemos o caso de Aveiro, hospital de origem medieval remodelado c. 1617; era composto por uma pequena enfermaria de 120 palmos (26,40 m) de comprimento por 23 palmos (5,05 m) de largo. Ou seja, cerca de 133 m<sup>2</sup> com

---

<sup>1213</sup> PINHO, Joana, NOÉ, Paula – **Igreja e antigo hospital da Misericórdia de Vila Viçosa/Igreja do Espírito Santo**. SIPA n.º PT040714050019. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2006. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1214</sup> PINHO, Joana, NOÉ, Paula – **Igreja e antigo hospital da Misericórdia de Vila Viçosa/Igreja do Espírito Santo**. SIPA n.º PT040714050019.

oito camas, pequena cozinha, quarto para os enfermeiros e um espaço para o altar<sup>1215</sup>.

Idêntica descrição, incluída no tombo de inícios do século XVI, encontramos para a Batalha. O edifício era constituído por casas com várias divisões, alpendres e quintal; a área construída tinha 22 m de comprimento e 8,8 m de largura, cerca de 193 m<sup>2</sup>. Incluía casa para o hospitaleiro, aposento com camas para os pobres e espaço próprio para a roupa, oratório<sup>1216</sup>.

Um outro exemplo é o do hospital do Espírito Santo de Castanheira do Ribatejo anexado à Misericórdia da vila<sup>1217</sup>, descrito no tombo de 1514 - 1521 como tendo *“hua casa grande sobradada que está em a dita villa da Castanheyra que he o proprio ospitall em que se agasalham os pobres, a casa em cyma no sobrado he hua soo casa e ha llogia de baixo tem hu repartimento pequeno em que se agasalha o ospitaleyro; e medida a dita casa toda juntamente per baixo pollo terreo tem de comprido omze varas e de largo tem seis varas medidas por vara marcada de medir pano de cimquo pallmos a vara, e outro tanto comprimenro e largura tem em cyma no sobrado”*<sup>1218</sup>. Assim, convertidas as varas em palmo e posteriormente em metros as dimensões do edifício eram as seguintes: comprimento 55 palmos, que equivalem a c. 12,32 m e de largura 30 palmos, que equivalem a c. 6,6 m. O hospital era uma instituição anterior à fundação da Misericórdia; e de acordo com uma inscrição existente nas reservas do Museu de Vila Franca, igreja e hospital foram construídos ou remodelados em 1544 por iniciativa de D. António de Ataíde.

<sup>1215</sup> BARREIRA, Manuel - **Os Hospitais de Aveiro: dos hospitais da Misericórdia ao hospital distrital Infante D. Pedro**. [S. l.]: Câmara Municipal de Aveiro, 2001, p. 46.

<sup>1216</sup> GOMES, Saúl António - **O livro do compromisso da confraria e hospital de Santa Maria da Vitória da Batalha (1427 - 1544): estudo histórico e transcrição documental**. Leiria: Magno Edições, Santa Casa da Misericórdia da Batalha, 2002

<sup>1217</sup> Data de 1575 o Regimento do hospital dado pelo arcebispo de Lisboa D. Jorge e a carta porque se estabelece o modo e a forma com que deve ser regido e governado o Hospital do Espírito Santo da Vila da Castanheira de que era padroeiro o conde da mesma vila, cfr., Arquivo do Patriarcado de Lisboa, livro 70 – **Registo Geral** (1575, Nov, 16), fls. 25 -25 v.; existe uma cópia setecentista no livro 704 – **Registo Geral**, fls. 66 v. – 68.

<sup>1218</sup> Cfr., transcrição do tombo do hospital (c. 1514 – 1521) que se encontra no Arquivo do Patriarcado de Lisboa em PEREIRA, Isaiás da Rosa - **O hospital do Espírito Santo da Vila da Castanheira. Do tempo e da História**. Coimbra: Tipografia Atlântida Editora. IV, (1971), p. 64.

Poderíamos transcrever outros casos, para os quais existem descrições tanto em visitasões coevas como em tombos posteriores como acontece com Benavente, Entradas<sup>1219</sup>, Faro, Serpa e Tomar<sup>1220</sup>. Não o faremos porque a ideia de espaços de pequenas dimensões destinados à assistência permanece. Aliás como comprova o caso de Faro que resumiremos; o hospital do Espírito Santo era composto por capela com um altar de madeira representando o Pentecostes e portal tardo-gótico de decoração vegetalista e com uma pomba. Tinha um pátio grande, uma enfermaria com 60 palmos de comprimento e madeiramento de asmas onde estavam cinco camas; uma casa quadrada que servia de cozinha, outra casa onde residia o hospitaleiro com a sua mulher, uma casa com quatro leitos velhos sem camas onde dormiam os passageiros, outras duas casas para pobres. E ainda outras casas que eram alugadas para dar um rendimento ao hospital<sup>1221</sup> (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – hospital).

Quanto a vestígios materiais, um outro caso bastante interessante é o do Rosmaninhal que preserva as ruínas do antigo hospital, possivelmente quinhentista, que ladeia a igreja. É um exemplo de hospital, enquanto “lugar onde se prestavam cuidados de saúde aos doentes e se abrigavam os pobres e desamparados”, como bem indica a placa existente na porta e referente às obras de restauro (Anexo V [fotos] – hospital).

Seria constituído por uma casa sobradada ou parcialmente sobradada; a planta térrea tem c. 5 compartimentos, sendo o comprimento semelhante ao da igreja; a construção é em xisto e os vãos de porta e janelas são em tijolo; existiam vãos de comunicação entre a igreja e o hospital, nomeadamente uma porta, actualmente entaipados.

---

<sup>1219</sup> LOBATO, João Rodrigues, NOBRE, Joaquim Brito - **Vila de Entradas: breves notas de história e antologia**. [S. l.]: Câmara Municipal de Castro Verde, 1987, pp. 29-31.

<sup>1220</sup> SANTOS, Graça Maria Abreu Arrimar Brás - **A assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar: os expostos, 1799-1823**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2001, pp. 113-114.

<sup>1221</sup> LAMEIRA, Francisco, NOÉ, Paula – **igreja e hospital da Misericórdia de Faro/Santa Casa da Misericórdia de Faro**. SIPA n.º PT050805050038. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1996, 2002. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

Outros exemplos que conservam edifícios hospitalares que parcialmente se referem ao século XVI são em alguns casos construções preexistentes pertencentes a outras instituições e, posteriormente, ocupadas pela Misericórdia local. Casos de Estremoz que mantêm um claustro tardo-gótico e da Azambuja, que ao nível do piso térreo, tem uma arcaria que sustenta o patamar de acesso ao primeiro piso. Neste último caso a arcaria é em alvenaria suportada por colunas em cantaria e com capitéis circulares e quadrangulares. O edifício é bastante simples, planta rectangular, sem elementos arquitectónicos complexos, inclui vãos de janela e porta apenas com molduras rectas em cantaria (Anexo V [fotos] – hospital).

Outros casos como Évora, Beja, Serpa e Portel, os edifícios hospitalares são anteriores à fundação da Misericórdia e em determinado momento foram anexados às confrarias. Contudo, mantêm-se no local de origem quer o hospital quer a Casa da Misericórdia e, com excepção de Serpa em que a Misericórdia se instala no hospital, não existe uma proximidade física entre ambos os edifícios. Nos quatro casos referidos os edifícios hospitalares mantêm elementos arquitectónico medievais, embora se registem alterações posteriores (Anexo I [ficha] correspondentes e anexo V [fotos] – hospital).

O mais significativo é Portel. Espaço amplo com igreja, sacristia, compartimento de acesso ao piso superior da igreja, tribunas-vão, coro e altar superior, sem grande alteração à função inicial e espaço hospitalar com funcionalidade alterada. Espaço muito interessante, ficando a igreja num dos extremos esta estava ligada originalmente ao edifício do hospital por diferentes vãos, quer pelo coro quer pelo altar superior.

É interessante notar que a igreja apresenta um pequeno e pouco elevado, cruzeiro, assim como uma cabeceira tripla, com capela-mor e colaterais, ligeiramente escalonadas e pouco profundas, em composição semelhante a muitas igrejas das Casas da Misericórdia.

O segundo altar ao nível do coro, a que corresponde uma segunda sacristia, também no primeiro piso, e duas tribunas-vão com moldura em cantaria que abrem para um compartimento que também permite acesso ao amplo coro. No alçado oposto existe um outro vão, tipo janela, mas entaipada; daria para o

edifício do hospital, para um espaço onde também comunicariam as portas que, desse lado, acedem ao coro e altar superior.

III. Uma das questões mais controversas relacionadas com os hospitais, no contexto das Casas da Misericórdia, é a relação que mantinham com a igreja que também integrava este conjunto arquitectónico.

A proximidade era fundamental como mostra o exemplo da Misericórdia de Elvas que em 1539 consulta o rei sobre se deviam mudar o hospital do local onde estava para o construir um mais amplo e adossado à capela, pois o actual estava longe do espaço de culto; para tal fizeram petição de umas casas junto à capela da Madalena Velha<sup>1222</sup> onde a Misericórdia estava instalada desde 1515 com autorização de D. Jorge, mestre de Santiago e Avis, entidade a que pertencia a igreja<sup>1223</sup>.

A ligação física entre o hospital ou enfermaria e a igreja era feita, geralmente por um vão existente num alçado partilhado pelas duas construções. Em Benavente existe um vão, tipo porta mas mais largo, ao nível do piso térreo, que permitia aos doentes assistirem à missa uma vez que o hospital se localizava no eixo da igreja. Situação semelhante deveria acontecer em Torres Novas que apresenta idêntica configuração (Anexo I [ficha] - Benavente e anexo V [fotos] – hospital, vão de ligação).

Também na Castanheira ocorreria de modo equivalente. Uma planta do edifício, de 1768, mostra a igreja de nave única e capela-mor rectangular de menores dimensões que a nave, uma capela do Senhor dos Passos no alçado esquerdo na nave, sacristia e edifício do hospital adossado à fachada fundeira da nave, comunicando com ela por uma porta. No hospital existiam duas enfermarias que comunicavam entre si e cuja largura era idêntica à da nave da

<sup>1222</sup> MANTAS, Helena, GONÇALVES, Susana, NOÉ, Paula – **Igreja e antigo hospital da Misericórdia/Museu de Arte Contemporânea de Elvas – MACE**. SIPA n.º PT041207030047. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000, 2007. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1223</sup> Documento transcrito em GAMA, Eurico - **A Santa Casa da Misericórdia de Elvas**. [S. l.]: Misericórdia de Elvas, 1954, pp. 258-259.



igreja mas o comprimento era menor (Anexo V [fotos] – hospital, vão de ligação).

É possível que existisse situação semelhante noutros edifícios. Por exemplo em Alenquer existem vãos de comunicação entre o hospital e a igreja: porta no sub-coro e vão quadrangular acima do coro, subsiste ainda uma porta entaipada na divisão contígua a sacristia e paralela a igreja.

Todavia a situação mais comum actualmente é que esta relação espacial esteja alterada, quase sempre pelo entaipamento dos vãos e comunicação devido à perda ou mudança de funcionalidade do edifício hospitalar; tal como sucede na Alenquer, Alvito, Golegã, Redondo (Anexo I [ficha] correspondentes).

No contexto da Casa da Misericórdia existe um conjunto de dependências que se organizam para a confraria poder desenvolver a sua acção, com um cariz assistencial, administrativo. Nem sempre, todas as Casas da Misericórdia têm as mesmas dependências, estas variam em função da relação que as Misericórdias estabeleceram com a arquitectura, em cada um dos locais onde foram fundadas.

Para o século XVI a caracterização arquitectónica destes espaços é marcada por uma simplicidade morfológica e compositiva e pelas dimensões contidas. Apenas em alguns casos a decoração integrada permite quebrar a dimânica chã dos espaços.

#### **IV. 7 Mecenas e patronos**

---

Encomendadores, mecenas, benfeitores e patronos são elementos fundamentais no contexto das confrarias da Misericórdia. Estão presentes em

vários momentos da sua história desempenhando um papel crucial, nos vários campos de actuação da confraria e dotando-as do necessário para o desempenho das funções para as quais foram instituídas.

Neste capítulo interessa-nos identificar e analisar o papel destes mecenas e patronos relacionado com a arquitectura: a construção ou remodelação, total ou parcial, do edifício sede da Misericórdia. Quem encomenda e quem patrocina as obras artísticas, são também os protagonistas da vida quotidiana das Misericórdias, os que promovem a acção caritativa e os que gerem os bens e recursos da confraria.

Neste contexto consideramos fundamental a ideia exposta por Isabel dos Guimarães Sá quando refere “as lógicas da caridade”, pois a prática assistencial na época Moderna tem uma dupla vertente. Como tal “as Misericórdias partilham as ambiguidades inerentes ao exercício da caridade”: o amor ao próximo e o bem-fazer, a promoção social e o exercício do poder desencadeadas pela prática da caridade (pacificação de conflitos sociais, selecção de receptores de recursos a partir de critérios morais disciplinadores, entre outros)<sup>1224</sup>.

O patrocínio de obras pias, bem como a instituição de capelas e outros legados estão interligados com um conjunto de crenças em torno da salvação da alma<sup>1225</sup>. O homem é composto pela dualidade corpo/alma e apenas à alma era possível alcançar a eternidade. Assim, era relegado para segundo plano o bem-estar material porque relacionado com o corpo e era valorizada a pobreza porque oposta ao bem-estar material. Existiam várias formas de escolher a pobreza uma delas era a doação em favor dos mais pobres, quer através de esmolas quer através da acção humana<sup>1226</sup>.

---

<sup>1224</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 11 – 12.

<sup>1225</sup> ABREU, Laurinda Faria Santos - **Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade**. Viseu: Palimage Editores, 1999.

<sup>1226</sup> Cfr., SÁ, Isabel dos Guimarães - **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português (1500-1800)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 34-35

Tal como em encomendas congéneres, a questão, no caso das Misericórdias, é dupla. Por um lado, o patrocínio de obra artística que em si mesmo tem um valor simbólico, de propaganda e promoção social; e por outro, este patrocínio exerce-se em favor de uma instituição que está ao serviço da caridade e assistência aos mais necessitados, com todas as questões que este tema convoca neste período e os seus significados<sup>1227</sup>.

A perenidade da acção destes mecenas e patronos está reflectida em documentos escritos, mas também em testemunhos epigráficos colocados nos próprios edifícios que assinalam de um modo explícito e duradouro a sua iniciativa. Como veremos em alguns casos por vontade expressa dos mesmos. E por estes testemunhos podemos actualmente conhecer os seus nomes, posição social e acção concreta.

No caso específico desta investigação interessa-nos destacar as diferentes situações onde surgem estes mecenas e patronos, de forma a caracterizar a sua acção; aparecem como responsáveis por:

- iniciativas de instituição de confrarias;
- fundação de Casas da Misericórdia;
- iniciativas de remodelação dos edifícios;
- iniciativa de obra concreta e limitada (portal, capela-mor, entre outros);

---

<sup>1227</sup> Sobre este contexto religioso e ideológico, nomeadamente o conceito de pobreza e de assistência, com a prática e a função da caridade e da esmola, a renovação e as características da espiritualidade da época, as formas de afirmação política e social, a função das confrarias de leigos, entre outras, ver SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**, pp. 22 -37; SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 -2000**. [s. l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 7 – 23; PAIVA, José Pedro (coord.) – **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2004, vol. 3, pp. 7-21.

Estas acções eram concretizadas em vários actos: doação de terreno, encomenda e pagamento da obra, promoção de obras, doação de esmolas, instituição de capela ou legado. Estes eram os actos concretos, através dos quais, se exercia a acção dos mecenas e patronos; embora esta acção seja múltipla, na maioria dos casos podemos relacioná-la com um espaço concreto no interior da Casa da Misericórdia. Ou seja, com a excepção das situações em que existe a doação de terreno ou casas para a edificação da sede da confraria, quase sempre as intervenções dos mecenas incidem, sobre o espaço da igreja que integra a Casa da Misericórdia.

Este era sem dúvida considerado um espaço privilegiado dentro do conjunto, pela função e simbólica, e pela possibilidade de convocar diferentes aspectos, com especial destaque para a possibilidade de tumulação, função mais perene e áulica.

Estes mecenas eram de diferentes naturezas e condições: homens e mulheres, leigos e religiosos, nobres e não nobres. Independentemente da natureza e condição revelam-se, quase sempre essencial, alguns factores que podem aparecer individualmente ou conjugados, e que explicitam a sua acção em favor de uma Misericórdia concreta: a ligação ao lugar, pela naturalidade ou uma ligação familiar no local como sucedeu, por exemplo em Benavente<sup>1228</sup> e no Montijo; o exercício de cargos públicos nesse localidade como sucedeu em Faro<sup>1229</sup>, o ser morador, o ser irmão ou exercer algum cargo na confraria.

De seguida destacaremos alguns dos casos mais interessantes e reveladores da qualidade e diversidade da acção destes mecenas, relativamente às

---

<sup>1228</sup> D. Helena Costa, que patrocinou a remodelação da igreja da Misericórdia de Benavente, instituiu uma capela que doou ao seu sobrinho Baltazar da Costa Homem para que fosse sempre da sucessão dos Costa Homem; não havendo sucessão, os bens deveriam passar livremente para a Misericórdia. Baltazar da Costa Homem († 1650) foi provedor da Misericórdia assim como outros membros desta família; AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**. ed. original: 1926. Benavente: Câmara Municipal de Benavente, 1981, p. 179.

<sup>1229</sup> O promotor da construção da Casa da Misericórdia de Faro foi D. Afonso de Castelo Branco, bispo do Algarve de 1581 – 1585; foi também bispo de Coimbra de 1585 -1615 e nesse período também aparece associado à tentativa de mudança da localização da Casa da Misericórdia de Coimbra (Anexo II [tabelas], tabela 5).

Misericórdias que integram esta investigação, ou seja, que têm edifícios quinhentistas. Embora se privilegiem os exemplos desse mesmo período, recorreremos a um ou outro posterior, mais relevante.

Exclui-se desta análise a acção dos monarcas que, no que toca à arquitectura, referiremos no capítulo seguinte, IV. 5 Intervenção régia.

Com os dados que temos, que representam apenas uma pequena parte do conhecimento total sobre esta temática, consideramos fundamental diferenciar os vários tipos de acções promovidas por estes mecenas e patronos, e sempre que possível relacionar com as suas intenções mais profundas.

A acção concreta foi variada e diferentes níveis.

I. Primeiramente queremos destacar a acção mais simples que residiu, essencialmente, em doações de terrenos: Vila do Conde<sup>1230</sup>; de edifícios: Alcáçovas<sup>1231</sup>, Alcácer do Sal<sup>1232</sup>, Alverca, Montemor-o-Novo<sup>1233</sup>; de dinheiro: Almeida<sup>1234</sup>, Braga<sup>1235</sup>, Fão<sup>1236</sup>, Montijo<sup>1237</sup>, Vila do Conde<sup>1238</sup>, em contexto de início ou conclusão da mesma (Anexo I [fichas] correspondentes).

<sup>1230</sup> Em 1525, Álvaro Fernandes da Rua e sua mulher cedem um terreno para a construção da Casa da Misericórdia de Vila do Conde; cfr., FERREIRA, J. Augusto, - **Vila do Conde e seu Alfaz: Origens e Monumentos**. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, 1923, p. 28

<sup>1231</sup> A Misericórdia de Alcáçovas beneficiou com uma doação de casas realizada por Margarida Rodrigues para a construção da Misericórdia, cfr., ESPANCA, Túlio – **Inventário artístico de Portugal: distrito de Évora, concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1978.1, p. 485.

<sup>1232</sup> Rui Salema, comendador e fidalgo da Casa Real, criado do infante D. Luís foi o fundador da Misericórdia e do hospital.

<sup>1233</sup> Por disposição testamentária Rui Mendes Gago e sua mulher, Beatriz Fernandes, deixaram à Misericórdia de Montemor-o-Novo, as suas casas de morada para a confraria construir o seu edifício sede, cfr., o testamento transcrito em FONSECA, Jorge, - **Os hospitais de Montemor-o-Novo entre os séculos XIII e XVI**. Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 2004.

<sup>1234</sup> Pero Garcia solicita ao rei autorização para fundar uma Misericórdia em Almeida em 1520; e gasta uma verba de 60 mil reais “na obra pera se fazer a dita comfraria” na ermida de S. João e deixa em testamento uma renda em cereal “pera huuma capella pera que se lhe digam por suas almas cada somana tres misas [...] e pera se emterarem elles e seus descendentes”; documentos transcritos em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 3, pp. 336 - 339). Cfr., CARVALHO, José Vilhena, - **Santa Casa da Misericórdia de Almeida: subsídios para a sua história**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Almeida, 1991, pp. 11, 13-18.

<sup>1235</sup> O arcebispo D. Baltasar Limpo deixa em testamento uma doação para a prossecução das obras da Casa da Misericórdia de Braga, cfr., CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa**

Em alguns casos não podemos avançar mais do que esta informação e por isso temos consciência de que pode ser um pouco equívoco, pois noutros casos é possível relacionar estas doações com a vontade de enterramento no local o que pode ser mais revelador de uma intencionalidade do gesto.

Dois casos de cedência de casas que apresentam alguns detalhes interessantes, são Alverca e Montemor-o-Novo (Anexo I [fichas] - Alverca).

Em Alverca, como já tivemos oportunidade de referir noutro capítulo, existe a doação de casas que foi aliada à fundação da própria confraria da Misericórdia. Na vila não existia Misericórdia e “*não havia nunca [...] memoria de se tenctar (?) de nella se fazer Caza da Mizericordia, nem haver pessoa, que tal esperasse, nem cuidasse, que tal podia ser*”. Falecendo Solana Teixeira natural da ilha da Madeira mas moradora em Alverca, pelo seu testamento deixou “*as suas cazas em que estavam os presos para Mizericordia e dezoyto mil reis para huma bandeyra, fazendosse a obra em dez annos*”, no entanto, a confraria foi fundada mas “*não nas [casas] que a defunta para isso deichou mas em outras que lhes derão por ellas mais acomodadas para a ditta obra*”<sup>1239</sup>.

E em Montemor-o-Novo a doação incluía, não apenas a casa para a sede da Misericórdia mas também, um conjunto de bens que deveriam ajudar a pagar a obra. Em 1513, Rui Mendes Gago e a sua mulher deixaram por testamento um legado à Misericórdia composto por várias propriedades e pela casa de habitação. Na qual, após o falecimento de ambos, se deveria edificar a sede

**Casa da Misericórdia de Braga: obras nas Igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços**, p. 17.

<sup>1236</sup> O testamento de Madalena André, de 1632, faz uma doação para a construção da capela-mor da igreja da Misericórdia de Fão; MARIZ, Carlos Domingues Venda - **Santa Casa da Misericórdia de Fão: 4 séculos de história**. Fão: Santa Casa da Misericórdia de Fão, 2000.

<sup>1237</sup> Nuno Alvares doa à Misericórdia do Montijo “*todo o asento das ditas casas con seus quintais e vinha*” onde a confraria decide construir a sua sede; cfr., PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 266.

<sup>1238</sup> Pedro Anes, abade de Retorta, financia parte da obra realizada na edificação da Casa da Misericórdia de Vila do Conde; cfr., FERREIRA, J. Augusto, - **Vila do Conde e seu Alfoz: Origens e Monumentos**, p. 28.

<sup>1239</sup> Cfr., Livro do compromisso da Misericórdia com as confirmações e reformas transcrito parcialmente na Memória Paroquial de Alverca, ANTT, **Memórias Paroquiais**, Alverca, Torres Vedras, 1758, vol. 3, n.º 43, pp. 333 -334. Código de referência PT/TT/MPRQ/3/43. [Acedido em Junho de 2011]. Acessível na internet <http://digitalq.dgarq.gov.pt>

da confraria e para concretizar a obra estava prevista a alienação de parte dos bens doados, excepto as terras de pão<sup>1240</sup>.

Dois outros casos semelhantes, mas que se referem à cedência de um tipo de edifício específico, capelas particulares pertencentes a famílias locais, ocorreram em Colares e Murça. Em 1623 a Misericórdia de Colares instala-se numa capela, de fins do século XVI e inícios do XVII<sup>1241</sup>, pertencente à família dos Melos e Castros pois um dos dinamizadores da confraria foi D. Dinis de Melo e Castro, posteriormente bispo de Leiria (1627 - 1636)<sup>1242</sup>.

Quando nos referimos a doações em dinheiro ou bens, que ajudem a custear uma intervenção, estas podem estar relacionadas com elementos concretos da campanha de obras. Quase sempre elementos de prestígio e importância no contexto dos edifícios como portal e capela-mor. Por exemplo no Barreiro uma inscrição sobre no portal regista: «Isabel Pirez d’Ambvia fez este portal» e para Fão sabemos que o testamento de Madalena André, datado de 1632, incluía uma doação para a construção da capela-mor da igreja da Misericórdia<sup>1243</sup>; e para o Porto sabemos que Melchior Paes deixou uma esmola “com que se fundou esra casa nesta rua da flores”<sup>1244</sup> (Anexo I [fichas] - Barreiro).

II. Um outro aspecto que queremos destacar relativamente à encomenda e patrocínio, e que se relaciona directamente com o que referimos no ponto anterior. Quando existe uma doação de dinheiro ou bens para custear uma

---

<sup>1240</sup> Cfr., o testamento transcrito em FONSECA, Jorge - **Os hospitais de Montemor-o-Novo entre os séculos XIII e XVI** e ANDRADE, António Alberto Banha - **Subsídios para a história da arte no Alentejo, reconstrução da matriz e construção das igrejas do hospital velho e da Misericórdia de Montemor-o-Novo com o roteiro da arte gótica e manuelina do concelho**. Lisboa: Edição do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e da Academia Portuguesa da História, 1980.

<sup>1241</sup> SERRÃO, Vítor - **O pintor Cristovão Vaz: mestre dos retábulos da Igreja da Misericórdia de Sintra (1581-1584)**. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. III Série, 85 (1979), pp. 21, 23, 34.

<sup>1242</sup> SERRÃO, Vítor - **O pintor Cristovão Vaz: mestre dos retábulos da Igreja da Misericórdia de Sintra (1581-1584)**, p. 23.

<sup>1243</sup> Arquivo da Misericórdia de Fão, pasta 4, doc., 9, transcrito em ABREU, Alberto - **O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão**. Esposende: Edição Santa Casa Misericórdia Fão, 1988, pp. 177 – 179.

<sup>1244</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, F, Bco. 1, n.º 1, fl. 259.

intervenção com uma contrapartida expressa que beneficie o mecenas ou patrono. Ou seja, quando o acto de encomenda se cruza com um interesse tangível do próprio patrono. Este aspecto foi muito comum nas Misericórdias e para a compreensão do seu entendimento e alcance dispomos de fontes de informação documentais e epigráficas bastante esclarecedoras.

Esta situação refere-se ao patrocínio de intervenções na capela-mor e, mais raramente, na totalidade da igreja, tendo como compensação o enterramento do patrono em local privilegiado – capela-mor ou cruzeiro<sup>1245</sup>.

A intervenção podia ser de construção, remodelação ou reconstrução. O privilégio de enterramento podia ser unicamente para o próprio ou incluir os seus familiares. E em alguns casos, era explícita a intenção de no local não se sepultar outras pessoas. De igual modo, poderia existir um valor monetário ou alguns bens para sustento das celebração de missas e ofícios a realizar.

Podia estar relacionado com disposições testamentárias a cumprir após a morte do mecenas, como sucedeu no Porto ou ser uma decisão em vida como aconteceu em Fão.

Em muitos casos existia a preocupação de que o patrocínio ou promoção ficassem explícitos, nomeadamente pela colocação de lápides que indicassem o nome, intervenção e data.

Começamos por citar um acórdão da Misericórdia de Canha de 1622 referente à aceitação de uma doação de Francisco Fernandes. A doação era composta por umas casas na vila “*para nelas se fazer casa de misericórdia*” e de uma sesmaria no termo da mesma vila com condição/obrigação de se “*dar sepultura ao pé do tabuleiro do altar-mor que na dita casa de misericórdia se há-de fazer*” e acrescente “*com seu leteriro que diga aqui ja Francisco Fernandes meirinho sem mais outra coisa alguma e nam se enterrará na dita sepultura outra pessoa*”<sup>1246</sup>.

Um caso muito revelador é a inscrição existente no alçado da nave da igreja da

<sup>1245</sup> Ver anexo IV [docs.], documentos 1 e 4 – Arraiolos e documento 5 – Barcelos.

<sup>1246</sup> Arquivo da Misericórdia de Canha, **tombo** (1656), fl.59 v. - 60 e confirmação de 1631, referido em CORREIA, Francisco - **A Santa Casa da Misericórdia de Canha através dos tempos : 1622 - 2008**. Canha: Santa Casa da Misericórdia de Canha, 2008, p. 89; cfr., a p. 90.



Misericórdia de Alenquer: «AIRES FERREIRA E DONA CATARINA DE GOES SVA MOLHER MANDARÃM REFAZER ESTA IGREIA PERA SVA SEPULTURA QVE TEM NA CAPELA MOR COM HVA MISA COTIDIANA PERA A QVAL E FABRICA DA DITA IGREIA DEIXARAM A ESTA CAZA DA MISERICORDIA 86 MIL REIS DE IVRO ANO 1595»<sup>1247</sup>; esta inscrição é complementada pela correspondente lápide funerária sobre o cruzeiro (Anexo I [fichas] - Alenquer).

Também em Benavente, D. Helena Costa Lobo instituiu um legado que lhe permitia ficar com direito a fazer sepultura, para si e seus sucessores, na capela-mor, onde instituía capela e morgado. Vinculando-a para sempre com duzentas missas rezadas e uma cantada e para a sustento estes encargos pios anexou e vinculou à dita capela várias propriedades<sup>1248</sup>. Na entrada da igreja, mas deslocada do seu local primitivo, encontra-se também a lápide tumular: «SEPULTURA DE DONA ILENA DA COSTA LOBA A QVAL FES ESTA CAPELA A SVA CVSTA E A DOTOV COM OBRIGVACAM DE DVZEMTAS MISSAS POR SVA ALMA PERA SEMPRE E DE SEVS SOCECORES 1629» (Anexo I [fichas] - Benavente).

No caso do Montijo sabemos que em 1572, Nuno Alvares Pereira e a sua mulher cederam a sua casa para a instituição da Misericórdia<sup>1249</sup>, que foi remodelada e na qual ambos se enterraram justapondo a inscrição: «SEPULTURA DE NUNO ALVAREZ PEREIRA E DE ISABEL D ALMEIDA SVA MOLHER QVE DA SVA CASA FIZERAOM MORADA ATE O GRANDE DIA DO SENHOR ERA 1575» (Anexo I [fichas] - Montijo).

---

<sup>1247</sup> Esta inscrição aparece muitas vezes transcrita como “mandaram fazer” em vez de “mandaram refazer”.

<sup>1248</sup> AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**. ed. original: 1926. Benavente: Câmara Municipal de Benavente, 1981, p. 71.

<sup>1249</sup> Cfr., Carta de licença para numa sala das casas de Nuno Alvares se levantar altar, dizer missa e ordenar a confraria da Misericórdia. Arquivo do Patriarcado de Lisboa, **Registo Geral**, livro 703, fl. 128 – 128 v. Inédito.

No entanto, um dos casos mais paradigmático foi a intervenção patrocinada por D. Lopo de Almeida<sup>1250</sup> na Misericórdia do Porto. Após a sua morte em Madrid, a confraria fica como sua testamenteira; este testamento apresentava um verba em que dizia “*mando que na dita Misericordia do Porto me fação hua capella decentemente hornada em que a minha comta este o sanctissimo sacramento de contino alumiado*”<sup>1251</sup>. Após a construção da capela, os ossos de D. Lopo foram trasladados de Madrid para o local. O interesse deste caso reside no facto de por uma disposição testamentária a Misericórdia obtém os recursos, que até então não dispunha, para fazer uma obra que consiste numa intervenção num espaço já existente ou seja, uma capela-mor; é importante notar que o documento apenas refere uma «capela» e que a confraria ergueu uma capela-mor que era uma intenção com algum tempo. A escolha recai num importante arquitecto, do norte do país, Manuel Luís, que propõe um programa bastante erudito, seguindo o modelo da capela-mor do mosteiro de Santa Maria de Belém e que seria complementada por um retábulo em pintura sobre tábua realizado por Diogo Teixeira.

Um outro exemplo, um pouco mais tardio<sup>1252</sup> mas bastante revelador, é o de Mangualde. Em que Simão Pais do Amaral manda reconstruir a capela-mor, enterrou-se no local e paga parte das restantes obras de remodelação da igreja. Esta acção é marcada por uma dupla inscrição, uma na capela-mor referindo-se à sua construção e aludindo às restantes obras da igreja: «SIMAO

---

<sup>1250</sup> Para os dados biográficos de D. Lopo de Almeida ver SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**. Catálogo de Exposição, [S. l.]: Comissão para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, p. 47-48 e PEIXOTO, Ana Sílvia Lemos - **Grandes beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto: testamentos alguns exemplos (séculos XVI a XX)**. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997. vol. 1. (Cadernos dos 500 anos), pp. 28-38.

<sup>1251</sup> Cfr., Testamento de D. Lopo de Almeida, transcrito em PEIXOTO, Ana Sílvia Lemos - **Grandes beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto: testamentos alguns exemplos (séculos XVI a XX)**.

<sup>1252</sup> Existem outros exemplos para épocas posteriores ao séc. XVI. Como Penafiel. A construção da igreja foi incentivada por Amaro Moreira, benemérito da Misericórdia e, mais tarde, c. 1627, seu provedor; a capela-mor, tem cripta onde se encontrou um túmulo de gesso e a inscrição: «anno 1631 esta casa e capela mandou fazer o licenciado Amaro Moreira abade de Hermello»; cfr., MIRANDA, Abílio - **História da Misericórdia de Penafiel**. Penafiel: Tipografia Espinhense, 1987, pp. 15 e 17 e CEPÊDA, Augusto Abreu Lopes - **Misericórdia de Penafiel: a igreja e uma pintura antiga**. Penafiel: Edição da Santa Casa da Misericórdia, 1990, p. 4.

PAES DE AMARAL FIDALGO DE EL REI MANDOV FAZER A SVA CVSTA ESTA CAPELA MOR E A DOTOV E FES A MAIOR PARTE DAS DESPEZAS DESTA IGREIA ANO DE 1724» e é acompanhada por uma outra lápide com o seu brasão de armas e outra inscrição sobre a verga do portal principal: «SIMÃO PAES DE AMARAL MANDOU FAZER ESTA MISERICORDIA ANNO DE 1724».

Existem outros casos semelhantes, mas dos quais temos menos informação e que se referem à primeira metade do século XVII. Azurara, em que Francisco Vila-Chã custeia a construção da capela-mor da igreja e faz-se sepultar no local. Pavia, em que o patrocinador da edificação da igreja, Álvaro Arnau Sotto-Maior, também se enterrou no local<sup>1253</sup>. E Vimieiro em que a edificação da igreja foi custeada por Jacinto de Faria Barreto que também se fez sepultar no local<sup>1254</sup>.

III. Um terceiro aspecto que queremos destacar é a acção concreta dos provedores na dinamização e encomenda de intervenções artísticas, no exercício das suas funções. Sempre nesta condição e marcado com a palavra escrita, inscrita ou pintada, para a perenidade e memória do acto e de distinção relativamente aos seus pares.

É o caso de Alhos Vedros que em 1587, ano em que se começou a construção da Casa da Misericórdia, o provedor João Henriques Pimentel ofereceu o portal de acordo com a inscrição existente no mesmo: «IOAM ANRIQUEZ PIMENTEL DEV ESTE PORTAL DESMOLA A ESTA CAZA SEMDO PROVIDOR DELA O ANO QVE SE COMESOV DE FAZER NA ERA DE 1587».

<sup>1253</sup> ARNAUD, Joaquim António Leitão Rebello - **A Misericórdia de Pavia**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], 1959, p. 441.

<sup>1254</sup> ESPANCA, Túlio - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Évora, concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1975, vol. 1, p. 47. Cfr. Anexo IV [docs.], documento 2 – Vimieiro.

Também em Arouca existe uma inscrição e uma legenda que referem o patrocínio de obras; a primeira na verga da porta de acesso à sacristia e a segunda no tecto pintado: «Esta obra de pintvra se mandov fazer em o ano 1773 sendo provedor o duotor ioze dos santos teixeira telles».

Situação idêntica em Ferreira do Alentejo, com uma inscrição no arco triunfal da igreja que integra a Casa da Misericórdia: «Este arco mandou fazer o provedor Manuel Nunes e os mais irmãos no ano de 1595».

Relativamente ao patrocínio do conjunto arquitectónico destacamos o caso de Tomar, que evidencia uma inscrição sobre a porta no interior da nave igreja que refere: «Esta casa se comecou per ordenança do doutor Christovam Teixeira do conselho del rei nosso senhor sendo provedor no ano de 1567».

Para além dos provedores em algumas Misericórdias, os irmãos também patrocinavam determinadas obras concretas. Destacamos Tancos com uma inscrição no portal indicando que «ESTE PORTAL SE FEZ DAS ESMOLAS DOS IRMÃOS DA MISERICÓRDIA SENDO [PROVEDOR O] CONDE DA ATALAIA 1585». Juntamente com a inscrição surge o brasão de D. Francisco Manuel de Ataíde, conde da Atalaia, que se junta aos irmãos como mecenas da intervenção.

Também noutros casos surgem brasões de armas que reforçam visualmente a questão da encomenda. É o caso de Faro, onde no portal surgem as armas de D. Afonso de Castelo Branco, bispo do Algarve e provedor da Misericórdia.

E na Messejana, cuja **Memória Paroquial** refere: “*tem Caza da Mizericordia e regida por Lourenço da Sylua Conde de Aveiras regedor que entam hera das justisas*”<sup>1255</sup>; a fachada principal tem a data de «1570» e dois escudos um com as chagas de Cristo e outro com o brasão dos Silva; também no interior da igreja, a capela lateral mais antiga, tem na chave principal da abóbada o mesmo brasão.

---

<sup>1255</sup> ANTT, **Memórias Paroquiais, Messejana, Ourique**, 1758, vol. 23, nº 101, p. 671. Código de referência PT/TT/MPRQ/23/101. [Acedido em Junho de 2011]. Acessível na internet <http://digitalr.dgarq.gov.pt>.

Esta conjuntura terá sido a responsável pelas mais importantes intervenções realizadas nas igrejas da Casa da Misericórdia: aportam a iniciativa, a motivação/objectivo e os recursos para a intervenção; factores que muitas vezes as Misericórdias não dispunham, nomeadamente os de natureza financeiras. Ou seja, estas iniciativas particulares vão ser importantes dinamizadores das intervenções arquitectónicas nas igrejas que integram os edifícios das Misericórdias.

De igual modo estão associadas a elementos concretos como o portal, elemento exterior e nobre e simbólico do edifício; o portal é assim um elemento patrocinável, pelas suas características de elemento exterior de cuidada concepção associada ao seu simbolismo de passagem, do profano e ao religioso.

A associação de inscrições e pedras de armas são uma forma de reforço da propaganda e do prestígio de quem encomenda.

#### IV. 6 Intervenção régia

---

Na criação, consolidação e difusão das confrarias da Misericórdias desempenhou um papel fundamental a intervenção dos monarcas. Esta intervenção incidiu na promoção da fundação de confrarias e na concessão de isenções, esmolas e doações que ajudaram na estabilização da sua actividade. Privilégios que eram concedidos, quer aos oficiais que serviam as Misericórdias em cada ano, quer à própria instituição no cumprimento das suas actividades e que se revelaram meios necessários para o desempenho da sua função e factores estruturantes do desenvolvimento e vivência das confrarias<sup>1256</sup>.

---

<sup>1256</sup> Cfr., SÁ, Isabel dos Guimarães - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 40-44; FONSECA, Carlos Dinis - **História e Actualidade das Misericórdias**. Mem Martins: Editorial Inquérito, D. L. 1996, p. 115, alguns destes privilégios em FONSECA, Carlos Dinis - **História e Actualidade das Misericórdias**, pp. 118-119 e em CORREIA, Fernando Silva - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 558-560.

Dos privilégios concedidos aos oficiais, destacamos a exclusão do desempenho de cargos concelhios, do pagamento de impostos municipais ou da participação em procissões e de outras obrigações impostas pelos Concelhos aos seus moradores<sup>1257</sup>.

Dos privilégios atribuídos às confrarias, enquanto instituição destacamos: poder cobrar as dívidas como dívidas reais, doações várias, entre muito outros. São variadíssimos os exemplos, a consulta dos volumes 3 e 4 de **Portugaliae Monumenta Misericordiarum** apresenta um panorama muito completo desta realidade<sup>1258</sup>.

Os reis também beneficiaram as Misericórdias com outro tipo de acções como a administração e/ou a anexação de hospitais, albergarias e outras confrarias, com os respectivos bens, encargos e rendimentos<sup>1259</sup>. O que em alguns casos permitiu às Misericórdias ter na sua posse um conjunto de bens para poderem assegurar o desenvolvimento da sua acção assistencial.

Esta relação privilegiada com o rei advém do facto destas confrarias ter um estatuto especial. Eram confrarias de cariz religioso, mas laicas, sob protecção e jurisdição régia. Ou seja, respondiam perante o rei, estando apenas sob a autoridade episcopal, religiosa, em questões ligadas com o culto<sup>1260</sup>.

Neste capítulo interessa-nos destacar a intervenção régia relacionada com a problemática específica da nossa investigação – a construção dos edifícios sede das Misericórdias.

Para o século XVI esta intervenção está testemunhada em documentos escritos e mais raramente, nos próprios edifícios quinhentistas. Apenas na Azambuja, Buarcos, Maiorga, Monção, Penamacor, Pinhel e Tavira aparece heráldica ou simbólica régia nos portais e em Freixo de Espada à Cinta nos

---

<sup>1257</sup> Cfr., PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002 – 2011, vol. 3, p. 12.

<sup>1258</sup> Cfr., PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vols. 3 – 4.

<sup>1259</sup> Como os exemplos são inúmeros, ver a lista de documentos da chancelaria régia referentes à Misericórdias, onde se incluem as autorizações de anexação, publicadas em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 128 - 160.

<sup>1260</sup> Algumas questões sobre o exercício da jurisdição episcopal nas Misericórdias em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 23 – 25.

bocetes da abóbada da capela-mor (escudo real, cruz da Ordem de Cristo e esfera armilar). A marcação dos edifícios, quer exterior quer interiormente, com o escudo régio vai-se generalizar em séculos posteriores<sup>1261</sup>.

Destes sete exemplos, quatro remetem seguramente para edifícios preexistentes à fundação das confrarias da Misericórdia. Ou seja, dado esta simbólica, esfera armilar e cruz da Ordem de Cristo, remeter para o reinado de D. Manuel e as referências documentais relativas a obras nestas construções serem mais tardias, é possível a existência de manutenção ou reaproveitamento destes elementos.

Na Azambuja e Maiorga as respectivas Misericórdias ocuparam edifícios pertencentes às confrarias do Espírito Santo. Aliás como é verificável pela inscrição existente em Maiorga e pela representação da pomba, símbolo do «Espírito Santo» no portal da Azambuja e inscrição no alçado posterior do edifício (Anexo II [tabelas], tabela 7).

Em Freixo de Espada à Cinta a Misericórdia vai instalar-se no hospital da vila, onde durante a segunda metade do século XVI realizará obras de vulto (Anexo I [ficha] - Freixo). E em Tavira a confraria vai construir a sua sede nos edifícios

---

<sup>1261</sup> Posteriormente vai ser comum encontramos o escudo real em vários edifícios das Misericórdias com ênfase para intervenções do século XVIII (Anexo I [fichas] correspondentes): portais (Alenquer, Borba, Braga, Évora, Guarda, Lourçal, Montargil, Montemor-o-Velho, Óbidos, Torres Vedras); relevo em fachadas de igrejas (Arouca, Batalha, Castelo Branco, Estombar, Fão, Gouveia, Ourique, Pinhel, Porto, Redondo, Seia, Soure, Sousel, Torrão, Viseu, Vouzela); relevo em fachadas de edifícios (Alcáçovas, Arouca, Borba, Caminha, Elvas, Fronteira, Lourinhã, Torre de Moncorvo, Torres Vedras); pintado na cobertura interior da igreja (Alenquer, Alter do Chão, Alvito, Atouguia da Baleia, Batalha, Caminha, Chamusca, Estombar, Lousã, Mogadouro, Montargil, Nisa, Óbidos, Seia, Soure, Tavira, Tomar, Torres Vedras, Vila Viçosa [capela-mor]); pintado, esculpido ou entalhado no retábulo-mor (Alter do Chão, Arouca, Azambuja, Borba, Castelo Branco, Constância, Guarda, Évora, Idanha-a-Nova, Lavre, Lourinhã, Messejana, Montalvão, Penamacor, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Sardoal, Segura, Sobreira Formosa, Tavira, Terena, Vimieiro); pintado ou entalhado na tribuna dos oficiais (Alter do Chão, Atouguia da Baleia, Azurara, Borba, Braga, Chamusca, Lourinhã, Peniche, Portel, Torres Novas, Vila do Conde); na cadeira do provedor (Alvito, Chamusca); pintado ou em relevo sobre o arco triunfal ou alçado onde se adossa retábulo (Alcácer do Sal, Almodôvar, Arouca, Arraiolos, Borba, Campo Maior, Castro Verde, Colos, Estombar, Évoramonte, Fão, Gouveia, Guimarães, Loulé, Monsaraz, Mora, Óbidos, Ourique, Pavia, Redondo, Samora Correia.); no revestimento azulejar (Alhos Vedros); nas guarnições em madeira entalhada de capelas e portas (Braga); pintado no tecto da casa do despacho (Alcácer do Sal, Portel, Tavira), arquivo (Montemor-o-Velho), sacristia (Álvaro, Alvito, Borba [oratório sobre o arcaz]) ou corredor do edifício da casa do despacho (Fronteira). Em alguns casos estes escudos aparecem mais do que uma vez num mesmo edifício e sob diferentes manifestações artísticas.

doados pelo município e onde funcionavam os Paços do Concelho (Anexo I [ficha] - Tavira).

Relativamente, aos documentos que consubstanciam este apoio do rei à produção arquitectónica da Misericórdias destacam-se os documentos emanados da chancelaria régia: provisões e alvarás, documentos emitidos pelo rei, no primeiro caso para expedir uma ordem ou providência e no segundo para confirmar direitos ou atribuir privilégios.

Estes oferecem-nos uma panorâmica, embora seguramente incompleta, do que foi a intervenção régia neste domínio, uma acção abrangente temporal e geograficamente e alargada no seu âmbito de acção. No entanto, dada a interacção dos reis com as confrarias da Misericórdia, seria suposto um maior número de referências que, ou não existiram ou se perderam. Todavia, consideramos que as que pudemos coligir permitem uma caracterização, ainda que truncada e provisória, da intervenção real no âmbito da produção arquitectónica das Misericórdias.

De igual modo, uma vez que estas acções régias são quase sempre uma resposta a um pedido das Misericórdias também seria interessante avaliar em que medida alguns destes pedidos ficaram por responder. No entanto, conservam-se mais respostas régias registadas nas Chancelarias ou em alvarás recebidos pelas Misericórdias e custodiados nos seus arquivos, do que petições enviadas ao rei.

Assim, podemos definir que a intervenção dos monarcas relativamente à arquitectura promovida pelas Misericórdias foi sempre uma intervenção de apoio e realizou-se por várias vias que agrupam diferentes acções:

- autorização para a ocupação de edifícios preexistentes;
- autorização para construção<sup>1262</sup>;

---

<sup>1262</sup> Esta acção de autorizar a construção da Casa da Misericórdia foi também preconizada por outras pessoas enquanto responsáveis pelas localidades onde as confrarias estavam instituídas. Por exemplo, D. António, prior do Crato, autoriza a construção da Casa da Misericórdia em Proença-a-Nova; D. Sebastião, enquanto administrador da ordem de Santiago, autoriza a mesma construção em Aljezur, Barreiro, Castro Marim, Montijo; D. Sebastião



- dotação de meios financeiros: doações directas dos reis ou impelindo outros poderes a fazerem doações; autorização para fazer peditórios de esmolas; encaminhamento de bens públicos como taxas municipais e devidas ao rei;
- dotação de meios materiais: doação de terrenos, autorização para ocupação de espaços públicos; doação de materiais para a obra.

I. Como já foi abordado no capítulo III. 1 As Misericórdias e a Arquitectura para a prossecução dos objectivos com que eram instituídas, as Misericórdias necessitavam de um edifício que, na maioria dos casos e nas primeiras décadas de funcionamento, correspondia a um edifício ou um espaço num edifício praexistente pertencente a outras instituição<sup>1263</sup>.

Em algumas situações a autorização para ocupação desses edifícios preexistentes e sua adaptação era dada pelo rei.

Em Seda uma carta régia de 1543 autoriza a instituição da Misericórdia a anexa-lhe a capela de S. Bento onde ficaria instalada a confraria<sup>1264</sup>. Situação semelhante aconteceu em Mértola onde a Misericórdia foi fundada na ermida de Santiago; uma Visitação de 1565 afirma “*que se fizera esta casa da mysericordia na dicta Jrmyda com Licença de Sua Alteza*”<sup>1265</sup>.

Recebem também autorização régia as confrarias de Arronches, apesar do edifício cedido à Misericórdia em 1537 não ser um edifício religioso mas as antigas casas da audiência, e Tavira; neste último caso, o rei escreve ao municipio e este aceita dar à Misericórdia as antigas Casas da Câmara e

---

enquanto governador e administrador da ordem de Avis, autoriza a mesma construção em Mora e Montargil; documentos transcritos em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 263, 265 - 269.

<sup>1263</sup> Ver cap. III. 1 As Misericórdias e a Arquitectura.

<sup>1264</sup> Cfr., Carta régia autorizando a instituição da Misericórdia de Seda a anexando-lhe a capela de S. Bento, ANTT, Chancelaria de D. João III, **Privilégios**, livro 2, fl. 286; transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 188.

<sup>1265</sup> Cfr., transcrição em BOIÇA, Joaquim – **Topografia histórica de Mértola. As ocupações funcionais do terreiro junto à Porta da Ribeira, da época medieval à contemporânea: Capela de Santiago – Igreja da Misericórdia – espaço Museológico**, *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. N.º 3, (1993) p. 55.

audiência assim que estivessem construídas as novas casas para a administração do concelho<sup>1266</sup> (Anexo I [fichas] – Arronches e Tavira).

Um caso um pouco diferente acontece em Almeida em que a autorização real refere-se à edificação de uma capela num outro edifício religioso. Assim, em 1521, D. Manuel escreve a Pero Garcia dando “*licença pera fazer huua capella na ermida de Sam Joham da dita vila [...] a quall capella queriam que fose da emvocaçam da misericórdia pera nella fazer e ordenar a confraria e se comprirem as obras da dita misericórdia [...]*”<sup>1267</sup>.

II. À ocupação de edifícios ou espaços em edifícios preexistentes sucedia-se geralmente a construção de um edifício de raiz para sede da confraria da Misericórdia.

Por diversos motivos que explicitaremos em seguida, a intenção de construção era submetida a uma autorização real. Podia ser uma simples autorização<sup>1268</sup> ou estar relacionada com um pedido de apoio económico à construção, como aconteceu em 1571 no Montijo em que a carta régia que autoriza a construção refere também que se “*havia determinado de si fazer casa da Mizericórdia nesta vila [...] se ouver a esmola de El-Rey e a do arcebispo*”<sup>1269</sup> (Anexo I [fichas] – Montijo). Ou podia estar relacionada com o uso de espaços pertencentes a outras instituições, como sucedeu em Sines que “*pediam por mercê régia a licença para construir outra igreja de modo que pudessem estender a área da construção pelo terreno pertencente ao adro da matriz*”<sup>1270</sup>.

<sup>1266</sup> Cfr., documento de confirmação do acordo entre a Câmara e a Misericórdia, transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 167 – 168.

<sup>1267</sup> Cfr., carta de D. Manuel, ANTT, Chancelaria D. Manuel I, livro 3 da Beira, fls. 114-115 e Chancelaria de D. João III, livro 17, fl. 38; transcrito em CARVALHO, José Vilhena - **Santa Casa da Misericórdia de Almeida: subsídios para a sua história**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Almeida, 1991, pp. 13-18.

<sup>1268</sup> Como aconteceu em Esposende (1579) e na Lourinhã (1616).

<sup>1269</sup> Documento transcrito em QUARESMA, José Simões - **Albergaria, Hospital e Misericórdia de Adeia Galega do Ribatejo**. Montijo: Edição do autor, 1948, p. 30 e cfr., GRAÇA, Luís Maria Pedrosa Santos - **Edifícios e Monumentos Notáveis do Concelho de Montijo**. Montijo: [s. n.], 1989, p. 76.

<sup>1270</sup> Cfr., documento do ANTT, Chancelaria Antiga da Ordem de Santiago, livro 2, fl. 26 v., referido em SOLEDADE, Arnaldo - **Sines: terra de Vasco da Gama**. 3ª ed. [S. l.]: Câmara Municipal de Sines, 1990, p. 146.

O exemplo de Monção, um pouco mais tardio, demonstra que este âmbito da intervenção real se prolongou pelos séculos seguintes. A Misericórdia esteve originalmente localizada no interior das muralhas da praça velha<sup>1271</sup>; este edifício foi destruído com as Guerras da Restauração, sendo reedificado em 1696 na sequência de uma provisão régia<sup>1272</sup>.

Mesmo após a construção do edifício, as Misericórdias continuaram a submeter à autorização real algumas intervenções posteriores que se fizeram nos seus edifícios. Na Lourinhã em 1616<sup>1273</sup>, uma provisão de Filipe II autoriza a Misericórdia a fazer obras na igreja. Estas obras causaram profundas modificações na igreja e foram dirigidas pelo mestre pedreiro Bartolomeu Francês<sup>1274</sup>.

III. Talvez a intervenção mais importante realizada pelos monarcas no processo de construção das Casas da Misericórdia tenha sido a dotação de meios financeiros.

Esta acção realizou-se por diferentes meios: doações, concessão de taxas municipais, autorização para o pedido de esmola, entre outros.

São frequentes as doações sob a forma de esmola para as obras nos edifícios das Misericórdias. A Misericórdia do Funchal recebe do rei no ano de 1518, 70.000 réis que o rei D. Manuel I lhes havia concedido para “*a construção de uma casa para o recolhimento dos irmãos e das coisas da casa*”<sup>1275</sup>.

<sup>1271</sup> FONTE, Teodoro Afonso - **As Misericórdias do Alto Minho: perspectiva Histórica e Actualidade**. In Encontro das Misericórdias do Alto Minho, 1. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001, p. 109.

<sup>1272</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdia de Monção, **Tombo dos bens e propriedades pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Monção** (1788), fl. 13 v.; transcrição do documento em ARAÚJO, Maria Marta Lobo - **A Santa Casa da Misericórdia de Monção: séculos XVI-XVII**. In *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Casa Museu de Monção e da Universidade do Minho, 2003, p. 139.

<sup>1273</sup> Actualmente o livro dos acórdãos o ano de 1616 apenas tem os termos das eleições do provedor e oficias e nenhum acórdão.

<sup>1274</sup> Cfr., SERRÃO, Vítor - **O pintor Diogo Teixeira e a pintura maneirista em Portugal**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, vol. 2, p. 32, com a referência às fontes documentais existentes caracterizadoras desta campanha de obras, pp. 32 e 38.

<sup>1275</sup> ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 76, n.º 59. Inédito.

Em Olivença, Afonso Vaz, juiz da cidade, envia uma carta ao rei informando a pretensão que a Misericórdia tinha de construir um hospital junto à capela do Espírito Santo e como se devia fazer a obra; em resposta rei concede 80 mil reis<sup>1276</sup>.

Outros exemplos, embora seiscentistas, são bastantes esclarecedores: no ano de 1648, D. João IV<sup>1277</sup> concede uma esmola para a obra da igreja da Misericórdia de Alcobaça destruída por um incêndio em 1632<sup>1278</sup>. Também em Monção, em 1696, o rei condescende ao pedido feito pela confraria e atribui-lhe uma esmola de 400\$000 destinada à obra de reedificação da Misericórdia, sendo o pagamento efectuado ao longo de quatro anos<sup>1279</sup>.

Outra forma de proporcionar às Misericórdias o sustento financeiro para a obra foi a consignação de impostos ou de verbas proveniente de diferentes fundos. No ano de 1548, um alvará régio dirigido à Câmara Municipal do Porto determina que da renda da imposição do sal que o rei concedeu à Câmara, se retire determinada quantia para ajudar à grande despesa da construção da nova Casa da Misericórdia da cidade que foi decidida pela cidade em reunião<sup>1280</sup>.

Em Santarém, no ano de 1598, Filipe I faz esmola à Misericórdia da terça parte das rendas do concelho de Santarém, a que o rei tinha direito, para as obras do edifício (Anexo I [fichas] – Santarém).

Também em Guimarães, no ano de 1587, uma provisão real confirma um acordo entre a Câmara e a Misericórdia para que esta receba 500 cruzados do sobejo das sisas<sup>1281</sup> para a construção do seu edifício e posteriormente em

<sup>1276</sup> NOÉ, Paula – **Igreja e hospital da Misericórdia de Olivença**. SIPA n.º ES811201000001. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2009. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1277</sup> Esta esmola foi pedida pela Misericórdia a Filipe III que nunca respondeu.

<sup>1278</sup> Cfr., ZAGALO, Francisco Baptista - **História da Misericórdia de Alcobaça**. Alcobaça: Tipografia e Papelaria de António M. Oliveira, 1918, pp. 91 – 92.

<sup>1279</sup> AMARAL, Paulo, RODRIGUES, Miguel, NOÉ, Paula - **Igreja e Casa do Consistório da Misericórdia de Monção**. SIPA n.º PT011604170025. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1999, 2000, 2002. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1280</sup> Alvará régio transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 195.

<sup>1281</sup> Os sobejos das sisas foram usados como fundo para contribuir para as intervenções em outras edifícios das Misericórdias durante os séculos XVII e XVIII como Peniche, Viana do

1594, com prorrogação até 1606, o rei concede à Misericórdia o rendimento das treças das imposições da vila<sup>1282</sup> (Anexo I [fichas] – Guimarães).

O caso de Castelo Branco é bastante interessante, por duas vezes, em dois períodos distintos solicitam ao rei apoio sob a forma de concessão de rendas municipais. Em 1620 a Misericórdia, através do provedor, bispo D. Nuno de Noronha, pediu ao rei que lhe concedesse o rendimento das penas judiciais por cinco anos para a reedificação hospital<sup>1283</sup>. E em 1735 e 1740 requer a D. João V a concessão do subsídio do real de água, um tributo sobre o consumo de carne e vinho para financiar o abastecimento de água, que seria utilizado para a conclusão das obras da reedificação da igreja e do hospital<sup>1284</sup>.

Soure beneficiou com uma parte das receitas das condenações da comarca de Leiria para serem aplicadas nas obras da Casa da Misericórdia<sup>1285</sup>.

Também em Almeida a confraria da Misericórdia recebe em 1692, um alvará de D. Pedro autorizando o lançamento de um imposto para se poder terminar a construção da igreja: “[...] *elles me pedirão licença para fazerem na dita villa hua Igreja e Casa de Misericordia por se ter destruído com a guerra e fortificaçam o que de antes havia e porque nam tinham dinheiro o bastante para continuarem com a dita obra conforme planta e apontamentos que fizera o sargento mor emginheiro da dita praça [...] e continuandosse o dito imposto por todo o anno poderião os supplicantes continuarem com a dita obra*”<sup>1286</sup>; esta concessão foi prolongada em 1693 por mais dois anos<sup>1287</sup>.

---

Castelo, Vila do Conde; cfr., PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta**

**Misericordiarum**, vol. 6, pp. 65 – 124..

<sup>1282</sup> Cfr., transcrição do documento em PINHEIRO, Alfredo Dias - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - apontamentos para a sua história**. Guimarães: Tipografia Minerva Vimaranesense, 1931, pp. 19-20 e 24.

<sup>1283</sup> LEITE, Ana Cristina - **Castelo Branco**. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 46.

<sup>1284</sup> SANTOS, Manuel Tavares - **Castelo Branco na História e na Arte**. Porto: Imprensa Portuguesa, Edição do Autor, 1958, p. 125.

<sup>1285</sup> em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002 – 2011, vol. 6, p. 68.

<sup>1286</sup> Cfr., documento do ANTT, Chancelaria de D. Pedro II, livro 21, fl. 56, transcrito em CARVALHO, José Vilhena - **Santa Casa da Misericórdia de Almeida: subsídios para a sua história**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Almeida, 1991, pp. 22-23.

<sup>1287</sup> Cfr., documento ANTT, Chancelaria de D. Pedro II, livro 38, fl. 175, transcrito em CARVALHO, José Vilhena - **Santa Casa da Misericórdia de Almeida: subsídios para a sua história**, p. 24.

Em Monção, uma autorização real permitiu que durante três anos o dinheiro da imposição do sal fosse aplicado em obras na Misericórdia e também na matriz e nos paços do concelho; esta autorização de 1668 foi renovada em 1674.

As obras setecentistas na Misericórdia de Barcelos também beneficiaram deste tipo de intervenção real; para esta obra foi consignado o já referido real da água e também a terça parte da contribuição do ceitel (Anexo I [fichas] – Barcelos).

Em algumas situações o rei também autorizava o uso de verbas provenientes de outros locais.

A Misericórdia de Mangualde, em 1720, pelo seu provedor, Simão Pais do Amaral, fidalgo da casa de Sua Majestade, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e capitão-mor do concelho, solicitou a D. João V a importância de 200\$000, que estava guardada no cofre do concelho e que se não sabia a quem pertencia, para utilizar na construção da Casa da Misericórdia<sup>1288</sup>.

Também em Viana do Castelo, uma provisão do rei, de 1704, concede à Misericórdia onze mil cruzados para a reedificação da igreja<sup>1289</sup>. Em 1716 o rei envia uma carta ao conde de Vila Verde, mestre de campo general da província do Minho, dizendo que porque o dinheiro não foi entregue à confraria a obra ficou por fazer, e ordena-lhes que seja entregue mil cruzados por ano do dinheiro das fortificações, uma vez que a guerra estava terminada.

Em Mogadouro, no ano 1767 a Misericórdia recebe uma provisão de D. José I, em resposta a uma petição, atribuindo-lhe o uso das sobras dos concelhos dos povos do termo da vila de Mogadouro, dos seis anos antecedentes e que era habitual o rei aplicar em obras públicas e pias<sup>1290</sup>.

Um outro tipo de apoio régio à construção das Casas da Misericórdia no âmbito da dotação de meios financeiro foi a autorização para o pedido de esmola.

---

<sup>1288</sup> ALVES, Alexandre - **A igreja da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde**. Mangualde: Santa Casa da Misericórdia de Mangualde, 1993.

<sup>1289</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo, fundo da Misericórdia de Viana do Castelo, 3.27.5. cx. 1-10 – **provisão de 11 mil cruzados**.

<sup>1290</sup> Documento transcrito em MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues, - **Documentos para o estudo da Arquitectura Religiosa na antiga diocese de Miranda do Douro - Bragança**. [s.l.]: Edição do autor, 2009, pp. 169 – 170.

Em Sines, no ano de 1587, o rei autoriza a Misericórdia a pedir esmola pela comarca de Campo de Ourique, que serviria para a reconstrução da igreja e para as obras assistenciais da confraria<sup>1291</sup>.

IV. Outra via utilizada pelos monarcas para suporte à construção das Casas da Misericórdia foi dotar as confrarias de meios materiais para a sua realização. Nomeadamente, com a autorização para compra ou posse de terrenos ou casas e a consignação de materiais e oficiais para a obra.

Em 1518 o rei D. Manuel faz esmola aos irmãos da Misericórdia do Funchal da ermida de N. Sra. Calhau<sup>1292</sup> e de umas casas que comprou junto à dita ermida onde a confraria tinha a sua capela<sup>1293</sup>. E em Elvas em 1539, em resposta a um pedido da Misericórdia, o rei concede-lhe umas casas junto à igreja da Madalena, onde estava instalada a confraria, para transferirem o hospital para um espaço mais amplo e adossado ao local de culto<sup>1294</sup> (Anexo I [fichas] – Elvas).

Uns anos antes em Lisboa, em 1534, o rei doa à confraria da Misericórdia “*dous sobrados de casas minhas pera as ofycinas que estam amttre a igreya da dita Misericordia e a casa da portagem da dita cidade*”<sup>1295</sup>.

No ano de 1550, D. João III autoriza a Misericórdia de Lagos a tomar posse de uma azinhaga para o alargamento do edifício da confraria<sup>1296</sup>. Também em 1561 o rei interfere junto do monarca de Castela para que a Misericórdia de

<sup>1291</sup> Cfr., documento do ANTT, Chancelaria Antiga da Ordem de Santiago, livro 2, fl. 231 v., referido em SOLEDADE, Arnaldo - **Sines: terra de Vasco da Gama**. 3ª ed. [S. I.]: Câmara Municipal de Sines, 1990, p. 146.

<sup>1292</sup> Cfr., PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. 3, p. 322.

<sup>1293</sup> ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 74, n.º 9. Inédito.

<sup>1294</sup> MANTAS, Helena, GONÇALVES, Susana, NOÉ, Paula – **Igreja e antigo hospital da Misericórdia/Museu de Arte Contemporânea de Elvas – MACE**. SIPA n.º PT041207030047. [S. I.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000, 2007. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1295</sup> Documento transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, pp. 178 – 179.

<sup>1296</sup> PINTO, Maria Helena Mendes, PINTO, Victor Roberto Mendes - **As Misericórdias do Algarve**. Lisboa: Direcção Geral da Assistência, 1968, p. 62. Cfr., transcrição do documento em CORRÊA, Fernando Calapez - **Elementos para a História da Misericórdia de Lagos**. [S. I.]: Santa Casa da Misericórdia de Lagos no V Centenário da sua Fundação, 1998, pp. 200-201 e 446.

Lisboa possa ir buscar à Galiza a madeira que mandou cortar que era para a confraria fazer um hospital<sup>1297</sup>.

Em 1562 o mesmo monarca outorga à mesma Misericórdia um chão junto à porta do chafariz dos Cavalos para a construção de uma nova casa do hospital dos Incuráveis<sup>1298</sup>.

Também em 1596 um alvará de D. Filipe I expropria um terreno para a construção da Casa da Misericórdia de Gois<sup>1299</sup>.

Na Misericórdia de Vila Real, a autorização real destinou-se à compra de casas; em 1572 um alvará de D. Sebastião autoriza a confraria a comprar umas casas pertencentes a Maria Pinto e seus filhos, para ampliar as suas instalações<sup>1300</sup> (Anexo I [fichas] – Vila Real).

Em Guimarães o apoio real faz-se pela autorização para adquirir as casas necessárias à obra do edifício sede da confraria pelo preço indicado por avaliadores para que os proprietários não excedam o valor que a confraria pode pagar<sup>1301</sup>.

Relativamente à consignação de materiais e mestres para a edificação das Casas da Misericórdia, temos que destacar várias situações.

Em 1538 o provedor e irmãos da Misericórdia de Estremoz solicitam ao monarca, por esmola, a madeira necessária para consertarem parte da igreja da Casa da Misericórdia que se acha arruinada, pois a madeira retirada não se podia reutilizar<sup>1302</sup>.

---

<sup>1297</sup> ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 105, n.º 1. Inédito

<sup>1298</sup> Documento referido em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 141.

<sup>1299</sup> JESUS, Francisco, MOTA, Berta, NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Góis**. SIPA nº PT020606040009.

<sup>1300</sup> ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 9 – **Privilégios**, fl. 336 – 336 v.; documento referido em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p.150.

<sup>1301</sup> Cfr., transcrição da petição e da provisão real em PINHEIRO, Alfredo Dias - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - apontamentos para a sua história**. Guimarães: Tipografia Minerva Vimaranesense, 1931, pp. 20 - 23.

<sup>1302</sup> ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 61, n.º 81; transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 390.



Relativamente a Évora, no ano de 1554 um alvará de D. João III dirigido ao corregedor da Comarca e Correição da cidade e ao juiz, vereadores, procuradores e oficiais da mesma, a requerimento do mestre das obras da Casa da Misericórdia, solicita a entrega de cal, tijolo, telha e outras coisas necessárias à construção<sup>1303</sup>. Vinte anos mais tarde, um outro alvará régio concede à Misericórdia os mesterais necessários às obras que se faziam na igreja: “*pedreiros, carpynteiros, saradores, careteiros, tigoleiros, caeiros e telheiros, cavouqueiros e servidores*”<sup>1304</sup> (Anexo I [fichas] – Évora).

E em Santarém no ano 1562 a Rainha D. Catarina doa para a obra da Casa da Misericórdia pedra, telha e madeira que estavam destinados à construção do celeiro do pão do Paul da Asseca<sup>1305</sup> (Anexo I [fichas] – Santarém).

Situação semelhante ocorre em Guimarães quando a confraria solicita ao monarca a pedra existente numa tapagem, parede, junto à porta da Garrida, pois esta continha “*pedra para a maior parte da dita igreja e casa sem haver prejuizo do comum, nem particular*”<sup>1306</sup>.

V. Neste domínio da intervenção régia ao nível da construção de um edifício sede para a Misericórdia o caso se Santarém é paradigmático<sup>1307</sup>. Esta acção inicia-se com D. João III e prolonga-se pela regência da rainha D. Catarina. Uma carta enviada pela rainha ao provedor e oficiais da Misericórdia é uma preciosa fonte de informação para este caso<sup>1308</sup>.

De acordo com este documento, o facto da confraria não ter instalações próprias e de usar as do hospital da vila, era um inconveniente, pois as instalações eram pequenas e “*os enfermos do dito espytal regebião*

---

<sup>1303</sup> Documento referido em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 152; transcrito em PEREIRA, Gabriel (org.) - **Documentos Históricos da Cidade de Évora**, parte 2, p. 260.

<sup>1304</sup> Documento transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**, vol. 4, p. 233.

<sup>1305</sup> ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 106, n.º 6. Inédito.

<sup>1306</sup> Cfr., documento transcrito em PINHEIRO, Alfredo Dias - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - apontamentos para a sua história**, pp. 24 – 27.

<sup>1307</sup> Ver anexo IV [docs.] – Santarém.

<sup>1308</sup> A documentação que citaremos pertence a Arquivo da Misericórdia de Santarém, LSC 296 - **Escrituras para as obras da Igreja da Misericórdia** (1561), fls. 4 – 5 v (Anexo IV [docs.] - Santarém).

*enquietação com a comunicação da jrmãodade*". Assim o rei ordenou que "*se fizese hua casa apartada da Misericordia*"; neste ponto o rei assegurou também, através de provisões, a compra de casas pertença de um privado.

Posteriormente, é a Rainha chamada a intervir devido a conflito interno entre os irmãos relativo "*a dita obra fazer no lugar e da maneyra e reparticao em que estaua principiada*". Para solucionar o problema e "*daar hordem que a dita obra se ffizese como fose melhor e mais conueniente ao seruiço de Nosso Senhor e efeyto pera que se ordenou*", D. Catarina enviou um pessoa da sua confiança, um moço da sua câmara, para ver os terrenos que a confraria tinha comprado e a obra que estava iniciada e para trazer o respectivo desenho, que deveria incluir as casas que confrontam com o terreno.

Após a análise do desenho com Pero Carvalho, provedor-mor das obras reais e Miguel de Arruda, mestre das obras reais, a rainha "*asentey que a dita casa e obras della se fizesem no llugar e da grandura e mididas que vereis por la traça e debuxo della que vos con esta [carta] seraa dado*" e "*huus apontamentos que mandey ao dito Miguel d'Arruda que ffizese pera mais decleração da dita traça*"; sendo que havendo qualquer duvida ou alteração, nada devia ser feito sem comunicação e autorização do rei.

Destaque para o papel relevante desempenhado por Pero Carvalho, provedor-mor das obras reais, a quem a Rainha incumbe de fazer os contratos relativos à obra, assim como estabelecer os preços, com parecer de Miguel de Arruda, e dar a ordem "*na feyção e llauor que ha-de ter [a obra] asy pera ficar mays lustrosa como tanbem pera sua segurança*".

De igual modo o documento de D. Catarina evidencia uma preocupação com a "*soficiencia e abellidade e as mais callidades*" dos oficiais locais a contratar, sendo que a negociação dos contratos seria em Lisboa com Pero Carvalho em dia determinado para não atrasar a obra.

Neste caso concreto de Santarém podemos caracterizar pormenorizadamente a acção real: uma acção interessada e diligente, pois beneficiamos da existência de documentação que não existe para outros casos (Anexo III [docs.] - Santarém).

VI. A postura dos diferentes monarcas relativamente ao apoio à construção de um edifício sede das Misericórdias segue uma linha de acção semelhante às desenvolvidas para as restantes actividades das confrarias, ou seja, é de incentivo e apoio.

Esta intervenção foi muito diversificada e incidiu sobre as problemáticas principais – meios financeiros e meios materiais. No entanto, não foi exclusiva dos monarcas. Nas localidades administradas por outras instituições ou indivíduos, estes assumiram a mesma função, de facilitadores e mecenas como poderemos ver no capítulo IV.6 Financiamento das obras. Porém, a sua acção varia em função da natureza destas personalidades, relacionada com o tipo de jurisdição a que estava sujeito o local - senhorial, episcopal, mosteiro, ordem militar, entre outros e com o dinamismo inerente ao seu carácter<sup>1309</sup>.

Os monarcas também beneficiaram as Misericórdias com a oferta de obras de arte móvel; são significativas as notícias que perduram nomeadamente na documentação do Corpo Cronológico embora maioritariamente referente às Misericórdias ultramarinas<sup>1310</sup>.

Todas estas acções dos reis têm que ser enquadradas pelo estatuto específico das Misericórdias, isto é, com o facto de serem confrarias de protecção real.

---

<sup>1309</sup> Ver cap. IV.6 Financiamento das obras.

<sup>1310</sup> Só para citar alguns exemplos: alvará de D. Manuel I para se dar uma vestimenta à Confraria da Misericórdia de Aveiro, ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 15, n.º 119; alvará para se dar a Misericórdia de Serpa uma vestimenta, ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 19, n.º 146; carta dos irmãos da Misericórdia de Arzila agradecendo ao rei as suas esmolas e solicitando um retábulo de Nossa Senhora da Visitação, ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 26, n.º 20; alvará de D. João III para Brás de Araújo dar à Irmandade da Misericórdia da cidade de Évora uma vestimenta alva de que lhe fez esmola, ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 52, n.º 49; alvará de D. João III para Manuel Velho mandar fazer uma coberta de tumba e um pano para cobrir os finados, para a Irmandade da Misericórdia da vila de Castelo de Vide, de que lhe fazia esmola, ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 54, n.º 17; alvará para se dar uma vestimenta e cálice de prata de esmola à Casa da Misericórdia da cidade de Angra, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 55, n.º 30; alvará para se dar de esmola à confraria da Misericórdia da vila de Tomar uma cobertura de veludo preto para uma tumba, ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 55, n.º 70; carta do provedor e irmão da Misericórdia de Cananor, pedindo ao rei um retábulo para a capela-mor da sua igreja, ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 94, n.º 55.

## IV.6 Financiamento das obras

---

A construção de uma Casa da Misericórdia, enquanto edifício onde se pudesse levar a cabo a acção das confrarias da Misericórdia, representava um elevado investimento económico: aquisição do terreno, compra de materiais, pagamento de trabalho especializado, assim como gastos com trabalhadores, preparação de materiais, decoração e equipamento da Casa.

O facto de as Misericórdias disporem ou não dos recursos financeiros necessários podia condicionar a evolução do projecto, fazendo a obra progredir mais ou menos rapidamente.

Tal como, noutros tipos de gastos, os realizados com obras, eram registados nos livros de receita e despesa, revelando elevadas somas, muitas vezes as mais altas do respectivo ano<sup>1311</sup>.

De acordo com a documentação, subsistente e conhecida até ao momento, para o custeio das obras as confrarias recorreram as três estratégias diferentes:

- aos seus próprios recursos;
- a pessoas relacionadas directamente com a confraria como irmãos, oficiais e provedores;
- a pessoas ou instituições externas à confraria;

Explicitaremos de seguida cada uma destas estratégias.

---

<sup>1311</sup> Destacamos o caso de Peniche para os anos de 1626/1627, 1627/1628, 1628/1629 e 1643/1644, cfr., FERREIRA, Florival Maurício - **A Santa Casa da Misericórdia de Peniche (1626-1700): subsídios para a sua história**. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 1996. Tese de Mestrado, pp. 63 – 65 e 72 – 73, 78 – 79, 163 -164.

I. A utilização de recursos próprios foi um dos meios utilizados pelas confrarias da Misericórdia para financiar a construção ou remodelação do edifício sede da confraria.

Estes recursos pertencentes às Misericórdias eram de natureza diversa.

O primeiro que queremos referir são os sobejos das rendas da Casa que foram utilizados, por exemplo, para custear diferentes peças de arte móvel na Lourinhã e as obras do edifício sede da Misericórdia de Alcáçovas<sup>1312</sup> e Torres Vedras<sup>1313</sup> (Anexo II [tabelas] – tabela 6).

Em 1602 o provedor e irmão da Misericórdia da Lourinhã acordaram que “*dos sobejos deste ano que forão sete mil e trezentos rees se fizese hum sino pera esta sancta casa*”<sup>1314</sup>; e dois anos depois que “*do dinheiro que sobejaua do dito anno se comprasse o feytio do xpo com a cruz as costas pera a proçisão dos passos, que em seo tempo tinham principiada o fazersse e por terem ja os passos feitos he tudo ordenado*”<sup>1315</sup>.

Relativamente a Torres Vedras um acórdão da reunião dos oficiais, datado de 1681, refere-se ao “*dinheiro para a igreja noua*”<sup>1316</sup>, decidindo a aplicação dos “*sobejos das rendas da Casa para as obras da igreja*”<sup>1317</sup>.

Ainda no âmbito do dinheiro arrecadado na Misericórdia, destacamos o uso por parte da confraria da Lourinhã do “*dinheiro que estava em depósito das missas*

---

<sup>1312</sup> Arquivo da Misericórdia de Alcáçovas, Livro 20 – Receita e despesa (1660 - 1677), fls. 31 – 31 v. ver anexo IV [docs.], documento 1 – Alcáçovas.

<sup>1313</sup> Acórdão sobre a aplicação dos sobejos das rendas da Casa para as obras da igreja nova. Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólhos apresenta um resumo “*dos acordaões modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 3 dos acórdãos, fl. 18 v..

<sup>1314</sup> Arquivo da Misericórdia de Lourinhã, **Livro de acórdão** (1586 – 1643), fl. 67.

<sup>1315</sup> Arquivo da Misericórdia de Lourinhã, **Livro de acórdão** (1586 – 1643), fl. 79 v..

<sup>1316</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólhos apresenta um resumo “*dos acordaões modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 250.

<sup>1317</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólhos apresenta um resumo “*dos acordaões modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 3 dos acórdãos, fl. 18 v..

*que celebrara à Santa Casa*” para a compra de um frontal vermelho para o altar<sup>1318</sup>.

Um outro recurso utilizado era a consignação de determinados bens ou de rendimentos gerados a partir deles, que estavam na posse das Misericórdias e que resultavam de doações, legados, morgados, capelas ou esmolas. Poderiam ser destinados para as obras por vontade dos doadores ou, não tendo qualquer finalidade específica, ser canalizado pela confraria para esse fim.

Em Viana do Alentejo, quando em 1572 se pensou mudar a Casa da Misericórdia de local, o que não se veio a concretizar, os irmãos acordaram que a compra do terreno para a nova casa fosse feita com cento e dez mil reis em dinheiro que rendeu a venda da fazenda de Fernando Afonso<sup>1319</sup> (Anexo I [fichas] – Viana do Alentejo).

Alguns exemplos mais tardios são bastante relevantes. No Alandroal a igreja que integra a Casa da Misericórdia foi remodelada, c. 1675 – 1680, com rendimentos provenientes dos morgados de Margarida Mendes e Ana Gomes. Após estes serem entregues à Misericórdia foi definido que fossem utilizados no levantamento da nova igreja<sup>1320</sup>; e efectivamente num livro existente no arquivo da confraria encontra-se um termo com o registo da intervenção de Domingos Antunes e a avaliação do que fez<sup>1321</sup> e vários pagamentos em anos sucessivos: *“engenheiro que vistoriou as obras”, “empreiteiro das obras da Igreja, Domingos Antunes”, “capitão Gregório Pacheco por medir as obras exteriores da igreja feitas em 1677”, “escritura da obra feita por Manuel Silveira”, “pedreiro Bento Dias de Borba”, “sinal do ladrilho”, “pedreiro que veio de Elvas”, “carreto do ladrilho e arreia”, “com os mestres vindos de Elvas”,*

<sup>1318</sup> Arquivo da Misericórdia de Lourinhã, **Livro de eleições e acórdão** (1629 – 1712), fl. 84 v..

<sup>1319</sup> Arquivo da Misericórdia de Viana do Alentejo, **Tombo** (1688), fls. 65 e 65 v..

<sup>1320</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdia do Alandroal, Livro 15 – **Receita e despesa dos Morgados de Ana Gomes e Margarida Mendes** (1675 - 1680), fl. [1] (?), ver Anexo IV [docs.], documento 1 - Alandroal.

<sup>1321</sup> Arquivo da Misericórdia do Alandroal, Livro 15 – **Receita e despesa dos Morgados de Ana Gomes e Margarida Mendes** (1675 - 1680), fls. 2 v. – 3 v., ver Anexo IV [docs.], documento 2 - Alandroal.

“Gregório Gonçalves da areia”, “oficial que fez a grade”, “pedreiro das pedras brancas”, entre outros<sup>1322</sup> (Anexo II [tabelas] – tabela 6).

Também em Montemor-o-Velho, no ano de 1756-1757, os oficiais da mesa decidem usar dinheiro das capelas que administravam para obras na igreja, por não ter outros rendimentos<sup>1323</sup>. E em Soure a construção seiscentista foi custeada parcialmente pelas rendas da Casa que deixou D. Isabel da Silva<sup>1324</sup>.

De igual em Cascais a reconstrução da igreja após o terramoto de 1755 foi paga, com refere o **Livro da despesa com a Obra da construção da igreja nova no local da antiga capela de Santo André destruída pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755**, com “o produto da metade dos rendimentos das capelas, pelo prazo de 10 anos”<sup>1325</sup> (Anexo II [tabelas] – tabela 6).

Também se verificou o uso de dinheiro destinado a outro fim, mas redireccionado para gastos com obras. Por exemplo em Tentúgal, em 1597, a Misericórdia paga a Tomé Velho com dinheiro que o bispo de Coimbra tinha dado à confraria para repartir pelos pobres<sup>1326</sup> (Anexo I [fichas] – Tentúgal).

Ou a cobrança de bens próprios, como aconteceu em Torres Novas, no ano de 1640, em que se procedeu à colecta de dívidas de foros pertencentes à Misericórdia para suportar os custos da intervenção no edifício<sup>1327</sup>.

<sup>1322</sup> Documento transcrito em MARCOS, Francisco Sanches - **Subsídios para a História da Misericórdia do Alandroal, Capelas e Morgados**. Alandroal: [s. n.], 1982, pp. 112 – 117; cfr., Arquivo da Misericórdia do Alandroal, Livro 15 – **Receita e despesa dos Morgados de Ana Gomes e Margarida Mendes** (1675 - 1680), fls. 6, 6 v. e 12 v..

<sup>1323</sup> CRAVO, João, BONIFÁCIO, Horácio, NOÉ, Paula – **Capela da Misericórdia de Montemor-o-Velho**. SIPA n.º PT020610070004. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1992, 2003. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1324</sup> JESUS, Francisco, NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Soure**. SIPA n.º PT020615090004. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000, 2006. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1325</sup> PIMENTA, Sofia - **Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais**. In *Um olhar sobre Cascais através do seu Património: fontes documentais e arte sacra*. Associação Cultural de Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1989. p. 39.

<sup>1326</sup> CRAVO, João e outros – **Igreja da Misericórdia de Tentúgal**. SIPA n.º PT020610110007. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1992, 2000, 2003. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1327</sup> GORDALINA, Rosário, NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Torres Novas**. SIPA n.º PT031419150006. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1990, 2002. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

Ainda recorrendo aos seus próprios recursos destacamos a venda de determinados bens para que o dinheiro daí resultante fosse utilizado nas obras. Estes bens podiam ser produtos correntes, materiais e até bens imóveis<sup>1328</sup>.

Em Benavente, em 1555 e em 1560, os irmãos decidem a venda de gado e trigo para o sustento da obra<sup>1329</sup>: *“para a obra não ficar em aberto acordaram que a dita cada tem algumas rezes assim as de que era já lhe entregue, como algumas que se lhe prometeram e não são ainda entregues, que todas se vendam em pregão na praça da dita vila a quem por elas mais der e que do dinheiro que se nas ditas rezes fizer se acabe a dita obra e vá por diante até onde alcançar e abranger [...]”*<sup>1330</sup> (Anexo I [fichas] – Benavente).

Também em Miranda do Douro por três vezes, 1584, 1585 e 1594, a Misericórdia procede à venda de trigo e centeio e *“pão das tulhas”* para realizar pagamentos, nomeadamente o assentamento das portas, *“feitio da sacristia e outras obras”* e *“para pagar os oficiais que trabalhaõ na casa que ora se faz”*<sup>1331</sup>.

<sup>1328</sup> Ver anexo IV [docs.], documento 2 – Barcelos e 2 - Constância; Um exemplo mais tardio referente a Freixo de Espada à Cinta mostra que também se vendiam outro tipo de objectos: em 1719 a confraria vende uma *alampada* de metal oferecida pela igreja de Poiares para ajudar a pagar a obra que se realizava; cfr., PINTADO, Francisco António - **Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta**. [S. l.]: Edição da Santa casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta, 2001, p. 89.

<sup>1329</sup> Cfr., **Livro dos acordos e regimento do Senhor Santo Espirito desta vila de Benavente o qual mandou fazer Francisco Gonçalves cavaleiro e procurador dos hospitais e capelas do almoxarifado de Setúbal** (1527 - 1564), fls. 218 v. - 219, pertencente à Misericórdia de Benavente mas que não foi possível localizar no arquivo da Misericórdia; está parcialmente transcrito em AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**. 1926. Benavente: Câmara Municipal de Benavente, 1981, pp. 106 -107.

<sup>1330</sup> **Livro dos acordos e regimento do Senhor Santo Espirito desta vila de Benavente o qual mandou fazer Francisco Gonçalves cavaleiro e procurador dos hospitais e capelas do almoxarifado de Setúbal** (1527 - 1564), fls. 228 v. - 229, pertencente à Misericórdia de Benavente mas que não foi possível localizar no arquivo da Misericórdia; está parcialmente transcrito em AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**, p. 107.

<sup>1331</sup> MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **La arquitectura religiosa en la antigua diocesis de Miranda do Douro de 1545 - 1800**. Valladolid: Universidad de Valladolid. 3. 19--? Tesis de Doctorado, pp. 106 e 108; transcrição do acórdão dos oficiais para a venda do cereal em MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **Documentos para o estudo da Arquitectura Religiosa na antiga diocese de Miranda do Douro - Bragança**. [s.l.]: Edição do autor, 2009, pp. 52 – 53.



A Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta, por “*a dita casa estar em extrema necessidade de dinheiro para a obra da capela por estar em aberto*”<sup>1332</sup>, nos anos 1554 – 1555, procede à venda de propriedades pertença da confraria<sup>1333</sup>. Situação que se repete em 1559 com a venda de terras e foros para se pagar a João Martins e aos trabalhadores que acabavam a obra<sup>1334</sup> (Anexo I [fichas] – Freixo). Idêntica situação ocorre em Braga quando em Maio de 1563 os oficiais da confraria decidem vender dois casais<sup>1335</sup>.

De igual, modo em Constância as casas onde estava instalado o hospital velho anexado à Misericórdia foram vendidas em 1583, com autorização do rei, porque o dinheiro resultante da venda podia ser aplicado na obra da Casa da Misericórdia<sup>1336</sup> (Anexo I [fichas] – Constância).

E em Montemor-o-Novo o legado deixado por Rui Mendes Gago à Misericórdia previa que se necessário poderiam alienar alguns dos bens doados, entre herdades e pequenas propriedades, excepto as terras de pão.

Outros casos, mas já pertencentes ao século XVII, ajudam a compreender esta temática. Um livro de obras da Misericórdia de Lagos, datado de 1665 – 1689 faz referência a “*quatro mil e quinhentos reis de hua traue ripa e pregos que do desmancho da igreja hauia comprado e assim mais noue mil e quatrocentos e sincoenta reis procedidos de trez mil cento e sincoenta telhas que tambem se lhe hauia dado*”<sup>1337</sup>.

E em Alcáçovas para a obra que se realizou no ano de 1674, que recebeu esmolas incluindo dos irmãos, uma parte dos gastos “*foi a conta da Misericórdia e para isso ce uenderão as casas de Maniel Brueiro a Francisco*

---

<sup>1332</sup> FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e - **Os retábulos da Igreja da Misericórdia de Freixo de Espada-Cinta**. MVSEV. Porto: II Serie, 9, (1965), pp. 11 – 9, citando e transcrevendo parcialmente as fontes documentais.

<sup>1333</sup> PINTADO, Francisco António - **Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta**, p. 83.

<sup>1334</sup> JANA, Ernesto, ANTUNES, Rute – **Igreja da Misericórdia e antigo hospital de Freixo de Espada a Cinta**. SIPA n.º PT010404020004. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1994, 2007. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>

<sup>1335</sup> CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: obras nas Igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços**, p.17

<sup>1336</sup> Arquivo Distrital de Santarém, fundo da Misericórdia de Constância, pasta 3, doc. 3 - **Venda do hospital** (1584).

<sup>1337</sup> Arquivo Municipal de Lagos, fundo da Misericórdia de Lagos, doc. 248 - **Livro de despesa de obras na igreja** (1665 - 1689), fl. 36 v..

*Seredo (?)*<sup>1338</sup> e em 1679 os irmãos reunidos em mesa fazem um termo registando quem dará esmolas para a porta da Misericórdia e respectivas quantia ou material<sup>1339</sup>.

Ao que parece, embora em menor vezes, as Misericórdias também recorreram à troca, tal como sucedeu em Vila Viçosa que, para aumentar a Casa da Misericórdia, troca umas casas que tinha no adro de S. Bartolomeu com umas casas de Maria Fernandes na rua do Espírito Santo “*que partem de huma parte com casa da Mizericordia e da outra com casas de Isabel Rodriguez e entestão per detras com azinhaga da enfermaria da Misericordia*”<sup>1340</sup>.

II. O segundo conjunto de recursos utilizados pelas Misericórdias para suportar os custos da construção ou remodelação de um edifício está relacionado com doações ou empréstimos realizados por pessoas internas à confraria, isto é, irmãos, exercendo ou não algum cargo.

Começamos por destacar a acção dos provedores, que pensamos ser bastante relevante embora os testemunhos actualmente existentes sejam reduzidos.

Belchior Carneiro, provedor da Misericórdia de Torres Vedras, em 1584, “*mandou fazer à sua custa a escada de pedra, portal, grades de ferro e porta de borda para a igreja velha*”<sup>1341</sup> ou igreja de N. Sra. Rosário, edifício preexistente ocupado pela Misericórdia até ao século XVII.

Em Freixo o provedor capitão-mor Francisco Saraiva do Amaral comprometeu-se a dar para a obra a quantia semelhante à recolhida em “*esmolas na vila e termo, não excedendo a quantia de duzentos e cinquenta mil reis*”<sup>1342</sup> (Anexo I [fichas] – Freixo).

<sup>1338</sup> Arquivo da Misericórdia de Alcáçovas, Livro 20 – **Receita e despesa** (1660 - 1677), fls. 227 v. – 232 v.

<sup>1339</sup> Arquivo da Misericórdia de Alcáçovas, Livro 3 – **Despesa (1659 - 1684)**, [s. fl.].

<sup>1340</sup> Arquivo Municipal de Vila Viçosa, fundo da Misericórdia de Vila Viçosa, 347 – **Tombo 1**, fls. 276 – 281 v..

<sup>1341</sup> Este acórdão é referido em Arquivo da Misericórdias de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólios apresenta um resumo “*dos acordaõs modernos e antigos desta Santa Caza da Mizericordia*”, estaria no livro 2 dos acórdãos, fl. 176 v..

<sup>1342</sup> PINTADO, Francisco António - **Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta**, p. 109.

Também a construção seiscentista da Misericórdia de Soure foi custeada parcialmente pelo provedor<sup>1343</sup>.

Em alguns exemplos mais tardios, como Almodôvar e Arouca, os provedores encomendadores de obras, pintura no primeiro caso e porta de comunicação entre igreja e sacristia no segundo, fizeram registar esta sua acção em inscrições e legendas (Anexo I [fichas] – Almodôvar).

Também os irmãos, no geral ou no desempenho da uma função concreta, no conjunto ou individualmente, contribuíram para o enriquecimento arquitectónico e decorativo das Casas da Misericórdia<sup>1344</sup>.

O portal da igreja que integra a Casa da Misericórdia de Tancos tem uma inscrição que recorda este facto «este portal se fez das esmolas dos irmãos da Misericórdia sendo [provedor o] conde da Atalaia 1585».

Uma situação interessante ocorre no Montijo evidenciando um comprometimento efectivo dos irmãos, que desempenhavam cargos com mais responsabilidade no interior da confraria, com a construção do seu edifício sede. Uma acta da reunião dos oficiais datada da primeira década do século XVII recorda que “[...] *o tizoureiro que ora he desta caza e os que pelo tempo em dihante forem tenham cuidado e obrigação de dar cad’ano os ditos dous mil reis pera a dita fabriça [...]*”<sup>1345</sup>.

Em 1655 os oficiais da Misericórdia de Évora decidem fazer uma colecta entre os irmãos para as obras<sup>1346</sup> (Anexo I [fichas] – Évora). E para a obra realizada em 1674 na casa da Misericórdia de Alcáçovas o livro de receita e despesa regista as “*esmollas que derão alguns pouquos jrmão pera ajuda desta obra de Misericordia que os mais não quiserão dar nada tendo feito termo em mesa e*

<sup>1343</sup> JESUS, Francisco, NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Soure**. SIPA n.º PT020615090004.

<sup>1344</sup> Ver anexo IV [docs.], documento 1 – Pederneira.

<sup>1345</sup> Arquivo Municipal do Montijo, fundo da Misericórdia do Montijo, livro 4 - **Livros de Actas da Mesa** (1573 - 1632), fl. 113 – 113 v.

<sup>1346</sup> NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Évora**. SIPA n.º PT040705210062. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2002. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

*por elles assinado as quais esmollas me forão entregues são as seguinte*<sup>1347</sup>  
(Anexo I [fichas] – Alcáçovas).

No Montijo, e apesar do exemplo ser um pouco tardio, o tesoureiro e procurador Simão dos Santos faz várias ofertas à Casa: “*um frontal rico do altar do senhor jesu como tambem o veo da tribuna do mesmo senhor e mais dois veos de calix e huma toalha do altar mor como tambem offerecia alem do sobredito dezaceis ou dezassete covados de seda rica, o que a prezente meza recebeo e aseitou cujos peramentos erão percezicimos e pela pobreza da Caza se não tinhão feito*” e “*des ou doze varas de galão e tres varas e meia de franza de ouro pera as guarniçois de frontaes que se mandarao fazer como também tres covados de seda rica pera o que fouce percizo fazerce e tudo isto tem adquerido o nosso jrmão tezoureiro com o seu zello sem esta Caza gastar couza alguma*”<sup>1348</sup> (Anexo I [fichas] – Montijo).

Em algumas situações o provedor e irmãos uniam esforços e conjuntamente assumiam o encargo de determinada obra<sup>1349</sup>.

Na Misericórdia de Alcobaça, até 1564, os registos de receita e despesa apresentam verbas para a reconstrução da Casa pagas pelo provedor Francisco Pereira Pestana e outros irmãos, que para além de dinheiro contribuíram também com géneros (azeite, trigo e vinho).

Também em Borba na obra da casa do despacho e da sacristia “*não se fes despeza de areja nem de acareto da madejra nem do ladrilho nem teha nem cal que tudo foj por conta do prouedor e mais jrmaos que fizerão diso esmola a Casa*”<sup>1350</sup>. Assim, como aconteceu em Óbidos onde o livro de receita e despesa evidencia um conjunto de esmoladas pelo provedor, tesoureiros e outros irmãos registada como “*riseita que carega sobre Aluoro Bareto tizoureiro da obra que se faz este ano de [15]92 nesta caza*”<sup>1351</sup> (Anexo I [fichas] – Borba).

<sup>1347</sup> Arquivo da Misericórdia de Alcáçovas, Livro 20 – **Receita e despesa** (1660 - 1677), fl. 230.

<sup>1348</sup> Arquivo Municipal do Montijo, fundo da Misericórdia do Montijo, livro 5 - **Livro de Actas da Mesa** (1753 - 1782), fls. 78 v. e 81 – 81 v..

<sup>1349</sup> Ver anexo IV [doc.], documento 2 - Golegã

<sup>1350</sup> Arquivo da Misericórdia de Borba, SCMBRB\C\B\01 Lv. 424, fl. 44.

<sup>1351</sup> Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCMO/MIS/LRD/LIV.02 – **Receita e despesa** (1586 - 1602), fls. 101 – 101 v.

Em 1640 a Misericórdia de Torres Novas recorreu a esmolas dos irmãos, incluindo o provedor, para pagamento as obras dos dois retábulos<sup>1352</sup>.

Também na Chamusca a obra do retábulo e do púlpito foram feitas à conta particular dos provedores e oficiais da mesa, como refere o livro de receita e despesa do ano de 1637: “*despendeo mais vinte mil reis que deu para ajuda de dourar o Retabolo*” e “*derão mais os irmãos da mesa para acabar o retabolo sette mil reis*”<sup>1353</sup>.

E na Pederneira o livro de termos regista em dois anos sucessivos, 1650 e 1651, que “*o prouedor com o escriuão e todos os mais irmãos [...] disserão que elles querião que as obras da Sancta Caza fossem por diante*” e que “*elles querião prometer suas esmollas voluntarias para ajuda da ditta despeza*”. Os treze da mesa, provedor, escrivão e irmãos oficiais, contribuíram com diferentes quantias, sendo as de maior monta dadas pelo provedor e escrivão, em 1650, as esmolas somaram 26 mil e 20 reis e em 1650, 26 mil reis<sup>1354</sup>.

Um pouco mais tardio é o caso do Alandroal que num livro de despesa regista “*Termo das esmollas da porta da Misericordia*” datado de 1679 com a indicação do nome e esmola de vários irmãos, para a porta, para o guarnecimento do portal e para as ferragens<sup>1355</sup>.

Como referimos, para além das doações existiam também empréstimos realizados por provedores e irmãos. Na Misericórdia de Tentúgal, em 1586, o provedor António Couto empresta dinheiro à confraria para fazer face às despesas com as obras (Anexo I [fichas] – Tentúgal).

No entanto, os empréstimos não ficaram apenas a cargo dos provedores. Em Benavente, no ano de 1555, estando a confraria em grandes dificuldades para custear a obra que realizavam no antigo hospital do Espírito Santo, os oficiais

<sup>1352</sup> GORDALINA, Rosário, NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Torres Novas**. SIPA n.º PT031419150006.

<sup>1353</sup> Cfr., Livro de Receita e despesa, fl. 26, transcrito em CUMBRE, José Mário Paiva - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia da Chamusca (1620 - 1820)**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 1. 1973. Tese de licenciatura.

<sup>1354</sup> Arquivo da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, fundo da Misericórdia da Pederneira, Cx. 1, livro 2 - **Acórdãos e deliberações** (1649 – 1703), fls. 7 – 7 v. e 15 – 15 v.; cfr., Anexo IV [docs.], doc. 1 – Pederneira.

<sup>1355</sup> Arquivo da Misericórdia do Alandroal, Livro 3 – **Despesa** (1659 - 1684), [s.fl.]; ver anexo IV [doc.], documento 8 - Alandroal

reunidos “*acordaram que [...] não o bastando [do dinheiro da venda dos bens], que se possa tomar dinheiro emprestado sobras as novidades e rendas da dita casa*”<sup>1356</sup>. Facto que veio a ocorrer em 1564 quando, gastos os rendimentos da Casa, foi necessário pedir dinheiro emprestado. Foi Manuel Frade, mordomo do ano anterior, que disponibilizou o valor necessário para lhe ser pago nas colheitas<sup>1357</sup> (Anexo I [fichas] – Benavente).

III. Neste terceiro ponto queremos destacar o papel de pessoas e instituições externas à confraria da Misericórdia como fonte de financiamento para a construção das Casas da Misericórdia. Tal como no caso do recurso a pessoas internas à confraria, este foi realizado de dois modos distintos: donativo e empréstimo.

Estas ajudas podiam ser espontâneas, realizadas com a finalidade específica de contribuir para as obras, ou podiam ser resultantes da solicitação da confraria.

Destacam-se as doações em dinheiro ou esmolas que podiam ser voluntárias ou resultantes de uma campanha de recolha organizada pela confraria, embora em alguns casos não seja possível diferenciar a sua origem. Podiam ser individuais ou institucionais, podiam provir de reis, bispos, câmara, particulares ilustres, população anónima, entre outros.

Como já tivemos oportunidade de referir no capítulo IV.5 Intervenção régia foram múltiplas as formas como os monarcas apoiaram a realização das Casas

---

<sup>1356</sup> **Livro dos acordos e regimento do Senhor Santo Espirito desta vila de Benavente o qual mandou fazer Francisco Gonçalvez cavaleiro e procurador dos hospitais e capelas do almoxarifado de Setúbal** (1527 - 1564), fls. 228 v. - 229, pertencente à Misericórdia de Benavente mas que não foi possível localizar no arquivo da Misericórdia; está parcialmente transcrito em AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**, p. 107.

<sup>1357</sup> **Livro dos acordos e regimento do Senhor Santo Espirito desta vila de Benavente o qual mandou fazer Francisco Gonçalvez cavaleiro e procurador dos hospitais e capelas do almoxarifado de Setúbal** (1527 - 1564), fls. 250 – 251 e 286 - 287, pertencente à Misericórdia de Benavente mas que não foi possível localizar no arquivo da Misericórdia; está parcialmente transcrito em AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**, pp. 108 e 110.

da Misericórdias<sup>1358</sup>. Neste ponto interessa-nos destacar que este apoio também passou pela doação de esmolas em dinheiro, geralmente em resposta a um pedido de apoio das confrarias. E que esta acção real verificou-se não apenas no século XVI mas nos séculos seguintes, quer para obras de construção como aconteceu em Guimarães quando em 1587 uma provisão real concede 500 cruzados<sup>1359</sup> (Anexo I [fichas] – Guimarães) quer para a reconstrução como sucedeu em Alcobaça que beneficia de uma esmola de D. João IV.

Também em Chaves após oito anos de obras de reedificação da igreja e casa do despacho, em 1720, a confraria decide suplicar ao rei por um donativo para continuação das obras<sup>1360</sup>.

Um interessante documento de Sintra datado de 1564 refere que o provedor e irmãos acordaram “*fallar ha Rainha Nosa Senhora e ao Cardeall e Infanta Dona Maria a pedir allguma esmolla pera a Casa que esta pera se cobrir*”; a que corresponde um registo de esmola indicando as doações da rainha, de D. Maria e de D. Duarte<sup>1361</sup>.

Uma outra personalidade que aparece associada à doação de esmolas para as edificações promovidas pelas Misericórdias é bispo da localidade correspondente.

Em Coimbra no ano de 1546, o bispo D. João Soares Para faz uma doação de 300 mil reis; também em Miranda do Douro, o bispo D. António Pinheiro deu para as obras 15 mil reis, tendo-se pago um dos arcos da igreja com esta esmola e deixou no seu testamento mais 200 ducados para a igreja. Esta Misericórdia beneficiou do apoio de outros bispos da diocese: em 1680 a obra de renovação da capela-mor contou com a esmola de 24 mil reis de D. Fr. José

<sup>1358</sup> Ver cap. IV. 5 Intervenção régia.

<sup>1359</sup> SERENO, Isabel, NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Guimarães**. SIPA n.º PT031401110011. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1993, 1998. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1360</sup> VIÇOSO, Maria Isabel - **A Igreja da Misericórdia**. Chaves: Santa Casa da Misericórdia de Chaves, 2000.

<sup>1361</sup> Documentos transcritos em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. 4, pp. 433 – 434.

Lencastre e em 1686 – 1688, D. Fr. António de Santa Maria faz esmola de 40 mil reis para nova intervenção no edifício<sup>1362</sup>.

Também a Misericórdia de Braga beneficiou com uma doação testamentária do arcebispo D. Baltasar Limpo para processuação das obras do edifício sede da confraria<sup>1363</sup>.

Neste campo é igualmente relevante distinguir personalidades ligadas à governança de determinadas cidades e territórios, pois também elas contribuían com doações em dinheiro para a construção dos edifícios sede das Misericórdias.

É o caso de Évora que em 1551 compra ao infante D. Luís, duque de Beja e prior do Crato, umas casas que o infante tinha adquirido para as religiosas de São João de Jerusalém, entretanto transferidas para Estremoz. O preço acordado foi de 350 mil reis, mas a Misericórdia acabou por comprar por metade do preço e a outra metade foi doada por D. Luís para a ampliação da igreja<sup>1364</sup> (Anexo I [fichas] – Évora).

Também em Alcobaça, vila que integrava os Coutos de Alcobaça pertença dos monges de Cister com sede no Mosteiro de Alcobaça, o Cardeal D. Henrique, abade comendatário do mosteiro, concedeu à Misericórdia uma esmola em dinheiro para a reconstrução do edifício afectado por um tremor de terra em 1563<sup>1365</sup>.

Uma outra instituição que apoiava financeiramente a edificação da Casa da Misericórdia era a Câmara Municipal do local correspondente.

---

<sup>1362</sup> MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **La arquitectura religiosa en la antigua diócesis de Miranda do Douro de 1545 – 1800**, pp. 104 - 105.

<sup>1363</sup> Cfr., Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, 3 - **1º livro de termos** (1558 – 1596), fl. 12 – 12 v.; referido em CASTRO, Maria Fátima - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: obras nas Igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços**, p. 17.

<sup>1364</sup> NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Évora**. SIPA n.º PT040705210062.

<sup>1365</sup> Cfr., ZAGALO, Francisco Baptista - **História da Misericórdia de Alcobaça**. Alcobaça: Tipografia e Papelaria de António M. Oliveira, 1918, pp. 57 e 63, citando o livro 64 do Arquivo da Misericórdia de Alcobaça e Frei Fortunato de S. Boaventura, **História Cronologica e Critica da Real Abadia de Alcobaça**, p. 40; cfr., Nota histórica da edificação da igreja Arquivo da Misericórdia de Alcobaça, livro 90 - **livro de despesa** (1716 - 1733), fl. 158.



Em 1588 a Câmara Municipal de Guimarães entrega à Misericórdia da cidade 200 mil réis e dá-se início à construção de um edifício de raiz para a confraria<sup>1366</sup> (Anexo I [fichas] – Guimarães).

Também em Santarém a Câmara cede à Misericórdia da cidade o imposto sobre o vinho durante seis anos de forma a contribuir para as obras da igreja<sup>1367</sup>.

Ainda a nível institucional, Óbidos regista um caso interessante envolvendo uma confraria distinta da Misericórdia. Sabemos que a Misericórdia se estabeleceu na capela do Espírito Santo, governada por uma confraria com o mesmo nome. Em duas situações distintas, as confrarias repartem os gastos com elementos do edifício. Em 1598 a confraria do Espírito Santo propõe à Misericórdia contribuir com dinheiro *“pera a ajuda de se comprarem huns orgãos pera esta casa”*, pois *“nas contas que têmão feitas da dita confraria do spirito sancto cresiam, e creseram este anno doze mil e quinhentos reis, os quaes elles tem asemtado de os darem a esta Casa”*. Embora, com condição de que *“se metessem na parede e se não emprestem pera fora, nem uão fora desta Casa”*<sup>1368</sup>. Todavia, este negócio não ocorrerá pois os confrades do Espírito Santo decidem aplicá-lo *“no remedeo dos feridos do dito mal [de peste]”*<sup>1369</sup>.

Apesar de termos breves e tardias alusões ao apoio dos Cabidos à construção da Casa da Misericórdia não queremos deixar de referir o exemplo de Évora, que em 1650 recebe do Cabido da Sé da cidade uma doação de 40 mil reis para obras que realizava<sup>1370</sup> (Anexo I [fichas] – Évora).

---

<sup>1366</sup> PINHEIRO, Alfredo Dias, - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - apontamentos para a sua história**. Guimarães: Tipografia Minerva Vimaranesense, 1931.

<sup>1367</sup> GOORDALINA, Rosário, MENDONÇA, Isabel, SEABRA, João – **Edifício e igreja da Misericórdia de Santarém**. SIPA n.º PT031416200018. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1990, 1997, 1998, 1999, 2000. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1368</sup> Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCMO/MIS/RAE/LIV.01 – **Acórdãos e eleições** (1549 - 1603), fls. 200 – 200 v..

<sup>1369</sup> Arquivo da Misericórdia de Óbidos, PT/AHSCMO/MIS/RAE/LIV.01 – **Acórdãos e eleições** (1549 - 1603), fls. 207 – 207 v..

<sup>1370</sup> NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Évora**. SIPA n.º PT040705210062.

Da esfera institucional passamos agora para o âmbito do indivíduo. Em muitas circunstâncias, como tivemos oportunidade de referir no capítulo IV.4 Mecenas e patronos, as Misericórdias contaram com o apoio de muitos particulares ilustres que as auxiliaram em vários âmbitos da sua acção e ao longo da sua história, desde a fundação até ao presente<sup>1371</sup>. Também se distinguiram no auxílio à construção ou remodelação dos edifícios sede das confrarias, com acções muito diversificadas onde se incluem as doações em dinheiro com intenção de serem aplicadas em obras. Assim, são recursos que entram na posse das confrarias com finalidade de sustentar alguma intervenção de contorno artístico ou arquitectónico.

Destacamos o caso da Misericórdia do Porto que recebeu, por disposição testamentária de D. Lopo de Almeida, falecido em 1584, uma verba para a edificação de uma capela; recursos que a confraria utilizou para dotar a igreja de uma capela-mor<sup>1372</sup>.

Outras obras beneficiaram das esmolas de particulares: para Santarém contribuiu Nuno Velho Pereira<sup>1373</sup> (Anexo I [fichas] – Santarém); e para a pedraria dos portais de Alcobaça concorreu o licenciado Francisco Pereira Pestana, antigo provedor da Misericórdia<sup>1374</sup>.

Um caso a realçar, embora mais tardio, refere-se a Seia. Em 1753 a Misericórdia recebe um cofre com 600 oitavas de ouro em pó e 500 mil réis do Padre João Ferreira de Carvalho, morador nas Minas do Rio das Mortes (Brasil). A sua doação tinha como propósito a contratação de um capelão para ensinar gramática e doutrina e celebrar uma missa diária assim como dotar duas órfãs por ano e 40 mil réis para obras nos edifícios da Misericórdia. No entanto, se o valor das obras excedesse esse valor podia ser suprimida a dotação das órfãs<sup>1375</sup>.

<sup>1371</sup> Ver cap. V.4 Mecenas e patronos.

<sup>1372</sup> Cfr., BASTO, Artur Magalhães - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997, p. 119.

<sup>1373</sup> GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**. Lisboa: Livros Horizontes, 1998, p. 328.

<sup>1374</sup> ZAGALO, Francisco Baptista - **História da Misericórdia de Alcobaça**, pp. 60-61.

<sup>1375</sup> NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Seia**. SIPA n.º PT020912200013. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2006. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

Também os indivíduos anónimos e enquanto colectivo contribuíram para o financiamento das Casas da Misericórdia<sup>1376</sup>. E existiram inclusive, algumas medidas para incentivar estas doações: em 1558 o arcebispo de Braga, D. Fr. Baltazar Limpo concede a todos os que contribuíssem para “*obra tam pia e santa [construção da Casa da Misericórdia] todas as graças e indulgencias que de dirreito podemos e isto tamtas e quantas vezes ajudarem com seu favor e esmola a tal obra*”<sup>1377</sup> (Anexo I [fichas] – Braga). Inclusivamente no Montijo, a confraria elegeu dois irmãos “para pidir pera as obras desra Caza”<sup>1378</sup>.

Na mesma Misericórdia existe um registo, datado de 1588, do “vinho prometido d’esmola pera o retabolo que se ora faz desta casa”<sup>1379</sup>

Alguns exemplos seiscentistas ajudam-nos a compreender melhor esta realidade. Em Soure a construção da Casa da Misericórdia foi custeada, parcialmente, por esmolas fornecidas pelo povo<sup>1380</sup>.

Segundo o livro do compromisso da Misericórdia da Chamusca, a confraria foi fundada com os moradores da vila e “*com a mayor parte do pouo*” e “[...] *tem começado a fazer igreja com a ajuda de todos e esmolas que para isso ajuntao [...]*”<sup>1381</sup>.

Também em Peniche a obra seiscentista foi financiada pelos armadores da vila “ao repartirem, como esmola, os lucros das suas viagens, sobretudo ao Brasil, a Arguim, a Ceuta, á Índia, ao Cabo de Gué, às «Ilhas»”<sup>1382</sup>.

<sup>1376</sup> Ver anexo IV [docs.], documento 5 – Arraiolos.

<sup>1377</sup> Carta transcrita em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. 4, pp. 67 - 68

<sup>1378</sup> Arquivo Municipal do Montijo, fundo da Misericórdia do Montijo, livro 4 - **Livros de Actas da Mesa** (1573 - 1632), fl. 19 – 19 v.

<sup>1379</sup> Arquivo Municipal do Montijo, fundo da Misericórdia do Montijo, **Livros dos Irmãos**, fls. 26 – 27 v..

<sup>1380</sup> JESUS, Francisco, NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Soure**. SIPA n.º PT020615090004. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

<sup>1381</sup> Livro do compromisso da Misericórdia da Chamusca citado por CUMBRE, José Mário Paiva - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia da Chamusca (1620 - 1820)**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1973, pp. 175 – 176.

<sup>1382</sup> FERREIRA, Florival Maurício - **A Santa Casa da Misericórdia de Peniche (1626-1700): subsídios para a sua história**, p. 226.

Dois exemplos, posteriores mas que se enquadram nesta realidade, são Miranda do Douro e Freixo de Espada à Cinta. Em Miranda, no ano de 1715 para continuar as obras que se realizavam na capela-mor, os oficiais reunidos decidiram realizar uma recolha de esmolas pela cidade e pelos lugares do termo<sup>1383</sup>. E em Freixo em 1733/1734, o retábulo foi pago, como indica o livro de receita e despesa com “esmolas que deram os moradores desta vila para ajuda da obra do retábulo do Senhor Santo Cristo”<sup>1384</sup> (Anexo I [fichas] – Freixo).

As doações de particulares e instituições para ajudar à construção não se resumia apenas a dinheiro, também revestiram a forma de doação de casas e de terrenos, e de materiais.

Em Montemor-o-Novo, na primeira metade do século XVI, Rui Mendes Gago e a sua mulher deixaram um legado à Misericórdia que incluía várias herdades, pequenas propriedades e a sua casa de residência para, após o falecimento de ambos, se edificar uma capela e casa para a confraria.

Também as Misericórdias de Alcáçovas, Montijo e Porto recebem doações de casas e terrenos respectivamente de Margarida Rodrigues<sup>1385</sup>, Nuno Alvares Pereira e sua mulher e D. Maria de Castro, viúva de Fernão Camelo<sup>1386</sup> (Anexo I [fichas] – Alcáçovas e Montijo).

Outro tipo de apoio residia na doação de materiais para as obras, ocorreu por iniciativa régia e de pessoas da governança<sup>1387</sup>

---

<sup>1383</sup> MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **La arquitectura religiosa en la antigua diócesis de Miranda do Douro de 1545 – 1800**, p. 111.

<sup>1384</sup> PINTADO, Francisco António - **Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta**, p. 95.

<sup>1385</sup> ESPANCA, Túlio - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Évora, concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1978, vol. I, p. 485.

<sup>1386</sup> BASTO, Artur Magalhães - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**, p. 382.

<sup>1387</sup> Um exemplo mais tardio de Freixo de Espada à Cinta refere-se à intervenção de um particular: entre 1719 e 1722 António Lopes Berruntos e José Guerra ofereceram de esmola madeira para se fazer a cruz do Santo Cristo; cfr., PINTADO, Francisco António - **Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta**, p. 89.

Em Santarém, em 1561, a Rainha D. Catarina doa para a obra da Casa da Misericórdia, pedra, telha e madeira que estavam destinados à construção do celeiro do pão do Paul da Asseca<sup>1388</sup>. Em Évora o rei D. João III faz doação de material e consignação de funcionários (Anexo I [fichas] – Santarém e Évora). De igual modo, em Alcobaça, no ano de 1563, o Cardeal D. Henrique, abade comendatário do mosteiro, concedeu à Misericórdia juntamente com uma esmola em dinheiro, alguns materiais para a reconstrução do edifício sede da confraria<sup>1389</sup>.

Também as Câmara doaram terrenos onde as Misericórdias pudessem proceder à edificação das suas sedes. Em 1553, Caminha beneficia de uma *“licença per onde a Camara desta vila deu a esta Santa Caza os reijos de tras dos muros des a porta do relegio te a do Sol”*<sup>1390</sup>, E efectivamente a casa das oficinas desenvolvia-se uma parede que chegava à torre do muro da vila (Anexo I [fichas] - Caminha).

Um outro caso é Castelo de Vide. A confraria ocupava a ermida de Sto. Amaro, que em 1534 passa para a sua posse e a Câmara concede o terreno circundante ao edifício para a confraria construir um hospital<sup>1391</sup>.

Uma outra opção de apoio ainda mais despretensiosa era a autorização, por parte do rei, para ocupar espaços preexistentes ou para a construção que abordámos no capítulo IV. 5 Intervenção régia e de outras entidades dotadas de poder administrativo.

Nas localidades tuteladas pelas Ordens Militares, os seus responsáveis também contribuíram para a concretização dos projectos arquitectónicos das

<sup>1388</sup> ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mc. 106, n.º 6.

<sup>1389</sup> Cfr., ZAGALO, Francisco Baptista - **História da Misericórdia de Alcobaça**, pp. 57 e 63, citando o livro 64 do Arquivo da Misericórdia de Alcobaça e Frei Fortunato de S. Boaventura, **História Cronologica e Critica da Real Abadia de Alcobaça**, p. 40.; cfr., Nota histórica da edificação da igreja Arquivo de Misericórdia de Alcobaça, livro 90 - **livro de despesa** (1716 - 1733), fl. 158.

<sup>1390</sup> Este documento está referido em Arquivo Distrital de Viana do Castelo, fundo da Misericórdia de Caminha, 7.36.2.9 - **Inventário dos títulos e papéis**, fl. 356, mas não foi possível localizar no fundo.

<sup>1391</sup> MANTAS, Helena, GAMA, Marta – **Igreja e antigo hospital da Misericórdia/Igreja de Santo Amaro**. SIPA n.º PT041205020016. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 2000. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

Misericórdias. Em Elvas, no ano de 1515, D. Jorge de Lancastre, mestre de Santiago e Avis, autoriza o pedido da Misericórdia para ocupar a igreja da Madalena Velha pertencente à Ordem<sup>1392</sup> (Anexo I [fichas] - Elvas).

Também a Misericórdia de Proença-a-Nova recebe ordem de D. António, prior do Crato, administrador da Ordem do Hospital, para a construção da igreja da confraria. A provisão datada de 1566 refere: *“Eu Dom Antonio como perpetuo administrador do priorado da ordem do hospital de Sam johão de Jerusalem [...] hey por bem e me apraz por serviço de nosso senhor dar lugar e licença ao provedor e irmãos da confraria da santa misericordia da minha villa de proença a nova pera fazerem hua igreja ou capella pera a dita conffraria em lugar conveniente e ordenar alevantar altar no qual se celebrem os officios devinos [...]. E em quanto no for feita a cappella hei por bem que possão alevantar hum altar na casa da misericordia em lugar conveniente en elle se cellebrar o officio divinio”*<sup>1393</sup>.

Situação semelhante onde o peso da administração religiosa era mais forte; em Braga, no ano de 1561, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires passa uma provisão à confraria autorizando a mudança para a casa nova<sup>1394</sup> (Anexo I [fichas] - Braga).

No apoio à Misericórdia de Beja, destacou-se a acção de D. Luís, duque de Beja e prior do Crato. Em 1550, o Infante doou à Misericórdia *“a obra dos açougues d’essa cidade [...] a qual que quiz Nosso Senhor que saísse ella tão lustrosa que fosse mal empregada em officio baixo, mas que se dedicasse a*

---

<sup>1392</sup> Documento transcrito em GAMA, Eurico - **A Santa Casa da Misericórdia de Elvas**. [S. l.]: Misericórdia de Elvas, 1954, pp. 258-259.

<sup>1393</sup> Cfr., GOULÃO, Francisco Conceição Carriço - **Subsídios para a história da Misericórdia de Proença-a-Nova**. Castelo Branco: [s. n.], 1981, pp. 298 – 299.

Neste caso específico de Proença-a-Nova, D. António auxilia a confraria com outros bens necessários, de carácter utilitário-artístico: bandeira, tumba e capas para os irmãos como consta da carta enviada à Misericórdia em 1577: *“honrados provedor e irmãos da mysericordia da minha villa de proença a nova vy a carta que me escrevestes em que dizees como tendes instituida e ordenada essa irmandade [...] e folgarei de vos ajudar neste negocio como virees a bandeira que me pedis e capa e tumba vos mando dar [...] e asy hey por bem que façais a capella e nella alevanteis altar como virees per minha provisão que sobre yso vos mandei passar”*, cfr. Reprodução do documento em GOULÃO, Francisco Conceição Carriço - **Subsídios para a história da Misericórdia de Proença-a-Nova**, pp. 300 - 301.

<sup>1394</sup> FERREIRA, José Augusto - **Catálogo dos Provedores da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga**. Braga: Edição do autor, 1940, pp. 9 – 10.

*serviço seu [...] como é minha tenção [...] que se mude ali a casa da confraria da Misericórdia d'essa cidade*<sup>1395</sup> (Anexo I [fichas] – Beja).

Um outro meio de obter os recursos necessários recorrendo a pessoas exteriores à confraria era o pedido de empréstimos.

No ano de 1743 a Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta recorre a um empréstimo: *“achou ele provedor que o dito mordomo Domingos de Araújo recebeu do depósito desta vila cinquenta e sete mil trezentos e quarenta réis que os deputados dele emprestaram para as ditas obras com obrigação de se lhe tornar pelos rendimentos e bens desta casa como consta do termo que para isso se fez*<sup>1396</sup> (Anexo I [fichas] – Freixo).

Também a Misericórdia de Miranda do Douro, em 1764, contrai um empréstimo de 60 mil reis com a confraria do Santíssimo Sacramento da Sé com a mesma finalidade<sup>1397</sup>.

Situação semelhante em Mogadouro; quando no ano de 1767 a confraria toma a decisão de fazer uma intervenção na igreja e providencia que *“se procure dinheiro a juro porque a santa casa está pobre”*. Dois anos depois, e relativamente à mesma obra, refere-se outra vez a necessidade de fazer um empréstimo<sup>1398</sup>.

Em Santiago do Cacém, em 1761/1762, a Misericórdia *“tirou a juro do cofre dos horfãos desta vila sesenta mil rejs os quais tomou em seu nome o juro o provedor [...] pera contenuar com a obra da igreja*<sup>1399</sup>. Um outro exemplo também da centuria de setecentos refere-se ao Alandroal; os irmãos decidem a urgência de construir um espaço que servisse de celeiro, adega, consistório e acolhimento de doentes e *“para se fazer esta obra não tinha dinheiro a irmandade e que para ella se completar e fazer de todo o referido comodo era percizo terar-se duzenros mil reis a rezão de juro onde os ouvece”*, assim,

<sup>1395</sup> Carta enviada pelo Infante D. Luís à Câmara de Beja em 17 Mai 1550, transcrita em GOODOLPHIM, Costa - **Misericórdias**, pp. 97 – 98.

<sup>1396</sup> PINTADO, Francisco António - **Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta**, p. 105.

<sup>1397</sup> MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **La arquitectura religiosa en la antigua diocesis de Miranda do Douro de 1545 – 1800**, p. 112.

<sup>1398</sup> MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **La arquitectura religiosa en la antigua diocesis de Miranda do Douro de 1545 – 1800**, p. 295.

<sup>1399</sup> Arquivo da Misericórdia de Santiago do Cacém, **Livro de receita e despesa** (1741 – 1767), fl. 147.

acordão “*que se pedice a dita quantia a rezão de juro obrigandoce as rendas da dita Irmandade*”<sup>1400</sup>.

Uma outra importante fonte de financiamento para as obras promovidas pelas confrarias da Misericórdia era a canalização de diferentes taxas ou rendas, muitas vezes por intervenção do rei, e que foi corrente durante os séculos XVI a XVIII.

A Câmara do Porto concede à Misericórdia da cidade uma doação anual até à conclusão das obras da igreja, que compreende o imposto sobre o consumo do sal<sup>1401</sup>. E em 1598, Filipe I ordena que revertam para as obras da Casa da Misericórdia de Santarém, a terça parte das rendas do concelho de Santarém, a que o rei tinha direito<sup>1402</sup> (Anexo I [fichas] - Santarém).

Para as obras da Casa da Misericórdia de Aveiro contribuíram 4 mil cruzados procedentes da renda das sisas de Aveiro, taxa cobrada sobre a transacção de determinados bens, e que se destinava a financiar despesas do concelho ou do rei<sup>1403</sup>.

Também para obras realizadas nos séculos XVII e XVIII são vários os exemplos. A Misericórdia de Castelo Branco beneficiou do rendimento das penas judiciais<sup>1404</sup> e do real de água para obras na igreja e hospital<sup>1405</sup>; Vila do Conde requere ao rei, como esmola, os sobejos de dinheiro do cabeção das sisas para proceder ao forro da igreja<sup>1406</sup> (Anexo I [fichas] – Vila do Conde). Monção solicita o dinheiro da imposição sobre o consumo do sal para o

<sup>1400</sup> Arquivo da Misericórdia do Alandroal, Livro 38 – **Termo de eleições do provedor, do escrivão, dos irmãos vogais e tesoureiros nos vários anos** (1774 - 1795), fls. 112 – 113; Anexo IV [doc.], documento 3 e 4 – Alandroal.

<sup>1401</sup> Ver anexo IV [docs.], documento 1- Porto.

<sup>1402</sup> SERRÃO, Vítor - **Santarém**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

<sup>1403</sup> Cfr., BARREIRA, Manuel - **Os Hospitais de Aveiro: dos hospitais da Misericórdia ao hospital distrital Infante D. Pedro**. [S. l.]: Câmara Municipal de Aveiro, 2001, p. 37, citando documento do Arquivo da Misericórdia de Aveiro, **Livro do dinheiro e gastos da nova Casa da Misericórdia** (1599-1601), fl. 1.

<sup>1404</sup> LEITE, Ana Cristina - **Castelo Branco**. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 46.

<sup>1405</sup> SANTOS, Manuel Tavares - **Castelo Branco na História e na Arte**. Porto: Imprensa Portuguesa, Edição do Autor, 1958, p. 125.

<sup>1406</sup> Cfr., transcrição do documento em SANTOS, A. Monteiro – **Os caixotões do tecto da igreja da Misericórdia**. Separata *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*. Vila do Conde: [s. n.]. Nova série, n.º 14 (Dez 1994).



concerto da igreja<sup>1407</sup>; em Barcelos para a intervenção de remodelação do edifício com ampliação do hospital, demolição da sacristia, construção de claustro e novo corpo, foi cobrado o real de água (Anexo I [fichas] - Barcelos).

IV. Pelo que podemos constatar as confrarias da Misericórdia e as suas respectivas Casas, espaços onde desenvolvem a gestão e a actividade assistencial para que foram fundadas, reuniam um enorme consenso. Todas as representações da sociedade, poder político e religioso, público e privado, colectivo e individual, contribuíram para a construção destes edifícios sede das Misericórdias.

Em alguns casos uma mesma confraria utiliza diferentes estratégias, recorrendo a diferentes meios e patronos, para suportar os gastos financeiros da obra.

Tal como aconteceu em Benavente na campanha quinhentista de remodelação do hospital do Espírito Santo onde a Misericórdia estava instalada; em anos sucessivos a confraria recorre à venda de gado e trigo e realiza empréstimo de dinheiro<sup>1408</sup> (Anexo I [fichas] - Benavente).

Em Évora a situação foi semelhante, a obra que se iniciou na segunda metade do século XVI e que se prolongou pelo século XVII, contou com doação do Infante D. Luís, recolha de esmola entre os Irmãos e doação do Cabido da catedral da cidade<sup>1409</sup> (Anexo I [fichas] - Évora).

O Porto é também um exemplo muito interessante. O terreno para a construção do edifício sede da confraria foi doado e financeiramente foi auxiliada por esmola de particulares e pela consignação anual do imposto sobre o consumo

---

<sup>1407</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo, - **A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561 - 1810)**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008.

<sup>1408</sup> Cfr., **Livro dos acordos e regimento do Senhor Santo Espirito desta vila de Benavente o qual mandou fazer Francisco Gonçalvez cavaleiro e procurador dos hospitais e capelas do almoxarifado de Setúbal** (1527 - 1564), fls. 218 v. – 219, 228 v. -229 e 250 – 251 e 286 -287, pertencente à Misericórdia de Benavente mas que não foi possível localizar no arquivo da Misericórdia; está parcialmente transcrito em AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**. ed. original: 1926. Benavente: Câmara Municipal de Benavente, 1981, pp. 106 -107 e 108 - 110.

<sup>1409</sup> NOÉ, Paula – **Igreja da Misericórdia de Évora**. SIPA n.º PT040705210062.

do sal pela Câmara Municipal até a obra estar terminada<sup>1410</sup>. Posteriormente, o acrescentamento da capela-mor à igreja que integrava a Casa da Misericórdia, foi realizado com uma esmola deixada em testamento por D. Lopo de Almeida<sup>1411</sup>.

De igual modo, em Santarém também foram vários os meios utilizados pela Misericórdia para fazer face à despesa da construção do seu edifício sede: usufruiu de esmolas de particulares, recebeu diversos materiais por vontade da rainha D. Catarina e recebeu a terça das rendas do concelho por intervenção do rei Filipe I<sup>1412</sup> (Anexo I [fichas] - Santarém).

Também a obra seiscentista da Misericórdia de Soure foi custeada parcialmente pelo provedor, pelas rendas da casa que deixou D. Isabel da Silva e ainda pelas esmolas do povo<sup>1413</sup>.

V. Para terminar queremos destacar que para além de uma mesma Misericórdia utilizar diferentes estratégias e meios para financiar a obra do seu edifício sede, também alguns dos agentes que intervêm neste processo têm uma acção conjunta.

A figura mais complexa neste processo é o rei, como fica bem claro pelos dados apresentados no capítulo IV.5 Intervenção régia. Ou seja, os diferentes monarcas apoiaram diferentes Misericórdias ao longo dos séculos e com distintas acções, que iam das doações de terrenos às esmolas em dinheiro, passando por outras áreas afins, relacionadas com a construção da Casa da Misericórdia, como a autorização para construir, licença para ocupar espaços preexistentes e autorização para pedidos de esmolas<sup>1414</sup>.

---

<sup>1410</sup> Cfr., SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto**. Catálogo de Exposição, [S. l.]: Comissão para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, p. 29; BASTO, Artur Magalhães - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**, pp. 379 e 382.

<sup>1411</sup> Cfr, FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**, p. 119.

<sup>1412</sup> SERRÃO, Vítor - **Santarém**. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 64.

<sup>1413</sup> JESUS, Francisco, NOÉ, Paula - **Igreja da Misericórdia de Soure**. SIPA n.º PT020615090004.

<sup>1414</sup> Ver cap. IV.5 Intervenção régia.

No entanto, esta situação verifica-se com outros agentes. Por exemplo, as Câmaras Municipais contribuíram para a construção dos edifícios das Misericórdias quer com a atribuição de impostos como aconteceu no Porto quer com a doação de terrenos como se verificou em Caminha quer com doação de dinheiro como ocorreu em Guimarães (Anexo I [fichas] – Caminha e Guimarães).

Os particulares também apresentam um conjunto de acções bastante abrangente que incide sobretudo na doação de casas e terrenos, tal como se verificou para Alcáçovas, Montijo, Porto e Montemor-o-Velho e na concessão de esmolas, como ocorreu no Porto (Anexo I [fichas] correspondentes).



**CAPÍTULO V**

---

**Particularidades arquitectónico-tipológicas**



## V. 1. Especificidades arquitectónico-tipológicas

---

Este capítulo, em que procuramos esclarecer se no contexto das Casas da Misericórdia podemos identificar especificidades arquitectónico-tipológicas, é subsidiário de todos os conteúdos apresentados nos capítulos anteriores. Embora esta constatação seja válida para outros capítulos, neste assume particular relevância.

Ou seja, para definir se os edifícios promovidos pelas Misericórdias apresentam especificidades, comparativamente a outros edifícios da mesma época, nomeadamente ao nível da igreja, necessitamos ter presentes os conceitos base inerentes a toda esta problemática, que sintetizaremos de seguida e que são fundamentais para o entendimento de toda a arquitectura produzida pelas Misericórdias.

Primeiro, que muitas das manifestações artísticas encomendadas pelas Misericórdias apresentam características que se relacionam com o facto de serem uma encomenda no âmbito destas confrarias. Esta constatação não é exclusiva da arquitectura, esculturas, azulejaria, pintura, mobiliário, entre outros. Podem evidenciar temáticas e morfologias relacionadas com a acção, quotidiano/dinâmica e devoções promovidas pelas confrarias da Misericórdia<sup>1415</sup>.

Segundo, que estas confrarias estabeleceram uma relação heterogénea com os edifícios construídos, com a arquitectura; por isso a realidade arquitectónica das Misericórdias é muito dissimilar, existindo diferentes tipologias de edifícios com características também distintas<sup>1416</sup>.

---

<sup>1415</sup> Ver o desenvolvimento desta questão no cap. II. 2 Devoção, acção e arte.

<sup>1416</sup> Ver o desenvolvimento desta questão no cap. III. 1 As Misericórdias e a Arquitectura.

Tendo em conta estes dois princípios e as informações (ou conhecimentos) dados pela análise das características da produção quinhentista<sup>1417</sup>, é possível constatar alguns elementos que explicitaremos neste capítulo.

I. A questão da individualização de tipos arquitectónicos verifica-se noutras realidades artísticas, assumindo, no entanto, uma maior expressão ao nível da arquitectura promovida por Ordens Religiosas, reflectida em conventos e mosteiros<sup>1418</sup>.

Esta temática foi alvo de vários estudos que procuraram demonstrar que existe, para os casos das construções franciscanas<sup>1419</sup> e clarissas<sup>1420</sup>, dominicanas<sup>1421</sup>, cartuxas<sup>1422</sup> e jesuíticas<sup>1423</sup>, uma matriz de características arquitectónicas, um modelo, que se repete sem grandes variantes, ao nível da localização dos vários espaços que compõem os conjuntos arquitectónicos, suas tipologias, dimensões e características.

A arquitectura promovida por cada uma das ordens religiosas, generalizada a um determinado território o que no seu essencial, ultrapassa as barreiras temporais e por vezes os ideais estéticos.

---

<sup>1417</sup> Ver o desenvolvimento desta questão no cap. IV. 3 Casa da Misericórdia - Caracterização arquitectónica.

<sup>1418</sup> Destacamos um estudo que aborda as confrarias enquanto encomendantes de objectos artístico mas com um enfoque mais abrangente ao nível das manifestações artísticas embora mais circunscrito geograficamente; cfr., CARDONA, Paula Cristina Machado - **A Actividade Mecenática das Confrarias nas Matrizes do Vale do Lima nos Séculos XVII a XIX**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 2004. Tese de doutoramento.

<sup>1419</sup> SENOS, Nuno - **Franciscan Art and Architecture in Colonial Brazil (1650 - 1800)**. New York: New York University, Institute of Fine Arts, 2006. Tese de doutoramento.

<sup>1420</sup> Teresa Duarte, arquitectura clarissas

<sup>1421</sup>

<sup>1422</sup> CARDOSO, Florentino dos Santos - **As cartuxas portuguesas: estudo artístico e arqueológico**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1953. Tese de Licenciatura. ANIEL, Jean-Pierre - **Les maison de Chartreux: des origines à la Chartreuse de Pavie**. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1983.

<sup>1423</sup> MARTINS, Fausto Sanches - **A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759: Cronologia, Artistas, Espaços**. Porto: [s.n.], 1994. Tese de Doutoramento; OSSWALD, Maria Cristina Trindade Guerreiro - **From Modo Nostro to Modo Goano: jesuit art in Goa between 1542 and 1655**. Florence: Instituto Histórico de Florença, 2003. Tese de Doutoramento.



Em casos como os Cistercienses e Cartuxos, a função e dimensão dos espaços conventuais estão relacionadas com o quotidiano de cada uma das Ordens. No caso dos cistercienses cujo quotidiano é marcado pelas horas canónicas e pela clausura ou o dos cartuxos marcado pelo semi-ermitismo e pela organização da ordem em religiosos e conversos. Ou seja, as características e vivência das Ordens influenciam a organização da planta do convento, a distribuição dos diferentes espaços, a relação entre eles e a sua dimensão.

Citaremos o caso cartuxo que conhecemos mais em pormenor<sup>1424</sup>. O exemplo dos conventos cartuxos é semelhante aos das restantes ordens religiosas, apresentando espaços conventuais bastante relacionados com as características da ordem e com a sua regra. O essencial dos conceitos que se vão reflectir na arquitectura é a síntese entre a vida eremítica e a vida cenobítica e a convivência entre padres e irmãos. A primeira relacionada com o carisma da ordem e a segunda com a sua organização.

Ou seja, vai ganhando força na construção dos conventos cartuxos uma compartimentação funcional e especializada dos espaços: zonas separadas para padres e para irmãos e dois tipos de dependências: as eremíticas e as cenobíticas, as da vida solitárias e as da vida em comunidade<sup>1425</sup>. Este dois tópicos vão-se repercutir ao nível da concepção e organização espacial, mas também da dimensão de cada espaço<sup>1426</sup>.

Especificando e exemplificando. A planta dos conventos cartuxos é marcada por dois espaços essenciais, o claustro grande que ocupa grande parte da planta e a igreja, que se assume como o grande eixo longitudinal. Existem

---

<sup>1424</sup> Em 2007 foi-nos atribuída a Bolsa de Investigação “Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli” promovida pela Fundação Eugénio de Almeida para realizarmos o projecto “A influência dos tratados de arquitectura na concepção e construção do Convento de Santa Maria Scala Coeli”.

<sup>1425</sup> Cfr., MAS – GUINDAL LAFARGA, António José, ANDRÉS ORDAX, Salvador - **Duas formulações arquitectónicas da ordem dos cartuxos em Espanha**, *Monumentos*, n.º 10. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1999, p. 73.

Sobre os conventos Cartuxos, suas características, organização e evolução arquitectónica, ver FUSTER SERRA, Francisco - **Cartuja de Portaceli: História, vida, arquitectura y arte**.

Valencia: Ajuntament de Valencia, 2003, pp. 61 – 88.

<sup>1426</sup> MAS – GUINDAL LAFARGA, António José, ANDRÉS ORDAX, Salvador - **Duas formulações arquitectónicas da ordem dos cartuxos em Espanha**, p. 67.

muitas semelhanças de composição, disposição, organização e funcionalidade das dependências entre as Cartuxas de Scala Coeli em Évora e as espanholas Scala Dei, Aula Dei, Miraflores, Ara Cristi e Valldemosa.

Compõem esta planta zonas de uso comunitário ou dependências cenobíticas como a igreja, sacristia e claustro pequeno, em redor do qual se encontram o refeitório, capelas e salas capitulares; e zonas de vida solitária ou dependências eremíticas, como celas individuais compostas por várias divisões e jardim que se distribuem em torno de um claustro grande; e ainda zona de serviço e trabalho com edificações carácter mais funcional como armazéns, moinhos, adegas, ferraria, carpintaria, lavandaria, entre outros.

Também a igreja reflecte os aspectos inerentes à organização da ordem: a nave está geralmente dividida interiormente em três espaços, que é feita por elementos físicos. O primeiro destes espaços, junto à entrada, destinava-se aos cristãos leigos ou aos familiares dos cartuxos; o segundo espaço estava reservado aos irmãos leigos; o terceiro espaço, de maiores dimensões era o lugar dos padres.

Uma outra característica dos conventos da ordem Cartuxa é a existência, na parte posterior da capela-mor, de um transacrário ou capela-eucarística, um espaço autónomo por detrás da capela-mor onde, em certos momentos, se conserva a reserva eucarística devido à devoção que a ordem tinha ao Santíssimo Sacramento.

As diferenças dos espaços em função do seu carácter de vivência solitária ou em comunidade, influenciou também o uso de materiais na sua construção. Por exemplo, no claustro grande as arcadas, pilares e pilastras são em alvenarias, apenas os capitéis e bases são em cantaria - neste espaço feito com recurso a materiais pobres passava-se a vida solitária e despojada de cada dia. Por outro lado, os claustros pequenos ou claustrinhos, dois, um para os irmãos e outro para os padres, evidenciam uma concepção mais cuidada, com a utilização de pedra nas molduras dos arcos, pilares, pilastras e portas e alguma ornamentação. Esta elaboração está relacionada com a utilização deste local, pois nestes claustros passavam-se alguns momentos da vida comunitária nas festas e domingos.

Referir ainda que existiam também duas salas do capítulo e o refeitório podia também estar dividido em dois espaços distintos, exactamente pela mesma justificação da existência de dois claustros.

Este breve exemplo demonstra que efectivamente os conventos da ordem Cartuxa apresentam especificidades arquitectónicas devido ao facto de serem construídos para albergar uma comunidade com uma determinada organização e regra de vida.

A função para que é construído um edifício, imbuído de determinados pressupostos, vai-se reflectir na arquitectura, organização e características do edifício. No entanto, não sabemos se é lícito utilizar a expressão «arquitectura cartuxa» para designar estes edifícios, pois a arquitectura reflecte também valores que não são próprios, neste caso da ordem, mas gerais a um período temporal e a um território geográfico.

II. Relativamente às Misericórdias, e como ficou bem explícito nas análises realizadas no capítulo IV. 3 Casa da Misericórdia - Caracterização arquitectónica, nem sempre é fácil definir um tipo específico porque no contexto destas confrarias é comum existir um modelo que quase se extingue pelas inúmeras variantes que apresenta, em opções que se encontram mais ou menos próximas das características da restante arquitectura quinhentista.

No entanto, Rafael Moreira arriscou sintetizar as características do que designou por igreja “de tipo Misericórdia”. E citamos: “é uma nova tipologia [...] que ganha raízes e afirma valores espaciais inéditos entre nós, adaptado à nova espiritualidade “moderna” das Misericórdias e revista à luz da Contra-Reforma e fruto da intensa experimentação manuelina e renascentista. Ao século XVII coube a normalização desses modelos pioneiros e a generalização, sem grandes rasgos criativos, da forma média da igreja “tipo Misericórdia””. E enuncia “os traços mais característicos dessa morfologia”:

- volumetria exterior de grande simplicidade, que tende para a articulação de sólidos geométricos;

- o elemento de maior destaque no exterior é o portal; o seu tratamento plástico evidencia gosto classicista integrando elementos arquitectónicos diversos e nichos ou relevos;
- o portal é local de exibição de símbolos (temas/figuras) ligados com a espiritualidade das Misericórdias: «Nossa Senhora da Misericórdia», «Visitação», «Virgem com o Menino», cruz;
- planta rectangular com nave única de proporção a tender para o duplo quadrado;
- o espaço da nave e o espaço da capela-mor são separados por alto embasamento e balaustrada com escada ao centro ou laterais;
- na parede de topo da capela-mor existe composição retabular em arco triunfal unificando a capela-mor e as laterais, pouco profundas ou à face;
- púlpito único em lugar de destaque na nave;
- tribuna dos mesários sob a forma de varanda inserida na parede ou bancada lateral, sempre a uma cota mais alta do que a nave;
- revestimento azulejar que evolui das composições de padrão para as figurativas;
- coberturas em tecto de madeira em esteira lisa formando três panos;

Apesar do autor salvaguardar que esta caracterização não é absoluta; ou seja, o conjunto das características não se encontram em todos os exemplares, apercebemo-nos que a realidade que podemos observar e analisar não se enquadra totalmente neste contexto. Isto porque encontramos uma multiplicidade de opções e embora existam características que perpassam uma grande maioria de exemplares. Exceptuam-se neste contexto alguns

edifícios, como já referimos, preexistentes ocupados e/ou transformados pelas Misericórdias.

Assim, ou a caracterização de uma tipologia arquitectónica directamente relacionada com as Misericórdias precisa de ser afinada ou algumas das obras edificadas pelas confrarias não se podem integrar nesta tipologia.

III. Após a realização deste estudo consideramos que existem alguns elementos que se destacam claramente como tópicos comuns à arquitectura das Casas da Misericórdia.

Um assume uma forma globalizante e está relacionado com o edifício enquanto um todo: o evocar a forma de um conjunto arquitectónico, mais ou menos coerente esteticamente, cujos elementos constituintes se encontram relacionados entre si e que é composto por: igreja, sacristia, casa do despacho, hospital/enfermaria, arquivo, cemitério e outras divisões.

A outra é de pormenor, concreta e relaciona-se com a existência de iconografia específica, sob diferentes manifestações e em diferentes locais. Referimo-nos às representações iconográficas de «N. Sra. Misericórdia», «Visitação» e «Obras de Misericórdia», que surgem em escultura de vulto ou relevo nos portais, em pintura em retábulos e em revestimentos azulejares.

Estes dois aspectos destacam-se dos restantes elementos que caracterizam a arquitectura promovida pelas confrarias no século XVI, pois estão intimamente relacionadas com elas ao nível da função para que foram criadas e instituídas por todo o país. Além disso, reflectem a sua acção quotidiana ao nível do culto, administração e assistência, e as suas devoções, que também influenciam as práticas, e que se vão assumir como elementos distintivos face a outras organizações ou autoridades religiosas e civis.

Se estas duas características se destacam claramente, existem outros três elementos presentes nos edifícios construídos pelas Misericórdias, e que evidenciam alguma relevância na problemática da definição de especificidades tipológicas: o cruzeiro, a cabeceira com capela-mor e colaterais inscritas e escalonadas e a tribuna dos oficiais, que já tivemos oportunidade de

caracterizar morfológico-funcionalmente<sup>1427</sup>, e que se assumem como elementos relevantes nesta arquitectura por uma presença constante.

No entanto, se o nosso olhar não for individualizado, se não tomarmos as características da arquitectura das Misericórdias isoladamente (planta, cobertura, equipamento, entre outros) a situação é bastante diferente. Pois esta visão individualizadora reduz as diferenças inequívocas entre os edifícios construídos pelas confrarias face à restante produção arquitectónica.

Se o nosso posicionamento for mais global e se privilegiarmos uma análise de conjunto, não de cada um dos elementos que se podem diferenciar numa caracterização arquitectónica, apercebemo-nos que a arquitectura das Misericórdias apresenta efectivamente algumas especificidades.

Isto é, determinada conjugação de elementos podem-nos ajudar a identificar um edifício construído para Misericórdia. Por exemplo: uma fachada principal lateral e uma tribuna dos oficiais (vão, cadeiral ou estrutura suspensa); uma cabeceira com três capelas inscritas e escalonadas ou um retábulo no topo do alçado com uma fachada principal lateral e/ou tribuna dos oficiais (vão, cadeiral ou estrutura suspensa) e assim sucessivamente.

Dito de outra forma, pensamos que para a arquitectura quinhentista das Misericórdias é possível definir algumas particularidades tipológicas, pela conjugação de diferentes características arquitectónicas que isoladamente não seriam assumidas como tal. Ou seja, como especificidades. Isto acontece, como já referimos, porque algumas também se encontram presentes noutros edifícios quinhentistas promovidos por outros encomendadores, abrangendo um âmbito temporal e funcional muito variado.

IV. Ainda que não tenha sido possível fazer uma pesquisa sistemática, pelas limitações temáticas e temporais deste trabalho académico, fez-se a investigação possível que, no entanto, permitiu chegar a algumas conclusões.

A opção arquitectónica por uma fachada principal lateral é comum em vários conventos femininos de clausura, como o Convento dos Cardais em Lisboa, Convento de Arouca, Convento do Louriçal, Convento das Flamengas em

---

<sup>1427</sup> Ver cap. IV. 3.4.4 Equipamento – tribuna dos oficiais.

Lisboa, entre outros. A cabeceira composta por capela-mor e colaterais escalonadas e inscritas aparece em igrejas tão diferentes como igreja matriz de Pernes, igreja matriz de Sta. Maria Óbidos. A existência de tribunas-vão na capela da Quinta do Jardim em Laveiras/Caxias e de tribunas-cadeiral em algumas igrejas da Madeira: matriz da Calheta, matriz de Machico, matriz de Santa Cruz.

A existência de um cruzeiro elevado e cabeceira inscrita e escalonada encontramos nas já referidas matrizes de Pernes e Sta. Maria de Óbidos com três naves e intervenção na cabeceira datada de 1571<sup>1428</sup>. No entanto, o modelo foi usado também em pequenas capelas como a de S. Gonçalo (freguesia de Valega, concelho de Ovar) datada de finais do século XVI, a de N. Sra. Entre-Águas (freguesia de Valega, concelho de Ovar) e a de N. Sra. Alumieira (freguesia de Loureiro, concelho de Oliveira de Azeméis) datada de 1628. Estas pequenas capelas apresentam planta de nave única, com cruzeiro elevado a que se acede, na primeira por escada central e nas duas últimas por acesso lateral. E três arcos na parede de topo da capela-mor onde se inserem três retábulos, a coberturas em tecto com perfil de abóbada de berço.

A capela de N. Sra. Entre-Águas apresenta na face do cruzeiro a lápide sepulcral do fundador com a inscrição: «AQUI IAS DOM DIOGO LOBO PRIOR MOR QVE FOI DA ORDEM DE SAM TIAGO DO CONSELHO DE SVA MAGESTADE E BISPO ELEITO DA GOARDA E FVNDADOR E PADROEIRO DESTA IGREIIA DE NOSSA SENHORA DENTRE AGOAS FALLECEO AOS VINTE E SETE DE OVTVBRO DE 1654 PELLA SVA ALMA PADRE NOSSO». O modelo com cruzeiro e altares no topo do alçado fundeiro surgem ainda na capela do Espírito Santo em Mação.

Não podemos confundir o cruzeiro com outros tipos de elevação do pavimento como sucede na igreja do Convento de Jesus em Setúbal devido à cripta ou do que existe em capelas-mor e que irá caracterizar outros modelos tipológicos do século XVII-XVIII.

---

<sup>1428</sup> CÂMARA, Teresa Bettencourt - **Arquitectura e urbanismo séculos XVI e XVII**. Óbidos/Lisboa: Câmara Municipal de Óbidos/Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, p. 84; sobre a Igreja de Santa Maria ver pp. 80 - 90

O espaço que se encontra elevado é restrito a uma parte da capela-mor, geralmente junto ao altar-mor. Assim, a capela-mor abre por um arco triunfal e acede-se a ela por um/dois degraus; ao fundo da capela, o altar-mor encontra-se elevado, tendo-se acesso também por escadas centrais. Apesar da capela-mor estar elevada, o seu espaço é autónomo do da nave e não se confunde com este. Isto é, a capela-mor é mais estreita e baixa do que a nave e tem a precede-la um arco triunfal.

Esta situação, que julgamos relacionada com questões de sacralidade dos espaços e que já foram explicitadas, é frequente também em algumas igrejas da Misericórdia como Pereira, Crato e Sines, templos paroquiais que sofreram campanhas de obras durante o século XVIII e em igrejas conventuais como Igreja do Convento dos Cardais e a Igreja das Flamengas (Lisboa).

IV. Estas três características vão-se assumir como marcas bastante fortes dos edifícios promovidos pelas confrarias da Misericórdia. São desenvolvidas e utilizadas durante o século XVI num número bastante elevado de edifícios, no entanto, acompanhado pelo uso de outros tipos arquitectónicos que se aproximam da restante produção da arquitectura religiosa quinhentista. O seu uso prolonga-se pelo século XVII, embora de forma mais discreta e não tão sistemática, mas nas mesmas condições de convivência com outras tipologias. Caindo em desuso no século XVIII; ou seja, a partir de finais do século XVII as confrarias da Misericórdia optam pelo modelo comum na arquitectura religiosa setecentista: a igreja de nave única, planta composta por dois rectângulos, um correspondente à nave e outro de menores dimensões correspondente à capela-mor. Vai-se desvanecendo ,com a passagem dos séculos, a opção por algumas características arquitectónicas particulares com excepção das opções iconográficas.

Para o século XVII encontramos duas situações distintas, o caso de igrejas construídas nessa época tal como Ericeira (1690) e Torres Vedras (1681) e o caso de igrejas quinhentistas remodeladas nesse período, como Benavente e Torres Novas.



No primeiro caso existe, no século XVII, uma opção por um modelo, que vinha do século anterior; no segundo caso podemos pensar que o edifício preexistente teria determinadas características que são respeitadas na remodelação e, em alguns casos, revestido com uma roupagem formal e decorativa de características barrocas.

Enumeraremos de seguida estes exemplares, tanto os construídos de raiz seguindo estas características como os construídos no século anterior mas fortemente remodelados na centúria de seiscentos. Onde se destacam as referidas características distintivas: espaço interior unificado, um cruzeiro elevado, composição retabular englobando retábulo único ou três retábulos inseridos em capelas e tribuna dos oficiais (Anexo I [fichas] correspondentes).

- Arouca: confraria fundada em 1610 e igreja datada de 1612;
- Benavente: confraria fundada c. 1560, igreja remodelada c. 1628 – 1630;
- Chamusca: confraria fundada em 1622;
- Chaves: igreja construída em 1532; data inscrita em coluna 1601; igreja remodelada em 1712 – 1720;
- Colares: igreja construída de 1623 – 1631;
- Ericeira: confraria fundada em 1678, igreja datada de 1690;
- Fundão: confraria fundada durante a segunda metade do século XVI, igreja remodelada em 1631;
- Lourinhã: confraria fundada em 1586 e igreja datada de 1626 (data inscrita no portal);
- Mexilhoeira Grande: igreja datada de c. 1620;
- Pampilhosa: igreja datada de c. 1600 (inscrição tumular com esta data);
- Pederneira: confraria fundada c. 1600 – 1650;
- Pedrógão Grande: igreja construída c. 1616 (data inscrita no portal);
- Peniche: confraria fundada em 1626, igreja terminada em 1634;
- Soure: confraria fundada em 1520, igreja construída no século XVII;
- Torres Novas: confraria fundada em 1534, igreja remodelada c. 1618;

- Torres Vedras: confraria fundada em 1520, igreja construída em 1680 – 1707/1710<sup>1429</sup>;

Esta enumeração deixa transparecer que independentemente das alterações estéticas, o modelo continuava operativo em finais do século XVII, como atenta a sua aplicação na construção de raiz das igrejas que integram as Casas da Misericórdia de Torres Vedras e Ericeira.

No entanto, como já referimos, este modelo não era inquestionável. Demonstram-no a opção cada vez mais comum por outros modelos, designadamente, pelo modelo mais usual das igrejas paroquiais, como acontece nas documentadas e datadas construções de Vila Verde dos Francos (1627), Vila Nova Anços (1636), S. Vicente da Beira (1647).

Um outro dado acrescentado por um acórdão de 1630 da Misericórdia da Lourinhã alude a uma característica arquitectónica da igreja que correspondia à justaposição do retábulo à parede fundeira da mesma. Critica-se a ausência de capela-mor e propõe-se a realização de um arco de pedraria onde se inserisse o retábulo-mor. Fica a dúvida relativamente à profundidade dessa capela, se seria uma típica capela-mor aberta por arco triunfal e profunda, alterando a espacialidade do modelo igreja “tipo misericórdia”; se inscrita e com espaço apenas para o retábulo como acontecia com outras Misericórdias como Alenquer e Vila Real (Anexo I [fichas] correspondentes).

Este acórdão refere-se à obrigação do Pe. Gregório Fernandez Ferreira, provedor, *“por elle foj dito que per quanto a capella da igreja estaua imperfeita e a traca dela requeria hum arco de pedradria com altar maior metido em capella de maneira que o cruzeiro ficasse desocupado com frental e paineis, sem primeiro se fazer a dita obra que hera mais deçente e neçessaria, não tinha lugar prometia esse lugar do dito frontal e paineis e se obrigaua a fazer a dita capella e arco de pedraria de maneira que fique altar e retabollo todo dentro com dous degraos”*. Para isso tinha dinheiro dos ordenados dos capelães desse ano e do ano anterior e obrigava-se a servir de capelão mais

---

<sup>1429</sup> Arquivo da Misericórdia de Torres Vedras, caixa 46, livros 263 - **Livro de acórdãos da Misericórdia** (1700-1752), que nos primeiros fólios apresenta um resumo dos acórdãos *“modernos e antigos desta Santa Casa da Misericórdia”*, este alvará estaria no livro 2 e 3 dos acórdãos, fls. 20 - 35.

três anos para ajudar na obra e caso não possa servir doa à Misericórdia uma terra<sup>1430</sup>.

#### IV. 2. A difusão de modelos

---

Como pudemos constar pelo capítulo anterior o estabelecimento de uma caracterização arquitectónica dos edifícios construídos pelas confrarias da Misericórdia para sua sede, local físico onde desenvolver e gerir a sua acção caritativa, permitiu adquirir uma base sólida para definir a opção por algumas características em detrimento de outras, mais comuns no contexto da arquitectura quinhentista.

Esta utilização privilegiada de determinados elementos ou opções arquitectónico-artísticas semelhantes em várias Misericórdias levanta questões relacionadas com o modo como se terá generalizado a sua utilização. Ou seja, como determinadas formas, imbuídas de simbolismo, gosto estético, importância e funcionalidade – modelos se difundiram de norte a sul do país.

Para além da evidente função que o contacto directo com a própria obra terá desempenhado, embora seja difícil de avaliar e comprovar, alguns documentos dão um precioso contributo para a questão da circulação de modelos artísticos e funcionais entre as Misericórdias.

Neste contexto, exercem especial relevância a leitura e releitura de algumas fontes com o objectivo específico de determinar se existem referências que possam elucidar sobre a influência e transmissão destes modelos. E efectivamente, embora não muito numerosas, mostraram-se bastante ricas.

Complementarmente, o cotejo local e regional de diferentes obras é outro meio de aferirmos a problemática em questão. No entanto, por

---

<sup>1430</sup> Arquivo da Misericórdia da Lourinhã, **Livro das eleições e acordos desta Santa Casa da Misericórdia** (1629 – 1712), fls. 8 – 8 v..

constrangimentos temporais não pôde ser feito de forma sistemática, mas resultou bastante revelador.

Ao profundarmos a questão dos modelos utilizados pelas Misericórdias, deparámo-nos com um assunto bastante mais complexo: envolvendo diferentes manifestações artísticas, e não apenas a arquitectura, e diferentes “fontes”, não restritas às próprias confrarias.

Por isso iremos destacar a difusão de modelos em dois âmbitos diferenciados: entre Misericórdias independentemente da sua localização geográfica e, fora do contexto das Misericórdias, aquelas que se exercem de forma local, regional e nacional.

I. Antes de centrarmos a nossa atenção nas questões artísticas gostaríamos de referir que é comum circular em referências, conhecimentos e informações, entre Misericórdias e relativos a várias matérias.

Dois exemplos, bastante explícitos, referem-se à anexação de hospitais às Misericórdias, apesar desta ambiência não se limitar a esta questão<sup>1431</sup>.

Em Serpa o alvará de anexação do hospital de Nossa Senhora da vila à Misericórdia inclui a petição da Misericórdia ao rei dizendo o seguinte: *“porque ora são emformados que vosa alteza tem pasado muitas prouisois pera casas de misericórdia deste Reyno de semelhantes anexaçois pedem a vosa alteza lhe mande pasar prouisão de anexação pera a dita casa”*<sup>1432</sup>. O outro exemplo alude à anexação do hospital do Espírito Santo à Misericórdia de Vila Franca de Xira e tal como anterior indicia um conhecimento mútuo dos acontecimentos ligados à instituição e gestão das várias Misericórdias, pelo menos a um nível regional e que era utilizado como argumento para reclamar situação

<sup>1431</sup> Veja-se por exemplo o alvará régio dirigido à Misericórdia de Setúbal relativo à paridade entre os irmãos nobres e mecênicos muito semelhante a um outra enviada à Misericórdia de Alcácer do Sal, transcritos em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2005. 4, pp. 219 – 220 e 231 - 232: *“Dizem os irmãos macanicos da Misericórdia da villa de Setuvel que na Misericórdia desta cidade de Lixboa e d’Evora e doutras cydades e villas deste Reyno homde ha misericórdias, provedores e irmãaos dellas, os irmaaos mecanicos são em todo igolados com os nobres [...]”* (p. 219).

<sup>1432</sup> Arquivo Municipal de Serpa, fundo da Misericórdia de Serpa, M/A 18 – **anexação do hospital de Nossa Senhora da vila à Misericórdia**.

semelhante: “[...] e porque na dita villa ha hum ospital do spirito santo para agazalhar os pobres o qual he tao pobre que não tem de renda mais que athe dous mil reis [...] cuja admenistração he da camara da dita villa e porque elles fazem a dita caza de Mizericórdia na igreja que foy do spirito samto que esta pegado com o dito ospital pedem a vossa alteza que para os pobres serem melhor agazalhados e com mais limpeza providas el ha por bem que a admenistração do dito ospital onde no dito provedor e irmaos e de maneira que a tem na villa de Castanheira, Azambuja, Benavente e outras muitas deste reyno”<sup>1433</sup>.

Um outro exemplo bastante revelador é um excerto do regimento dos presos seguidos na Misericórdia de Lisboa que afirma: “o provedor he irmãos da Samta Mysericórdia de Lisboa lhe fazemos saber como trabalhado nos com muyto estudo he diligencia por aver he allcamçar muytas liberdades he merções d’el Rey nosso senhor pera esta Samta Comffrarya, das quaes totalas Misericórdias do Reyno se ajudão he aproveytão [...]”<sup>1434</sup>.

Complementar, ao conteúdo destes dois alvarás, é a cópia de uma carta da Misericórdia de Lisboa ao rei, datada de 1604. Entendeu o monarca “que nas Misericórdias se não innouasse cousa alguma”; ou seja, existia a preocupação de normalização de procedimento, nomeadamente em relação às eleições, e terminava o documento indicando que “fação o mesmo as casas da Misericórdia que estiuerem nessa comarqua com o treslado desta carta”<sup>1435</sup>.

Existia um ambiente geral envolvendo uma unificação/normalização entre Misericórdias, que se vai estender também às questões artísticas como veremos de seguida, e que propiciou a adopção de determinados formulários artísticos. O uso de opções estético-artísticas semelhantes em várias Misericórdias é comprovado pela existência de elementos comuns em distintos edifícios e por alguns registos documentais que o referem explicitamente. É consciente e voluntário por parte das confrarias.

<sup>1433</sup> Traslado de alvará de anexação do hospital do Espírito Santo à Misericórdia, Arquivo da Misericórdia de Vila Franca de Xira, A/002 – **provisões e alvarás régios** (12 Fev 1563).

<sup>1434</sup> Documento transcrito em PAIVA, José Pedro (coord.) - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. 4, pp. 392 – 394.

<sup>1435</sup> Arquivo Municipal de Vila Viçosa, fundo da Misericórdia de Vila Viçosa, N. G: 50 – 56.

Fazendo uma aproximação aos temas que nos interessam destacamos mais duas referências documentais relativas à temática do conhecimento da realidade das Misericórdias.

Em Braga no ano de 1586 um assento sobre a necessidade da confraria ter bandeira e tumba para os enterramentos indica: *“pela informação que auia da cydade de Lisboa e outras partes onde auia esta jrmadade, auia tumba e bandeira particular para as enterrações dos irmãos”*<sup>1436</sup>.

Uma referência documental relativamente às motivações invocadas pela Misericórdia de Guimarães para a construção do seu edifício sede está relacionada com esta questão; o documento refere “[...] *por não terem até agora igreja e casa acomodada e particular da dita Misericórdia como há em todas as mais vilas e cidades deste Reino [...]*”<sup>1437</sup>.

Uma outra referência genérica mas muito significativa diz respeito a Braga já em meados do século XVII. Os oficiais reúnem e assentam “[...] *que as cazas das samtas Mizericordias deste Reino estauão todas ueneradas e com todo o conserto, assi das cazas como de jgreias exeluxadas [sic] o que faltaua nesta sendo das primeiras em que deuia auer toda a coriozidade e reuerencia como deligencia pera que nella nam faltase a perfeiçam que se permite a huma caza tam autorizada e que botassem se era bem que se mandasse azeluxar*”<sup>1438</sup>.

Começamos por um dos exemplos mais importante para o conhecimento da arquitectura quinhentista das Misericórdias. É um documento da Misericórdia do Porto datado de 1584, que se refere à utilização de uma tipologia específica da tribuna, e que regista que *“na igreja se fesese hum asento pera nos dias de preguacão e oraguos da casa se asentarem o prouedor e mays da meza e tesoueyro da Casa per sua hordem por mays autorydade e asy se custumar em lisboa e em houtras mysericordias”*<sup>1439</sup>.

<sup>1436</sup> Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, 3 - 1º livro de termos (1558 – 1596), fl. 30 v. – 31.

<sup>1437</sup> PINHEIRO, Alfredo Dias - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: apontamentos para a sua história**, pp. 24 – 27.

<sup>1438</sup> Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, 8 - 6º livro de termos (séc. XVII), fls. 4 v. – 5 v.

<sup>1439</sup> Arquivo da Misericórdia do Porto, D, Bco 8, n.º 2, fls. 46 v. – 47.

Esta afirmação demonstra cabalmente que circulam informações sobre a existência de elementos específicos dos espaços cultuais das confrarias da Misericórdia. Neste caso a tribuna dos oficiais, que era também espelho da organização hierárquico-administrativa da confraria e que no caso do Porto foi adoptado num tipo concreto – cadeiral, por comparação com a Misericórdia de Lisboa e outras não identificadas.

Um outro documento relativo à Misericórdia de Vila do Conde apresenta um conteúdo semelhante. embora referindo-se a um elemento arquitectónico concreto. Uma acta da reunião dos oficiais de 1559 refere que se faça “*o campanário e sino na forma dos da Misericórdia do Porto*” (Anexo I [fichas] – Vila do Conde e anexo V [fotos], campanário). Este excerto evidencia, tal como o anterior, que uma Misericórdia de uma cidade mais pequena tem como modelo o que realiza uma cidade maior e que as suas escolhas são em função desta.

Um outro exemplo, que confirma a questão da existência de Misericórdias mais importantes como modelo das de menores dimensões e que isto não é restrito à arquitectura, é a situação que ocorre em Caminha quando, em 1583, o pintor Filipe da Cerveira se obriga a fazer uma nova bandeira seguindo o modelo da de Ponte de Lima.

Na década de 80 do século XVI, um outro documento faz alusão à fachada e campanário da Casa da Misericórdia de Miranda do Douro. A fachada, cuja construção já estava iniciada, foi alterada em 1588 por decisão do provedor e oficiais, em reunião com Mestre Belchior Fernandes: “*hera muita obra e não hera decente para a casa porque nas casas da misericórdia nestes termos se não via mais de hum sino*”, assim “*acordarao que o remate da dita portada fosse ora somente hum chapitel no meio com huma so janela no meio e seu remate para hum sino tudo no meio do portal no cimo da porta*”<sup>1440</sup> (Anexo V [fotos], fachada).

---

<sup>1440</sup> Documento transcrito em MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues, - **Documentos para o estudo da Arquitectura Religiosa na antiga diocese de Miranda do Douro - Bragança**. [s.l.]: Edição do autor, 2009, pp. 54 - 55

Este documento introduz dois novos dados à problemática. Por um lado, o facto de um elemento arquitectónico, com determinadas características, ser considerado inadequado porque não era consonante com um modelo existente numa determinada área geográfica circunscrita. E por outra, a importância de haver uma coerência, neste caso arquitectónica, entre os edifícios de uma região, sendo que o modelo regional prevalece originando a alteração da traça.

Estas referências, apesar de breves, demonstram a procura assumida de uma linguagem artística comum e que as confrarias tinham necessidade de uma uniformização de algumas das características dos seus edifícios, servindo-se de outras Misericórdias como ponto de referência. O facto do documento da Misericórdia do Porto referir “*por [...] asy se custumar em lisboa e em houtras mysericordias*”, expressão corrente inclusivamente noutros contextos, como vimos, é sinal claro desta ideia.

De igual modo, mesmo dentro do contexto das influências Misericórdia – Misericórdia, é possível estabelecer diferentes níveis quer regionais quer locais. No caso do documento da Misericórdia do Porto, o modelo é Lisboa, a primeira fundação e a da capital; em Vila do Conde, o modelo é o Porto, a mais importante Misericórdia da região norte; para Caminha o modelo é Ponte de Lima, uma das mais relevantes da região.

No entanto, em Miranda do Douro, a comparação é feita com os modelos de um mesmo âmbito geográfico próximo - o termo da vila - alargando-se a esfera da comparação a vários modelos, mas limitados ao âmbito geográfico próximo.

II. O outro âmbito da circulação de modelos ao nível da produção arquitectónica das Misericórdias realiza-se segundo dinâmicas locais ou regionais e tem por base objectos artísticos fora do contexto das confrarias.

A caracterização arquitectónica e a comparação com obras de semelhante natureza abrem uma outra perspectiva que posiciona de modo diferente a questão dos modelos usados pelas Misericórdias na concepção e realização do seu património.



Alguns edifícios das Misericórdias acusam a nível compositivo, morfológico e decorativo influências do que se produzia na localidade ou região, quer por questões de gosto, quer pela utilização da mesma mão-de-obra, quer por influência do encomendador, integrando-se numa dinâmica artística local.

Este fenómeno pode ocorrer geralmente a nível local, quando dentro de uma vila ou cidade: o edifício apresenta elementos que remetem para influências de outros existentes na mesma localidade; ou regional, quando existem elementos que se verificam numa determinada zona geográfica. Este tipo de influência pode verificar-se em vários âmbitos: planimetria, organização da fachada, coberturas, organização dos alçados laterais, portal e materiais.

Com uma incidência regional destacamos um tipo de planta característica da zona alentejana, com nave única e capela-mor ligeiramente mais estreita e baixa do que a nave e antecedida por arco triunfal. Este modelo em que a capela-mor é quase tão alta como a nave, criando proporção interior de grande verticalidade e com cobertura em abóbada de berço em ambos os espaços, originando uma relação métrica diferente do habitual, aparece muito nesta zona. É característica de finais do século XVI e vai prolongar-se pelo século XVII e que surge nas Misericórdias alentejanas de Avis, Cabeção, Cabeço de Vide, Campo Maior, Cuba, Entradas, Vimieiro, Vila Nova da Baronia e Vila Ruiva (Anexo I [fichas] correspondentes).

Também a arte decorativa do esgrafito parece ter sido mais usada nesta região e surge nas igrejas que integram as Casas da Misericórdia e noutra arquitectura religiosa. Aparece na decoração da abóbada de Alcáçovas, assim como em Ferreira do Alentejo, embora num programa mais reduzido, e também é usado na abóbada da nave da matriz de Vila Nova da Baronia (Anexo I [fichas] correspondentes e anexo V [fotos] – difusão de modelos).

Um outro caso muito interessante e de extremo valor é o contrato de obra da Casa da Misericórdia de Coruche que indica explicitamente que a cabeceira da igreja deveria seguir o modelo da existente na igreja de N. Sra. Vitória em

Lisboa<sup>1441</sup> (Anexo I [fichas] – Coruche e anexo V [fotos], cabeceira). Vejamos o que diz o documento: “[...] *ho dyto mestre faraa as tres capelynhas dos altares nas quaes em huma delas estaraa e faraa ho altar moor, E nas duas faraa em cada huma seu altar comfrome a traça que ho dyto mestre apresentou que he tyrada pela Ygreja de Nosa Senhora da Vytorya sytuada na cydade de Lyxboa*”<sup>1442</sup>.

A igreja que serviu de modelo à da Misericórdia já não existe na sua feição quinhentista, pois foi reconstruída após o terramoto de 1755 tal como toda a área onde se insere. Este documento ajuda também a caracterizar a história deste edifício e a sua evolução arquitectónica.

Um outro é Misericórdia de Alvalade que aparenta semelhanças com a igreja Matriz de Vimieiro: capela-mor idêntica na configuração rectangular, cobertura em cúpula, no exterior da capela-mor contrafortes em ângulo, remate dos alçados com platibanda vazada e lanternim, contrafortes no corpo da nave (Anexo I [fichas] – Alvalade e anexo V [fotos] – difusão de modelos).

Também a Misericórdia de Tavira e a matriz de Moncarapacho apresentam analogias ao nível da fachada, concepção, uso de materiais, integração do portal e escultura decorativa. Neste caso específico sabemos que estas são devidas a um mesmo mestre, André Pilarte, que trabalhou em ambas as obras (Anexo I [fichas] – Tavira).

Circunstância também muito relevadora é um termo da reunião dos oficiais da Misericórdia de Barcelos referente à encomenda de um novo retábulo-mor que na sua concepção deveria seguir o da Sé do Porto. O documento é bastante explícito relativamente ao modelo a seguir, aos artistas que o deveriam concretizar, às cláusulas do contrato. Ou seja, para que o modelo fosse exactamente executado o artista deveria ser o mesmo em ambas as obras: “*he o dourado e estofado do dito retabalo sera conforme ao do retabalo da capella*

<sup>1441</sup> Sobre a história deste edifício ver RODRIGUES, Aminda Mendes - **A igreja de Nossa senhora da Vitória: irmandade e hospício (1530 - 1682)**. Lisboa: Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Aberta. 2008. Tese de mestrado.

<sup>1442</sup> Arquivo da Misericórdia de Coruche, cx.1, doc. 2 – **contrato de obrigação de João Lopes para a construção da igreja**, fl. 1v.

*mayor da cidade do porto e sera pintado per simão rodriguez morador na cidade de lisboa que pintou o dito retabalo da se e não podemdo elle vir sera per amdre peres companheiro do dito seimão rodriguez*<sup>1443</sup>.

Este tipo de influências não se verifica apenas em elementos arquitectónicos. Em Vila do Conde, em obra realizada em 1559, é dito que o púlpito deveria ser igual ao da Igreja de Santo Eloy. Também em Arraiolos, a balaustrada do púlpito e em Borba, a balaustrada do coro e da guarda da escada, são idênticas à do púlpito da matriz de Vila Nova da Baronia (Anexo I [fichas] – Arraiolos e Borba).

Também em Caminha, em 1571/1572, o provedor Vasco Lourenço ajustou com o pedreiro João Lopes (o novo), a construção de um cruzeiro, que deveria ter como modelo o que estava em São Domingos à entrada de Viana do Castelo. Um outro exemplo refere-se à Misericórdia de Guimarães que em 1601 encomenda ao ferreiro Leonardo Lourenço, três *“tirantes de ferro pela bitola dos que fez para o mosteiro de S. Miguel de Refojos, e cada um dos ditos tirantes terá dois pendurais com suas pinhas e rosas bem feitas, conforme aos que ele fez para o dito mosteiro*<sup>1444</sup>.

Ainda relativo a esta Misericórdia destacamos um outro documento que deixa transparecer a mesma ideia, embora não se trate de uma intervenção arquitectónica promovida pela confraria mas sim no seu edifício sede. Falamos da edificação da capela de Francisco Jorge Mendes na Casa da Misericórdia de Guimarães que seria *“conforme a traça feita pela Capela de Bautista da Costa, morador na cidade do Porto, a qual está ma Casa da Misericórdia da dita cidade, e terá a dita capela menos um pilar que a dita traça por razão de não caberem os dois e ficará tendo toda a mais obra da traça*<sup>1445</sup>.

<sup>1443</sup> Arquivo da Misericórdia de Barcelos, Armário A, Cx. 70 - **Livros dos acórdãos** (1602 – 1689), fls. 32 – 33; ver anexo IV [doc.], documento 6s e 7 – Barcelos.

<sup>1444</sup> Contrato transcrito em PINHEIRO, Alfredo Dias - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: apontamentos para a sua história**, documento transcrito, pp. 61 – 62.

<sup>1445</sup> Cfr., transcrição do contrato em PINHEIRO, Alfredo Dias - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: apontamentos para a sua história**, pp. 148 – 149.

A capela de Baptista da Costa na Misericórdia do Porto foi construída c. 1623, ver anexo II [tabelas] – tabela 4, Porto.

III. A difusão de modelos a nível local pode ser revelada e comprovada quer pelas semelhanças ainda hoje visíveis entre os edifícios que por referências documentais; são em maior número do que as influência regional.

Começamos por elementos inerentes ao interior do espaço. A igreja que integra a Casa da Misericórdia de Benavente sofreu uma importante campanha de obras no final da década de vinte do século XVII. Esta foi patrocinada por D. Helena da Costa Lobo que fez uma doação à confraria para a realização da obra e para o seu enterramento na capela-mor da igreja. Uma das intervenções foi levantar dois altares laterais inspirados da traça da Ermida de Santiago também em Benavente (Anexo I [fichas] – Benavente). Não é possível confrontar as obras e confirmar o grau de relação morfológico-decorativa entre ambas, porque esta igreja foi destruída pelo terramoto de 1909 que afectou grande parte da vila.

Um outro exemplo que podemos coligir é o da Misericórdia da Vila da Feira, cujo edifício está datado de 1689/1690, e cuja “arquitectura reflecte em certo modo a da nave da igreja do convento” do Espírito Santo, dos frades lóios construída umas décadas antes, c. 1618-1633<sup>1446</sup>.

De igual modo em Castro Verde, a igreja da Casa da Misericórdia assemelha-se no seu gosto decorativista à igreja das Chagas da mesma vila. O revestimento do arco triunfal a talha pintada de azul e com elementos a dourado e o revestimento dos alçados da capela-mor com pintura com moldura simples e cantos com florão dourado é análogo em ambos os espaços (Anexo I [fichas] – Castro Verde e anexo V [fotos] - difusão de modelos).

Passando para elementos concretos do espaço interior, referiremos o caso das coberturas. E começamos por destacar o exemplo de Tancos, onde as igrejas da Casa da Misericórdia e da Matriz apresentam abóbadas de berço com caixotões assentes sobre cornija e mísulas no eixo das nervuras definidoras dos caixotões. Na Matriz existe a marcação de torais em cantaria que

---

<sup>1446</sup> Cfr., GONÇALVES, António Nogueira - **Vila da Feira: castelo, convento, misericórdia**. [S. l.]: Câmara Municipal de Coimbra, EPARTUR, Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1978, p. 74.

descarregam sobre colunas embebidas nos alçados da nave (Anexo I [fichas] – Tancos e anexo V [fotos] - difusão de modelos).

Em Braga, o contrato datado de 1656 com o mestre ensamblador Gonçalo Pacheco e com o mestre carpinteiro João de Oliveira para execução do tecto de caixotões da nave ,indicava que este deveria ser segundo o modelo dos caixotões do Convento do Salvador<sup>1447</sup>.

Também em Vila Nova da Baronia as soluções de cobertura: morfologia, arcos, mísulas, concepção caixa lisa rematada por cornija em toda a volta onde assenta a cobertura são muito semelhantes na Matriz e Misericórdia. Apenas são diferentes os modos de ornamentação esgrafito na primeira e pintura mural na segunda (Anexo I [fichas] – Vila Nova da Baronia e anexo V [fotos] - difusão de modelos).

Além disso estes dois edifícios apresentam outras similitudes ao nível da concepção das fachadas exteriores, como o óculo na fachada principal, pelo interior, por cima do nível da cornija e alçados laterais contrafortados devido ao abobadamento do espaço interior (Anexo I [fichas] – Vila Nova da Baronia e anexo V [fotos] - difusão de modelos).

As mesmas parecenças surgem em Évora onde várias igrejas, incluindo a que integra a Casa da Misericórdia, apresentam contrafortes de perfil rectangular e em cantaria, nos alçados exteriores da nave para suporte da abóbada (Anexo I [fichas] – Évora e anexo V [fotos] - difusão de modelos).

Ainda ao nível da concepção dos alçados exteriores queremos indicar a igreja da Casa da Misericórdia de Moura, que evidencia uma estrutura exterior contrafortada, compacta e quadrangular, com janelas no topo do alçado e entre cada contraforte, semelhante a outras igrejas de Moura como a igreja do Espírito Santo e a de S. Pedro, estas com os contrafortes em cantaria. Devido às parecenças entre elas, é possível que o remate primitivo da fachada principal da Misericórdia fosse semelhante aos das outras igrejas (Anexo I [fichas] – Moura e anexo V [fotos] - difusão de modelos).

---

<sup>1447</sup> DINIS, António, PEREIRA, Ana – **Igreja da Misericórdia de Braga**. SIPA n.º **PT010303520032**. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1990, 1995, 2003, 2010. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

No que concerne à utilização de materiais característicos de determinadas zonas, apesar de não revestir uma opção estética tão marcante, revela a integração em correntes locais bem definidas. Neste âmbito destacamos Beringel e Silves.

A Misericórdia da cidade algarvia utiliza o grés rosado, que pela sua coloração e forte presença na arquitectura assume também uma função estética, muito comum em outros edifícios da cidade como a Sé e o Castelo. Na igreja que integra a Casa da Misericórdia é usado no portal lateral, cunhais, cornijas exteriores do edifício e gárgulas, arcos no interior da cobertura, pavimento do cruzeiro e parte do pavimento interior (Anexo I [fichas] – Silves e anexo V [fotos] - difusão de modelos).

A Misericórdia da vila alentejana apresenta, tal como a Matriz, o uso de mármore de S. Brissos nos elementos mais destacados do conjunto arquitectónico, nomeadamente o portal, cunhais e gárgulas e no interior do edifício nos fechos das abóbadas e nas mísulas (Anexo I [fichas] - Beringel e anexo V [fotos] - difusão de modelos).

De igual modo, o portal principal da igreja da Casa da Misericórdia do Montijo utiliza alguns elementos em pedra rosada e idêntica aplicação aparece nos portais da Matriz (Anexo I [fichas] - Montijo).

Ao nível dos portais existem também outras inter-relações. Em Salvaterra do Extremo, Matriz e Misericórdia evidenciam portais quase idênticos a nível compositivo e de elementos constitutivos. Sendo que a fachada e o portal da igreja paroquial é em cantaria e na igreja da confraria apenas o portal utiliza este material (Anexo I [fichas] – Salvaterra e anexo V [fotos] - difusão de modelos). Também em Torre de Moncorvo destacamos a semelhança entre o portal principal da Misericórdia e o portal lateral da Matriz, a nível formal e nos vestígios de policromia (Anexo I [fichas] – Torre de Moncorvo e anexo V [fotos] - difusão de modelos).

Um pouco mais tardio, 1680 - c. 1693, é o caso de Almeida. O portal da igreja que integra a Casa da Misericórdia, tem parecenças compositivas e estilísticas com a porta interna do conjunto formado pelas portas de Sto. António<sup>1448</sup>.

Existe um outro nível de influência também nos portais, sendo os da matriz mais elaborados, no entanto, a composição geral, os elementos integrantes, a sua morfologia e ornamentação e a estética geral do conjunto como sucede em Tancos para os portais principais da Misericórdia e da Matriz e em Miranda do Douro para o principal da Misericórdia e o lateral da Catedral (Anexo I [fichas] – Tancos e anexo V [fotos] - difusão de modelos).

IV. A problemática dos modelos artísticos em geral e dos arquitectónicos em especial é bastante complexa. Como é óbvio quando relemos a caracterização arquitectónica das Casas da Misericórdia e a ficha analítico-descritiva de cada uma delas apercebemo-nos que apresentam elementos em comum, e intuímos que esta existência se deve a um ambiente estético que vai propiciar a opção por determinada característica ou elemento artístico.

De igual modo, constatamos que outros elementos que existem em comum entre as Misericórdias são também usuais na restante arquitectura do mesmo período. O que cria duas dinâmicas distintas aparentemente contraditórias, uma que particulariza a arquitectura promovida pelas confrarias e outra que a integra no contexto mais alargado da restante produção arquitectónica quinhentista.

Citemos os conjuntos tardo-góticos alentejanos das Misericórdias de Borba, Vila Viçosa, Arronches, Evoramonte, Terena e Redondo. As duas primeiras muito semelhantes e a última restando apenas a capela-mor. Este facto deve-se provavelmente ao modo arreigado como estava implantado o tardo-gótico no sul do país, promovendo modelos construtivos muito definidos e individualizados, face à restante produção nacional e que se constituem como verdadeiras longas durações. Até à década de 70/80 do século XVI foram construídos edifícios com características tardo-góticas, especificamente ao

---

<sup>1448</sup> Cfr., CONCEIÇÃO, Maria Margarida - **Formação do espaço urbano em Almeida: da vila cercada à praça de guerra**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 1997. Tese de Mestrado, p. 390.

nível das coberturas e sobrevivendo a campanhas de obras arquitectónicas posteriores acusando apenas campanhas decorativas: pintura decorativa setecentista no Redondo e Terena, revestimento azulejar seiscentista em Vila Viçosa e setecentista em Évoramonte (Anexo I [fichas] correspondentes).

Um caso inverso surge no Alvito. Esta Casa da Misericórdia é singular porque integra duas igrejas, uma que pertencia a uma confraria que passou a integrar a Misericórdia e a da Misericórdia propriamente dita. A primeira é um edifício tardo-gótico ao nível da planimetria, coberturas e alçados. No entanto, e contrariamente ao que se podia esperar (edifício tardo-gótico a integrar na construção e peso da mesma tradição na zona geográfica onde se localiza), a Misericórdia irá escolher outra tipologia para a sua igreja: nave única, cruzeiro elevado e sem capela-mor, apenas com retábulo na parede fundeira; ou seja, a opção é por um modelo mais próximo das escolhas de outras Misericórdias (Anexo I [fichas] – Alvito).

Ou seja, é importante matizar a questão das influências e da difusão de modelos; não é possível generalizar devido a questões geográficas, autorais ou estéticas.

As fontes a que recorriam as confrarias da Misericórdia são múltiplas e embora existindo um sentido identitários entre elas, que as levava a fazerem escolhas comuns, muitas vezes as opções eram marcadas pelo peso da tradição e dinâmicas locais, outras pelas preferências de outras instituições, consideradas prestigiadas, originando propostas tipológicas diferenciadas.

### **V. 3. Significados de uma tipologia**

---

Como já referimos de todas as opções tipológicas utilizadas na arquitectura das igrejas que integram as Casas da Misericórdia, há uma que se evidencia devido às suas características e por no século XVI ser usada maioritariamente



nos edifícios construídos pelas confrarias da Misericórdia. Este conjunto de opções arquitectónicas ficou conhecido por igreja “tipo Misericórdia”<sup>1449</sup>.

Neste capítulo buscamos um conjunto de argumentos, ainda que não consubstanciem uma justificação consistente, para que determinadas opções que se generalizam no contexto das Misericórdias, embora minoritariamente presentes noutros contextos<sup>1450</sup>, foram uma opção clara e consciente para os edifícios destas confrarias. Referimo-nos ao cruzeiro, à ausência de capela-mor enquanto espaço autónomo substituído pelo retábulo-mor justaposto ao alçado ou a capelas inscritas. Tal como noutras circunstâncias é necessário diferenciar edifícios construídos de raiz, de edifícios preexistentes ainda que adaptados, pois as situações são distintas.

E basta lembrar dois casos já referidos, o de Beja e o do Alvito. Relativamente ao primeiro caso, sabemos que o edifício foi construído para açougue da cidade e era composto por duas alas abobadadas e abertas para o espaço público por arcarias. Quando foi doado à Misericórdia, foi necessário proceder a uma intervenção arquitectónica que permitisse servir o novo uso religioso. Nomeadamente, o entaipamento das arcarias e o acrescentamento de uma nova ala, na parte posterior, que assumiu a forma de um cruzeiro elevado e de três capelas inscritas. O significativo da situação é que este acrescentamento podia ter assumido diferentes formas, mas a opção foi por uma ala a toda a largura do edifício e elevada relativamente às duas alas existentes (Anexo I [fichas] - Beja).

Também o Alvito é significativo, porque a Casa da Misericórdia integra duas igrejas, uma preexistente de características tardo-gótica e outra posterior, que não se inspirou neste modelo, apesar da forte tradição alentejana como é patente noutras Misericórdias da região. Mas vai optar por um espaço de nave única, cruzeiro elevado e sem capela-mor, apenas com retábulo na parede fundeira (Anexo I [fichas] - Alvito).

---

<sup>1449</sup> MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade**. In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000.

<sup>1450</sup> Ver cap. V. 1. Especificidades arquitectónico-tipológicas.

I. Estas duas características que encontramos ao nível da igreja complementam-se com outras, que têm um peso ainda maior no contexto das Misericórdias, e que não se limitam a elementos arquitectónicos: conceito de conjunto arquitectónico de cariz assistencial de que fazem parte vários espaços, com funções relacionadas com a actividade e dinâmica da confraria, a tribuna dos oficiais e a iconografia.

Primeiramente o conceito da «Casa da Misericórdia»<sup>1451</sup> que para além de um conjunto edificado que servia a várias funções concretas, era o espaço, o local da misericórdia, da caridade. Tão forte era esta marca que rapidamente se generalizou o termo santa casa ou casa santa, local de prática de boas obras, das obras santas. Assim, apercebemo-nos que esta terminologia que passou à designação da instituição, perdurou até à actualidade, e teve como ponto de partida o edifício, o espaço construído, a casa; a casa onde se pratica a Misericórdia.

A Casa da Misericórdia era também um espaço de representação, de encontro, de codificação de práticas e de ritualização, que também assumiam consequências arquitectónicas e artísticas.

O discurso arquitectónico é pragmático, servia uma função, a caritativa, para a qual a confraria foi instituída. Mas também foi aproveitado como veículo ideológico, o assumir da identidade de um grupo, própria e diferente, com presença e acção no meio urbano.

No primeiro caso, a característica é inerente à própria arquitectura, materialização do espaço e que assume uma relevância na vida quotidiana e por outro, por ser o contexto de outras manifestações culturais e artísticas.

II. A ausência de capela-mor enquanto espaço autónomo e desenvolvido arquitectonicamente, muito comum no contexto das Misericórdias e menos na restante arquitectura religiosa quinhentista, pode estar relacionada com dificuldades iniciais para a construção dos edifícios. Dificuldades de várias ordens, nomeadamente materiais e financeiras, que também se

---

<sup>1451</sup> Ver cap. III. 2 Casa da Misericórdia.

consubstanciam na ocupação de espaços preexistentes, como já foi referido<sup>1452</sup>, e que distancia a data de fundação de uma Misericórdia e a construção de um edifício próprio, o entre 30 a 40 anos<sup>1453</sup>.

Existem alguns exemplos que ajudam a concretizar esta hipótese, o mais conhecido, talvez seja, o do Porto<sup>1454</sup>.

A Casa da Misericórdia do Porto foi construída em várias fases, tal como sucedeu noutros casos: c. 1559 é construída a nave da igreja e entre 1584 – 1590 a capela-mor. Neste exemplo sabemos pela documentação que houve um debate sobre se se havia de fazer capela-mor ou retábulo. Com o testamento de D. Lopo esta questão ficou resolvida, pois passou a existir uma verba que permitia a construção de uma capela-mor (Anexo I [fichas] - Porto).

A obra História da Misericórdia do Porto de Magalhães Basto, apresenta um desenho reconstituindo a planta primitiva da igreja, correspondendo apenas à nave, que exhibe uma planimetria rectangular simples. As características desta primitiva planta aproximam-se de um grande número de plantas de igrejas das Casas da Misericórdia.

Sabemos, também, que a inexistência de capela-mor não condicionou a celebração do culto nem a execução de um retábulo; no entanto a construção da capela era um grande desejo da confraria portuense.

Também a Misericórdia de Aveiro viveu situação semelhante: a igreja, concluída em 1611, permaneceu vários anos sem capela-mor<sup>1455</sup>. Esta era muito desejada pela confraria mas houve algumas dificuldades na sua

<sup>1452</sup> Ver cap. III. 1 As Misericórdias e a Arquitectura.

<sup>1453</sup> Poderíamos citar muitos exemplos no entanto vamos centrar apenas em três bastante significativos de confrarias importantes com relevantes rendimentos e bens; caso de Lisboa, cuja confraria da Misericórdia foi fundada em 1498 e cujo edifício de raiz ficou concluído em 1534. Para outros exemplos ver Anexo I [fichas].

<sup>1454</sup> Além dos exemplos que vamos referir, existe o da Azurara que pensamos ser semelhante aos restantes mas do qual não se conhece a fonte documental. Consultada a Misericórdia da Azurara foi-nos dito que o arquivo estava em tratamento arquivístico por uma universidade do Norte do país e que não seria possível consultá-lo. Um artigo sobre a confraria refere que em 1604, Francisco Gonçalves Villa Chã manda fazer a capela-mor da igreja, cfr., FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e - **A Misericórdia de Azurara: passado e presente**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [S. n.], 1, 1959, pp. 369-370.

<sup>1455</sup> Cfr., NEVES, Amaro - **A Misericórdia de Aveiro nos séculos XVI e XVII: A Mayor do mundo, pois o he do reyno**. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998, pp. 209-211.

construção, começada em 1630, foi interrompida, nomeadamente por questões económicas. O primitivo retábulo da igreja nova esteve colocado no arco triunfal e constava de obra de marcenaria e pintura<sup>1456</sup>.

Um outro exemplo é Fão cuja capela-mor primitiva foi patrocinada por Madalena André<sup>1457</sup> e da qual existe um contrato de doação e obrigação datado de 1632 em traslado setecentista que refere: “[...] *logo ahy apparesseraõ e obtorgantes, de huma parte Madanella Andre donna viuua moradora no lugar de Faõ e da outra parte o Reuerendo Padre Amador Francisco mestre escolla da Coligiada da Jmphiteuta Jgreja de Soodefeita [...] prouedor que este presente anno serue a Santa Casa da Misericordia e os mais jrmaons todos da mesa que este anno presente seruem [...] e logo pella dita Madanela Andre foi dito que ella por reuelação de Deos e por desejar ver acressentada a jgreja da Santa Misericórdia do dito lugar aonde athegora não hauia capella major [...] por a dita Santa Casa ser munto pequena e não possibilidade (sic) e por ser munto pobre pera o fazer e os gastos da Casa serem munto grandes com as obras de caridade heem que ella se emperga que ella estaua contractada com o prouedor e mais jrmaons e lhe prometia de sua propria e liure vontade de fundar e fazer a sua propria custa a capella major da dita jgreja da Santa Misericordia a quoaal a de ficar, e benefeissoar de todo o nesseçario [...] e logo pello reuerendo prouedor, e mais jrmaons da mesa abaixo asignado foi dito em presenssa de min tabelliaõ e testemunhas que elles aseitauaõ esta promessa e doação em nome da dita comfraria e irmandade”<sup>1458</sup>.*

Ainda um outro caso o de Alcobaça, onde um livro de despesa setecentista apresenta uma nota histórica sobre a edificação da igreja indicando que “*no anno de mil setecentos e doze se fez a capella mor da igreja d’esta Santa*

<sup>1456</sup> Cfr., NEVES, Amaro - **A Misericordia de Aveiro nos séculos XVI e XVII: A Mayor do mundo, pois o he do reyno.**, pp. 204-206

<sup>1457</sup> No arquivo existe uma petição da Misericórdia de licença para benzer a capela-mor reconstruída, provisão do bispo e declaração da bênção (Julho de 1741); segundo o inventário do arquivo apresentado em ABREU, Alberto - **O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão**. Esposende: Edição Santa Casa Misericórdia Fão, 1988, estes documentos estão na pasta 4, doc., 2. Amador Francisco era filho de Madalena André (ABREU, Alberto - **O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão**, p. 99).

<sup>1458</sup> Cfr., transcrição de ABREU, Alberto - **O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão**, pp. 177 – 179. Arquivo da Misericórdia, pasta 4, doc., 9

*Casa, que não tinha, por finalizar a Igreja na parede onde se abriu o arco para a dita capella e n'ella estar o retabulo da visitação no único altar que a Igreja então tinha*<sup>1459</sup>.

Seria de supor que nestes casos existisse culto na igreja com o auxílio de um retábulo, mas sem a existência da tradicional capela-mor.

Um outro documento, reforça esta ideia dando a entender que a situação não era satisfatória para as confrarias. Um acórdão da Misericórdia da Lourinhã, de 1630, relata uma obrigação feita pelo provedor Pe. Gregório Fernandes Ferreira: *“por elle foj dito que per quanto a capella da igreja estaua imperfeita e a traca dela requeria hum arco de pedraria com altar maior metido em capella de maneira que o cruzeiro ficasse desocupado com frental e paineis, sem primeiro se fazer a dita obra que hera mais deçente e neçessaria, não tinha lugar prometia esse lugar do dito frontal e paineis e se obrigaua a fazer a dita capella e arco de pedraria de maneira que fique altar e retabollo todo dentro com dous degraos*<sup>1460</sup>. Este excerto demonstra claramente que a existência apenas de cruzeiro com altar-mor encostado à parede testeira, uma das tipologias mais seguidos pelas igrejas que integram as Casas da Misericórdia, não era uma solução conveniente, sendo melhor aceite a existência de uma capela-mor, mesmo que inscrita, no interior da qual deveria estar o altar-mor.

De igual modo quando o edifício do açougue de Beja foi adaptado a Casa da Misericórdia foi explicitamente *“[...] ordenado pello Prouedor e Irmãos em se fazerem três cappellas huma prencipal e outras duas nas ilhargas huma de cada huma parte as quais cappellas ilhar[g]a era ditto que elles Prouedor e Irmãos tenham asentado de darem as duas ilhargas a pessoa que bem honradamente podesse sustentar*<sup>1461</sup>.

Assim, é possível propor que devido às dificuldades económicas iniciais as igrejas das Casas da Misericórdia eram construídas apenas com um espaço base, que neste caso era a nave e que lhe conferia a forma rectangular.

<sup>1459</sup> Cfr., Arquivo da Misericórdia de Lisboa, livro 90 - **livro de despesa** (1716 - 1733).

<sup>1460</sup> Arquivo da Misericórdia da Lourinhã, **Livro das eleições e acordos desta Santa Casa da Misericórdia** (1629 - 1712), fl. 8 – 8 v..

<sup>1461</sup> Cfr., Arquivo Distrital de Beja, fundo da Misericórdia de Beja, livro 189- **Livro dos testamentos e doações** (1453 - 1758), fls. 294 v. e 295.

Ficava-se a aguardar disponibilidade financeira, nomeadamente através de doações particulares, para a construção da capela-mor. Esta segundo as tipologias habituais adossava-se à nave sob a forma de espaço e volume mais baixo e estreito.

Visto que esta disponibilidade económica nem sempre ocorria e que muitas confrarias eram pobres e se localizavam nas periferias, a planimetria e espacialidade foram-se mantendo, pois correspondiam às necessidades litúrgicas da época baseadas na unificação espacial. Adoptou-se o uso de um cruzeiro elevado sobre o qual era colocado o retábulo ou retábulos que evoluíram para capelas inscritas de enquadramento dos mesmos. Assim, supria-se a falta da capela-mor, enquanto espaço autónomo e diferenciado da nave em planimetria e volumetria; esta elevação respondia ainda a requisitos de visibilidade e simbologia sacral.

Recorde-se um documento de Almada em que o provedor pede ao arcebispo para “*mudar o altar que esta na dita ygreya pera outro lugar dentro dela onde se mjlhor pudese ver Deus*”<sup>1462</sup>. Um outro documento, embora seiscentista, regista a situação oposta: “*procuraeis assistir em corpo de meza na tribuna que mandastes fazer na cappella mor da Igreja da Misericordia muito perto do altar e sacrario della, o que se não pode fazer sem grande indeçencia. Vos ordeno e mando não uzeis da dita tribuna em corpo de Meza e que no corpo da Igreja façais huma meza com a comodidade que for possiuel em que voos possais assentar porquanto na cappella mor não tem lugar mais que os prelados e padroeyros*”<sup>1463</sup>.

Esta proposta de interpretação pode explicar as primeiras construções marcadas por dificuldades económicas e a consolidação que um gosto que começa a circular ligado às confrarias da Misericórdia. Mas que coexistiu com outros nomeadamente, os mais enraizados regional e localmente, e que está presente em obras eruditas como Santarém, com o apoio da rainha D. Catarina e com a participação do arquitecto régio Miguel de Arruda, e em obras

---

<sup>1462</sup> Cfr. Ver anexo IV [doc.], Documento 1 – Óbidos.

<sup>1463</sup> Arquivo da Misericórdia de Elvas, **Alvarás e provisões** (1539 - 1872); ver anexo IV [docs.], documento 1 – Elvas.

vernáculos como Alcoutim, Melo, Segura, apenas para referir alguns (Anexo I [fichas] correspondentes).

III. Independentemente do factor económico, e estando ou não relacionado com ele, existe uma adequação destas características planimétricas e espaciais ao contexto cultural e religioso quinhentista, quer ao nível estético quer litúrgico quer funcional. Esta adequação relaciona-se com a procura da unidade espacial, com a escala de sacralidade no interior do templo, com as orientações litúrgicas tridentinas e com questões de visibilidade.

A concepção do espaço interior em igreja com estas características deixa transparecer verdadeiramente o valor, unificação espacial, procurado durante todo o século XVI. A procura da unificação espacial e a preferência pela nave única estão intimamente relacionadas com pressupostos religiosos e litúrgicos. Assim, como afirma Paulo Varela Gomes as reformas litúrgicas e do espaço sacro que ocorreram durante os séculos XV e XVI levantavam a questão de “como ver o altar em todo o corpo do templo durante a celebração da missa” e a arquitectura respondeu com uma renovação das tipologias do espaço religioso<sup>1464</sup>.

A problemática do altar interliga-se com o culto ao Santíssimo Sacramento e com a existência de sacrários. O Concílio de Trento veio reafirmar a necessidade de um culto apropriado do Santíssimo, implicando que se repensasse o espaço interno das igrejas de modo a orientar os participantes para o altar e a garantir uma boa visibilidade<sup>1465</sup>. Este culto reforça-se com a generalização da construção e utilização de sacrários e a sua colocação preferencial no altar-mor. Assim, “o sacrário tornou-se, [...] com a pré e a contra-reforma, a principal razão da própria arquitectura das igrejas<sup>1466</sup>”.

---

<sup>1464</sup> GOMES, Paulo Varela - **Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações, 2001, p. 144.

<sup>1465</sup> GOMES, Paulo Varela - **Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada**, 2001, pp. 149-151.

<sup>1466</sup> GOMES, Paulo Varela - **Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada**, 2001, pp. 149-150.

No entanto, esta questão litúrgico-cultural entronca-se numa outra, de natureza simbólica, que está relacionada com os diferentes graus de sacralidade dos espaços, mesmo no interior de uma igreja.

Esta diferença de sacralidade das várias partes da igreja – adro, nave, coro, altares laterais, altar-mor – relaciona-se com a sua funcionalidade, sendo a organização do espaço sagrado ascendente. O altar-mor, o local de culto por excelência, deveria estar em plano elevado, pois para ele convergiam todos os gestos litúrgicos. Seguia-se na hierarquia o sacrário com “uma preocupação de sobre elevação” da sua localização enquanto “lugar mais sagrado”, e por fim o trono eucarístico que se assume como “o espaço mais elevado, no espaço mais sagrado, para suportar sobre si, em glória majestática, o sagrado”<sup>1467</sup>; e é este o esquema que temos na maioria das igrejas, designadamente a partir do século XVII.

As confrarias da Misericórdia terão conseguido solucionar bem estas duas questões pois, ao adoptarem o cruzeiro elevado, onde se localizava o retábulo ou capela-mor e o sacrário, num plano mais elevado, proporcionavam uma excelente visibilidade durante as celebrações religiosas e correspondia à diferenciação de sacralidade dos espaços.

III. A elevação do cruzeiro servia ainda uma outra função utilitária que as igrejas das Casas da Misericórdias assumiam, que é a função funerária. E como já foi referido, à construção ou remodelação das igrejas estão muitas vezes associadas pessoas individuais, benfeitores, que por vontade testamentária querem ser enterrados no local. Geralmente este patrocínio era assinalado com uma lápide, procurando a perenização do gesto mecenático. E existem vários testemunhos documentais e epigráficos que esclarecem esta questão.

Em vários casos, como Benavente e Évora, existem documentos que atestam a realização de uma obra na cabeceira e a respectiva lápide confirmando o

---

<sup>1467</sup> **Espaço Sagrado**, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. 2, p. 175.



enterramento. Na Misericórdia ribatejana a inscrição assinala «SEPULTURA DE DONA ILENA DA COSTA LOBA A QVAL FES ESTA CAPELA A SVA CVSTA E A DOTOV COM OBRIGVACAM DE DVZEMTAS MISSAS POR SVA ALMA PERA SEMPRE E DE SEVS SOCECORES 1629»; e na Misericórdia alentejana um documento regista “*A senhora dona Lianor de Taide fez esmola a esta Cassa da Misericórdia de quatro mill cruzados com os quoaes se comprarão os foros segujntes pera deles se dizerem por ela duas missas cotedianas nesta Cassa da Misericórdia e o rremaneçente se guastar em esmolas*”<sup>1468</sup> e o seu enterramento no cruzeiro ocorre em 1589 (Anexo I [fichas] - Évora).

Também em Coruche Luis Leitão apresenta à “*menza como tem tenção e disposto fazer nesta Santa Caza o seu jazigo e sepultura iunto ao altar coletral da parte da samcrestia e fazer-lhe hum carneiro quanto a frontaria do dito altar deuedindo-se pella façe e o arco da capela-mor athe a grade*”; a petição apresentada à mesa baseia-se no facto de “*ter ceruido nesta Santa Caza de irmão a quarenta e cinco annos e seis o sete uezes de provedor*”, aliás era provedor na altura do seu falecimento<sup>1469</sup>. E que corresponde a uma inscrição num dos alçados da nave: «IAZIGO DE LVIS LEYTAO E DE SVA MOLHER LEONOR FERREIRA (QUE INSTITVIRAO ESTA CAPELA DA SENHORA DA PIEDADE FICANDO A ADMINISTRAÇAM AOS IRMAOS DESTA SANTA CAZA) E DE SEVS ERDEIROS 1668».

Um documento bastante revelador, que já referimos anteriormente, é o contrato de Madalena André com o provedor e irmãos da Misericórdia de Fão em que se compromete a fazer a capela da igreja à sua custa, a confraria “[...] *em gratificação da obra tam santa e de tanta nessicidade e por não hauer no dito lugar outra pessoa que possa fazer a tal cappella por ser obra munto nesseçaria e por resaõ da fundação pera ella queriaõ e heraõ contentes que ella Madanela Andre se enterrasse leuandoa Deos na dita capela, a coal cappella lhe deixauaõ de hoje este dia pera todo o sempre pera sepultura sua, e de seus herdeyros preuatiuamente, de modo que nenhuma outra pessoa de*

<sup>1468</sup> Arquivo Distrital de Évora, fundo da Misericórdia de Évora, Códice 75, fl. 205.

<sup>1469</sup> Arquivo da Misericórdia de Coruche, Mç. 11, livro 3 – **livro da fazenda** (1611 - 1811), fls. 144 v. – 146, incluindo a tomada de posse das propriedades desixadas para o sustento da capela instituída; anexo IV [doc], documento 5 – Coruche.

*quoaquer callidade, e comdissão que seja, assim eclesiastiqua como secullar tenha direito ou facultade a se poder enterar na dita capella senão ella dita Madanela Andre e herdeiros que lhe forem sucedendo na haministração de huma capella [...] a coal deixou seu marido que Deos tem [...] e outrosim tambem la poderaõ enterrar na dita capella os mais herdejros que por linha direita suceserem e não por bastardia*<sup>1470</sup>. De igual modo, a inscrição existente no local corrobora a informação documental: «esta capella mandou fazer á sua custa Magdalena Andre donna viuva e seu filho Amador Francisco Chaves mestre escolla de sedofeita pera sua sepultura e de seus herdeiros somente, anno de 1632»<sup>1471</sup>.

Também para Palmela existe indicação de que Jerónimo de Brito e Melo terá feito obras na capela para a transformar em jazigo dos seus antepassados<sup>1472</sup>; a lápide existente no espaço confirma a intenção: «ESTA SANTA CAZA DA MISERICORDIA DA VILLA D PALMELLA ESTA OBRIGADA POR HVA SCRIPTVRA PVBLICA FEITA NAS NOTAS DE DIOGO DE MOVRA TABELIAM NA MESMA MAODAR DIZER HVA MISSA COTIDIANA PERA SENPRE POR FREI IERONIMO DE BRITO DE MELO NATVRAL DA MESMA VILA COMENDADOR DA VERA CRVS DA RELIGIAO DE SAO IOAM DE MALTA E A ISO OBRIGOV A MISERICORDIA TODOS SEVS BEINS E RENDAS POR QUE TODO RECEBEO PERA A DITA MISSA DE ESMOLA 635000 MIL REIS EM DINHEIRO E A SCRIPTVRA SE FES EM SETEMBRO DE 1631 EM ELA ESTA HVA CLAVZVLLA QVE NAO SE DIZENDO AS MISSAS O COMVENTO RECOLHA A ESMOLA E AS MANDE DIZER E POR ESE RESPEITO ESTA A SCRIPTVRA NO CARTORIO DO DITO COMVENTO DE SAMTIAGO DA DITA VILLA» (Anexo I [fichas] - Palmela).

Um último exemplo diz respeito a um documento da Misericórdia da Lourinhã que nos ajuda a compreender melhor esta função funerária do cruzeiro e as

<sup>1470</sup> Arquivo da Misericórdia, pasta 4, doc., 9, documento transcrito em ABREU, Alberto - **O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão**, pp. 177 – 179.

<sup>1471</sup> Arquivo da Misericórdia de Fão, pasta 4, doc. 9, referido em ABREU, Alberto - **O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão**, pp. 108

<sup>1472</sup> Possível encomendante da nova campanha de obras na igreja segundo FORTUNA, A. Matos - **Misericórdia de Palmela: vida e factos**. Lisboa: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990, pp. 176.

suas implicações. O documento de 28 de Janeiro de 1641 é a “*declaração sobre a sepultura do Pe. André da Silva*”, em que o provedor e irmãos acordaram que o sacerdote fosse “*sepultado no cruzeiro da igreja da Santa Casa junto à porta da sacristia com tale indicação [sic]*” e declaram “*que na dita sepultura não tiuesse direito nenhum parente seu para se auer de enterra[r] nella em nenhum [tem]po, antes a todo o tempo que ouuer algum deuuto ou deuutos que queiram comprar o dito cruzeiro pera seu jazido e de seus descendentes ou eredeiros se podera uender sem embargo de nella estar o corpo do dito padre e sendo necessario para a dita venda se lhe mandarão os seus ossos a outro lugar decente fora do dito cruzeiro*”<sup>1473</sup>. Ou seja, o provedor e irmãos aceitam que o Pe. André da Silva possa ser enterrado no cruzeiro da igreja, mas que nenhum dos seus parentes tenha esse direito. Pelo contrário, se em qualquer época alguém quiser comprar o cruzeiro para sua sepultura e também de seus familiares, este deve ser vendido e o corpo do Pe. André da Silva deve ser retirado para outro local.

Deste modo, sendo o cruzeiro considerado um jazigo, privado e de prestígio no interior da igreja que integra a Casa da Misericórdia, podia ser vendido gerando uma fonte de receita adicional para a confrarias. Não só de forma directa mas também indirecta pois ao sustento destas capelas, incluindo a celebração de missa, estava associado determinado património para seu financiamento e por vezes outro para as obras de Misericórdia.

Talvez destinado a reforçar este carácter funerário do cruzeiro, tal como foi concebido no âmbito das igrejas integradas nas Casas da Misericórdia, na face do cruzeiro era colocado o grupo escultórico da «Lamentação de Cristo morto», como se verifica em Buarcos, Coimbra [desmantelado], Seia [desmantelado] e Tentúgal (Anexo I [fichas] correspondentes).

Noutras Misericórdias existem lápides tumulares no cruzeiro como em Alenquer e Coz e brasões de armas na face do mesmo, como sucede em Almada, Coruche e Ladoeiro. Também na face do cruzeiro de Santarém existe a inscrição «AQVI IAS NVNO VELHO PEREIRA DO CONSELHO DE SVA

---

<sup>1473</sup> Arquivo da Misericórdia da Lourinhã, **Livro das eleições e acordos desta Santa Casa da Misericórdia** (1629 - 1712), fl. 50.

MAGESTADE QVE DEIXOV A ESTA CASA TREZENTOS E OITENTA MIL REIS DE IVRO E RENDA PERA ORFAOS CARIVOS E POBRES COM OBRIGAÇÃO DE HVA MISA QVOTIDIANNA», o que confirma mais um enterramento neste local (Anexo I [fichas] correspondentes).

Apesar de não se poder comprovar, é possível que alguns cruzeiros escondam uma cripta. Um dos casos mais evidentes é Benavente, que para além da referência documental (“em frente do altar do lado da epístola há uma cripta de regulares dimensões”<sup>1474</sup>), exhibe uma mancha de humidade sobre a parte central do cruzeiro que parece confirmar a sua existência, mas que actualmente não tem acesso disponível.

Este fenómeno aparece em outros monumentos, ou seja, plataforma elevada no interior da capela-mor, que no caso das Misericórdias designamos por cruzeiro, pois a sua presença está mais associada à nave, articulada com uma cripta funerária com o enterramento dos fundadores ou protectores do edifício. A igreja do Convento de Jesus em Setúbal evidencia, no interior da capela-mor, uma estrutura elevada que inferiormente corresponde a uma cripta onde está enterrada a fundadora do convento. Sobre esta estrutura, a que se acede por escadas laterais, está colocado o retábulo e na base existe uma porta e escadas, que descendo, dão acesso à cripta.

Também em Espanha a igreja velha do Mosteiro de S. Lourenço do Escorial, apresenta uma estrutura elevada no interior da capela-mor que corresponde a uma cripta. No livro **Las trazas de Juan de Herrera y sus seguidores** estão publicados dois desenhos da igreja velha com o panteão pertencentes à Biblioteca do Mosteiro do Escorial, com a cota Ms K-I-7 e intitulados “*vista de panteon de prestado de la iglesia vieja*” e “*planta del panteon de prestado*”<sup>1475</sup>.

<sup>1474</sup> Cfr., AZEVEDO, Álvaro Rodrigues - **Benavente: estudo histórico-descritivo**. ed. original: 1926. Benavente: Câmara Municipal de Benavente, 1981, p. 72, segundo informação de José de Azevedo Borralho.

<sup>1475</sup> BUSTAMANTE GARCIA, Agustín *et alli* - **Las trazas de Juan de Herrera y sus seguidores**. Madrid: Fundación Marcelino Botin, 2001, pp. 319 - 321. Ver também BUSTAMANTE GARCIA, Agustín - **La Octava Maravilla del Mundo: Estudio histórico sobre El Escorial de Felipe II**. Madrid: Alpuerto, 1994; BUSTAMANTE GARCIA, Agustín, - **El Panteón del Escorial. Papeletas para su historia**. *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte* Madrid: UAM. IV (1992), pp. 161 – 215; BUSTAMANTE GARCIA, Agustín - **Las tumbas reales del Escorial**. In *Felipe II y el arte de su tiempo*. Madrid: Fundación Argenteria, 1998, pp. 55-78.

O autor explica que levantar o panteão levaria muitos anos, por isso Filipe II habilitou um “*de prestado*” que se situava debaixo do presbitério da igreja velha, onde foram enterrados os corpos reais em 1573 e um ano depois o do imperador Carlos V e da imperatriz Isabel. No ano de 1581 este primitivo panteão *de prestado* foi inutilizado, suprimindo-se as escadas de acesso ao mesmo.

Os sepultamentos comuns no corpo da igreja também aconteciam e eram uma fonte de receitas para a confraria da Misericórdia, ao serem cobrados a diferentes preços, de acordo com a sua localização no interior dos edifícios. Em Freixo, no ano de 1558, um acórdão dos oficiais estabelece o preço das sepulturas da igreja (1\$600 reis)<sup>1476</sup>.

Também em Arraiolos existe um livro que inclui o “*titullo das sepulturas que esta santa caza tem dado a pessoas por esmollas na forma dos estatuttos della*” e vários termos de doação de sepulturas a pedido de particulares, cova própria e perpétua, e respectivas esmola ou preço, incluía ainda a localização da mesma no espaço da igreja<sup>1477</sup>; revelando uma hierarquia do espaço de sepultamento no interior da igreja.

Um documento da Misericórdia de Tentúgal, datado de 1586, explicita que o provedor Lopo Pires de Amorim manda lajear a igreja, fazendo-se sepulturas, que depois se dessem a quem as quisessem por 500 reais de esmola<sup>1478</sup>.

Este era um espaço muito querido pelas populações para seu enterramento. Em Braga chegou-se ao ponto de mandar o reordenamento das sepulturas por questões de segurança e otimização do espaço de sepultamento. Diz-nos um acordo dos oficiais: “[...] *as camaps dela ora estarem muito desconpasadas desjguae e afastadas muito humas das outras e humas baixas outras altas com o que as pessoas que a dita jgreja vem dão muitas topadas e as mulheres*

---

<sup>1476</sup> JANA, Ernesto, ANTUNES, Rute – **Igreja da Misericórdia e antigo hospital de Freixo de Espada a Cinta**. SIPA n.º PT010404020004. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1994, 2007. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>. Ver também anexo IV [docs.], documento 3 – Arraiolos.

<sup>1477</sup> Arquivo da Misericórdia de Arraiolos, livro 1644, fl. 400 – 400 v., 403 e Livro B – 11, 1558, fl. 286 v. e 289 v.

<sup>1478</sup> CRAVO, João e outros – **Igreja da Misericórdia de Tentúgal**. SIPA n.º PT020610110007. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1992, 2000, 2003. [Acedido em Junho de 2011]. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

*quedas e uão desgostas prouendo nisso e no proueito do dito concerto resulta a casa pera crescerem alguns lugares e por auer ja muitas pouquas auendo muitas pessoas que ten deuação de de lançarem na dita igreja". Assim determinam os irmãso que "as ditas campas se ajuntassem humas pera as outras fazendo se todas jgoaes em largura e comprimento e que somente fiquase antre huma e outra largura de dos, tres dedos pera se por hum fecho de pedra"<sup>1479</sup>.*

---

<sup>1479</sup> Arquivo Distrital de Braga, fundo da Misericórdia de Braga, 3 - 1º livro de termos (1558 – 1596), fl. 73 v.

**CONCLUSÕES**

---

Ao finalizarmos esta investigação gostaríamos de deixar algumas considerações finais que se organizam em torno de três questões essenciais: as linhas de força resultantes da nossa investigação, aplicabilidade prática de um trabalho de natureza académica e questões para futuras pesquisas.

Relativamente ao primeiro ponto, não querendo repetir o que foi enunciado no final de cada capítulo ao modo de conclusão, queremos destacar algumas ideias fundamentais.

A realidade arquitectónica quinhentista das Misericórdias que procurámos identificar, documentar, analisar e contextualizar revelou-se bastante complexa e diversificada. Se após cinco anos de investigação em que produzimos um conjunto alargado de conhecimentos inéditos, fosse necessário definir a arquitectura promovida pelas confrarias da Misericórdia no século XVI, os conceitos utilizados seriam complexidade e diversidade.

Um dos factores que mais condiciona esta diversidade e esta complexidade, é 1) a dispersão geográfica das confrarias, abarcando as grandes e importantes cidades e as pequenas e periféricas vilas; o que acarreta 2) um âmbito de recursos económicos e sociais muito dispar, tal como 3) o nível da cultura arquitectónica de quem encomenda e de quem produz as obras.

Procurando-se uma revalorização da actividade artística das zonas periféricas, que se revelou empreendedora e esclarecedora da produção global da arquitectura das misericórdias, foi princípio deste trabalho não atender a factores de erudição ou debilidade artística do discurso.

No entanto, é indubitável a importância da existência de um edifício no âmbito do cumprimento da actividade para que as Misericórdias foram instituídas. As características deste edifício não eram determinantes; as confrarias ocuparam edifícios preexistentes ou construíram de raiz os seus próprios edifícios, as suas funcionalidades podiam ser diversificadas, o seu carácter civil ou religioso. Neste processo, o determinante era poder iniciar e efectivar a actividade assistencial. Aliás, como foi possível constatar, esta relevância do cumprimento de uma funcionalidade, é sempre o factor determinante; levando



inclusivamente ao abando, destruição, modificação e substituição dos edifícios primitivos.

No seguimento deste pensamento, a construção de um edifício de raiz próprio, para sede de cada uma das confrarias da Misericórdia, foi uma decisão pouco estruturada e muito condicionada.

Moviam-nas princípios de condignidade da instituição e do serviço que prestavam, mas também da assunção de uma identidade de grupo que também se expressava por via territorial e artística; esta expressava-se pelo uso de imagens e palavras que relacionavam o edifício com o seu proprietário e que simultaneamente difundem os princípios orientadores e definidores da sua actividade.

É também importante realçar que a arquitectura promovida pelas Misericórdias se integra perfeitamente no contexto mais vasto da encomenda artística destas confrarias. Os objectos artísticos produzidos pelas Santas Casas constituem actualmente um acervo único, pela sua diversidade e qualidade, e relacionam-se intimamente com as funções caritativas, práticas devocionais e quotidiano da confraria; só os podemos entender pelo conhecimento mútuo.

Especificamente a arquitectura, porque produzida num determinado espaço e tempo históricos, evidencia uma variedade de soluções arquitectónicas que a aproxima da restante produção coeva, mas que reflecte também algumas particularidades, com já foi referido, relacionadas com a função que deve cumprir no contexto da dinâmica das Misericórdias.

Um conjunto de particularidades que queremos destacar reside 1) na natureza do edifício, um conjunto arquitectónico, composto por vários espaços que devem responder a funções assistenciais, religiosas e administrativas. 2) Não existindo uma hierarquia funcional nem espacial concreta, os espaços organizam-se em função das suas características simbólicas. Como foi referido, esta natureza vai ter implicações ao nível da organização espacial, planimetria e volumetria da construção.

Outra característica fundamental é 3) a introdução de determinados elementos no espaço arquitectónico, como a tribuna dos oficiais, nas suas diferentes

tipologias; 4) o uso de temas iconográficos específicos, intrínsecos à natureza e actividade das Misericórdias, em retábulos, ornamentação de coberturas e/ou alçados.

Neste âmbito queremos destacar a interessante questão dos modelos que necessita de um estudo mais detalhado. A documentação que podemos consultar comprova a circulação de modelos artísticos entre distintas Misericórdias, no entanto, estas recorriam também a outras entidades de referência – catedralícia, monástica, assistencial, entre outros, não se circunscrevendo ao seu próprio âmbito institucional.

Assim, podemos destacar que esta emulação se fazia pela simples cópia de modelos por motivos estéticos e noutros casos procuravam uma homogeneização construtiva.

Outra questão que queremos destacar é que as Misericórdias desde sempre se adaptaram às diferentes realidades sociais e necessidades assistenciais. Os edifícios que construíram foram sendo permanentemente modificados, adaptados, reconstruídos quer em termos arquitectónicos quer ornamentais. Esta afirmação é válida para o século XVII como para o XVIII, mas também para o XXI.

A mesma ideia de funcionalidade mantém-se desde o início até ao presente, numa continuidade, de longa duração, das Misericórdias e produção arquitectónica. Apenas para exemplificar, em Tomar o antigo hospital seicentista foi adaptado a Unidade de Cuidados Continuados.

A caracterização arquitectónica das Casas da Misericórdia quinhentistas, que apresentamos de forma individual nas fichas e tabelas e de forma temática comparativa no texto, permite conhecer em profundidade a produção arquitectónica das Misericórdias, um dos encomendadores mais relevantes da época Moderna em Portugal.

Este conjunto de saberes possibilita compreender uma multiplicidade de objectos com valor patrimonial, que interessa preservar, divulgar e valorizar. A base destas acções só pode ser um conhecimento sólido e fundamentado de cada um dos objectos e destes no contexto dos seus pares.

O segundo ponto que queremos destacar é que esta investigação académica, com o valor intrínseco que detem qualquer investigação desta natureza, teve a possibilidade de se concretizar em algumas acções concretas de preservação e valorização do património cultural das Misericórdias. O contacto directo com as obras de arte e com os responsáveis e técnicos das instituições, a tomada de consciência de situações de fragilidade desse mesmo património e a confiança mútua estabelecida permitiu uma tomada de posição da nossa parte.

Por um lado, foi possível um conhecimento mais aprofundado do espólio arquivístico de algumas confrarias, incluindo a rectificação dos inventários existentes, assim como o aconselhamento à submissão de candidaturas a programas e projectos de valorização promovidos por várias instituições. Nomeadamente no caso das Misericórdias de Tomar em que foi possível antecipar 30 anos a data de um dos livros de receita e despesa, tornando-se este o livro mais antigo do arquivo datado de 1566. Também em Benavente foi possível completar e retificar as informações constantes do pré-inventário da documentação nomeadamente ao nível das designações dos livros, datas extremas e cotas.

De igual modo, a visita à grande maioria dos edifícios e o contacto com os seus responsáveis possibilitou alertar para o património arquitectónico e artístico, e defender a necessidade da sua salvaguarda respeitando os actuais critérios de autenticidade e de rigor científico e a sua identidade patrimonial.

Demos pareceres sobre propostas de intervenção (Azambuja e Pavia [património documental]) e auxiliámos na realização de inventários (Barreiro). Neste contexto queremos destacar os casos de Almada e Arez, em que a nossa passagem por estes edifícios desencadeou a concretização da recuperação dos edifícios, que correspondeia a uma intenção antiga destas Misericórdias e que deveriam ter em consideração as suas características e particularidades no contexto da produção arquitectónica das Misericórdias. Estas intervenções abrangeram também o relevante património integrado destas Santas Casas, o retábulo quinhentista e a decoração mural seiscentista respectivamente.

Por último referir que esta investigação permitiu traçar o quadro histórico, artístico e patrimonial mais completo, até ao momento conseguido, registando todas as confrarias da Misericórdia existentes, desde a fundação da primeira até à actualidade, incluindo as que foram sendo extintas. Baseado num conjunto de cerca de uma centena de fichas analítico-descritivas e de dois milhares de documentos, cuja metodologia escolhida permite o confronto dos dados recolhidos em fontes e bibliografia com a realidade patrimonial e vai revelar o essencial de uma realidade, de certo modo insuspeita.

Num único instrumento de trabalho são reunidas todas essas confrarias, incluindo referências aos seus edifícios e também os que foram destruídos, recuperando descrições, plantas e fotografias antigas; memórias que estavam dispersas ou eram completamente desconhecidas.

No âmbito deste trabalho produziu-se material que poderá servir de apoio a futuros estudos sobre a temática do património arquitectónico das Misericórdias, opções e modelos estéticos, tipologias construtivas, renovação artística, mestres e artistas, materiais e técnicas. Deste material destacamos, naturalmente, as fichas analítico-descritivas e as tabelas que constam dos anexos, numa tentativa de sistematização das cronologas e campanhas artísticas realizadas.

A conclusão deste trabalho levanta novas questões que a serem investigadas contribuiriam para um conhecimento mais profundo da arquitectura quinhentista das Misericórdias. Destas questões destacamos como mais pertinentes: 1) a caracterização dos edifícios setecentistas, época de reforço das intervenções arquitectónicas; 2) a relação com outras obras, quer realizadas pelos mesmos artistas quer promovidas pelos mesmos encomendadores; 3) o estudo dos aspectos técnicos da construção, aproveitando o mancial arquivístico das Misericórdias; 4) a caracterização arquitectónica dos hospitais, de diferentes cronologias e encarados enquanto fenómeno global.

São várias as perspectivas em aberto que aguardam novos contributos para uma melhor compreensão da arquitectura e da produção artista das confrarias da Misericórdia e conseqüentemente da arquitectura portuguesa.

**FONTES E BIBLIOGRAFIA**

---



## FONTES

### Fundos arquivísticos consultados

Arquivos das Misericórdias indicados na introdução, nas fichas analítico descritivas e no anexo IV – documentos consultados.

### Outros fundos documentais

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

**Memórias Paroquiais** (1758). Código de referência PT/TT/MPRQ. Acessível na internet <http://digitarq.dgarq.gov.pt>

### Bases de dados

**Sistema de Informação para o Património Architectónico**. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1992 -2012. Disponível na internet <http://www.monumentos.pt>.

## LIVROS

**Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas: inventário**. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, Santa Casa da Misericórdia de Chaves, 1998.

**Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real : inventário**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Distrital de Vila Real, 1998. (col. Arquivos de Trás-os-Montes e Alto Douro: Instrumentos de Descrição).

**Assistência e caridade como estratégias de intervenção social: igreja, estado e comunidade (Península Ibérica, séc. XV-XX)**. Laurinda Faria Santos ABREU. CIDEHUS, Universidad del País Vasco.

**Córtex de Castilla de 1576 - códice restaurado por D. Manuel Danvilla y Collado** Madrid: Imprenta y Fubd. de los hijos de J. A. Garcia, 1885. tomo 5 adicional.

**Crossing the boundaries, Christian piety and the arts in italian medieval and renaissance confraternities**.

**Garcia Fernandes um pintor do Renascimento eleitor da Misericórdia de Lisboa**. [S. l.]: Museu de São Roque, 1998.

**Miguel de Giginta: canónigo de Elne**. Perpignan: Les Estivales de Perpignan, 2003.

**A Misericórdia de Montemor-o-Novo - História e Património.** Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, Tribuna da História, 2008

**A Misericórdia de Vila Nova de Gaia 1929-1999.** [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, 1999

**Misericórdias do distrito de Vila Real: passado, presente e futuro.** Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1998. 972-9022-17-8.

**Recenseamento dos Arquivos Locais, Câmaras Municipais e Misericórdias.** [S. l.]: Ministério da Cultura, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995 - 2000. 1 - 14: Distritos de Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Portalegre, Vila Real, Faro, Coimbra, Leiria, Aveiro, Castelo Branco, Setúbal, Évora, Guarda, Viseu

**Reglamento de la Santa y Real Casa de Misericordia de esta villa de Bilbao.** Bilbao: Imp. de la Vda. de Jauregui, 1832.

**Resumo histórico da Santa Casa e Irmandade da Misericórdia da Cidade de Coimbra.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1842.

**Santa Casa da Misericórdia de Seia: 430 anos de solidariedade social (1571-2001).** Seia: Santa Casa da Misericórdia de Seia, [s. d.].

**Torrão do Alentejo: elementos sobre história e arqueologia.** Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal/Junta de Freguesia do Torrão, 2008. (Elementos para a história do município de Alcácer).

**V Centenário das Misericórdias Portuguesas.** Lisboa: Academia Portuguesa da História, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, [s. d.].

ABRANTES, Leonel, - **Linhares, antiga e nobre vila da Beira, Museu de Arte da Serra da Estrela: monografia de arte, história e etnografia.** Folgoso: Edição do Autor, 1995.

ABRANTES, Ventura Ledesma, - **A Santa Casa da Misericórdia da vila de Olivença.** Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1940.

ABREU, Alberto, - **O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão.** Esposende: Edição Sabta Casa Misericórdia Fão, 1988.

ABREU, Laurinda Faria Santos, - **A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder.** Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.

ABREU, Laurinda Faria Santos, - **Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na**



**Modernidade.** Viseu: Palimage Editores, 1999. (Col. Raiz do Tempo).

ALMEIDA, Agostinho Torres de, - **Santa Casa da Misericórdia de Vouzela: 1498 - 2008.** Vouzela: Santa Casa da Misericórdia de Vouzela, 2008. 978-989-926204-0-7.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, - **Barcelos.** Lisboa: Editorial Presença, 1990. (col. Cidades e Vilas de Portugal).

ALMEIDA, Justino Mendes, - **Da confraria do Espírito Santo à Santa Casa da Misericórdia: e outros estudos.** Benavente: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Benavente, 1998.

ALMEIDA, Reinaldo Cardoso Correia, - **A Santa Casa da Misericórdia de Viseu: subsídios para a sua história.** Viseu: 1985.

ALVES, Alexandre, - **Artistas e Artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu, vol. III, Viseu, 2001.**

ALVES, Alexandre, - **A igreja da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde.** Mangualde: Santa Casa da Misericórdia de Mangualde, 1993.

ALVES, Carlos Póvoa, - **Subsídios para a História de Alhos Vedros.** 2ª Ed. [S. l.]: Igreja Paroquial de Alhos Vedros, 1992.

ALVES, Lourenço, - **Caminha e o seu Concelho: monografia.** Caminha: Edição da Câmara Municipal de Caminha, 1985.

AMBRÓSIO, António, - **Dona Simoa de S. Tomé em Lisboa: o seu testamento e a sua capela.** [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.

ANDRADE, António Alberto Banha, - **Subsídios para a história da arte no Alentejo, reconstrução da matriz e construção das igrejas do hospital velho e da Misericórdia de Montemor-o-Novo com o roteiro da arte gótica e manuelina do concelho.** Lisboa: Edição do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e da Academia Portuguesa da História, 1980. (col. Cadernos de História de Montemor-o-Novo).

ANDRADE, António Júlio, - **Torre de Moncorvo: notas toponímicas.** [S. l.]: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 1991.

ANDRADE, Ferreira, - **A vila de Cascais e o terramoto.**

ANDRADE, Mário Marques, - **Subsídios para a monografia de Segura: aldeia raiana das mais pitorescas.** 2ª ed. Tomar: Edição do Autor, 1988.

ANICA, Arnaldo Casimiro, - **O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade – notas.** Tavira: Santa Casa da Misericórdia de Tavira, 1983.

ANICA, Arnaldo Casimiro, - **História da Misericórdia de Tavira no último quartel do século XX**. Tavira: Santa Casa da Misericórdia de Tavira, 1998.

APÓSTOLO, Hélder, - **Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho : cinco séculos ao serviço do próximo**. Montemor-o-Velho: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho, 1998.

ARAÚJO, José Rosa, - **A igreja da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo**. 2ª ed. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 1983.

ARAÚJO, Manuel João Morais, - **História da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela: percursos de uma vida**. Vila Real: Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, 2010. 978-989-96723-0-7.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo, - **Dar aos Pobres e Emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)**. Barcelos: Edição da Santa Casa Misericórdia de Vila Viçosa e da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo, - **Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)**. Barcelos: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo, - **Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII - XIX)**. Ponte de Lima: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo, - **A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561 - 1810)**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008.

ARIEIRO, José Borlido, - **Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez**. Arcos de Valdevez: Edição da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 1995.

ARNAUT, Salvador Dias, DIAS, Pedro, - **Penela: história e arte**. Penela: Câmara Municipal de Penela, 2009. 978-989-95800-1-5.

ÁVILA, João Gabriel, - **Santa Casa da Misericórdia da Vila de Velas: achegas para a sua História**. [S. l.]: Misericórdia das Velas, 1996.

AZEVEDO, Álvaro Rodrigues, - **Benavente: estudo histórico-descritivo**. ed. original: 1926. Benavente: Câmara Municipal de Benavente, 1981.

AZEVEDO, Carlos, - **A arte de Goa, Damão e Diu**. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama, 1969.

AZEVEDO, Carlos de, FERRÃO, Julieta, GUSMÃO, Adriano de - **Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa**. Lisboa: Junta Distrital, 1963.

BARGÃO, J. D., - **Monografia de Salvaterra do Extremo**. Fundão: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 1945.

BARREIRA, Manuel, - **Os Hospitais de Aveiro: dos hospitais da Misericórdia ao hospital distrital Infante D. Pedro**. [S. l.]: Câmara Municipal de Aveiro, 2001. (col. História).

BARREIRA, Manuel de Oliveira, - **A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: pobreza e solidadriedade (1600-1750)**. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998. 972-97824-1-5.

BARREIROS, Augusto Souto, - **Azinhaga Livro de Horas**. Chamusca: Câmara Municipal da Golegã, Junta da Freguesia de Azinhaga, 1995.

BASTO, Artur Magalhães, - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. 2ª ed. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997.

BASTO, Artur Magalhães, - **Origens e desenvolvimento de um grande estabelecimento de assistência e caridade**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1998.

BATISTA, José David Lucas, - **A Santa Casa da Misericórdia na Vila de Manteigas de 1646 - 1929**. Manteigas: Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, 2002.

BENTO, José, - **Fundão: património histórico e cultural**. Fundão: Edição do Autor, 1990.

BIGOTTE, José Quelhas, - **Situação jurídica das Misericórdias portuguesas**. 2ª. Gouveia: Gráfica de Gouveia, 1994.

BIGOTTE, José Quelhas, - **História da Santa Casa da Misericórdia de Seia**. Seia: Gráfica de Seia, 2001.

BORGES, Emília Salvado, - **O concelho de Cuba: subsídios para o seu inventário artístico**. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Cuba, 1999.

BORGES, José Pedro Aboim, - **Figueira da Foz**. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (col. Cidades e Vilas de Portugal).

BORGES, Nelson Correia, - **João de Ruão Escultor da Renascença Coimbrã**. Coimbra: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1980.

BUSTAMANTE GARCIA, Agustín, - **La Octava Maravilla del Mundo: Estudio histórico sobre El Escorial de Felipe II**. Madrid: Alpuerto, 1994.

BUSTAMANTE GARCIA, Agustín et alli, - **Las trazas de Juan de Herrera y sus seguidores**. Madrid: Fundación Marcelino Botin, 2001.

CAETANO, Joaquim Oliveira, SERRÃO, Vítor, - **Pintura em Moura: seculos XVI, XVII e XVIII**. [S. l.]: Edição da Câmara Municipal de Moura, 1999.

CAETANO, José Palma, - **Vidigueira e o seu Concelho: Ensaio Monográfico**. Beja: Edição da Câmara Municipal de Vidigueira, 1986.

CÂMARA DEL RIO, Manuel, - **Beneficencia y Asistencia social: la santa y real hermandad, hospital y casa de Misericordia de Ceuta**. Algeciras: Instituto de Estudios Ceutíes, 1996.

CÂMARA, Teresa Bettencourt, - **Arquitectura e urbanismo séculos XVI e XVII**. Óbidos/Lisboa: Câmara Municipal de Óbidos/Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990. (Estudos gerais. Série universitária).

CÂNCIO, Francisco, - **Ribatejo histórico e monumental**. [S. l.]: Junta de Província do Ribatejo, 1938 - 1939. 1 - 3.

CANELO, David Augusto, - **Senhores, cabrais e camponeses em Belmonte: estudos de história local**. Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte, 2000.

CARDOSO, J. Ribeiro (dir.), - **Subsídios para a história regional da Beira-Baixa**. Castelo Branco: Junta de Província da Beira-Baixa, 1950.

CARVALHO, Abílio Pereira, - **Misericórdia de Castro Daire: subsídio para a sua história**. Castro Daire: 199.

CARVALHO, José Vilhena, - **Santa Casa da Misericórdia de Almeida: apontamentos históricos**. Guarda: Tipografia Véritas, 1971.

CARVALHO, José Vilhena, - **Santa Casa da Misericórdia de Almeida: subsídios para a sua história**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Almeida, 1991.

CARVALHO, Teixeira, - **João de Ruão e Diogo de Castilho: notas à margem de um Compromisso raro**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

CASTRO, José, - **A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança**. Lisboa: Tip. da «União Gráfica», 1948.

CASTRO, Maria Fátima, - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: devoções, procissões e outras festividades (do século XVI a começos do Século XX)**. Vila Verde: Tipoprado – Artes Gráficas, Edição do Autor, 1998.

CASTRO, Maria Fátima, - **A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: obras nas Igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços. Devoções (da 2ª metade do século XVI à 1ª década do século XX)**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2001.

CASTRO, Maria Fátima, - **A Misericórdia de Braga: composição da irmandade e recursos (das origens a cerca de 1910)**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003. 2.

CASTRO, Maria Fátima, - **A Misericórdia de Braga: assistência material e espiritual (das origens a cerca de 1910)**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2006. 3.

CASTRO, Maria Fátima, - **A Misericórdia de Barga: a assistência no hospital de S. Marcos**. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2008. 4.

CATHARINO, Manuel Alves, - **Concelho de Proença-a-Nova: monografia**. Lisboa: Companhia Editora do Minho, 1933.

CEPÊDA, Augusto Abreu Lopes, - **Misericórdia de Penafiel: a igreja e uma pintura antiga**. Penafiel: Edição da Santa Casa da Misericórdia, 1990.

CERIMÓNIAS, António José, - **Azulejos da igreja da Misericórdia de Chaves: sua tradução e explicação**. [S. l.]: Impressão na Casa Trau & Scwab de Dresden, 1927. 1.

CHICÓ, Mário Tavares, NOVAIS, Mário, - **A Arquitectura Gótica**. [S. l.]: Editorial Sul, 1954.

COELHO, António Matias, - **Histórias do Património do Concelho de Constância**. Constância: Câmara Municipal de Constância, 1999.

CORRÊA, Fernando Calapez, - **Elementos para a História da Misericórdia de Lagos**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Lagos no V Centenário da sua Fundação, 1998.

CORREIA, Francisco, - **A Santa Casa da Misericórdia de Canha através dos tempos : 1622 - 2008**. Canha: Santa Casa da Misericórdia de Canha, 2008.

CORREIA, Fernando da Silva, - **Quem foi o primeiro provedor da Misericórdia de Lisboa**. Lisboa: Bertrand Irmãos, 1964.

CORREIA, Fernando Silva, - **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CORREIA, José Eduardo Horta, - **A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520-1600**. Lisboa: Publicações Ciência e Vida, 1987. (col. Novos Temas de Arte Portuguesa).

CORREIA, José Eduardo Horta, - **A Arquitectura Portuguesa, Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

CORREIA, Lopes, - **A Santa Casa da Misericórdia de Mora**. Figueira da Foz: Oficinas da Impressora Económica, 1964.

CORREIA, Vergílio, GONÇALVES, António Nogueira, - **Inventário artístico de Portugal: Cidade de Coimbra**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1947.

CORREIA, Vergílio, GONÇALVES, António Nogueira, - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Coimbra**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1953.

COSTA, Américo Fernando da Silva, - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800 (Caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII)**. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.

COSTA, Avelino Jesus, - **Subsídios para a história da terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca**. Ponte da Barca: Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998. vol. 1.

COUTO, Firmino Abel Silva, - **Subsídios para a história da Misericórdia de Vila do Conde**. Vila do Conde: Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, 1998.

CRESPO, Firmino, - **A vila de Idanha-a-Nova: monografia descritiva e histórica**. Lisboa: Oficina Gráfica, 1985.

CRISTÓVÃO, José, - **A aldeia histórica de Idanha-a-Velha: guia para uma visita**. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2008. (Aldeias históricas de Portugal). 978-972-8285-42-5.

CUNHA, Alfredo, - **A Santa Casa da Misericórdia do Fundão**. Porto: Oficinas de O Comercio do Porto, 1925.

CUNHA, E., - **Breve História da Vila de Abiul: 1167 - 1996**. Pombal: Gráfica Pombalense, 1996.

DIAS, António Gonçalves, - **Monografia simplificada da Misericórdia de Mesão Frio e apostilada no final com pedaços da história deste concelho**. Vila Real: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, 1993.

DIAS, Mário Simões, - **Vilar Maior: história, monumentos e lendas**. [S. l.]: Edição do autor, 1996.

DIAS, Pedro, - **A Arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença: 1490-1540**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1982.

DIAS, Pedro, - **A Arquitectura Gótica em Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. (col. Teoria da Arte).

DIAS, Pedro, - **História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): o espaço do Índico**. [S. l.]: Círculo de Leitores, 1998.

DIAS, Pedro, - **História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): o espaço do atlântico**. [S. l.]: Círculo de Leitores, 1999.

DIOGO, José Leal, - **Santa Casa da Misericórdia**. [S. l.]: Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, 1979. (col. Para a História de Vila Nova de Cerveira).

ESPANCA, Túlio, - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Évora, concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1975. Vols. 1 - 2.

ESPANCA, Túlio, - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Évora, concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1978. Vols. 1 - 2.

ESPANCA, Túlio, - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Beja, concelhos de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1992. Vols. 1 - 2.

ESTEVES, Augusto César, - **Santa Casa de Melgaço**. Melgaço: Tip. <sup>a</sup> «Melgacense», 1957.

EUSÉBIO, Joaquim, - **Pombal: 8 séculos de História**. 2.<sup>a</sup> (revista e aumentada). Pombal: Câmara Municipal de Pombal, 2007.

FALCÃO, José António, - **Achegas para o estudo da actividade do entalhador António da Fonseca em Santiago do Cacém: a construção do retábulo-mor da Igreja da Misericórdia em 1742**. Santiago do Cacém: Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, 1995.

FERNANDES, José Manuel, - **Arquitectura portuguesa: uma síntese**. [S. l.]: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000. (col. Arte e Artistas).

FERNÁNDEZ MAJOLERO, Jesús, - **Hospital de Nuestra Señora de la Misericordia de Alcalá de Henares: datos previos para un estudio histórico (siglos XV y XVI)**. Alcalá de Henares: Hospital de Antezana, 1985.

FERNÁNDEZ MAJOLERO, Jesús -**Hospital de Nuestra Señora de la Misericordia de Alcalá de Henares: datos previos para un estudio histórico (siglos XV y XVI)**. Alcalá de Henares: Hospital de Antezana, 1985.

FERNANDÉZ MÉRIDA, Maria Dolores, - **Los hospitales malagueños en los siglos XV - XIX: historia y arquitectura**. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 2004. 84-7785-608-7.

FERREIRA, J. Augusto, - **Vila do Conde e seu Alfoz: Origens e Monumentos**. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, 1923.

FERREIRA, José Augusto, - **Catálogo dos Provedores da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga**. Braga: Edição do autor, 1940.

FIGUEIREDO, José, - **Monografia da notável vila de Nisa**. [S. l.]: Tipografia Medina, 1956.

FLORES, Alexandre, COSTA, Paula, - **Misericórdia de Almada: das origens à restauração**. Almada: Santa Casa da Misericórdia, 2006. 989-20-0389-6.

FONSECA, Carlos Dinis, - **História e Actualidade das Misericórdias**. Mem Martins: Editorial Inquérito, D. L. 1996.

FONSECA, Jorge, - **Os hospitais de Montemor-o-Novo entre os séculos XIII e XVI**. Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 2004.

FONSECA, Pires, - **As Irmandades da Misericórdia, Origem do nome “Santas Casas”, sua Actualidade**. Guarda: Edição do Autor, 1979.

FORTUNA, A. Matos, - **Misericórdia de Palmela: vida e factos**. Lisboa: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990.

FRAGA, João Baptista de Almeida, - **Melo na história e na genealogia**. Lisboa: [s. n], 1993.

FRANCO, Anísio Salazar, CAETANO, Joaquim Oliveira, SERRÃO, Vitor - **A Pintura dos Séculos XVI a XVIII no Concelho de Cuba**. [S. l.]: Câmara Municipal de Cuba, 1992.

FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e, - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995.

GAIO, Felgueiras, - **Nobiliário de famílias de Portugal**. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles : Domingos de Araújo Affonso, 1938 - 1941.

GAMA, Eurico, - **A Santa Casa da Misericórdia de Elvas**. [S. l.]: Misericórdia de Elvas, 1954.

GIGINTA, Miguel de, - **Tratado de remedio de pobres (edição de Félix Santolaria Sierra)**. Barcelona: Aerial Historia, Edicions Universitat de Barcelona, 2000 (original 1579). 84-344-6621-X.

GOMES, Paulo Varela, - **Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações, 2001.

GOMES, Saúl António, - **O livro do compromisso da confraria e hospital de Santa Maria da Vitória da Batalha (1427 - 1544): estudo histórico e transcrição documental**. Leiria: Magno Edições, Santa Casa da Misericórdia da Batalha, 2002.

GÓMEZ PLATERO, Eusebio, - **Catálogo biográfico de los religiosos franciscanos de la provincia de San Gregorio Magno de Filipinas desde 1577 en que llegaron los primeros a Manila hasta los de nuestros días**. Manila: Imp. del Real Colegio de Santo Tomas, 1880.

GONÇALVES, Alberto, SILVA, Filomeno, - **Santa Casa da Misericórdia de Tarouca: subsídios para a**



**sua história.** Tarouca: Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, 2010. 978-989-20-2093-8.

GONÇALVES, António Nogueira, - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Aveiro, zona sul.** Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1959.

GONÇALVES, António Nogueira, - **Do Púlpito de Santa Cruz ao Retábulo da Misericórdia: alguns aspectos.** Lisboa: Silvas - Coop. Trab. Gráf, 1978.

GONÇALVES, António Nogueira, - **Vila da Feira: castelo, convento, misericórdia.** [S. l.]: Câmara Municipal de Coimbra, EPARTUR, Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1978.

GONÇALVES, António Nogueira, - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Aveiro, zona de norte.** Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981.

GONÇALVES, António Nogueira, - **Estudos de História da Arte da renascença.** Porto: Paisagem Editora, 1984.

GONÇALVES, António Nogueira, - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Aveiro, zona de nordeste.** Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1991.

GONÇALVES, Catarina Valença, - **A Pintura Mural no Concelho do Alvito: Séculos XVI a XVIII.** [S. l.]: Câmara Municipal do Alvito, 1999. 1.

GOODOLPHIM, Costa, - **Misericórdias.** Lisboa: Livros Horizontes, 1998.

GOULÃO, Francisco Conceição Carriço, - **Subsídios para a história da Misericórdia de Proença-a-Nova.** Castelo Branco: [s. n.], 1981.

GOULÃO, Francisco Conceição Carriço, - **A Santa Casa da Misericórdia de Proença-a-Nova relação dos povos com a confraria da misericórdia: estudo monográfico.** Lisboa: Tecnodidáctica, 2008. 978-989-20-1372-5.

GOULÃO, Francisco Conceição Carriço, - **Traços monográficos da Misericórdia de Monforte da Beira.** Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco, 2009.

GRAÇA, Luís Maria Pedrosa Santos, - **Edifícios e Monumentos Notáveis do Concelho de Montijo.** Montijo: [s. n.], 1989. 1.

GRAÇA, Luís Maria Pedrosa Santos, - **Edifícios e Monumentos Notáveis do Concelho de Alcochete.** Lisboa: Edição Elo, 1998.

GREGÓRIO, Paulo Renato Ermitão, - **A Igreja da Misericórdia de Torres Novas: estudo monográfico (1572 - 1700).** Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2005. (col. Temas Torrejanos ). 972-9151-45-8.

GRELL, Peter, CUNNINGHAM, Andrew, ARRIZABALAGA, Jon - **health care and poor relief in Counter-reformation Europe**. London: Routledge, 1999.

GUERREIRO, Alcântara, - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora**. Évora: [s. n.], 1979 - 1981. 3 - 4.

GUERREIRO, Hugo Alexandre Nunes, - **Evoramonte: um contributo para a sua história e património cultural edificado**. Evoramonte: Junta de Freguesia de Evoramonte, 2001.

GUSMÃO, Armando, - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora**. Évora: [s. n.], 1958 - 1969. 1 - 2.

HAUPT, Albrecht, - **A arquitectura do Renascimento em Portugal: do tempo de D. Manuel, o Venturoso, até ao fim do domínio espanhol**. ed. original: 1890-1895. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

HERNANDÉZ LANCHAS, Manuel, - **La crisis del Antiguo Regimen en el Santo Hospital de la Misericordia de Talavera de la Reina (1789 - 1837)**. Toledo: Instituto de Investigaciones y Estudios Toledanos, Diputación Provincial de Toledo 1991. 84-87103-29-4.

HORMIGO, José Joaquim, - **Ladoeiro: história breve**. Lisboa: Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências, 1979.

HORMIGO, José Joaquim, - **Idanha-a-Nova e seus termos nos séculos XVI e XVII** [s. l.]: [s. n.], 1980.

HORMIGO, José Joaquim, - **Ladoeiro em 1758**. Amadora: Edição do autor, 1995.

HORMIGO, José Joaquim, - **Arte e artistas na Beira Baixa**. [s. l.]: [s. n.], 1998.

JARDIM, Maria Dina Ramos, - **A Santa Casa da Misericórdia do Funchal (século XVIII): subsídios para a sua história**. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996.

JIMÉNEZ DE SALAS, Maria - **Pobreza y asistencia social en España siglos XVI al XX**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1987.

KEIL, Luis, - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Portalegre**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1943.

KUBLER, George, - **A arquitectura portuguesa chã: entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706**. Lisboa: Vega, 1988.

LAMEIRA, Francisco, - **Retábulos das Misericórdias portuguesas**. [S. l.]: Departamento de História,

Arqueologia e património da Universidade do Algarve/União das Misericórdias Portuguesas, 2009. (Promontoria Monográfica: História da Arte 4).

LANDEIRO, José, - **O Concelho de Penamacor na história, na tradição e na lenda**. 4ª ed. [S. l.]: Câmara Municipal de Penamacor, 1995.

LAVAJO, Joaquim Chorão, - **A Misericórdia de Évora no último quartel do segundo milénio**. Évora: Santa Casa da Misericórdia de Évora, 2000.

LEITE, Ana Cristina, - **Castelo Branco**. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (col. Cidades e Vilas de Portugal).

LEMOS, Eugénio, - **A Santa Casa da Misericórdia da Vila da Lousã: resenha histórica**. Lousã: Tipografia Lousanense, 1966.

LOBATO, João Rodrigues, NOBRE, Joaquim Brito, - **Vila de Entradas: breves notas de história e antologia**. [S. l.]: Câmara Municipal de Castro Verde, 1987.

LOPES, Maria José Queirós, - **Misericórdia de Amarante: contribuição para o seu estudo**. Amarante: Santa Casa da Misericórdia de Amarante, 2005.

MACEDO, António Silva, - **Igreja da Misericórdia: história breve**. Braga: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003.

MARCOS, Francisco Sanches, - **Subsídios para a História da Misericórdia do Alandroal, Capelas e Morgados**. Alandroal: [s. n.], 1982.

MARIZ, Carlos Domingues Venda, - **Santa Casa da Misericórdia de Fão: 4 séculos de história**. Fão: Santa Casa da Misericórdia de Fão, 2000.

MARQUES, Manuel, - **Concelho de Belmonte, Memória e História: estudo monográfico do concelho de Belmonte**. Tondela: Edição da Câmara Municipal de Belmonte, 2001.

MARQUES, Maria da Graça Maia (coord.), - **O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua História**. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

MARTÍNEZ, Maria de los Desamparados, MARTÍNEZ, Rafael, - **La Casa de la Misericordia de Alicante**. Alicante: [s. n.], 1984.

MARTÍNEZ VERÓN, Jesús, - **La Real Casa de Misericordia**. Zaragoza: Diputación Provincial, 1985.

MARTINS, Francisco Ernesto Oliveira, - **Hospital do Espírito Santo da Misericórdia: subsídios para o seu inventário artístico (1494/1994)**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, 1994.

MARTINS, José Ferreira, - **História da Misericórdia de Goa**. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1910-1914. vols. 1 - 3.

MARTINS, José Ferreira, - **Os provedores da Misericórdia de Goa**. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1914.

MELO, António de Oliveira, GUAPO, António Rodrigues, MARTINS, José Eduardo - **O concelho de Alenquer: subsídio para um roteiro de arte e etnografia**. Alenquer: Associação para o estudo e defesa do património de Alenquer, 1989. 1.

MENDEIROS, José Filipe, - **Igreja da Misericórdia de Évora**. 3ª ed. revista. Évora: Gráfica Eborense, 2000.

MENDES, Octávio Silva Paes, - **Santarém monumental: roteiro**. Santarém: Oficinas Fráfica Galdete, 1988.

MESGRAVIS, Laima, - **A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599-1884): contributo ao estudo da assistência social no Brasil**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. (col. Ciências Humanas).

MIRANDA, Abílio, - **História da Misericórdia de Penafiel**. Penafiel: Tipografia Espinhense, 1987.

MIRANDA, José Miguel Gonçalves, - **A Irmandade da Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança: 500 anos das Misericórdias e da cruzada da solidariedade**. Bragança: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, 2000.

MOLEIRINHO, Fernando Constantino, - **Santa Casa da Misericórdia de Sardoal: a instituição e a sua actividade**. [S. l.]: Câmara Municipal de Sardoal, 2000.

MORA, Amadeu, - **Esboço histórico da Santa Casa da Misericórdia de Pombal**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 1953.

MORAIS, Cristiano, - **Cronologia histórica de Vila Flor: 1286-1986**. Bragança: Câmara Municipal de Vila Flor, 1986.

MORAIS, Faria - **Missa d'Alva: histórias de Fão e da Misericórdia**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Fão, 2003.

MORATO, Manuel António, MOTA, João Valentim Fonseca, - **Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes**. 3ª ed. [S. l.]: Câmara Municipal de Abrantes, 2002.

MOREIRA, Maria Conceição, - **Linhares: aspectos históricos**. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1980. (col. Parques Naturais).

MOREIRA, Vasco, - **Monografia do Concelho de Tarouca: história e arte**. Viseu: Tipografia do "Jornal

da Beira”, 1924.

MOTA, Valdemar, - **Misericórdia da Praia da Vitória: memória histórica (1498-1998)**. Maia: Edição da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, 1998.

MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues, - **A Arquitectura Religiosa na Antiga Diocese de Miranda do Douro: 1545-1800**. Sendim: Câmara Municipal de Miranda do Douro, 1995.

MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues, - **Documentos para o estudo da Arquitectura Religiosa na antiga diocese de Miranda do Douro - Bragança**. [s.l.]: Edição do autor, 2009.

NAVAS, Sebastián, - **Casa de la Caridad: cuartel de la Misericordia (1784 - 1987)**. Ciudad Real: Comisión Municipal de Cultura, 1987.

NEVES, Amaro, - **O Senhor da Índia na Santa Casa da Misericórdia de Aveiro**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1991.

NEVES, Amaro, - **A Misericórdia de Aveiro nos séculos XVI e XVII : A Mayor do mundo, pois o he do reyno**. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998. 972-97824-0-7.

NEVES, Amaro, - **A Misericórdia de Aveiro: quinto centenário (1998-2000)**. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 2001. 972-97804-4-X.

NEVES, Amaro, FIGUEIREDO, Amorim, RAMOS, Dinis de - **Misericórdia de Águeda: 150 anos de história**. Águeda: Santa Casa da Misericórdia de Águeda, 2009.

NEVES, Vítor Pereira, - **As aldeias históricas de Monsanto, Idanha-a-Velha e Castelo Novo: conjuntos históricos a valorizar**. Lisboa: Eden Gráfico, 1996.

NUNES, António Pires, RIBEIRO, João Henrique, - **Castelo Branco e sua Região: História, Arte, Etnografia**. Coimbra: EPARTUR - Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1980.

NUNES, Luís Santos, - **Vila de Alcochete e seu concelho: sua história, suas belezas naturais e artísticas, suas actividades económicas e sociais, culturais e recreativas**. [s. l.]: [s. n.], D. L. 1993.

NUNES, Mário, - **Misericórdia de Penela, 1559 – 1999: servir e amar**. Penela: Edição da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penela, 1999.

OLIVEIRA, Manuel Ramos, - **Celorico da Beira através da História e da Tradição**. Leiria: Tipografia Lis, 1997.

OSLÉ GUERENDIAIN, Camino, - **La casa de Misericordia de Pamplona**. Pamplona: Gobierno de Navarra, Institución Príncipe de Viana, 2000.

PAIS, Armando Silva, - **O Barreiro Antigo e Moderno: as outras terras do concelho**. [S. l.]: Edição da Câmara Municipal do Barreiro, 1963.

PAIVA, Carlos Morão de, - **Património cultural construído de Soure, in Baixo Mondego, Região e Património**. 1992.

PAIVA, José Pedro (coord.), - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002. 1 - Fazer a História das Misericórdias.

PAIVA, José Pedro (coord.), - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002 - 2011.

PAIVA, José Pedro (coord.), - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2003. 2 - Antes da Fundação das Misericórdias.

PAIVA, José Pedro (coord.), - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2004. 3 - A Fundação das Misericórdias: O Reinado de D. Manuel I.

PAIVA, José Pedro (coord.), - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2005. 4 - Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580.

PAIVA, José Pedro (coord.), - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2010. 8 - Tradição e modernidade: o período da Monarquia Constitucional (1834 – 1910).

PAIVA, José Pedro (coord.), - **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2011. 9 - Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000) (tomo 1).

PALMA RODRIGUEZ, Fermin, - **Historia del hospital de la Santa Misericordia y San Juan de Dios de Jaén**. Jaén: [s.n.], 1982. 84-300-8241-7.

PALOMARES IBAÑEZ, Jesus Maria, - **La asistencia social en Valladolid: el hospicio de pobres y la Real Casa de Misericordia (1724 - 1847)**. Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Valladolid, 1975.

PARDOS BAULUZ, Elisardo, - **El Santuario de Misericordia y Hospital de Sancti Spiritus de Borja**. Soria: [s. n.], 1978.

PEIXOTO, Ana Sílvia Lemos, - **Grandes beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto: testamentos alguns exemplos (séculos XVI a XX)**. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997. vol. 1. (Cadernos dos 500 anos).

PEREIRA, Gabriel, - **Estudos eborenses: história e arqueologia**. Évora: Edições Nazareth, 1948.

PEREIRA, Gabriel (org.), - **Documentos Históricos da Cidade de Évora**. Évora: Tipografia da Casa Pia, 1885-1891.

PEREIRA, Isabel, - **Os Imóveis Classificados do Concelho da Figueira da Foz**. [S. l.]: Câmara Municipal da Figueira da Foz, D. L. 1983. (Cadernos Municipais 11).

PEREIRA, José Fernandes, - **Guarda**. Lisboa: Editorial Presença, 1995. (col. Cidades e Vilas de Portugal).

PEREIRA, José Machado, - **Ecossistemas de confraternidade: Santa Casa da Misericórdia da Azambuja**. [S.l.]: Santa Casa da Misericórdia da Azambuja, 2002.

PEREIRA, Maria das Dores da Silva, - **Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)**. Ponte da Barca: Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008. 978-989-20-1369-5.

PEREIRA, Maria Olinda, AMARAL, Maria Clotilde, - **Misericórdia de Viana do Castelo século XVI a XX: catálogo do acervo documental**. Viana do Castelo: Lions Clube de Viana do Castelo, Arquivo Distrital de Viana do Castelo, 1997.

PÉREZ GONZÁLES, Silvia, - **Los laicos en la Sevilla bajomedieval: sus devociones y cofradías**. Huelva: Universidad de Huelva, 2005.

PIMENTA, Alfredo, - **Alguns documentos para a história de Idanha-a-Velha**. Lisboa: Junta Provincial da Beira Baixa, 1940.

PIMENTEL, João Maria Pereira Amaral, - **Memórias da Villa de Oleiros e do seu Concelho**. Angra do Heroísmo: Typographia da Virgem Immaculada, 1881.

PINA, Fernando Correia, - **Fronteira: subsídios para uma monografia**. 2ª ed. revista e aumentada. Fronteira: Câmara Municipal de Fronteira, 2001.

PINHEIRINHO, José António Santos, - **Rosmaninhal: passado e presente (da antiga vila raiana da Beira Baixa)**. [S. l.]: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2001.

PINHEIRO, Alfredo Dias, - **A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - apontamentos para a sua história**. Guimarães: Tipografia Minerva Vimaranesense, 1931.

PINHEIRO, João Torres, - **O hospital da Misericórdia e o caminho-de-ferro em Thomar**. Tomar: Comp.

e Imp. na Tipografia Moderna, 1933.

PINTADO, Francisco António, - **Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta**. [S. l.]: Edição da Santa casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta, 2001.

PINTO, Maria Helena Mendes, PINTO, Victor Roberto Mendes, - **As Misericórdias do Algarve**. Lisboa: Direcção Geral da Assistência, 1968.

PIRES, Ana Sousa Leal Fernando, - **Alhos Vedros nas Visitações da Ordem de Santiago**. Alhos Vedros: Edição da Comissão organizadora das Comemorações do 480º Aniversário do Foral de Alhos Vedros, 1994.

PORTO, SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO, - **Misericórdia do Porto: resumo histórico da sua fundação e desenvolvimento**. Porto: Offi. Typ. do Hosp. do Conde de Ferreira, 1903.

PORTUGAL, Santa Casa da Misericórdia do Fundão, - **Compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Fundão**. Fundão: Grafia do Fundão, 1949.

PORTUGAL, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, - **Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal**. Setúbal: Tipografia do Orfanato Municipal, 1950.

PORTUGAL, Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, - **Compromisso da Irmandade: 1529-1981**. [S. l.]: Oficina Gráfica 1981.

PORTUGAL, Santa Casa da Misericórdia de Fronteira, - **Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Fronteira**. Porto: Industrial Gráfica de Portalegre, 1983.

PORTUGAL, Santa Casa da Misericórdia de Marvão, - **Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Marvão**. Águeda: Gráfica Ideal, 1983.

PORTUGAL, Santa Casa da Misericórdia de Penela, - **Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penela**. Penela: Imprensa de Coimbra, 1984.

PORTUGAL, Santa Casa da Misericórdia de Boliqeime, - **Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Boliqeime**. Boliqeime: Santa Casa da Misericórdia de Boliqeime, 1990.

PORTUGAL, União das Misericórdias Portuguesas, - **As Misericórdias de Portugal: caracterização**. [s. n.]. Lisboa: 2000. 2. 972-95032-9-X.

PORTUGAL, União das Misericórdias Portuguesas, - **Quem somos nas Misericórdias 2011**. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2011. 978-989-8375-03-2.

QUARESMA, António Martins, - **Odemira: subsídios para uma monografia**. [S. l.]: Edição da Câmara Municipal de Odemira, 1989.



QUARESMA, António Martins, - **Colos: contributo para a sua História.** [S. l.]: Edição da Câmara Municipal de Odemira, 1999.

QUARESMA, José Simões, - **Albergaria, Hospital e Misericórdia de Adeia Galega do Ribatejo.** Montijo: Edição do autor, 1948.

QUARESMA, Maria Clementina Carvalho, - **Inventário artístico de Portugal: cidade do Porto.** Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1995.

RAIMUNDO, Pedro, - **Uma brisa holandesa na Foz do Lima: a Adoração dos Pastores da Misericórdia de Viana do Castelo e o pintor Cornelis de Beer.** [S. l.]: União das Misericórdias Portuguesas, 2010. 978-989-8375-01-8.

RAMOS, Paula, - **Medelim: história e arte.** Medelim: Junta de Freguesia de Medelim, 2009. 978-989-20-1718-1.

REIS, António Matos, - **Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima: 1530-1980.** Ponte de Lima: Oficinas Gráficas da Livraria Editora Pax, 1979.

REIS, António Matos, - **A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima no passado e no presente.** Ponte de Lima: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 1997.

REIS, João Vasco, - **A Igreja da Misericórdia de Alcantarilha: história e património (subsídios).** Alcantarilha: Santa Casa da Misericórdia de Alcantarilha, 2005. 972-99764-0-6.

RIBEIRO, Margarida, - **Estudo histórico de Coruche.** [S. l.]: Edição da Câmara Municipal de Coruche, 1959.

RIBEIRO, Victor, - **História da beneficiência pública em Portugal.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907.

RIBEIRO, Victor, - **A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história.** Reprodução fac-similada da edição de 1902. Lisboa: Academia de Ciências, 1998.

RODRIGUES, Adriano Vasco, - **Monografia artística da Guarda.** 3ª ed. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 1984.

RODRIGUES, Adriano Vasco, - **Guarda pré-história, história e arte.** [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia da Guarda, 2000.

RODRIGUES, David Simões, - **Igreja da Misericórdia da Feira: história, segredos e mistérios.** Santa Maria da Feira: Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira, 2008. 972-95519-1-X.

RODRIGUES, José Carlos Meneses (coord.), - **Misericórdia de Penafiel 500 anos: um baluarte histórico-cultural**. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 2009. 978-989-96399-0-4.

RODRIGUES, Maria João Madeira, - **Arquitetura: Igreja e Casa Professa de São Roque** Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1988.

RODRIGUES, Martinho Vicente - **Santa Casa da Misericórdia de Santarém: cinco séculos de história**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Santarém, 2004.

ROMÁN PASTOR, Carmen, - **Datos históricos y evolución arquitectónica de la Fundación Antezana: hospital gratuito de Nuestra Señora de la Misericordia de Alcalá de Henares**. Alcalá de Henares: Hospital de Antezana, 1996.

ROMÁN PASTOR, Carmen, - **Datos históricos y evolución arquitectónica de la Fundación Antezana: hospital gratuito de Nuestra Señora de la Misericordia de Alcalá de Henares**. Alcalá de Henares: Hospital de Antezana, 1996.

ROSA, Helga Maria Lopes, - **Mexilhoeira Grande: ensaio monográfico**. [S. l.]: Edições Colibri, Câmara Municipal de Portimão, 2001.

RUAS, João (coord.), - **500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Estremoz, 2002.

RUIVO, Augusto Duarte, - **A Soalheira e a sua Misericórdia**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia da Soalheira, 1970.

RUIVO, José da Silva, - **A igreja da Misericórdia do Louriçal**. [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia do Louriçal, 1992.

RUSSELL-WOOD, A. J. R, - **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia (1550-1755)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães, - **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português (1500-1800)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

SÁ, Isabel dos Guimarães, - **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia, - **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498 - 2000**. [s. l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. 978-989-8074-54-6.

SABE ANDREU, Ana Maria, - **Las cofradías de Ávila en la Edad Moderna**. Ávila: Institución Gran Duque de Alba de la Diputación Provincial, 2000.

SALES, Ernesto, - **Mirandela: apontamentos históricos**. Bragança: Junta Distrital, 1978.

SALVADO, António, - **Elementos para um Inventário Artístico do Distrito de Castelo Branco**. Castelo Branco: Ministério da Comunicação Social, Secretaria de Estado da Cultura; Direcção-Geral do Património Cultural, Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, 1976.

SALVADO, Maria Adelaide Neto, - **A Misericórdia de Medelim: apontamentos e lembranças para a sua história**. Castelo Branco: Edição da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2000.

SALVADO, Maria Adelaide Neto, - **Elementos para a História da Misericórdia de Monsanto**. Castelo Branco: Edição da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2001.

SAMAGAIÓ, Estevão Braga, AZEVEDO, Maria Alice, SANTOS, Regina Pereira - **Grandes beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto: testamentos mais alguns exemplos (séculos XVI a XX)**. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2001. vol. 2. (Cadernos dos 500 anos).

SAMPAIO, José Rosa, - **Misericórdia de Monchique: os quinhentos anos de uma instituição**. Monchique: [s. n.], 2008.

SANTOS, Graça Maria Abreu Arrimar Brás, DESTERRO, Maria Teresa, - **A Santa Casa da Misericórdia de Thomar: 500 anos de história (1510-2010)**. Tomar: Santa Casa da Misericórdia de Tomar, 2010. 978-989-97074-0-5.

SANTOS, José Costa dos, - **Monografia de Pedrógão Grande**. 3<sup>o</sup> Ed. Pedrógão Grande: Câmara Municipal de Pedrógão Grande, 1994.

SANTOS, Manuel Tavares, - **Castelo Branco na História e na Arte**. Porto: Imprensa Portuguesa, Edição do Autor, 1958.

SEGURADO, Jorge, - **Da Igreja manuelina da Misericórdia de Lisboa: Conceição-Velha**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1977.

SEIXAS, Wilson Nóbrega, - **Santa Casa da Misericórdia da Paraíba: 385 anos**. João Pessoa: Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, 1987. (col. História e Arquivologia).

SEQUEIRA, Gustavo Matos, - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Santarém**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1949.

SEQUEIRA, Gustavo Matos, - **Inventário artístico de Portugal: distrito de Leiria**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1955.

SERRÃO, Eduardo Cunha, SERRÃO, Vítor, - **Sesimbra monumental e artística**. [S. l.]: Câmara Municipal de Sesimbra, 1986.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, - **A Misericórdia de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, Misericórdia de Lisboa, 1998.

SERRÃO, Vítor, - **A pintura maneirista em Portugal** 1ª (2ª 1991). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982. (Biblioteca breve. Série artes visuais).

SERRÃO, Vítor, - **Dois telas do pintor Miguel Figueira (1640) na igreja da Misericórdia de Torres Novas**. Torres Novas: Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, 1986. (col. de Arte na Misericórdia de Torres Novas).

SERRÃO, Vítor, - **Sintra**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. (col. Cidades e Vilas de Portugal).

SERRÃO, Vítor, - **Estudos de pintura Maneirista e Barroca**. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. (col. Universitária).

SERRÃO, Vítor, - **Santarém**. Lisboa: Editorial Presença, 1990. (col. Cidades e Vilas de Portugal).

SERRÃO, Vítor, - **André de Padilha e a pintura quinhentista entre o Minho e a Galiza**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SERRÃO, Vítor, - **História da Arte em Portugal: o Renascimento e o Maneirismo**. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

SERRÃO, Vítor, CORDEIRO, Filipa, - **Tomás Luis e o retábulo da Igreja da Misericórdia do Montijo (1591-1597)**. Montijo/Lisboa: Câmara Municipal do Montijo/Colibri, 2005. 972-772-566-X.

SERRÃO, Vítor, - **Pinturas seiscentistas da igreja da Misericórdia de Peniche**. [S. l.]: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Peniche, Serviços de Turismo e Cultura da Câmara Municipal de Peniche, [s. d.].

SILVA, Armando Carneiro, - **O Catálogo dos provedores e escrivães da Misericórdia**. Coimbra: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1991.

SILVA, Armando Carneiro, - **A criação e levantamento do Colégio da Sapiência**. Coimbra: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1992.

SILVA, Carlos Manique, - **Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Sintra**. Sintra: Santa Casa da Misericórdia de Sintra, 1997.

SILVA, Francisco Caetano, VENTURA, Maria Helena, - **Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere: contributos para a sua história**. Alvaiázere: Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere, 1997.

SILVA, Germesindo, - **A fundação da Santa Casa da Misericórdia de Grândola**. [S. l.]: Empresa

Litográfica do Sul, 1998.

SILVA, Hermano Castro, - **A Misericórdia de Castelo Branco: apontamentos históricos**. 2ª ed. revista e acrescentada por José Lopes Dias. Castelo Branco: Oficinas da Papelaria Semedo, 1958.

SILVA, Joaquim Candeias, - **Concelho do Fundão: História e Arte**. Fundão: Câmara Municipal do Fundão, 2002. vol. 1: Ao Sul da Gardunha (O antigo concelho de Alpreada/Castelo Novo).

SILVA, José Custódio Vieira, - **O tardo-gótico em Portugal: a arquitectura no Alentejo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

SILVA, Jorge Henrique Pais, - **Estudos sobre o Maneirismo**. Lisboa: Estampa, 1983.

SILVA, Jorge Henrique Pais, CALADO, Margarida, - **Dicionário de termos de arte e arquitectura**. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

SILVA, Mário Justino, - **Monumentos de interesse histórico e turístico do concelho de Coruche**. 2ª Ed. Coruche: Edição da Associação para o Estudo e Defesa do Património Cultural e Natural do Concelho de Coruche, 1996.

SILVA, Nuno Vassallo (coord.), - **Mater Misericordia, Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia**. [S. l.]: Museu de São Roque, Livros Horizonte, 1995.

SILVA, Pedro Miguel Canitos Rego, - **Concelho de Idanha-a-Nova: Memórias Paroquiais: transcrições**. Castelo Branco: Ediraia, 2003.

SILVEIRA, José Augusto da Silva, LOPES, Maria José Queirós (coord.), - **Misericórdia de Amarante: 480 anos**. Amarantes: Santa Casa da Misericórdia de Amarante, 2009. 972-978-95750-2-0.

SIMÕES, João Miguel, - **Índice do arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia de Borba**. Borba: Santa Casa da Misericórdia de Borba, 2006. 989-20-0232-6.

SIMÕES, João Miguel, - **História da Santa Casa da Misericórdia de Borba**. Borba: Santa Casa da Misericórdia de Borba, 2006. 989-20-0231-8.

SIMÕES, João Miguel dos Santos, - **A Azulejaria em Portugal no Século XVII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

SIMÕES, João Miguel dos Santos, - **A Azulejaria em Portugal no Século XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

SIMÕES, Maurício Humberto Gomes, - **Santa Casa da Misericórdia da Covilhã**. Viseu: Edição da Câmara Municipal da Covilhã, 1999.

SOARES, Carlos, - **Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém: breves notas para a sua história.** [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, [s. d.].

SOBRAL, Carlos, - **Património edificado de Santiago do Cacém: breve inventário.** [S. l.]: Edições Colibri, Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2001.

SOEIRO, Teresa, - **Penafiel.** Lisboa: Editorial Presença, 1994. (col. Cidades e Vilas de Portugal).

SOLEDADE, Arnaldo, - **Sines: terra de Vasco da Gama.** 3ª ed. [S. l.]: Câmara Municipal de Sines, 1990.

SOUSA, António Gomes, - **Dois pergaminhos da Misericórdia de Penafiel.** Penafiel: Edição Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 1989.

SOUSA, Ivo Carneiro, - **V Centenário das Misericórdias Portuguesas.** [S. l.]: CTT-Correios de Portugal, 1998.

SOUSA, Ivo Carneiro, - **Da Descoberta da Misericórdia à Fundação das Misericórdias (1498-1525).** Porto: Granito Editores e Livreiros, 1999.

SOUSA, Ivo Carneiro, - **A rainha D. Leonor (1458-1525): poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento.** [S. l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002. (col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

TEIXEIRA, Luís Manuel, - **Dicionário Ilustrado de Belas-Artes.** Lisboa: Editorial Presença, 1985.

TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos, - **Bandeiras das Misericórdias.** coord. Natália Correia Guedes. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2002.

TORRICELLI, Cesare, - **La Misericordia di Firenze attraverso i secoli: note storiche.** Firenze: Archiconfraternita della Misericordia di Firenze, 1975.

VALÉRIO, António João, - **Arte e História no Concelho de Alvito.** [S. l.]: Câmara Municipal de Alvito, 1994.

VAZÃO, Isabel Cecília Pina Bicho, VAZÃO, Diamantino Pastilha, LOURENÇO, Adelino Américo - **Idanha-a-Nova e seus encantos.** Idanha-a-Nova: Edição da Igreja Paroquial da Freguesia de Idanha-a-Nova, 1999.

VIÇOSO, Maria Isabel, - **A Igreja da Misericórdia.** Chaves: Santa Casa da Misericórdia de Chaves, 2000.

VIÇOSO, Maria Isabel, - **História da Misericórdia de Chaves.** Chaves: Santa Casa da Misericórdia de Chaves, 2007.

VIDE, Clara, - **Misericórdia de Arouca: património e arte.** [S. l.]: Santa Casa da Misericórdia de Arouca,

2010.

VIEGA, Afonso Costa Santos, - **Misericórdia de Arouca: quatro séculos de história 1610-2010**. Arouca: Santa Casa da Misericórdia de Arouca, 2010. 978-989-96729-0-1.

ZAGALO, Francisco Baptista, - **História da Misericórdia de Alcobaça**. Alcobaça: Tipografia e Papelaria de António M. Oliveira, 1918.

## CAPÍTULOS DE LIVROS

**A Arquitectura e o Urbanismo**. In *História da Arte em Portugal*. [S. l.]: Publicações Alfa, 1986. 31 - 59.

ABREU, Laurinda Faria Santos - **O Hospício e Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, em Évora: uma experiência de reclusão e controlo de pobres em Portugal**. In *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. 7 - 36.

ABREU, Laurinda Faria Santos - **O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa do Antigo Regime**. In *A Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património* Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 2008. 25-43.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo - **A Santa Casa da Misericórdia de Monção: séculos XVI-XVII**. In *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Casa Museu de Monção e da Universidade do Minho, 2003. 139 - 152.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo - **A memória da Santa Casa da Misericórdia de Valadares (séculos XVII - XVIII)**. In *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Casa Museu de Monção e da Universidade do Minho, 2003. 153 - 171.

BRANCO, Manuel J. C - **Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora**. In *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos, Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. 219 - 247.

BUSTAMANTE GARCIA, Agustín - **Las tumbas reales del Escorial**. In *Felipe II y el arte de su tiempo*. Madrid: Fundación Argentaria, 1998. 55-78.

CORREIA, José Eduardo Horta - **A Arquitectura: Maneirismo e «Estilo Chão**. In *História da Arte em Portugal*. [S. l.]: Publicações Alfa, 1986. 93 - 135.

CORREIA, Virgílio - **Alcácer do Sal: esboço de uma monografia**. In *Obras*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1972. pp. 127 - 150.

CUNHA, Alfredo - **Achegas para a história da vila do Fundão**. In *Subsídios para a História Regional da Beira-Baixa*. Castelo Branco: Edição da Junta de Província da Beira-Baixa, 1944. 345 - 571.

DIAS, Pedro - **A Arquitectura do Gótico final e a decoração manuelina.** In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. 9 - 91.

FERNANDES, José Manuel - **A arquitectura religiosa indo-portuguesa: ensaio de tipologias.** In 216 - 221.

MOREIRA, Rafael - **Arquitectura: Renascimento e Classicismo.** In *História da Arte Portuguesa*. [S. l.]: Temas e Debates, 1995. 303 - 364.

MOREIRA, Rafael - **As Misericórdias: um património artístico da humanidade.** In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000. 135 - 164.

PEREIRA, Paulo - **A «traça» como único princípio.** In *Estudos de arte e história: homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. [S. l.]: Vega, 1995. 190 - 199.

PEREIRA, Paulo - **As Grandes Edificações (1450-1530).** In *História da Arte Portuguesa*. [S. l.]: Temas e Debates, 1995. 11 - 69.

PIMENTA, Sofia - **Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais.** In *Um olhar sobre Cascais através do seu Património: fontes documentais e arte sacra*. Associação Cultural de Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1989. 33 - 40.

PIMENTEL, António Filipe - **O património artístico da Santa Casa da Misericórdia de Soure.** In *História da Santa Casa da Misericórdia de Soure*. Soure: Santa Casa da Misericórdia de Soure, 2006.

SOROMENHO, Miguel - **Classicismo, Italianismo e «Estilo Chão»: o ciclo filipino.** In *História da Arte Portuguesa*. [S. l.]: Temas e Debates, 1995. 377 - 401.

## CATÁLOGOS

**500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração.** Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000.

**Catálogo da Exposição de livros, documentos, pinturas, paramentos e mais objectos pertencentes à Santa Casa da Misericórdia da vila de Sintra.** [S. l.]: Câmara Municipal de Sintra, 1958.

**A Rainha D. Leonor e as Misericórdias.** Catálogo da Exposição realizada na Santa Casa da Misericórdia do Porto, Porto: Tipografia Progrédior, 1959.

**Arte Sacra: Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira.** Arte sacra, Julho a Dezembro de 1994.



Ericeira: Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, 1994.

**Arte sacra nos antigos coutos de Alcobaça.** Arte Sacra do Renascimento ao Barrocos nos antigos coutos de Alcobaça, 1995. Lisboa/Porto: Instituto Português do Património Arquitectónico/Asa, 1995/1996.

**Património Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais: catálogo de exposição.** Mem-Martins: Câmara Municipal de Cascais, Santa Casa da Misericórdia de Cascais, 1998.

**500 anos de arte sacra no vale do Mondego.** [S. l.]: Santa Casa de Montemor-o-Velho, 1998.

**Ourivesaria e paramentaria da Misericórdia do Porto.** Catálogo de Exposição das Comemorações dos 500 anos da Misericórdia, Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1998.

**Manuscritos, pintura e escultura da Misericórdia do Porto.** Catálogo de Exposição das Comemorações dos 500 anos da Misericórdia, Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1999.

ABREU, Laurinda Faria Santos et alli - **Santa Casa da Misericórdia de Setúbal: história e arte.** Santa Casa da Misericórdia de Setúbal: história e arte, Julho de 1991 a Junho de 1992. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1992.

SILVA, Nuno Vassallo (coord.) - **Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto.** Catálogo de Exposição, [S. l.]: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995.

## CONFERÊNCIAS PUBLICADAS

AFONSO, José Ferrão - **Regressando a Alberti. As igrejas das Misericórdias de Entre Douro e Minho, de Vila do Conde a Penafiel: arquitectura e paisagem urbana.** In II Jornadas de Estudos sobre as Misericórdias *As Misericórdias quinhentistas*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 2009. 123 - 151.

ARNAUD, Joaquim António Leitão Rebello - **A Misericórdia de Pavia.** In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], 1959. 441 - 443.

ATANÁSIO, M. C. Mendes - **Contributo de João de Castilho para o espaço e estrutura da arquitectura do Manuelino.** In Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, 2. *As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos descobrimentos*. Coimbra: Livraria Minerva, 1987. 259 - 275.

BRAGA, Isabel Drumond - **A Misericórdia de Ceuta e a protecção às donzelas.** In Congresso Internacional de História Missiões Portuguesa e Encontro de Culturas. Braga: [s. n.], 1993. vol. III: Igreja, Sociedade e Missiões, 455 - 463.

CALADO, Rafael Salinas - **Origens e vida da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras.** In Pap., Tip., Enc. Sociedade Progresso Industrial, 1936.

CALDAS, José César - **A implantação e o desenvolvimento histórico das Misericórdias e outras instituições do Brasil**. In II congresso internacional das Misericórdias. *As Misericórdias ontém, hoje e amanhã*. União das Misericórdias Portugueses, 1985. 101 - 127.

CORREIA, Torcato Augusto - **A Igreja e as Casas do Consistório da Misericórdia de Caminha**. In I Congresso das Misericórdias do Alto Minho. Centro de Estudos Regionais, 256 - 259.

COSTA, Elisa Maria Lopes - **Meio século do pulsar quotidiano da Santa Casa da Misericórdia de Évora (1541-1598)**. In Congresso de História do IV Centenário do Seminário de Évora. Évora: [s. n.], 1994. 293 - 308.

CUNHA, Francisco José Coutinho Leite - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Alcochete**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], 1959. 1, 372 - 376.

DIAS, Pedro - **A oficina de Tomé Velho: construtor e escultor do Maneirismo coimbrão**. In VI Simpósio Luso-Espanhol da História de Arte. 1996. 15 - 62.

FIGUEIREDO, José Valle - **O património Cultural das Santas Casas**. In II congresso internacional das Misericórdias. *As Misericórdias ontém, hoje e amanhã*. União das Misericórdias Portugueses, 1985. 129 - 139.

FONTE, Teodoro Afonso - **As Misericórdias do Alto Minho: perspectiva Histórica e Actualidade**. In Encontro das Misericórdias do Alto Minho, 1. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001. 96 - 117.

FREITAS, Divaldo Gaspar - **Apontamentos para a História da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], 1959. vol. 1, 372 - 376.

FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e - **A Misericórdia de Azurara: passado e presente**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [S. n.], 1959. 1, 369 - 371.

GUSMÃO, Artur Nobre - **Breves considerações sobre o património artístico e arquivístico das Misericórdias portuguesas**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], 1959. 185 - 191.

MARQUES, José - **Antecedentes das Misericórdias Portuguesas**. In Encontro das Misericórdias do Alto Minho, 1. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001. 24 - 42.

MENDES, João Maria - **Os bens das Misericórdias da Vila Nova e da Vila de São Sebastião**. In Congresso Regional das Misericórdias dos Açores, 2. Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia de

Angra do Heroísmo, 1990. 103 - 117.

MONTEIRO, Jacinto - **As Misericórdias dos Açores**. In Congresso Regional das Misericórdias dos Açores, 2. Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, 1990. 53 - 102.

NOÉ, Paula - **O Inventário do Património Arquitectónico das Misericórdias: ensaio tipológico: as Igrejas da Misericórdia do Distrito de Viana do Castelo**. In Jornadas de Estudo. *As Misericórdias como Fontes Culturais e de Informação*. [S. l.]: Câmara Municipal de Penafiel, Arquivo Municipal de Penafiel, 2001. 1 cd-rom,

NORONHA, Rêmo - **A Misericórdia de Mesão Frio: alguns subsídios para a sua história, 1560-1958**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], 1959. 1, 3 - 51.

PEREIRA, Isaiás Rosa - **As Obras de Misericórdia na Idade Média: as Mercearias de Maria Esteves**. In Jornadas Luso-Espanholas de História medieval, 1. *A Pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Lisboa: [s. n.], 1973.

PIMENTÃO, Manuel Joaquim - **Santa Casa da Misericórdia e Hospital anexo de Évora-Monte**. In Congresso das Misericórdias, 4. *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*. Lisboa: [s. n.], 1959. 1, 465 - 467.

PINHO, Joana Balsa de - **Igrejas e Casas das Misericórdias quinhentistas – geografia e cronologias**. In Encontro Alunos de Feiticeiro: Investigações de doutoramento dos cursos do Instituto de História da Arte da FLUL. Lisboa: Centro de História e Edições Colibri, 2009.

PORTELA, Ana Margarida - **As Misericórdias em Portugal: problemas urbanísticos e soluções recorrentes**. In *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias do mundo português*. CEPES,

REIS, António Matos dos - **O espaço da Misericórdia de Ponte de Lima**. In Encontro das Misericórdias do Alto Minho, 1. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001. 134 - 143.

SERRÃO, Vítor - **O Pintor André de Padilha e o Retábulo de «Nossa Senhora da Misericórdia» na Santa Casa de Viana do Castelo em 1535**. In Encontro das Misericórdias do Alto Minho, 1. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001. 118 - 122.

SOUSA, Ivo Carneiro - **A Rainha D. Leonor e a Fundação das Misericórdias Portuguesas**. In Encontro das Misericórdias do Alto Minho, 1. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001. 43 - 95.

## ACTAS DE CONGRESSOS

Congresso das Misericórdias, 4, - **V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor**. [s. n.], 1959.

Semana de Estudos, 13, Angra do Heroísmo, - **Património edificado, novas tecnologias, inventários**. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura e do Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002.

Congresso Regional das Misericórdias dos Açores, 2, Angra do Heroísmo, 1987 - **Congresso Regional das Misericórdias dos Açores**. Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, 1987.

I Encontro das Misericórdias do Distrito de Aveiro, Aveiro, 1991 - **I Encontro das Misericórdias do Distrito de Aveiro**. Secretariado Regional de Aveiro da União das Misericórdias Portuguesas,

Colóquio "Arte e arquitectura nas abadias cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII" Alcobaça, 1994 - **Arte e arquitectura nas abadias cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII**. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000.

Colóquio Internacional "Cister: espaços, territórios, paisagens", Alcobaça, 1998 - **Cister: espaços, territórios, paisagens**. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000.

Congresso sobre o Espírito Santo como fonte de irmandade, solidariedade e caridade, 2, Covilhã, Fundão, 1998 - **Espírito Santo e Misericórdia** Lisboa: Rei dos Livros, 2001.

Encontro das Misericórdias do Alto Minho, 1, Viana do Castelo, 2001 - **Encontro das Misericórdias do Alto Minho**. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001.

Jornadas de Estudo sobre as Misericórdias, 2, Penafiel, 2009 - **As Misericórdias quinhentistas**. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 2009.

Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1, Porto, 2009 - **A solidariedade nos séculos: a confraternidade e as obras**. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia do Porto, Alêtheia Editores, 2009. 978-989-622-216-1.

A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias do Mundo de expressão portuguesa, Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, 2012 - **A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias do Mundo de expressão portuguesa**. CEPESE,

Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, 4, Coimbra, - **Portugal e Espanha entre a Europa e o Além-Mar**. Coimbra: Instituto de História da Arte, Universidade de Coimbra, 1988.

Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, 2, - **As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na época dos Descobrimentos**. Coimbra: Livraria Minerva, 1987.

## DICIONÁRIOS E OBRAS GERAIS

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000 - 2001.

ALMEIDA, Fortunado - **História da Igreja em Portugal**. Portucalense Editora e Braga, Livraria Civilização Editora, 1967 - 1971.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - **História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000 - 2002.

MATOSO, José (dir.) - **História de Portugal**. [S. l.]: Editorial Estampa, [s. d.].

SERRÃO, Joel (coord.) - **Nova História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

## ARTIGOS PUBLICADOS EM REVISTAS

ABREU, Laurinda Faria Santos, - **Misericórdias: patrimonialização e controle régio**. *Ler História*. Lisboa: 44 (2003), 5-24.

ABREU, Laurinda Faria Santos, - **O século das Misericórdias**. *Cadernos do Noroeste - Série História*. 20 (1-2), (2003), 467 - 484.

AFONSO, José Ferrão, - **A Igreja da Misericórdia de Vila do Conde: imitatio e retórica na arquitectura religiosa nortenha do início do século XVII**. *Santa Casa: revista da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde*. Vila do Conde: Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde. XVI, 31 (Mar 2010), 40 - 64.

Almada, Centro de Arqueologia de, - **Igreja da Misericórdia de Almada**. *Almadan*. Centro de Arqueologia de Almada. Iª série, 2 (1983 - 1984), 79 - 83.

ALMEIDA, Fernando, - **Uma visita à Misericórdia de Olivença**. *Revista dos Colégios Nun'Álvares de Tomar*. Coimbra: Tip. Rainha Santa. (1960), 3 - 6.

ANDRADE, António Alberto Banha, - **Roteiro do arquivo histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A.H.M.M.N.) com a história da fundação e primeiros anos da Santa Casa**. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social. tomo XVII, (1978), 137 - 177.

BOIÇA, Joaquim, - **Topografia histórica de Mértola. As ocupações funcionais do terreiro junto à Porta da Ribeira, da época medieval à contemporânea: Capela de Santiago – Igreja da Misericórdia – espaço Museológico**. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 3 (1993), 47 - 60.

BUSTAMANTE GARCIA, Agustín, - **El Panteón del Escorial. Papeletas para su historia**. *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte* Madrid: UAM. IV (1992), 161 - 215.

CAETANO, Joaquim Oliveira, - **O antigo retábulo de pintura da capela-mor da Igreja da Misericórdia de Beja.** *A Cidade de Évora: boletim de cultura da Câmara Municipal.* Évora: Câmara Municipal de Évora. Anos XXXIX-LX, 65 - 66 (1982 - 1983), 197 - 210.

CO3, Equipa Ca, - **Conservação e restauro da fachada principal da igreja da Misericórdia de Braga.** *Misericórdia de Braga: revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga.* Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga. 2 Dezembro de 2006 (2006), 41 - 74.

DUARTE, Artur Jaime, MALHEIRO, Miguel - **Igreja da Misericórdia de Penafiel: espaço museológico.** *Monumentos.* [S. l.]: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. 23 (2005), 140 - 145.

FALCÃO, José António, - **Pintores que trabalharam para a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém.** *Armas e Troféus, Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte.* [S. l.]: Instituto Português de Heráldica. V série, tomo VI, 1 - 3 Jan - Dez (1985 - 1986),

FALCÃO, José António, FERREIRA, Jorge Rodrigues - **Jaques de Campos e o retábulo-mor da Igreja da Misericórdia de Aldeia Galega do Ribatejo (Montijo).** *Boletim de Trabalho Históricos.* vol. XXXVII, (1986), 5 - 25.

FALCÃO, José António, - **Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758.** *Repertorium Fontivm Stvdivm Artis Historiae Portvgaliae Instavrndvm.* Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana. Série B, 1 (1987), 9 - 41.

FRANCO, Anísio Salazar, - **O pórtico da Misericórdia de Tavira: cabeça de série de uma tipologia.** *Arte Ibérica.* ano 5, 49 Ago - Set (2001), 24 - 26.

FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e, - **Artes e Artistas em Vila do Conde.** *Museu.* Porto: [s. n.]. 2ª série, 4 (1962),

FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e, - **Os retábulos da Igreja da Misericórdia de Freixo de Espada-Cinta.** *MVSEV.* Porto: II Serie, 9 (1965), 5 - 26.

FREITAS, Maria Luísa Amaral Varela, - **A Misericórdia de Viseu.** *Monumentos.* [S. l.]: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. 13 (2000), 74 - 81.

GOMES, Paulo Varela, - **As fachadas das igrejas alentejanas entre os séculos XVI e XVIII.** *Penélope.* 6 (1991), 21 - 40.

GONÇALVES, António Nogueira, - **O Escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra.** *Revista Ocidente.* Lisboa: Editorial Império. vol. LXVI, 313 Maio (1964), 220 - 226.

GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita - **Cinco Séculos de Misericórdia no distrito de Vila Real.** *Estudos Transmontanos e Durienses.* Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real. 8, (1999), 115

- 140.

MESQUIDA, Juan, - **Origin of the 'Misericórdia' of Manila.** *Ad Veritatem* 2(2003), 423-462.

MESQUIDA, Juan, - **The Early Years of the Misericórdia of Manila (1594-1625).** *Revista de Cultura: International edition.* 14 (2005), 59-81.

NOÉ, Paula, - **As igrejas de Misericórdia do distrito de Coimbra: ensaio de classificação tipológica.** *Monumentos.* Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 0872-8747 25 Set (2006), 198 - 207.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de, - **Igreja da Misericórdia: o grande restauro de 1891 - 1895.** *Misericórdia de Braga: revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga.* Braga: Santa Casa da Misericórdia. 4 Dezembro de 2008 (2008), 45 - 92.

OLIVEIRA, J. M. Pereira, - **Nasoni e a Igreja da Misericórdia.** *Studium Generale.* Porto: Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Porto. VIII, 1 - 2 (1961), 5 - 15.

PENTEADO, Pedro, - *Voz da Nazaré.* 163 Novembro (1990),

PEREIRA, Gabriel, - **O arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora.** *Estudos Eborenses: história e arqueologia.* Évora: Edições Nazareth. vol. 2, (1948), 5 - 62.

PEREIRA, Isaías da Rosa, - **O hospital do Espírito Santo da Vila da Castanheira.** *Do tempo e da História.* Coimbra: Tipografia Atlântida Editora. IV, (1971), 53 -95.

PEREIRA, Luis Silva Pereira, - **Arte e artista na Misericórdia de Braga.** *Misericórdia de Braga: revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga.* Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga. 1 Dezembro de 2005 (2005), 11 - 42.

PEREIRA, Paulo, - **A arquitectura jesuítica: primeiras fundações.** *Oceanos.* Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. 12 Nov. (1992), 104 - 111.

PESTANA, Manuel Inácio, - **Santa Casa da Misericórdia de Portalegre: subsídios para a sua história.** *A cidade: revista cultural de Portalegre.* Lisboa: Colibri. 12 (nova série) (1998),

PINTO, Américo Cortez, - **D. Leonor e as Misericórdias na expansão ultramarina.** *Boletim da Assistência Social.* 133 - 134 Jul - Dez (1958), S/p.

PIRES, Amadeu Rodrigues, - **A rainha D. Leonor e a Santa Casa de Misericórdia de Olivença.** *Revista Portugal d'Aquem e d'Além-Mar.* Lisboa: [s. n.]. (1963), 3 - 28.

PITA, Isabel, PIMENTAM, Ana Sofia - **O arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais.** *Arquivo Histórico de Cascais.* [S. l.]: [s. n.]. 9 (1992),

PITA, Luís, DIAS, Maria da Graça - **A Albergaria e o Hospital do Santo Espírito da vila de Aljustrel Vipasca, Arqueologia e História.** Aljustrel: Unidade Arqueológica de Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel. 4 (1995), 35 - 52.

PITA, Luís, DIAS, Maria da Graça - **Urbanismo Histórico das vilas de Aljustrel e Messejana: séculos XIII a XVI.** *Vipasca, Arqueologia e História.* Aljustrel: Unidade Arqueológica de Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel. 5 (1996), 71 - 101.

PITA, Luís, DIAS, Maria da Graça - **A Evolução Urbana da vila de Messejana: dos séculos XIV a XIX.** *Vipasca, Arqueologia e História.* Aljustrel: Unidade Arqueológica de Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel. 9 (2000), 19 - 45.

REIS-SANTOS, Luís, - **Painel Antoniano de Gregório Lopes na Misericórdia de Tomar.** *Belas Artes.* Lisboa: [s. n.]. 15 (1960), 3 - 12.

SÁ, Isabel dos Guimarães, - **The role of religion and race in shaping portuguese society at home and overseas: the example of the Misericórdias from the sixteenth to the eighteenth century.** *Portuguese Studies.* Londres: Modern Humanities Research Association. 13, (1997), 210 - 221.

SÁEZ GÓMEZ, José Miguel, MARSET CAMPOS, Pedro - **Pobreza y asistencia social en la España del siglo XVIII: La Casa de Misericordia de Murcia (1700-1759).** *Asclepio.* 44, 1 (1992), 95-114.

SANTOS, João Marinho, - **Os bens da Misericórdia de Sarzedas em meados do Século XVIII.** *Biblios.* Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. LV, 233 - 258.

SARAIVA, José Cunha, - **A Capela da Misericórdia na Sé de Lisboa.** *Arquivo Histórico de Portugal.* Lisboa: [s. n.]. (1934), 7 - 29.

SERRÃO, Vítor, - **O retábulo da Misericórdia de Tancos é de Simão Rodrigues.** *Revista Ethnos.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. vol. III, (1970), 3 - 9.

SERRÃO, Vítor, - **O pintor Cristovão Vaz: mestre dos retábulos da Igreja da Misericórdia de Sintra (1581-1584).** *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa.* Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. III Série, 85 (1979), 3 - 58.

SERRÃO, Vítor, - **Domingos Lourenço Pardo, mestre pintor do retábulo da Misericórdia de Guimarães (1616-1618): Introdução ao Estudo da Pintura Maneirista no Norte.** *Minia.* Braga: [s. n.]. 2ª Série, ano III, 3 (4) (1980), 38 - 79.

SERRÃO, Vítor, - **O retábulo da igreja da Misericórdia de Almada.** *Almadan.* Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 1ª série, 2 (1983 - 1984), 84 - 87.

SERRÃO, Vítor, - **O pintor maneirista Tomás Luís e o antigo retábulo da Igreja da Misericórdia de**



**Aldeia Galega do Ribatejo (1591-1597).** *Artis*. Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1 Out (2002), 211 - 235.

SERRÃO, Vítor, - **O Mestre do Retábulo da Igreja da Misericórdia de Almada (1590): o Pintor Giraldo de Prado.** *Musa*. 1 (2004), 161 - 175.

SERRÃO, Vítor, - **A sete obras corporais de Misericórdia pintadas no retábulo maneirista da Misericórdia de Silves.** *Monumentos*. [S. l.]: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. 23 (2005), 116 - 127.

SOUSA, Fernando PEREIRA, Gaspar Martins - **O arquivo da Santa Casa da Misericórdia.** *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: 6 (1985),

SOUSA, Tude Martins, - **A Misericórdia de Amieira (do antigo Priorado do Crato): a sua antiguidade – a sua campainha, o seu compromisso.** *Arqueologia e História*. Lisboa: [s. n.]. X, (1932), 5-14.

VIANA, Abel, - **Misericórdia de Vila Ruiva.** *Arquivo de Beja: boletim da Câmara Municipal de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. 1, 7 (1950),

VIEGAS, João Cruz, - **Hospital da Misericórdia de Cascais: razões da sua fundação e existência.** *Boletim do Museu dos Condes de Castro Guimarães*. [S. l.]: [s. n.]. 1 (1941),

ZÚQUETE, Afonso, - **A Santa Casa da Misericórdia de Leiria: história e necessidades.** *Jornal do Médico*. Porto: Costa Carregal. 74 Dez (1943), 3 - 20.

ZÚQUETE, Afonso, - **Dois Livros Notáveis do Arquivo da Misericórdia de Lagos.** *Jornal do Médico*. Porto: Costa Carregal. 52 (1947), 1 - 15.

**Reglamento de la Santa y Real Casa de Misericordia de esta M. N. Y M. L. villa de Bilbao dispuesto por la Junta de hermanos de aquella y aprobado por este ilustre Ayuntamiento.** Bilbao: Imprenta de la Viuda de Jauregui, 1832.

## TESES

BRAGA, Maria Manuela - **Os cadeirais de coro no final da idade Média em Portugal.** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 1997. Tese de Mestrado.

CAEIRO, Sandra Isabel Correia - **Évora-monte: contributos para preservar a autenticidade da sua imagem.** Évora: Universidade de Évora. 2005. Tese de Mestrado.

CAETANO, Carlos Manuel Ferreira - **As Casas da Câmara dos concelhos portugueses e a monumentalização do poder local.** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. 2011. Tese de doutoramento.

CARDADOR, José Carvalho Asseiceira - **Subsídios para o estudo da Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra de Magos**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1970. Tese de licenciatura em História.

CARDONA, Paula Cristina Machado - **A Actividade Mecenática das Confrarias nas Matrizes do Vale do Lima nos Séculos XVII a XIX**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 2004. Tese de doutoramento.

CARDOSO, João José - **Santas e Casas: as Misericórdias do Baixo-Mondego e as suas Igrejas nos séculos XVI e XVII**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1. 1995. Tese de Mestrado em História da Arte do Renascimento e do Maneirismo.

CARNEIRO, Luís Soares - **Teatros portugueses de raiz italiana**. Porto: Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto. 2 vols. 2002. Tese de Doutoramento em Arquitectura.

CARREIRA, Adélia - **Leiria cidade episcopal: o urbanismo leiriense do séc. XVI ao séc. XVIII**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 1989. Tese de Mestrado.

CARVALHO, Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de -.... **Por amor de Deus - Representação das Obras de Misericórdia, em painéis de azulejo, nos espaços das confrarias da Misericórdia, no Portugal setecentista**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2. 2007. Tese de Mestrado.

COELHO, Pedro Alexandre Brandão - **A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra 1500-1700: o poder da caridade** Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 2003. Tese de Mestrado em História Moderna.

CONCEIÇÃO, Maria Margarida - **Formação do espaço urbano em Almeida: da vila cercada à praça de guerra**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 1997. Tese de Mestrado.

CORONAS TEJADA, Luis - **Hospital real de Ntra. Sra. de la Misericordia de Loja desde mediados del siglo XVIII a 1833**. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Granada. 1973. Tesis doctoral.

CORREIA, Manuel Antunes - **Subsídios para a história da Misericórdia do Fundão: séculos XVI, XVII e XVIII**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1971. Tese de licenciatura em História.

COSTA, Américo Fernando Silva - **Poder e Conflito. A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães (1650 - 1800)**. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Univeridade do Minho. 1997. Mestrado.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes - **Diogo de Castilho e a arquitectura da renascença coimbrã**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1990. Dissertação de Mestrado.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes - **O Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitectónicos**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 2002. Dissertação de Doutoramento.

CUMBRE, José Mário Paiva - **Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia da Chamusca (1620 - 1820)**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 1. 1973. Tese de licenciatura em História.

DESTERRO, Teresa - **Francisco de Campos (c. 1515 – 1580) e a bella maniera: entre a Flandres, Espanha e Portugal**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2008. Tese de Doutoramento.

DIONÍSIO, Paula Carolina Ramos - **A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa do Varzim: assistência e caridade numa vila piscatória, 1756-1806**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 1. 2000. Tese de Mestrado em História Moderna.

ELIAS, Luís Filipe da Cruz Quaresma - **A Misericórdia de Coimbra: os Irmãos, as suas práticas e a intervenção régia (1749-1784)**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 2006. Tese de Mestrado em História Moderna.

FERREIRA, Florival Maurício - **A Santa Casa da Misericórdia de Peniche (1626-1700): subsídios para a sua história**. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 1996. Tese de Mestrado em História Moderna.

FIGUEIREDO, Maria Josefina Oliveira - **Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo (1595-1850): assistência e economia**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1970. Tese de licenciatura em História.

GATTI, Maria Zilá Carvalho - **Santa Casa da Misericórdia de São Paulo: arquitectura e acervo**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Instituto de Museologia de São Paulo. 1995. Trabalho para a obtenção do título de Especialização e Aperfeiçoamento em Museologia.

GRILO, Fernando Jorge Artur - **Nicolau Chanterene e a afirmação da escultura do Renascimento na península Ibérica (c. 1510-1551)**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2. 2000. Tese de Doutoramento em História da Arte.

GRILO, Maria João Bonina - **A capela sepulcral do cardeal D. Jorge da Costa: um exemplo de mecenatismo eclesiástico na Roma do Renascimento**. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 3. 1994. Tese de Mestrado em História da Arte.

LEITÃO, Ana Santos - **Arez da Idade Média à Idade Moderna: um estudo monográfico**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2008. Tese de Mestrado.

LOPES, Maria Antónia - **Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)**. Universidade de Coimbra. 1999. Tese de Doutoramento.

MACIEL, Ana Ester Freitas - **A Misericórdia de Viana do Castelo: o braço do povo**. Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa. 2007.

MAGALHÃES, Vera Lúcia Almeida de - **O hospital novo da Misericórdia de Viseu: assistência, poder e imagem**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Tese de Mestrado em História da Arte.

MATOS, Rui da Silva - **A arquitectura religiosa de planta centralizada no Renascimento português (1527-1557): contributos para o estudo do espaço do Renascimento na arquitectura sacra. Fundamentos culturais e ideológicos ou a cultura arquitectónica de quinhentos**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 1996. Tese de mestrado em História da Arte.

MENDES, Isilda de Carvalho Mourato Pires - **O património da Misericórdia de Évora**. Évora: Universidade de Évora. 2. 1995. Tese de Mestrado.

MOREIRA, Rafael - **A arquitectura do Renascimento no sul de Portugal: a encomenda régia entre o moderno e o romano**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 1991. Tese de doutoramento em História da Arte.

MOURINHO (JÚNIOR), António Rodrigues - **La arquitectura religiosa en la antigua diócesis de Miranda do Douro de 1545 - 1800**. Valladolid: Universidad de Valladolid. 3. 19--? Tesis de Doctorado.

NETO, Filipa Jorge de Sousa Mascarenhas - **Estudo paleobiológico da necrópole da igreja da Misericórdia de Almada (século XVI - XVIII)**. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade de Coimbra. 1. 2005. Mestrado.

OLIVEIRA, Catarina Maria Esteves - **A arquitectura de granito em Viana da Foz do Lima: Renascimento e Maneirismo no noroeste português**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2002. Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro.

PRESCIUTTI, Diana Bullen - **The visual culture of the founding hospital in central Italy 1400 - 1600**. Michigan: University of Michigan. 2008. Tese de Doutoramento.

QUEIROZ, José Francisco - **Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória**. Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto. 2002. Tese de Doutoramento.

RIBEIRO, António Magalhães da Silva - **Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)**. Braga: Universidade do Minho. 2009. Tese de Doutoramento.

RODRIGUES, Aminda Mendes - **A igreja de Nossa senhora da Vitória: irmandade e hospício (1530 - 1682)**. Lisboa: Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Aberta. 2008. Tese de mestrado.

RODRIGUES, Dalila - **Modos de expressão na pintura portuguesa: o processo criativo de Vasco Fernandes (1500 - 1542)**. Universidade de Coimbra. 2000. Tese de doutoramento.

RUÃO, Carlos - **Arquitectura maneirista no noroeste de Portugal: italianismo e “flamenguismo”**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 2. 1995. Tese de Mestrado em História da Arte.

RUÃO, Carlos - **"O Eupalinos Moderno": teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal (1550-1640)**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 2007. Tese de Doutoramento.

SALTEIRO, Ilídio - **Do Retábulo, ainda aos novos modos de o fazer e pensar**. Lisboa: Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa. 2005. Tese de Doutoramento.

SANTOS, Graça Maria Abreu Arrimar Brás - **A assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar: os expostos, 1799-1823**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2001. Tese de Mestrado em História Regional e Local.

SILVA, Mário José Costa - **A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho: espaço de sociabilidade, poder e conflito (1546-1803)**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1. 1996. Tese de Mestrado em História Moderna.

SOUSA, António Soares de - **A Santa Casa da Misericórdia de Abrantes nos séculos XVI e XVII**. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 1966. Tese de Licenciatura.

SOUSA, Ivo Carneiro - **A Rainha da Misericórdia, na História da Espiritualidade em Portugal na Época do Renascimento**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 3 vols. 1992. Tese de Doutoramento em Cultura Portuguesa.

VALÉRIO, António João - **Alvito: o espaço e os homens (1251-1640): Subsídios para a História de uma vila alentejana**. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2 vols. 1993. Tese de Mestrado em História Moderna.

VITORINO, António Ferreira - **Elementos para a história da Santa Casa da Misericórdia de Vila da Feira**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 1. 1973. Tese de licenciatura em História.

## TRABALHOS NÃO PUBLICADOS

SERRÃO, Vítor - **O pintor Diogo Teixeira e a pintura maneirista em Portugal**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

SERRÃO, Vítor - **A Pintura Proto-Barroca em Portugal: 1612-1657**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1986-1987.